

LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME I

QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS
RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS
CONSOLIDADOS

Quadro 1A Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

LDO-2025, Anexo I, Inciso I.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.565.513.496.808	Despesas Correntes	1.569.519.049.317
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	1.115.038.214.822	Pessoal e Encargos Sociais	282.546.804.999
Contribuições (1)	108.178.797.247	Juros e Encargos da Dívida	480.013.131.390
Receita Patrimonial (1)	196.266.235.731	Outras Despesas Correntes	806.959.112.928
Receita Agropecuária (1)	22.955.429		
Receita Industrial (1)	14.543.242.089		
Receita de Serviços (1)	34.810.770.373		
Transferências Correntes (1)	267.819.293		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	96.385.461.824		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	527.908.967		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	3.195.163		
Contribuições (1)	3.438.222		
Receita Patrimonial (1)	6.248.395		
Receita Industrial (1)	24.453.871		
Receita de Serviços (1)	398.027.863		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	92.545.453		
Deficit do Orçamento Corrente - Fiscal	3.477.643.542		
Total	1.566.041.405.775	Total	1.569.519.049.317
		Deficit do Orçamento Corrente - Fiscal	3.477.643.542
Receitas de Capital	2.694.537.499.629	Despesas de Capital	2.283.299.879.554
Operações de Crédito (3)	2.528.434.258.015	Investimentos	64.126.374.193
Alienação de Bens (3)	211.684.231	Inversões Financeiras	170.229.686.497
Amortização de Empréstimos (3)	36.643.609.124	Amortização da Dívida	2.048.943.818.864
Transferências de Capital (3)	46.836.800	Reservas	66.887.082.784
Outras Receitas de Capital (3)	129.201.111.459	Contingência	24.002.148.512
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-340.872.893.749	Outras	42.884.934.272
Total	2.353.664.605.880	Total	2.353.664.605.880
Resumo			
Receitas Correntes	1.565.513.496.808	Despesas Correntes	1.569.519.049.317
Receitas Correntes Intraorçamentárias	527.908.967	Despesas de Capital	2.283.299.879.554
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-340.872.893.749	Reservas	66.887.082.784
Receitas de Capital	2.694.537.499.629		
Total	3.919.706.011.655	Total	3.919.706.011.655

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
(2) Inclui: Multas e Juros de Mora (do principal e da dívida ativa) das Receitas de Capital.
(3) Inclui: Dívida Ativa. Exclui: Multas e Juros de Mora do principal e da Dívida Ativa.

Quadro 1B **Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social** **por Categoria Econômica**

LDO-2025, Anexo I, Inciso I.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.438.093.598.863	Despesas Correntes	1.785.923.502.816
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	777.143.408	Pessoal e Encargos Sociais	160.548.469.028
Contribuições (1)	1.399.058.665.002	Outras Despesas Correntes	1.625.375.033.788
Receita Patrimonial (1)	14.375.588.616		
Receita Industrial (1)	593.700		
Receita de Serviços (1)	21.613.317.799		
Transferências Correntes (1)	10.691.500		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	2.257.598.838		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	23.665.563.163		
Contribuições (1)	23.551.317.539		
Receita de Serviços (1)	72.076		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	114.173.548		
Deficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	324.164.340.790		
Total	1.461.759.162.026	Total	1.785.923.502.816
		Deficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	324.164.340.790
Receitas de Capital	56.820.291	Despesas de Capital	16.600.907.996
Alienação de Bens (3)	56.820.291	Inversões Financeiras	403.500.000
Transferência do Orçamento Fiscal	340.872.893.749	Investimentos	16.197.407.996
		Reservas	164.465.254
		Outras	164.465.254
Total	340.929.714.040	Total	340.929.714.040
Resumo			
Receitas Correntes	1.438.093.598.863	Despesas Correntes	1.785.923.502.816
Receitas Correntes Intraorçamentárias	23.665.563.163	Despesas de Capital	16.600.907.996
Transferência do Orçamento Fiscal	340.872.893.749	Reservas	164.465.254
Receitas de Capital	56.820.291		
Total	1.802.688.876.066	Total	1.802.688.876.066

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Multas e Juros de Mora (do principal e da dívida ativa) das Receitas de Capital.

(3) Inclui: Dívida Ativa. Exclui: Multas e Juros de Mora do principal e da Dívida Ativa.

Quadro 1C **Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Categoria Econômica**

LDO-2025, Anexo I, Inciso I.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	3.003.607.095.671	Despesas Correntes	3.355.442.552.133
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	1.115.815.358.230	Pessoal e Encargos Sociais	443.095.274.027
Contribuições (1)	1.507.237.462.249	Juros e Encargos da Dívida	480.013.131.390
Receita Patrimonial (1)	210.641.824.347	Outras Despesas Correntes	2.432.334.146.716
Receita Agropecuária (1)	22.955.429		
Receita Industrial (1)	14.543.835.789		
Receita de Serviços (1)	56.424.088.172		
Transferências Correntes (1)	278.510.793		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	98.643.060.662		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	24.193.472.130		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	3.195.163		
Contribuições (1)	23.554.755.761		
Receita Patrimonial (1)	6.248.395		
Receita Industrial (1)	24.453.871		
Receita de Serviços (1)	398.099.939		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	206.719.001		
Deficit do Orçamento Corrente	327.641.984.332		
Total	3.027.800.567.801	Total	3.355.442.552.133
		Deficit do Orçamento Corrente	327.641.984.332
Receitas de Capital	2.694.594.319.920	Despesas de Capital	2.299.900.787.550
Operações de Crédito (3)	2.528.434.258.015	Investimentos	80.323.782.189
Alienação de Bens (3)	268.504.522	Inversões Financeiras	170.633.186.497
Amortização de Empréstimos (3)	36.643.609.124	Amortização da Dívida	2.048.943.818.864
Transferências de Capital (3)	46.836.800	Reservas	67.051.548.038
Outras Receitas de Capital (3)	129.201.111.459	Contingência	24.002.148.512
		Outras	43.049.399.526
Total	2.694.594.319.920	Total	2.694.594.319.920
Resumo			
Receitas Correntes	3.003.607.095.671	Despesas Correntes	3.355.442.552.133
Receitas Correntes Intraorçamentárias	24.193.472.130	Despesas de Capital	2.299.900.787.550
Receitas de Capital	2.694.594.319.920	Reservas	67.051.548.038
Total	5.722.394.887.721	Total	5.722.394.887.721

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
(2) Inclui: Multas e Juros de Mora (do principal e da dívida ativa) das Receitas de Capital.
(3) Inclui: Dívida Ativa. Exclui: Multas e Juros de Mora do principal e da Dívida Ativa.

Quadro 2

Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO-2025, Anexo I, Inciso II.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Categoria Econômica e Origem	Fiscal	Seguridade	Total
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes	1.565.513.496.808	1.438.093.598.863	3.003.607.095.671
1.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.115.038.214.822	777.143.408	1.115.815.358.230
1.2.0.0.00.00	Contribuições	108.178.797.247	1.399.058.665.002	1.507.237.462.249
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	196.266.235.731	14.375.588.616	210.641.824.347
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária	22.955.429		22.955.429
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial	14.543.242.089	593.700	14.543.835.789
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	34.810.770.373	21.613.317.799	56.424.088.172
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	267.819.293	10.691.500	278.510.793
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	96.385.461.824	2.257.598.838	98.643.060.662
2.0.0.0.00.00	Receitas de Capital	2.694.537.499.629	56.820.291	2.694.594.319.920
2.1.0.0.00.00	Operações de Crédito	2.528.434.258.015		2.528.434.258.015
2.2.0.0.00.00	Alienação de Bens	211.684.231	56.820.291	268.504.522
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos	36.643.609.124		36.643.609.124
2.4.0.0.00.00	Transferências de Capital	46.836.800		46.836.800
2.9.0.0.00.00	Outras Receitas de Capital	129.201.111.459		129.201.111.459
7.0.0.0.00.00	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	527.908.967	23.665.563.163	24.193.472.130
7.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias	3.195.163		3.195.163
7.2.0.0.00.00	Contribuições - Operações Intraorçamentárias	3.438.222	23.551.317.539	23.554.755.761
7.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias	6.248.395		6.248.395
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias	24.453.871		24.453.871
7.6.0.0.00.00	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias	398.027.863	72.076	398.099.939
7.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	92.545.453	114.173.548	206.719.001
TOTAL		4.260.578.905.404	1.461.815.982.317	5.722.394.887.721

* As multas e juros de mora das receitas de capital são item da receita corrente

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
01.000	Camara dos Deputados	156.717.731
1000	Recursos Livres da União	45.140.261
1050	Recursos Próprios Livres da UO	111.369.433
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	208.037
01.901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	156.717.731
1000	Recursos Livres da União	45.140.261
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	461.892
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	34.533.712
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	10.144.657
1050	Recursos Próprios Livres da UO	111.369.433
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.077.749
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.340
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	80.578.661
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	23.670.866
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	300.355
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	762.458
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	20.160
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	18.628
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	4.470.525
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	467.691
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	208.037
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	208.037
02.000	Senado Federal	28.802.996
1000	Recursos Livres da União	6.083.152
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	4.781.624
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.938.220
02.101	Senado Federal	28.802.996
1000	Recursos Livres da União	6.083.152
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	617.946
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	5.400.072
7.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	65.134
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e	4.781.624
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	4.781.624
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.938.220
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.441.874
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	12.600.169
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1.758.129
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	227.034
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.358.967
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	400.068
7.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	151.979
03.000	Tribunal de Contas da União	16.538.251
1000	Recursos Livres da União	4.061.475
1050	Recursos Próprios Livres da UO	12.476.776

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
03.101	Tribunal de Contas da União	16.538.251
1000	Recursos Livres da União	4.061.475
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	4.061.475
1050	Recursos Próprios Livres da UO	12.476.776
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	9.476.776
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.000.000
10.000	Supremo Tribunal Federal	6.265.363
1000	Recursos Livres da União	1.800.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	161.394
1052	Recursos Livres da UO	103.969
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.200.000
10.101	Supremo Tribunal Federal	6.265.363
1000	Recursos Livres da União	1.800.000
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.800.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	161.394
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	161.394
1052	Recursos Livres da UO	103.969
	1.9.2.3.02.0.1 Ressarcimento de Custos - Principal	103.969
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.200.000
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	4.200.000
11.000	Superior Tribunal de Justiça	2.415.877
1000	Recursos Livres da União	649.965
1050	Recursos Próprios Livres da UO	73.654
1052	Recursos Livres da UO	175.674
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.516.584
11.101	Superior Tribunal de Justiça	2.415.877
1000	Recursos Livres da União	649.965
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	649.965
1050	Recursos Próprios Livres da UO	73.654
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	73.654
1052	Recursos Livres da UO	175.674
	1.9.2.3.02.0.1 Ressarcimento de Custos - Principal	175.674
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.516.584
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.516.584
13.000	Justiça Militar da União	210.977
1000	Recursos Livres da União	7.056
1050	Recursos Próprios Livres da UO	203.921
13.101	Justiça Militar da União	210.977
1000	Recursos Livres da União	7.056
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.056
1050	Recursos Próprios Livres da UO	203.921
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.465
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	187.456
14.000	Justiça Eleitoral	123.522.232
1052	Recursos Livres da UO	123.522.232
14.901	Fundo Partidário	123.522.232

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1052	Recursos Livres da UO	123.522.232
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	67.022.797
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	340.961
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	51.696.250
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	4.462.224
15.000	Justiça do Trabalho	1.744.530.548
1000	Recursos Livres da União	523.359.166
1050	Recursos Próprios Livres da UO	11.904.154
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.209.267.228
15.101	Tribunal Superior do Trabalho	714.882
1000	Recursos Livres da União	214.465
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	214.465
1050	Recursos Próprios Livres da UO	500.417
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	500.417
15.102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	45.072.217
1000	Recursos Livres da União	13.521.666
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.445
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	13.506.221
1050	Recursos Próprios Livres da UO	36.037
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	36.037
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	31.514.514
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	31.514.514
15.103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	57.208.193
1000	Recursos Livres da União	17.162.458
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	255.716
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	16.906.742
1050	Recursos Próprios Livres da UO	596.672
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	596.672
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	39.449.063
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	39.449.063
15.104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	30.024.187
1000	Recursos Livres da União	9.007.256
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	242.574
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	8.764.682
1050	Recursos Próprios Livres da UO	566.007
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	566.007
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	20.450.924
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	20.450.924
15.105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	37.250.844
1000	Recursos Livres da União	11.175.253
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	106.870
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	11.068.383
1050	Recursos Próprios Livres da UO	249.364
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	249.364
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	25.826.227
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	25.826.227
15.106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	28.118.939
1000	Recursos Livres da União	8.435.682

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	368.023
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	8.067.659
1050	Recursos Próprios Livres da UO	858.721
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	858.721
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	18.824.536
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	18.824.536
15.107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	13.950.084
1000	Recursos Livres da União	4.185.025
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	106.729
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1.460.686
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.617.610
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.657.302
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	249.035
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	3.408.267
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.107.757
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.107.757
15.108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	6.627.374
1000	Recursos Livres da União	1.988.212
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	173.397
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.814.815
1050	Recursos Próprios Livres da UO	404.594
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	404.594
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.234.568
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	4.234.568
15.109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	3.817.444
1000	Recursos Livres da União	1.145.233
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	98.356
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.046.877
1050	Recursos Próprios Livres da UO	229.497
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	229.497
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.442.714
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.442.714
15.110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	22.046.166
1000	Recursos Livres da União	6.613.850
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	200.898
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.412.952
1050	Recursos Próprios Livres da UO	468.763
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	468.763
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	14.963.553
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	14.963.553
15.111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	13.280.538
1000	Recursos Livres da União	3.984.162
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	244.097
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.740.065
1050	Recursos Próprios Livres da UO	569.558
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	569.558
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	8.726.818

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	8.726.818
15.112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	4.754.397
1000	Recursos Livres da União	1.426.319
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	231.476
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.194.843
1050	Recursos Próprios Livres da UO	540.112
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	540.112
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.787.966
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.787.966
15.113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	6.343.211
1000	Recursos Livres da União	1.902.963
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.056
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.889.907
1050	Recursos Próprios Livres da UO	30.465
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	30.465
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.409.783
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	4.409.783
15.114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	1.817.769
1000	Recursos Livres da União	545.331
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	44.177
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	501.154
1050	Recursos Próprios Livres da UO	103.078
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	103.078
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.169.360
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.169.360
15.115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	3.741.304
1000	Recursos Livres da União	1.122.391
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.614
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.108.777
1050	Recursos Próprios Livres da UO	31.767
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	31.767
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.587.146
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.587.146
15.116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	33.625.614
1000	Recursos Livres da União	10.087.685
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	244.096
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	9.843.589
1050	Recursos Próprios Livres da UO	569.556
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	569.556
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	22.968.373
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	22.968.373
15.117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	2.571.784
1000	Recursos Livres da União	771.535
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	76.870
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	694.665
1050	Recursos Próprios Livres da UO	179.363
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	179.363
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.620.886

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.620.886
15.118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	8.891.497
1000	Recursos Livres da União	2.667.449
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	185.609
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.481.840
1050	Recursos Próprios Livres da UO	433.088
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	433.088
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	5.790.960
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	5.790.960
15.119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	4.649.646
1000	Recursos Livres da União	1.394.893
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	408.416
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	986.477
1050	Recursos Próprios Livres da UO	952.972
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	952.972
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.301.781
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.301.781
15.120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	3.865.766
1000	Recursos Livres da União	1.159.730
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	168.458
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	991.272
1050	Recursos Próprios Livres da UO	393.069
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	393.069
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.312.967
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.312.967
15.121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	5.133.459
1000	Recursos Livres da União	1.540.038
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	42.297
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.497.741
1050	Recursos Próprios Livres da UO	98.692
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	98.692
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.494.729
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.494.729
15.122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	3.102.365
1000	Recursos Livres da União	930.710
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	61.478
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	869.232
1050	Recursos Próprios Livres da UO	143.447
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	143.447
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.028.208
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.028.208
15.123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	1.790.383
1000	Recursos Livres da União	537.115
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	48.347
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	488.768
1050	Recursos Próprios Livres da UO	112.809
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	112.809
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.140.459

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.140.459
15.124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	1.574.379
1000	Recursos Livres da União	472.314
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	472.314
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.102.065
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.102.065
15.125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	2.537.998
1000	Recursos Livres da União	761.399
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	76.630
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	684.769
1050	Recursos Próprios Livres da UO	178.804
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	178.804
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.597.795
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.597.795
15.126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1.402.020.108
1000	Recursos Livres da União	420.606.032
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	420.606.032
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	981.414.076
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	981.414.076
16.000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	117.027.625
1000	Recursos Livres da União	34.512.304
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.961.531
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	207.457
1052	Recursos Livres da UO	906.137
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	63.440.196
16.101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	117.027.625
1000	Recursos Livres da União	34.512.304
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	150.190
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.155.794
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	27.188.655
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	17.665
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.961.531
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	350.443
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	16.696.851
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	442.502
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	430.518
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	41.217
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	207.457
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	207.457
1052	Recursos Livres da UO	906.137
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	906.137
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	63.440.196
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	63.440.196
20.000	Presidência da República	445.738.786
1000	Recursos Livres da União	73.446.226
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	152.170.495
1050	Recursos Próprios Livres da UO	218.930.477

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.191.588
20.101	Presidência da República	801.016
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	801.016
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	801.016
20.118	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	390.572
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	390.572
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	390.572
20.415	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	328.244.243
1000	Recursos Livres da União	73.446.226
1.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	65.032.604
1.2.2.1.10.0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	124.971
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.230.298
7.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	58.353
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	152.170.495
1.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	151.742.741
1.2.2.1.10.0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	291.598
7.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	136.156
1050	Recursos Próprios Livres da UO	102.627.522
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	19.204.029
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	83.423.493
20.927	Fundo de Imprensa Nacional	116.302.955
1050	Recursos Próprios Livres da UO	116.302.955
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	116.251.269
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	18.395
7.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	33.291
22.000	Ministério da Agricultura e Pecuária	168.576.975
1000	Recursos Livres da União	6.060.797
1050	Recursos Próprios Livres da UO	58.343.411
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.947.453
1052	Recursos Livres da UO	81.548.442
1059	Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.182.822
1075	CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	276.774
1081	Convênios	2.500.000
1116	Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudás - SNSM	9.717.276
22.101	Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	99.090.436
1000	Recursos Livres da União	3.446.787
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	3.349.973
1.2.2.1.03.0.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	96.465
1.2.2.1.03.0.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	349
1052	Recursos Livres da UO	81.466.777
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	7.816.604
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	73.642.097
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	8.076
1059	Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.182.822
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.182.822
1075	CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	276.774

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.2.2.1.03.0.1 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	225.086
	1.2.2.1.03.0.2 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	4.380
	1.2.2.1.03.0.3 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	813
	1.2.2.1.03.0.4 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	46.495
1116	Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM	9.717.276
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.717.276
22.110	Ministério da Agricultura e Pecuária - Receitas Específicas	500.000
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	500.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	500.000
22.202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	68.844.801
1000	Recursos Livres da União	2.614.010
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.137.030
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.476.980
1050	Recursos Próprios Livres da UO	58.283.338
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.653.070
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	19.194
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.446.286
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	8.440.355
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	31.949
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	323.854
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	31.144.376
	1.6.1.1.03.0.2 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros	218.748
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	130.458
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	144.800
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	9.476.412
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	20.008
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.233.828
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.447.453
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.447.453
1081	Convênios	2.500.000
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.500.000
22.906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	141.738
1050	Recursos Próprios Livres da UO	60.073
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	60.073
1052	Recursos Livres da UO	81.665
	2.2.1.2.04.0.3 Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	81.665
24.000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	20.973.090.179
1000	Recursos Livres da União	6.005.686.429
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.817.152.001
1052	Recursos Livres da UO	655.209.205
1058	Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais	15.813.905
1065	Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	54.283.396
1081	Convênios	12.000.000
1097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	605.508.430
1098	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	1.412.853.004
1099	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e	605.508.430
1100	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	1.412.853.004

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1101	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação)	3.229.378.297
1102	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis,	807.344.574
1103	CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	109.129.852
1104	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	404.385.115
1105	CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	39.961.019
1106	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções	2.519.435
1107	CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	823.353.490
1108	CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	620.717.800
1109	CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	81.279.660
1110	CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	43.356.204
1112	CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	8.869.238
1113	Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no	89.912.291
1118	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	2.115.954.040
1119	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções	58.309
1136	CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	3.051
24.101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	129.500.453
1000	Recursos Livres da União	38.605.073
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	71.234
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	38.370.286
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	163.553
1050	Recursos Próprios Livres da UO	983.089
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	166.213
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	816.876
1113	Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens	89.912.291
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	89.530.666
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	381.625
24.110	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Receitas Específicas	1.181.405
1000	Recursos Livres da União	76.561
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	76.561
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.104.844
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	178.643
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	324.862
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	20.000
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	581.339
24.201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	90.212.585
1000	Recursos Livres da União	23.264.312
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	23.264.312
1050	Recursos Próprios Livres da UO	664.877
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	190.301
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	474.576
1065	Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	54.283.396
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	54.283.396
1081	Convênios	12.000.000
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	12.000.000
24.204	Comissão Nacional de Energia Nuclear	149.060.812
1000	Recursos Livres da União	9.420.398
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	6.777.388

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	207.194
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.435.816
1050	Recursos Próprios Livres da UO	123.826.509
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	483.452
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.683.570
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	108.030.545
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	478.219
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	2.641.940
	1.6.1.1.04.0.2 Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros	1.392
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	325.093
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.168.448
	7.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	13.850
1058	Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional,	15.813.905
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	15.813.905
24.209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	35.812
1050	Recursos Próprios Livres da UO	35.812
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	35.812
24.901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	20.603.099.112
1000	Recursos Livres da União	5.934.320.085
	1.1.2.1.02.3.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	479.943
	1.1.2.1.02.4.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	499.858
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	58.462.420
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	332.527.393
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	4.324.646.198
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	414.021
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	29.549.860
	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	419.299
	1.2.2.1.11.1.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	4.745.109
	1.2.2.1.11.2.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	23.226.539
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.634
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	653.190.274
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	95.207
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	29.740
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	441.082.227
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	21.316.825
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	90.863
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	17.569.812
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	25.965.610
	1.3.4.5.03.2.3 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	7.253
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.690.536.870
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.524.110.640
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	166.426.230
1052	Recursos Livres da UO	655.209.205
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	655.209.205

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	605.508.430
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	605.450.467
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	57.963
1098	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	1.412.853.004
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.412.717.757
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	135.247
1099	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções	605.508.430
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	605.450.467
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	57.963
1100	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	1.412.853.004
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.412.717.757
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	135.247
1101	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à	3.229.378.297
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	3.229.069.160
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	309.137
1102	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos	807.344.574
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	807.267.290
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	77.284
1103	CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	109.129.852
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	109.129.852
1104	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	404.385.115
1.2.2.1.06.0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	155.179.450
1.2.2.1.11.1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	2.214.384
1.2.2.1.11.1.2	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e Juros	2.925
1.2.2.1.11.2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	10.839.051
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	763
1.3.4.1.03.3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	205.838.373
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	9.947.852
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	42.402
1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	8.199.246
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	12.117.285
1.3.4.5.03.2.3	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	3.384
1105	CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	39.961.019
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	39.791.408
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	169.611
1106	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções	2.519.435
1.1.2.1.02.3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.119.866
1.1.2.1.02.4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.166.335
1.3.3.3.05.0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	177.719
1.3.3.3.99.2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	55.515
1107	CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	823.353.490

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1108	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	823.353.490
	CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	620.717.800
1109	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	620.717.800
	CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	81.279.660
1110	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	32.796.984
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	48.469.138
	1.3.4.5.03.2.3 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	13.538
	CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	43.356.204
1112	1.2.2.1.11.2.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	43.356.204
	CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	8.869.238
1118	1.2.2.1.11.1.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	8.857.537
	1.2.2.1.11.1.2 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e Juros	11.701
	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	2.115.954.040
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	27.282.463
1119	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	2.018.168.225
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	193.210
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	68.949.672
	1.2.2.1.09.2.2 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	382.106
1119	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	978.364
	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções	58.309
1136	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	44.430
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	13.879
	CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	3.051
25.000	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.051
	Ministério da Fazenda	24.303.112.085
1000	Recursos Livres da União	1.273.949.126
1015	Casa da Moeda	257.853.271
1018	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	29.859.602
1031	FUNDAF - PGFN	4.260.631.067
1032	FUNDAF - RFB	16.008.756.275
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.289.253.070
1052	Recursos Livres da UO	1.182.809.674
25.101	Ministério da Fazenda - Administração Direta	42.656.574
1000	Recursos Livres da União	12.796.972
1018	1.1.2.1.09.0.1 Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal	12.796.972
	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de	29.859.602
25.103	1.1.2.1.09.0.1 Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal	29.859.602
	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	16.549.032.268
1000	Recursos Livres da União	282.008.268
1015	1.1.2.1.06.0.1 Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	192.116.914
	1.1.2.1.07.0.1 Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal	6.613.244
	1.2.2.1.02.0.1 Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	83.278.110
1015	Casa da Moeda	257.853.271

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1032	FUNDAF - RFB	16.008.756.275
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	257.853.271
1.1.1.1.01.0.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	163.303.644
1.1.1.1.01.0.7	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	379.016
1.1.1.2.01.2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	12.020.956
1.1.1.2.01.2.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	699.611
1.1.1.3.01.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	1.503.522.297
1.1.1.3.01.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	184.679.069
1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	3.148.475.562
1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	255.141.241
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	764.262.541
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	45.337.869
1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	2.017.047
1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	13.802.195
1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	404.379.933
1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	40.712.290
1.1.1.5.02.0.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	131.272.258
1.1.1.5.02.0.7	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	5.690.507
1.1.2.1.06.0.1	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	448.272.799
1.1.2.1.07.0.1	Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal	15.430.903
1.2.1.1.01.0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1.866.613.077
1.2.1.1.02.0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	165.489.722
1.2.1.1.49.0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros do Principal	1.104.318.860
1.2.1.2.01.0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	802.856.719
1.2.1.2.02.0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	67.788.026
1.2.1.2.49.0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros do Principal	356.802.461
1.2.1.3.01.0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1.021.725.299
1.2.1.3.02.0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	103.607.008
1.2.1.3.49.0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros do Principal	767.543.171
1.2.1.5.01.1.6	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Juros do Principal	1.035.177
1.2.2.1.02.0.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	194.315.590
1.2.2.1.05.0.2	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	1.706.031
1.2.2.1.07.0.2	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	11.657.533
1.2.2.1.07.0.4	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	360.295
1.2.2.1.08.2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	145.577
1.2.2.1.99.1.2	Outras Contribuições Econômicas - Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Multas e Juros	9.498
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.916.334
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	40.696
1.9.3.1.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	127.539.149
1.9.3.1.02.1.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	352.234
1.9.9.9.20.0.1	Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal	1.461.571.487
1.9.9.9.99.1.2	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	114.939.325
1.9.9.9.99.1.3	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	537.929.567

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	153.659.497
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	857.329
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1.889
	7.2.1.5.02.1.6 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Juros do Principal - Operações Intraorçamentárias	1.574.986
1050	Recursos Próprios Livres da UO	414.454
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	8.976
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	405.478
25.104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	4.260.631.067
1031	FUNDAF - PGFN	4.260.631.067
	1.1.1.1.01.0.8 Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	4.089.371
	1.1.1.2.01.2.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1.234.967
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	306.363.314
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	548.152.778
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	118.126.232
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	122.551.897
	1.1.1.5.02.0.8 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	27.929.713
	1.2.1.1.01.0.8 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	137.693.129
	1.2.1.1.02.0.8 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	29.197.401
	1.2.1.1.49.0.8 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1.134.695.014
	1.2.1.2.01.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	40.168.555
	1.2.1.2.02.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	9.477.429
	1.2.1.2.49.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	277.703.551
	1.2.1.3.01.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	52.360.355
	1.2.1.3.02.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	19.168.753
	1.2.1.3.49.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	501.674.021
	1.2.2.1.07.0.4 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	733.434
	1.2.2.1.08.2.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	1.277.702
	1.2.2.1.99.2.4 Outras Contribuições Econômicas - Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	874.547
	1.9.9.9.12.1.1 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	927.158.904
25.203	Comissão de Valores Mobiliários	1.270.418.456
1000	Recursos Livres da União	349.390.465
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	345.009.092
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	4.145.945
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	235.428
1050	Recursos Próprios Livres da UO	549.333
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	549.333
1052	Recursos Livres da UO	920.478.658
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	805.021.214
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	382.757
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	9.673.870
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	96.463.836
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	8.936.981
25.208	Superintendência de Seguros Privados	410.504.726

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	115.871.957
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	102.030.678
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.841.279
1050	Recursos Próprios Livres da UO	32.301.753
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	32.296.317
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	5.436
1052	Recursos Livres da UO	262.331.016
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	238.071.582
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	23.003.668
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1.255.766
25.903	Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.769.868.994
1000	Recursos Livres da União	513.881.464
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	513.881.464
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.255.987.530
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.199.056.748
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	56.930.782
26.000	Ministério da Educação	19.095.181.418
1000	Recursos Livres da União	153.101.954
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	36.376.647
1008	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.523.154.256
1012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	374.960.571
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	2.029.001
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	392.096.278
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.137.712.711
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.589.880
1081	Convênios	65.152.463
1095	Doações Estrangeiras	726.666
1096	Doações Nacionais	734.582
1128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	24.083.623
1133	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	14.220.521.844
1134	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	153.940.942
26.101	Ministério da Educação - Administração Direta	2.898.114.827
1008	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.523.154.256
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	740.826.770
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1.481.653.541
1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	300.673.945
1012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	374.960.571
1.9.2.2.01.1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	373.029.756
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	1.930.815
26.104	Instituto Nacional de Educação de Surdos	1.552.240
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.552.240
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.552.240
26.105	Instituto Benjamin Constant	1.193.500
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.193.500
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.193.500
26.201	Colégio Pedro II	4.159.287

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	48.319
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	48.319
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.110.968
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	112.743
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	14.176
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.973.860
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	10.189
26.230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	403.942
1000	Recursos Livres da União	63.795
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	63.795
1050	Recursos Próprios Livres da UO	340.147
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	148.854
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	7.047
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	176.105
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.141
26.231	Universidade Federal de Alagoas	9.383.889
1000	Recursos Livres da União	193.939
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	193.939
1050	Recursos Próprios Livres da UO	9.189.950
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	452.525
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	7.314.667
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	937.215
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	14.127
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	385.196
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	86.220
26.232	Universidade Federal da Bahia	21.097.367
1000	Recursos Livres da União	543.673
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	543.673
1050	Recursos Próprios Livres da UO	20.553.694
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.268.571
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	18.531.747
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	749.700
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	3.676
26.233	Universidade Federal do Ceará	10.044.360
1000	Recursos Livres da União	609.918
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	609.918
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.683.493
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.423.141
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	8.340
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.814.044
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	226.441
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	340.173
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	47.222
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.824.132
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	750.949
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	750.949

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.234	Universidade Federal do Espírito Santo	23.762.814
1000	Recursos Livres da União	873.380
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	873.380
1050	Recursos Próprios Livres da UO	22.643.434
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.037.885
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	92.933
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	18.931.020
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.374.000
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	89.784
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.318
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	100.494
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	246.000
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	246.000
26.235	Universidade Federal de Goiás	13.614.061
1000	Recursos Livres da União	313.132
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	313.132
1050	Recursos Próprios Livres da UO	13.300.929
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	730.640
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	12.539.050
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	31.239
26.236	Universidade Federal Fluminense	36.652.430
1000	Recursos Livres da União	717.224
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	717.224
1050	Recursos Próprios Livres da UO	35.935.206
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.673.521
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	51.256
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	31.981.019
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.006.060
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	215.397
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.953
26.237	Universidade Federal de Juiz de Fora	241.654.081
1000	Recursos Livres da União	4.289.101
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	85.841
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.203.260
1050	Recursos Próprios Livres da UO	237.364.980
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	200.294
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.807.606
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	218.453.854
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.532.230
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.220.597
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	138.963
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	11.436
26.238	Universidade Federal de Minas Gerais	30.152.956
1000	Recursos Livres da União	3.687.803
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.279.073
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	28.052

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	377.201
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	3.477
1050	Recursos Próprios Livres da UO	26.465.153
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.651.171
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	65.453
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	880.137
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	8.114
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	266.550
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	16.738.044
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	586.766
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	97.095
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.103
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	155.720
26.239	Universidade Federal do Pará	21.598.175
1000	Recursos Livres da União	656.022
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	251.327
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	404.695
1050	Recursos Próprios Livres da UO	19.230.960
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	586.428
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	944.287
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.261.969
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.998.800
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	46.207
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.393.269
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	798.010
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	798.010
1081	Convênios	913.183
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	913.183
26.240	Universidade Federal da Paraíba	7.486.340
1000	Recursos Livres da União	792.686
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	792.686
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.460.754
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.849.600
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	21.952
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.782.250
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	806.952
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	232.900
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	232.900
26.241	Universidade Federal do Paraná	26.107.560
1000	Recursos Livres da União	1.938.890
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.483.429
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	455.461
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.872.928
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.461.335
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.062.742
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	22.443

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.449.696
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	286.068
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	2.103.238
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	487.406
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	589.818
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	589.818
1081	Convênios	5.705.924
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	5.023.480
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	682.444
26.242	Universidade Federal de Pernambuco	23.109.633
1000	Recursos Livres da União	738.609
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	738.609
1050	Recursos Próprios Livres da UO	19.063.603
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.723.420
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	28.186
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.215.321
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.776.931
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	240.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	7.776
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	169.184
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.902.785
1081	Convênios	3.307.421
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.255.418
	2.4.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	52.003
26.243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	30.807.519
1000	Recursos Livres da União	776.055
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	723.110
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	52.945
1050	Recursos Próprios Livres da UO	30.031.464
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.687.257
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	21.545.969
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.492.250
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	88.350
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	311.217
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.563.774
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	123.537
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.219.110
26.244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	44.022.345
1000	Recursos Livres da União	797.306
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	797.306
1050	Recursos Próprios Livres da UO	43.225.039
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.860.379
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	570.228
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	40.623.219
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	171.213

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	72.221.762
1000	Recursos Livres da União	18.305.913
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.305.913
1050	Recursos Próprios Livres da UO	53.915.849
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	42.713.797
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	20.055
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	6.852.160
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.102.608
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.755
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	204.642
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	5.832
26.246	Universidade Federal de Santa Catarina	48.285.857
1000	Recursos Livres da União	2.120.382
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.819.583
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	300.799
1050	Recursos Próprios Livres da UO	46.165.475
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.245.692
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	701.864
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	2.475.699
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	172.600
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	29.485.437
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.500.561
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	853.620
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.606.204
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	123.798
26.247	Universidade Federal de Santa Maria	5.653.763
1000	Recursos Livres da União	446.055
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	405.149
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	40.906
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.207.708
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	945.347
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	95.448
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.117.017
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	49.896
26.248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	999.024
1000	Recursos Livres da União	178.885
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	178.885
1050	Recursos Próprios Livres da UO	820.139
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	417.397
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	258.348
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	27.416
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	116.978
26.249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2.921.939
1000	Recursos Livres da União	659.194
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	659.194
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.262.745
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.538.118

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	617.668
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	90.134
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	16.825
26.250	Fundação Universidade Federal de Roraima	1.696.858
1000	Recursos Livres da União	137.148
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	137.148
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.559.710
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	320.012
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	125.555
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	998.841
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	21.896
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	85.656
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	7.750
26.251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	4.993.773
1000	Recursos Livres da União	68.526
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	68.526
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.925.247
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	159.894
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	11.280
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.241.677
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.481.457
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	30.939
26.252	Universidade Federal de Campina Grande	687.555
1000	Recursos Livres da União	183.115
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	183.115
1050	Recursos Próprios Livres da UO	504.440
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	427.267
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	77.173
26.253	Universidade Federal Rural da Amazônia	549.762
1000	Recursos Livres da União	23.316
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	23.316
1050	Recursos Próprios Livres da UO	526.446
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	54.405
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	472.041
26.254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1.017.639
1000	Recursos Livres da União	66.243
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	66.243
1050	Recursos Próprios Livres da UO	945.396
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	154.566
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	110.400
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	678.990
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.440
1096	Doações Nacionais	6.000
	1.7.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	6.000
26.255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	2.549.424
1000	Recursos Livres da União	14.531

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	14.531
	Recursos Próprios Livres da UO	2.534.893
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	33.904
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	229.309
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	296.448
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	1.192
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.814.001
26.256	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	160.039
	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	3.358.372
1000	Recursos Livres da União	138.864
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	36.544
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	102.320
1050	Recursos Próprios Livres da UO	405.382
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	85.269
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	238.747
1081	1.9.2.1.01.0.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	81.366
	Convênios	2.814.126
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.814.126
26.257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	4.153.568
1000	Recursos Livres da União	158.086
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	158.086
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.995.482
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	368.866
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.528.423
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.098.193
26.258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	7.323.267
1000	Recursos Livres da União	132.717
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	116.236
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	11.232
1050	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.249
	Recursos Próprios Livres da UO	4.881.085
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	271.216
1081	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	26.208
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.247
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	48.900
26.260	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.358.088
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	80.510
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	83.916
1000	Convênios	2.309.465
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.309.465
1050	Universidade Federal de Alfenas	1.622.153
	Recursos Livres da União	26.392
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	26.392
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.595.761
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	61.581

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.338.024
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	164.436
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	31.720
26.261	Universidade Federal de Itajubá	1.490.769
1000	Recursos Livres da União	46.639
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	46.639
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.444.130
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	108.823
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	578.721
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	165.300
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	583.488
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	4.168
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	3.630
26.262	Universidade Federal de São Paulo	13.610.388
1000	Recursos Livres da União	1.112.479
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.328
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.072.151
1050	Recursos Próprios Livres da UO	12.497.909
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	94.098
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.501.686
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.398.089
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.393.558
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	11.460
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	99.018
26.263	Universidade Federal de Lavras	7.418.324
1000	Recursos Livres da União	185.297
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	185.297
1050	Recursos Próprios Livres da UO	7.233.027
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	432.359
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.142.283
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	181.770
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.952.168
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.438.771
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	45.647
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.869
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	38.160
26.264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	1.598.335
1000	Recursos Livres da União	94.428
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	94.428
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.373.335
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	220.332
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	44.460
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	343.987
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	567.000
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	101.575
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	95.981

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	130.572
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	130.572
26.266	Fundação Universidade Federal do Pampa	1.257.756
1000	Recursos Livres da União	83.810
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	66.219
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	17.591
1050	Recursos Próprios Livres da UO	507.280
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	154.510
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	41.047
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	221.723
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	90.000
1095	Doações Estrangeiras	666.666
	2.4.6.1.01.0.1 Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	666.666
26.267	Universidade Federal da Integração Latino Americana	3.284.381
1000	Recursos Livres da União	49.279
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	49.279
1050	Recursos Próprios Livres da UO	368.838
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	114.985
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	87.300
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	125.784
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	40.769
1081	Convênios	2.866.264
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.796.264
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	70.000
26.268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	700.522
1000	Recursos Livres da União	17.518
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.615
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	903
1050	Recursos Próprios Livres da UO	683.004
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.767
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.108
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	578.446
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	47.520
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	16.163
26.269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	420.184
1000	Recursos Livres da União	82.753
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	82.753
1050	Recursos Próprios Livres da UO	337.431
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	193.091
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	144.340
26.270	Fundação Universidade do Amazonas	10.908.674
1000	Recursos Livres da União	593.543
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	559.239
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	34.304
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.201.646
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.304.892

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	80.043
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	12.710
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.806.113
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.959.553
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	38.335
1081	Convênios	2.113.485
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.336.750
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	72.400
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	286.520
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	417.815
26.271	Fundação Universidade de Brasília	98.677.026
1000	Recursos Livres da União	19.423.293
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	17.258.262
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	183.980
	1.3.9.9.99.0.1 Outras Receitas Patrimoniais - Principal	1.981.051
1050	Recursos Próprios Livres da UO	77.856.818
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.269.279
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	149.099
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	429.285
	1.3.9.9.99.0.1 Outras Receitas Patrimoniais - Principal	4.622.453
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	557.974
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	31.373.431
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	312.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	143.297
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.396.915
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.396.915
26.272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	10.425.525
1000	Recursos Livres da União	517.532
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	295.129
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	222.403
1050	Recursos Próprios Livres da UO	9.907.993
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	688.633
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	518.940
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.756.852
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.982.500
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.961.068
26.273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	1.264.529
1000	Recursos Livres da União	102.016
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	70.203
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	31.813
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.162.513
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	163.806
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	74.230
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	924.477
26.274	Universidade Federal de Uberlândia	17.269.363
1000	Recursos Livres da União	367.105

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	342.444
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	22.161
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	2.500
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.965.458
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	799.035
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	51.708
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	5.833
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.493.553
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.780.948
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	369.957
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	464.424
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	100.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	100.000
1081	Convênios	7.836.800
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	7.836.800
26.275	Fundação Universidade Federal do Acre	1.197.910
1000	Recursos Livres da União	21.247
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	21.247
1050	Recursos Próprios Livres da UO	867.495
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	49.577
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	491.008
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	326.910
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	309.168
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	309.168
26.276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	9.394.563
1000	Recursos Livres da União	401.450
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	367.812
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	33.638
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.993.113
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	858.227
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.784.637
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.042.464
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	856.253
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.373.043
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	78.489
26.277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	9.313.311
1000	Recursos Livres da União	531.227
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	531.227
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.625.469
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.239.529
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	7.026.604
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	291.932
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	42.811
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	24.593
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	156.615
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	156.615
26.278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	2.304.557

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	86.270
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	85.348
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	922
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.083.968
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	199.144
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.150
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	2.451
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	76.648
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.653.000
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	2.376
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	148.199
1081	Convênios	134.319
1.7.3.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	134.319
26.279	Fundação Universidade Federal do Piauí	5.607.113
1000	Recursos Livres da União	122.074
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	122.074
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.485.039
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	284.839
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.343.030
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.688.186
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	30.517
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	128.456
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	10.011
26.280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	6.841.384
1000	Recursos Livres da União	799
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	799
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.840.585
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.863
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	6.406.722
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	432.000
26.281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	4.408.010
1000	Recursos Livres da União	700.378
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	441.120
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	259.258
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.707.632
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.029.279
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	604.935
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.514.954
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	502.000
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	56.464
26.282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	14.730.660
1000	Recursos Livres da União	727.865
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	308.011
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	419.854
1050	Recursos Próprios Livres da UO	13.552.789
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	718.692

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	6.644
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	979.659
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.261.387
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.549.150
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	1.857
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	35.400
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	450.006
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	450.006
26.283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	42.161.469
1000	Recursos Livres da União	801.046
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	796.444
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.602
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e	36.376.647
	1.6.3.2.01.0.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal	36.376.647
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.654.230
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.858.369
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	10.738
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.227.281
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	117.500
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	4.752
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	435.590
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	329.546
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	329.546
26.284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	67.953
1050	Recursos Próprios Livres da UO	67.953
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	11.063
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	51.299
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	5.591
26.285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	727.519
1000	Recursos Livres da União	56.840
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	56.840
1050	Recursos Próprios Livres da UO	670.679
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	132.628
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	361.671
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	105.500
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	70.880
26.286	Fundação Universidade Federal do Amapá	2.338.093
1000	Recursos Livres da União	65.980
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	65.980
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.272.113
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	153.954
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.118.159
26.290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	246.280.839
1000	Recursos Livres da União	10.324.549
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	10.321.553
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.996

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	211.872.667
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	6.992
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	211.865.675
1128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	24.083.623
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	24.083.623
26.291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	1.549.546
1000	Recursos Livres da União	464.864
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	464.864
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.084.682
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.084.682
26.292	Fundação Joaquim Nabuco	54.091
1000	Recursos Livres da União	4.117
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.117
1050	Recursos Próprios Livres da UO	49.974
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.605
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	35.701
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.668
26.294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	125.137.353
1000	Recursos Livres da União	3.432.157
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.139.894
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	799.664
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	492.599
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	2.029.001
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	409.001
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1.620.000
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	94.542.329
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.993.087
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.865.882
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1.149.397
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	12.551.806
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	258.804
1.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	66.661.027
1.6.3.1.01.0.2	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	1.560
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	243.108
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	6.720.879
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	24.703
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.464
7.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	66.612
1081	Convênios	25.053.457
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	4.410.512
2.4.2.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	20.642.945
1095	Doações Estrangeiras	60.000
1.7.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	60.000
1096	Doações Nacionais	20.409
1.7.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	20.409

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	14.440.437.475
1000	Recursos Livres da União	65.974.689
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	65.974.689
1133	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	14.220.521.844
1.2.1.9.04.1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	13.871.766.666
1.2.1.9.04.1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	83.516.644
1.2.1.9.04.1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	210.976.274
1.2.1.9.04.1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	54.262.260
1134	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com	153.940.942
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	153.940.942
26.350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	2.609.464
1000	Recursos Livres da União	105.556
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	105.556
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.503.908
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	246.297
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.370.940
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	851.040
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	35.631
26.351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	3.832.309
1000	Recursos Livres da União	19.757
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	19.757
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.787.578
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	46.099
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	57.456
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.512.416
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	168.000
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	3.607
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.024.974
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.024.974
26.352	Fundação Universidade Federal do ABC	2.927.741
1000	Recursos Livres da União	63.360
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	63.360
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.156.208
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	147.840
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.792.980
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	215.388
1096	Doações Nacionais	708.173
2.4.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	708.173
26.402	Instituto Federal de Alagoas	3.627.235
1000	Recursos Livres da União	286.043
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.373
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	81.158
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	182.512
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.289.187
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	52.203
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	189.368

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	425.860
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	153.090
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	45.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.423.666
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.052.005
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.052.005
26.403	Instituto Federal do Amazonas	98.077
1000	Recursos Livres da União	13.395
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.395
1050	Recursos Próprios Livres da UO	84.682
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	31.254
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	9.155
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	44.273
26.404	Instituto Federal Baiano	901.577
1000	Recursos Livres da União	28.408
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	26.756
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.652
1050	Recursos Próprios Livres da UO	873.169
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	62.430
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.854
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	302.608
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	57.389
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	446.888
26.405	Instituto Federal do Ceará	1.378.440
1000	Recursos Livres da União	81.324
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	81.324
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.297.116
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	189.756
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	562.977
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	299.375
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	216.396
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	28.612
26.406	Instituto Federal do Espírito Santo	3.211.087
1000	Recursos Livres da União	121.698
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	121.698
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.089.389
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	283.962
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	244.941
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	747.967
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.657.318
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	155.201
26.407	Instituto Federal Goiano	2.690.135
1000	Recursos Livres da União	31.530
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	31.530
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.858.605
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	73.570

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	902.532
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	102.466
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	732.804
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	47.233
1081	Convênios	800.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	800.000
26.408	Instituto Federal do Maranhão	1.375.262
1000	Recursos Livres da União	82.626
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	82.626
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.292.636
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	192.795
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	2.435
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	26.109
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.066.200
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	5.097
26.409	Instituto Federal de Minas Gerais	11.471.876
1000	Recursos Livres da União	51.633
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	46.680
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.953
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.296.983
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	108.920
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	11.557
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.206.277
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	919.271
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.899.055
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.151.903
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	320.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	320.000
1081	Convênios	2.803.260
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.358.260
	2.4.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	445.000
26.410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	3.198.294
1000	Recursos Livres da União	36.774
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.178
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	34.596
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.114.420
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.082
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	80.723
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	207.648
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	92.466
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	150.651
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.577.850
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	47.100
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	47.100
26.411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	5.512.201

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	37.333
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	37.333
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.338.318
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	87.110
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.692
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	591.966
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	989.872
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	482.907
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.089.050
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	95.721
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	136.550
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	136.550
26.412	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	3.837.266
1000	Recursos Livres da União	56.798
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.673
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	51.125
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.780.468
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.237
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	119.290
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.251.807
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1.651.815
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	287.604
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	311.220
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	130.195
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.300
26.413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	1.318.721
1000	Recursos Livres da União	3.968
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.408
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.560
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.314.753
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.620
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.640
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	376.139
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	22.696
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	900.160
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.498
26.414	Instituto Federal do Mato Grosso	4.927.057
1000	Recursos Livres da União	410.577
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	410.577
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.813.080
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	958.013
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	49.150
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	850.306
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.796.440
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	135.264
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	23.907

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	703.400
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	703.400
26.415	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	133.799
1000	Recursos Livres da União	13.298
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.298
1050	Recursos Próprios Livres da UO	120.501
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	31.030
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	47.148
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	42.323
26.416	Instituto Federal do Pará	1.448.202
1000	Recursos Livres da União	26.141
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	26.141
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.422.061
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	60.997
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	106.314
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.254.750
26.417	Instituto Federal da Paraíba	6.625.755
1000	Recursos Livres da União	30.110
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	30.110
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.595.645
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	70.258
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	8.039
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.515.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.348
26.418	Instituto Federal de Pernambuco	2.013.074
1000	Recursos Livres da União	35.153
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	35.153
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.977.921
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	82.023
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	26.774
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	29.304
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.839.820
26.419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	1.858.375
1000	Recursos Livres da União	18.690
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.690
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.839.685
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	43.609
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	963.109
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	76.438
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	312.415
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	434.250
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.664
	1.9.2.1.03.0.1 Indenização por Sinistro - Principal	1.200
26.420	Instituto Federal Farroupilha	5.180.416
1000	Recursos Livres da União	40.266
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.266
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.090.150

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	93.953
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	658.748
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	1.752
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	133.402
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.142.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	53.268
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	7.027
1081	Convênios	1.050.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.050.000
26.421	Instituto Federal de Rondônia	477.470
1000	Recursos Livres da União	15.254
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.254
1050	Recursos Próprios Livres da UO	462.216
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	35.591
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	217.380
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	181.001
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.412
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	8.832
26.422	Instituto Federal Catarinense	1.486.087
1000	Recursos Livres da União	22.952
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.952
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.276.461
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.556
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	519.833
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	655.427
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	47.645
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	186.674
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	186.674
26.423	Instituto Federal de Sergipe	153.080
1000	Recursos Livres da União	45.445
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	45.445
1050	Recursos Próprios Livres da UO	107.635
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	106.039
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.596
26.424	Instituto Federal do Tocantins	809.006
1000	Recursos Livres da União	15.774
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.328
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	446
1050	Recursos Próprios Livres da UO	793.232
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	35.765
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.042
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	20.335
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	1.323
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	141.267
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	593.500
26.425	Instituto Federal do Acre	83.204
1000	Recursos Livres da União	13.889

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.889
1050	Recursos Próprios Livres da UO	69.315
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	32.407
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	36.908
26.426	Instituto Federal do Amapá	829.400
1000	Recursos Livres da União	7.920
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.920
1050	Recursos Próprios Livres da UO	821.480
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.480
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	803.000
26.427	Instituto Federal da Bahia	1.262.462
1000	Recursos Livres da União	165.924
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	165.924
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.096.538
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	387.157
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.796
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	706.585
26.428	Instituto Federal de Brasília	3.214.830
1000	Recursos Livres da União	55.056
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	55.056
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.159.774
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	128.465
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	45.792
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.817
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	974.700
1081	Convênios	2.000.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.000.000
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.000.000
26.429	Instituto Federal de Goiás	923.233
1000	Recursos Livres da União	15.448
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.448
1050	Recursos Próprios Livres da UO	907.785
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	36.046
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	845.064
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	26.675
26.430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	1.600.539
1000	Recursos Livres da União	38.262
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.262
1050	Recursos Próprios Livres da UO	507.277
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	89.277
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	258.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	160.000
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.055.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.055.000
26.431	Instituto Federal do Piauí	135.960
1000	Recursos Livres da União	20.913

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	20.913
1050	Recursos Próprios Livres da UO	115.047
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	48.797
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	66.250
26.432	Instituto Federal do Paraná	5.159.828
1000	Recursos Livres da União	54.638
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	11.290
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	43.348
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.524.166
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	26.342
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	101.146
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	17.733
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.153.163
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	225.782
1081	Convênios	1.581.024
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.561.024
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	20.000
26.433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	1.909.133
1000	Recursos Livres da União	258.016
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	241.205
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	16.811
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.651.117
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	562.813
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	39.226
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	218.424
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	11.985
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	811.900
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.769
26.434	Instituto Federal Fluminense	1.476.773
1000	Recursos Livres da União	30.600
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	30.600
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.436.732
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	71.401
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	209.688
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	136.940
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	61.452
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	957.251
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	9.441
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	9.441
26.435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	3.164.866
1000	Recursos Livres da União	234.535
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	234.535
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.930.331
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	547.249
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	9.218

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.346.288
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	27.576
26.436	Instituto Federal Sul-rio-grandense	330.194
1000	Recursos Livres da União	71.846
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	71.846
1050	Recursos Próprios Livres da UO	258.348
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	167.641
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	90.707
26.437	Instituto Federal de Roraima	60.979
1000	Recursos Livres da União	17.634
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	17.634
1050	Recursos Próprios Livres da UO	43.345
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	41.145
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.200
26.438	Instituto Federal de Santa Catarina	1.236.380
1000	Recursos Livres da União	36.976
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	36.976
1050	Recursos Próprios Livres da UO	718.776
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	86.276
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	632.500
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	480.628
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	480.628
26.439	Instituto Federal de São Paulo	3.948.470
1000	Recursos Livres da União	64.779
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	64.779
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.683.691
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	151.152
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	254.769
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.206.500
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	71.270
1081	Convênios	200.000
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	200.000
26.440	Universidade Federal da Fronteira Sul	2.741.625
1000	Recursos Livres da União	40.432
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.622
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	23.810
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.047.893
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.786
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	55.556
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	182.632
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	551.500
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	219.419
1081	Convênios	1.653.300
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.473.300
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	100.000

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	80.000
26.441	Universidade Federal do Oeste do Pará	1.333.744
1000	Recursos Livres da União	13.550
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.550
1050	Recursos Próprios Livres da UO	899.133
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	31.618
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	25.015
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	842.500
1081	Convênios	421.061
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	421.061
26.442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	2.097.929
1000	Recursos Livres da União	19.335
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	19.335
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.078.594
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	45.115
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	97.038
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.786.480
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	149.961
26.443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	301.280.710
1000	Recursos Livres da União	3.726.761
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	91.708
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	102.686
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.532.367
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	297.553.949
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	213.986
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	239.602
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.242.191
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.804.152
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	69.481.492
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	214.778.665
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.291.967
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	463.366
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	38.528
26.447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	309.461
1000	Recursos Livres da União	54.261
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	51.295
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.966
1050	Recursos Próprios Livres da UO	255.200
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	119.687
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.922
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	79.841
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	48.750
26.448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	1.779.389
1000	Recursos Livres da União	54.981
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.569
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	52.412

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	135.034
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.994
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	122.296
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.384
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.360
1081	Convênios	1.589.374
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.387.266
2.4.2.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	32.982
2.4.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	169.126
26.449	Universidade Federal do Cariri	965.464
1000	Recursos Livres da União	11.969
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	11.969
1050	Recursos Próprios Livres da UO	953.495
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.926
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	885.264
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	40.305
26.450	Universidade Federal do Sul da Bahia	31.720
1050	Recursos Próprios Livres da UO	31.720
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	31.720
26.452	Universidade Federal de Catalão	182.218
1000	Recursos Livres da União	47.120
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	47.120
1050	Recursos Próprios Livres da UO	135.098
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	109.946
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	25.152
26.453	Universidade Federal de Jataí	379.138
1000	Recursos Livres da União	84.084
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	84.084
1050	Recursos Próprios Livres da UO	295.054
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	196.197
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	56.532
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	42.325
26.454	Universidade Federal de Rondonópolis	238.300
1000	Recursos Livres da União	59.160
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	59.160
1050	Recursos Próprios Livres da UO	179.140
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	138.041
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.357
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	39.742
26.455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	1.068.505
1000	Recursos Livres da União	55.778
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	55.778
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.012.727
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	130.147

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	790.080
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	42.500
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	50.000
26.456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	24.627
1000	Recursos Livres da União	4.001
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.001
1050	Recursos Próprios Livres da UO	20.626
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.334
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	8.292
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.000
26.457	Universidade Federal do Norte do Tocantins	480.667
1000	Recursos Livres da União	59.760
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	59.760
1050	Recursos Próprios Livres da UO	337.298
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	139.440
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	22.500
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	150.000
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	5.258
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	20.100
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	83.609
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	83.609
28.000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	2.549.584.429
1000	Recursos Livres da União	375.946.442
1050	Recursos Próprios Livres da UO	858.094.354
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.551.612
1052	Recursos Livres da UO	761.150.860
1086	Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	549.841.161
28.101	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	549.845.361
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.200
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	4.200
1086	Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	549.841.161
	1.9.9.9.05.0.1 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	541.259.750
	1.9.9.9.05.0.2 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	8.581.411
28.202	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	740.403.036
1000	Recursos Livres da União	170.782.756
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	138.515.330
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	2.809.937
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	75.079
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	29.223.710
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	158.700
1050	Recursos Próprios Livres da UO	69.860.132
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	175.185
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	68.188.657
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.363.140
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	133.150
1052	Recursos Livres da UO	499.760.148

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	323.202.436
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	132.392
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	6.556.519
	1.1.2.1.01.0.4 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	91.244
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	86.976.195
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	525.854
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	74.793.828
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.111.380
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	370.300
28.203	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	872.694.228
1000	Recursos Livres da União	91.546.712
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.755
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	91.541.957
1050	Recursos Próprios Livres da UO	781.098.948
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	11.096
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	213.597.899
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.872.709
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	555.384.883
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	67.727
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	6.933.414
	7.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.231.220
1052	Recursos Livres da UO	48.568
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	48.568
28.233	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	381.627.804
1000	Recursos Livres da União	113.122.859
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	111.552.403
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	451.374
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	601
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.118.481
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.611.189
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.401
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.609.788
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.551.612
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	4.551.612
1052	Recursos Livres da UO	261.342.144
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	260.288.939
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.053.205
28.904	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	5.014.000
1000	Recursos Livres da União	494.115
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	494.115
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.519.885
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.152.934
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	3.158.995
	1.6.4.1.01.0.2 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	207.956
29.000	Defensoria Pública da União	11.762
1030	Aparelhamento da Defensoria Pública e Capacitação Profissional dos Seus Integrantes	11.762
29.101	Defensoria Pública da União	11.762
1030	Aparelhamento da Defensoria Pública e Capacitação Profissional dos Seus Integrantes	11.762

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.9.9.12.2.1 Ônus de Sucumbência - Principal	11.762
30.000	Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.986.567.010
1000	Recursos Livres da União	855.468.911
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	79.403.964
1019	FUNAPOL	640.630.272
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	1.090.380.929
1025	Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de	24.230.884
1050	Recursos Próprios Livres da UO	282.492.745
1052	Recursos Livres da UO	227.024.585
1083	Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	616.878.261
1096	Doações Nacionais	68.119.523
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao	935.535.760
1251	Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.166.401.176
30.101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	6.079.027
1000	Recursos Livres da União	1.823.708
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.823.708
1052	Recursos Livres da UO	4.255.319
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	4.255.319
30.107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	1.110.290.669
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de	1.090.380.929
	1.9.1.1.14.0.1 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	1.090.380.929
1050	Recursos Próprios Livres da UO	13.979.759
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.341.387
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	638.372
1052	Recursos Livres da UO	5.929.981
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.925.802
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.179
30.108	Departamento de Polícia Federal	932.806.324
1000	Recursos Livres da União	267.358.124
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	225.375.110
	1.1.2.1.03.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	10.182.544
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	51.114
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	30.103.565
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	1.645.791
1019	FUNAPOL	640.630.272
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	525.875.255
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	70.241.650
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	3.840.178
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	40.673.189
1025	Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e	24.230.884
	1.1.2.1.03.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	23.759.270
	1.9.1.1.12.0.1 Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	471.614
1050	Recursos Próprios Livres da UO	587.044
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	119.266
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	402.990
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	39.919
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	24.869

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
30.211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade	37.400.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	37.400.000
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	37.400.000
30.905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos	685.584.152
1000	Recursos Livres da União	68.705.891
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	84.189
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	68.621.702
1083	Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	616.878.261
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	196.440
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	160.117.305
	1.9.1.1.04.0.1 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	352.569.588
	1.9.1.1.04.0.2 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	58.216.319
	1.9.1.1.04.0.3 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	37.645.068
	1.9.1.1.04.0.4 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.973.388
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	160.153
30.907	Fundo Penitenciário Nacional	416.085.459
1000	Recursos Livres da União	96.446.293
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	24.685.787
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	685.433
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	272.687
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	69.716.106
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1.086.280
1050	Recursos Próprios Livres da UO	69.925.567
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	57.600.169
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	9.865.704
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	38.834
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1.511.213
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	909.647
1052	Recursos Livres da UO	82.272.419
	1.9.1.1.08.0.1 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	21.697.833
	1.9.1.1.08.0.2 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Juros	20.808
	1.9.3.1.01.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal	60.553.778
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao	167.441.180
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	1.599.343
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	636.271
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	162.670.914
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	2.534.652
30.911	Fundo Nacional de Segurança Pública	2.536.985.874
1000	Recursos Livres da União	390.523.871
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	40.603.519
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	2.115.533
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	1.566.588
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	322.785.570
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	2.715.699
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	20.736.962
1050	Recursos Próprios Livres da UO	94.741.543
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	94.741.543

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1052	Recursos Livres da UO	49.105.181
1.3.9.1.01.7.1	Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	48.386.246
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	698.441
1.9.3.1.01.0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal	20.494
1096	Doações Nacionais	68.119.523
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	52.890.523
2.4.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	15.229.000
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao	768.094.580
1.3.9.1.01.1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	4.936.244
1.3.9.1.01.2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	3.655.373
1.3.9.1.01.4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	753.166.331
1.3.9.1.01.6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	6.336.632
1251	Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.166.401.176
1.3.9.1.01.1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	7.051.776
1.3.9.1.01.2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	5.221.961
1.3.9.1.01.4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1.075.951.900
1.3.9.1.01.6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	9.052.331
1.3.9.1.01.7.1	Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	69.123.208
30.912	Fundo Nacional Antidrogas	261.335.505
1000	Recursos Livres da União	30.611.024
1.1.2.1.03.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	2.545.636
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	28.065.388
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	79.403.964
1.9.3.1.08.0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	79.403.964
1050	Recursos Próprios Livres da UO	65.858.832
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	65.485.905
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	372.927
1052	Recursos Livres da UO	85.461.685
1.1.2.1.03.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	5.939.818
1.9.1.1.12.0.1	Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	117.903
1.9.3.1.08.0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	79.403.964
32.000	Ministério de Minas e Energia	8.309.176.335
1000	Recursos Livres da União	2.151.751.356
1028	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis	1.001.031.980
1045	Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território	214.506.853
1046	Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	214.506.853
1050	Recursos Próprios Livres da UO	248.818.615
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	935.000
1052	Recursos Livres da UO	1.719.517.318
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	425.858.589
1080	Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de	405.464.995
1087	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.920.284.776
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	6.500.000
32.101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	993.523.740
1000	Recursos Livres da União	290.852.211
1.2.2.1.06.0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	166.263.696

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1.418.722
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	90.512.786
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	13.177.360
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	19.474.207
	1.3.4.5.03.2.3 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	5.440
1046	Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	214.506.853
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	3.310.352
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	211.196.501
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	76.199.681
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	30.747.172
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	45.439.817
	1.3.4.5.03.2.3 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	12.692
1080	Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade	405.464.995
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	387.948.625
	1.9.9.9.10.0.1 Reserva Global de Reversão - Principal	17.516.370
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	6.500.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	6.500.000
32.202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	309.562.859
1000	Recursos Livres da União	91.931.508
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1.418.722
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	90.512.786
1045	Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no	214.506.853
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	3.310.352
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	211.196.501
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.189.498
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.189.498
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	935.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	935.000
32.265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	2.443.712.178
1000	Recursos Livres da União	583.707.338
	1.3.4.1.01.2.1 Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	154.693.632
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	6.620.704
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	422.393.002
1028	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospeção de	1.001.031.980
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	15.448.308
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	985.583.672
1050	Recursos Próprios Livres da UO	165.705.396
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	165.705.396
1052	Recursos Livres da UO	693.267.464
	1.3.4.1.01.2.1 Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	360.951.807
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	203.959.392
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	14.054.349
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	93.063.095

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	21.238.821
32.266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	3.830.729.610
1000	Recursos Livres da União	994.078.687
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	392.659.345
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	18.907
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	601.400.435
1052	Recursos Livres da UO	916.366.147
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	916.205.138
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	116.892
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	44.117
1087	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.920.284.776
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.403.267.683
	1.9.1.1.05.0.1 Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal	509.203.191
	1.9.1.1.05.0.2 Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	5.533.158
	1.9.1.1.05.0.3 Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	2.280.744
32.314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	4.940.561
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.940.561
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	4.940.561
32.396	Agência Nacional de Mineração - ANM	650.830.151
1000	Recursos Livres da União	191.181.612
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	10.521.723
	1.3.4.4.01.0.1 Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	29.537.205
	1.3.4.4.01.0.3 Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	1.268.866
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	149.217.777
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	636.041
1050	Recursos Próprios Livres da UO	105.924
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	103.019
	1.6.1.1.03.0.3 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	2.905
1052	Recursos Livres da UO	109.883.707
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	24.550.688
	1.3.4.4.01.0.1 Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	68.920.146
	1.3.4.4.01.0.3 Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	2.960.688
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.740.104
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	7.712.081
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	349.658.908
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	348.174.814
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	1.484.094
32.398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	75.877.236
1050	Recursos Próprios Livres da UO	75.877.236
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	72.859.185
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	3.018.051
33.000	Ministério da Previdência Social	886.338.885.112
1000	Recursos Livres da União	2.425.645.659
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	65.466.001
1039	Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	732.037
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	6.157.901.114
1054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	696.395.752.445

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o	16.501.158.586
9054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	607.269.765
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o	164.184.959.505
33.201	Instituto Nacional do Seguro Social	8.014.126.093
1000	Recursos Livres da União	2.397.565.787
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.605.429
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	155.542
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	2.395.804.816
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	5.616.560.306
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.746.002
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	362.932
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	5.590.211.236
1.3.6.1.01.1.2	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Multas e Juros	2.752.473
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	14.934.300
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.610.275
1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	60.062
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	719.909
1.9.2.3.03.0.1	Reversão de Garantias - Principal	86.376
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	33.140
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	43.601
33.206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	94.340.518
1000	Recursos Livres da União	28.079.872
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	28.053.040
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	26.832
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	65.466.001
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	65.457.094
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	8.907
1039	Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência	732.037
1.9.1.1.10.0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	732.037
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	62.608
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	62.608
33.904	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	878.230.418.501
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	541.278.200
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.700.418
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	223.581.599
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	209.070.410
1.3.2.2.01.0.2	Dividendos - Multas e Juros	8.952.072
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	243.489
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	6.086.276
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	29.022
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	21.847.384
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	54.767.530
1054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	696.395.752.445
1.2.1.4.01.1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	375.652.392.832
1.2.1.4.01.1.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	5.634.264.605
1.2.1.4.01.1.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	3.438.996.190

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.4.01.1.4 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.056.560.177
	1.2.1.4.01.2.1 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	93.600.856.220
	1.2.1.4.01.2.2 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	2.941.686.211
	1.2.1.4.01.2.3 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1.288.090.185
	1.2.1.4.01.2.4 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	430.332.913
	1.2.1.4.02.0.1 Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	206.957.330.811
	1.2.1.4.02.0.2 Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	2.836.627.998
	1.2.1.4.02.0.3 Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1.615.186.444
	1.2.1.4.02.0.4 Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	459.673.233
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	9.347.330
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	46.166
	1.9.1.1.11.0.1 Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	79.708.194
	1.9.2.2.03.0.1 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	244.784.454
	1.9.2.2.03.0.2 Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros	259.238
	1.9.2.3.04.0.1 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	72.764.569
	1.9.2.3.04.0.2 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	797.933
	1.9.9.9.03.0.1 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	56.036.854
	1.9.9.9.99.1.4 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	20.009.888
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional,	16.501.158.586
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	16.501.158.586
9054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	607.269.765
	1.2.1.4.01.1.1 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	607.269.765
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional,	164.184.959.505
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	164.184.959.505
34.000	Ministério Público da União	898.378
1000	Recursos Livres da União	145.265
1050	Recursos Próprios Livres da UO	413.356
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	339.757
34.101	Ministério Público Federal	505.638
1000	Recursos Livres da União	145.265
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	145.265
1050	Recursos Próprios Livres da UO	360.373
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	338.953
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	21.420
34.103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	369.382
1050	Recursos Próprios Livres da UO	29.625
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	29.625
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	339.757
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	339.757
34.105	Escola Superior do Ministério Público da União	23.358
1050	Recursos Próprios Livres da UO	23.358
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	23.358
35.000	Ministério das Relações Exteriores	256.343.687
1000	Recursos Livres da União	75.883.289
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.844.152

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1052	Recursos Livres da UO	176.616.246
35.101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	256.291.749
1000	Recursos Livres da União	75.883.289
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	75.692.677
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	190.612
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.792.214
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	444.761
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.347.453
1052	Recursos Livres da UO	176.616.246
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	176.616.246
35.201	Fundação Alexandre de Gusmão	51.938
1050	Recursos Próprios Livres da UO	51.938
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	51.938
36.000	Ministério da Saúde	2.894.435.268
1000	Recursos Livres da União	240.215.698
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	1.473.053.029
1010	Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito	168.997
1035	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	841.051.419
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	23.760
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	322.543.431
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro	6.406.996
1184	Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde	10.971.938
36.201	Fundação Oswaldo Cruz	3.906.604
1000	Recursos Livres da União	781.176
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	419.828
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	361.348
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	3.125.428
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	979.600
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	843.144
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	593.700
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	354.912
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	48.492
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	305.580
36.210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	22.588.479
1000	Recursos Livres da União	5.670.460
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	47.078
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.723.258
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	2.900.124
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	16.918.019
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	109.850
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.354.269
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	6.766.957
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.392.936
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.138.875
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.155.132
36.211	Fundação Nacional de Saúde	4.695.713

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	1.399.587
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.399.587
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	23.760
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	23.760
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	3.272.366
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.265.702
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.664
36.212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	656.165.999
1000	Recursos Livres da União	196.849.800
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	195.637.844
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.211.956
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	456.488.302
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	456.488.302
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	2.827.897
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.827.897
36.213	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	445.740.321
1000	Recursos Livres da União	9.610.909
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	9.430.304
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	180.605
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	435.708.000
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	22.004.042
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	63.875
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	231.704.064
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	181.936.019
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	421.412
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	421.412
36.901	Fundo Nacional de Saúde	1.761.338.152
1000	Recursos Livres da União	25.903.766
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.521
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	24.076.245
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1.800.000
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	580.856.727
1.9.2.3.01.0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	580.856.727
1010	Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito	168.997
1.9.9.9.08.1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	168.997
1035	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	841.051.419
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	246.942.257
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	493.884.514
1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	100.224.648
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	295.978.309
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	64.217
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	56.177.904
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	4.200.000
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	13.768.692
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	212.734.620
1.9.2.2.99.0.2	Outras Restituições - Multas e Juros	1.736.993

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	3.680.994
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	2.495.312
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.119.577
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro	6.406.996
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	6.406.996
1184	Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de	10.971.938
	1.2.1.7.07.1.1 Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	10.971.938
39.000	Ministério dos Transportes	12.979.744.914
1000	Recursos Livres da União	3.195.716.997
1007	Prevenção de Acidentes de Trânsito	18.777
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	1.581.011.643
1050	Recursos Próprios Livres da UO	735.179.526
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.083.961
1052	Recursos Livres da UO	157.596.010
1180	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	3.653.069.000
1181	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art.	3.653.069.000
39.101	Ministério dos Transportes - Administração Direta	71.604.436
1007	Prevenção de Acidentes de Trânsito	18.777
	1.9.9.9.08.1.1 Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	18.777
1050	Recursos Próprios Livres da UO	71.585.659
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	68.164.308
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	3.421.351
39.207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	20.573.476
1000	Recursos Livres da União	4.606.608
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	917.061
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.689.547
1050	Recursos Próprios Livres da UO	15.966.868
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.139.810
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.778.807
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.608.943
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.126.181
	1.6.2.1.02.0.2 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Multas e Juros	313.127
39.250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	11.102.653.511
1000	Recursos Livres da União	3.135.039.284
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	2.061.454
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	989.830
	1.3.3.1.01.0.1 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	786.000
	1.3.3.1.02.0.1 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	196.542.000
	1.3.3.2.02.0.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	2.934.660.000
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de	55.732.665
	1.9.1.1.14.0.1 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	48.564.472
	1.9.1.1.14.0.3 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	7.168.193
1050	Recursos Próprios Livres da UO	448.147.552
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.615.484
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	428.452.796
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.079.272

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1052	Recursos Livres da UO	157.596.010
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	4.810.058
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	2.309.602
1.3.3.1.01.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1.834.000
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	70.444.572
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.043
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	78.193.735
1180	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	3.653.069.000
1.3.3.1.02.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	229.299.000
1.3.3.2.02.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	3.423.770.000
1181	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º	3.653.069.000
1.3.3.1.02.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	229.299.000
1.3.3.2.02.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	3.423.770.000
39.252	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	924.853.101
1000	Recursos Livres da União	2.184.262
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.184.262
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de	844.841.398
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	836.282.914
1.9.1.1.14.0.2	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Multas e Juros	6.756
1.9.1.1.14.0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	8.551.728
1050	Recursos Próprios Livres da UO	73.743.480
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.096.610
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	60.872.319
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.479.841
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	152.628
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	3.142.082
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.083.961
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	4.083.961
39.905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	860.060.390
1000	Recursos Livres da União	53.886.843
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	53.886.843
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de	680.437.580
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	679.563.260
1.9.1.1.14.0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	874.320
1050	Recursos Próprios Livres da UO	125.735.967
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	125.735.967
40.000	Ministério do Trabalho e Emprego	58.252.448.358
1000	Recursos Livres da União	1.495.776.670
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	95.630.691
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	17.859.348
1041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	31.191.328.182
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	24.628.536.564
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.016.120
1052	Recursos Livres da UO	780.628.376
1084	FGTS	39.672.407
40.101	Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	837.303.243
1000	Recursos Livres da União	17.002.460

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.9.03.1.1 Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	15.079.755
	1.2.1.9.03.2.1 Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	1.922.705
1052	Recursos Livres da UO	780.628.376
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	331.921.112
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	402.016.827
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	46.690.437
1084	FGTS	39.672.407
	1.2.1.9.03.1.1 Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	35.186.094
	1.2.1.9.03.2.1 Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	4.486.313
40.203	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	4.268.279
1000	Recursos Livres da União	1.252.159
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.252.159
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.016.120
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.921.704
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	94.416
40.901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	57.410.876.836
1000	Recursos Livres da União	1.477.522.051
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.305.161.758
	1.3.2.1.02.0.1 Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	128.643.031
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	43.717.262
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	95.630.691
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	3.724.407
	1.9.1.1.03.0.1 Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	91.906.284
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	17.859.348
	1.9.2.2.07.0.1 Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	17.859.348
1041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	31.191.328.182
	1.2.1.2.01.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	29.250.218.339
	1.2.1.2.01.0.3 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	28.886.047
	1.2.1.2.01.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	129.731.254
	1.2.1.2.01.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1.777.345
	1.2.1.2.02.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1.654.296.590
	1.2.1.2.02.0.3 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	59.103.904
	1.2.1.2.02.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	22.200.044
	1.2.1.2.02.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	3.454.749
	1.2.1.2.49.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	13.683.622
	1.2.1.2.49.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	27.976.288
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	24.628.536.564
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.045.377.434
	1.3.2.1.02.0.1 Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	300.167.071
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	102.006.944
	1.6.4.1.03.0.1 Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	21.175.780.311
	1.9.2.2.01.1.1 Restituição de Convênios - Primárias - Principal	4.913.432
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	291.372
41.000	Ministério das Comunicações	3.081.066.237
1000	Recursos Livres da União	641.215.858

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	3.901.807
1044	Recursos do FISTEL destinados ao FUST	249.982.565
1050	Recursos Próprios Livres da UO	623.874.379
1052	Recursos Livres da UO	712.795.715
1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	849.295.913
41.231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	1.162.712.762
1000	Recursos Livres da União	307.137.015
1.1.2.1.02.1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	20.096.153
1.1.2.1.02.1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	423.668
1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	243.357.366
1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	636.221
1.1.2.1.02.3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.439.828
1.1.2.1.02.4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.499.574
1.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	1.667.503
1.2.2.1.10.0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	3.204
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	967.969
1.3.3.3.01.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	34.704.213
1.3.3.3.01.1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	88.585
1.3.3.3.03.1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.516.188
1.3.3.3.04.1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	398.679
1.3.3.3.05.0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	76.166
1.3.3.3.99.1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	12.824
1.3.3.3.99.2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	23.792
7.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias	223.586
7.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.496
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	3.901.807
1.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	3.890.839
1.2.2.1.10.0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	7.477
7.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.491
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.378.027
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.258.595
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	119.432
1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	849.295.913
1.1.2.1.02.1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	46.891.024
1.1.2.1.02.1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	988.558
1.1.2.1.02.1.4	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	26.154
1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	567.833.855
1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.484.516
1.1.2.1.02.3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.359.600
1.1.2.1.02.4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.499.006
1.3.3.3.01.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	80.976.497

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1.3.3.3.01.1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	206.698
1.3.3.3.03.1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.537.772
1.3.3.3.04.1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	930.252
1.3.3.3.05.0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	177.719
1.3.3.3.99.1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	29.923
1.3.3.3.99.2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	55.515
1.9.1.1.02.1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	58.207.318
1.9.1.1.02.1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	80.569.804
7.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias	521.702
41.260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	653.925.309
1000	Recursos Livres da União	32.467.391
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	32.467.391
1050	Recursos Próprios Livres da UO	621.457.918
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	75.757.244
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	103.349.604
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	143.285
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	61.462.236
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	380.713.149
7.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias	32.400
41.902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	759.924.621
1000	Recursos Livres da União	181.718.347
1.2.2.1.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	139.680.632
1.2.2.1.09.1.3	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	487.550
1.3.3.3.01.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	38.560.236
1.3.3.3.01.1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	98.428
1.3.3.3.03.1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.684.654
1.3.3.3.04.1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	442.977
1.3.3.3.05.0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	190.414
1.3.3.3.06.1.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	605
1.3.3.3.99.1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	14.249
1.3.3.3.99.2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	59.480
7.2.2.1.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias	499.122
1044	Recursos do FISTEL destinados ao FUST	249.982.565
1.3.3.3.01.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	89.973.885
1.3.3.3.01.1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	229.664
1.3.3.3.03.1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.930.858
1.3.3.3.04.1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.033.612
1.3.3.3.05.0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	444.298
1.3.3.3.06.1.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.410

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	33.248
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	138.787
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	64.674.798
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	89.522.005
1052	Recursos Livres da UO	328.223.709
	1.2.2.1.09.1.1 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	325.921.473
	1.2.2.1.09.1.3 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1.137.618
	7.2.2.1.09.1.1 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.164.618
41.903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	504.503.545
1000	Recursos Livres da União	119.893.105
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	118.199.438
	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1.677.195
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	16.472
1050	Recursos Próprios Livres da UO	38.434
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	38.434
1052	Recursos Livres da UO	384.572.006
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	275.798.690
	1.2.2.1.09.2.2 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	1.528.423
	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	3.913.455
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	103.331.438
42.000	Ministério da Cultura	2.312.308.706
1000	Recursos Livres da União	642.938.175
1029	Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	892.345.114
1050	Recursos Próprios Livres da UO	269.544.548
1052	Recursos Livres da UO	3.885.669
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao	478.597.085
1135	Recursos do FISTEL destinados ao FSA	24.998.115
42.201	Fundação Casa de Rui Barbosa	328.028
1050	Recursos Próprios Livres da UO	328.028
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.694
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	326.334
42.202	Fundação Biblioteca Nacional - BN	994.359
1050	Recursos Próprios Livres da UO	994.359
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	359.253
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	635.106
42.204	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1.520.964
1000	Recursos Livres da União	28.179
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	28.179
1050	Recursos Próprios Livres da UO	778.842
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	65.751
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	670.905
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	42.186
1052	Recursos Livres da UO	713.943

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	104.716
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	609.227
42.205	Fundação Nacional de Artes	32.952
1050	Recursos Próprios Livres da UO	32.952
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	32.952
42.206	Agência Nacional do Cinema - ANCINE	2.911.976
1052	Recursos Livres da UO	2.911.976
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.919.332
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.811
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	987.833
42.207	Instituto Brasileiro de Museus	1.921.691
1000	Recursos Livres da União	28.218
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.639
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	579
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.893.473
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	64.492
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.351
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.827.630
42.902	Fundo Nacional de Cultura	2.304.598.736
1000	Recursos Livres da União	642.881.778
	1.2.1.9.07.1.1 Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	111.321
	1.2.2.1.04.0.1 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	349.739.540
	1.2.2.1.04.0.3 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	740.197
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	83.072.640
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.856.024
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	9.843
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	168.465
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	44.298
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	19.041
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.425
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	5.948
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	1.269.320
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	272.687
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	203.571.029
1029	Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	892.345.114
	1.2.2.1.04.0.1 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	816.058.927
	1.2.2.1.04.0.2 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	4.028
	1.2.2.1.04.0.3 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	1.727.125
	1.9.2.2.09.0.1 Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal	6.070.002
	1.9.2.2.10.2.1 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	10.674.996
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	57.810.036
1050	Recursos Próprios Livres da UO	265.516.894
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	193.836.159

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.2.2.10.1.1 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	53.388.120
	1.9.2.2.10.2.1 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	340.608
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	220.754
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	17.731.253
1052	Recursos Livres da UO	259.750
	1.2.1.9.07.1.1 Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	259.750
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao	478.597.085
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	2.961.746
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	636.271
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	474.999.068
1135	Recursos do FISTEL destinados ao FSA	24.998.115
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	8.997.388
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	22.966
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	393.086
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	103.361
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	44.430
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.325
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	13.879
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	6.467.480
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	8.952.200
44.000	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	2.668.068.719
1000	Recursos Livres da União	568.159.691
1038	Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	121.720.571
1050	Recursos Próprios Livres da UO	952.318.067
1052	Recursos Livres da UO	170.156.899
1067	Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	11.873.006
1068	FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	5.936.503
1069	Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	110.013.992
1070	Controle e Fiscalização Ambiental	359.188.315
1072	Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou	214.506.853
1078	Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental	143.004.568
1092	Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	9.990.254
1095	Doações Estrangeiras	1.200.000
44.101	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta	204.292.241
1000	Recursos Livres da União	61.287.673
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	945.815
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	60.341.858
1078	Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão	143.004.568
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	2.206.901
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	140.797.667
44.102	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	34.190.606
1000	Recursos Livres da União	10.010.028
	1.3.4.6.01.1.1 Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	7.580.468

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	2.429.560
	Recursos Próprios Livres da UO	20.758
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.050
1052	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	18.708
	Recursos Livres da UO	18.223.317
	1.3.4.6.01.1.1 Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	17.687.759
1068	1.3.4.6.01.1.2 Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	535.558
	FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	5.936.503
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	5.668.973
44.201	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	267.530
	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	844.561.898
	Recursos Livres da União	158.225.539
1050	1.1.2.1.04.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	153.937.850
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.151
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	4.263.365
1050	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	18.173
	Recursos Próprios Livres da UO	170.086.873
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	14.351
1052	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	168.031.590
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	9.818
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.228.545
1050	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	94.736
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	707.833
	Recursos Livres da UO	147.070.917
1070	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	893.770
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	59.004.899
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	9.192
1070	1.9.1.1.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	87.163.056
	Controle e Fiscalização Ambiental	359.188.315
	1.1.2.1.04.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	359.188.315
1092	Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	9.990.254
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	9.947.852
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	42.402
44.206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	16.910.631
	Recursos Livres da União	279.030
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	278.391
1050	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	639
	Recursos Próprios Livres da UO	16.631.601
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	649.580
1050	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.492
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.980.529
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	230.364.442
1000	Recursos Livres da União	34.781.913
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.023.814
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	25.898.979
1050	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	4.859.120

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1038	Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	121.720.571
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.102.784
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	39.280.118
1.3.1.1.02.0.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	12.427
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	7.041
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	58.029.727
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	308.742
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	17.857.468
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	122.264
1050	Recursos Próprios Livres da UO	55.926.287
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.286.114
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	21.150.832
1.3.1.1.02.0.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	6.692
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	3.792
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	31.246.776
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	166.246
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	65.835
1052	Recursos Livres da UO	4.862.665
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1.608.181
1.9.1.1.06.1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	3.254.484
1067	Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	11.873.006
1.3.4.6.01.2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	11.337.946
1.3.4.6.01.2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	535.060
1095	Doações Estrangeiras	1.200.000
1.7.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	400.000
2.4.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	800.000
44.901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	110.017.540
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.548
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	3.548
1069	Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a	110.013.992
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	16.500.852
1.9.1.1.06.1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	90.417.540
1.9.1.1.06.2.1	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	3.095.600
44.902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	1.227.731.361
1000	Recursos Livres da União	303.575.508
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	211.644.000
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1.418.722
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	90.512.786
1050	Recursos Próprios Livres da UO	709.649.000
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	493.836.000
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	31.598.000
2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	184.215.000
1072	Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do	214.506.853
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	3.310.352
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	211.196.501

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
46.000	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	167.865.483
1000	Recursos Livres da União	7.180.160
1013	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária	17.619.994
1017	Montepio Civil	43.660
1033	PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	142.863.672
1050	Recursos Próprios Livres da UO	157.997
46.101	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos- Administração Direta	167.841.087
1000	Recursos Livres da União	7.174.729
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	6.210.938
1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	963.791
1013	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial	17.619.994
2.2.2.1.02.0.1	Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal	17.619.994
1017	Montepio Civil	43.660
1.9.9.9.04.0.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	43.660
1033	PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	142.863.672
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	85.876
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	14.492.189
1.3.1.1.01.2.2	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	35.277.470
1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	2.248.846
1.3.1.1.02.0.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	27.190
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	61.536.698
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	2.195.551
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.000.804
1.9.2.1.02.0.2	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	490
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	14.998.558
1050	Recursos Próprios Livres da UO	139.032
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	97.128
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	41.904
46.201	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	24.396
1000	Recursos Livres da União	5.431
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.431
1050	Recursos Próprios Livres da UO	18.965
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	12.671
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	6.294
47.000	Ministério do Planejamento e Orçamento	3.042.685
1000	Recursos Livres da União	724.948
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.056.032
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	261.705
47.205	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	3.042.685
1000	Recursos Livres da União	724.948
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	74.033
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	650.915
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.056.032
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	172.742
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.518.800
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	364.490

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	261.705
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	261.705
49.000	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	2.834.943.165
1000	Recursos Livres da União	723.583.735
1050	Recursos Próprios Livres da UO	75.670.714
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	103.513.548
1052	Recursos Livres da UO	1.712.239.484
1057	Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	15.525.449
1060	Política de Garantia de Preços Mínimos	105.604.262
1062	Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	84.367.060
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	14.438.913
49.101	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	14.438.913
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	14.438.913
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	14.438.913
49.201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2.543.720.046
1000	Recursos Livres da União	720.460.612
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	27.622.873
	1.2.2.1.12.1.1 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal	673.630.631
	1.2.2.1.12.1.3 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	13.268.925
	1.2.2.1.13.0.1 Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal	5.936.719
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.464
1050	Recursos Próprios Livres da UO	779.617
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.416
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	191.437
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	584.764
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	94.714.884
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	94.714.884
1052	Recursos Livres da UO	1.712.239.484
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	64.453.371
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.791
	1.2.2.1.12.1.1 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal	1.571.804.806
	1.2.2.1.12.1.2 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Multas e Juros	22.315.358
	1.2.2.1.12.1.3 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	30.960.826
	1.2.2.1.12.1.4 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	8.850.989
	1.2.2.1.13.0.1 Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal	13.852.343
1057	Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	15.525.449
	2.1.1.1.03.0.1 Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	15.525.449
49.202	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	276.784.206
1000	Recursos Livres da União	3.123.123
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.097.466
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	25.657
1050	Recursos Próprios Livres da UO	74.891.097
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.227.422
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	42.159
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	59.866
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	55.999.098

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	92.421
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.705.097
	1.9.1.1.09.0.2 Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	13.008
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	9.240.924
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	461.430
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	49.672
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	8.798.664
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	8.798.664
1060	Política de Garantia de Preços Mínimos	105.604.262
	1.9.9.9.17.0.1 Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	105.604.262
1062	Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	84.367.060
	7.9.9.9.19.0.1 Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal	84.367.060
51.000	Ministério do Esporte	827.054.359
1000	Recursos Livres da União	248.116.307
1034	Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	408.434.139
1052	Recursos Livres da UO	170.503.913
51.101	Ministério do Esporte - Administração Direta	827.054.359
1000	Recursos Livres da União	248.116.307
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	2.726.872
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	171.501.620
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	814.710
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	73.073.105
1034	Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do	408.434.139
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	6.362.702
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	400.170.448
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1.900.989
1052	Recursos Livres da UO	170.503.913
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	170.503.913
52.000	Ministério da Defesa	22.626.516.079
1000	Recursos Livres da União	1.632.484.604
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	2.714.743.653
1009	Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	10.937.327
1021	Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	33.066.174
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	8.972.885.318
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	23.460.598
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.227.790.908
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	34.739.717
1052	Recursos Livres da UO	259.305.893
1063	Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	231.872.824
1077	Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.485.809.813
1081	Convênios	107.005.000
1090	Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização	18.188.309
1115	Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	454.707.714
1183	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	7.680.357
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.411.837.870
52.101	Ministério da Defesa - Administração Direta	9.049.924.483
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	8.972.885.318

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1081	1.2.1.5.04.1.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	8.972.885.318
	Convênios	4.570.000
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.850.000
1449	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.720.000
	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	72.469.165
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	72.469.165
52.111	Comando da Aeronáutica	1.135.821.995
1052	Recursos Livres da UO	1.607.795
1449	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.607.795
	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.134.214.200
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.134.214.200
52.121	Comando do Exército	110.306.938
1000	Recursos Livres da União	3.291.581
1081	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	3.291.581
	Convênios	99.335.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	86.000.000
1183	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	13.335.000
	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	7.680.357
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	7.680.357
52.131	Comando da Marinha	2.327.739.952
1000	Recursos Livres da União	636.775.634
1077	1.3.4.1.02.3.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	372.126.298
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	264.649.336
	Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.485.809.813
1449	1.3.4.1.02.3.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	868.294.695
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	617.515.118
	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	205.154.505
52.211	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	205.154.505
	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	4.419.018
	Recursos Próprios Livres da UO	4.369.018
1051	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.369.018
	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	50.000
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	50.000
52.221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	81.627.061
1000	Recursos Livres da União	6.125.786
1050	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	408.083
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.274.664
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	443.039
1050	Recursos Próprios Livres da UO	75.252.093
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	952.195
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.307.549
1050	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	1.033.759
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	36.985.815
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.680
1050	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	108.656
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	5.603.307

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	18.252.132
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	249.182
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	249.182
52.222	Fundação Osório	331.538
1000	Recursos Livres da União	97.661
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	97.661
1050	Recursos Próprios Livres da UO	233.877
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	227.877
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	6.000
52.232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	51.117.076
1000	Recursos Livres da União	2.723.048
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.723.048
1050	Recursos Próprios Livres da UO	48.394.028
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.353.777
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	32.000.000
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	7.019
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	10.033.232
52.233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	2.000.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.000.000
52.901	Fundo do Ministério da Defesa	4.997.823
1000	Recursos Livres da União	1.499.347
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	578.329
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	84.686
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	836.332
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.498.476
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.349.434
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	197.601
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.951.441
52.902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	24.127.221
1000	Recursos Livres da União	666.623
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	365.515
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	23.846
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	277.262
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	23.460.598
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	852.867
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	55.641
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	646.945
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	750.837
	1.6.3.2.01.0.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal	11.915.779
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	8.770.604
	1.9.2.3.99.0.2 Outros Ressarcimentos - Multas e Juros	467.925
52.903	Fundo do Serviço Militar	26.391.853
1000	Recursos Livres da União	3.812.399
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	3.356.595
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	455.804

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.063.544
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.063.544
1052	Recursos Livres da UO	21.515.910
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	7.832.055
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	13.683.855
52.910	Fundo Aeronáutico - Receitas Específicas	22.227.106
1000	Recursos Livres da União	1.376.378
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.376.378
1050	Recursos Próprios Livres da UO	20.850.728
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.211.550
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	6.497.082
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.147.193
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	994.903
52.911	Fundo Aeronáutico	4.860.780.862
1000	Recursos Livres da União	329.477.887
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.941.994
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	276.901.047
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	29.634.846
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	388.270.637
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal	316.428.413
	1.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	71.842.224
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.132.787.515
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.531.320
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	146.050
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	646.102.442
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	69.147.973
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	49.417.384
	1.6.2.1.01.1.1 Serviços de Navegação Aérea - Principal	3.268.573.732
	1.6.2.1.04.1.1 Tarifa Aeroportuária - Principal	2.039
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	18.204.463
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	27.662.112
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.244.823
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	10.244.823
52.920	Fundo do Exército - Receitas Específicas	95.274.824
1000	Recursos Livres da União	6.099.033
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.099.033
1050	Recursos Próprios Livres da UO	85.335.878
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	14.231.076
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	53.603.535
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	1.114
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	16.016.893
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	40.738
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	2.520
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	1.436.719
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	3.283
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	3.839.913

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	3.839.913
52.921	Fundo do Exército	2.394.860.102
1000	Recursos Livres da União	171.389.446
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	13.514.043
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.176.110
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	71.342.586
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	68.311.567
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	45.140
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	1.774.533.486
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal	1.657.001.078
	1.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	3.358.860
	7.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	114.173.548
1021	Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	33.066.174
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	31.532.767
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.428.081
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	105.326
1050	Recursos Próprios Livres da UO	402.544.763
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	42.410.923
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	40.346
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	166.466.035
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	159.393.656
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.426.568
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	3.581
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	75.886
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	8.964.808
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	571.371
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	31.794
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.353.710
	1.9.2.1.01.0.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1.078.122
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	8.524.057
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	396.869
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.802.768
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.269
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	13.326.233
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	13.326.233
52.930	Fundo Naval - Receitas Específicas	18.048.734
1000	Recursos Livres da União	106.907
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	106.907
1050	Recursos Próprios Livres da UO	12.835.453
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	249.451
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.440.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	9.624.495
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.320.000
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	201.507
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.006.374
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.006.374

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1081	Convênios	3.100.000
1.7.1.7.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	1.500.000
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.600.000
52.931	Fundo Naval	2.009.522.725
1000	Recursos Livres da União	348.261.679
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	51.607
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	202.669.724
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.880.535
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	100.171.164
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	37.488.649
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	551.939.530
1.2.1.6.05.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal	421.214.651
1.9.2.1.04.0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	130.724.879
1009	Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	10.937.327
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	10.935.793
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.534
1050	Recursos Próprios Livres da UO	388.471.735
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.387.916
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	233.732.716
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	87.473.513
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	33.572.660
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	7.504.485
1.6.2.1.03.0.1	Serviços Portuários - Principal	10.858
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	14.016
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	552.767
1.9.2.1.03.0.1	Indenização por Sinistro - Principal	1.187.933
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	3.169.597
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	2.851.347
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	13.927
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.023.192
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	4.999.012
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	24.180
1052	Recursos Livres da UO	120.415
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	120.415
1063	Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	231.872.824
1.6.2.1.01.2.1	Serviços de Navegação Naval - Principal	231.872.824
1090	Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na	18.188.309
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	18.188.309
1115	Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros	454.707.714
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	454.707.714
52.932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	406.996.768
1000	Recursos Livres da União	120.781.195
1.2.1.9.06.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	69.767.045
1.2.1.9.06.1.3	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	803.940
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	29.231.210

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Recursos Próprios Livres da UO	20.979.000 50.153.800
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	48.951.000
1052	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal Recursos Livres da UO	1.202.800 236.061.773
	1.2.1.9.06.1.1 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	162.789.771
	1.2.1.9.06.1.2 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	1.690.422
	1.2.1.9.06.1.3 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	1.875.859
	1.2.1.9.06.1.4 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.499.564
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	68.206.157
53.000	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	647.939.682
1000	Recursos Livres da União	177.832.801
1016	Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos	109.592.862
1050	Recursos Próprios Livres da UO	76.600.817
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	17.449.767
1052	Recursos Livres da UO	8.453.717
1066	Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e	76.199.681
1071	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de	181.810.037
53.101	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	135.389.580
1000	Recursos Livres da União	40.616.875
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.959.868
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	13.177.360
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	19.474.207
	1.3.4.5.03.2.3 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	5.440
1050	Recursos Próprios Livres da UO	18.573.024
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	18.573.024
1066	Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos	76.199.681
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	30.747.172
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	45.439.817
	1.3.4.5.03.2.3 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	12.692
53.201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	47.714.461
1000	Recursos Livres da União	4.365.077
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	118.828
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	525.000
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.721.249
1050	Recursos Próprios Livres da UO	30.266.900
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	277.266
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.225.000
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.682.913
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.210.695
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	147.411
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	419.112
	1.9.2.1.03.0.1 Indenização por Sinistro - Principal	304.503
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	13.082.484
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	13.082.484
53.202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	13.028.911

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	2.984.705
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.984.705
1050	Recursos Próprios Livres da UO	10.044.206
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.964.310
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.079.896
53.203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	25.997.986
1000	Recursos Livres da União	4.118.250
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.118.250
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.160.689
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.609.251
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.347.996
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	203.442
1052	Recursos Livres da UO	7.719.047
7.9.9.9.13.1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.719.047
53.204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	7.570.024
1000	Recursos Livres da União	496.679
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	496.679
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.706.062
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.158.917
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.318
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	42.682
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.436.102
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	64.043
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.367.283
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.436.129
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1.931.154
53.207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	1.673.541
1000	Recursos Livres da União	364.259
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	364.259
1050	Recursos Próprios Livres da UO	849.936
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	849.936
1052	Recursos Livres da UO	459.346
7.9.9.9.13.1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias	459.346
53.210	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	416.565.179
1000	Recursos Livres da União	124.886.956
1.3.4.5.01.0.1	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	46.968.369
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	77.896.829
1.3.4.5.03.2.3	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	21.758
1016	Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos	109.592.862
1.3.4.5.01.0.1	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	109.592.862
1052	Recursos Livres da UO	275.324
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	275.324
1071	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de	181.810.037
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	181.759.269
1.3.4.5.03.2.3	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	50.768
54.000	Ministério do Turismo	1.007.789.168

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	302.336.040
1050	Recursos Próprios Livres da UO	76.808
1052	Recursos Livres da UO	172.042.355
1140	Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do	533.333.965
54.101	Ministério do Turismo - Administração Direta	1.007.789.168
1000	Recursos Livres da União	302.336.040
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	70.007.497
1.3.3.2.04.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	158.597.121
1.3.9.1.01.7.1	Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	73.731.422
1050	Recursos Próprios Livres da UO	76.808
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	76.808
1052	Recursos Livres da UO	172.042.355
1.3.9.1.01.7.1	Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	172.039.983
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.372
1140	Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do	533.333.965
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	163.274.017
1.3.3.2.04.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	370.059.948
55.000	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	42.869.256.569
1000	Recursos Livres da União	66.694
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	155.619
1094	Combate à Fome	13.250
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o	42.869.021.006
55.101	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta	40.700.235.563
1000	Recursos Livres da União	66.694
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	66.694
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	155.619
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	155.619
1094	Combate à Fome	13.250
1.7.9.2.01.0.1	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	13.250
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional,	40.700.000.000
2.1.1.1.01.0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	40.700.000.000
55.901	Fundo Nacional de Assistência Social	2.169.021.006
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional,	2.169.021.006
2.1.1.1.01.0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	2.169.021.006
56.000	Ministério das Cidades	219.476.061
1000	Recursos Livres da União	7.562.987
1050	Recursos Próprios Livres da UO	211.415.273
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	271.666
1081	Convênios	226.135
56.201	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	133.022.325
1000	Recursos Livres da União	5.364.168
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.076.801
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.287.367
1050	Recursos Próprios Livres da UO	127.658.157
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.512.534
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	9.372
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	10.003.856

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	115.002.951
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	129.444
56.202	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	82.590.823
1000	Recursos Livres da União	1.039.945
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	987.948
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	51.997
1050	Recursos Próprios Livres da UO	81.053.077
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.305.212
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	15.069
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	121.327
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	78.525.201
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	86.268
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	271.666
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	271.666
1081	Convênios	226.135
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	226.135
56.902	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	3.862.913
1000	Recursos Livres da União	1.158.874
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.158.874
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.704.039
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.704.039
58.000	Ministério da Pesca e Aquicultura	19.247.762
1000	Recursos Livres da União	5.774.329
1052	Recursos Livres da UO	13.473.433
58.101	Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração Direta	19.247.762
1000	Recursos Livres da União	5.774.329
	1.1.2.1.05.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	5.774.329
1052	Recursos Livres da UO	13.473.433
	1.1.2.1.05.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	13.473.433
59.000	Conselho Nacional do Ministério Público	34.265
1050	Recursos Próprios Livres da UO	34.265
59.101	Conselho Nacional do Ministério Público	34.265
1050	Recursos Próprios Livres da UO	34.265
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	34.265
68.000	Ministério de Portos e Aeroportos	11.771.391.059
1000	Recursos Livres da União	2.528.382.384
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.422.134.440
1052	Recursos Livres da UO	3.741.943.212
1088	Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	18.166.907
1089	Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	191.201.466
1091	Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria	3.869.562.650
68.201	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	117.911.614
1000	Recursos Livres da União	33.438.000
	1.3.3.2.03.0.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	33.438.000
1052	Recursos Livres da UO	84.473.614
	1.3.3.2.03.0.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	78.022.000
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.557.888

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	893.726
68.213	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	548.724.468
1000	Recursos Livres da União	157.704.670
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	6.344.865
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	30.551
	1.2.1.9.05.1.1 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	80.175.007
	1.2.1.9.05.1.3 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	364.566
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	70.789.681
1050	Recursos Próprios Livres da UO	166.396.914
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	165.175.921
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.220.993
1052	Recursos Livres da UO	15.254.511
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	14.804.686
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	71.285
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	288.888
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	89.652
1088	Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	18.166.907
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	9.320.300
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.879
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	8.844.728
1089	Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	191.201.466
	1.2.1.9.05.1.1 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	187.075.015
	1.2.1.9.05.1.2 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	3.095.726
	1.2.1.9.05.1.3 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	850.653
	1.2.1.9.05.1.4 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	180.072
68.901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	9.326.975.091
1000	Recursos Livres da União	1.803.905.748
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1.658.383.993
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	145.521.755
1050	Recursos Próprios Livres da UO	874.764.819
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	339.550.761
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	535.214.058
1052	Recursos Livres da UO	2.778.741.874
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	2.778.741.874
1091	Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da	3.869.562.650
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	3.869.562.650
68.902	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	1.777.779.886
1000	Recursos Livres da União	533.333.966
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	163.274.018
	1.3.3.2.04.0.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	370.059.948
1050	Recursos Próprios Livres da UO	380.972.707
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	380.972.707
1052	Recursos Livres da UO	863.473.213
	1.3.3.2.04.0.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	863.473.213
71.000	Encargos Financeiros da União	44.399.159.943
1000	Recursos Livres da União	1.588.904.894
1042	Capitalização do Fundo Social	17.370.038.730

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	7.094.695.260
1052	Recursos Livres da UO	198.871.325
1074	Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	467.159.780
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o	17.679.489.954
71.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	667.371.114
1000	Recursos Livres da União	200.211.334
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	200.211.334
1074	Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	467.159.780
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	467.159.780
71.103	Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais	17.679.489.954
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional,	17.679.489.954
2.1.1.1.01.0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	17.679.489.954
71.903	Fundo Social - FS	21.134.899.507
1042	Capitalização do Fundo Social	17.370.038.730
1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	792.047.953
1.3.4.1.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	98.090.248
1.3.4.1.03.2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.579.791.962
1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.843.867.312
1.5.1.1.02.1.1	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União - Contratos de Partilha de Produção - Principal	7.056.241.255
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.764.860.777
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.764.860.777
71.904	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	85.556.180
1000	Recursos Livres da União	14.592.958
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.278.091
1.3.2.1.05.0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	3.314.867
1050	Recursos Próprios Livres da UO	34.050.236
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	26.315.545
1.3.2.1.05.0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	7.734.691
1052	Recursos Livres da UO	36.912.986
1.6.4.1.02.0.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	36.912.986
71.905	Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	4.831.843.188
1000	Recursos Livres da União	1.374.100.602
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.374.100.602
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.295.784.247
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.206.234.739
1.9.2.2.08.0.1	Restituição de Garantias Prestadas - Principal	89.549.508
1052	Recursos Livres da UO	161.958.339
1.6.4.1.02.0.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	142.436.451
1.6.4.1.02.0.2	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	19.521.888
72.000	Encargos Previdenciários da União	3.800.000.000
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o	3.800.000.000
72.146	Recursos Sob Supervisão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	3.800.000.000
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional,	3.800.000.000
2.1.1.1.01.0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	3.800.000.000
73.000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	556.592.576.918

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1006	Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	19.614.714
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	181.423.324
1024	Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF	568.228.535
1055	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado	231.843.314
1125	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal	241.758.963
1126	Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	20.482.272
1201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	237.535.191.389
1202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	200.274.769.213
1203	Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.295.186.537
1206	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.387.154.028
1211	Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.256.725.374
1213	Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	21.330.782.768
1219	Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	68.329.819
1229	Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e	16.732.126
1234	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os	1.953.396.607
1235	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os	1.317.735.956
1241	Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os	6.422.306.480
1242	Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos	66.433.982.677
1286	Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	191.326.118
1287	Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação	2.811.000
1289	Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito	7.680.356
9201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	3.165.860.455
9202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.669.254.893
73.107	Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	21.330.782.768
1213	Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	21.330.782.768
1.2.1.9.04.1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	20.807.650.000
1.2.1.9.04.1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	125.274.966
1.2.1.9.04.1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	316.464.411
1.2.1.9.04.1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	81.393.391
73.108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	457.652.471.708
1201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	237.535.191.389
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	18.858.452.675
1.1.1.3.01.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	766.796.371
1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	57.512.512
1.1.1.3.01.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	94.186.325
1.1.1.3.01.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	156.245.290
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	76.217.114.429
1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.605.722.536
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	262.257.450
1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	130.122.033
1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	279.557.916
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	51.231.069.437
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	389.773.897
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	162.075.258
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	23.122.313
1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	60.244.378
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	37.138.019.998

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	20.563.727.380
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	5.816.855.430
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	19.169.445
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.836.401.401
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	1.285.868
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	852.078.065
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.930.355.048
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	7.921.779.745
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	8.798.898
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	8.716.810.954
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	257.792.207
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	73.341.358
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	25.954.085
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	78.126.834
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	437.238
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.410
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1.205
1202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	200.274.769.213
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	15.900.264.020
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	646.514.587
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	48.490.942
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	79.412.000
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	131.736.225
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	64.261.488.637
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.353.844.491
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	221.119.026
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	109.710.734
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	235.705.694
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	43.194.823.251
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	328.632.893
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	136.651.688
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	19.495.284
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	50.794.280
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	31.312.448.233
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	17.338.044.654
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	4.904.407.519
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	16.162.473
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.391.475.692
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	1.084.164
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	718.418.761
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.470.691.510
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	6.679.147.628
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	7.418.679
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	7.349.468.060
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	217.354.213
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	61.836.831
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	21.882.856
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	65.871.645

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	368.652
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.875
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1.016
1203	Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.295.186.537
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	1.112.314.276
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	504.262
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	334.148.261
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	1.149.158.842
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	3.106.580.292
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	3.450.548
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	3.418.357.237
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	101.094.983
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	28.761.317
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	10.178.073
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	30.637.974
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	472
1206	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.387.154.028
	1.1.1.2.01.1.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	2.942.094.975
	1.1.1.2.01.1.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	216.377.199
	1.1.1.2.01.1.3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	15.588.193
	1.1.1.2.01.1.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas da Dívida Ativa	12.592.989
	1.1.1.2.01.1.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Juros da Dívida Ativa	22.229.409
	1.1.1.2.01.2.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	163.449.721
	1.1.1.2.01.2.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	12.020.955
	1.1.1.2.01.2.3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	866.010
	1.1.1.2.01.2.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	699.610
	1.1.1.2.01.2.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1.234.967
1211	Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.256.725.374
	1.2.2.1.08.1.1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	211.310.179
	1.2.2.1.08.2.1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	1.044.543.166
	1.2.2.1.08.2.3 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	290.690
	1.2.2.1.08.2.7 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	59.461
	1.2.2.1.08.2.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	521.878
1219	Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	68.329.819
	1.1.1.5.01.0.1 Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro - Principal	68.058.277
	1.1.1.5.01.0.2 Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro - Multas e Juros	271.542
9201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	3.165.860.455
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.599.083.788
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	1.566.776.667
9202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.669.254.893
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.348.247.115
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	1.321.007.778
73.109	Recursos sob Supervisão do Ministério do Esporte	7.680.356
1289	Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do	7.680.356

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	7.680.356
73.111	Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	16.732.126
1229	Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e	16.732.126
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	16.197.066
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	535.060
73.113	Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	375.560.442
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	181.423.324
	1.2.1.5.04.1.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	181.423.324
1286	Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	191.326.118
	1.3.1.1.01.2.1 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	165.625.020
	1.3.1.1.01.2.3 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	25.701.098
1287	Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para	2.811.000
	2.2.2.1.02.0.1 Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal	2.811.000
73.116	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	66.433.982.677
1242	Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	66.433.982.677
	1.3.4.1.02.1.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	970.941.638
	1.3.4.1.02.2.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	6.336.383.620
	1.3.4.1.02.3.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	4.961.683.973
	1.3.4.1.02.4.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	3.951.076.109
	1.3.4.1.03.1.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	588.541.488
	1.3.4.1.03.2.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	4.739.375.885
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	3.528.657.816
	1.3.4.1.03.4.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	2.963.307.081
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	39.408.951
	1.3.4.1.04.2.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	15.687.734.625
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	2.514.244.061
	1.3.4.1.04.4.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	400.898.594
	1.3.4.3.02.4.1 Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	19.751.728.836
73.118	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	3.271.132.563
1234	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para	1.953.396.607
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	1.947.420.733
	1.3.4.5.03.2.3 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	543.948
	1.3.4.5.03.3.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal	5.431.926
1235	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para	1.317.735.956
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	1.317.735.956
73.119	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Mineração - ANM	6.422.306.480
1241	Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	6.422.306.480
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	6.395.047.597
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	27.258.883
73.901	Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	1.081.927.798
1006	Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	19.614.714
	1.2.1.6.01.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	19.614.714
1024	Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF	568.228.535

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.5.04.2.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	381.093.616
	1.2.1.5.04.3.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	187.134.919
1055	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado	231.843.314
	1.2.1.5.01.1.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	117.043.881
	1.2.1.5.01.2.1 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	114.799.433
1125	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal	241.758.963
	7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	241.758.963
1126	Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	20.482.272
	1.2.1.6.02.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	20.482.272
74.000	Operações Oficiais de Crédito	46.605.265.954
1000	Recursos Livres da União	630.385.002
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.644.099.295
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.500.000
1052	Recursos Livres da UO	11.337.803.457
1061	Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	592.138.118
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	16.160.877
1124	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	507.408.393
1207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da	5.589.063.328
1208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da	5.589.063.328
1209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da	8.383.594.993
1210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da	8.383.594.993
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1.555.000.000
9207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da	74.490.834
9208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da	74.490.834
9209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da	111.736.251
9210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da	111.736.251
74.101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	592.138.118
1061	Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	592.138.118
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	20.231.691
	2.3.1.1.05.0.1 Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	571.906.427
74.102	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	10.000.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	10.000.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	10.000.000
74.203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MDA	3.224.065
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.224.065
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	3.224.065
74.204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	209.566.282
1000	Recursos Livres da União	2.344.894
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.344.894
1050	Recursos Próprios Livres da UO	202.721.388
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.471.418
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	266.978
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	51.855.714
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	193.030
	1.9.4.4.06.0.2 Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros	28.434
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	460.518

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	144.445.296
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.500.000
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	4.500.000
74.205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	14.599.630
1000	Recursos Livres da União	4.169.337
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.169.337
1050	Recursos Próprios Livres da UO	10.430.293
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.728.454
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	320.903
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	380.936
74.901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - M. Agric. e Pec.	7.207.754.129
1000	Recursos Livres da União	186.483.154
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	186.483.154
1050	Recursos Próprios Livres da UO	443.213.289
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	435.127.360
	1.9.9.9.99.3.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	8.085.929
1052	Recursos Livres da UO	6.578.057.686
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	320.512.282
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	6.257.545.404
74.902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES -	5.754.937.070
1000	Recursos Livres da União	114.200.146
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	113.843.396
	1.3.2.1.05.0.1 Juros de Títulos de Renda - Principal	356.750
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.815.702.925
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	265.634.589
	1.3.2.1.05.0.1 Juros de Títulos de Renda - Principal	832.417
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.549.235.919
1052	Recursos Livres da UO	3.317.625.606
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	874.364.272
	1.9.4.4.07.2.2 Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Multas e Juros	29.756.300
	2.3.1.1.07.2.1 Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal	2.413.505.034
1124	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	507.408.393
	1.9.3.1.04.0.1 Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	507.408.393
74.906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA	248.126.245
1000	Recursos Livres da União	49.212.568
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	49.212.568
1050	Recursos Próprios Livres da UO	156.636.750
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	114.829.326
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	19.504.877
	1.9.9.9.99.3.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	22.302.547
1052	Recursos Livres da UO	42.276.927
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	42.276.927
74.908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	620.032.208
1000	Recursos Livres da União	13.056.559
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.056.559
1050	Recursos Próprios Livres da UO	155.738.637
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	30.465.305

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1052	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	125.273.332
	Recursos Livres da UO	451.237.012
74.913	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	451.237.012
	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - MDR	5.663.554.162
1207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor	5.589.063.328
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	443.728.298
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	18.042.268
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	1.353.236
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	2.216.149
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	3.676.360
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1.793.343.869
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	37.781.707
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	6.170.764
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	3.061.695
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	6.577.833
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.205.436.928
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	9.171.151
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	3.813.535
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	544.054
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.417.515
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	873.835.764
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	483.852.409
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	136.867.186
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	451.046
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	66.738.857
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	30.256
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	20.048.896
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	68.949.531
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	186.394.818
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	207.033
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	205.101.434
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	6.065.699
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.725.679
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	610.684
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.838.278
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	10.288
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	80
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	28
9207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor	74.490.834
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	37.625.501
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	36.865.333
74.914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO -	5.663.554.162
1208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor	5.589.063.328
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	443.728.298
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	18.042.268
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	1.353.236
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	2.216.149
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	3.676.360

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1.793.343.869
1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	37.781.707
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	6.170.764
1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	3.061.695
1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	6.577.833
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.205.436.928
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	9.171.151
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	3.813.535
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	544.054
1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.417.515
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	873.835.764
1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	483.852.409
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	136.867.186
1.1.1.3.03.4.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	451.046
1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	66.738.857
1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	30.256
1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	20.048.896
1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	68.949.531
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	186.394.818
1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	207.033
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	205.101.434
1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	6.065.699
1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.725.679
1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	610.684
1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.838.278
7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	10.288
7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	80
7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	28
9208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor	74.490.834
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	37.625.501
1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	36.865.333
74.915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - MDR	16.990.662.488
1209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor	8.383.594.993
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	665.592.448
1.1.1.3.01.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	27.063.401
1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	2.029.853
1.1.1.3.01.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	3.324.223
1.1.1.3.01.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	5.514.540
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.690.015.804
1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	56.672.560
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	9.256.145
1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	4.592.542
1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	9.866.750
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.808.155.392
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	13.756.726
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	5.720.303
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	816.082

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	2.126.272
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.310.753.647
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	725.778.614
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	205.300.780
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	676.569
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	100.108.285
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	45.384
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	30.073.343
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	103.424.296
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	279.592.226
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	310.549
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	307.652.152
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	9.098.548
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.588.519
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	916.027
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	2.757.418
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	15.432
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	120
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	43
1210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor	8.383.594.993
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	665.592.448
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	27.063.401
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	2.029.853
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	3.324.223
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	5.514.540
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.690.015.804
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	56.672.560
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	9.256.145
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	4.592.542
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	9.866.750
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.808.155.392
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	13.756.726
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	5.720.303
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	816.082
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	2.126.272
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.310.753.647
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	725.778.614
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	205.300.780
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	676.569
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	100.108.285
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	45.384
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	30.073.343
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	103.424.296
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	279.592.226
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	310.549
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	307.652.152
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	9.098.548
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.588.519

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	916.027
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	2.757.418
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	15.432
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	120
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	43
9209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor	111.736.251
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	56.438.251
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	55.298.000
9210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor	111.736.251
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	56.438.251
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	55.298.000
74.917	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - MDR	830.526.076
1000	Recursos Livres da União	137.624.535
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	137.624.535
1050	Recursos Próprios Livres da UO	321.219.760
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	321.123.915
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	95.845
1052	Recursos Livres da UO	366.106.554
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	366.106.554
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	5.575.227
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	5.575.227
74.918	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR	1.989.667.414
1000	Recursos Livres da União	62.854.250
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	62.854.250
1050	Recursos Próprios Livres da UO	375.735.929
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	146.659.916
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	229.076.013
1052	Recursos Livres da UO	515.788.466
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	515.788.466
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	9.288.769
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.059.009
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	7.229.760
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1.026.000.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.026.000.000
74.919	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - MDR	287.923.905
1000	Recursos Livres da União	60.439.559
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	60.439.559
1050	Recursos Próprios Livres da UO	159.476.259
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	141.025.636
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	18.450.623
1052	Recursos Livres da UO	66.711.206
	1.9.4.4.07.1.2 Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral - Multas e Juros	45.630
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	66.665.576
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	1.296.881
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	280.974
	1.9.4.4.07.1.2 Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral - Multas e Juros	695
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	1.015.212

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
74.920	Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações -	519.000.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	519.000.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	519.000.000
75.000	Dívida Pública Federal	2.374.325.579.308
1000	Recursos Livres da União	9.973.273.888
1400	Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	50.634.849.356
1401	Amortização da Dívida Pública Federal	33.321.129.332
1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.655.840.500.148
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o	602.717.198.176
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	21.838.628.408
75.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	2.374.325.579.308
1000	Recursos Livres da União	9.973.273.888
	1.3.2.1.06.0.1 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	4.039.485.805
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	5.933.788.083
1400	Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	50.634.849.356
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	20.928.084.683
	2.3.1.1.03.0.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	14.436.764.673
	2.9.2.1.02.0.1 Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal	15.270.000.000
1401	Amortização da Dívida Pública Federal	33.321.129.332
	1.3.2.1.06.0.1 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	9.425.466.878
	1.3.2.1.06.0.2 Juros sobre o Capital Próprio - Multas e Juros	126.402.092
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	13.845.505.526
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.353.201.634
	2.3.1.1.03.0.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	38.236.057
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	7.532.317.145
1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.655.840.500.148
	2.1.1.1.02.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	1.622.299.381.362
	2.1.2.1.02.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal	33.541.118.786
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional,	602.717.198.176
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	584.588.733.529
	2.1.2.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	18.128.464.647
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	21.838.628.408
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	21.838.628.408
81.000	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	21.284.311
1000	Recursos Livres da União	3.889.612
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	280.629
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	9.075.762
1096	Doações Nacionais	6.207.738
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro	1.830.570
81.901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	18.258.549
1000	Recursos Livres da União	3.644.205
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.644.205
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	280.629
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	280.629
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	8.503.145
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.503.145

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1096	Doações Nacionais	4.000.000
	1.7.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	4.000.000
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro	1.830.570
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1.830.570
81.902	Fundo Nacional do Idoso - FNI	3.025.762
1000	Recursos Livres da União	245.407
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	245.407
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	572.617
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	572.617
1096	Doações Nacionais	2.207.738
	1.7.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.207.738
83.000	Banco Central do Brasil	604.191.400
1000	Recursos Livres da União	1.746.218
1050	Recursos Próprios Livres da UO	573.606.954
1131	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	28.838.228
83.201	Banco Central do Brasil - BACEN	604.191.400
1000	Recursos Livres da União	1.746.218
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	12.092
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	1.734.126
1050	Recursos Próprios Livres da UO	573.606.954
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	28.215
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	4.046.295
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.486.773
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	435.454.880
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	6.878.045
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	28.125
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	12.101.281
	1.9.9.9.12.1.1 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	4.759
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	36.752.540
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	28.418.901
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	34.407.140
1131	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	28.838.228
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	28.838.228
84.000	Ministério dos Povos Indígenas	414.474
1050	Recursos Próprios Livres da UO	414.474
84.201	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	414.474
1050	Recursos Próprios Livres da UO	414.474
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	45.201
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	369.273
90.000	Reserva de Contingência	9.875.864.418
1076	Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrencia da Suspensão Imposta pela Liminar do	9.875.864.418
90.000	Reserva de Contingência	9.875.864.418
1076	Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrencia da Suspensão Imposta pela	9.875.864.418
	1.3.4.3.02.4.1 Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	9.875.864.418
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	809.926.182.683
	1.1.1.1.01.0.1 Imposto sobre a Importação - Principal	87.500.424.557

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1.1.1.1.01.0.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	1.159.574
1.1.1.1.02.0.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	10.337.117
1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	163.449.721
1.1.1.2.01.2.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	866.011
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	36.977.358.184
1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	112.769.631
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	149.427.604.274
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	514.230.293
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	100.453.077.326
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	317.794.625
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	72.819.647.058
1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	40.321.034.079
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	11.405.598.883
1.1.1.3.03.4.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	37.587.147
1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	4.449.257.099
1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.336.593.045
1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	4.596.635.368
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	12.426.321.167
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	13.673.428.948
1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	115.045.265
1.1.1.5.02.0.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	71.117.156.610
1.1.1.5.02.0.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	9.928.301
1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	341.865.086
1.1.2.2.02.0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	528.695
1.2.2.1.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	155.203.683
1.2.2.1.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	767.198.946
1.2.2.1.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	213.507
1.2.2.1.12.1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal	118.875.994
1.2.2.1.12.1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	2.341.575
1.2.2.1.13.0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal	1.047.656
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	52.170.936
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	31.039
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	641.796.952
1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	99.591.756
1.3.1.1.02.0.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	63.816
1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	766.198
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	572.579
1.3.4.1.05.0.1	Participação do Proprietário da Terra - Contrato de Concessão - Principal	33.268
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1.244.623.817
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	150.809.804
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.086.082
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	20.438.236
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.932.115
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	347.256
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	23.486.657
1.9.1.1.07.0.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	16.732.543
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.217.548

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.13.1.1 Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal	24.465.270
	1.9.1.1.13.2.1 Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal	380.724.584
	1.9.2.1.02.0.1 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	148.125
	1.9.2.1.02.0.2 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	19.098
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	265.871.064
	1.9.2.2.01.1.1 Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1.094.854.452
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	2.836.256.954
	1.9.2.2.09.0.1 Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal	442.651
	1.9.2.2.13.0.1 Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	2.434.081
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	73.846.367
	1.9.2.3.02.0.1 Ressarcimento de Custos - Principal	69.496.352
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	261.090.000
	1.9.2.3.99.0.3 Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	13.700.870
	1.9.3.1.03.0.1 Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal	12.980.044
	1.9.9.9.06.0.1 Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	1.117.311
	1.9.9.9.12.2.1 Ônus de Sucumbência - Principal	33.134.351
	1.9.9.9.15.0.1 Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal	977.213.111
	1.9.9.9.99.1.2 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	65.006.784.101
	1.9.9.9.99.1.3 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	6.300.916.291
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	2.959.594
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	6.626.422.341
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	547.212.409
	2.9.3.1.01.0.1 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	113.931.111.459
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.689
	7.1.2.2.02.0.1 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	11.296
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.683.791
1001	Recursos Livres da Seguridade Social	190.107.172.484
	1.2.1.3.01.0.1 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	176.316.897.339
	1.2.1.3.01.0.3 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	401.376.546
	1.2.1.3.01.0.5 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	855.946.640
	1.2.1.3.01.0.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	14.360.432
	1.2.1.3.02.0.1 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	11.501.829.193
	1.2.1.3.02.0.3 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	164.407.056
	1.2.1.3.02.0.5 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	147.998.375
	1.2.1.3.02.0.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	29.843.689
	1.2.1.3.49.0.5 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	279.215.569
	1.2.1.3.49.0.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	200.317.346
	1.2.1.7.07.1.1 Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	109.719.377
	1.9.3.1.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	85.026.100
	1.9.3.1.02.1.2 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	234.822
1002	Atividades-fim da Seguridade Social	388.847.545.856
	1.2.1.1.01.0.1 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	371.388.492.631
	1.2.1.1.01.0.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	132.069.060
	1.2.1.1.01.0.5 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1.698.661.990

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1.2.1.1.01.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	49.684.154
1.2.1.1.02.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	13.349.666.599
1.2.1.1.02.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	82.891.019
1.2.1.1.02.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	184.356.911
1.2.1.1.02.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	25.050.656
1.2.1.1.49.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal	301.009.323
1.2.1.1.49.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Dívida Ativa	1.077.905.611
1.2.1.1.49.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal	246.409.978
1.2.1.1.49.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	310.709.506
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	104.463
1.9.2.2.04.0.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	533.955
1011	Destinações da Cide-Combustíveis	2.152.770.985
1.2.2.1.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	362.141.928
1.2.2.1.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	1.790.130.873
1.2.2.1.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	498.184
1014	Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação	17.370.038.729
1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	792.047.953
1.3.4.1.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	98.090.248
1.3.4.1.03.2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.579.791.962
1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.843.867.312
1.5.1.1.02.1.1	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União - Contratos de Partilha de Produção - Principal	7.056.241.254
1026	Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural,	290.785.468
1.2.2.1.12.1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal	277.377.318
1.2.2.1.12.1.2	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Multas e Juros	3.938.004
1.2.2.1.12.1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	5.463.675
1.2.2.1.12.1.4	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.561.939
1.2.2.1.13.0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal	2.444.532
1027	Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	799.389.550
1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	797.685.202
1.1.2.2.02.0.2	Emolumentos e Custas Judiciais - Multas e Juros	144.220
1.1.2.2.02.0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	1.233.623
1.1.2.2.02.0.4	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros	300.149
7.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	26.356
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	80.206.272.467
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	75.214.847.155
1.2.1.2.01.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	74.278.407
1.2.1.2.01.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	333.594.654
1.2.1.2.01.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	4.570.314
1.2.1.2.02.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	4.253.905.517
1.2.1.2.02.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	151.981.467

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2025, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.2.02.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	57.085.827
	1.2.1.2.02.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	8.883.640
	1.2.1.2.49.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	35.186.458
	1.2.1.2.49.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	71.939.028
1056	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	42.015.451.717
	1.2.1.5.01.1.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	11.817.427.883
	1.2.1.5.01.1.5 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	929.777
	1.2.1.5.01.2.1 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	5.201.487.611
	1.2.1.5.01.3.1 Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1.274.958.093
	1.2.1.5.01.4.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	261.162.694
	1.2.1.5.01.5.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	123.372.565
	1.2.1.5.01.6.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	26.554.518
	7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	22.504.382.313
	7.2.1.5.02.1.3 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Dívida Ativa - Operações Intraorçamentárias	1.310.989
	7.2.1.5.02.1.5 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias	3.109.207
	7.2.1.5.02.2.1 Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	800.756.067
1085	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	2.380.424
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	2.380.424
1123	Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao	4.083.586.373
	1.2.1.7.01.1.1 Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	48.064.898
	1.2.1.7.02.1.1 Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	6.917.174
	1.2.1.7.04.1.1 Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	4.024.943.161
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	3.661.140
1130	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	89.363.761
	1.5.1.1.02.2.1 Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União - Acordos de Individualização de Produção - Principal	89.363.761
9000	Recursos Livres da União	6.207.569.518
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	3.135.458.407
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	3.072.111.111
9001	Recursos Livres da Seguridade Social	8.266.214.685
	1.2.1.3.01.0.1 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	8.266.214.685
TOTAL		5.722.394.887.721

Quadro 4
Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso IV.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamento Fiscal
	Total
Despesas Correntes	1.569.519.049.317
Pessoal e Encargos Sociais	282.546.804.999
Juros e Encargos da Dívida	480.013.131.390
Outras Despesas Correntes	806.959.112.928
Despesas de Capital	2.283.299.879.554
Investimentos	64.126.374.193
Inversões Financeiras	170.229.686.497
Amortização da Dívida	2.048.943.818.864
Reserva de Contingência	66.887.082.784
Reserva de Contingência	66.887.082.784
TOTAL	3.919.706.011.655

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamento de Seguridade Social
	Total
Despesas Correntes	1.785.923.502.816
Pessoal e Encargos Sociais	160.548.469.028
Outras Despesas Correntes	1.625.375.033.788
Despesas de Capital	16.600.907.996
Investimentos	16.197.407.996
Inversões Financeiras	403.500.000
Reserva de Contingência	164.465.254
Reserva de Contingência	164.465.254
TOTAL	1.802.688.876.066

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamentos Fiscal e da Seguridade
	Total
Despesas Correntes	3.355.442.552.133
Pessoal e Encargos Sociais	443.095.274.027
Juros e Encargos da Dívida	480.013.131.390
Outras Despesas Correntes	2.432.334.146.716
Despesas de Capital	2.299.900.787.550
Investimentos	80.323.782.189
Inversões Financeiras	170.633.186.497
Amortização da Dívida	2.048.943.818.864
Reserva de Contingência	67.051.548.038
Reserva de Contingência	67.051.548.038
TOTAL	5.722.394.887.721

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
PODER LEGISLATIVO	11.827.132.990	6.143.475.336	17.970.608.326
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.039.250.381	5.814.985.599	13.854.235.980
1000 - Recursos Livres da União	8.039.250.381	4.852.853.202	12.892.103.583
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		962.132.397	962.132.397
3 - Outras Despesas Correntes	3.228.737.541	328.269.737	3.557.007.278
1000 - Recursos Livres da União	3.179.583.666	323.488.113	3.503.071.779
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		4.781.624	4.781.624
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	49.153.875		49.153.875
4 - Investimentos	453.438.220	220.000	453.658.220
1000 - Recursos Livres da União	360.807.666	220.000	361.027.666
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	92.630.554		92.630.554
9 - Reserva de Contingência	105.706.848		105.706.848
1000 - Recursos Livres da União	105.498.811		105.498.811
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	208.037		208.037
01000 - Câmara dos Deputados	6.233.326.079	2.361.167.505	8.594.493.584
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.215.518.992	2.361.000.000	6.576.518.992
1000 - Recursos Livres da União	4.215.518.992	1.959.756.361	6.175.275.353
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		401.243.639	401.243.639
3 - Outras Despesas Correntes	1.772.129.099	167.505	1.772.296.604
1000 - Recursos Livres da União	1.738.977.397	167.505	1.739.144.902
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	33.151.702		33.151.702
4 - Investimentos	245.469.951		245.469.951
1000 - Recursos Livres da União	167.252.220		167.252.220
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	78.217.731		78.217.731
9 - Reserva de Contingência	208.037		208.037
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	208.037		208.037
01101 - Câmara dos Deputados	6.076.400.311	2.361.167.505	8.437.567.816
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.215.518.992	2.361.000.000	6.576.518.992
1000 - Recursos Livres da União	4.215.518.992	1.959.756.361	6.175.275.353
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		401.243.639	401.243.639
3 - Outras Despesas Correntes	1.693.629.099	167.505	1.693.796.604
1000 - Recursos Livres da União	1.693.629.099	167.505	1.693.796.604
4 - Investimentos	167.252.220		167.252.220
1000 - Recursos Livres da União	167.252.220		167.252.220
01901 - Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	156.925.768		156.925.768
3 - Outras Despesas Correntes	78.500.000		78.500.000
1000 - Recursos Livres da União	45.348.298		45.348.298
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	33.151.702		33.151.702
4 - Investimentos	78.217.731		78.217.731
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	78.217.731		78.217.731
9 - Reserva de Contingência	208.037		208.037
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	208.037		208.037
02000 - Senado Federal	3.539.473.092	2.777.567.318	6.317.040.410

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.404.941.133	2.449.245.086	4.854.186.219
1000 - Recursos Livres da União	2.404.941.133	2.178.183.236	4.583.124.369
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		271.061.850	271.061.850
3 - Outras Despesas Correntes	859.856.939	328.102.232	1.187.959.171
1000 - Recursos Livres da União	856.331.542	323.320.608	1.179.652.150
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		4.781.624	4.781.624
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.525.397		3.525.397
4 - Investimentos	169.176.209	220.000	169.396.209
1000 - Recursos Livres da União	154.763.386	220.000	154.983.386
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.412.823		14.412.823
9 - Reserva de Contingência	105.498.811		105.498.811
1000 - Recursos Livres da União	105.498.811		105.498.811
02101 - Senado Federal	3.539.473.092	2.777.567.318	6.317.040.410
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.404.941.133	2.449.245.086	4.854.186.219
1000 - Recursos Livres da União	2.404.941.133	2.178.183.236	4.583.124.369
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		271.061.850	271.061.850
3 - Outras Despesas Correntes	859.856.939	328.102.232	1.187.959.171
1000 - Recursos Livres da União	856.331.542	323.320.608	1.179.652.150
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		4.781.624	4.781.624
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.525.397		3.525.397
4 - Investimentos	169.176.209	220.000	169.396.209
1000 - Recursos Livres da União	154.763.386	220.000	154.983.386
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.412.823		14.412.823
9 - Reserva de Contingência	105.498.811		105.498.811
1000 - Recursos Livres da União	105.498.811		105.498.811
03000 - Tribunal de Contas da União	2.054.333.819	1.004.740.513	3.059.074.332
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.418.790.256	1.004.740.513	2.423.530.769
1000 - Recursos Livres da União	1.418.790.256	714.913.605	2.133.703.861
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		289.826.908	289.826.908
3 - Outras Despesas Correntes	596.751.503		596.751.503
1000 - Recursos Livres da União	584.274.727		584.274.727
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.476.776		12.476.776
4 - Investimentos	38.792.060		38.792.060
1000 - Recursos Livres da União	38.792.060		38.792.060
03101 - Tribunal de Contas da União	2.054.333.819	1.004.740.513	3.059.074.332
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.418.790.256	1.004.740.513	2.423.530.769
1000 - Recursos Livres da União	1.418.790.256	714.913.605	2.133.703.861
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		289.826.908	289.826.908
3 - Outras Despesas Correntes	596.751.503		596.751.503
1000 - Recursos Livres da União	584.274.727		584.274.727
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.476.776		12.476.776
4 - Investimentos	38.792.060		38.792.060
1000 - Recursos Livres da União	38.792.060		38.792.060

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
PODER JUDICIÁRIO	55.647.215.149	11.751.348.578	67.398.563.727
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.882.489.848	11.750.434.390	51.632.924.238
1000 - Recursos Livres da União	39.882.489.848	2.434.126.669	42.316.616.517
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.316.307.721	9.316.307.721
3 - Outras Despesas Correntes	13.159.237.632	914.188	13.160.151.820
1000 - Recursos Livres da União	12.157.754.097	914.188	12.158.668.285
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	799.389.550		799.389.550
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	30.304.654		30.304.654
1052 - Recursos Livres da UO	124.708.012		124.708.012
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	47.081.319		47.081.319
4 - Investimentos	896.821.513		896.821.513
1000 - Recursos Livres da União	857.363.748		857.363.748
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	207.457		207.457
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	39.250.308		39.250.308
9 - Reserva de Contingência	1.708.666.156		1.708.666.156
1000 - Recursos Livres da União	516.573.775		516.573.775
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.192.092.381		1.192.092.381
10000 - Supremo Tribunal Federal	765.748.487	188.139.218	953.887.705
1 - Pessoal e Encargos Sociais	420.946.199	188.139.218	609.085.417
1000 - Recursos Livres da União	420.946.199	65.504.315	486.450.514
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		122.634.903	122.634.903
3 - Outras Despesas Correntes	338.174.530		338.174.530
1000 - Recursos Livres da União	327.084.188		327.084.188
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.624.979		6.624.979
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	161.394		161.394
1052 - Recursos Livres da UO	103.969		103.969
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.200.000		4.200.000
4 - Investimentos	6.627.758		6.627.758
1000 - Recursos Livres da União	6.627.758		6.627.758
10101 - Supremo Tribunal Federal	765.748.487	188.139.218	953.887.705
1 - Pessoal e Encargos Sociais	420.946.199	188.139.218	609.085.417
1000 - Recursos Livres da União	420.946.199	65.504.315	486.450.514
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		122.634.903	122.634.903
3 - Outras Despesas Correntes	338.174.530		338.174.530
1000 - Recursos Livres da União	327.084.188		327.084.188
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.624.979		6.624.979
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	161.394		161.394
1052 - Recursos Livres da UO	103.969		103.969
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.200.000		4.200.000
4 - Investimentos	6.627.758		6.627.758
1000 - Recursos Livres da União	6.627.758		6.627.758
11000 - Superior Tribunal de Justiça	1.744.475.123	503.059.151	2.247.534.274
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.075.011.881	502.991.561	1.578.003.442
1000 - Recursos Livres da União	1.075.011.881	210.533.975	1.285.545.856
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		292.457.586	292.457.586

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	557.088.652	67.590	557.156.242
1000 - Recursos Livres da União	542.873.155	67.590	542.940.745
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	12.449.585		12.449.585
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	73.654		73.654
1052 - Recursos Livres da UO	175.674		175.674
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.516.584		1.516.584
4 - Investimentos	112.374.590		112.374.590
1000 - Recursos Livres da União	112.374.590		112.374.590
11101 - Superior Tribunal de Justiça	1.744.475.123	503.059.151	2.247.534.274
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.075.011.881	502.991.561	1.578.003.442
1000 - Recursos Livres da União	1.075.011.881	210.533.975	1.285.545.856
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		292.457.586	292.457.586
3 - Outras Despesas Correntes	557.088.652	67.590	557.156.242
1000 - Recursos Livres da União	542.873.155	67.590	542.940.745
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	12.449.585		12.449.585
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	73.654		73.654
1052 - Recursos Livres da UO	175.674		175.674
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.516.584		1.516.584
4 - Investimentos	112.374.590		112.374.590
1000 - Recursos Livres da União	112.374.590		112.374.590
12000 - Justiça Federal	14.876.198.217	2.338.263.444	17.214.461.661
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.274.049.125	2.338.231.444	13.612.280.569
1000 - Recursos Livres da União	11.274.049.125		11.274.049.125
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.338.231.444	2.338.231.444
3 - Outras Despesas Correntes	3.193.533.694	32.000	3.193.565.694
1000 - Recursos Livres da União	3.059.169.725	32.000	3.059.201.725
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	134.363.969		134.363.969
4 - Investimentos	408.615.398		408.615.398
1000 - Recursos Livres da União	408.615.398		408.615.398
12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau	11.903.742.200	1.696.362.786	13.600.104.986
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.184.399.821	1.696.362.786	10.880.762.607
1000 - Recursos Livres da União	9.184.399.821		9.184.399.821
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.696.362.786	1.696.362.786
3 - Outras Despesas Correntes	2.438.376.316		2.438.376.316
1000 - Recursos Livres da União	2.400.804.371		2.400.804.371
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	37.571.945		37.571.945
4 - Investimentos	280.966.063		280.966.063
1000 - Recursos Livres da União	280.966.063		280.966.063
12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região	634.283.173	133.680.079	767.963.252
1 - Pessoal e Encargos Sociais	411.040.648	133.680.079	544.720.727
1000 - Recursos Livres da União	411.040.648		411.040.648
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		133.680.079	133.680.079
3 - Outras Despesas Correntes	182.579.271		182.579.271
1000 - Recursos Livres da União	160.394.744		160.394.744
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	22.184.527		22.184.527

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	40.663.254		40.663.254
1000 - Recursos Livres da União	40.663.254		40.663.254
12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região	547.608.360	127.099.904	674.708.264
1 - Pessoal e Encargos Sociais	387.827.154	127.099.904	514.927.058
1000 - Recursos Livres da União	387.827.154		387.827.154
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		127.099.904	127.099.904
3 - Outras Despesas Correntes	133.310.742		133.310.742
1000 - Recursos Livres da União	115.199.534		115.199.534
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	18.111.208		18.111.208
4 - Investimentos	26.470.464		26.470.464
1000 - Recursos Livres da União	26.470.464		26.470.464
12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região	763.092.609	193.074.563	956.167.172
1 - Pessoal e Encargos Sociais	589.179.561	193.042.563	782.222.124
1000 - Recursos Livres da União	589.179.561		589.179.561
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		193.042.563	193.042.563
3 - Outras Despesas Correntes	148.229.378	32.000	148.261.378
1000 - Recursos Livres da União	130.934.789	32.000	130.966.789
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	17.294.589		17.294.589
4 - Investimentos	25.683.670		25.683.670
1000 - Recursos Livres da União	25.683.670		25.683.670
12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região	459.085.615	129.217.411	588.303.026
1 - Pessoal e Encargos Sociais	349.358.446	129.217.411	478.575.857
1000 - Recursos Livres da União	349.358.446		349.358.446
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		129.217.411	129.217.411
3 - Outras Despesas Correntes	94.108.419		94.108.419
1000 - Recursos Livres da União	83.182.676		83.182.676
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	10.925.743		10.925.743
4 - Investimentos	15.618.750		15.618.750
1000 - Recursos Livres da União	15.618.750		15.618.750
12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região	329.401.201	56.814.337	386.215.538
1 - Pessoal e Encargos Sociais	217.337.715	56.814.337	274.152.052
1000 - Recursos Livres da União	217.337.715		217.337.715
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		56.814.337	56.814.337
3 - Outras Despesas Correntes	96.863.486		96.863.486
1000 - Recursos Livres da União	84.564.741		84.564.741
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	12.298.745		12.298.745
4 - Investimentos	15.200.000		15.200.000
1000 - Recursos Livres da União	15.200.000		15.200.000
12107 - Tribunal Regional Federal da 6ª Região	238.985.059	2.014.364	240.999.423
1 - Pessoal e Encargos Sociais	134.905.780	2.014.364	136.920.144
1000 - Recursos Livres da União	134.905.780		134.905.780
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.014.364	2.014.364
3 - Outras Despesas Correntes	100.066.082		100.066.082
1000 - Recursos Livres da União	84.088.870		84.088.870
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	15.977.212		15.977.212

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	4.013.197		4.013.197
1000 - Recursos Livres da União	4.013.197		4.013.197
13000 - Justiça Militar da União	538.789.728	264.467.305	803.257.033
1 - Pessoal e Encargos Sociais	348.664.995	264.467.305	613.132.300
1000 - Recursos Livres da União	348.664.995	169.773.966	518.438.961
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		94.693.339	94.693.339
3 - Outras Despesas Correntes	181.094.374		181.094.374
1000 - Recursos Livres da União	158.160.237		158.160.237
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	22.730.216		22.730.216
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	203.921		203.921
4 - Investimentos	9.030.359		9.030.359
1000 - Recursos Livres da União	9.030.359		9.030.359
13101 - Justiça Militar da União	538.789.728	264.467.305	803.257.033
1 - Pessoal e Encargos Sociais	348.664.995	264.467.305	613.132.300
1000 - Recursos Livres da União	348.664.995	169.773.966	518.438.961
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		94.693.339	94.693.339
3 - Outras Despesas Correntes	181.094.374		181.094.374
1000 - Recursos Livres da União	158.160.237		158.160.237
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	22.730.216		22.730.216
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	203.921		203.921
4 - Investimentos	9.030.359		9.030.359
1000 - Recursos Livres da União	9.030.359		9.030.359
14000 - Justiça Eleitoral	10.061.255.824	1.236.973.054	11.298.228.878
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.024.913.978	1.236.853.952	7.261.767.930
1000 - Recursos Livres da União	6.024.913.978	65.503	6.024.979.481
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.236.788.449	1.236.788.449
3 - Outras Despesas Correntes	3.808.447.608	119.102	3.808.566.710
1000 - Recursos Livres da União	3.467.410.873	119.102	3.467.529.975
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	217.514.503		217.514.503
1052 - Recursos Livres da UO	123.522.232		123.522.232
4 - Investimentos	227.894.238		227.894.238
1000 - Recursos Livres da União	227.894.238		227.894.238
14101 - Tribunal Superior Eleitoral	2.066.566.077	74.437.547	2.141.003.624
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.108.323.243	74.409.790	1.182.733.033
1000 - Recursos Livres da União	1.108.323.243		1.108.323.243
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		74.409.790	74.409.790
3 - Outras Despesas Correntes	827.061.353	27.757	827.089.110
1000 - Recursos Livres da União	795.333.155	27.757	795.360.912
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	31.728.198		31.728.198
4 - Investimentos	131.181.481		131.181.481
1000 - Recursos Livres da União	131.181.481		131.181.481
14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre	62.685.175	6.793.189	69.478.364
1 - Pessoal e Encargos Sociais	41.565.867	6.793.189	48.359.056
1000 - Recursos Livres da União	41.565.867		41.565.867
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.793.189	6.793.189

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	19.246.326		19.246.326
1000 - Recursos Livres da União	16.703.598		16.703.598
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.542.728		2.542.728
4 - Investimentos	1.872.982		1.872.982
1000 - Recursos Livres da União	1.872.982		1.872.982
14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	138.299.843	13.318.318	151.618.161
1 - Pessoal e Encargos Sociais	103.978.544	13.318.318	117.296.862
1000 - Recursos Livres da União	103.978.544		103.978.544
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.318.318	13.318.318
3 - Outras Despesas Correntes	32.971.299		32.971.299
1000 - Recursos Livres da União	29.285.215		29.285.215
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.686.084		3.686.084
4 - Investimentos	1.350.000		1.350.000
1000 - Recursos Livres da União	1.350.000		1.350.000
14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	155.778.959	12.497.875	168.276.834
1 - Pessoal e Encargos Sociais	106.763.649	12.497.875	119.261.524
1000 - Recursos Livres da União	106.763.649		106.763.649
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		12.497.875	12.497.875
3 - Outras Despesas Correntes	48.713.174		48.713.174
1000 - Recursos Livres da União	42.848.744		42.848.744
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.864.430		5.864.430
4 - Investimentos	302.136		302.136
1000 - Recursos Livres da União	302.136		302.136
14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	412.734.549	62.329.098	475.063.647
1 - Pessoal e Encargos Sociais	304.585.068	62.329.098	366.914.166
1000 - Recursos Livres da União	304.585.068		304.585.068
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		62.329.098	62.329.098
3 - Outras Despesas Correntes	97.547.561		97.547.561
1000 - Recursos Livres da União	86.069.185		86.069.185
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	11.478.376		11.478.376
4 - Investimentos	10.601.920		10.601.920
1000 - Recursos Livres da União	10.601.920		10.601.920
14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	275.449.874	47.227.323	322.677.197
1 - Pessoal e Encargos Sociais	208.292.325	47.227.323	255.519.648
1000 - Recursos Livres da União	208.292.325		208.292.325
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		47.227.323	47.227.323
3 - Outras Despesas Correntes	62.399.824		62.399.824
1000 - Recursos Livres da União	55.096.176		55.096.176
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	7.303.648		7.303.648
4 - Investimentos	4.757.725		4.757.725
1000 - Recursos Livres da União	4.757.725		4.757.725
14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	111.827.299	29.176.550	141.003.849
1 - Pessoal e Encargos Sociais	73.306.157	29.176.550	102.482.707
1000 - Recursos Livres da União	73.306.157		73.306.157
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		29.176.550	29.176.550

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	37.410.159		37.410.159
1000 - Recursos Livres da União	32.979.831		32.979.831
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.430.328		4.430.328
4 - Investimentos	1.110.983		1.110.983
1000 - Recursos Livres da União	1.110.983		1.110.983
14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	154.448.511	17.564.430	172.012.941
1 - Pessoal e Encargos Sociais	111.984.143	17.564.430	129.548.573
1000 - Recursos Livres da União	111.984.143		111.984.143
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		17.564.430	17.564.430
3 - Outras Despesas Correntes	39.613.641		39.613.641
1000 - Recursos Livres da União	34.409.941		34.409.941
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.203.700		5.203.700
4 - Investimentos	2.850.727		2.850.727
1000 - Recursos Livres da União	2.850.727		2.850.727
14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	235.414.322	25.068.004	260.482.326
1 - Pessoal e Encargos Sociais	175.278.004	25.068.004	200.346.008
1000 - Recursos Livres da União	175.278.004		175.278.004
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		25.068.004	25.068.004
3 - Outras Despesas Correntes	57.765.228		57.765.228
1000 - Recursos Livres da União	50.858.671		50.858.671
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.906.557		6.906.557
4 - Investimentos	2.371.090		2.371.090
1000 - Recursos Livres da União	2.371.090		2.371.090
14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	230.539.312	20.948.973	251.488.285
1 - Pessoal e Encargos Sociais	167.824.055	20.930.949	188.755.004
1000 - Recursos Livres da União	167.824.055		167.824.055
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		20.930.949	20.930.949
3 - Outras Despesas Correntes	62.204.957	18.024	62.222.981
1000 - Recursos Livres da União	55.271.565	18.024	55.289.589
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.933.392		6.933.392
4 - Investimentos	510.300		510.300
1000 - Recursos Livres da União	510.300		510.300
14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	150.968.934	19.708.832	170.677.766
1 - Pessoal e Encargos Sociais	103.077.388	19.708.832	122.786.220
1000 - Recursos Livres da União	103.077.388		103.077.388
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		19.708.832	19.708.832
3 - Outras Despesas Correntes	46.892.761		46.892.761
1000 - Recursos Livres da União	40.635.544		40.635.544
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.257.217		6.257.217
4 - Investimentos	998.785		998.785
1000 - Recursos Livres da União	998.785		998.785
14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	130.973.979	21.533.694	152.507.673
1 - Pessoal e Encargos Sociais	95.514.889	21.533.694	117.048.583
1000 - Recursos Livres da União	95.514.889		95.514.889
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.533.694	21.533.694

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	34.439.853		34.439.853
1000 - Recursos Livres da União	30.329.781		30.329.781
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.110.072		4.110.072
4 - Investimentos	1.019.237		1.019.237
1000 - Recursos Livres da União	1.019.237		1.019.237
14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	703.691.820	138.294.988	841.986.808
1 - Pessoal e Encargos Sociais	547.754.496	138.294.988	686.049.484
1000 - Recursos Livres da União	547.754.496		547.754.496
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		138.294.988	138.294.988
3 - Outras Despesas Correntes	153.302.830		153.302.830
1000 - Recursos Livres da União	138.129.651		138.129.651
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	15.173.179		15.173.179
4 - Investimentos	2.634.494		2.634.494
1000 - Recursos Livres da União	2.634.494		2.634.494
14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará	227.553.507	30.851.977	258.405.484
1 - Pessoal e Encargos Sociais	160.276.335	30.851.977	191.128.312
1000 - Recursos Livres da União	160.276.335		160.276.335
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		30.851.977	30.851.977
3 - Outras Despesas Correntes	66.732.172		66.732.172
1000 - Recursos Livres da União	58.767.419		58.767.419
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	7.964.753		7.964.753
4 - Investimentos	545.000		545.000
1000 - Recursos Livres da União	545.000		545.000
14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	180.929.632	25.581.543	206.511.175
1 - Pessoal e Encargos Sociais	135.393.571	25.581.543	160.975.114
1000 - Recursos Livres da União	135.393.571		135.393.571
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		25.581.543	25.581.543
3 - Outras Despesas Correntes	45.295.707		45.295.707
1000 - Recursos Livres da União	40.277.592		40.277.592
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.018.115		5.018.115
4 - Investimentos	240.354		240.354
1000 - Recursos Livres da União	240.354		240.354
14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	371.882.633	61.621.504	433.504.137
1 - Pessoal e Encargos Sociais	285.403.633	61.621.504	347.025.137
1000 - Recursos Livres da União	285.403.633	65.503	285.469.136
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		61.556.001	61.556.001
3 - Outras Despesas Correntes	84.479.000		84.479.000
1000 - Recursos Livres da União	75.398.680		75.398.680
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	9.080.320		9.080.320
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
1000 - Recursos Livres da União	2.000.000		2.000.000
14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	306.391.393	56.510.649	362.902.042
1 - Pessoal e Encargos Sociais	228.093.446	56.510.649	284.604.095
1000 - Recursos Livres da União	228.093.446		228.093.446
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		56.510.649	56.510.649

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	70.898.012		70.898.012
1000 - Recursos Livres da União	62.429.535		62.429.535
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	8.468.477		8.468.477
4 - Investimentos	7.399.935		7.399.935
1000 - Recursos Livres da União	7.399.935		7.399.935
14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	192.287.993	27.289.002	219.576.995
1 - Pessoal e Encargos Sociais	142.205.155	27.289.002	169.494.157
1000 - Recursos Livres da União	142.205.155		142.205.155
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		27.289.002	27.289.002
3 - Outras Despesas Correntes	47.163.773		47.163.773
1000 - Recursos Livres da União	41.696.767		41.696.767
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.467.006		5.467.006
4 - Investimentos	2.919.065		2.919.065
1000 - Recursos Livres da União	2.919.065		2.919.065
14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	524.631.012	152.808.007	677.439.019
1 - Pessoal e Encargos Sociais	390.168.602	152.778.808	542.947.410
1000 - Recursos Livres da União	390.168.602		390.168.602
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		152.778.808	152.778.808
3 - Outras Despesas Correntes	130.290.761	29.199	130.319.960
1000 - Recursos Livres da União	117.121.057	29.199	117.150.256
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	13.169.704		13.169.704
4 - Investimentos	4.171.649		4.171.649
1000 - Recursos Livres da União	4.171.649		4.171.649
14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	168.473.045	28.988.622	197.461.667
1 - Pessoal e Encargos Sociais	123.385.954	28.988.622	152.374.576
1000 - Recursos Livres da União	123.385.954		123.385.954
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		28.988.622	28.988.622
3 - Outras Despesas Correntes	44.656.399		44.656.399
1000 - Recursos Livres da União	40.019.087		40.019.087
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.637.312		4.637.312
4 - Investimentos	430.692		430.692
1000 - Recursos Livres da União	430.692		430.692
14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	340.327.509	68.389.568	408.717.077
1 - Pessoal e Encargos Sociais	262.391.000	68.389.568	330.780.568
1000 - Recursos Livres da União	262.391.000		262.391.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		68.389.568	68.389.568
3 - Outras Despesas Correntes	76.519.045		76.519.045
1000 - Recursos Livres da União	68.064.440		68.064.440
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	8.454.605		8.454.605
4 - Investimentos	1.417.464		1.417.464
1000 - Recursos Livres da União	1.417.464		1.417.464
14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	122.407.178	12.330.539	134.737.717
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.324.602	12.330.539	79.655.141
1000 - Recursos Livres da União	67.324.602		67.324.602
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		12.330.539	12.330.539

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	29.825.292		29.825.292
1000 - Recursos Livres da União	26.149.658		26.149.658
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.675.634		3.675.634
4 - Investimentos	25.257.284		25.257.284
1000 - Recursos Livres da União	25.257.284		25.257.284
14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	226.709.729	43.593.043	270.302.772
1 - Pessoal e Encargos Sociais	166.479.136	43.593.043	210.072.179
1000 - Recursos Livres da União	166.479.136		166.479.136
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		43.593.043	43.593.043
3 - Outras Despesas Correntes	56.892.699		56.892.699
1000 - Recursos Livres da União	49.911.763		49.911.763
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.980.936		6.980.936
4 - Investimentos	3.337.894		3.337.894
1000 - Recursos Livres da União	3.337.894		3.337.894
14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	870.337.132	203.643.245	1.073.980.377
1 - Pessoal e Encargos Sociais	674.499.570	203.643.245	878.142.815
1000 - Recursos Livres da União	674.499.570		674.499.570
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		203.643.245	203.643.245
3 - Outras Despesas Correntes	194.337.562		194.337.562
1000 - Recursos Livres da União	175.832.361		175.832.361
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	18.505.201		18.505.201
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
1000 - Recursos Livres da União	1.500.000		1.500.000
14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	112.063.781	16.153.423	128.217.204
1 - Pessoal e Encargos Sociais	81.009.943	16.153.423	97.163.366
1000 - Recursos Livres da União	81.009.943		81.009.943
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.153.423	16.153.423
3 - Outras Despesas Correntes	30.042.064		30.042.064
1000 - Recursos Livres da União	26.242.918		26.242.918
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.799.146		3.799.146
4 - Investimentos	1.011.774		1.011.774
1000 - Recursos Livres da União	1.011.774		1.011.774
14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	132.514.973	8.485.841	141.000.814
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.214.885	8.485.841	83.700.726
1000 - Recursos Livres da União	75.214.885		75.214.885
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.485.841	8.485.841
3 - Outras Despesas Correntes	41.990.088		41.990.088
1000 - Recursos Livres da União	36.305.578		36.305.578
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.684.510		5.684.510
4 - Investimentos	15.310.000		15.310.000
1000 - Recursos Livres da União	15.310.000		15.310.000
14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	62.153.337	7.391.904	69.545.241
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.002.131	7.347.782	50.349.913
1000 - Recursos Livres da União	43.002.131		43.002.131
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.347.782	7.347.782

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	18.575.256	44.122	18.619.378
1000 - Recursos Livres da União	16.567.887	44.122	16.612.009
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.007.369		2.007.369
4 - Investimentos	575.950		575.950
1000 - Recursos Livres da União	575.950		575.950
14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	64.449.594	4.435.366	68.884.960
1 - Pessoal e Encargos Sociais	41.818.187	4.435.366	46.253.553
1000 - Recursos Livres da União	41.818.187		41.818.187
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.435.366	4.435.366
3 - Outras Despesas Correntes	22.416.090		22.416.090
1000 - Recursos Livres da União	19.432.584		19.432.584
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.983.506		2.983.506
4 - Investimentos	215.317		215.317
1000 - Recursos Livres da União	215.317		215.317
14901 - Fundo Partidário	1.328.764.722		1.328.764.722
3 - Outras Despesas Correntes	1.328.764.722		1.328.764.722
1000 - Recursos Livres da União	1.205.242.490		1.205.242.490
1052 - Recursos Livres da UO	123.522.232		123.522.232
15000 - Justiça do Trabalho	23.905.051.627	6.574.003.941	30.479.055.568
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.944.247.055	6.573.308.445	24.517.555.500
1000 - Recursos Livres da União	17.944.247.055	1.988.248.910	19.932.495.965
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.585.059.535	4.585.059.535
3 - Outras Despesas Correntes	4.151.850.392	695.496	4.152.545.888
1000 - Recursos Livres da União	3.796.409.507	695.496	3.797.105.003
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	343.536.731		343.536.731
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	11.904.154		11.904.154
4 - Investimentos	100.288.024		100.288.024
1000 - Recursos Livres da União	83.113.177		83.113.177
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	17.174.847		17.174.847
9 - Reserva de Contingência	1.708.666.156		1.708.666.156
1000 - Recursos Livres da União	516.573.775		516.573.775
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.192.092.381		1.192.092.381
15101 - Tribunal Superior do Trabalho	1.781.184.036	387.697.291	2.168.881.327
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.097.239.238	387.697.291	1.484.936.529
1000 - Recursos Livres da União	1.097.239.238	128.599.333	1.225.838.571
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		259.097.958	259.097.958
3 - Outras Despesas Correntes	675.523.196		675.523.196
1000 - Recursos Livres da União	624.705.881		624.705.881
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	50.316.898		50.316.898
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.417		500.417
4 - Investimentos	8.421.602		8.421.602
1000 - Recursos Livres da União	8.421.602		8.421.602
15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de	1.823.810.715	790.194.479	2.614.005.194
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.455.137.768	789.498.983	2.244.636.751
1000 - Recursos Livres da União	1.455.137.768	359.549.830	1.814.687.598

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		429.949.153	429.949.153
3 - Outras Despesas Correntes	318.740.196	695.496	319.435.692
1000 - Recursos Livres da União	295.289.340	695.496	295.984.836
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	23.414.819		23.414.819
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	36.037		36.037
4 - Investimentos	4.912.016		4.912.016
1000 - Recursos Livres da União	4.912.016		4.912.016
9 - Reserva de Contingência	45.020.735		45.020.735
1000 - Recursos Livres da União	13.506.221		13.506.221
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	31.514.514		31.514.514
15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São	2.872.712.209	819.007.758	3.691.719.967
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.318.326.983	819.007.758	3.137.334.741
1000 - Recursos Livres da União	2.318.326.983	81.285.529	2.399.612.512
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		737.722.229	737.722.229
3 - Outras Despesas Correntes	485.978.419		485.978.419
1000 - Recursos Livres da União	444.072.336		444.072.336
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	41.309.411		41.309.411
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	596.672		596.672
4 - Investimentos	12.051.002		12.051.002
1000 - Recursos Livres da União	12.051.002		12.051.002
9 - Reserva de Contingência	56.355.805		56.355.805
1000 - Recursos Livres da União	16.906.742		16.906.742
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	39.449.063		39.449.063
15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas	1.780.410.457	753.538.230	2.533.948.687
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.436.983.263	753.538.230	2.190.521.493
1000 - Recursos Livres da União	1.436.983.263	355.865.638	1.792.848.901
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		397.672.592	397.672.592
3 - Outras Despesas Correntes	311.010.846		311.010.846
1000 - Recursos Livres da União	285.070.287		285.070.287
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	25.374.552		25.374.552
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	566.007		566.007
4 - Investimentos	3.200.742		3.200.742
1000 - Recursos Livres da União	3.200.742		3.200.742
9 - Reserva de Contingência	29.215.606		29.215.606
1000 - Recursos Livres da União	8.764.682		8.764.682
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	20.450.924		20.450.924
15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio	1.572.318.792	629.866.431	2.202.185.223
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.271.235.475	629.866.431	1.901.101.906
1000 - Recursos Livres da União	1.271.235.475	235.647.143	1.506.882.618
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		394.219.288	394.219.288
3 - Outras Despesas Correntes	262.967.507		262.967.507
1000 - Recursos Livres da União	241.937.637		241.937.637
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	20.780.506		20.780.506
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	249.364		249.364
4 - Investimentos	10.841.200		10.841.200

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	1.221.200		1.221.200
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	9.620.000		9.620.000
9 - Reserva de Contingência	27.274.610		27.274.610
1000 - Recursos Livres da União	11.068.383		11.068.383
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	16.206.227		16.206.227
15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	1.114.256.085	359.325.507	1.473.581.592
1 - Pessoal e Encargos Sociais	892.107.113	359.325.507	1.251.432.620
1000 - Recursos Livres da União	892.107.113	111.562.912	1.003.670.025
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		247.762.595	247.762.595
3 - Outras Despesas Correntes	187.328.767		187.328.767
1000 - Recursos Livres da União	171.209.747		171.209.747
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	15.260.299		15.260.299
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	858.721		858.721
4 - Investimentos	13.118.010		13.118.010
1000 - Recursos Livres da União	7.928.010		7.928.010
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	5.190.000		5.190.000
9 - Reserva de Contingência	21.702.195		21.702.195
1000 - Recursos Livres da União	8.067.659		8.067.659
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	13.634.536		13.634.536
15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região -	882.498.325	251.797.836	1.134.296.161
1 - Pessoal e Encargos Sociais	721.679.800	251.797.836	973.477.636
1000 - Recursos Livres da União	721.679.800	26.847.211	748.527.011
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		224.950.625	224.950.625
3 - Outras Despesas Correntes	147.058.482		147.058.482
1000 - Recursos Livres da União	131.328.932		131.328.932
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	12.072.248		12.072.248
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.657.302		3.657.302
4 - Investimentos	5.034.676		5.034.676
1000 - Recursos Livres da União	5.034.676		5.034.676
9 - Reserva de Contingência	8.725.367		8.725.367
1000 - Recursos Livres da União	2.617.610		2.617.610
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.107.757		6.107.757
15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	456.974.088	131.054.032	588.028.120
1 - Pessoal e Encargos Sociais	367.430.692	131.054.032	498.484.724
1000 - Recursos Livres da União	367.430.692	23.204.894	390.635.586
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		107.849.138	107.849.138
3 - Outras Despesas Correntes	80.678.144		80.678.144
1000 - Recursos Livres da União	72.887.376		72.887.376
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	7.386.174		7.386.174
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	404.594		404.594
4 - Investimentos	2.815.869		2.815.869
1000 - Recursos Livres da União	2.815.869		2.815.869
9 - Reserva de Contingência	6.049.383		6.049.383
1000 - Recursos Livres da União	1.814.815		1.814.815
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.234.568		4.234.568
15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região -	611.272.533	207.432.362	818.704.895

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	484.205.953	207.432.362	691.638.315
1000 - Recursos Livres da União	484.205.953	96.116.716	580.322.669
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		111.315.646	111.315.646
3 - Outras Despesas Correntes	122.576.989		122.576.989
1000 - Recursos Livres da União	112.096.009		112.096.009
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	10.251.483		10.251.483
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	229.497		229.497
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
9 - Reserva de Contingência	3.489.591		3.489.591
1000 - Recursos Livres da União	1.046.877		1.046.877
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.442.714		2.442.714
15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	1.122.757.192	290.400.000	1.413.157.192
1 - Pessoal e Encargos Sociais	927.118.609	290.400.000	1.217.518.609
1000 - Recursos Livres da União	927.118.609	36.963.688	964.082.297
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		253.436.312	253.436.312
3 - Outras Despesas Correntes	168.605.801		168.605.801
1000 - Recursos Livres da União	154.557.532		154.557.532
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	13.579.506		13.579.506
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	468.763		468.763
4 - Investimentos	5.656.277		5.656.277
1000 - Recursos Livres da União	5.656.277		5.656.277
9 - Reserva de Contingência	21.376.505		21.376.505
1000 - Recursos Livres da União	6.412.952		6.412.952
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	14.963.553		14.963.553
15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito	580.685.025	247.805.451	828.490.476
1 - Pessoal e Encargos Sociais	430.525.214	247.805.451	678.330.665
1000 - Recursos Livres da União	430.525.214	137.477.244	568.002.458
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		110.328.207	110.328.207
3 - Outras Despesas Correntes	136.692.896		136.692.896
1000 - Recursos Livres da União	121.871.981		121.871.981
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	14.251.357		14.251.357
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	569.558		569.558
4 - Investimentos	1.000.032		1.000.032
1000 - Recursos Livres da União	1.000.032		1.000.032
9 - Reserva de Contingência	12.466.883		12.466.883
1000 - Recursos Livres da União	3.740.065		3.740.065
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	8.726.818		8.726.818
15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região -	443.682.266	184.253.044	627.935.310
1 - Pessoal e Encargos Sociais	344.102.512	184.253.044	528.355.556
1000 - Recursos Livres da União	344.102.512	75.782.592	419.885.104
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		108.470.452	108.470.452
3 - Outras Despesas Correntes	95.319.605		95.319.605
1000 - Recursos Livres da União	84.786.322		84.786.322
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	9.993.171		9.993.171

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	540.112		540.112
4 - Investimentos	1.777.340		1.777.340
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	1.472.183		1.472.183
<i>1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional</i>	305.157		305.157
9 - Reserva de Contingência	2.482.809		2.482.809
<i>1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional</i>	2.482.809		2.482.809
15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa	718.903.668	306.869.362	1.025.773.030
1 - Pessoal e Encargos Sociais	591.730.473	306.869.362	898.599.835
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	591.730.473	135.825.038	727.555.511
<i>1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União</i>		171.044.324	171.044.324
3 - Outras Despesas Correntes	114.835.687		114.835.687
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	106.386.384		106.386.384
<i>1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça</i>	8.418.838		8.418.838
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	30.465		30.465
4 - Investimentos	6.957.049		6.957.049
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	6.037.818		6.037.818
<i>1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional</i>	919.231		919.231
9 - Reserva de Contingência	5.380.459		5.380.459
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	1.889.907		1.889.907
<i>1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional</i>	3.490.552		3.490.552
15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	432.690.593	147.142.545	579.833.138
1 - Pessoal e Encargos Sociais	367.407.227	147.142.545	514.549.772
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	367.407.227	32.347.256	399.754.483
<i>1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União</i>		114.795.289	114.795.289
3 - Outras Despesas Correntes	60.719.229		60.719.229
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	55.824.090		55.824.090
<i>1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça</i>	4.792.061		4.792.061
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	103.078		103.078
4 - Investimentos	2.893.623		2.893.623
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	2.893.623		2.893.623
9 - Reserva de Contingência	1.670.514		1.670.514
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	501.154		501.154
<i>1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional</i>	1.169.360		1.169.360
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região -	357.718.068	112.312.424	470.030.492
1 - Pessoal e Encargos Sociais	283.169.578	112.312.424	395.482.002
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	283.169.578	29.284.806	312.454.384
<i>1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União</i>		83.027.618	83.027.618
3 - Outras Despesas Correntes	67.211.502		67.211.502
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	61.275.465		61.275.465
<i>1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça</i>	5.904.270		5.904.270
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	31.767		31.767
4 - Investimentos	3.641.065		3.641.065
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	3.641.065		3.641.065
9 - Reserva de Contingência	3.695.923		3.695.923
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	1.108.777		1.108.777
<i>1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional</i>	2.587.146		2.587.146

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região -	1.757.860.664	503.297.992	2.261.158.656
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.342.653.202	503.297.992	1.845.951.194
1000 - Recursos Livres da União	1.342.653.202	121.889.080	1.464.542.282
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		381.408.912	381.408.912
3 - Outras Despesas Correntes	379.793.655		379.793.655
1000 - Recursos Livres da União	348.119.570		348.119.570
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	31.104.529		31.104.529
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	569.556		569.556
4 - Investimentos	2.601.845		2.601.845
1000 - Recursos Livres da União	2.601.845		2.601.845
9 - Reserva de Contingência	32.811.962		32.811.962
1000 - Recursos Livres da União	9.843.589		9.843.589
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	22.968.373		22.968.373
15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região -	285.664.222	29.178.718	314.842.940
1 - Pessoal e Encargos Sociais	229.550.826	29.178.718	258.729.544
1000 - Recursos Livres da União	229.550.826		229.550.826
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		29.178.718	29.178.718
3 - Outras Despesas Correntes	52.287.295		52.287.295
1000 - Recursos Livres da União	46.536.061		46.536.061
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.571.871		5.571.871
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	179.363		179.363
4 - Investimentos	1.510.550		1.510.550
1000 - Recursos Livres da União	1.510.550		1.510.550
9 - Reserva de Contingência	2.315.551		2.315.551
1000 - Recursos Livres da União	694.665		694.665
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.620.886		1.620.886
15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito	367.744.803	62.027.836	429.772.639
1 - Pessoal e Encargos Sociais	295.434.552	62.027.836	357.462.388
1000 - Recursos Livres da União	295.434.552		295.434.552
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		62.027.836	62.027.836
3 - Outras Despesas Correntes	63.037.451		63.037.451
1000 - Recursos Livres da União	56.881.415		56.881.415
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.722.948		5.722.948
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	433.088		433.088
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
9 - Reserva de Contingência	8.272.800		8.272.800
1000 - Recursos Livres da União	2.481.840		2.481.840
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	5.790.960		5.790.960
15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	649.960.316	91.693.354	741.653.670
1 - Pessoal e Encargos Sociais	530.337.390	91.693.354	622.030.744
1000 - Recursos Livres da União	530.337.390		530.337.390
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		91.693.354	91.693.354
3 - Outras Despesas Correntes	115.323.613		115.323.613
1000 - Recursos Livres da União	104.659.428		104.659.428

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	9.711.213		9.711.213
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	952.972		952.972
4 - Investimentos	1.011.055		1.011.055
1000 - Recursos Livres da União	1.011.055		1.011.055
9 - Reserva de Contingência	3.288.258		3.288.258
1000 - Recursos Livres da União	986.477		986.477
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.301.781		2.301.781
15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	280.675.648	35.957.548	316.633.196
1 - Pessoal e Encargos Sociais	224.055.994	35.957.548	260.013.542
1000 - Recursos Livres da União	224.055.994		224.055.994
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		35.957.548	35.957.548
3 - Outras Despesas Correntes	51.774.625		51.774.625
1000 - Recursos Livres da União	46.883.263		46.883.263
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.498.293		4.498.293
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	393.069		393.069
4 - Investimentos	1.540.790		1.540.790
1000 - Recursos Livres da União	1.540.790		1.540.790
9 - Reserva de Contingência	3.304.239		3.304.239
1000 - Recursos Livres da União	991.272		991.272
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.312.967		2.312.967
15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	213.942.497	37.894.359	251.836.856
1 - Pessoal e Encargos Sociais	168.596.559	37.894.359	206.490.918
1000 - Recursos Livres da União	168.596.559		168.596.559
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		37.894.359	37.894.359
3 - Outras Despesas Correntes	39.349.651		39.349.651
1000 - Recursos Livres da União	35.005.545		35.005.545
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.245.414		4.245.414
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	98.692		98.692
4 - Investimentos	1.003.817		1.003.817
1000 - Recursos Livres da União	1.003.817		1.003.817
9 - Reserva de Contingência	4.992.470		4.992.470
1000 - Recursos Livres da União	1.497.741		1.497.741
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.494.729		3.494.729
15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio	328.102.477	70.487.998	398.590.475
1 - Pessoal e Encargos Sociais	265.764.803	70.487.998	336.252.801
1000 - Recursos Livres da União	265.764.803		265.764.803
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		70.487.998	70.487.998
3 - Outras Despesas Correntes	58.766.114		58.766.114
1000 - Recursos Livres da União	53.575.064		53.575.064
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.047.603		5.047.603
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	143.447		143.447
4 - Investimentos	674.120		674.120
1000 - Recursos Livres da União	674.120		674.120
9 - Reserva de Contingência	2.897.440		2.897.440
1000 - Recursos Livres da União	869.232		869.232
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.028.208		2.028.208

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	196.287.428	16.227.536	212.514.964
1 - Pessoal e Encargos Sociais	155.410.686	16.227.536	171.638.222
1000 - Recursos Livres da União	155.410.686		155.410.686
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.227.536	16.227.536
3 - Outras Despesas Correntes	37.269.072		37.269.072
1000 - Recursos Livres da União	33.651.525		33.651.525
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.504.738		3.504.738
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	112.809		112.809
4 - Investimentos	3.607.670		3.607.670
1000 - Recursos Livres da União	2.467.211		2.467.211
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.140.459		1.140.459
15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato	391.763.349	55.012.200	446.775.549
1 - Pessoal e Encargos Sociais	322.659.420	55.012.200	377.671.620
1000 - Recursos Livres da União	322.659.420		322.659.420
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		55.012.200	55.012.200
3 - Outras Despesas Correntes	63.711.877		63.711.877
1000 - Recursos Livres da União	57.749.359		57.749.359
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.962.518		5.962.518
4 - Investimentos	3.817.673		3.817.673
1000 - Recursos Livres da União	3.817.673		3.817.673
9 - Reserva de Contingência	1.574.379		1.574.379
1000 - Recursos Livres da União	472.314		472.314
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.102.065		1.102.065
15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato	286.701.328	53.529.648	340.230.976
1 - Pessoal e Encargos Sociais	228.928.990	53.529.648	282.458.638
1000 - Recursos Livres da União	228.928.990		228.928.990
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		53.529.648	53.529.648
3 - Outras Despesas Correntes	55.289.773		55.289.773
1000 - Recursos Livres da União	50.048.958		50.048.958
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.062.011		5.062.011
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	178.804		178.804
4 - Investimentos	200.001		200.001
1000 - Recursos Livres da União	200.001		200.001
9 - Reserva de Contingência	2.282.564		2.282.564
1000 - Recursos Livres da União	684.769		684.769
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.597.795		1.597.795
15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	2.594.474.843		2.594.474.843
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.192.454.735		1.192.454.735
1000 - Recursos Livres da União	1.192.454.735		1.192.454.735
9 - Reserva de Contingência	1.402.020.108		1.402.020.108
1000 - Recursos Livres da União	420.606.032		420.606.032
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	981.414.076		981.414.076
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.436.810.460	646.361.079	4.083.171.539
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.672.679.444	646.361.079	3.319.040.523
1000 - Recursos Livres da União	2.672.679.444		2.672.679.444

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		646.361.079	646.361.079
3 - Outras Despesas Correntes	741.848.098		741.848.098
1000 - Recursos Livres da União	619.446.128		619.446.128
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	62.169.567		62.169.567
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.961.531		17.961.531
1052 - Recursos Livres da UO	906.137		906.137
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	41.364.735		41.364.735
4 - Investimentos	22.282.918		22.282.918
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	207.457		207.457
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	22.075.461		22.075.461
16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal	3.436.810.460	646.361.079	4.083.171.539
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.672.679.444	646.361.079	3.319.040.523
1000 - Recursos Livres da União	2.672.679.444		2.672.679.444
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		646.361.079	646.361.079
3 - Outras Despesas Correntes	741.848.098		741.848.098
1000 - Recursos Livres da União	619.446.128		619.446.128
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	62.169.567		62.169.567
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.961.531		17.961.531
1052 - Recursos Livres da UO	906.137		906.137
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	41.364.735		41.364.735
4 - Investimentos	22.282.918		22.282.918
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	207.457		207.457
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	22.075.461		22.075.461
17000 - Conselho Nacional de Justiça	318.885.683	81.386	318.967.069
1 - Pessoal e Encargos Sociais	121.977.171	81.386	122.058.557
1000 - Recursos Livres da União	121.977.171		121.977.171
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		81.386	81.386
3 - Outras Despesas Correntes	187.200.284		187.200.284
1000 - Recursos Livres da União	187.200.284		187.200.284
4 - Investimentos	9.708.228		9.708.228
1000 - Recursos Livres da União	9.708.228		9.708.228
17101 - Conselho Nacional de Justiça	318.885.683	81.386	318.967.069
1 - Pessoal e Encargos Sociais	121.977.171	81.386	122.058.557
1000 - Recursos Livres da União	121.977.171		121.977.171
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		81.386	81.386
3 - Outras Despesas Correntes	187.200.284		187.200.284
1000 - Recursos Livres da União	187.200.284		187.200.284
4 - Investimentos	9.708.228		9.708.228
1000 - Recursos Livres da União	9.708.228		9.708.228

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
PODER EXECUTIVO	472.236.507.799	1.774.610.721.620	2.246.847.229.419
1 - Pessoal e Encargos Sociais	180.648.724.911	133.711.819.380	314.360.544.291
1000 - Recursos Livres da União	169.351.349.923	36.695.633.550	206.046.983.473
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		38.212.925.271	38.212.925.271
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		13.318.495.782	13.318.495.782
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		450.458.844	450.458.844
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		8.972.885.318	8.972.885.318
1031 - FUNDAF - PGFN	1.123.492.557		1.123.492.557
1032 - FUNDAF - RFB	7.770.240.702		7.770.240.702
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		1.227.416.855	1.227.416.855
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	156.318.619	319.075.282	475.393.901
1052 - Recursos Livres da UO	2.000.500.734	707.583.845	2.708.084.579
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		29.978.506.405	29.978.506.405
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	246.822.376		246.822.376
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil		28.838.228	28.838.228
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen		3.800.000.000	3.800.000.000
2 - Juros e Encargos da Dívida	816.108.374		816.108.374
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.569.758		1.569.758
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen	814.538.616		814.538.616
3 - Outras Despesas Correntes	153.117.864.539	1.624.156.628.990	1.777.274.493.529
1000 - Recursos Livres da União	105.146.977.444	52.612.150.590	157.759.128.034
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		142.041.595.011	142.041.595.011
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		368.068.481.933	368.068.481.933
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		1.109.637.828	1.109.637.828
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		36.376.647	36.376.647
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		2.621.294.278	2.621.294.278
1008 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.523.154.256		2.523.154.256
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	2.910.000		2.910.000
1010 - Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito		168.997	168.997
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		214.042.260	214.042.260
1014 - Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde	17.370.038.729		17.370.038.729
1015 - Casa da Moeda	257.853.271		257.853.271
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio	109.592.862		109.592.862
1017 - Montepio Civil		43.660	43.660
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	327.490		327.490
1019 - FUNAPOL	492.382.156		492.382.156
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	974.567.905		974.567.905
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	15.037.900		15.037.900
1025 - Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Trá	24.227.084		24.227.084
1031 - FUNDAF - PGFN	491.788.012		491.788.012
1032 - FUNDAF - RFB	2.141.985.993		2.141.985.993

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	49.756.271		49.756.271
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	171.046.228		171.046.228
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS		841.051.419	841.051.419
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	11.366.720		11.366.720
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	119.220.571		119.220.571
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		80.224.131.815	80.224.131.815
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	103.495.604		103.495.604
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		30.135.603.038	30.135.603.038
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.066.373.766	700.000	9.067.073.766
1052 - Recursos Livres da UO	2.368.331.989	524.253	2.368.856.242
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	174.317.960		174.317.960
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		696.395.752.445	696.395.752.445
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pe	14.802.458		14.802.458
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.182.822		4.182.822
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	105.604.262		105.604.262
1062 - Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	84.367.060		84.367.060
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	227.851.616		227.851.616
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	34.283.396		34.283.396
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	1.164.370		1.164.370
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	11.873.006		11.873.006
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	2.400.000		2.400.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	7.845.000		7.845.000
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	258.615.990		258.615.990
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	159.185.757		159.185.757
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	2.812.000		2.812.000
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	276.774		276.774
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	7.423.265		7.423.265
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento	3.136.637		3.136.637
1081 - Convênios	153.040.125	4.410.512	157.450.637
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	272.432.020		272.432.020
1084 - FGTS	39.672.407		39.672.407
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	42.920.000		42.920.000
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.920.284.776		1.920.284.776
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	6.203.400		6.203.400
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	3.511.000		3.511.000
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internac	650.300		650.300
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	1.500.000		1.500.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1094 - Combate à Fome		13.250	13.250
1095 - Doações Estrangeiras	400.000	60.000	460.000
1096 - Doações Nacionais	52.896.523	6.228.147	59.124.670
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	203.046.094		203.046.094
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	454.015.706		454.015.706
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	214.526.341		214.526.341
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	498.382.925		498.382.925
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamen	386.584.177		386.584.177
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econô	316.711.174		316.711.174
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	31.128.033		31.128.033
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	23.601.735		23.601.735
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	12.606.244		12.606.244
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	321.672		321.672
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	488.092.602		488.092.602
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	210.105.929		210.105.929
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	30.396.318		30.396.318
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	12.003.127		12.003.127
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Açõ	3.049.289		3.049.289
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de T	300.000		300.000
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	13.890.308		13.890.308
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudan - SNSM	9.717.276		9.717.276
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	178.445.397		178.445.397
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	3.404		3.404
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	442.096.460		442.096.460
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	759.583.726		759.583.726
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortiza		8.237.566	8.237.566
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da		4.083.586.373	4.083.586.373
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	24.083.623		24.083.623
1130 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	89.363.761		89.363.761

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	2.913.541.328	6.605.373.965	9.518.915.293
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	153.940.942		153.940.942
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	970		970
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	77.234.614		77.234.614
1183 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	7.680.357		7.680.357
1184 - Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde		10.971.938	10.971.938
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	373.248.375		373.248.375
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	135.636.544	17.001.158.586	17.136.795.130
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	20.438.913		20.438.913
9000 - Recursos Livres da União		6.207.569.518	6.207.569.518
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.266.214.685	8.266.214.685
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		607.269.765	607.269.765
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament		207.053.980.511	207.053.980.511
4 - Investimentos	56.037.201.325	16.177.807.996	72.215.009.321
1000 - Recursos Livres da União	39.504.434.329	4.375.997.764	43.880.432.093
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.039.763.240	4.039.763.240
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		7.460.568.141	7.460.568.141
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		14.646.905	14.646.905
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		93.449.375	93.449.375
1011 - Destinações da Cide-Combustíveis	2.152.770.985		2.152.770.985
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	160.918.311		160.918.311
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União -	5.797.000		5.797.000
1019 - FUNAPOL	148.248.116		148.248.116
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	833.142.293		833.142.293
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	18.028.274		18.028.274
1025 - Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Trá	3.800		3.800
1031 - FUNDAF - PGFN	9.950.000		9.950.000
1032 - FUNDAF - RFB	210.285.546		210.285.546
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	92.000.000		92.000.000
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	33.000.000		33.000.000
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	2.500.000		2.500.000
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	10.904.473		10.904.473
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		2.052.761	2.052.761
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		170.686.865	170.686.865
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.309.856.788		2.309.856.788
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	91.656.418		91.656.418
1052 - Recursos Livres da UO	301.782.635		301.782.635
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	17.539.874		17.539.874

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pe	1.011.447		1.011.447
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	4.021.208		4.021.208
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	20.000.000		20.000.000
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	100.000		100.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	6.155.000		6.155.000
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	4.946.160		4.946.160
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	22.624.280		22.624.280
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	1.188.000		1.188.000
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.478.386.548		1.478.386.548
1081 - Convênios	8.790.016	20.642.945	29.432.961
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	205.567.643		205.567.643
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	2.380.424		2.380.424
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.580.000		4.580.000
1095 - Doações Estrangeiras	1.466.666		1.466.666
1096 - Doações Nacionais	15.937.173		15.937.173
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.396.890		1.396.890
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	79.173.593		79.173.593
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	7.739.524		7.739.524
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	84.858.164		84.858.164
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamen	90.623.889		90.623.889
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.488.526		1.488.526
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	175.258.875		175.258.875
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	2.408.601		2.408.601
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	72.259		72.259
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	54.306.172		54.306.172
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	37.702.908		37.702.908
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	2.062.881		2.062.881
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	5.311.262		5.311.262
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	494.769		494.769
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	150.000.000		150.000.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.345.963.859		1.345.963.859
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	19.882		19.882
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	160.377.077		160.377.077
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	175.952.034		175.952.034
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	3.701.606.551		3.701.606.551
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	248		248
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	74.919.283		74.919.283
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	793.152.801		793.152.801
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	500.000		500.000
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.411.837.870		1.411.837.870
5 - Inversões Financeiras	43.039.199.826	400.000.000	43.439.199.826
1000 - Recursos Livres da União	10.152.284.734		10.152.284.734
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		400.000.000	400.000.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	294.520.263		294.520.263
1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	31.191.328.182		31.191.328.182
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.797.952		5.797.952
1052 - Recursos Livres da UO	343.003.246		343.003.246
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	15.525.449		15.525.449
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econôm	36.740.000		36.740.000
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1.000.000.000		1.000.000.000
6 - Amortização da Dívida	2.213.843.715		2.213.843.715
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	39.540.884		39.540.884
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	2.174.302.831		2.174.302.831
9 - Reserva de Contingência	36.363.565.109	164.465.254	36.528.030.363
1000 - Recursos Livres da União	7.904.727.309	28.079.872	7.932.807.181
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		135.590.737	135.590.737
1007 - Prevenção de Acidentes de Trânsito	18.777		18.777
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	8.027.327		8.027.327
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União -	11.822.994		11.822.994
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	29.532.112		29.532.112
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	863.682.374		863.682.374
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fi	290.785.468		290.785.468
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1.001.031.980		1.001.031.980
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	331.824.851		331.824.851
1031 - FUNDAF - PGFN	2.635.400.498		2.635.400.498
1032 - FUNDAF - RFB	5.886.244.034		5.886.244.034

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	93.107.401		93.107.401
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	145.387.911		145.387.911
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	111.705.582		111.705.582
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar		732.037	732.037
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	100.106.776		100.106.776
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	214.506.853		214.506.853
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		62.608	62.608
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.617.446.056		2.617.446.056
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	91.879.479		91.879.479
1052 - Recursos Livres da UO	3.538.636.715		3.538.636.715
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	234.000.755		234.000.755
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	74.935.311		74.935.311
1068 - FNDP - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	3.536.503		3.536.503
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	96.013.992		96.013.992
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	95.626.165		95.626.165
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Ca	143.004.568		143.004.568
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento	402.328.358		402.328.358
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	138.878.598		138.878.598
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	502.341.161		502.341.161
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	11.963.507		11.963.507
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	187.690.466		187.690.466
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internac	17.538.009		17.538.009
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	8.490.254		8.490.254
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de T	89.612.291		89.612.291
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	290.817.406		290.817.406
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	478.597.085		478.597.085
1135 - Recursos do FISTEL destinados ao FSA	24.998.115		24.998.115
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	381.180.068		381.180.068
1180 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	3.653.069.000		3.653.069.000
1181 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 d	3.653.069.000		3.653.069.000
20000 - Presidência da República	4.149.044.436	319.074.509	4.468.118.945
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.284.252.863	319.074.509	1.603.327.372
1000 - Recursos Livres da União	1.284.252.863		1.284.252.863
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		222.176.272	222.176.272
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		96.898.237	96.898.237
3 - Outras Despesas Correntes	2.487.006.911		2.487.006.911

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	2.326.373.572		2.326.373.572
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	11.366.720		11.366.720
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	149.266.619		149.266.619
4 - Investimentos	115.649.410		115.649.410
1000 - Recursos Livres da União	65.410.629		65.410.629
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	33.000.000		33.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.047.193		16.047.193
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.191.588		1.191.588
5 - Inversões Financeiras	35.498.884		35.498.884
1000 - Recursos Livres da União	35.498.884		35.498.884
9 - Reserva de Contingência	226.636.368		226.636.368
1000 - Recursos Livres da União	65.215.928		65.215.928
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	107.803.775		107.803.775
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	53.616.665		53.616.665
20101 - Presidência da República	2.519.950.686	13.000	2.519.963.686
1 - Pessoal e Encargos Sociais	296.901.922	13.000	296.914.922
1000 - Recursos Livres da União	296.901.922		296.901.922
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	2.132.458.414		2.132.458.414
1000 - Recursos Livres da União	2.132.458.414		2.132.458.414
4 - Investimentos	55.091.466		55.091.466
1000 - Recursos Livres da União	54.290.450		54.290.450
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	801.016		801.016
5 - Inversões Financeiras	35.498.884		35.498.884
1000 - Recursos Livres da União	35.498.884		35.498.884
20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	542.117.237	289.302.535	831.419.772
1 - Pessoal e Encargos Sociais	418.028.764	289.302.535	707.331.299
1000 - Recursos Livres da União	418.028.764		418.028.764
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		193.039.871	193.039.871
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		96.262.664	96.262.664
3 - Outras Despesas Correntes	112.580.528		112.580.528
1000 - Recursos Livres da União	112.580.528		112.580.528
4 - Investimentos	11.507.945		11.507.945
1000 - Recursos Livres da União	11.117.373		11.117.373
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	390.572		390.572
20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	955.182.280		955.182.280
1 - Pessoal e Encargos Sociais	555.681.641		555.681.641
1000 - Recursos Livres da União	555.681.641		555.681.641
3 - Outras Despesas Correntes	193.478.130		193.478.130
1000 - Recursos Livres da União	79.483.888		79.483.888
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	11.366.720		11.366.720
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	102.627.522		102.627.522
4 - Investimentos	33.002.806		33.002.806
1000 - Recursos Livres da União	2.806		2.806
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	33.000.000		33.000.000

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	173.019.703		173.019.703
1000 - Recursos Livres da União	65.215.928		65.215.928
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	107.803.775		107.803.775
20927 - Fundo de Imprensa Nacional	131.794.233	29.758.974	161.553.207
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.640.536	29.758.974	43.399.510
1000 - Recursos Livres da União	13.640.536		13.640.536
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		29.136.401	29.136.401
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		622.573	622.573
3 - Outras Despesas Correntes	48.489.839		48.489.839
1000 - Recursos Livres da União	1.850.742		1.850.742
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	46.639.097		46.639.097
4 - Investimentos	16.047.193		16.047.193
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.047.193		16.047.193
9 - Reserva de Contingência	53.616.665		53.616.665
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	53.616.665		53.616.665
22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	10.685.471.920	2.291.365.234	12.976.837.154
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.468.312.026	2.290.558.667	7.758.870.693
1000 - Recursos Livres da União	5.468.312.026		5.468.312.026
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.930.830.044	1.930.830.044
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		359.728.623	359.728.623
3 - Outras Despesas Correntes	2.744.912.841	806.567	2.745.719.408
1000 - Recursos Livres da União	2.570.485.854	806.567	2.571.292.421
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	76.201.673		76.201.673
1052 - Recursos Livres da UO	81.548.442		81.548.442
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.182.822		4.182.822
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	276.774		276.774
1081 - Convênios	2.500.000		2.500.000
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudás - SNSM	9.717.276		9.717.276
4 - Investimentos	2.472.247.053		2.472.247.053
1000 - Recursos Livres da União	2.464.299.600		2.464.299.600
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.947.453		5.947.453
22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração	5.905.346.357	2.290.667.771	8.196.014.128
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.402.890.166	2.290.558.667	3.693.448.833
1000 - Recursos Livres da União	1.402.890.166		1.402.890.166
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.930.830.044	1.930.830.044
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		359.728.623	359.728.623
3 - Outras Despesas Correntes	2.239.159.234	109.104	2.239.268.338
1000 - Recursos Livres da União	2.143.515.585	109.104	2.143.624.689
1052 - Recursos Livres da UO	81.466.777		81.466.777
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.182.822		4.182.822
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	276.774		276.774
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudás - SNSM	9.717.276		9.717.276
4 - Investimentos	2.263.296.957		2.263.296.957

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	2.262.796.957		2.262.796.957
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	500.000		500.000
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -	4.760.125.563	697.463	4.760.823.026
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.065.421.860		4.065.421.860
1000 - Recursos Livres da União	4.065.421.860		4.065.421.860
3 - Outras Despesas Correntes	487.753.607	697.463	488.451.070
1000 - Recursos Livres da União	426.970.269	697.463	427.667.732
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	58.283.338		58.283.338
1081 - Convênios	2.500.000		2.500.000
4 - Investimentos	206.950.096		206.950.096
1000 - Recursos Livres da União	201.502.643		201.502.643
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.447.453		5.447.453
22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	20.000.000		20.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	18.000.000		18.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.918.335		17.918.335
1052 - Recursos Livres da UO	81.665		81.665
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	11.806.292.335	1.912.580.728	13.718.873.063
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.238.960.671	1.912.534.036	3.151.494.707
1000 - Recursos Livres da União	1.238.960.671		1.238.960.671
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.563.998.957	1.563.998.957
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		348.535.079	348.535.079
3 - Outras Despesas Correntes	7.907.872.619	46.692	7.907.919.311
1000 - Recursos Livres da União	2.740.272.771	46.692	2.740.319.463
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.573.518.745		1.573.518.745
1052 - Recursos Livres da UO	469.674.112		469.674.112
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pe	14.802.458		14.802.458
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	34.283.396		34.283.396
1081 - Convênios	12.000.000		12.000.000
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	203.046.094		203.046.094
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	454.015.706		454.015.706
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	214.526.341		214.526.341
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	498.382.925		498.382.925
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiame	386.584.177		386.584.177
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econô	316.711.174		316.711.174
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	31.128.033		31.128.033
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	23.601.735		23.601.735

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	12.606.244		12.606.244
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	321.672		321.672
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	488.092.602		488.092.602
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	210.105.929		210.105.929
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	30.396.318		30.396.318
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	12.003.127		12.003.127
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	3.049.289		3.049.289
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de T	300.000		300.000
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	178.445.397		178.445.397
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	3.404		3.404
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	970		970
4 - Investimentos	2.494.572.915		2.494.572.915
1000 - Recursos Livres da União	155.510.817		155.510.817
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	243.633.256		243.633.256
1052 - Recursos Livres da UO	185.535.093		185.535.093
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pe	1.011.447		1.011.447
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	20.000.000		20.000.000
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.396.890		1.396.890
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	79.173.593		79.173.593
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	7.739.524		7.739.524
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	84.858.164		84.858.164
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamen	90.623.889		90.623.889
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.488.526		1.488.526
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	175.258.875		175.258.875
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	2.408.601		2.408.601
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	72.259		72.259
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	54.306.172		54.306.172
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	37.702.908		37.702.908

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	2.062.881		2.062.881
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	5.311.262		5.311.262
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	494.769		494.769
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.345.963.859		1.345.963.859
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	19.882		19.882
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	248		248
5 - Inversões Financeiras	36.740.000		36.740.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econôm	36.740.000		36.740.000
9 - Reserva de Contingência	128.146.130		128.146.130
1000 - Recursos Livres da União	38.533.839		38.533.839
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de T	89.612.291		89.612.291
24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação -	1.810.703.206	1.356.589.995	3.167.293.201
1 - Pessoal e Encargos Sociais	707.378.551	1.356.589.995	2.063.968.546
1000 - Recursos Livres da União	707.378.551		707.378.551
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.155.008.343	1.155.008.343
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		201.581.652	201.581.652
3 - Outras Despesas Correntes	897.181.260		897.181.260
1000 - Recursos Livres da União	894.793.327		894.793.327
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.087.933		2.087.933
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de T	300.000		300.000
4 - Investimentos	77.997.265		77.997.265
1000 - Recursos Livres da União	77.997.265		77.997.265
9 - Reserva de Contingência	128.146.130		128.146.130
1000 - Recursos Livres da União	38.533.839		38.533.839
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de T	89.612.291		89.612.291
24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e	1.727.433.725	143.800.053	1.871.233.778
1 - Pessoal e Encargos Sociais	81.319.681	143.800.053	225.119.734
1000 - Recursos Livres da União	81.319.681		81.319.681
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		119.031.348	119.031.348
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.768.705	24.768.705
3 - Outras Despesas Correntes	1.617.813.466		1.617.813.466
1000 - Recursos Livres da União	1.570.865.193		1.570.865.193
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	664.877		664.877
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	34.283.396		34.283.396
1081 - Convênios	12.000.000		12.000.000
4 - Investimentos	28.300.578		28.300.578
1000 - Recursos Livres da União	8.300.578		8.300.578

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	20.000.000		20.000.000
24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear	743.822.163	411.492.483	1.155.314.646
1 - Pessoal e Encargos Sociais	399.315.801	411.445.791	810.761.592
1000 - Recursos Livres da União	399.315.801		399.315.801
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		289.959.266	289.959.266
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		121.486.525	121.486.525
3 - Outras Despesas Correntes	311.611.053	46.692	311.657.745
1000 - Recursos Livres da União	180.982.086	46.692	181.028.778
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	115.826.509		115.826.509
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pe	14.802.458		14.802.458
4 - Investimentos	32.895.309		32.895.309
1000 - Recursos Livres da União	23.883.862		23.883.862
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.000.000		8.000.000
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pe	1.011.447		1.011.447
24205 - Agência Espacial Brasileira	130.698.449	698.197	131.396.646
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.272.076	698.197	17.970.273
1000 - Recursos Livres da União	17.272.076		17.272.076
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		698.197	698.197
3 - Outras Despesas Correntes	68.973.357		68.973.357
1000 - Recursos Livres da União	68.973.357		68.973.357
4 - Investimentos	44.453.016		44.453.016
1000 - Recursos Livres da União	44.453.016		44.453.016
24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.	59.169.182		59.169.182
1 - Pessoal e Encargos Sociais	33.674.562		33.674.562
1000 - Recursos Livres da União	33.674.562		33.674.562
3 - Outras Despesas Correntes	24.694.620		24.694.620
1000 - Recursos Livres da União	24.658.808		24.658.808
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	35.812		35.812
4 - Investimentos	800.000		800.000
1000 - Recursos Livres da União	800.000		800.000
24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e	7.334.465.610		7.334.465.610
3 - Outras Despesas Correntes	4.987.598.863		4.987.598.863
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.454.903.614		1.454.903.614
1052 - Recursos Livres da UO	469.674.112		469.674.112
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	203.046.094		203.046.094
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	454.015.706		454.015.706
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	214.526.341		214.526.341
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	498.382.925		498.382.925
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamen	386.584.177		386.584.177
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Económ	316.711.174		316.711.174

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	31.128.033		31.128.033
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	23.601.735		23.601.735
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	12.606.244		12.606.244
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	321.672		321.672
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	488.092.602		488.092.602
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	210.105.929		210.105.929
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	30.396.318		30.396.318
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	12.003.127		12.003.127
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	3.049.289		3.049.289
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	178.445.397		178.445.397
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	3.404		3.404
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	970		970
4 - Investimentos	2.310.126.747		2.310.126.747
1000 - Recursos Livres da União	76.096		76.096
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	235.633.256		235.633.256
1052 - Recursos Livres da UO	185.535.093		185.535.093
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.396.890		1.396.890
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	79.173.593		79.173.593
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	7.739.524		7.739.524
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	84.858.164		84.858.164
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiame	90.623.889		90.623.889
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.488.526		1.488.526
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	175.258.875		175.258.875
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	2.408.601		2.408.601
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	72.259		72.259
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	54.306.172		54.306.172
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	37.702.908		37.702.908

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	2.062.881		2.062.881
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	5.311.262		5.311.262
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	494.769		494.769
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.345.963.859		1.345.963.859
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	19.882		19.882
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	248		248
5 - Inversões Financeiras	36.740.000		36.740.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econôm	36.740.000		36.740.000
25000 - Ministério da Fazenda	24.994.732.848	2.240.453.282	27.235.186.130
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.266.625.030	2.240.124.859	11.506.749.889
1000 - Recursos Livres da União	701.811.890		701.811.890
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.658.169.775	1.658.169.775
1031 - FUNDAF - PGFN	1.123.492.557		1.123.492.557
1032 - FUNDAF - RFB	7.244.422.331		7.244.422.331
1052 - Recursos Livres da UO	196.898.252	62.681.314	259.579.566
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		519.273.770	519.273.770
3 - Outras Despesas Correntes	5.492.816.542	328.423	5.493.144.965
1000 - Recursos Livres da União	1.294.140.497	328.423	1.294.468.920
1015 - Casa da Moeda	257.853.271		257.853.271
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	327.490		327.490
1031 - FUNDAF - PGFN	491.788.012		491.788.012
1032 - FUNDAF - RFB	2.141.985.993		2.141.985.993
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.262.452.253		1.262.452.253
1052 - Recursos Livres da UO	44.269.026		44.269.026
4 - Investimentos	319.545.720		319.545.720
1000 - Recursos Livres da União	95.379.997		95.379.997
1031 - FUNDAF - PGFN	9.950.000		9.950.000
1032 - FUNDAF - RFB	210.285.546		210.285.546
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.530.177		2.530.177
1052 - Recursos Livres da UO	1.400.000		1.400.000
9 - Reserva de Contingência	9.915.745.556		9.915.745.556
1000 - Recursos Livres da União	463.982.687		463.982.687
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	29.532.112		29.532.112
1031 - FUNDAF - PGFN	2.635.400.498		2.635.400.498
1032 - FUNDAF - RFB	5.886.244.034		5.886.244.034
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.025.143		23.025.143
1052 - Recursos Livres da UO	877.561.082		877.561.082
25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta	1.157.157.887	4.329.652	1.161.487.539
1 - Pessoal e Encargos Sociais	550.358.292	4.329.652	554.687.944
1000 - Recursos Livres da União	550.358.292		550.358.292

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.329.652	4.329.652
3 - Outras Despesas Correntes	469.090.514		469.090.514
1000 - Recursos Livres da União	468.763.024		468.763.024
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	327.490		327.490
4 - Investimentos	95.379.997		95.379.997
1000 - Recursos Livres da União	95.379.997		95.379.997
9 - Reserva de Contingência	42.329.084		42.329.084
1000 - Recursos Livres da União	12.796.972		12.796.972
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	29.532.112		29.532.112
25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	16.024.317.147	2.080.106.060	18.104.423.207
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.245.425.581	2.080.106.060	9.325.531.641
1000 - Recursos Livres da União	1.003.250		1.003.250
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.658.169.775	1.658.169.775
1032 - FUNDAF - RFB	7.244.422.331		7.244.422.331
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		421.936.285	421.936.285
3 - Outras Despesas Correntes	2.681.947.532		2.681.947.532
1000 - Recursos Livres da União	282.108.268		282.108.268
1015 - Casa da Moeda	257.853.271		257.853.271
1032 - FUNDAF - RFB	2.141.985.993		2.141.985.993
4 - Investimentos	210.700.000		210.700.000
1032 - FUNDAF - RFB	210.285.546		210.285.546
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	414.454		414.454
9 - Reserva de Contingência	5.886.244.034		5.886.244.034
1032 - FUNDAF - RFB	5.886.244.034		5.886.244.034
25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	4.260.631.067	44.634.590	4.305.265.657
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.123.492.557	44.634.590	1.168.127.147
1031 - FUNDAF - PGFN	1.123.492.557		1.123.492.557
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		44.634.590	44.634.590
3 - Outras Despesas Correntes	491.788.012		491.788.012
1031 - FUNDAF - PGFN	491.788.012		491.788.012
4 - Investimentos	9.950.000		9.950.000
1031 - FUNDAF - PGFN	9.950.000		9.950.000
9 - Reserva de Contingência	2.635.400.498		2.635.400.498
1031 - FUNDAF - PGFN	2.635.400.498		2.635.400.498
25203 - Comissão de Valores Mobiliários	1.261.796.101	20.558.043	1.282.354.144
1 - Pessoal e Encargos Sociais	196.898.252	20.558.043	217.456.295
1052 - Recursos Livres da UO	196.898.252	8.622.355	205.520.607
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.935.688	11.935.688
3 - Outras Despesas Correntes	44.773.787		44.773.787
1000 - Recursos Livres da União	235.428		235.428
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	269.333		269.333
1052 - Recursos Livres da UO	44.269.026		44.269.026
4 - Investimentos	1.680.000		1.680.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	280.000		280.000
1052 - Recursos Livres da UO	1.400.000		1.400.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	1.018.444.062		1.018.444.062
1000 - Recursos Livres da União	349.155.037		349.155.037
1052 - Recursos Livres da UO	669.289.025		669.289.025
25208 - Superintendência de Seguros Privados	520.961.652	90.824.937	611.786.589
1 - Pessoal e Encargos Sociais	150.450.348	90.496.514	240.946.862
1000 - Recursos Livres da União	150.450.348		150.450.348
1052 - Recursos Livres da UO		54.058.959	54.058.959
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		36.437.555	36.437.555
3 - Outras Despesas Correntes	35.347.703	328.423	35.676.126
1000 - Recursos Livres da União	29.152.313	328.423	29.480.736
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.195.390		6.195.390
4 - Investimentos	1.835.723		1.835.723
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.835.723		1.835.723
9 - Reserva de Contingência	333.327.878		333.327.878
1000 - Recursos Livres da União	102.030.678		102.030.678
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.025.143		23.025.143
1052 - Recursos Livres da UO	208.272.057		208.272.057
25903 - Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.769.868.994		1.769.868.994
3 - Outras Despesas Correntes	1.769.868.994		1.769.868.994
1000 - Recursos Livres da União	513.881.464		513.881.464
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.255.987.530		1.255.987.530
26000 - Ministério da Educação	155.835.975.432	41.916.100.963	197.752.076.395
1 - Pessoal e Encargos Sociais	60.219.200.193	33.775.477.154	93.994.677.347
1000 - Recursos Livres da União	60.219.200.193	13.521.010.763	73.740.210.956
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.232.882.804	4.232.882.804
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.021.583.587	16.021.583.587
3 - Outras Despesas Correntes	86.163.918.737	7.837.500.200	94.001.418.937
1000 - Recursos Livres da União	61.881.774.488	1.840.590.145	63.722.364.633
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		36.376.647	36.376.647
1008 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.523.154.256		2.523.154.256
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		214.042.260	214.042.260
1014 - Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde	17.370.038.729		17.370.038.729
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		280.092.935	280.092.935
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.038.350.076		1.038.350.076
1081 - Convênios	34.028.990	4.410.512	38.439.502
1095 - Doações Estrangeiras		60.000	60.000
1096 - Doações Nacionais	6.000	20.409	26.409
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	24.083.623		24.083.623
1130 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	89.363.761		89.363.761
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	2.913.541.328	5.461.907.292	8.375.448.620
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	153.940.942		153.940.942
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	135.636.544		135.636.544
4 - Investimentos	8.452.856.502	303.123.609	8.755.980.111

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	4.472.934.270	168.448.320	4.641.382.590
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	160.918.311		160.918.311
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		2.029.001	2.029.001
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		112.003.343	112.003.343
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	99.362.635		99.362.635
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.589.880		10.589.880
1081 - Convênios	6.070.016	20.642.945	26.712.961
1095 - Doações Estrangeiras	666.666		666.666
1096 - Doações Nacionais	708.173		708.173
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	3.701.606.551		3.701.606.551
5 - Inversões Financeiras	1.000.000.000		1.000.000.000
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1.000.000.000		1.000.000.000
26101 - Ministério da Educação - Administração Direta	13.052.185.728	1.200.754.632	14.252.940.360
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.635.171.867	217.263.949	9.852.435.816
1000 - Recursos Livres da União	9.635.171.867		9.635.171.867
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		56.752.385	56.752.385
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		160.511.564	160.511.564
3 - Outras Despesas Correntes	1.987.014.529	983.490.683	2.970.505.212
1000 - Recursos Livres da União	1.987.014.529	769.448.423	2.756.462.952
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		214.042.260	214.042.260
4 - Investimentos	1.429.999.332		1.429.999.332
1000 - Recursos Livres da União	1.269.081.021		1.269.081.021
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	160.918.311		160.918.311
26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos	98.478.100	61.774.941	160.253.041
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.171.743	61.774.941	128.946.684
1000 - Recursos Livres da União	67.171.743		67.171.743
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		34.391.559	34.391.559
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		27.383.382	27.383.382
3 - Outras Despesas Correntes	28.825.112		28.825.112
1000 - Recursos Livres da União	27.272.872		27.272.872
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.552.240		1.552.240
4 - Investimentos	2.481.245		2.481.245
1000 - Recursos Livres da União	2.481.245		2.481.245
26105 - Instituto Benjamin Constant	73.450.022	38.984.068	112.434.090
1 - Pessoal e Encargos Sociais	46.117.474	38.107.410	84.224.884
1000 - Recursos Livres da União	46.117.474		46.117.474
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.997.488	20.997.488
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		17.109.922	17.109.922
3 - Outras Despesas Correntes	24.144.414	876.658	25.021.072
1000 - Recursos Livres da União	22.950.914	876.658	23.827.572
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.193.500		1.193.500
4 - Investimentos	3.188.134		3.188.134
1000 - Recursos Livres da União	3.188.134		3.188.134
26201 - Colégio Pedro II	536.679.562	316.831.151	853.510.713

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	424.793.179	316.831.151	741.624.330
1000 - Recursos Livres da União	424.793.179		424.793.179
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		136.802.824	136.802.824
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		180.028.327	180.028.327
3 - Outras Despesas Correntes	110.906.383		110.906.383
1000 - Recursos Livres da União	106.795.415		106.795.415
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.110.968		4.110.968
4 - Investimentos	980.000		980.000
1000 - Recursos Livres da União	980.000		980.000
26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São	255.989.141	6.439.054	262.428.195
1 - Pessoal e Encargos Sociais	197.583.674	6.439.054	204.022.728
1000 - Recursos Livres da União	197.583.674		197.583.674
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.439.054	6.439.054
3 - Outras Despesas Correntes	56.209.969		56.209.969
1000 - Recursos Livres da União	55.869.822		55.869.822
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	340.147		340.147
4 - Investimentos	2.195.498		2.195.498
1000 - Recursos Livres da União	2.195.498		2.195.498
26231 - Universidade Federal de Alagoas	743.486.356	289.697.077	1.033.183.433
1 - Pessoal e Encargos Sociais	578.404.875	289.667.849	868.072.724
1000 - Recursos Livres da União	578.404.875		578.404.875
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		36.522.797	36.522.797
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		253.145.052	253.145.052
3 - Outras Despesas Correntes	161.595.474	29.228	161.624.702
1000 - Recursos Livres da União	153.405.524	29.228	153.434.752
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.189.950		8.189.950
4 - Investimentos	3.486.007		3.486.007
1000 - Recursos Livres da União	2.486.007		2.486.007
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
26232 - Universidade Federal da Bahia	1.271.042.740	704.041.297	1.975.084.037
1 - Pessoal e Encargos Sociais	972.614.097	704.006.223	1.676.620.320
1000 - Recursos Livres da União	972.614.097		972.614.097
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		277.535.176	277.535.176
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		426.471.047	426.471.047
3 - Outras Despesas Correntes	287.633.107	35.074	287.668.181
1000 - Recursos Livres da União	269.345.433	35.074	269.380.507
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.287.674		18.287.674
4 - Investimentos	10.795.536		10.795.536
1000 - Recursos Livres da União	8.529.516		8.529.516
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.266.020		2.266.020
26233 - Universidade Federal do Ceará	1.135.885.383	538.130.246	1.674.015.629
1 - Pessoal e Encargos Sociais	878.195.474	538.050.850	1.416.246.324
1000 - Recursos Livres da União	878.195.474		878.195.474
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		157.343.606	157.343.606
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		380.707.244	380.707.244

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	252.906.414	79.396	252.985.810
1000 - Recursos Livres da União	245.122.921	79.396	245.202.317
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.783.493		7.783.493
4 - Investimentos	4.783.495		4.783.495
1000 - Recursos Livres da União	3.132.546		3.132.546
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	900.000		900.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	750.949		750.949
26234 - Universidade Federal do Espírito Santo	876.045.944	336.739.120	1.212.785.064
1 - Pessoal e Encargos Sociais	626.830.742	336.608.667	963.439.409
1000 - Recursos Livres da União	626.830.742		626.830.742
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		144.248.248	144.248.248
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		192.360.419	192.360.419
3 - Outras Despesas Correntes	185.607.202	130.453	185.737.655
1000 - Recursos Livres da União	168.363.768	130.453	168.494.221
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.243.434		17.243.434
4 - Investimentos	63.608.000		63.608.000
1000 - Recursos Livres da União	57.962.000		57.962.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.400.000		5.400.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	246.000		246.000
26235 - Universidade Federal de Goiás	937.752.192	467.193.731	1.404.945.923
1 - Pessoal e Encargos Sociais	738.960.288	467.173.271	1.206.133.559
1000 - Recursos Livres da União	738.960.288		738.960.288
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		137.434.896	137.434.896
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		329.738.375	329.738.375
3 - Outras Despesas Correntes	188.523.373	20.460	188.543.833
1000 - Recursos Livres da União	179.567.634	20.460	179.588.094
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.955.739		8.955.739
4 - Investimentos	10.268.531		10.268.531
1000 - Recursos Livres da União	5.923.341		5.923.341
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.345.190		4.345.190
26236 - Universidade Federal Fluminense	1.648.448.426	908.686.671	2.557.135.097
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.285.977.988	908.482.074	2.194.460.062
1000 - Recursos Livres da União	1.285.977.988		1.285.977.988
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		251.336.279	251.336.279
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		657.145.795	657.145.795
3 - Outras Despesas Correntes	346.658.820	204.597	346.863.417
1000 - Recursos Livres da União	314.723.614	204.597	314.928.211
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	31.935.206		31.935.206
4 - Investimentos	15.811.618		15.811.618
1000 - Recursos Livres da União	11.811.618		11.811.618
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.000.000		4.000.000
26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora	1.015.644.217	274.713.562	1.290.357.779
1 - Pessoal e Encargos Sociais	604.996.068	274.713.562	879.709.630
1000 - Recursos Livres da União	604.996.068		604.996.068
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.939.720	13.939.720

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		260.773.842	260.773.842
3 - Outras Despesas Correntes	403.604.149		403.604.149
1000 - Recursos Livres da União	168.350.068		168.350.068
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	235.254.081		235.254.081
4 - Investimentos	7.044.000		7.044.000
1000 - Recursos Livres da União	4.933.101		4.933.101
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.110.899		2.110.899
26238 - Universidade Federal de Minas Gerais	1.600.510.327	909.819.229	2.510.329.556
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.211.518.780	909.573.132	2.121.091.912
1000 - Recursos Livres da União	1.211.518.780		1.211.518.780
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		374.262.428	374.262.428
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		535.310.704	535.310.704
3 - Outras Despesas Correntes	385.526.366	246.097	385.772.463
1000 - Recursos Livres da União	359.561.213	246.097	359.807.310
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	25.965.153		25.965.153
4 - Investimentos	3.465.181		3.465.181
1000 - Recursos Livres da União	2.965.181		2.965.181
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.000		500.000
26239 - Universidade Federal do Pará	1.283.728.329	440.046.849	1.723.775.178
1 - Pessoal e Encargos Sociais	985.413.844	440.046.849	1.425.460.693
1000 - Recursos Livres da União	985.413.844		985.413.844
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		440.046.849	440.046.849
3 - Outras Despesas Correntes	282.515.456		282.515.456
1000 - Recursos Livres da União	265.371.313		265.371.313
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.230.960		16.230.960
1081 - Convênios	913.183		913.183
4 - Investimentos	15.799.029		15.799.029
1000 - Recursos Livres da União	12.001.019		12.001.019
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000		3.000.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	798.010		798.010
26240 - Universidade Federal da Paraíba	1.343.677.605	729.460.698	2.073.138.303
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.066.324.723	729.459.667	1.795.784.390
1000 - Recursos Livres da União	1.066.324.723		1.066.324.723
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		247.774.043	247.774.043
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		481.685.624	481.685.624
3 - Outras Despesas Correntes	249.067.485	1.031	249.068.516
1000 - Recursos Livres da União	243.606.731	1.031	243.607.762
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.460.754		5.460.754
4 - Investimentos	28.285.397		28.285.397
1000 - Recursos Livres da União	27.052.497		27.052.497
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	232.900		232.900
26241 - Universidade Federal do Paraná	1.325.966.424	687.310.579	2.013.277.003
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.021.248.935	687.081.629	1.708.330.564
1000 - Recursos Livres da União	1.021.248.935		1.021.248.935

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		58.184.380	58.184.380
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		628.897.249	628.897.249
3 - Outras Despesas Correntes	291.970.951	228.950	292.199.901
1000 - Recursos Livres da União	270.924.543	228.950	271.153.493
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.022.928		16.022.928
1081 - Convênios	5.023.480		5.023.480
4 - Investimentos	12.746.538		12.746.538
1000 - Recursos Livres da União	9.624.276		9.624.276
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.850.000		1.850.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	589.818		589.818
1081 - Convênios	682.444		682.444
26242 - Universidade Federal de Pernambuco	1.342.078.009	560.844.131	1.902.922.140
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.052.419.988	560.809.057	1.613.229.045
1000 - Recursos Livres da União	1.052.419.988		1.052.419.988
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		78.973.801	78.973.801
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		481.835.256	481.835.256
3 - Outras Despesas Correntes	266.666.177	35.074	266.701.251
1000 - Recursos Livres da União	246.451.837	35.074	246.486.911
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.958.922		16.958.922
1081 - Convênios	3.255.418		3.255.418
4 - Investimentos	22.991.844		22.991.844
1000 - Recursos Livres da União	20.835.160		20.835.160
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.104.681		2.104.681
1081 - Convênios	52.003		52.003
26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.296.332.906	690.657.274	1.986.990.180
1 - Pessoal e Encargos Sociais	987.519.552	690.632.831	1.678.152.383
1000 - Recursos Livres da União	987.519.552		987.519.552
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		262.421.775	262.421.775
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		428.211.056	428.211.056
3 - Outras Despesas Correntes	303.553.295	24.443	303.577.738
1000 - Recursos Livres da União	277.392.959	24.443	277.417.402
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	26.160.336		26.160.336
4 - Investimentos	5.260.059		5.260.059
1000 - Recursos Livres da União	1.388.931		1.388.931
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.871.128		3.871.128
26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.476.871.053	820.371.700	2.297.242.753
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.151.907.402	820.369.315	1.972.276.717
1000 - Recursos Livres da União	1.151.907.402		1.151.907.402
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		310.748.352	310.748.352
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		509.620.963	509.620.963
3 - Outras Despesas Correntes	317.062.314	2.385	317.064.699
1000 - Recursos Livres da União	278.837.275	2.385	278.839.660
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	38.225.039		38.225.039
4 - Investimentos	7.901.337		7.901.337
1000 - Recursos Livres da União	2.901.337		2.901.337

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.000.000		5.000.000
26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2.518.204.318	1.367.667.332	3.885.871.650
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.901.053.474	1.367.082.130	3.268.135.604
1000 - Recursos Livres da União	1.901.053.474		1.901.053.474
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		581.670.491	581.670.491
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		785.411.639	785.411.639
3 - Outras Despesas Correntes	593.556.904	585.202	594.142.106
1000 - Recursos Livres da União	541.641.055	585.202	542.226.257
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	51.915.849		51.915.849
4 - Investimentos	23.593.940		23.593.940
1000 - Recursos Livres da União	21.593.940		21.593.940
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
26246 - Universidade Federal de Santa Catarina	1.297.920.703	645.051.591	1.942.972.294
1 - Pessoal e Encargos Sociais	982.876.852	644.865.492	1.627.742.344
1000 - Recursos Livres da União	982.876.852		982.876.852
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		227.872.091	227.872.091
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		416.993.401	416.993.401
3 - Outras Despesas Correntes	289.182.712	186.099	289.368.811
1000 - Recursos Livres da União	247.517.237	186.099	247.703.336
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	41.665.475		41.665.475
4 - Investimentos	25.861.139		25.861.139
1000 - Recursos Livres da União	21.361.139		21.361.139
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.500.000		4.500.000
26247 - Universidade Federal de Santa Maria	1.020.566.291	458.287.205	1.478.853.496
1 - Pessoal e Encargos Sociais	811.334.473	458.063.121	1.269.397.594
1000 - Recursos Livres da União	811.334.473		811.334.473
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		104.223.282	104.223.282
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		353.839.839	353.839.839
3 - Outras Despesas Correntes	205.496.818	224.084	205.720.902
1000 - Recursos Livres da União	201.524.110	224.084	201.748.194
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.972.708		3.972.708
4 - Investimentos	3.735.000		3.735.000
1000 - Recursos Livres da União	2.500.000		2.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.235.000		1.235.000
26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco	555.393.133	191.770.473	747.163.606
1 - Pessoal e Encargos Sociais	444.459.670	191.770.473	636.230.143
1000 - Recursos Livres da União	444.459.670		444.459.670
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		191.770.473	191.770.473
3 - Outras Despesas Correntes	109.633.463		109.633.463
1000 - Recursos Livres da União	108.813.324		108.813.324
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	820.139		820.139
4 - Investimentos	1.300.000		1.300.000
1000 - Recursos Livres da União	1.300.000		1.300.000
26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	610.178.535	227.826.928	838.005.463
1 - Pessoal e Encargos Sociais	481.663.260	227.826.928	709.490.188

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	481.663.260		481.663.260
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.042.888	15.042.888
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		212.784.040	212.784.040
3 - Outras Despesas Correntes	124.905.149		124.905.149
1000 - Recursos Livres da União	123.064.343		123.064.343
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.840.806		1.840.806
4 - Investimentos	3.610.126		3.610.126
1000 - Recursos Livres da União	3.188.187		3.188.187
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	421.939		421.939
26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima	293.097.223	40.675.717	333.772.940
1 - Pessoal e Encargos Sociais	210.660.519	40.675.717	251.336.236
1000 - Recursos Livres da União	210.660.519		210.660.519
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		40.675.717	40.675.717
3 - Outras Despesas Correntes	58.535.726		58.535.726
1000 - Recursos Livres da União	56.976.016		56.976.016
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.559.710		1.559.710
4 - Investimentos	23.900.978		23.900.978
1000 - Recursos Livres da União	23.900.978		23.900.978
26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins	391.327.799	3.318.787	394.646.586
1 - Pessoal e Encargos Sociais	278.053.422	3.318.787	281.372.209
1000 - Recursos Livres da União	278.053.422		278.053.422
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.318.787	3.318.787
3 - Outras Despesas Correntes	84.763.281		84.763.281
1000 - Recursos Livres da União	80.306.956		80.306.956
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.456.325		4.456.325
4 - Investimentos	28.511.096		28.511.096
1000 - Recursos Livres da União	28.042.174		28.042.174
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	468.922		468.922
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	655.084.715	209.690.523	864.775.238
1 - Pessoal e Encargos Sociais	518.225.089	209.690.523	727.915.612
1000 - Recursos Livres da União	518.225.089		518.225.089
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		209.690.523	209.690.523
3 - Outras Despesas Correntes	127.760.549		127.760.549
1000 - Recursos Livres da União	127.256.109		127.256.109
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	504.440		504.440
4 - Investimentos	9.099.077		9.099.077
1000 - Recursos Livres da União	9.099.077		9.099.077
26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	266.813.944	53.485.643	320.299.587
1 - Pessoal e Encargos Sociais	198.094.718	53.485.643	251.580.361
1000 - Recursos Livres da União	198.094.718		198.094.718
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		53.485.643	53.485.643
3 - Outras Despesas Correntes	60.753.880		60.753.880
1000 - Recursos Livres da União	60.227.434		60.227.434
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	526.446		526.446
4 - Investimentos	7.965.346		7.965.346

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	7.965.346		7.965.346
26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	342.872.774	166.362.692	509.235.466
1 - Pessoal e Encargos Sociais	267.727.837	166.280.210	434.008.047
1000 - Recursos Livres da União	267.727.837		267.727.837
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		52.517.828	52.517.828
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		113.762.382	113.762.382
3 - Outras Despesas Correntes	72.036.069	82.482	72.118.551
1000 - Recursos Livres da União	71.320.548	82.482	71.403.030
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	709.521		709.521
1096 - Doações Nacionais	6.000		6.000
4 - Investimentos	3.108.868		3.108.868
1000 - Recursos Livres da União	2.872.993		2.872.993
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	235.875		235.875
26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e	352.977.287	18.690.621	371.667.908
1 - Pessoal e Encargos Sociais	277.525.023	18.690.621	296.215.644
1000 - Recursos Livres da União	277.525.023		277.525.023
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		18.690.621	18.690.621
3 - Outras Despesas Correntes	73.110.793		73.110.793
1000 - Recursos Livres da União	70.575.900		70.575.900
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.534.893		2.534.893
4 - Investimentos	2.341.471		2.341.471
1000 - Recursos Livres da União	2.341.471		2.341.471
26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow	376.331.136	133.082.424	509.413.560
1 - Pessoal e Encargos Sociais	300.830.345	133.082.424	433.912.769
1000 - Recursos Livres da União	300.830.345		300.830.345
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.080.689	7.080.689
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		126.001.735	126.001.735
3 - Outras Despesas Correntes	67.883.991		67.883.991
1000 - Recursos Livres da União	67.478.609		67.478.609
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	405.382		405.382
4 - Investimentos	7.616.800		7.616.800
1000 - Recursos Livres da União	4.802.674		4.802.674
1081 - Convênios	2.814.126		2.814.126
26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas	453.907.222	130.938.990	584.846.212
1 - Pessoal e Encargos Sociais	360.600.341	130.938.990	491.539.331
1000 - Recursos Livres da União	360.600.341		360.600.341
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		130.938.990	130.938.990
3 - Outras Despesas Correntes	90.126.250		90.126.250
1000 - Recursos Livres da União	86.130.768		86.130.768
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.995.482		3.995.482
4 - Investimentos	3.180.631		3.180.631
1000 - Recursos Livres da União	3.180.631		3.180.631
26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1.094.190.700	186.750.703	1.280.941.403
1 - Pessoal e Encargos Sociais	863.692.658	186.750.703	1.050.443.361
1000 - Recursos Livres da União	863.692.658		863.692.658

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		186.750.703	186.750.703
3 - Outras Despesas Correntes	218.917.848		218.917.848
1000 - Recursos Livres da União	215.656.131		215.656.131
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	952.252		952.252
1081 - Convênios	2.309.465		2.309.465
4 - Investimentos	11.580.194		11.580.194
1000 - Recursos Livres da União	7.651.361		7.651.361
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.928.833		3.928.833
26260 - Universidade Federal de Alfenas	272.686.403	38.949.319	311.635.722
1 - Pessoal e Encargos Sociais	212.282.013	38.949.319	251.231.332
1000 - Recursos Livres da União	212.282.013		212.282.013
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		38.949.319	38.949.319
3 - Outras Despesas Correntes	59.073.990		59.073.990
1000 - Recursos Livres da União	57.478.229		57.478.229
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.595.761		1.595.761
4 - Investimentos	1.330.400		1.330.400
1000 - Recursos Livres da União	1.330.400		1.330.400
26261 - Universidade Federal de Itajubá	242.052.393	61.288.907	303.341.300
1 - Pessoal e Encargos Sociais	183.770.159	61.288.907	245.059.066
1000 - Recursos Livres da União	183.770.159		183.770.159
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		61.288.907	61.288.907
3 - Outras Despesas Correntes	54.145.563		54.145.563
1000 - Recursos Livres da União	53.901.433		53.901.433
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	244.130		244.130
4 - Investimentos	4.136.671		4.136.671
1000 - Recursos Livres da União	2.936.671		2.936.671
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.200.000		1.200.000
26262 - Universidade Federal de São Paulo	801.989.075	428.629.705	1.230.618.780
1 - Pessoal e Encargos Sociais	641.373.215	428.620.936	1.069.994.151
1000 - Recursos Livres da União	641.373.215		641.373.215
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		120.997.757	120.997.757
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		307.623.179	307.623.179
3 - Outras Despesas Correntes	157.125.702	8.769	157.134.471
1000 - Recursos Livres da União	145.627.793	8.769	145.636.562
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	11.497.909		11.497.909
4 - Investimentos	3.490.158		3.490.158
1000 - Recursos Livres da União	2.490.158		2.490.158
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
26263 - Universidade Federal de Lavras	392.661.610	96.681.498	489.343.108
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.909.525	96.681.498	395.591.023
1000 - Recursos Livres da União	298.909.525		298.909.525
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		96.681.498	96.681.498
3 - Outras Despesas Correntes	91.202.085		91.202.085
1000 - Recursos Livres da União	85.969.058		85.969.058
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.233.027		5.233.027

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	2.550.000		2.550.000
1000 - Recursos Livres da União	550.000		550.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	354.088.806	42.563.635	396.652.441
1 - Pessoal e Encargos Sociais	262.236.451	42.563.635	304.800.086
1000 - Recursos Livres da União	262.236.451		262.236.451
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		42.563.635	42.563.635
3 - Outras Despesas Correntes	85.319.198		85.319.198
1000 - Recursos Livres da União	83.945.863		83.945.863
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.373.335		1.373.335
4 - Investimentos	6.533.157		6.533.157
1000 - Recursos Livres da União	6.402.585		6.402.585
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	130.572		130.572
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa	438.394.359	5.586.688	443.981.047
1 - Pessoal e Encargos Sociais	350.071.247	5.586.688	355.657.935
1000 - Recursos Livres da União	350.071.247		350.071.247
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		5.586.688	5.586.688
3 - Outras Despesas Correntes	81.211.076		81.211.076
1000 - Recursos Livres da União	80.703.796		80.703.796
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	507.280		507.280
4 - Investimentos	7.112.036		7.112.036
1000 - Recursos Livres da União	6.445.370		6.445.370
1095 - Doações Estrangeiras	666.666		666.666
26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana	219.114.409	243.365	219.357.774
1 - Pessoal e Encargos Sociais	158.265.338	243.365	158.508.703
1000 - Recursos Livres da União	158.265.338		158.265.338
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		243.365	243.365
3 - Outras Despesas Correntes	56.835.892		56.835.892
1000 - Recursos Livres da União	53.670.790		53.670.790
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	368.838		368.838
1081 - Convênios	2.796.264		2.796.264
4 - Investimentos	4.013.179		4.013.179
1000 - Recursos Livres da União	3.943.179		3.943.179
1081 - Convênios	70.000		70.000
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	361.644.759	56.792.360	418.437.119
1 - Pessoal e Encargos Sociais	251.856.826	56.792.360	308.649.186
1000 - Recursos Livres da União	251.856.826		251.856.826
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		56.792.360	56.792.360
3 - Outras Despesas Correntes	63.092.378		63.092.378
1000 - Recursos Livres da União	62.409.374		62.409.374
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	683.004		683.004
4 - Investimentos	46.695.555		46.695.555
1000 - Recursos Livres da União	46.695.555		46.695.555
26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro	444.146.484	132.780.880	576.927.364
1 - Pessoal e Encargos Sociais	305.408.252	132.763.343	438.171.595

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	305.408.252		305.408.252
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		132.763.343	132.763.343
3 - Outras Despesas Correntes	137.738.232	17.537	137.755.769
1000 - Recursos Livres da União	137.400.801	17.537	137.418.338
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	337.431		337.431
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
26270 - Fundação Universidade do Amazonas	778.804.076	190.399.874	969.203.950
1 - Pessoal e Encargos Sociais	593.348.181	190.399.874	783.748.055
1000 - Recursos Livres da União	593.348.181		593.348.181
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		190.399.874	190.399.874
3 - Outras Despesas Correntes	180.769.977		180.769.977
1000 - Recursos Livres da União	172.159.181		172.159.181
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.201.646		7.201.646
1081 - Convênios	1.409.150		1.409.150
4 - Investimentos	4.685.918		4.685.918
1000 - Recursos Livres da União	2.981.583		2.981.583
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
1081 - Convênios	704.335		704.335
26271 - Fundação Universidade de Brasília	1.689.250.501	533.374.504	2.222.625.005
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.244.244.497	533.368.658	1.777.613.155
1000 - Recursos Livres da União	1.244.244.497		1.244.244.497
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		533.368.658	533.368.658
3 - Outras Despesas Correntes	375.802.085	5.846	375.807.931
1000 - Recursos Livres da União	318.445.268	5.846	318.451.114
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	57.356.817		57.356.817
4 - Investimentos	69.203.919		69.203.919
1000 - Recursos Livres da União	47.307.003		47.307.003
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.500.001		20.500.001
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.396.915		1.396.915
26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão	770.094.072	251.274.514	1.021.368.586
1 - Pessoal e Encargos Sociais	578.672.767	251.274.514	829.947.281
1000 - Recursos Livres da União	578.672.767		578.672.767
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.240.699	8.240.699
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		243.033.815	243.033.815
3 - Outras Despesas Correntes	185.416.640		185.416.640
1000 - Recursos Livres da União	175.908.647		175.908.647
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.507.993		9.507.993
4 - Investimentos	6.004.665		6.004.665
1000 - Recursos Livres da União	5.604.665		5.604.665
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	400.000		400.000
26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande	445.806.528	171.282.181	617.088.709
1 - Pessoal e Encargos Sociais	342.940.238	171.140.096	514.080.334
1000 - Recursos Livres da União	342.940.238		342.940.238
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		24.955.587	24.955.587

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		146.184.509	146.184.509
3 - Outras Despesas Correntes	100.070.424	142.085	100.212.509
1000 - Recursos Livres da União	99.172.440	142.085	99.314.525
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	897.984		897.984
4 - Investimentos	2.795.866		2.795.866
1000 - Recursos Livres da União	2.531.337		2.531.337
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	264.529		264.529
26274 - Universidade Federal de Uberlândia	994.130.585	394.668.857	1.388.799.442
1 - Pessoal e Encargos Sociais	763.120.427	394.597.815	1.157.718.242
1000 - Recursos Livres da União	763.120.427		763.120.427
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		58.721.182	58.721.182
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		335.876.633	335.876.633
3 - Outras Despesas Correntes	217.216.350	71.042	217.287.392
1000 - Recursos Livres da União	200.614.092	71.042	200.685.134
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.765.458		8.765.458
1081 - Convênios	7.836.800		7.836.800
4 - Investimentos	13.793.808		13.793.808
1000 - Recursos Livres da União	13.493.808		13.493.808
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	200.000		200.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	100.000		100.000
26275 - Fundação Universidade Federal do Acre	412.695.669	97.591.629	510.287.298
1 - Pessoal e Encargos Sociais	263.492.332	97.591.629	361.083.961
1000 - Recursos Livres da União	263.492.332		263.492.332
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		97.591.629	97.591.629
3 - Outras Despesas Correntes	110.418.529		110.418.529
1000 - Recursos Livres da União	109.801.034		109.801.034
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	617.495		617.495
4 - Investimentos	38.784.808		38.784.808
1000 - Recursos Livres da União	38.225.640		38.225.640
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	250.000		250.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	309.168		309.168
26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	731.208.531	305.861.514	1.037.070.045
1 - Pessoal e Encargos Sociais	555.110.745	305.816.618	860.927.363
1000 - Recursos Livres da União	555.110.745		555.110.745
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		58.881.035	58.881.035
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		246.935.583	246.935.583
3 - Outras Despesas Correntes	158.720.284	44.896	158.765.180
1000 - Recursos Livres da União	149.727.171	44.896	149.772.067
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.993.113		8.993.113
4 - Investimentos	17.377.502		17.377.502
1000 - Recursos Livres da União	17.377.502		17.377.502
26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	439.557.359	124.009.629	563.566.988
1 - Pessoal e Encargos Sociais	334.659.123	123.996.710	458.655.833
1000 - Recursos Livres da União	334.659.123		334.659.123

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		123.996.710	123.996.710
3 - Outras Despesas Correntes	103.941.621	12.919	103.954.540
1000 - Recursos Livres da União	96.116.152	12.919	96.129.071
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.825.469		7.825.469
4 - Investimentos	956.615		956.615
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	800.000		800.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	156.615		156.615
26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas	686.664.860	285.301.805	971.966.665
1 - Pessoal e Encargos Sociais	551.707.144	284.913.871	836.621.015
1000 - Recursos Livres da União	551.707.144		551.707.144
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		46.029.879	46.029.879
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		238.883.992	238.883.992
3 - Outras Despesas Correntes	130.139.648	387.934	130.527.582
1000 - Recursos Livres da União	128.310.799	387.934	128.698.733
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.694.530		1.694.530
1081 - Convênios	134.319		134.319
4 - Investimentos	4.818.068		4.818.068
1000 - Recursos Livres da União	4.428.630		4.428.630
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	389.438		389.438
26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí	737.413.412	232.617.843	970.031.255
1 - Pessoal e Encargos Sociais	555.525.582	232.530.158	788.055.740
1000 - Recursos Livres da União	555.525.582		555.525.582
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		232.530.158	232.530.158
3 - Outras Despesas Correntes	176.345.690	87.685	176.433.375
1000 - Recursos Livres da União	170.860.651	87.685	170.948.336
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.485.039		5.485.039
4 - Investimentos	5.542.140		5.542.140
1000 - Recursos Livres da União	5.542.140		5.542.140
26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos	626.457.876	189.693.752	816.151.628
1 - Pessoal e Encargos Sociais	506.379.723	189.693.752	696.073.475
1000 - Recursos Livres da União	506.379.723		506.379.723
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		189.693.752	189.693.752
3 - Outras Despesas Correntes	119.528.153		119.528.153
1000 - Recursos Livres da União	112.687.568		112.687.568
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.840.585		6.840.585
4 - Investimentos	550.000		550.000
1000 - Recursos Livres da União	550.000		550.000
26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe	757.128.497	166.907.380	924.035.877
1 - Pessoal e Encargos Sociais	582.878.613	166.907.380	749.785.993
1000 - Recursos Livres da União	582.878.613		582.878.613
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		166.907.380	166.907.380
3 - Outras Despesas Correntes	165.635.533		165.635.533
1000 - Recursos Livres da União	162.128.911		162.128.911
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.506.622		3.506.622
4 - Investimentos	8.614.351		8.614.351

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	8.413.341		8.413.341
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	201.010		201.010
26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa	736.541.339	96.824.871	833.366.210
1 - Pessoal e Encargos Sociais	560.430.961	96.820.487	657.251.448
1000 - Recursos Livres da União	560.430.961		560.430.961
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		34.408.323	34.408.323
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		62.412.164	62.412.164
3 - Outras Despesas Correntes	169.269.906	4.384	169.274.290
1000 - Recursos Livres da União	160.001.313	4.384	160.005.697
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.268.593		9.268.593
4 - Investimentos	6.840.472		6.840.472
1000 - Recursos Livres da União	2.106.270		2.106.270
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.284.196		4.284.196
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	450.006		450.006
26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	786.153.146	331.020.345	1.117.173.491
1 - Pessoal e Encargos Sociais	624.714.546	279.709.909	904.424.455
1000 - Recursos Livres da União	624.714.546		624.714.546
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.637.781	11.637.781
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		268.072.128	268.072.128
3 - Outras Despesas Correntes	155.346.518	51.310.436	206.656.954
1000 - Recursos Livres da União	153.147.162	14.933.789	168.080.951
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		36.376.647	36.376.647
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.199.356		2.199.356
4 - Investimentos	6.092.082		6.092.082
1000 - Recursos Livres da União	3.307.662		3.307.662
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.454.874		2.454.874
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	329.546		329.546
26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde	161.157.890	24.584.893	185.742.783
1 - Pessoal e Encargos Sociais	114.876.007	24.584.893	139.460.900
1000 - Recursos Livres da União	114.876.007		114.876.007
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.584.893	24.584.893
3 - Outras Despesas Correntes	43.819.249		43.819.249
1000 - Recursos Livres da União	43.751.296		43.751.296
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	67.953		67.953
4 - Investimentos	2.462.634		2.462.634
1000 - Recursos Livres da União	2.462.634		2.462.634
26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	389.932.004	49.117.671	439.049.675
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.054.614	49.117.671	347.172.285
1000 - Recursos Livres da União	298.054.614		298.054.614
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		49.117.671	49.117.671
3 - Outras Despesas Correntes	90.679.871		90.679.871
1000 - Recursos Livres da União	90.336.711		90.336.711
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	343.160		343.160
4 - Investimentos	1.197.519		1.197.519

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	870.000		870.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	327.519		327.519
26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá	269.621.724	11.716.008	281.337.732
1 - Pessoal e Encargos Sociais	197.763.604	11.716.008	209.479.612
1000 - Recursos Livres da União	197.763.604		197.763.604
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.716.008	11.716.008
3 - Outras Despesas Correntes	70.047.489		70.047.489
1000 - Recursos Livres da União	68.575.376		68.575.376
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.472.113		1.472.113
4 - Investimentos	1.810.631		1.810.631
1000 - Recursos Livres da União	1.010.631		1.010.631
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	800.000		800.000
26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	1.383.022.228	11.274.985	1.394.297.213
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.279.097	11.274.985	96.554.082
1000 - Recursos Livres da União	85.279.097		85.279.097
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.274.985	11.274.985
3 - Outras Despesas Correntes	1.258.974.852		1.258.974.852
1000 - Recursos Livres da União	1.023.018.562		1.023.018.562
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	211.872.667		211.872.667
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	24.083.623		24.083.623
4 - Investimentos	38.768.279		38.768.279
1000 - Recursos Livres da União	38.768.279		38.768.279
26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal	5.057.085.208	26.011.431	5.083.096.639
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.332.515	26.011.431	111.343.946
1000 - Recursos Livres da União	85.332.515		85.332.515
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		26.011.431	26.011.431
3 - Outras Despesas Correntes	4.952.409.581		4.952.409.581
1000 - Recursos Livres da União	4.951.324.899		4.951.324.899
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.084.682		1.084.682
4 - Investimentos	19.343.112		19.343.112
1000 - Recursos Livres da União	19.343.112		19.343.112
26292 - Fundação Joaquim Nabuco	80.270.322	63.490.111	143.760.433
1 - Pessoal e Encargos Sociais	44.372.428	63.490.111	107.862.539
1000 - Recursos Livres da União	44.372.428		44.372.428
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		43.957.039	43.957.039
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		19.533.072	19.533.072
3 - Outras Despesas Correntes	33.996.557		33.996.557
1000 - Recursos Livres da União	33.946.583		33.946.583
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	49.974		49.974
4 - Investimentos	1.901.337		1.901.337
1000 - Recursos Livres da União	1.901.337		1.901.337
26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre		2.017.231.816	2.017.231.816
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.760.152.836	1.760.152.836
1000 - Recursos Livres da União		1.760.152.836	1.760.152.836
3 - Outras Despesas Correntes		202.491.227	202.491.227

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União		115.461.320	115.461.320
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		82.538.986	82.538.986
1081 - Convênios		4.410.512	4.410.512
1095 - Doações Estrangeiras		60.000	60.000
1096 - Doações Nacionais		20.409	20.409
4 - Investimentos		54.587.753	54.587.753
1000 - Recursos Livres da União		19.912.464	19.912.464
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		2.029.001	2.029.001
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		12.003.343	12.003.343
1081 - Convênios		20.642.945	20.642.945
26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	70.331.793.321	5.542.570.363	75.874.363.684
1 - Pessoal e Encargos Sociais	90.173.559	80.663.071	170.836.630
1000 - Recursos Livres da União	90.173.559		90.173.559
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		45.427.843	45.427.843
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		35.235.228	35.235.228
3 - Outras Despesas Correntes	63.561.518.225	5.461.907.292	69.023.425.517
1000 - Recursos Livres da União	40.375.842.665		40.375.842.665
1008 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.523.154.256		2.523.154.256
1014 - Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde	17.370.038.729		17.370.038.729
1130 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	89.363.761		89.363.761
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	2.913.541.328	5.461.907.292	8.375.448.620
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	153.940.942		153.940.942
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	135.636.544		135.636.544
4 - Investimentos	5.680.101.537		5.680.101.537
1000 - Recursos Livres da União	1.978.494.986		1.978.494.986
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	3.701.606.551		3.701.606.551
5 - Inversões Financeiras	1.000.000.000		1.000.000.000
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1.000.000.000		1.000.000.000
26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	296.679.910	23.059.686	319.739.596
1 - Pessoal e Encargos Sociais	228.471.975	23.059.686	251.531.661
1000 - Recursos Livres da União	228.471.975		228.471.975
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		23.059.686	23.059.686
3 - Outras Despesas Correntes	65.934.757		65.934.757
1000 - Recursos Livres da União	64.320.849		64.320.849
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.613.908		1.613.908
4 - Investimentos	2.273.178		2.273.178
1000 - Recursos Livres da União	1.383.178		1.383.178
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	890.000		890.000
26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	401.343.367	16.096.765	417.440.132
1 - Pessoal e Encargos Sociais	314.207.560	16.096.765	330.304.325
1000 - Recursos Livres da União	314.207.560		314.207.560
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.096.765	16.096.765

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	81.793.403		81.793.403
1000 - Recursos Livres da União	79.005.825		79.005.825
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.787.578		2.787.578
4 - Investimentos	5.342.404		5.342.404
1000 - Recursos Livres da União	4.317.430		4.317.430
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.024.974		1.024.974
26352 - Fundação Universidade Federal do ABC	423.133.508	6.721.040	429.854.548
1 - Pessoal e Encargos Sociais	310.383.827	6.721.040	317.104.867
1000 - Recursos Livres da União	310.383.827		310.383.827
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.721.040	6.721.040
3 - Outras Despesas Correntes	85.440.513		85.440.513
1000 - Recursos Livres da União	84.284.305		84.284.305
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.156.208		1.156.208
4 - Investimentos	27.309.168		27.309.168
1000 - Recursos Livres da União	25.600.995		25.600.995
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
1096 - Doações Nacionais	708.173		708.173
26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes		136.083.099	136.083.099
1 - Pessoal e Encargos Sociais		129.895.052	129.895.052
1000 - Recursos Livres da União		90.205.702	90.205.702
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		39.689.350	39.689.350
3 - Outras Despesas Correntes		6.188.047	6.188.047
1000 - Recursos Livres da União		6.188.047	6.188.047
26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade		134.278.779	134.278.779
1 - Pessoal e Encargos Sociais		123.711.288	123.711.288
1000 - Recursos Livres da União		116.433.089	116.433.089
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.278.199	7.278.199
3 - Outras Despesas Correntes		10.567.491	10.567.491
1000 - Recursos Livres da União		10.567.491	10.567.491
26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio		175.227.528	175.227.528
1 - Pessoal e Encargos Sociais		166.486.868	166.486.868
1000 - Recursos Livres da União		113.442.033	113.442.033
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		954.217	954.217
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		52.090.618	52.090.618
3 - Outras Despesas Correntes		8.740.660	8.740.660
1000 - Recursos Livres da União		8.740.660	8.740.660
26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand		87.759.968	87.759.968
1 - Pessoal e Encargos Sociais		82.985.169	82.985.169
1000 - Recursos Livres da União		53.337.938	53.337.938
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.686.125	5.686.125
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		23.961.106	23.961.106
3 - Outras Despesas Correntes		4.774.799	4.774.799
1000 - Recursos Livres da União		4.774.799	4.774.799
26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes		136.655.736	136.655.736
1 - Pessoal e Encargos Sociais		129.728.635	129.728.635

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União		74.557.273	74.557.273
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.967.348	18.967.348
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		36.204.014	36.204.014
3 - Outras Despesas Correntes		6.927.101	6.927.101
1000 - Recursos Livres da União		6.927.101	6.927.101
26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás		130.032.694	130.032.694
1 - Pessoal e Encargos Sociais		119.147.310	119.147.310
1000 - Recursos Livres da União		114.897.539	114.897.539
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.249.771	4.249.771
3 - Outras Despesas Correntes		10.885.384	10.885.384
1000 - Recursos Livres da União		10.885.384	10.885.384
26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro		182.577.300	182.577.300
1 - Pessoal e Encargos Sociais		168.705.295	168.705.295
1000 - Recursos Livres da União		168.705.295	168.705.295
3 - Outras Despesas Correntes		13.872.005	13.872.005
1000 - Recursos Livres da União		13.872.005	13.872.005
26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz		47.999.781	47.999.781
1 - Pessoal e Encargos Sociais		44.726.180	44.726.180
1000 - Recursos Livres da União		34.653.639	34.653.639
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.072.541	10.072.541
3 - Outras Despesas Correntes		3.273.601	3.273.601
1000 - Recursos Livres da União		3.273.601	3.273.601
26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas		268.880.906	268.880.906
1 - Pessoal e Encargos Sociais		250.689.997	250.689.997
1000 - Recursos Livres da União		139.610.696	139.610.696
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		48.984.297	48.984.297
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		62.095.004	62.095.004
3 - Outras Despesas Correntes		18.190.909	18.190.909
1000 - Recursos Livres da União		18.190.909	18.190.909
26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto		112.151.603	112.151.603
1 - Pessoal e Encargos Sociais		107.046.324	107.046.324
1000 - Recursos Livres da União		85.920.744	85.920.744
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.125.580	21.125.580
3 - Outras Despesas Correntes		5.105.279	5.105.279
1000 - Recursos Livres da União		5.105.279	5.105.279
26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza		12.661.517	12.661.517
1 - Pessoal e Encargos Sociais		11.943.866	11.943.866
1000 - Recursos Livres da União		8.624.814	8.624.814
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.319.052	3.319.052
3 - Outras Despesas Correntes		717.651	717.651
1000 - Recursos Livres da União		717.651	717.651
26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley		214.958.061	214.958.061
1 - Pessoal e Encargos Sociais		205.567.254	205.567.254
1000 - Recursos Livres da União		118.356.512	118.356.512

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		34.430.856	34.430.856
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		52.779.886	52.779.886
3 - Outras Despesas Correntes		9.390.807	9.390.807
1000 - Recursos Livres da União		9.390.807	9.390.807
26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná		187.053.570	187.053.570
1 - Pessoal e Encargos Sociais		170.041.703	170.041.703
1000 - Recursos Livres da União		167.992.310	167.992.310
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.049.393	2.049.393
3 - Outras Despesas Correntes		17.011.867	17.011.867
1000 - Recursos Livres da União		17.011.867	17.011.867
26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de		279.768.960	279.768.960
1 - Pessoal e Encargos Sociais		262.574.260	262.574.260
1000 - Recursos Livres da União		162.187.833	162.187.833
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.515.694	21.515.694
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		78.870.733	78.870.733
3 - Outras Despesas Correntes		17.194.700	17.194.700
1000 - Recursos Livres da União		17.194.700	17.194.700
26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade		125.635.591	125.635.591
1 - Pessoal e Encargos Sociais		117.011.895	117.011.895
1000 - Recursos Livres da União		115.372.814	115.372.814
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.639.081	1.639.081
3 - Outras Despesas Correntes		8.623.696	8.623.696
1000 - Recursos Livres da União		8.623.696	8.623.696
26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade		631.306.190	631.306.190
1 - Pessoal e Encargos Sociais		572.642.713	572.642.713
1000 - Recursos Livres da União		562.466.722	562.466.722
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.175.991	10.175.991
3 - Outras Despesas Correntes		58.663.477	58.663.477
1000 - Recursos Livres da União		58.663.477	58.663.477
26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da		41.058.686	41.058.686
1 - Pessoal e Encargos Sociais		36.060.767	36.060.767
1000 - Recursos Livres da União		34.974.864	34.974.864
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.085.903	1.085.903
3 - Outras Despesas Correntes		4.997.919	4.997.919
1000 - Recursos Livres da União		4.997.919	4.997.919
26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São		243.492.091	243.492.091
1 - Pessoal e Encargos Sociais		229.153.192	229.153.192
1000 - Recursos Livres da União		139.217.287	139.217.287
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		31.789.850	31.789.850
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		58.146.055	58.146.055
3 - Outras Despesas Correntes		14.338.899	14.338.899
1000 - Recursos Livres da União		14.338.899	14.338.899
26387 - Hospital Universitário de Santa Maria		225.100.720	225.100.720
1 - Pessoal e Encargos Sociais		214.326.703	214.326.703

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União		141.345.957	141.345.957
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.786.427	14.786.427
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		58.194.319	58.194.319
3 - Outras Despesas Correntes		10.774.017	10.774.017
1000 - Recursos Livres da União		10.774.017	10.774.017
26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro		73.769.875	73.769.875
1 - Pessoal e Encargos Sociais		68.791.045	68.791.045
1000 - Recursos Livres da União		52.136.701	52.136.701
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.654.344	16.654.344
3 - Outras Despesas Correntes		4.978.830	4.978.830
1000 - Recursos Livres da União		4.978.830	4.978.830
26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do		117.094.266	117.094.266
1 - Pessoal e Encargos Sociais		109.413.000	109.413.000
1000 - Recursos Livres da União		109.413.000	109.413.000
3 - Outras Despesas Correntes		7.681.266	7.681.266
1000 - Recursos Livres da União		7.681.266	7.681.266
26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle		150.885.045	150.885.045
1 - Pessoal e Encargos Sociais		139.365.894	139.365.894
1000 - Recursos Livres da União		115.357.558	115.357.558
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.008.336	24.008.336
3 - Outras Despesas Correntes		11.519.151	11.519.151
1000 - Recursos Livres da União		11.519.151	11.519.151
26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas		89.883.469	89.883.469
1 - Pessoal e Encargos Sociais		84.994.901	84.994.901
1000 - Recursos Livres da União		51.117.027	51.117.027
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.310.732	10.310.732
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		23.567.142	23.567.142
3 - Outras Despesas Correntes		4.888.568	4.888.568
1000 - Recursos Livres da União		4.888.568	4.888.568
26393 - Hospital Universitário de Brasília		83.481.131	83.481.131
1 - Pessoal e Encargos Sociais		78.098.146	78.098.146
1000 - Recursos Livres da União		76.461.030	76.461.030
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.637.116	1.637.116
3 - Outras Despesas Correntes		5.382.985	5.382.985
1000 - Recursos Livres da União		5.382.985	5.382.985
26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do		97.860.457	97.860.457
1 - Pessoal e Encargos Sociais		90.651.052	90.651.052
1000 - Recursos Livres da União		89.441.613	89.441.613
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.209.439	1.209.439
3 - Outras Despesas Correntes		7.209.405	7.209.405
1000 - Recursos Livres da União		7.209.405	7.209.405
26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.		75.359.946	75.359.946
1 - Pessoal e Encargos Sociais		70.870.652	70.870.652
1000 - Recursos Livres da União		48.235.661	48.235.661

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO GND/Fonte	Fiscal	Seguridade	Total
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.813.887	1.813.887
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		20.821.104	20.821.104
3 - Outras Despesas Correntes		4.489.294	4.489.294
1000 - Recursos Livres da União		4.489.294	4.489.294
26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de		309.429.392	309.429.392
1 - Pessoal e Encargos Sociais		289.687.550	289.687.550
1000 - Recursos Livres da União		199.142.251	199.142.251
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.309.220	2.309.220
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		88.236.079	88.236.079
3 - Outras Despesas Correntes		19.741.842	19.741.842
1000 - Recursos Livres da União		19.741.842	19.741.842
26397 - Hospital Júlio Muller		30.595.175	30.595.175
1 - Pessoal e Encargos Sociais		28.063.088	28.063.088
1000 - Recursos Livres da União		28.063.088	28.063.088
3 - Outras Despesas Correntes		2.532.087	2.532.087
1000 - Recursos Livres da União		2.532.087	2.532.087
26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade		34.901.236	34.901.236
1 - Pessoal e Encargos Sociais		32.171.036	32.171.036
1000 - Recursos Livres da União		31.671.149	31.671.149
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		499.887	499.887
3 - Outras Despesas Correntes		2.730.200	2.730.200
1000 - Recursos Livres da União		2.730.200	2.730.200
26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade		5.918.889	5.918.889
1 - Pessoal e Encargos Sociais		5.540.858	5.540.858
1000 - Recursos Livres da União		3.865.558	3.865.558
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.675.300	1.675.300
3 - Outras Despesas Correntes		378.031	378.031
1000 - Recursos Livres da União		378.031	378.031
26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade		83.010.640	83.010.640
1 - Pessoal e Encargos Sociais		78.480.834	78.480.834
1000 - Recursos Livres da União		65.574.527	65.574.527
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		12.906.307	12.906.307
3 - Outras Despesas Correntes		4.529.806	4.529.806
1000 - Recursos Livres da União		4.529.806	4.529.806
26402 - Instituto Federal de Alagoas	523.590.406	18.771.125	542.361.531
1 - Pessoal e Encargos Sociais	390.577.268	18.771.125	409.348.393
1000 - Recursos Livres da União	390.577.268		390.577.268
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		18.771.125	18.771.125
3 - Outras Despesas Correntes	103.153.480		103.153.480
1000 - Recursos Livres da União	101.078.250		101.078.250
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.075.230		2.075.230
4 - Investimentos	29.859.658		29.859.658
1000 - Recursos Livres da União	28.593.696		28.593.696
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	213.957		213.957

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.052.005		1.052.005
26403 - Instituto Federal do Amazonas	437.739.959	57.006.660	494.746.619
1 - Pessoal e Encargos Sociais	336.968.257	57.006.660	393.974.917
1000 - Recursos Livres da União	336.968.257		336.968.257
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		57.006.660	57.006.660
3 - Outras Despesas Correntes	99.131.699		99.131.699
1000 - Recursos Livres da União	99.047.017		99.047.017
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	84.682		84.682
4 - Investimentos	1.640.003		1.640.003
1000 - Recursos Livres da União	1.640.003		1.640.003
26404 - Instituto Federal Baiano	425.077.365	17.031.723	442.109.088
1 - Pessoal e Encargos Sociais	329.026.260	17.031.723	346.057.983
1000 - Recursos Livres da União	329.026.260		329.026.260
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		17.031.723	17.031.723
3 - Outras Despesas Correntes	94.736.105		94.736.105
1000 - Recursos Livres da União	93.862.936		93.862.936
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	873.169		873.169
4 - Investimentos	1.315.000		1.315.000
1000 - Recursos Livres da União	1.315.000		1.315.000
26405 - Instituto Federal do Ceará	932.809.265	99.971.174	1.032.780.439
1 - Pessoal e Encargos Sociais	742.700.930	99.964.792	842.665.722
1000 - Recursos Livres da União	742.700.930		742.700.930
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		99.964.792	99.964.792
3 - Outras Despesas Correntes	189.608.335	6.382	189.614.717
1000 - Recursos Livres da União	188.311.219	6.382	188.317.601
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.297.116		1.297.116
4 - Investimentos	500.000		500.000
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
26406 - Instituto Federal do Espírito Santo	902.400.305	129.626.745	1.032.027.050
1 - Pessoal e Encargos Sociais	613.482.061	129.626.745	743.108.806
1000 - Recursos Livres da União	613.482.061		613.482.061
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		129.626.745	129.626.745
3 - Outras Despesas Correntes	156.415.799		156.415.799
1000 - Recursos Livres da União	153.326.410		153.326.410
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.089.389		3.089.389
4 - Investimentos	132.502.445		132.502.445
1000 - Recursos Livres da União	132.502.445		132.502.445
26407 - Instituto Federal Goiano	418.043.909	29.632.228	447.676.137
1 - Pessoal e Encargos Sociais	324.165.733	29.632.228	353.797.961
1000 - Recursos Livres da União	324.165.733		324.165.733
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		29.632.228	29.632.228
3 - Outras Despesas Correntes	92.869.221		92.869.221
1000 - Recursos Livres da União	90.210.616		90.210.616
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.858.605		1.858.605
1081 - Convênios	800.000		800.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	1.008.955		1.008.955
1000 - Recursos Livres da União	1.008.955		1.008.955
26408 - Instituto Federal do Maranhão	827.459.207	61.914.475	889.373.682
1 - Pessoal e Encargos Sociais	619.688.979	61.914.475	681.603.454
1000 - Recursos Livres da União	619.688.979		619.688.979
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		61.914.475	61.914.475
3 - Outras Despesas Correntes	182.319.886		182.319.886
1000 - Recursos Livres da União	181.802.512		181.802.512
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	517.374		517.374
4 - Investimentos	25.450.342		25.450.342
1000 - Recursos Livres da União	24.675.080		24.675.080
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	775.262		775.262
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais	507.313.285	57.092.866	564.406.151
1 - Pessoal e Encargos Sociais	388.630.057	57.092.866	445.722.923
1000 - Recursos Livres da União	388.630.057		388.630.057
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		57.092.866	57.092.866
3 - Outras Despesas Correntes	106.430.020		106.430.020
1000 - Recursos Livres da União	96.353.144		96.353.144
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.718.616		7.718.616
1081 - Convênios	2.358.260		2.358.260
4 - Investimentos	12.253.208		12.253.208
1000 - Recursos Livres da União	10.909.841		10.909.841
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	578.367		578.367
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	320.000		320.000
1081 - Convênios	445.000		445.000
26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	349.381.326	22.298.120	371.679.446
1 - Pessoal e Encargos Sociais	263.677.823	22.298.120	285.975.943
1000 - Recursos Livres da União	263.677.823		263.677.823
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		22.298.120	22.298.120
3 - Outras Despesas Correntes	82.370.533		82.370.533
1000 - Recursos Livres da União	79.756.113		79.756.113
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.614.420		2.614.420
4 - Investimentos	3.332.970		3.332.970
1000 - Recursos Livres da União	2.785.870		2.785.870
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.000		500.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	47.100		47.100
26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	347.077.031	48.694.136	395.771.167
1 - Pessoal e Encargos Sociais	268.877.199	48.676.599	317.553.798
1000 - Recursos Livres da União	268.877.199		268.877.199
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		48.676.599	48.676.599
3 - Outras Despesas Correntes	74.097.279	17.537	74.114.816
1000 - Recursos Livres da União	68.758.961	17.537	68.776.498
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.338.318		5.338.318
4 - Investimentos	4.102.553		4.102.553
1000 - Recursos Livres da União	3.966.003		3.966.003

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	136.550		136.550
26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	337.875.169	46.488.142	384.363.311
1 - Pessoal e Encargos Sociais	238.868.137	46.488.142	285.356.279
1000 - Recursos Livres da União	238.868.137		238.868.137
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		46.488.142	46.488.142
3 - Outras Despesas Correntes	95.030.946		95.030.946
1000 - Recursos Livres da União	93.936.564		93.936.564
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.094.382		1.094.382
4 - Investimentos	3.976.086		3.976.086
1000 - Recursos Livres da União	1.290.000		1.290.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.686.086		2.686.086
26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro	291.915.487	35.485.540	327.401.027
1 - Pessoal e Encargos Sociais	233.735.599	35.485.540	269.221.139
1000 - Recursos Livres da União	233.735.599		233.735.599
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		35.485.540	35.485.540
3 - Outras Despesas Correntes	57.186.044		57.186.044
1000 - Recursos Livres da União	55.878.391		55.878.391
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.307.653		1.307.653
4 - Investimentos	993.844		993.844
1000 - Recursos Livres da União	986.744		986.744
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.100		7.100
26414 - Instituto Federal do Mato Grosso	601.285.700	75.481.397	676.767.097
1 - Pessoal e Encargos Sociais	396.326.443	75.481.397	471.807.840
1000 - Recursos Livres da União	396.326.443		396.326.443
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		75.481.397	75.481.397
3 - Outras Despesas Correntes	147.162.295		147.162.295
1000 - Recursos Livres da União	144.152.445		144.152.445
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.009.850		3.009.850
4 - Investimentos	57.796.962		57.796.962
1000 - Recursos Livres da União	56.290.332		56.290.332
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	803.230		803.230
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	703.400		703.400
26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	287.529.539	2.839.423	290.368.962
1 - Pessoal e Encargos Sociais	219.335.903	2.839.423	222.175.326
1000 - Recursos Livres da União	219.335.903		219.335.903
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.839.423	2.839.423
3 - Outras Despesas Correntes	62.656.917		62.656.917
1000 - Recursos Livres da União	62.536.416		62.536.416
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	120.501		120.501
4 - Investimentos	5.536.719		5.536.719
1000 - Recursos Livres da União	5.536.719		5.536.719
26416 - Instituto Federal do Pará	603.284.809	70.743.952	674.028.761
1 - Pessoal e Encargos Sociais	470.856.492	70.743.952	541.600.444
1000 - Recursos Livres da União	470.856.492		470.856.492

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		70.743.952	70.743.952
3 - Outras Despesas Correntes	116.298.431		116.298.431
1000 - Recursos Livres da União	115.076.370		115.076.370
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.222.061		1.222.061
4 - Investimentos	16.129.886		16.129.886
1000 - Recursos Livres da União	15.929.886		15.929.886
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	200.000		200.000
26417 - Instituto Federal da Paraíba	706.825.130	101.517.625	808.342.755
1 - Pessoal e Encargos Sociais	524.969.421	101.511.779	626.481.200
1000 - Recursos Livres da União	524.969.421		524.969.421
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		101.511.779	101.511.779
3 - Outras Despesas Correntes	137.735.099	5.846	137.740.945
1000 - Recursos Livres da União	131.139.454	5.846	131.145.300
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.595.645		6.595.645
4 - Investimentos	44.120.610		44.120.610
1000 - Recursos Livres da União	44.120.610		44.120.610
26418 - Instituto Federal de Pernambuco	589.085.343	136.825.931	725.911.274
1 - Pessoal e Encargos Sociais	462.217.092	136.825.931	599.043.023
1000 - Recursos Livres da União	462.217.092		462.217.092
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		136.825.931	136.825.931
3 - Outras Despesas Correntes	121.795.296		121.795.296
1000 - Recursos Livres da União	119.817.375		119.817.375
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.977.921		1.977.921
4 - Investimentos	5.072.955		5.072.955
1000 - Recursos Livres da União	5.072.955		5.072.955
26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul	581.379.496	41.414.426	622.793.922
1 - Pessoal e Encargos Sociais	459.189.175	41.378.143	500.567.318
1000 - Recursos Livres da União	459.189.175		459.189.175
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		41.378.143	41.378.143
3 - Outras Despesas Correntes	117.949.943	36.283	117.986.226
1000 - Recursos Livres da União	116.231.258	36.283	116.267.541
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.718.685		1.718.685
4 - Investimentos	4.240.378		4.240.378
1000 - Recursos Livres da União	4.119.378		4.119.378
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	121.000		121.000
26420 - Instituto Federal Farroupilha	391.326.188	24.528.245	415.854.433
1 - Pessoal e Encargos Sociais	306.216.207	24.528.245	330.744.452
1000 - Recursos Livres da União	306.216.207		306.216.207
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.528.245	24.528.245
3 - Outras Despesas Correntes	82.779.981		82.779.981
1000 - Recursos Livres da União	79.169.831		79.169.831
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.560.150		2.560.150
1081 - Convênios	1.050.000		1.050.000
4 - Investimentos	2.330.000		2.330.000
1000 - Recursos Livres da União	800.000		800.000

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.530.000		1.530.000
26421 - Instituto Federal de Rondônia	403.012.442	1.952.780	404.965.222
1 - Pessoal e Encargos Sociais	227.005.946	1.952.780	228.958.726
1000 - Recursos Livres da União	227.005.946		227.005.946
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.952.780	1.952.780
3 - Outras Despesas Correntes	108.336.713		108.336.713
1000 - Recursos Livres da União	107.874.497		107.874.497
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	462.216		462.216
4 - Investimentos	67.669.783		67.669.783
1000 - Recursos Livres da União	67.669.783		67.669.783
26422 - Instituto Federal Catarinense	468.270.821	35.758.074	504.028.895
1 - Pessoal e Encargos Sociais	362.816.448	35.758.074	398.574.522
1000 - Recursos Livres da União	362.816.448		362.816.448
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		35.758.074	35.758.074
3 - Outras Despesas Correntes	101.153.699		101.153.699
1000 - Recursos Livres da União	99.877.238		99.877.238
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.276.461		1.276.461
4 - Investimentos	4.300.674		4.300.674
1000 - Recursos Livres da União	4.114.000		4.114.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	186.674		186.674
26423 - Instituto Federal de Sergipe	297.865.603	61.892.498	359.758.101
1 - Pessoal e Encargos Sociais	236.872.947	61.892.498	298.765.445
1000 - Recursos Livres da União	236.872.947		236.872.947
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		61.892.498	61.892.498
3 - Outras Despesas Correntes	60.082.656		60.082.656
1000 - Recursos Livres da União	59.975.021		59.975.021
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	107.635		107.635
4 - Investimentos	910.000		910.000
1000 - Recursos Livres da União	910.000		910.000
26424 - Instituto Federal do Tocantins	322.767.613	6.490.348	329.257.961
1 - Pessoal e Encargos Sociais	250.435.953	6.490.348	256.926.301
1000 - Recursos Livres da União	250.435.953		250.435.953
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.490.348	6.490.348
3 - Outras Despesas Correntes	71.581.660		71.581.660
1000 - Recursos Livres da União	70.788.428		70.788.428
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	793.232		793.232
4 - Investimentos	750.000		750.000
1000 - Recursos Livres da União	750.000		750.000
26425 - Instituto Federal do Acre	169.473.055	1.141.217	170.614.272
1 - Pessoal e Encargos Sociais	131.436.684	1.141.217	132.577.901
1000 - Recursos Livres da União	131.436.684		131.436.684
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.141.217	1.141.217
3 - Outras Despesas Correntes	35.585.371		35.585.371
1000 - Recursos Livres da União	35.516.056		35.516.056
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	69.315		69.315

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	2.451.000		2.451.000
1000 - Recursos Livres da União	2.451.000		2.451.000
26426 - Instituto Federal do Amapá	138.399.601	1.469.158	139.868.759
1 - Pessoal e Encargos Sociais	99.107.943	1.469.158	100.577.101
1000 - Recursos Livres da União	99.107.943		99.107.943
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.469.158	1.469.158
3 - Outras Despesas Correntes	36.676.158		36.676.158
1000 - Recursos Livres da União	35.854.678		35.854.678
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	821.480		821.480
4 - Investimentos	2.615.500		2.615.500
1000 - Recursos Livres da União	2.615.500		2.615.500
26427 - Instituto Federal da Bahia	713.102.545	89.456.781	802.559.326
1 - Pessoal e Encargos Sociais	562.483.941	89.456.781	651.940.722
1000 - Recursos Livres da União	562.483.941		562.483.941
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		89.456.781	89.456.781
3 - Outras Despesas Correntes	144.629.282		144.629.282
1000 - Recursos Livres da União	143.532.744		143.532.744
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.096.538		1.096.538
4 - Investimentos	5.989.322		5.989.322
1000 - Recursos Livres da União	5.989.322		5.989.322
26428 - Instituto Federal de Brasília	368.091.101	5.938.893	374.029.994
1 - Pessoal e Encargos Sociais	256.471.670	5.938.893	262.410.563
1000 - Recursos Livres da União	256.471.670		256.471.670
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		5.938.893	5.938.893
3 - Outras Despesas Correntes	66.767.746		66.767.746
1000 - Recursos Livres da União	64.607.972		64.607.972
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.159.774		1.159.774
1081 - Convênios	1.000.000		1.000.000
4 - Investimentos	44.851.685		44.851.685
1000 - Recursos Livres da União	43.851.685		43.851.685
1081 - Convênios	1.000.000		1.000.000
26429 - Instituto Federal de Goiás	525.653.417	77.997.297	603.650.714
1 - Pessoal e Encargos Sociais	430.100.334	77.997.297	508.097.631
1000 - Recursos Livres da União	430.100.334		430.100.334
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		77.997.297	77.997.297
3 - Outras Despesas Correntes	93.150.083		93.150.083
1000 - Recursos Livres da União	92.328.298		92.328.298
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	821.785		821.785
4 - Investimentos	2.403.000		2.403.000
1000 - Recursos Livres da União	2.317.000		2.317.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	86.000		86.000
26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano	245.496.045	17.108.947	262.604.992
1 - Pessoal e Encargos Sociais	188.001.601	17.108.947	205.110.548
1000 - Recursos Livres da União	188.001.601		188.001.601
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		17.108.947	17.108.947

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	55.939.444		55.939.444
1000 - Recursos Livres da União	55.432.167		55.432.167
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	507.277		507.277
4 - Investimentos	1.555.000		1.555.000
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.055.000		1.055.000
26431 - Instituto Federal do Piauí	605.274.211	56.006.252	661.280.463
1 - Pessoal e Encargos Sociais	477.532.652	56.006.252	533.538.904
1000 - Recursos Livres da União	477.532.652		477.532.652
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		56.006.252	56.006.252
3 - Outras Despesas Correntes	124.236.494		124.236.494
1000 - Recursos Livres da União	124.121.447		124.121.447
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	115.047		115.047
4 - Investimentos	3.505.065		3.505.065
1000 - Recursos Livres da União	3.505.065		3.505.065
26432 - Instituto Federal do Paraná	655.408.798	11.247.903	666.656.701
1 - Pessoal e Encargos Sociais	502.953.598	11.247.903	514.201.501
1000 - Recursos Livres da União	502.953.598		502.953.598
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.247.903	11.247.903
3 - Outras Despesas Correntes	122.086.882		122.086.882
1000 - Recursos Livres da União	117.001.692		117.001.692
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.524.166		3.524.166
1081 - Convênios	1.561.024		1.561.024
4 - Investimentos	30.368.318		30.368.318
1000 - Recursos Livres da União	30.348.318		30.348.318
1081 - Convênios	20.000		20.000
26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro	496.332.465	64.382.180	560.714.645
1 - Pessoal e Encargos Sociais	406.202.292	64.377.944	470.580.236
1000 - Recursos Livres da União	406.202.292		406.202.292
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		64.377.944	64.377.944
3 - Outras Despesas Correntes	86.298.849	4.236	86.303.085
1000 - Recursos Livres da União	84.789.224	4.236	84.793.460
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.509.625		1.509.625
4 - Investimentos	3.831.324		3.831.324
1000 - Recursos Livres da União	3.689.832		3.689.832
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	141.492		141.492
26434 - Instituto Federal Fluminense	455.546.497	96.450.218	551.996.715
1 - Pessoal e Encargos Sociais	356.892.717	96.450.218	453.342.935
1000 - Recursos Livres da União	356.892.717		356.892.717
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		96.450.218	96.450.218
3 - Outras Despesas Correntes	95.833.780		95.833.780
1000 - Recursos Livres da União	94.397.048		94.397.048
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.436.732		1.436.732
4 - Investimentos	2.820.000		2.820.000
1000 - Recursos Livres da União	2.810.559		2.810.559

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	9.441		9.441
26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte	741.133.809	87.806.054	828.939.863
1 - Pessoal e Encargos Sociais	583.660.647	87.806.054	671.466.701
1000 - Recursos Livres da União	583.660.647		583.660.647
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		87.806.054	87.806.054
3 - Outras Despesas Correntes	150.638.355		150.638.355
1000 - Recursos Livres da União	149.372.890		149.372.890
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.265.465		1.265.465
4 - Investimentos	6.834.807		6.834.807
1000 - Recursos Livres da União	5.169.941		5.169.941
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.664.866		1.664.866
26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense	499.613.801	93.851.333	593.465.134
1 - Pessoal e Encargos Sociais	401.219.801	93.851.333	495.071.134
1000 - Recursos Livres da União	401.219.801		401.219.801
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		93.851.333	93.851.333
3 - Outras Despesas Correntes	96.594.000		96.594.000
1000 - Recursos Livres da União	96.335.652		96.335.652
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	258.348		258.348
4 - Investimentos	1.800.000		1.800.000
1000 - Recursos Livres da União	1.800.000		1.800.000
26437 - Instituto Federal de Roraima	153.343.888	24.359.293	177.703.181
1 - Pessoal e Encargos Sociais	115.960.556	24.359.293	140.319.849
1000 - Recursos Livres da União	115.960.556		115.960.556
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.359.293	24.359.293
3 - Outras Despesas Correntes	36.957.332		36.957.332
1000 - Recursos Livres da União	36.913.987		36.913.987
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	43.345		43.345
4 - Investimentos	426.000		426.000
1000 - Recursos Livres da União	426.000		426.000
26438 - Instituto Federal de Santa Catarina	692.720.565	95.715.692	788.436.257
1 - Pessoal e Encargos Sociais	559.578.682	95.715.692	655.294.374
1000 - Recursos Livres da União	559.578.682		559.578.682
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		95.715.692	95.715.692
3 - Outras Despesas Correntes	129.207.715		129.207.715
1000 - Recursos Livres da União	128.488.939		128.488.939
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	718.776		718.776
4 - Investimentos	3.934.168		3.934.168
1000 - Recursos Livres da União	3.453.540		3.453.540
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	480.628		480.628
26439 - Instituto Federal de São Paulo	1.178.170.968	94.752.716	1.272.923.684
1 - Pessoal e Encargos Sociais	929.524.770	94.752.716	1.024.277.486
1000 - Recursos Livres da União	929.524.770		929.524.770
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		94.752.716	94.752.716
3 - Outras Despesas Correntes	236.626.206		236.626.206

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	234.177.736		234.177.736
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.248.470		2.248.470
1081 - Convênios	200.000		200.000
4 - Investimentos	12.019.992		12.019.992
1000 - Recursos Livres da União	10.584.771		10.584.771
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.435.221		1.435.221
26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul	356.337.883	3.079.056	359.416.939
1 - Pessoal e Encargos Sociais	270.461.125	3.079.056	273.540.181
1000 - Recursos Livres da União	270.461.125		270.461.125
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.079.056	3.079.056
3 - Outras Despesas Correntes	80.099.018		80.099.018
1000 - Recursos Livres da União	77.477.825		77.477.825
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.047.893		1.047.893
1081 - Convênios	1.573.300		1.573.300
4 - Investimentos	5.777.740		5.777.740
1000 - Recursos Livres da União	5.697.740		5.697.740
1081 - Convênios	80.000		80.000
26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará	253.538.519	5.887.769	259.426.288
1 - Pessoal e Encargos Sociais	188.679.091	5.887.769	194.566.860
1000 - Recursos Livres da União	188.679.091		188.679.091
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		5.887.769	5.887.769
3 - Outras Despesas Correntes	64.509.429		64.509.429
1000 - Recursos Livres da União	63.189.235		63.189.235
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	899.133		899.133
1081 - Convênios	421.061		421.061
4 - Investimentos	349.999		349.999
1000 - Recursos Livres da União	349.999		349.999
26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia	191.941.859	1.595.305	193.537.164
1 - Pessoal e Encargos Sociais	135.341.938	1.595.305	136.937.243
1000 - Recursos Livres da União	135.341.938		135.341.938
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.595.305	1.595.305
3 - Outras Despesas Correntes	54.899.921		54.899.921
1000 - Recursos Livres da União	53.321.327		53.321.327
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.578.594		1.578.594
4 - Investimentos	1.700.000		1.700.000
1000 - Recursos Livres da União	1.200.000		1.200.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.000		500.000
26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	65.000	9.137.935.224	9.138.000.224
1 - Pessoal e Encargos Sociais		8.091.077.506	8.091.077.506
1000 - Recursos Livres da União		8.091.077.506	8.091.077.506
3 - Outras Despesas Correntes	65.000	798.321.862	798.386.862
1000 - Recursos Livres da União	65.000	600.767.913	600.832.913
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		197.553.949	197.553.949
4 - Investimentos		248.535.856	248.535.856
1000 - Recursos Livres da União		148.535.856	148.535.856

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		100.000.000	100.000.000
26445 - Hospital Universitário da UNIFESP		386.832.029	386.832.029
1 - Pessoal e Encargos Sociais		356.998.197	356.998.197
1000 - Recursos Livres da União		356.998.197	356.998.197
3 - Outras Despesas Correntes		29.833.832	29.833.832
1000 - Recursos Livres da União		29.833.832	29.833.832
26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia	148.965.588	776.208	149.741.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais	109.755.944	776.208	110.532.152
1000 - Recursos Livres da União	109.755.944		109.755.944
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		776.208	776.208
3 - Outras Despesas Correntes	38.229.013		38.229.013
1000 - Recursos Livres da União	37.973.813		37.973.813
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	255.200		255.200
4 - Investimentos	980.631		980.631
1000 - Recursos Livres da União	980.631		980.631
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	176.090.858	985.782	177.076.640
1 - Pessoal e Encargos Sociais	135.645.311	985.782	136.631.093
1000 - Recursos Livres da União	135.645.311		135.645.311
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		985.782	985.782
3 - Outras Despesas Correntes	39.193.439		39.193.439
1000 - Recursos Livres da União	37.671.139		37.671.139
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	135.034		135.034
1081 - Convênios	1.387.266		1.387.266
4 - Investimentos	1.252.108		1.252.108
1000 - Recursos Livres da União	1.050.000		1.050.000
1081 - Convênios	202.108		202.108
26449 - Universidade Federal do Cariri	159.003.094	2.047.931	161.051.025
1 - Pessoal e Encargos Sociais	117.197.822	2.047.931	119.245.753
1000 - Recursos Livres da União	117.197.822		117.197.822
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.047.931	2.047.931
3 - Outras Despesas Correntes	41.288.792		41.288.792
1000 - Recursos Livres da União	40.335.297		40.335.297
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	953.495		953.495
4 - Investimentos	516.480		516.480
1000 - Recursos Livres da União	516.480		516.480
26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia	143.522.192	1.782.769	145.304.961
1 - Pessoal e Encargos Sociais	109.312.525	1.782.769	111.095.294
1000 - Recursos Livres da União	109.312.525		109.312.525
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.782.769	1.782.769
3 - Outras Despesas Correntes	31.049.447		31.049.447
1000 - Recursos Livres da União	31.017.727		31.017.727
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	31.720		31.720
4 - Investimentos	3.160.220		3.160.220
1000 - Recursos Livres da União	3.160.220		3.160.220
26452 - Universidade Federal de Catalão	131.832.705	1.603.580	133.436.285

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	106.310.924	1.603.580	107.914.504
1000 - Recursos Livres da União	106.310.924		106.310.924
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.603.580	1.603.580
3 - Outras Despesas Correntes	24.979.014		24.979.014
1000 - Recursos Livres da União	24.863.916		24.863.916
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	115.098		115.098
4 - Investimentos	542.767		542.767
1000 - Recursos Livres da União	522.767		522.767
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.000		20.000
26453 - Universidade Federal de Jataí	140.666.531	1.055.740	141.722.271
1 - Pessoal e Encargos Sociais	109.595.806	1.055.740	110.651.546
1000 - Recursos Livres da União	109.595.806		109.595.806
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.055.740	1.055.740
3 - Outras Despesas Correntes	30.970.725		30.970.725
1000 - Recursos Livres da União	30.675.671		30.675.671
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	295.054		295.054
4 - Investimentos	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
26454 - Universidade Federal de Rondonópolis	129.605.132	1.791.370	131.396.502
1 - Pessoal e Encargos Sociais	99.583.370	1.791.370	101.374.740
1000 - Recursos Livres da União	99.583.370		99.583.370
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.791.370	1.791.370
3 - Outras Despesas Correntes	22.134.661		22.134.661
1000 - Recursos Livres da União	21.955.521		21.955.521
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	179.140		179.140
4 - Investimentos	7.887.101		7.887.101
1000 - Recursos Livres da União	7.887.101		7.887.101
26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba	134.458.229	1.041.213	135.499.442
1 - Pessoal e Encargos Sociais	80.433.871	1.041.213	81.475.084
1000 - Recursos Livres da União	80.433.871		80.433.871
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.041.213	1.041.213
3 - Outras Despesas Correntes	27.350.840		27.350.840
1000 - Recursos Livres da União	26.338.113		26.338.113
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.012.727		1.012.727
4 - Investimentos	26.673.518		26.673.518
1000 - Recursos Livres da União	26.673.518		26.673.518
26456 - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	86.477.184	1.111.198	87.588.382
1 - Pessoal e Encargos Sociais	65.421.910	1.111.198	66.533.108
1000 - Recursos Livres da União	65.421.910		65.421.910
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.111.198	1.111.198
3 - Outras Despesas Correntes	20.249.110		20.249.110
1000 - Recursos Livres da União	20.228.484		20.228.484
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.626		20.626
4 - Investimentos	806.164		806.164
1000 - Recursos Livres da União	806.164		806.164

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins	136.552.019	246.458	136.798.477
1 - Pessoal e Encargos Sociais	103.410.873	246.458	103.657.331
1000 - Recursos Livres da União	103.410.873		103.410.873
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		246.458	246.458
3 - Outras Despesas Correntes	31.156.200		31.156.200
1000 - Recursos Livres da União	30.818.902		30.818.902
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	337.298		337.298
4 - Investimentos	1.984.946		1.984.946
1000 - Recursos Livres da União	1.901.337		1.901.337
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	83.609		83.609
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e	2.843.486.609	245.914.621	3.089.401.230
1 - Pessoal e Encargos Sociais	720.537.220	245.884.314	966.421.534
1000 - Recursos Livres da União	432.886.798		432.886.798
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	137.232.936	30.627.702	167.860.638
1052 - Recursos Livres da UO	150.417.486	38.540.438	188.957.924
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		176.716.174	176.716.174
3 - Outras Despesas Correntes	845.371.319	30.307	845.401.626
1000 - Recursos Livres da União	183.195.697		183.195.697
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	163.075.668		163.075.668
1052 - Recursos Livres da UO	456.179.954	30.307	456.210.261
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	42.920.000		42.920.000
4 - Investimentos	42.636.636		42.636.636
1000 - Recursos Livres da União	10.466.682		10.466.682
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.521.038		6.521.038
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.551.612		4.551.612
1052 - Recursos Livres da UO	16.517.304		16.517.304
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.580.000		4.580.000
9 - Reserva de Contingência	1.234.941.434		1.234.941.434
1000 - Recursos Livres da União	112.497.892		112.497.892
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	520.637.010		520.637.010
1052 - Recursos Livres da UO	99.465.371		99.465.371
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	502.341.161		502.341.161
28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e	857.786.332	12.294	857.798.626
1 - Pessoal e Encargos Sociais	199.856.119	12.294	199.868.413
1000 - Recursos Livres da União	199.856.119		199.856.119
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		12.294	12.294
3 - Outras Despesas Correntes	140.642.370		140.642.370
1000 - Recursos Livres da União	97.718.170		97.718.170
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.200		4.200
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	42.920.000		42.920.000
4 - Investimentos	14.946.682		14.946.682
1000 - Recursos Livres da União	10.366.682		10.366.682
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.580.000		4.580.000
9 - Reserva de Contingência	502.341.161		502.341.161

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	502.341.161		502.341.161
28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e	758.327.295	124.480.835	882.808.130
1 - Pessoal e Encargos Sociais	187.733.630	124.450.528	312.184.158
1000 - Recursos Livres da União	141.483.967		141.483.967
1052 - Recursos Livres da UO	46.249.663	35.105.090	81.354.753
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		89.345.438	89.345.438
3 - Outras Despesas Correntes	561.093.665	30.307	561.123.972
1000 - Recursos Livres da União	82.358.445		82.358.445
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	69.860.132		69.860.132
1052 - Recursos Livres da UO	408.875.088	30.307	408.905.395
4 - Investimentos	9.500.000		9.500.000
1052 - Recursos Livres da UO	9.500.000		9.500.000
28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	844.166.526	109.875.849	954.042.375
1 - Pessoal e Encargos Sociais	228.779.648	109.875.849	338.655.497
1000 - Recursos Livres da União	91.546.712		91.546.712
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	137.232.936	30.627.702	167.860.638
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		79.248.147	79.248.147
3 - Outras Despesas Correntes	92.520.147		92.520.147
1000 - Recursos Livres da União	2.000.000		2.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	90.520.147		90.520.147
4 - Investimentos	6.621.038		6.621.038
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.521.038		6.521.038
9 - Reserva de Contingência	516.245.693		516.245.693
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	516.197.125		516.197.125
1052 - Recursos Livres da UO	48.568		48.568
28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus -	378.192.456	11.545.643	389.738.099
1 - Pessoal e Encargos Sociais	104.167.823	11.545.643	115.713.466
1052 - Recursos Livres da UO	104.167.823	3.435.348	107.603.171
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.110.295	8.110.295
3 - Outras Despesas Correntes	51.035.137		51.035.137
1000 - Recursos Livres da União	1.119.082		1.119.082
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.611.189		2.611.189
1052 - Recursos Livres da UO	47.304.866		47.304.866
4 - Investimentos	11.568.916		11.568.916
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.551.612		4.551.612
1052 - Recursos Livres da UO	7.017.304		7.017.304
9 - Reserva de Contingência	211.420.580		211.420.580
1000 - Recursos Livres da União	112.003.777		112.003.777
1052 - Recursos Livres da UO	99.416.803		99.416.803
28904 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade -	5.014.000		5.014.000
3 - Outras Despesas Correntes	80.000		80.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	80.000		80.000
9 - Reserva de Contingência	4.934.000		4.934.000
1000 - Recursos Livres da União	494.115		494.115

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.439.885		4.439.885
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	17.925.813.444	4.943.737.968	22.869.551.412
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.628.286.457	4.862.527.984	14.490.814.441
1000 - Recursos Livres da União	9.608.376.717		9.608.376.717
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.802.012.149	1.802.012.149
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	13.979.759		13.979.759
1052 - Recursos Livres da UO	5.929.981		5.929.981
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.060.515.835	3.060.515.835
3 - Outras Despesas Correntes	5.280.889.066	1.806.020	5.282.695.086
1000 - Recursos Livres da União	2.364.109.588	1.806.020	2.365.915.608
1019 - FUNAPOL	492.382.156		492.382.156
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	688.239.105		688.239.105
1025 - Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Trá	24.227.084		24.227.084
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	119.693.223		119.693.223
1052 - Recursos Livres da UO	134.083.266		134.083.266
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	272.432.020		272.432.020
1096 - Doações Nacionais	52.890.523		52.890.523
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	759.583.726		759.583.726
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	373.248.375		373.248.375
4 - Investimentos	2.526.867.826		2.526.867.826
1000 - Recursos Livres da União	873.567.616		873.567.616
1019 - FUNAPOL	148.248.116		148.248.116
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	191.760.895		191.760.895
1025 - Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Trá	3.800		3.800
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	89.484.377		89.484.377
1052 - Recursos Livres da UO	33.901.544		33.901.544
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	205.567.643		205.567.643
1096 - Doações Nacionais	15.229.000		15.229.000
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	175.952.034		175.952.034
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	793.152.801		793.152.801
9 - Reserva de Contingência	489.770.095	79.403.964	569.174.059
1000 - Recursos Livres da União	28.065.388		28.065.388
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		79.403.964	79.403.964
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	210.380.929		210.380.929
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	59.335.386		59.335.386
1052 - Recursos Livres da UO	53.109.794		53.109.794
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	138.878.598		138.878.598
30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública -	1.915.886.164	128.156.762	2.044.042.926
1 - Pessoal e Encargos Sociais	553.715.396	128.098.433	681.813.829
1000 - Recursos Livres da União	553.715.396		553.715.396
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.217.978	4.217.978

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		123.880.455	123.880.455
3 - Outras Despesas Correntes	592.806.235	58.329	592.864.564
1000 - Recursos Livres da União	590.449.943	58.329	590.508.272
1052 - Recursos Livres da UO	2.356.292		2.356.292
4 - Investimentos	767.785.506		767.785.506
1000 - Recursos Livres da União	767.465.506		767.465.506
1052 - Recursos Livres da UO	320.000		320.000
9 - Reserva de Contingência	1.579.027		1.579.027
1052 - Recursos Livres da UO	1.579.027		1.579.027
30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal	5.064.239.516	2.026.222.267	7.090.461.783
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.600.094.577	2.025.151.677	5.625.246.254
1000 - Recursos Livres da União	3.580.184.837		3.580.184.837
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		847.376.314	847.376.314
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	13.979.759		13.979.759
1052 - Recursos Livres da UO	5.929.981		5.929.981
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.177.775.363	1.177.775.363
3 - Outras Despesas Correntes	1.001.663.105	1.070.590	1.002.733.695
1000 - Recursos Livres da União	313.424.000	1.070.590	314.494.590
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	688.239.105		688.239.105
4 - Investimentos	252.100.905		252.100.905
1000 - Recursos Livres da União	60.340.010		60.340.010
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	191.760.895		191.760.895
9 - Reserva de Contingência	210.380.929		210.380.929
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	210.380.929		210.380.929
30108 - Departamento de Polícia Federal	7.594.565.915	2.708.966.534	10.303.532.449
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.455.753.897	2.708.289.433	8.164.043.330
1000 - Recursos Livres da União	5.455.753.897		5.455.753.897
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		950.317.857	950.317.857
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.757.971.576	1.757.971.576
3 - Outras Despesas Correntes	1.947.479.673	677.101	1.948.156.774
1000 - Recursos Livres da União	1.430.283.389	677.101	1.430.960.490
1019 - FUNAPOL	492.382.156		492.382.156
1025 - Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico	24.227.084		24.227.084
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	587.044		587.044
4 - Investimentos	191.332.345		191.332.345
1000 - Recursos Livres da União	43.080.429		43.080.429
1019 - FUNAPOL	148.248.116		148.248.116
1025 - Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico	3.800		3.800
30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade	66.175.312	888.441	67.063.753
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.567.476	888.441	15.455.917
1000 - Recursos Livres da União	14.567.476		14.567.476
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		888.441	888.441
3 - Outras Despesas Correntes	45.887.672		45.887.672
1000 - Recursos Livres da União	11.831.165		11.831.165

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	34.056.507		34.056.507
4 - Investimentos	5.720.164		5.720.164
1000 - Recursos Livres da União	2.376.671		2.376.671
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.343.493		3.343.493
30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD	18.225.566	100.000	18.325.566
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.155.111	100.000	4.255.111
1000 - Recursos Livres da União	4.155.111		4.155.111
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
3 - Outras Despesas Correntes	13.770.455		13.770.455
1000 - Recursos Livres da União	13.770.455		13.770.455
4 - Investimentos	300.000		300.000
1000 - Recursos Livres da União	300.000		300.000
30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos	616.878.261		616.878.261
3 - Outras Despesas Correntes	272.432.020		272.432.020
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	272.432.020		272.432.020
4 - Investimentos	205.567.643		205.567.643
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	205.567.643		205.567.643
9 - Reserva de Contingência	138.878.598		138.878.598
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	138.878.598		138.878.598
30907 - Fundo Penitenciário Nacional	319.639.166		319.639.166
3 - Outras Despesas Correntes	241.936.264		241.936.264
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	55.431.164		55.431.164
1052 - Recursos Livres da UO	51.500.000		51.500.000
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	135.005.100		135.005.100
4 - Investimentos	77.702.902		77.702.902
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.494.403		14.494.403
1052 - Recursos Livres da UO	30.772.419		30.772.419
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	32.436.080		32.436.080
30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2.146.462.003		2.146.462.003
3 - Outras Despesas Correntes	1.122.917.767		1.122.917.767
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.095.062		23.095.062
1052 - Recursos Livres da UO	49.105.181		49.105.181
1096 - Doações Nacionais	52.890.523		52.890.523
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	624.578.626		624.578.626
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	373.248.375		373.248.375
4 - Investimentos	1.023.544.236		1.023.544.236
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	71.646.481		71.646.481
1096 - Doações Nacionais	15.229.000		15.229.000
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	143.515.954		143.515.954
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	793.152.801		793.152.801
30912 - Fundo Nacional Antidrogas	183.741.541	79.403.964	263.145.505

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	41.995.875		41.995.875
1000 - Recursos Livres da União	4.350.636		4.350.636
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.523.446		6.523.446
1052 - Recursos Livres da UO	31.121.793		31.121.793
4 - Investimentos	2.814.125		2.814.125
1000 - Recursos Livres da União	5.000		5.000
1052 - Recursos Livres da UO	2.809.125		2.809.125
9 - Reserva de Contingência	138.931.541	79.403.964	218.335.505
1000 - Recursos Livres da União	28.065.388		28.065.388
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		79.403.964	79.403.964
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	59.335.386		59.335.386
1052 - Recursos Livres da UO	51.530.767		51.530.767
32000 - Ministério de Minas e Energia	9.328.138.336	227.698.830	9.555.837.166
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.821.365.099	227.287.679	2.048.652.778
1000 - Recursos Livres da União	1.393.787.552		1.393.787.552
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		86.742.022	86.742.022
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	105.924		105.924
1052 - Recursos Livres da UO	427.471.623		427.471.623
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		140.545.657	140.545.657
3 - Outras Despesas Correntes	2.993.845.275	411.151	2.994.256.426
1000 - Recursos Livres da União	443.064.482	411.151	443.475.633
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	103.495.604		103.495.604
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	171.529.761		171.529.761
1052 - Recursos Livres da UO	171.516.055		171.516.055
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	174.317.960		174.317.960
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento	3.136.637		3.136.637
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.920.284.776		1.920.284.776
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	6.500.000		6.500.000
4 - Investimentos	59.952.058		59.952.058
1000 - Recursos Livres da União	12.188.835		12.188.835
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	10.904.473		10.904.473
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.550.619		9.550.619
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	935.000		935.000
1052 - Recursos Livres da UO	8.833.257		8.833.257
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	17.539.874		17.539.874
9 - Reserva de Contingência	4.452.975.904		4.452.975.904
1000 - Recursos Livres da União	1.321.672.488		1.321.672.488
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1.001.031.980		1.001.031.980
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	100.106.776		100.106.776
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	214.506.853		214.506.853
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	67.632.311		67.632.311
1052 - Recursos Livres da UO	1.111.696.383		1.111.696.383

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	234.000.755		234.000.755
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento	402.328.358		402.328.358
32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	1.283.712.087	94.472.664	1.378.184.751
1 - Pessoal e Encargos Sociais	78.063.247	94.472.664	172.535.911
1000 - Recursos Livres da União	78.063.247		78.063.247
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		86.742.022	86.742.022
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.730.642	7.730.642
3 - Outras Despesas Correntes	321.717.322		321.717.322
1000 - Recursos Livres da União	239.017.641		239.017.641
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	76.199.681		76.199.681
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	6.500.000		6.500.000
4 - Investimentos	8.901.103		8.901.103
1000 - Recursos Livres da União	8.901.103		8.901.103
9 - Reserva de Contingência	875.030.415		875.030.415
1000 - Recursos Livres da União	258.195.204		258.195.204
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	214.506.853		214.506.853
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento	402.328.358		402.328.358
32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	884.530.953	411.151	884.942.104
1 - Pessoal e Encargos Sociais	526.276.933		526.276.933
1000 - Recursos Livres da União	526.276.933		526.276.933
3 - Outras Despesas Correntes	154.026.263	411.151	154.437.414
1000 - Recursos Livres da União	48.341.161	411.151	48.752.312
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	103.495.604		103.495.604
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.189.498		2.189.498
4 - Investimentos	12.189.473		12.189.473
1000 - Recursos Livres da União	350.000		350.000
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	10.904.473		10.904.473
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	935.000		935.000
9 - Reserva de Contingência	192.038.284		192.038.284
1000 - Recursos Livres da União	91.931.508		91.931.508
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	100.106.776		100.106.776
32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e	2.443.712.178	24.466.190	2.468.178.368
1 - Pessoal e Encargos Sociais	269.918.391	24.466.190	294.384.581
1000 - Recursos Livres da União	154.693.632		154.693.632
1052 - Recursos Livres da UO	115.224.759		115.224.759
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.466.190	24.466.190
3 - Outras Despesas Correntes	154.633.473		154.633.473
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	139.901.534		139.901.534
1052 - Recursos Livres da UO	14.731.939		14.731.939
4 - Investimentos	700.000		700.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	700.000		700.000
9 - Reserva de Contingência	2.018.460.314		2.018.460.314

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	429.013.706		429.013.706
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1.001.031.980		1.001.031.980
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	25.103.862		25.103.862
1052 - Recursos Livres da UO	563.310.766		563.310.766
32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	3.229.829.175	8.676.356	3.238.505.531
1 - Pessoal e Encargos Sociais	202.363.157	8.676.356	211.039.513
1052 - Recursos Livres da UO	202.363.157		202.363.157
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.676.356	8.676.356
3 - Outras Despesas Correntes	2.077.318.892		2.077.318.892
1000 - Recursos Livres da União	250.000		250.000
1052 - Recursos Livres da UO	156.784.116		156.784.116
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.920.284.776		1.920.284.776
4 - Investimentos	9.083.257		9.083.257
1000 - Recursos Livres da União	250.000		250.000
1052 - Recursos Livres da UO	8.833.257		8.833.257
9 - Reserva de Contingência	941.063.869		941.063.869
1000 - Recursos Livres da União	392.678.252		392.678.252
1052 - Recursos Livres da UO	548.385.617		548.385.617
32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE	183.703.995		183.703.995
1 - Pessoal e Encargos Sociais	125.333.552		125.333.552
1000 - Recursos Livres da União	125.333.552		125.333.552
3 - Outras Despesas Correntes	54.791.562		54.791.562
1000 - Recursos Livres da União	48.654.925		48.654.925
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000		3.000.000
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento	3.136.637		3.136.637
4 - Investimentos	1.638.320		1.638.320
1000 - Recursos Livres da União	1.638.320		1.638.320
9 - Reserva de Contingência	1.940.561		1.940.561
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.940.561		1.940.561
32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM	808.146.159	99.672.469	907.818.628
1 - Pessoal e Encargos Sociais	288.160.510	99.672.469	387.832.979
1000 - Recursos Livres da União	178.170.879		178.170.879
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	105.924		105.924
1052 - Recursos Livres da UO	109.883.707		109.883.707
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		99.672.469	99.672.469
3 - Outras Despesas Correntes	118.491.202		118.491.202
1000 - Recursos Livres da União	20.372.923		20.372.923
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	98.118.279		98.118.279
4 - Investimentos	17.639.874		17.639.874
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	17.539.874		17.539.874
9 - Reserva de Contingência	383.854.573		383.854.573
1000 - Recursos Livres da União	149.853.818		149.853.818
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	234.000.755		234.000.755

Quadro 5 **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	494.503.789		494.503.789
1 - Pessoal e Encargos Sociais	331.249.309		331.249.309
1000 - Recursos Livres da União	331.249.309		331.249.309
3 - Outras Despesas Correntes	112.866.561		112.866.561
1000 - Recursos Livres da União	86.427.832		86.427.832
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	26.438.729		26.438.729
4 - Investimentos	9.800.031		9.800.031
1000 - Recursos Livres da União	949.412		949.412
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.850.619		8.850.619
9 - Reserva de Contingência	40.587.888		40.587.888
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	40.587.888		40.587.888
33000 - Ministério da Previdência Social	0	1.037.234.406.992	1.037.234.406.992
1 - Pessoal e Encargos Sociais		11.610.799.787	11.610.799.787
1000 - Recursos Livres da União		3.412.078.374	3.412.078.374
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		153.683.122	153.683.122
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		5.276.349.085	5.276.349.085
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		25.718.886	25.718.886
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		1.227.416.855	1.227.416.855
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.515.553.465	1.515.553.465
3 - Outras Despesas Correntes		1.025.533.495.659	1.025.533.495.659
1000 - Recursos Livres da União		35.457.283.172	35.457.283.172
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.424.718.218	23.424.718.218
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		45.339.191.911	45.339.191.911
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		17.013.442	17.013.442
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		18.507.889.715	18.507.889.715
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		4.897.421.651	4.897.421.651
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		696.395.752.445	696.395.752.445
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da		4.083.586.373	4.083.586.373
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		1.143.466.673	1.143.466.673
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen		17.001.158.586	17.001.158.586
9000 - Recursos Livres da União		6.207.569.518	6.207.569.518
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.266.214.685	8.266.214.685
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		607.269.765	607.269.765
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen		164.184.959.505	164.184.959.505
4 - Investimentos		43.950.261	43.950.261
1000 - Recursos Livres da União		700.015	700.015
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.803.341	4.803.341
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		5.446.905	5.446.905
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		33.000.000	33.000.000
9 - Reserva de Contingência		46.161.285	46.161.285
1000 - Recursos Livres da União		28.079.872	28.079.872
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		17.286.768	17.286.768
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar		732.037	732.037

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		62.608	62.608
33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta		2.431.716.787	2.431.716.787
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.362.312.565	1.362.312.565
1000 - Recursos Livres da União		226.490.992	226.490.992
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.134.046.120	1.134.046.120
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.775.453	1.775.453
3 - Outras Despesas Correntes		1.064.600.881	1.064.600.881
1000 - Recursos Livres da União		890.210.589	890.210.589
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		174.390.292	174.390.292
4 - Investimentos		4.803.341	4.803.341
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.803.341	4.803.341
33201 - Instituto Nacional do Seguro Social		14.675.144.687	14.675.144.687
1 - Pessoal e Encargos Sociais		10.219.257.459	10.219.257.459
1000 - Recursos Livres da União		3.185.587.382	3.185.587.382
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		153.683.122	153.683.122
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		4.142.302.965	4.142.302.965
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		1.227.416.855	1.227.416.855
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.510.267.135	1.510.267.135
3 - Outras Despesas Correntes		4.422.187.213	4.422.187.213
1000 - Recursos Livres da União		66.043.762	66.043.762
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		4.356.143.451	4.356.143.451
4 - Investimentos		33.700.015	33.700.015
1000 - Recursos Livres da União		700.015	700.015
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		33.000.000	33.000.000
33206 - Superintendência Nacional de Previdência		97.851.395	97.851.395
1 - Pessoal e Encargos Sociais		29.229.763	29.229.763
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		25.718.886	25.718.886
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.510.877	3.510.877
3 - Outras Despesas Correntes		17.013.442	17.013.442
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		17.013.442	17.013.442
4 - Investimentos		5.446.905	5.446.905
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		5.446.905	5.446.905
9 - Reserva de Contingência		46.161.285	46.161.285
1000 - Recursos Livres da União		28.079.872	28.079.872
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		17.286.768	17.286.768
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar		732.037	732.037
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		62.608	62.608
33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social		1.020.029.694.123	1.020.029.694.123
3 - Outras Despesas Correntes		1.020.029.694.123	1.020.029.694.123
1000 - Recursos Livres da União		34.501.028.821	34.501.028.821
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.250.327.926	23.250.327.926
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		45.339.191.911	45.339.191.911
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		18.507.889.715	18.507.889.715

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		541.278.200	541.278.200
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		696.395.752.445	696.395.752.445
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da		4.083.586.373	4.083.586.373
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		1.143.466.673	1.143.466.673
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament		17.001.158.586	17.001.158.586
9000 - Recursos Livres da União		6.207.569.518	6.207.569.518
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.266.214.685	8.266.214.685
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		607.269.765	607.269.765
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament		164.184.959.505	164.184.959.505
35000 - Ministério das Relações Exteriores	4.586.049.315	451.391.118	5.037.440.433
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.490.966.699	451.391.118	1.942.357.817
1000 - Recursos Livres da União	1.490.966.699		1.490.966.699
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		139.344.721	139.344.721
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		312.046.397	312.046.397
3 - Outras Despesas Correntes	3.057.854.669		3.057.854.669
1000 - Recursos Livres da União	2.889.894.271		2.889.894.271
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.844.152		3.844.152
1052 - Recursos Livres da UO	164.116.246		164.116.246
4 - Investimentos	37.227.947		37.227.947
1000 - Recursos Livres da União	24.727.947		24.727.947
1052 - Recursos Livres da UO	12.500.000		12.500.000
35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração	4.571.476.494	451.038.968	5.022.515.462
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.482.789.175	451.038.968	1.933.828.143
1000 - Recursos Livres da União	1.482.789.175		1.482.789.175
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		139.344.721	139.344.721
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		311.694.247	311.694.247
3 - Outras Despesas Correntes	3.051.559.372		3.051.559.372
1000 - Recursos Livres da União	2.883.650.912		2.883.650.912
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.792.214		3.792.214
1052 - Recursos Livres da UO	164.116.246		164.116.246
4 - Investimentos	37.127.947		37.127.947
1000 - Recursos Livres da União	24.627.947		24.627.947
1052 - Recursos Livres da UO	12.500.000		12.500.000
35201 - Fundação Alexandre de Gusmão	14.572.821	352.150	14.924.971
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.177.524	352.150	8.529.674
1000 - Recursos Livres da União	8.177.524		8.177.524
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		352.150	352.150
3 - Outras Despesas Correntes	6.295.297		6.295.297
1000 - Recursos Livres da União	6.243.359		6.243.359
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	51.938		51.938
4 - Investimentos	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
36000 - Ministério da Saúde	0	246.554.470.224	246.554.470.224

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais		20.652.737.284	20.652.737.284
1000 - Recursos Livres da União		799.742.105	799.742.105
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.573.354.172	9.573.354.172
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		7.918.260.891	7.918.260.891
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		424.739.958	424.739.958
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.936.640.158	1.936.640.158
3 - Outras Despesas Correntes		210.265.324.196	210.265.324.196
1000 - Recursos Livres da União		2.028.466.816	2.028.466.816
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		92.416.189.709	92.416.189.709
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		113.656.400.303	113.656.400.303
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		996.713.066	996.713.066
1010 - Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito		168.997	168.997
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS		841.051.419	841.051.419
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		308.954.952	308.954.952
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortiza		6.406.996	6.406.996
1184 - Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde		10.971.938	10.971.938
4 - Investimentos		15.197.508.739	15.197.508.739
1000 - Recursos Livres da União		3.996.327.988	3.996.327.988
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.717.800.371	3.717.800.371
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		7.460.568.141	7.460.568.141
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		9.200.000	9.200.000
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		23.760	23.760
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		13.588.479	13.588.479
5 - Inversões Financeiras		400.000.000	400.000.000
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		400.000.000	400.000.000
9 - Reserva de Contingência		38.900.005	38.900.005
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		38.900.005	38.900.005
36201 - Fundação Oswaldo Cruz		8.575.619.223	8.575.619.223
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.670.682.150	1.670.682.150
1000 - Recursos Livres da União		7.482.985	7.482.985
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.399.749	16.399.749
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.224.296.070	1.224.296.070
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		422.503.346	422.503.346
3 - Outras Despesas Correntes		6.366.944.129	6.366.944.129
1000 - Recursos Livres da União		85.216.584	85.216.584
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.613.550.721	2.613.550.721
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		3.665.051.396	3.665.051.396
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		3.125.428	3.125.428
4 - Investimentos		537.992.944	537.992.944
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		290.572.944	290.572.944
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		247.420.000	247.420.000
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO		2.101.835.104	2.101.835.104
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.570.542.161	1.570.542.161
1000 - Recursos Livres da União		11.840.577	11.840.577

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO GND/Fonte	Fiscal	Seguridade	Total
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.558.701.584	1.558.701.584
3 - Outras Despesas Correntes		471.315.827	471.315.827
1000 - Recursos Livres da União		115.986.287	115.986.287
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		352.000.000	352.000.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		3.329.540	3.329.540
4 - Investimentos		59.977.116	59.977.116
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.977.116	23.977.116
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		22.411.521	22.411.521
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		13.588.479	13.588.479
36211 - Fundação Nacional de Saúde		2.786.535.842	2.786.535.842
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.050.911.999	2.050.911.999
1000 - Recursos Livres da União		375.387.925	375.387.925
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.557.527.266	1.557.527.266
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		90.164.480	90.164.480
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		27.832.328	27.832.328
3 - Outras Despesas Correntes		258.596.842	258.596.842
1000 - Recursos Livres da União		68.023.429	68.023.429
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		187.301.047	187.301.047
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		3.272.366	3.272.366
4 - Investimentos		477.027.001	477.027.001
1000 - Recursos Livres da União		1	1
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000.000	1.000.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		476.003.240	476.003.240
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		23.760	23.760
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA		965.519.873	965.519.873
1 - Pessoal e Encargos Sociais		693.733.174	693.733.174
1000 - Recursos Livres da União		264.408.312	264.408.312
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		87.971.439	87.971.439
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		217.403.394	217.403.394
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		123.950.029	123.950.029
3 - Outras Despesas Correntes		262.786.699	262.786.699
1000 - Recursos Livres da União		14.873.894	14.873.894
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		15.000.000	15.000.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		230.084.908	230.084.908
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		2.827.897	2.827.897
4 - Investimentos		9.000.000	9.000.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		9.000.000	9.000.000
36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS		442.240.321	442.240.321
1 - Pessoal e Encargos Sociais		216.766.868	216.766.868
1000 - Recursos Livres da União		9.430.304	9.430.304
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		207.336.564	207.336.564
3 - Outras Despesas Correntes		186.373.448	186.373.448
1000 - Recursos Livres da União		180.605	180.605
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		185.771.431	185.771.431

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		421.412	421.412
4 - Investimentos		200.000	200.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		200.000	200.000
9 - Reserva de Contingência		38.900.005	38.900.005
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		38.900.005	38.900.005
36901 - Fundo Nacional de Saúde		231.682.719.861	231.682.719.861
1 - Pessoal e Encargos Sociais		14.450.100.932	14.450.100.932
1000 - Recursos Livres da União		131.192.002	131.192.002
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.911.455.718	7.911.455.718
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		5.045.098.757	5.045.098.757
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.362.354.455	1.362.354.455
3 - Outras Despesas Correntes		202.719.307.251	202.719.307.251
1000 - Recursos Livres da União		1.744.186.017	1.744.186.017
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		89.802.638.988	89.802.638.988
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		109.437.047.860	109.437.047.860
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		580.856.727	580.856.727
1010 - Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito		168.997	168.997
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS		841.051.419	841.051.419
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		295.978.309	295.978.309
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortiza		6.406.996	6.406.996
1184 - Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde		10.971.938	10.971.938
4 - Investimentos		14.113.311.678	14.113.311.678
1000 - Recursos Livres da União		3.996.327.987	3.996.327.987
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.402.250.311	3.402.250.311
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		6.714.733.380	6.714.733.380
5 - Inversões Financeiras		400.000.000	400.000.000
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		400.000.000	400.000.000
37000 - Controladoria-Geral da União	1.131.858.025	292.522.145	1.424.380.170
1 - Pessoal e Encargos Sociais	947.233.380	292.522.145	1.239.755.525
1000 - Recursos Livres da União	947.233.380		947.233.380
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		63.905.297	63.905.297
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		228.616.848	228.616.848
3 - Outras Despesas Correntes	173.803.723		173.803.723
1000 - Recursos Livres da União	173.803.723		173.803.723
4 - Investimentos	10.820.922		10.820.922
1000 - Recursos Livres da União	10.820.922		10.820.922
37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta	1.131.858.025	292.522.145	1.424.380.170
1 - Pessoal e Encargos Sociais	947.233.380	292.522.145	1.239.755.525
1000 - Recursos Livres da União	947.233.380		947.233.380
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		63.905.297	63.905.297
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		228.616.848	228.616.848
3 - Outras Despesas Correntes	173.803.723		173.803.723
1000 - Recursos Livres da União	173.803.723		173.803.723
4 - Investimentos	10.820.922		10.820.922

Quadro 5 **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	10.820.922		10.820.922
39000 - Ministério dos Transportes	28.332.949.203	988.825.679	29.321.774.882
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.165.589.609	971.253.239	2.136.842.848
1000 - Recursos Livres da União	1.165.589.609		1.165.589.609
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		736.661.641	736.661.641
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		234.591.598	234.591.598
3 - Outras Despesas Correntes	1.783.301.529	17.572.440	1.800.873.969
1000 - Recursos Livres da União	1.063.601.525	17.572.440	1.081.173.965
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	286.328.800		286.328.800
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	364.574.862		364.574.862
1052 - Recursos Livres da UO	68.796.342		68.796.342
4 - Investimentos	13.784.449.990		13.784.449.990
1000 - Recursos Livres da União	10.981.870.324		10.981.870.324
1011 - Destinações da Cide-Combustíveis	2.152.770.985		2.152.770.985
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	641.381.398		641.381.398
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.843.322		3.843.322
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.083.961		4.083.961
1052 - Recursos Livres da UO	500.000		500.000
9 - Reserva de Contingência	11.599.608.075		11.599.608.075
1000 - Recursos Livres da União	3.185.088.843		3.185.088.843
1007 - Prevenção de Acidentes de Trânsito	18.777		18.777
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	653.301.445		653.301.445
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	366.761.342		366.761.342
1052 - Recursos Livres da UO	88.299.668		88.299.668
1180 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	3.653.069.000		3.653.069.000
1181 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 d	3.653.069.000		3.653.069.000
39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta	1.898.185.031	675.617.929	2.573.802.960
1 - Pessoal e Encargos Sociais	156.447.234	675.612.415	832.059.649
1000 - Recursos Livres da União	156.447.234		156.447.234
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		671.583.565	671.583.565
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.028.850	4.028.850
3 - Outras Despesas Correntes	258.236.995	5.514	258.242.509
1000 - Recursos Livres da União	186.717.538	5.514	186.723.052
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	71.519.457		71.519.457
4 - Investimentos	1.483.482.025		1.483.482.025
1000 - Recursos Livres da União	1.483.415.823		1.483.415.823
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	66.202		66.202
9 - Reserva de Contingência	18.777		18.777
1007 - Prevenção de Acidentes de Trânsito	18.777		18.777
39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	813.450.714		813.450.714
1 - Pessoal e Encargos Sociais	213.811.918		213.811.918
1000 - Recursos Livres da União	213.811.918		213.811.918
3 - Outras Despesas Correntes	134.143.278		134.143.278
1000 - Recursos Livres da União	118.176.410		118.176.410

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	15.966.868		15.966.868
4 - Investimentos	465.495.518		465.495.518
1000 - Recursos Livres da União	465.495.518		465.495.518
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	11.387.369.960	29.951.720	11.417.321.680
1 - Pessoal e Encargos Sociais	251.250.632	29.951.720	281.202.352
1000 - Recursos Livres da União	251.250.632		251.250.632
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		29.951.720	29.951.720
3 - Outras Despesas Correntes	293.184.500		293.184.500
1000 - Recursos Livres da União	18.723.101		18.723.101
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	2.320.000		2.320.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	203.345.057		203.345.057
1052 - Recursos Livres da UO	68.796.342		68.796.342
4 - Investimentos	22.857.120		22.857.120
1000 - Recursos Livres da União	18.580.000		18.580.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.777.120		3.777.120
1052 - Recursos Livres da UO	500.000		500.000
9 - Reserva de Contingência	10.820.077.708		10.820.077.708
1000 - Recursos Livres da União	3.131.202.000		3.131.202.000
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	53.412.665		53.412.665
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	241.025.375		241.025.375
1052 - Recursos Livres da UO	88.299.668		88.299.668
1180 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	3.653.069.000		3.653.069.000
1181 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 d	3.653.069.000		3.653.069.000
39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de	13.373.883.108	283.256.030	13.657.139.138
1 - Pessoal e Encargos Sociais	544.079.825	265.689.104	809.768.929
1000 - Recursos Livres da União	544.079.825		544.079.825
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		65.078.076	65.078.076
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		200.611.028	200.611.028
3 - Outras Despesas Correntes	1.019.187.956	17.566.926	1.036.754.882
1000 - Recursos Livres da União	739.984.476	17.566.926	757.551.402
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	205.460.000		205.460.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	73.743.480		73.743.480
4 - Investimentos	11.810.615.327		11.810.615.327
1000 - Recursos Livres da União	9.014.378.983		9.014.378.983
1011 - Destinações da Cide-Combustíveis	2.152.770.985		2.152.770.985
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	639.381.398		639.381.398
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.083.961		4.083.961
39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito -	860.060.390		860.060.390
3 - Outras Despesas Correntes	78.548.800		78.548.800
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	78.548.800		78.548.800
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	2.000.000		2.000.000
9 - Reserva de Contingência	779.511.590		779.511.590

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	53.886.843		53.886.843
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	599.888.780		599.888.780
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	125.735.967		125.735.967
40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	33.460.214.812	89.255.670.140	122.715.884.952
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.505.578.137	744.775.035	2.250.353.172
1000 - Recursos Livres da União	868.566.654		868.566.654
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		651.236.920	651.236.920
1052 - Recursos Livres da UO	637.011.483		637.011.483
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		93.538.115	93.538.115
3 - Outras Despesas Correntes	718.995.638	88.506.800.062	89.225.795.700
1000 - Recursos Livres da União	645.690.949	2.070.185.750	2.715.876.699
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		95.630.691	95.630.691
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		61.716.242.100	61.716.242.100
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		24.624.741.521	24.624.741.521
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.016.120		3.016.120
1052 - Recursos Livres da UO	30.616.162		30.616.162
1084 - FGTS	39.672.407		39.672.407
4 - Investimentos	36.913.495	4.095.043	41.008.538
1000 - Recursos Livres da União	31.982.539	300.000	32.282.539
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		3.795.043	3.795.043
1052 - Recursos Livres da UO	4.930.956		4.930.956
5 - Inversões Financeiras	31.191.328.182		31.191.328.182
1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	31.191.328.182		31.191.328.182
9 - Reserva de Contingência	7.399.360		7.399.360
1052 - Recursos Livres da UO	7.399.360		7.399.360
40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração	2.207.538.621	691.774.606	2.899.313.227
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.464.473.625	691.774.606	2.156.248.231
1000 - Recursos Livres da União	827.462.142		827.462.142
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		611.132.469	611.132.469
1052 - Recursos Livres da UO	637.011.483		637.011.483
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		80.642.137	80.642.137
3 - Outras Despesas Correntes	700.938.680		700.938.680
1000 - Recursos Livres da União	630.650.111		630.650.111
1052 - Recursos Livres da UO	30.616.162		30.616.162
1084 - FGTS	39.672.407		39.672.407
4 - Investimentos	34.726.956		34.726.956
1000 - Recursos Livres da União	29.796.000		29.796.000
1052 - Recursos Livres da UO	4.930.956		4.930.956
9 - Reserva de Contingência	7.399.360		7.399.360
1052 - Recursos Livres da UO	7.399.360		7.399.360
40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e	61.348.009	53.000.429	114.348.438
1 - Pessoal e Encargos Sociais	41.104.512	53.000.429	94.104.941
1000 - Recursos Livres da União	41.104.512		41.104.512
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		40.104.451	40.104.451
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		12.895.978	12.895.978

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	18.056.958		18.056.958
1000 - Recursos Livres da União	15.040.838		15.040.838
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.016.120		3.016.120
4 - Investimentos	2.186.539		2.186.539
1000 - Recursos Livres da União	2.186.539		2.186.539
40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	31.191.328.182	88.510.895.105	119.702.223.287
3 - Outras Despesas Correntes		88.506.800.062	88.506.800.062
1000 - Recursos Livres da União		2.070.185.750	2.070.185.750
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		95.630.691	95.630.691
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		61.716.242.100	61.716.242.100
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		24.624.741.521	24.624.741.521
4 - Investimentos		4.095.043	4.095.043
1000 - Recursos Livres da União		300.000	300.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		3.795.043	3.795.043
5 - Inversões Financeiras	31.191.328.182		31.191.328.182
1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	31.191.328.182		31.191.328.182
41000 - Ministério das Comunicações	2.093.855.071	34.571.904	2.128.426.975
1 - Pessoal e Encargos Sociais	598.645.157	34.540.010	633.185.167
1000 - Recursos Livres da União	346.822.781		346.822.781
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.000.000		5.000.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		34.540.010	34.540.010
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	246.822.376		246.822.376
2 - Juros e Encargos da Dívida	775.661		775.661
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	775.661		775.661
3 - Outras Despesas Correntes	869.881.460	31.894	869.913.354
1000 - Recursos Livres da União	163.062.466	31.894	163.094.360
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	219.722.534		219.722.534
1052 - Recursos Livres da UO	45.000.000		45.000.000
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	442.096.460		442.096.460
4 - Investimentos	263.213.265		263.213.265
1000 - Recursos Livres da União	10.977.000		10.977.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	91.859.188		91.859.188
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	160.377.077		160.377.077
6 - Amortização da Dívida	47.543.326		47.543.326
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	47.543.326		47.543.326
9 - Reserva de Contingência	313.796.202		313.796.202
1000 - Recursos Livres da União	2.640.172		2.640.172
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	3.901.807		3.901.807
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	307.254.223		307.254.223
41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta	389.715.451	1.069.125	390.784.576
1 - Pessoal e Encargos Sociais	53.913.351	1.069.125	54.982.476
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.069.125	1.069.125
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	53.913.351		53.913.351

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	227.434.764		227.434.764
1000 - Recursos Livres da União	39.128.001		39.128.001
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	188.306.763		188.306.763
4 - Investimentos	108.367.336		108.367.336
1000 - Recursos Livres da União	10.977.000		10.977.000
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	97.390.336		97.390.336
41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	731.663.578	33.502.779	765.166.357
1 - Pessoal e Encargos Sociais	405.967.134	33.470.885	439.438.019
1000 - Recursos Livres da União	304.496.843		304.496.843
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		33.470.885	33.470.885
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	101.470.291		101.470.291
3 - Outras Despesas Correntes	253.789.697	31.894	253.821.591
1000 - Recursos Livres da União		31.894	31.894
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	253.789.697		253.789.697
4 - Investimentos	62.986.741		62.986.741
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	62.986.741		62.986.741
9 - Reserva de Contingência	8.920.006		8.920.006
1000 - Recursos Livres da União	2.640.172		2.640.172
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	3.901.807		3.901.807
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.378.027		2.378.027
41260 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	927.476.042		927.476.042
1 - Pessoal e Encargos Sociais	138.764.672		138.764.672
1000 - Recursos Livres da União	42.325.938		42.325.938
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.000.000		5.000.000
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	91.438.734		91.438.734
2 - Juros e Encargos da Dívida	775.661		775.661
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	775.661		775.661
3 - Outras Despesas Correntes	343.656.999		343.656.999
1000 - Recursos Livres da União	123.934.465		123.934.465
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	219.722.534		219.722.534
4 - Investimentos	91.859.188		91.859.188
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	91.859.188		91.859.188
6 - Amortização da Dívida	47.543.326		47.543.326
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	47.543.326		47.543.326
9 - Reserva de Contingência	304.876.196		304.876.196
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	304.876.196		304.876.196
41902 - Fundo de Universalização dos Serviços de	30.000.000		30.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	30.000.000		30.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	30.000.000		30.000.000
41903 - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das	15.000.000		15.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	15.000.000		15.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	15.000.000		15.000.000
42000 - Ministério da Cultura	3.988.907.064	261.179.076	4.250.086.140

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	458.636.391	261.179.076	719.815.467
1000 - Recursos Livres da União	458.636.391		458.636.391
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		147.826.559	147.826.559
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		113.352.517	113.352.517
3 - Outras Despesas Correntes	1.237.811.988		1.237.811.988
1000 - Recursos Livres da União	1.194.668.801		1.194.668.801
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	41.517.268		41.517.268
1052 - Recursos Livres da UO	1.625.919		1.625.919
4 - Investimentos	297.502.439		297.502.439
1000 - Recursos Livres da União	297.329.563		297.329.563
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	172.876		172.876
5 - Inversões Financeiras	647.000.000		647.000.000
1000 - Recursos Livres da União	350.479.737		350.479.737
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	294.520.263		294.520.263
1052 - Recursos Livres da UO	2.000.000		2.000.000
9 - Reserva de Contingência	1.347.956.246		1.347.956.246
1000 - Recursos Livres da União	292.402.041		292.402.041
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	331.824.851		331.824.851
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	219.874.404		219.874.404
1052 - Recursos Livres da UO	259.750		259.750
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	478.597.085		478.597.085
1135 - Recursos do FISTEL destinados ao FSA	24.998.115		24.998.115
42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta	650.576.370	39.252.008	689.828.378
1 - Pessoal e Encargos Sociais	89.842.251	39.252.008	129.094.259
1000 - Recursos Livres da União	89.842.251		89.842.251
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		19.775.633	19.775.633
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		19.476.375	19.476.375
3 - Outras Despesas Correntes	533.732.092		533.732.092
1000 - Recursos Livres da União	533.732.092		533.732.092
4 - Investimentos	27.002.027		27.002.027
1000 - Recursos Livres da União	27.002.027		27.002.027
42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa	40.226.654	20.860.366	61.087.020
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.649.478	20.860.366	41.509.844
1000 - Recursos Livres da União	20.649.478		20.649.478
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.936.325	12.936.325
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.924.041	7.924.041
3 - Outras Despesas Correntes	19.327.176		19.327.176
1000 - Recursos Livres da União	18.999.148		18.999.148
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	328.028		328.028
4 - Investimentos	250.000		250.000
1000 - Recursos Livres da União	250.000		250.000
42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN	87.088.307	37.982.281	125.070.588
1 - Pessoal e Encargos Sociais	33.786.290	37.982.281	71.768.571
1000 - Recursos Livres da União	33.786.290		33.786.290

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		25.538.468	25.538.468
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		12.443.813	12.443.813
3 - Outras Despesas Correntes	47.949.726		47.949.726
1000 - Recursos Livres da União	46.955.367		46.955.367
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	994.359		994.359
4 - Investimentos	5.352.291		5.352.291
1000 - Recursos Livres da União	5.352.291		5.352.291
42203 - Fundação Cultural Palmares	32.593.917	2.535.379	35.129.296
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.562.360	2.535.379	9.097.739
1000 - Recursos Livres da União	6.562.360		6.562.360
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.318.038	1.318.038
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.217.341	1.217.341
3 - Outras Despesas Correntes	25.661.557		25.661.557
1000 - Recursos Livres da União	25.661.557		25.661.557
4 - Investimentos	370.000		370.000
1000 - Recursos Livres da União	370.000		370.000
42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	549.288.246	95.899.392	645.187.638
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.936.469	95.899.392	223.835.861
1000 - Recursos Livres da União	127.936.469		127.936.469
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		53.695.281	53.695.281
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		42.204.111	42.204.111
3 - Outras Despesas Correntes	195.941.904		195.941.904
1000 - Recursos Livres da União	194.449.119		194.449.119
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	778.842		778.842
1052 - Recursos Livres da UO	713.943		713.943
4 - Investimentos	225.409.873		225.409.873
1000 - Recursos Livres da União	225.409.873		225.409.873
42205 - Fundação Nacional de Artes	164.717.674	31.819.209	196.536.883
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.319.234	31.819.209	58.138.443
1000 - Recursos Livres da União	26.319.234		26.319.234
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.082.709	22.082.709
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.736.500	9.736.500
3 - Outras Despesas Correntes	134.498.440		134.498.440
1000 - Recursos Livres da União	134.465.488		134.465.488
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	32.952		32.952
4 - Investimentos	3.900.000		3.900.000
1000 - Recursos Livres da União	3.900.000		3.900.000
42206 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE	156.283.312	2.643.227	158.926.539
1 - Pessoal e Encargos Sociais	105.792.653	2.643.227	108.435.880
1000 - Recursos Livres da União	105.792.653		105.792.653
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.643.227	2.643.227
3 - Outras Despesas Correntes	43.499.650		43.499.650
1000 - Recursos Livres da União	42.587.674		42.587.674
1052 - Recursos Livres da UO	911.976		911.976
4 - Investimentos	4.991.009		4.991.009

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	4.991.009		4.991.009
5 - Inversões Financeiras	2.000.000		2.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	2.000.000		2.000.000
42207 - Instituto Brasileiro de Museus	152.223.495	30.187.214	182.410.709
1 - Pessoal e Encargos Sociais	47.747.656	30.187.214	77.934.870
1000 - Recursos Livres da União	47.747.656		47.747.656
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.480.105	12.480.105
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		17.707.109	17.707.109
3 - Outras Despesas Correntes	98.322.831		98.322.831
1000 - Recursos Livres da União	96.429.358		96.429.358
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.893.473		1.893.473
4 - Investimentos	6.153.008		6.153.008
1000 - Recursos Livres da União	6.153.008		6.153.008
42902 - Fundo Nacional de Cultura	2.155.909.089		2.155.909.089
3 - Outras Despesas Correntes	138.878.612		138.878.612
1000 - Recursos Livres da União	101.388.998		101.388.998
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	37.489.614		37.489.614
4 - Investimentos	24.074.231		24.074.231
1000 - Recursos Livres da União	23.901.355		23.901.355
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	172.876		172.876
5 - Inversões Financeiras	645.000.000		645.000.000
1000 - Recursos Livres da União	350.479.737		350.479.737
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	294.520.263		294.520.263
9 - Reserva de Contingência	1.347.956.246		1.347.956.246
1000 - Recursos Livres da União	292.402.041		292.402.041
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	331.824.851		331.824.851
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	219.874.404		219.874.404
1052 - Recursos Livres da UO	259.750		259.750
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	478.597.085		478.597.085
1135 - Recursos do FISTEL destinados ao FSA	24.998.115		24.998.115
44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	3.399.857.315	830.202.619	4.230.059.934
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.134.182.294	830.027.836	1.964.210.130
1000 - Recursos Livres da União	1.134.182.294		1.134.182.294
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		488.811.813	488.811.813
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		341.216.023	341.216.023
3 - Outras Despesas Correntes	1.670.390.991	174.783	1.670.565.774
1000 - Recursos Livres da União	930.540.947	174.783	930.715.730
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	119.220.571		119.220.571
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	234.063.718		234.063.718
1052 - Recursos Livres da UO	101.119.759		101.119.759
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	11.873.006		11.873.006
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	2.400.000		2.400.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	7.845.000		7.845.000
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	258.615.990		258.615.990

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	2.812.000		2.812.000
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	1.500.000		1.500.000
1095 - Doações Estrangeiras	400.000		400.000
4 - Investimentos	113.846.288		113.846.288
1000 - Recursos Livres da União	87.382.128		87.382.128
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	2.500.000		2.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	8.875.000		8.875.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	6.155.000		6.155.000
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	4.946.160		4.946.160
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	1.188.000		1.188.000
1095 - Doações Estrangeiras	800.000		800.000
9 - Reserva de Contingência	481.437.742		481.437.742
1000 - Recursos Livres da União	67.998.771		67.998.771
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.605.349		6.605.349
1052 - Recursos Livres da UO	60.162.140		60.162.140
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	3.536.503		3.536.503
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	96.013.992		96.013.992
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	95.626.165		95.626.165
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Ca	143.004.568		143.004.568
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	8.490.254		8.490.254
44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima -	714.234.913	18.432.177	732.667.090
1 - Pessoal e Encargos Sociais	148.097.426	18.432.177	166.529.603
1000 - Recursos Livres da União	148.097.426		148.097.426
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		18.432.177	18.432.177
3 - Outras Despesas Correntes	332.418.119		332.418.119
1000 - Recursos Livres da União	332.418.119		332.418.119
4 - Investimentos	29.427.127		29.427.127
1000 - Recursos Livres da União	29.427.127		29.427.127
9 - Reserva de Contingência	204.292.241		204.292.241
1000 - Recursos Livres da União	61.287.673		61.287.673
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Ca	143.004.568		143.004.568
44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB	75.057.166	1.003.990	76.061.156
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.867.370	1.003.990	28.871.360
1000 - Recursos Livres da União	27.867.370		27.867.370
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.003.990	1.003.990
3 - Outras Despesas Correntes	34.348.733		34.348.733
1000 - Recursos Livres da União	20.579.658		20.579.658
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.758		20.758
1052 - Recursos Livres da UO	11.348.317		11.348.317
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	2.400.000		2.400.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	6.875.000		6.875.000
1052 - Recursos Livres da UO	6.875.000		6.875.000
9 - Reserva de Contingência	5.966.063		5.966.063
1000 - Recursos Livres da União	2.429.560		2.429.560
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	3.536.503		3.536.503
44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos	1.479.960.398	666.341.624	2.146.302.022
1 - Pessoal e Encargos Sociais	574.001.776	666.166.841	1.240.168.617
1000 - Recursos Livres da União	574.001.776		574.001.776
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		477.812.112	477.812.112
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		188.354.729	188.354.729
3 - Outras Despesas Correntes	718.193.564	174.783	718.368.347
1000 - Recursos Livres da União	211.683.725	174.783	211.858.508
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	161.485.072		161.485.072
1052 - Recursos Livres da UO	84.908.777		84.908.777
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	258.615.990		258.615.990
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	1.500.000		1.500.000
4 - Investimentos	12.603.160		12.603.160
1000 - Recursos Livres da União	3.657.000		3.657.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	2.000.000		2.000.000
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	4.946.160		4.946.160
9 - Reserva de Contingência	175.161.898		175.161.898
1000 - Recursos Livres da União	4.281.538		4.281.538
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.601.801		6.601.801
1052 - Recursos Livres da UO	60.162.140		60.162.140
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	95.626.165		95.626.165
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	8.490.254		8.490.254
44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de	71.541.872	21.551.646	93.093.518
1 - Pessoal e Encargos Sociais	29.394.291	21.551.646	50.945.937
1000 - Recursos Livres da União	29.394.291		29.394.291
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.275.370	9.275.370
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		12.276.276	12.276.276
3 - Outras Despesas Correntes	40.016.950		40.016.950
1000 - Recursos Livres da União	23.385.349		23.385.349
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.631.601		16.631.601
4 - Investimentos	2.130.631		2.130.631
1000 - Recursos Livres da União	2.130.631		2.130.631
44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da	943.920.028	122.873.182	1.066.793.210
1 - Pessoal e Encargos Sociais	354.821.431	122.873.182	477.694.613
1000 - Recursos Livres da União	354.821.431		354.821.431
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.724.331	1.724.331
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		121.148.851	121.148.851
3 - Outras Despesas Correntes	533.631.227		533.631.227
1000 - Recursos Livres da União	341.348.698		341.348.698
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	119.220.571		119.220.571

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	55.926.287		55.926.287
1052 - Recursos Livres da UO	4.862.665		4.862.665
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	11.873.006		11.873.006
1095 - Doações Estrangeiras	400.000		400.000
4 - Investimentos	55.467.370		55.467.370
1000 - Recursos Livres da União	52.167.370		52.167.370
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	2.500.000		2.500.000
1095 - Doações Estrangeiras	800.000		800.000
44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	110.642.938		110.642.938
3 - Outras Despesas Correntes	8.470.398		8.470.398
1000 - Recursos Livres da União	625.398		625.398
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	7.845.000		7.845.000
4 - Investimentos	6.155.000		6.155.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	6.155.000		6.155.000
9 - Reserva de Contingência	96.017.540		96.017.540
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.548		3.548
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	96.013.992		96.013.992
44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	4.500.000		4.500.000
3 - Outras Despesas Correntes	3.312.000		3.312.000
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	2.812.000		2.812.000
4 - Investimentos	1.188.000		1.188.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	1.188.000		1.188.000
46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	3.021.165.660	1.551.471.097	4.572.636.757
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.519.142.237	1.349.883.621	2.869.025.858
1000 - Recursos Livres da União	1.519.142.237	622.406.395	2.141.548.632
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		643.879.699	643.879.699
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		83.597.527	83.597.527
3 - Outras Despesas Correntes	1.311.403.505	201.587.476	1.512.990.981
1000 - Recursos Livres da União	1.261.489.237	201.543.816	1.463.033.053
1017 - Montepio Civil		43.660	43.660
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	49.756.271		49.756.271
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	157.997		157.997
4 - Investimentos	85.689.523		85.689.523
1000 - Recursos Livres da União	79.892.523		79.892.523
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União -	5.797.000		5.797.000
9 - Reserva de Contingência	104.930.395		104.930.395
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União -	11.822.994		11.822.994
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	93.107.401		93.107.401
46101 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços	2.898.371.129	1.539.709.228	4.438.080.357
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.465.360.841	1.338.121.752	2.803.482.593

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	1.465.360.841	622.406.395	2.087.767.236
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		638.472.635	638.472.635
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		77.242.722	77.242.722
3 - Outras Despesas Correntes	1.246.906.045	201.587.476	1.448.493.521
1000 - Recursos Livres da União	1.197.010.742	201.543.816	1.398.554.558
1017 - Montepio Civil		43.660	43.660
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	49.756.271		49.756.271
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	139.032		139.032
4 - Investimentos	81.173.848		81.173.848
1000 - Recursos Livres da União	75.376.848		75.376.848
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União -	5.797.000		5.797.000
9 - Reserva de Contingência	104.930.395		104.930.395
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União -	11.822.994		11.822.994
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	93.107.401		93.107.401
46201 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública	82.248.877	11.661.869	93.910.746
1 - Pessoal e Encargos Sociais	41.394.860	11.661.869	53.056.729
1000 - Recursos Livres da União	41.394.860		41.394.860
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.307.064	5.307.064
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.354.805	6.354.805
3 - Outras Despesas Correntes	39.428.014		39.428.014
1000 - Recursos Livres da União	39.409.049		39.409.049
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.965		18.965
4 - Investimentos	1.426.003		1.426.003
1000 - Recursos Livres da União	1.426.003		1.426.003
46203 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	40.545.654	100.000	40.645.654
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.386.536	100.000	12.486.536
1000 - Recursos Livres da União	12.386.536		12.386.536
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
3 - Outras Despesas Correntes	25.069.446		25.069.446
1000 - Recursos Livres da União	25.069.446		25.069.446
4 - Investimentos	3.089.672		3.089.672
1000 - Recursos Livres da União	3.089.672		3.089.672
47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	2.111.120.901	1.576.698.057	3.687.818.958
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.548.742.428	1.576.550.244	3.125.292.672
1000 - Recursos Livres da União	1.548.742.428		1.548.742.428
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.230.487.317	1.230.487.317
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		346.062.927	346.062.927
3 - Outras Despesas Correntes	511.177.079	147.813	511.324.892
1000 - Recursos Livres da União	509.121.047	147.813	509.268.860
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.056.032		2.056.032
4 - Investimentos	51.201.394		51.201.394
1000 - Recursos Livres da União	50.939.689		50.939.689
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	261.705		261.705

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
47101 - Ministério do Planejamento e Orçamento -	358.398.129	16.024	358.414.153
1 - Pessoal e Encargos Sociais	273.237.956	16.024	273.253.980
1000 - Recursos Livres da União	273.237.956		273.237.956
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.024	16.024
3 - Outras Despesas Correntes	77.269.626		77.269.626
1000 - Recursos Livres da União	77.269.626		77.269.626
4 - Investimentos	7.890.547		7.890.547
1000 - Recursos Livres da União	7.890.547		7.890.547
47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	187.577.460	233.539.257	421.116.717
1 - Pessoal e Encargos Sociais	126.355.285	233.539.257	359.894.542
1000 - Recursos Livres da União	126.355.285		126.355.285
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		187.144.107	187.144.107
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		46.395.150	46.395.150
3 - Outras Despesas Correntes	56.160.802		56.160.802
1000 - Recursos Livres da União	56.160.802		56.160.802
4 - Investimentos	5.061.373		5.061.373
1000 - Recursos Livres da União	5.061.373		5.061.373
47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1.565.145.312	1.343.142.776	2.908.288.088
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.149.149.187	1.342.994.963	2.492.144.150
1000 - Recursos Livres da União	1.149.149.187		1.149.149.187
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.043.343.210	1.043.343.210
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		299.651.753	299.651.753
3 - Outras Despesas Correntes	377.746.651	147.813	377.894.464
1000 - Recursos Livres da União	375.690.619	147.813	375.838.432
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.056.032		2.056.032
4 - Investimentos	38.249.474		38.249.474
1000 - Recursos Livres da União	37.987.769		37.987.769
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	261.705		261.705
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura	5.482.578.274	757.472.287	6.240.050.561
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.587.798.762	756.909.411	2.344.708.173
1000 - Recursos Livres da União	1.105.697.268		1.105.697.268
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
1052 - Recursos Livres da UO	482.101.494	606.362.093	1.088.463.587
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		150.447.318	150.447.318
3 - Outras Despesas Correntes	2.221.435.810	562.876	2.221.998.686
1000 - Recursos Livres da União	1.563.808.281	68.930	1.563.877.211
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	74.891.097		74.891.097
1052 - Recursos Livres da UO	378.826.197	493.946	379.320.143
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	105.604.262		105.604.262
1062 - Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	84.367.060		84.367.060
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	13.938.913		13.938.913
4 - Investimentos	198.239.383		198.239.383
1000 - Recursos Livres da União	172.858.029		172.858.029
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	11.684.488		11.684.488

Quadro 5 **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1052 - Recursos Livres da UO	13.196.866		13.196.866
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	500.000		500.000
5 - Inversões Financeiras	446.663.191		446.663.191
1000 - Recursos Livres da União	199.878.854		199.878.854
1052 - Recursos Livres da UO	231.258.888		231.258.888
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	15.525.449		15.525.449
9 - Reserva de Contingência	1.028.441.128		1.028.441.128
1000 - Recursos Livres da União	645.046.983		645.046.983
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fi	290.785.468		290.785.468
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	779.617		779.617
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	91.829.060		91.829.060
49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura	1.593.597.063	100.000	1.593.697.063
1 - Pessoal e Encargos Sociais	42.650.856	100.000	42.750.856
1000 - Recursos Livres da União	42.650.856		42.650.856
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.006.713.153		1.006.713.153
1000 - Recursos Livres da União	992.774.240		992.774.240
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	13.938.913		13.938.913
4 - Investimentos	128.982.361		128.982.361
1000 - Recursos Livres da União	128.482.361		128.482.361
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	500.000		500.000
5 - Inversões Financeiras	2.200.000		2.200.000
1000 - Recursos Livres da União	2.200.000		2.200.000
9 - Reserva de Contingência	413.050.693		413.050.693
1000 - Recursos Livres da União	122.265.225		122.265.225
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fi	290.785.468		290.785.468
49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -	1.970.650.029	757.303.357	2.727.953.386
1 - Pessoal e Encargos Sociais	482.101.494	756.809.411	1.238.910.905
1052 - Recursos Livres da UO	482.101.494	606.362.093	1.088.463.587
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		150.447.318	150.447.318
3 - Outras Despesas Correntes	393.736.219	493.946	394.230.165
1000 - Recursos Livres da União	14.910.022		14.910.022
1052 - Recursos Livres da UO	378.826.197	493.946	379.320.143
4 - Investimentos	34.958.690		34.958.690
1000 - Recursos Livres da União	18.876.000		18.876.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.885.824		2.885.824
1052 - Recursos Livres da UO	13.196.866		13.196.866
5 - Inversões Financeiras	444.463.191		444.463.191
1000 - Recursos Livres da União	197.678.854		197.678.854
1052 - Recursos Livres da UO	231.258.888		231.258.888
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	15.525.449		15.525.449
9 - Reserva de Contingência	615.390.435		615.390.435
1000 - Recursos Livres da União	522.781.758		522.781.758

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	779.617		779.617
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	91.829.060		91.829.060
49202 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.918.331.182	68.930	1.918.400.112
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.063.046.412		1.063.046.412
1000 - Recursos Livres da União	1.063.046.412		1.063.046.412
3 - Outras Despesas Correntes	820.986.438	68.930	821.055.368
1000 - Recursos Livres da União	556.124.019	68.930	556.192.949
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	74.891.097		74.891.097
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	105.604.262		105.604.262
1062 - Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	84.367.060		84.367.060
4 - Investimentos	34.298.332		34.298.332
1000 - Recursos Livres da União	25.499.668		25.499.668
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	8.798.664		8.798.664
51000 - Ministério do Esporte	3.191.461.421	7.210.446	3.198.671.867
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.302.247	7.210.446	34.512.693
1000 - Recursos Livres da União	27.302.247		27.302.247
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.145.863	4.145.863
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.064.583	3.064.583
3 - Outras Despesas Correntes	1.396.868.746		1.396.868.746
1000 - Recursos Livres da União	1.225.822.518		1.225.822.518
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	171.046.228		171.046.228
4 - Investimentos	1.378.325.499		1.378.325.499
1000 - Recursos Livres da União	1.286.325.499		1.286.325.499
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	92.000.000		92.000.000
9 - Reserva de Contingência	388.964.929		388.964.929
1000 - Recursos Livres da União	73.073.105		73.073.105
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	145.387.911		145.387.911
1052 - Recursos Livres da UO	170.503.913		170.503.913
51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta	3.191.461.421	7.210.446	3.198.671.867
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.302.247	7.210.446	34.512.693
1000 - Recursos Livres da União	27.302.247		27.302.247
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.145.863	4.145.863
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.064.583	3.064.583
3 - Outras Despesas Correntes	1.396.868.746		1.396.868.746
1000 - Recursos Livres da União	1.225.822.518		1.225.822.518
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	171.046.228		171.046.228
4 - Investimentos	1.378.325.499		1.378.325.499
1000 - Recursos Livres da União	1.286.325.499		1.286.325.499
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	92.000.000		92.000.000
9 - Reserva de Contingência	388.964.929		388.964.929
1000 - Recursos Livres da União	73.073.105		73.073.105

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	145.387.911		145.387.911
1052 - Recursos Livres da UO	170.503.913		170.503.913
52000 - Ministério da Defesa	98.493.266.222	34.828.490.393	133.321.756.615
1 - Pessoal e Encargos Sociais	70.481.682.639	30.821.489.977	101.303.172.616
1000 - Recursos Livres da União	70.481.682.639	18.191.090.083	88.672.772.722
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.185.424.532	3.185.424.532
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		8.972.885.318	8.972.885.318
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		472.090.044	472.090.044
2 - Juros e Encargos da Dívida	815.332.713		815.332.713
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.569.758		1.569.758
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	813.762.955		813.762.955
3 - Outras Despesas Correntes	14.972.463.462	3.830.319.766	18.802.783.228
1000 - Recursos Livres da União	11.741.767.593	1.193.164.890	12.934.932.483
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		2.621.294.278	2.621.294.278
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	2.910.000		2.910.000
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	15.037.900		15.037.900
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		15.160.598	15.160.598
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.828.417.558	700.000	2.829.117.558
1052 - Recursos Livres da UO	22.549.565		22.549.565
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	227.851.616		227.851.616
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	7.423.265		7.423.265
1081 - Convênios	104.285.000		104.285.000
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internac	650.300		650.300
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	13.890.308		13.890.308
1183 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	7.680.357		7.680.357
4 - Investimentos	8.070.580.680	176.680.650	8.247.261.330
1000 - Recursos Livres da União	3.450.942.862	74.931.275	3.525.874.137
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		93.449.375	93.449.375
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	18.028.274		18.028.274
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		8.300.000	8.300.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.518.414.167		1.518.414.167
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	34.689.298		34.689.298
1052 - Recursos Livres da UO	1.540.453		1.540.453
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	4.021.208		4.021.208
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.478.386.548		1.478.386.548
1081 - Convênios	2.720.000		2.720.000
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	150.000.000		150.000.000
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.411.837.870		1.411.837.870
5 - Inversões Financeiras	8.620.000		8.620.000
1000 - Recursos Livres da União	2.823.048		2.823.048
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.796.952		5.796.952

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
6 - Amortização da Dívida	2.166.300.389		2.166.300.389
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	39.540.884		39.540.884
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	2.126.759.505		2.126.759.505
9 - Reserva de Contingência	1.978.286.339		1.978.286.339
1000 - Recursos Livres da União	593.285.714		593.285.714
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	8.027.327		8.027.327
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	833.351.589		833.351.589
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	50.419		50.419
1052 - Recursos Livres da UO	235.215.875		235.215.875
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internac	17.538.009		17.538.009
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	290.817.406		290.817.406
52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	4.809.946.755	18.912.328	4.828.859.083
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.466.209.890	18.888.653	3.485.098.543
1000 - Recursos Livres da União	3.466.209.890		3.466.209.890
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.029.903	12.029.903
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.858.750	6.858.750
3 - Outras Despesas Correntes	928.504.394	23.675	928.528.069
1000 - Recursos Livres da União	926.654.394	23.675	926.678.069
1081 - Convênios	1.850.000		1.850.000
4 - Investimentos	415.232.471		415.232.471
1000 - Recursos Livres da União	340.043.306		340.043.306
1081 - Convênios	2.720.000		2.720.000
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	72.469.165		72.469.165
52111 - Comando da Aeronáutica	21.614.596.419	6.773.765.071	28.388.361.490
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.994.137.094	6.759.570.252	22.753.707.346
1000 - Recursos Livres da União	15.994.137.094	3.801.350.716	19.795.487.810
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.060.651.671	1.060.651.671
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		1.731.540.071	1.731.540.071
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		166.027.794	166.027.794
2 - Juros e Encargos da Dívida	501.534.326		501.534.326
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	501.534.326		501.534.326
3 - Outras Despesas Correntes	2.004.979.649	1.175.950	2.006.155.599
1000 - Recursos Livres da União	2.003.371.854	1.175.950	2.004.547.804
1052 - Recursos Livres da UO	1.607.795		1.607.795
4 - Investimentos	1.835.140.468	13.018.869	1.848.159.337
1000 - Recursos Livres da União	700.926.268	13.018.869	713.945.137
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.134.214.200		1.134.214.200
5 - Inversões Financeiras	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
6 - Amortização da Dívida	1.278.704.882		1.278.704.882
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.278.704.882		1.278.704.882
52121 - Comando do Exército	38.735.420.608	16.003.373.694	54.738.794.302
1 - Pessoal e Encargos Sociais	32.098.302.131	15.988.763.546	48.087.065.677

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	32.098.302.131	9.728.831.763	41.827.133.894
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.109.689.812	1.109.689.812
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		5.001.743.654	5.001.743.654
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		148.498.317	148.498.317
3 - Outras Despesas Correntes	4.984.453.502	630.148	4.985.083.650
1000 - Recursos Livres da União	4.877.438.145	630.148	4.878.068.293
1081 - Convênios	99.335.000		99.335.000
1183 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	7.680.357		7.680.357
4 - Investimentos	1.652.664.975	13.980.000	1.666.644.975
1000 - Recursos Livres da União	1.652.664.975	13.980.000	1.666.644.975
52131 - Comando da Marinha	24.202.652.367	7.872.769.512	32.075.421.879
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.303.228.938	7.866.910.859	26.170.139.797
1000 - Recursos Livres da União	18.303.228.938	4.526.798.607	22.830.027.545
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		985.397.488	985.397.488
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		2.239.601.593	2.239.601.593
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		115.113.171	115.113.171
2 - Juros e Encargos da Dívida	312.228.629		312.228.629
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	312.228.629		312.228.629
3 - Outras Despesas Correntes	2.345.510.951	2.078.653	2.347.589.604
1000 - Recursos Livres da União	2.338.087.686	2.078.653	2.340.166.339
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	7.423.265		7.423.265
4 - Investimentos	2.267.200.531	3.780.000	2.270.980.531
1000 - Recursos Livres da União	583.659.478	3.780.000	587.439.478
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.478.386.548		1.478.386.548
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	205.154.505		205.154.505
6 - Amortização da Dívida	848.054.623		848.054.623
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	848.054.623		848.054.623
9 - Reserva de Contingência	126.428.695		126.428.695
1000 - Recursos Livres da União	126.428.695		126.428.695
52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os	61.974.091		61.974.091
3 - Outras Despesas Correntes	4.925.884		4.925.884
1000 - Recursos Livres da União	4.925.884		4.925.884
4 - Investimentos	57.048.207		57.048.207
1000 - Recursos Livres da União	57.048.207		57.048.207
52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	6.164.627	169.061	6.333.688
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.576.741	169.061	1.745.802
1000 - Recursos Livres da União	1.576.741		1.576.741
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		169.061	169.061
3 - Outras Despesas Correntes	2.247.868		2.247.868
1000 - Recursos Livres da União	168.868		168.868
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.079.000		2.079.000
4 - Investimentos	121.000		121.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	121.000		121.000
9 - Reserva de Contingência	2.219.018		2.219.018

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.169.018		2.169.018
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	50.000		50.000
52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	345.675.322	2.516.178	348.191.500
1 - Pessoal e Encargos Sociais	180.989.233		180.989.233
1000 - Recursos Livres da União	180.989.233		180.989.233
3 - Outras Despesas Correntes	100.862.759	2.516.178	103.378.937
1000 - Recursos Livres da União	67.318.666	2.516.178	69.834.844
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	33.544.093		33.544.093
4 - Investimentos	63.823.330		63.823.330
1000 - Recursos Livres da União	21.866.148		21.866.148
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	41.708.000		41.708.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	249.182		249.182
52222 - Fundação Osório	21.274.227	11.049.723	32.323.950
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.079.759	11.049.723	25.129.482
1000 - Recursos Livres da União	14.079.759		14.079.759
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.008.444	7.008.444
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.041.279	4.041.279
3 - Outras Despesas Correntes	6.934.468		6.934.468
1000 - Recursos Livres da União	6.700.591		6.700.591
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	233.877		233.877
4 - Investimentos	260.000		260.000
1000 - Recursos Livres da União	260.000		260.000
52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da	51.463.322	2.316.147	53.779.469
1 - Pessoal e Encargos Sociais	190.881	2.316.147	2.507.028
1000 - Recursos Livres da União	190.881		190.881
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.264.896	2.264.896
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		51.251	51.251
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.569.758		1.569.758
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.569.758		1.569.758
3 - Outras Despesas Correntes	1.206.290		1.206.290
1000 - Recursos Livres da União	155.365		155.365
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.050.925		1.050.925
5 - Inversões Financeiras	5.000.000		5.000.000
1000 - Recursos Livres da União	2.723.048		2.723.048
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.276.952		2.276.952
6 - Amortização da Dívida	39.540.884		39.540.884
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	39.540.884		39.540.884
9 - Reserva de Contingência	3.955.509		3.955.509
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.955.509		3.955.509
52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	449.819.308		449.819.308
1 - Pessoal e Encargos Sociais	422.967.972		422.967.972
1000 - Recursos Livres da União	422.967.972		422.967.972
3 - Outras Despesas Correntes	26.660.836		26.660.836
1000 - Recursos Livres da União	24.740.836		24.740.836
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.920.000		1.920.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	190.500		190.500
1000 - Recursos Livres da União	110.500		110.500
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	80.000		80.000
52901 - Fundo do Ministério da Defesa	4.997.823		4.997.823
3 - Outras Despesas Correntes	2.300.000		2.300.000
1000 - Recursos Livres da União	1.499.347		1.499.347
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	800.653		800.653
9 - Reserva de Contingência	2.697.823		2.697.823
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.697.823		2.697.823
52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças		305.131.229	305.131.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais		173.821.736	173.821.736
1000 - Recursos Livres da União		134.108.997	134.108.997
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.213.257	8.213.257
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		31.499.482	31.499.482
3 - Outras Despesas Correntes		117.616.018	117.616.018
1000 - Recursos Livres da União		102.455.420	102.455.420
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		15.160.598	15.160.598
4 - Investimentos		13.693.475	13.693.475
1000 - Recursos Livres da União		5.393.475	5.393.475
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		8.300.000	8.300.000
52903 - Fundo do Serviço Militar	26.391.853		26.391.853
3 - Outras Despesas Correntes	7.026.615		7.026.615
1000 - Recursos Livres da União	3.356.595		3.356.595
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	280.000		280.000
1052 - Recursos Livres da UO	3.390.020		3.390.020
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
1052 - Recursos Livres da UO	1.500.000		1.500.000
9 - Reserva de Contingência	17.865.238		17.865.238
1000 - Recursos Livres da União	455.804		455.804
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	783.544		783.544
1052 - Recursos Livres da UO	16.625.890		16.625.890
52911 - Fundo Aeronáutico	4.853.302.654	388.270.637	5.241.573.291
3 - Outras Despesas Correntes	2.968.491.402	350.270.637	3.318.762.039
1000 - Recursos Livres da União	670.895.629		670.895.629
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		350.270.637	350.270.637
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.297.595.773		2.297.595.773
4 - Investimentos	1.249.317.520	38.000.000	1.287.317.520
1000 - Recursos Livres da União	18.523.959		18.523.959
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		38.000.000	38.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.220.548.738		1.220.548.738
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.244.823		10.244.823
5 - Inversões Financeiras	3.520.000		3.520.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.520.000		3.520.000
9 - Reserva de Contingência	631.973.732		631.973.732
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	631.973.732		631.973.732

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
52921 - Fundo do Exército	735.026.083	2.898.277.283	3.633.303.366
3 - Outras Despesas Correntes	222.414.328	2.804.645.068	3.027.059.396
1000 - Recursos Livres da União	22.859.183	1.084.284.866	1.107.144.049
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		1.719.660.202	1.719.660.202
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	15.037.900		15.037.900
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	184.517.245	700.000	185.217.245
4 - Investimentos	156.910.496	93.632.215	250.542.711
1000 - Recursos Livres da União	10.824.643	38.758.931	49.583.574
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		54.873.284	54.873.284
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	18.028.274		18.028.274
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	110.891.433		110.891.433
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	17.166.146		17.166.146
9 - Reserva de Contingência	355.701.259		355.701.259
1000 - Recursos Livres da União	163.929.296		163.929.296
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	191.771.963		191.771.963
52931 - Fundo Naval	2.164.883.995	551.939.530	2.716.823.525
3 - Outras Despesas Correntes	1.290.941.289	551.363.439	1.842.304.728
1000 - Recursos Livres da União	772.115.550		772.115.550
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		551.363.439	551.363.439
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	2.910.000		2.910.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	270.303.100		270.303.100
1052 - Recursos Livres da UO	120.415		120.415
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	227.851.616		227.851.616
1081 - Convênios	3.100.000		3.100.000
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internac	650.300		650.300
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	13.890.308		13.890.308
4 - Investimentos	354.889.821	576.091	355.465.912
1000 - Recursos Livres da União	62.835.378		62.835.378
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		576.091	576.091
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	131.004.088		131.004.088
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	7.029.147		7.029.147
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	4.021.208		4.021.208
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	150.000.000		150.000.000
9 - Reserva de Contingência	519.052.885		519.052.885
1000 - Recursos Livres da União	202.669.724		202.669.724
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	8.027.327		8.027.327
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	419		419
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internac	17.538.009		17.538.009
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	290.817.406		290.817.406
52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional	409.676.768		409.676.768
3 - Outras Despesas Correntes	75.003.227		75.003.227
1000 - Recursos Livres da União	21.479.000		21.479.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	36.092.892		36.092.892

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1052 - Recursos Livres da UO	17.431.335		17.431.335
4 - Investimentos	16.281.361		16.281.361
1000 - Recursos Livres da União	2.180.000		2.180.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.060.908		14.060.908
1052 - Recursos Livres da UO	40.453		40.453
9 - Reserva de Contingência	318.392.180		318.392.180
1000 - Recursos Livres da União	99.802.195		99.802.195
1052 - Recursos Livres da UO	218.589.985		218.589.985
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	9.504.641.511	627.503.694	10.132.145.205
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.068.846.105	627.477.691	1.696.323.796
1000 - Recursos Livres da União	1.068.846.105		1.068.846.105
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		553.491.528	553.491.528
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		73.986.163	73.986.163
3 - Outras Despesas Correntes	1.571.480.006	26.003	1.571.506.009
1000 - Recursos Livres da União	1.230.040.646	26.003	1.230.066.649
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio	109.592.862		109.592.862
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	63.892.654		63.892.654
1052 - Recursos Livres da UO	7.603.717		7.603.717
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	1.164.370		1.164.370
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	159.185.757		159.185.757
4 - Investimentos	6.687.391.551		6.687.391.551
1000 - Recursos Livres da União	6.633.659.341		6.633.659.341
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.708.163		12.708.163
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	17.449.767		17.449.767
1052 - Recursos Livres da UO	850.000		850.000
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	100.000		100.000
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	22.624.280		22.624.280
9 - Reserva de Contingência	176.923.849		176.923.849
1000 - Recursos Livres da União	101.988.538		101.988.538
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	74.935.311		74.935.311
53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento	6.023.599.572	9.488.132	6.033.087.704
1 - Pessoal e Encargos Sociais	99.002.207	9.488.132	108.490.339
1000 - Recursos Livres da União	99.002.207		99.002.207
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.488.132	9.488.132
3 - Outras Despesas Correntes	867.924.342		867.924.342
1000 - Recursos Livres da União	848.186.948		848.186.948
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.573.024		18.573.024
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	1.164.370		1.164.370
4 - Investimentos	4.949.080.705		4.949.080.705
1000 - Recursos Livres da União	4.948.980.705		4.948.980.705
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	100.000		100.000
9 - Reserva de Contingência	107.592.318		107.592.318

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	32.657.007		32.657.007
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	74.935.311		74.935.311
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São	2.103.896.474		2.103.896.474
1 - Pessoal e Encargos Sociais	711.758.861		711.758.861
1000 - Recursos Livres da União	711.758.861		711.758.861
3 - Outras Despesas Correntes	274.195.853		274.195.853
1000 - Recursos Livres da União	250.597.116		250.597.116
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.598.737		23.598.737
4 - Investimentos	1.117.941.760		1.117.941.760
1000 - Recursos Livres da União	1.085.691.113		1.085.691.113
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.668.163		6.668.163
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	13.082.484		13.082.484
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	12.500.000		12.500.000
53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	58.951.168	11.035.340	69.986.508
1 - Pessoal e Encargos Sociais	25.438.624	11.035.340	36.473.964
1000 - Recursos Livres da União	25.438.624		25.438.624
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.533.069	1.533.069
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.502.271	9.502.271
3 - Outras Despesas Correntes	21.512.544		21.512.544
1000 - Recursos Livres da União	17.468.338		17.468.338
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.044.206		4.044.206
4 - Investimentos	12.000.000		12.000.000
1000 - Recursos Livres da União	6.000.000		6.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.000.000		6.000.000
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	67.182.267	8.825.056	76.007.323
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.872.644	8.825.056	39.697.700
1000 - Recursos Livres da União	30.872.644		30.872.644
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.825.056	8.825.056
3 - Outras Despesas Correntes	31.972.631		31.972.631
1000 - Recursos Livres da União	10.982.895		10.982.895
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.120.689		14.120.689
1052 - Recursos Livres da UO	6.869.047		6.869.047
4 - Investimentos	4.336.992		4.336.992
1000 - Recursos Livres da União	3.446.992		3.446.992
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	40.000		40.000
1052 - Recursos Livres da UO	850.000		850.000
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas -	646.375.833	590.914.283	1.237.290.116
1 - Pessoal e Encargos Sociais	74.171.326	590.888.280	665.059.606
1000 - Recursos Livres da União	74.171.326		74.171.326
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		551.958.459	551.958.459
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		38.929.821	38.929.821
3 - Outras Despesas Correntes	47.923.768	26.003	47.949.771
1000 - Recursos Livres da União	45.217.706	26.003	45.243.709
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.706.062		2.706.062
4 - Investimentos	524.280.739		524.280.739

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	519.913.456		519.913.456
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.367.283		4.367.283
53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	108.666.387	48.135	108.714.522
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.194.504	48.135	12.242.639
1000 - Recursos Livres da União	12.194.504		12.194.504
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		48.135	48.135
3 - Outras Despesas Correntes	28.664.808		28.664.808
1000 - Recursos Livres da União	27.355.526		27.355.526
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	849.936		849.936
1052 - Recursos Livres da UO	459.346		459.346
4 - Investimentos	67.807.075		67.807.075
1000 - Recursos Livres da União	67.807.075		67.807.075
53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	495.969.810	7.192.748	503.162.558
1 - Pessoal e Encargos Sociais	115.407.939	7.192.748	122.600.687
1000 - Recursos Livres da União	115.407.939		115.407.939
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.192.748	7.192.748
3 - Outras Despesas Correntes	299.286.060		299.286.060
1000 - Recursos Livres da União	30.232.117		30.232.117
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio	109.592.862		109.592.862
1052 - Recursos Livres da UO	275.324		275.324
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	159.185.757		159.185.757
4 - Investimentos	11.944.280		11.944.280
1000 - Recursos Livres da União	1.820.000		1.820.000
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	10.124.280		10.124.280
9 - Reserva de Contingência	69.331.531		69.331.531
1000 - Recursos Livres da União	69.331.531		69.331.531
54000 - Ministério do Turismo	3.151.795.588	22.849.642	3.174.645.230
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.317.662	22.849.642	66.167.304
1000 - Recursos Livres da União	43.317.662		43.317.662
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.520.223	13.520.223
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.329.419	9.329.419
3 - Outras Despesas Correntes	1.157.255.306		1.157.255.306
1000 - Recursos Livres da União	930.537.934		930.537.934
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	76.808		76.808
1052 - Recursos Livres da UO	149.405.950		149.405.950
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	77.234.614		77.234.614
4 - Investimentos	1.324.646.447		1.324.646.447
1000 - Recursos Livres da União	1.243.915.164		1.243.915.164
1052 - Recursos Livres da UO	5.812.000		5.812.000
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	74.919.283		74.919.283
9 - Reserva de Contingência	626.576.173		626.576.173
1000 - Recursos Livres da União	228.571.700		228.571.700
1052 - Recursos Livres da UO	16.824.405		16.824.405
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	381.180.068		381.180.068

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta	3.151.795.588	22.849.642	3.174.645.230
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.317.662	22.849.642	66.167.304
1000 - Recursos Livres da União	43.317.662		43.317.662
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.520.223	13.520.223
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.329.419	9.329.419
3 - Outras Despesas Correntes	1.157.255.306		1.157.255.306
1000 - Recursos Livres da União	930.537.934		930.537.934
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	76.808		76.808
1052 - Recursos Livres da UO	149.405.950		149.405.950
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	77.234.614		77.234.614
4 - Investimentos	1.324.646.447		1.324.646.447
1000 - Recursos Livres da União	1.243.915.164		1.243.915.164
1052 - Recursos Livres da UO	5.812.000		5.812.000
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	74.919.283		74.919.283
9 - Reserva de Contingência	626.576.173		626.576.173
1000 - Recursos Livres da União	228.571.700		228.571.700
1052 - Recursos Livres da UO	16.824.405		16.824.405
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	381.180.068		381.180.068
55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,	0	288.367.036.604	288.367.036.604
1 - Pessoal e Encargos Sociais		126.562.421	126.562.421
1000 - Recursos Livres da União		13.000	13.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		123.885.806	123.885.806
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.663.615	2.663.615
3 - Outras Despesas Correntes		287.788.024.490	287.788.024.490
1000 - Recursos Livres da União		9.645.257.812	9.645.257.812
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		26.200.687.084	26.200.687.084
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		209.072.889.719	209.072.889.719
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		155.619	155.619
1094 - Combate à Fome		13.250	13.250
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament		42.869.021.006	42.869.021.006
4 - Investimentos		452.449.693	452.449.693
1000 - Recursos Livres da União		135.290.165	135.290.165
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		317.159.528	317.159.528
55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,		166.190.780.801	166.190.780.801
1 - Pessoal e Encargos Sociais		126.562.421	126.562.421
1000 - Recursos Livres da União		13.000	13.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		123.885.806	123.885.806
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.663.615	2.663.615
3 - Outras Despesas Correntes		165.774.846.326	165.774.846.326
1000 - Recursos Livres da União		1.273.535.652	1.273.535.652
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		24.181.109.729	24.181.109.729
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		99.620.032.076	99.620.032.076
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		155.619	155.619

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1094 - Combate à Fome		13.250	13.250
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento		40.700.000.000	40.700.000.000
4 - Investimentos		289.372.054	289.372.054
1000 - Recursos Livres da União		20.373.072	20.373.072
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		268.998.982	268.998.982
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social		122.176.255.803	122.176.255.803
3 - Outras Despesas Correntes		122.013.178.164	122.013.178.164
1000 - Recursos Livres da União		8.371.722.160	8.371.722.160
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.019.577.355	2.019.577.355
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		109.452.857.643	109.452.857.643
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento		2.169.021.006	2.169.021.006
4 - Investimentos		163.077.639	163.077.639
1000 - Recursos Livres da União		114.917.093	114.917.093
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		48.160.546	48.160.546
56000 - Ministério das Cidades	18.859.125.129	33.630.560	18.892.755.689
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.285.724.882	9.222.528	1.294.947.410
1000 - Recursos Livres da União	1.285.724.882		1.285.724.882
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.222.528	9.222.528
3 - Outras Despesas Correntes	2.584.782.317	24.408.032	2.609.190.349
1000 - Recursos Livres da União	2.393.851.095	24.408.032	2.418.259.127
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	190.705.087		190.705.087
1081 - Convênios	226.135		226.135
4 - Investimentos	5.743.123.508		5.743.123.508
1000 - Recursos Livres da União	5.719.761.232		5.719.761.232
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.710.186		20.710.186
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	271.666		271.666
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	2.380.424		2.380.424
5 - Inversões Financeiras	9.245.494.422		9.245.494.422
1000 - Recursos Livres da União	9.245.494.422		9.245.494.422
56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	16.426.415.186	10.296.015	16.436.711.201
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.602.479	9.222.528	76.825.007
1000 - Recursos Livres da União	67.602.479		67.602.479
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.222.528	9.222.528
3 - Outras Despesas Correntes	2.175.221.158	1.073.487	2.176.294.645
1000 - Recursos Livres da União	2.175.221.158	1.073.487	2.176.294.645
4 - Investimentos	4.938.097.127		4.938.097.127
1000 - Recursos Livres da União	4.938.097.127		4.938.097.127
5 - Inversões Financeiras	9.245.494.422		9.245.494.422
1000 - Recursos Livres da União	9.245.494.422		9.245.494.422
56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. -	361.307.938	115.125	361.423.063
1 - Pessoal e Encargos Sociais	194.711.842		194.711.842
1000 - Recursos Livres da União	194.711.842		194.711.842
3 - Outras Despesas Correntes	139.252.456	115.125	139.367.581
1000 - Recursos Livres da União	32.304.485	115.125	32.419.610

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	106.947.971		106.947.971
4 - Investimentos	27.343.640		27.343.640
1000 - Recursos Livres da União	6.633.454		6.633.454
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.710.186		20.710.186
56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	1.315.990.770	23.219.420	1.339.210.190
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.023.410.561		1.023.410.561
1000 - Recursos Livres da União	1.023.410.561		1.023.410.561
3 - Outras Despesas Correntes	263.663.794	23.219.420	286.883.214
1000 - Recursos Livres da União	182.384.582	23.219.420	205.604.002
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	81.053.077		81.053.077
1081 - Convênios	226.135		226.135
4 - Investimentos	28.916.415		28.916.415
1000 - Recursos Livres da União	28.644.749		28.644.749
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	271.666		271.666
56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social -	755.411.235		755.411.235
3 - Outras Despesas Correntes	6.644.909		6.644.909
1000 - Recursos Livres da União	3.940.870		3.940.870
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.704.039		2.704.039
4 - Investimentos	748.766.326		748.766.326
1000 - Recursos Livres da União	746.385.902		746.385.902
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	2.380.424		2.380.424
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	273.171.098	100.000	273.271.098
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.834.942	100.000	27.934.942
1000 - Recursos Livres da União	27.834.942		27.834.942
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
3 - Outras Despesas Correntes	217.875.794		217.875.794
1000 - Recursos Livres da União	204.402.361		204.402.361
1052 - Recursos Livres da UO	13.473.433		13.473.433
4 - Investimentos	27.460.362		27.460.362
1000 - Recursos Livres da União	27.460.362		27.460.362
58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração	273.171.098	100.000	273.271.098
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.834.942	100.000	27.934.942
1000 - Recursos Livres da União	27.834.942		27.834.942
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
3 - Outras Despesas Correntes	217.875.794		217.875.794
1000 - Recursos Livres da União	204.402.361		204.402.361
1052 - Recursos Livres da UO	13.473.433		13.473.433
4 - Investimentos	27.460.362		27.460.362
1000 - Recursos Livres da União	27.460.362		27.460.362
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	16.279.553	13.051	16.292.604
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.722.851	13.051	10.735.902
1000 - Recursos Livres da União	10.722.851		10.722.851
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.051	13.051
3 - Outras Despesas Correntes	5.271.702		5.271.702
1000 - Recursos Livres da União	5.271.702		5.271.702
4 - Investimentos	285.000		285.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	285.000		285.000
60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República	16.279.553	13.051	16.292.604
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.722.851	13.051	10.735.902
1000 - Recursos Livres da União	10.722.851		10.722.851
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.051	13.051
3 - Outras Despesas Correntes	5.271.702		5.271.702
1000 - Recursos Livres da União	5.271.702		5.271.702
4 - Investimentos	285.000		285.000
1000 - Recursos Livres da União	285.000		285.000
63000 - Advocacia-Geral da União	3.647.962.028	994.894.797	4.642.856.825
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.912.443.440	994.894.797	3.907.338.237
1000 - Recursos Livres da União	2.912.443.440		2.912.443.440
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		359.155.689	359.155.689
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		635.739.108	635.739.108
3 - Outras Despesas Correntes	695.120.229		695.120.229
1000 - Recursos Livres da União	695.120.229		695.120.229
4 - Investimentos	40.398.359		40.398.359
1000 - Recursos Livres da União	40.398.359		40.398.359
63101 - Advocacia-Geral da União	3.647.962.028	994.894.797	4.642.856.825
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.912.443.440	994.894.797	3.907.338.237
1000 - Recursos Livres da União	2.912.443.440		2.912.443.440
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		359.155.689	359.155.689
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		635.739.108	635.739.108
3 - Outras Despesas Correntes	695.120.229		695.120.229
1000 - Recursos Livres da União	695.120.229		695.120.229
4 - Investimentos	40.398.359		40.398.359
1000 - Recursos Livres da União	40.398.359		40.398.359
65000 - Ministério das Mulheres	370.482.340	56.553	370.538.893
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.912.362	56.553	20.968.915
1000 - Recursos Livres da União	20.912.362		20.912.362
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		56.553	56.553
3 - Outras Despesas Correntes	267.351.808		267.351.808
1000 - Recursos Livres da União	267.351.808		267.351.808
4 - Investimentos	82.218.170		82.218.170
1000 - Recursos Livres da União	82.218.170		82.218.170
65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta	370.482.340	56.553	370.538.893
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.912.362	56.553	20.968.915
1000 - Recursos Livres da União	20.912.362		20.912.362
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		56.553	56.553
3 - Outras Despesas Correntes	267.351.808		267.351.808
1000 - Recursos Livres da União	267.351.808		267.351.808
4 - Investimentos	82.218.170		82.218.170
1000 - Recursos Livres da União	82.218.170		82.218.170
67000 - Ministério da Igualdade Racial	217.775.890	122.270	217.898.160

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.386.647	122.270	17.508.917
1000 - Recursos Livres da União	17.386.647		17.386.647
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		122.270	122.270
3 - Outras Despesas Correntes	168.745.666		168.745.666
1000 - Recursos Livres da União	168.745.666		168.745.666
4 - Investimentos	31.643.577		31.643.577
1000 - Recursos Livres da União	31.643.577		31.643.577
67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta	217.775.890	122.270	217.898.160
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.386.647	122.270	17.508.917
1000 - Recursos Livres da União	17.386.647		17.386.647
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		122.270	122.270
3 - Outras Despesas Correntes	168.745.666		168.745.666
1000 - Recursos Livres da União	168.745.666		168.745.666
4 - Investimentos	31.643.577		31.643.577
1000 - Recursos Livres da União	31.643.577		31.643.577
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	4.451.812.733	43.849.463	4.495.662.196
1 - Pessoal e Encargos Sociais	549.366.242	43.849.463	593.215.705
1000 - Recursos Livres da União	549.366.242		549.366.242
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		43.749.463	43.749.463
3 - Outras Despesas Correntes	681.640.572		681.640.572
1000 - Recursos Livres da União	395.967.315		395.967.315
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	248.031.013		248.031.013
1052 - Recursos Livres da UO	27.927.844		27.927.844
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	6.203.400		6.203.400
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	3.511.000		3.511.000
4 - Investimentos	936.463.584		936.463.584
1000 - Recursos Livres da União	786.308.831		786.308.831
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	142.764.591		142.764.591
1052 - Recursos Livres da UO	7.390.162		7.390.162
5 - Inversões Financeiras	423.313.151		423.313.151
1000 - Recursos Livres da União	313.567.793		313.567.793
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000		1.000
1052 - Recursos Livres da UO	109.744.358		109.744.358
9 - Reserva de Contingência	1.861.029.184		1.861.029.184
1000 - Recursos Livres da União	684.663.220		684.663.220
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	158.573.017		158.573.017
1052 - Recursos Livres da UO	818.138.974		818.138.974
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	11.963.507		11.963.507
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	187.690.466		187.690.466
68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração	1.440.291.643	100.000	1.440.391.643
1 - Pessoal e Encargos Sociais	34.921.340	100.000	35.021.340
1000 - Recursos Livres da União	34.921.340		34.921.340
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	325.943.679		325.943.679
1000 - Recursos Livres da União	325.943.679		325.943.679
4 - Investimentos	780.958.831		780.958.831
1000 - Recursos Livres da União	780.958.831		780.958.831
5 - Inversões Financeiras	298.467.793		298.467.793
1000 - Recursos Livres da União	298.467.793		298.467.793
68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	235.425.517	11.910.194	247.335.711
1 - Pessoal e Encargos Sociais	111.230.373	11.910.194	123.140.567
1000 - Recursos Livres da União	111.230.373		111.230.373
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.910.194	11.910.194
3 - Outras Despesas Correntes	65.071.994		65.071.994
1000 - Recursos Livres da União	39.721.530		39.721.530
1052 - Recursos Livres da UO	25.350.464		25.350.464
4 - Investimentos	2.390.162		2.390.162
1052 - Recursos Livres da UO	2.390.162		2.390.162
9 - Reserva de Contingência	56.732.988		56.732.988
1052 - Recursos Livres da UO	56.732.988		56.732.988
68213 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	975.815.687	31.839.269	1.007.654.956
1 - Pessoal e Encargos Sociais	403.214.529	31.839.269	435.053.798
1000 - Recursos Livres da União	403.214.529		403.214.529
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		31.839.269	31.839.269
3 - Outras Despesas Correntes	136.973.762		136.973.762
1000 - Recursos Livres da União	30.202.106		30.202.106
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	95.131.876		95.131.876
1052 - Recursos Livres da UO	1.925.380		1.925.380
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	6.203.400		6.203.400
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	3.511.000		3.511.000
4 - Investimentos	7.611.086		7.611.086
1000 - Recursos Livres da União	50.000		50.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.561.086		7.561.086
9 - Reserva de Contingência	428.016.310		428.016.310
1000 - Recursos Livres da União	151.329.254		151.329.254
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	63.703.952		63.703.952
1052 - Recursos Livres da UO	13.329.131		13.329.131
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	11.963.507		11.963.507
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	187.690.466		187.690.466
68901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM	2.000.000		2.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	2.000.000		2.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
68902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	1.798.279.886		1.798.279.886
3 - Outras Despesas Correntes	151.651.137		151.651.137
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	150.899.137		150.899.137
1052 - Recursos Livres da UO	652.000		652.000
4 - Investimentos	145.503.505		145.503.505

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	5.300.000		5.300.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	135.203.505		135.203.505
1052 - Recursos Livres da UO	5.000.000		5.000.000
5 - Inversões Financeiras	124.845.358		124.845.358
1000 - Recursos Livres da União	15.100.000		15.100.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000		1.000
1052 - Recursos Livres da UO	109.744.358		109.744.358
9 - Reserva de Contingência	1.376.279.886		1.376.279.886
1000 - Recursos Livres da União	533.333.966		533.333.966
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	94.869.065		94.869.065
1052 - Recursos Livres da UO	748.076.855		748.076.855
69000 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da	270.387.330	100.000	270.487.330
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.801.693	100.000	20.901.693
1000 - Recursos Livres da União	20.801.693		20.801.693
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
3 - Outras Despesas Correntes	241.724.268		241.724.268
1000 - Recursos Livres da União	241.724.268		241.724.268
4 - Investimentos	7.861.369		7.861.369
1000 - Recursos Livres da União	7.861.369		7.861.369
69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e	270.387.330	100.000	270.487.330
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.801.693	100.000	20.901.693
1000 - Recursos Livres da União	20.801.693		20.801.693
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
3 - Outras Despesas Correntes	241.724.268		241.724.268
1000 - Recursos Livres da União	241.724.268		241.724.268
4 - Investimentos	7.861.369		7.861.369
1000 - Recursos Livres da União	7.861.369		7.861.369
72000 - Encargos Previdenciários da União	689.977.834	13.469.818.152	14.159.795.986
1 - Pessoal e Encargos Sociais	677.576.536	13.341.293.758	14.018.870.294
1000 - Recursos Livres da União	51.087.750	149.292.830	200.380.580
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.164.882.610	7.164.882.610
1032 - FUNDAF - RFB	525.818.371		525.818.371
1052 - Recursos Livres da UO	100.670.415		100.670.415
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.227.118.318	2.227.118.318
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento		3.800.000.000	3.800.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	12.401.298	128.524.394	140.925.692
1000 - Recursos Livres da União	12.401.298	128.524.394	140.925.692
72140 - Recursos Sob Supervisão do Ministério do Trabalho e	100.670.415		100.670.415
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.670.415		100.670.415
1052 - Recursos Livres da UO	100.670.415		100.670.415
72146 - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Gestão e da	62.489.048	12.901.402.491	12.963.891.539
1 - Pessoal e Encargos Sociais	50.087.750	12.780.669.386	12.830.757.136
1000 - Recursos Livres da União	50.087.750	49.500.000	99.587.750
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.025.484.533	7.025.484.533
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.905.684.853	1.905.684.853

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament		3.800.000.000	3.800.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	12.401.298	120.733.105	133.134.403
1000 - Recursos Livres da União	12.401.298	120.733.105	133.134.403
72152 - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Defesa	1.000.000		1.000.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
72225 - Recursos Sob Supervisão da Secretaria Especial da	525.818.371		525.818.371
1 - Pessoal e Encargos Sociais	525.818.371		525.818.371
1032 - FUNDAF - RFB	525.818.371		525.818.371
72233 - Recursos Sob Supervisão do Instituto Nacional do		568.415.661	568.415.661
1 - Pessoal e Encargos Sociais		560.624.372	560.624.372
1000 - Recursos Livres da União		99.792.830	99.792.830
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		139.398.077	139.398.077
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		321.433.465	321.433.465
3 - Outras Despesas Correntes		7.791.289	7.791.289
1000 - Recursos Livres da União		7.791.289	7.791.289
81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	552.605.922	18.482.483	571.088.405
1 - Pessoal e Encargos Sociais	48.995.229	171.514	49.166.743
1000 - Recursos Livres da União	48.995.229		48.995.229
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		171.514	171.514
3 - Outras Despesas Correntes	466.836.490	18.310.968	485.147.458
1000 - Recursos Livres da União	466.836.490	916.269	467.752.759
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		280.629	280.629
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		9.075.762	9.075.762
1096 - Doações Nacionais		6.207.738	6.207.738
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortiza		1.830.570	1.830.570
4 - Investimentos	36.774.203	1	36.774.204
1000 - Recursos Livres da União	36.774.203	1	36.774.204
81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania -	552.605.922	246.034	552.851.956
1 - Pessoal e Encargos Sociais	48.995.229	171.514	49.166.743
1000 - Recursos Livres da União	48.995.229		48.995.229
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		171.514	171.514
3 - Outras Despesas Correntes	466.836.490	74.520	466.911.010
1000 - Recursos Livres da União	466.836.490	74.520	466.911.010
4 - Investimentos	36.774.203		36.774.203
1000 - Recursos Livres da União	36.774.203		36.774.203
81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA		15.210.685	15.210.685
3 - Outras Despesas Correntes		15.210.684	15.210.684
1000 - Recursos Livres da União		596.340	596.340
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		280.629	280.629
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		8.503.145	8.503.145
1096 - Doações Nacionais		4.000.000	4.000.000
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortiza		1.830.570	1.830.570

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos		1	1
1000 - Recursos Livres da União		1	1
81902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI		3.025.764	3.025.764
3 - Outras Despesas Correntes		3.025.764	3.025.764
1000 - Recursos Livres da União		245.409	245.409
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		572.617	572.617
1096 - Doações Nacionais		2.207.738	2.207.738
83000 - Banco Central do Brasil	2.325.574.231	2.063.742.421	4.389.316.652
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.550.525.868	2.063.570.569	3.614.096.437
1000 - Recursos Livres da União	1.550.525.868		1.550.525.868
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.432.697.843	1.432.697.843
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		288.447.580	288.447.580
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		313.586.918	313.586.918
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil		28.838.228	28.838.228
3 - Outras Despesas Correntes	543.519.978	171.852	543.691.830
1000 - Recursos Livres da União	306.615.604	171.852	306.787.456
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	236.904.374		236.904.374
4 - Investimentos	231.528.385		231.528.385
1000 - Recursos Livres da União	183.273.385		183.273.385
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	48.255.000		48.255.000
83201 - Banco Central do Brasil - BACEN	2.325.574.231	2.063.742.421	4.389.316.652
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.550.525.868	2.063.570.569	3.614.096.437
1000 - Recursos Livres da União	1.550.525.868		1.550.525.868
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.432.697.843	1.432.697.843
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		288.447.580	288.447.580
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		313.586.918	313.586.918
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil		28.838.228	28.838.228
3 - Outras Despesas Correntes	543.519.978	171.852	543.691.830
1000 - Recursos Livres da União	306.615.604	171.852	306.787.456
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	236.904.374		236.904.374
4 - Investimentos	231.528.385		231.528.385
1000 - Recursos Livres da União	183.273.385		183.273.385
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	48.255.000		48.255.000
84000 - Ministério dos Povos Indígenas	1.042.677.969	247.013.618	1.289.691.587
1 - Pessoal e Encargos Sociais	301.230.913	246.796.692	548.027.605
1000 - Recursos Livres da União	301.230.913		301.230.913
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		173.203.699	173.203.699
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		73.592.993	73.592.993
3 - Outras Despesas Correntes	661.837.195	216.926	662.054.121
1000 - Recursos Livres da União	661.422.721	216.926	661.639.647
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	414.474		414.474
4 - Investimentos	75.067.865		75.067.865
1000 - Recursos Livres da União	75.067.865		75.067.865
5 - Inversões Financeiras	4.541.996		4.541.996
1000 - Recursos Livres da União	4.541.996		4.541.996

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
84101 - Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta	191.978.521	13.000	191.991.521
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.218.392	13.000	16.231.392
1000 - Recursos Livres da União	16.218.392		16.218.392
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	160.179.556		160.179.556
1000 - Recursos Livres da União	160.179.556		160.179.556
4 - Investimentos	15.580.573		15.580.573
1000 - Recursos Livres da União	15.580.573		15.580.573
84201 - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	850.699.448	247.000.618	1.097.700.066
1 - Pessoal e Encargos Sociais	285.012.521	246.783.692	531.796.213
1000 - Recursos Livres da União	285.012.521		285.012.521
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		173.190.699	173.190.699
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		73.592.993	73.592.993
3 - Outras Despesas Correntes	501.657.639	216.926	501.874.565
1000 - Recursos Livres da União	501.243.165	216.926	501.460.091
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	414.474		414.474
4 - Investimentos	59.487.292		59.487.292
1000 - Recursos Livres da União	59.487.292		59.487.292
5 - Inversões Financeiras	4.541.996		4.541.996
1000 - Recursos Livres da União	4.541.996		4.541.996

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
OUTROS ENCARGOS	3.346.162.860.014	9.155.193.827	3.355.318.053.841
1 - Pessoal e Encargos Sociais	46.348.616.757	8.243.110.954	54.591.727.711
1000 - Recursos Livres da União	43.267.797.037	876.581.367	44.144.378.404
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.412.888.962	5.412.888.962
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		181.423.324	181.423.324
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		568.228.535	568.228.535
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado		231.843.314	231.843.314
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		730.386.489	730.386.489
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal		241.758.963	241.758.963
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	3.080.819.720		3.080.819.720
2 - Juros e Encargos da Dívida	479.197.023.016		479.197.023.016
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	479.197.023.016		479.197.023.016
3 - Outras Despesas Correntes	635.319.473.224	889.202.873	636.208.676.097
1000 - Recursos Livres da União	63.506.662.995	849.105.887	64.355.768.882
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		19.614.714	19.614.714
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.064.914.199		1.064.914.199
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		20.482.272	20.482.272
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	237.535.191.389		237.535.191.389
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	200.274.769.213		200.274.769.213
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.295.186.537		9.295.186.537
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.387.154.028		3.387.154.028
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.256.725.374		1.256.725.374
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	21.330.782.768		21.330.782.768
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	68.329.819		68.329.819
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	16.732.126		16.732.126
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1.953.396.607		1.953.396.607
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1.317.735.956		1.317.735.956
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e	6.422.306.480		6.422.306.480
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados,	66.433.982.677		66.433.982.677
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	191.326.118		191.326.118
1287 - Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclus	2.811.000		2.811.000
1289 - Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	7.680.356		7.680.356
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	820.000.000		820.000.000
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	3.165.860.455		3.165.860.455
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.669.254.893		2.669.254.893

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	14.598.670.234		14.598.670.234
4 - Investimentos	6.670.289.038	19.380.000	6.689.669.038
1000 - Recursos Livres da União	6.670.289.038	19.380.000	6.689.669.038
5 - Inversões Financeiras	127.190.486.671	3.500.000	127.193.986.671
1000 - Recursos Livres da União	33.284.427.820		33.284.427.820
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		3.500.000	3.500.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	266.000.000		266.000.000
1042 - Capitalização do Fundo Social	17.370.038.730		17.370.038.730
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	249.982.565		249.982.565
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.835.667.687		8.835.667.687
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.500.000		4.500.000
1052 - Recursos Livres da UO	14.784.341.046		14.784.341.046
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	592.138.118		592.138.118
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	210.506.853		210.506.853
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção	3.869.562.650		3.869.562.650
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	401.065.446		401.065.446
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	879.663.705		879.663.705
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	383.242.565		383.242.565
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	829.611.915		829.611.915
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamento	2.752.170.231		2.752.170.231
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econôm	453.893.400		453.893.400
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	76.513.293		76.513.293
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	205.524.505		205.524.505
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	24.946.174		24.946.174
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	2.125.504		2.125.504
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	280.954.716		280.954.716
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	372.908.963		372.908.963
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	48.820.461		48.820.461
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	26.041.815		26.041.815
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	5.325.180		5.325.180
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	16.160.877		16.160.877

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	591.544.784		591.544.784
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	35.023		35.023
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	500.000.000		500.000.000
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	1.833		1.833
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	5.589.063.328		5.589.063.328
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	5.589.063.328		5.589.063.328
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	8.383.594.993		8.383.594.993
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	8.383.594.993		8.383.594.993
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen	10.000.000.000		10.000.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1.555.000.000		1.555.000.000
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	74.490.834		74.490.834
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	74.490.834		74.490.834
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	111.736.251		111.736.251
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	111.736.251		111.736.251
6 - Amortização da Dívida	2.046.729.975.149		2.046.729.975.149
1000 - Recursos Livres da União	176.019.170.736		176.019.170.736
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	50.634.849.356		50.634.849.356
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal	33.321.129.332		33.321.129.332
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.653.666.197.317		1.653.666.197.317
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen	111.250.000.000		111.250.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	21.838.628.408		21.838.628.408
9 - Reserva de Contingência	4.706.996.159		4.706.996.159
1000 - Recursos Livres da União	1.623.524.504		1.623.524.504
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.410.032.157		2.410.032.157
1052 - Recursos Livres da UO	198.871.325		198.871.325
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	467.159.780		467.159.780
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	7.408.393		7.408.393
71000 - Encargos Financeiros da União	109.986.562.988	176.160.998	110.162.723.986
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.233.802.485	96.415.731	27.330.218.216
1000 - Recursos Livres da União	24.152.982.765	96.415.731	24.249.398.496
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen	3.080.819.720		3.080.819.720
3 - Outras Despesas Correntes	53.607.331.464	79.745.267	53.687.076.731
1000 - Recursos Livres da União	37.951.727.031	79.745.267	38.031.472.298
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.056.934.199		1.056.934.199

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	14.598.670.234		14.598.670.234
5 - Inversões Financeiras	24.632.185.714		24.632.185.714
1000 - Recursos Livres da União	3.497.286.207		3.497.286.207
1042 - Capitalização do Fundo Social	17.370.038.730		17.370.038.730
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.764.860.777		3.764.860.777
9 - Reserva de Contingência	4.513.243.325		4.513.243.325
1000 - Recursos Livres da União	1.574.311.936		1.574.311.936
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.272.900.284		2.272.900.284
1052 - Recursos Livres da UO	198.871.325		198.871.325
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	467.159.780		467.159.780
71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	7.124.448.176		7.124.448.176
3 - Outras Despesas Correntes	6.185.118.634		6.185.118.634
1000 - Recursos Livres da União	6.185.118.634		6.185.118.634
5 - Inversões Financeiras	271.958.428		271.958.428
1000 - Recursos Livres da União	271.958.428		271.958.428
9 - Reserva de Contingência	667.371.114		667.371.114
1000 - Recursos Livres da União	200.211.334		200.211.334
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	467.159.780		467.159.780
71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do	20.880.050.038	176.160.998	21.056.211.036
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.709.966.047	96.415.731	17.806.381.778
1000 - Recursos Livres da União	17.709.966.047	96.415.731	17.806.381.778
3 - Outras Despesas Correntes	2.678.028.603	79.745.267	2.757.773.870
1000 - Recursos Livres da União	2.678.028.603	79.745.267	2.757.773.870
5 - Inversões Financeiras	492.055.388		492.055.388
1000 - Recursos Livres da União	492.055.388		492.055.388
71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de	54.779.824.875		54.779.824.875
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.523.836.438		9.523.836.438
1000 - Recursos Livres da União	6.443.016.718		6.443.016.718
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	3.080.819.720		3.080.819.720
3 - Outras Despesas Correntes	42.522.716.046		42.522.716.046
1000 - Recursos Livres da União	27.924.045.812		27.924.045.812
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	14.598.670.234		14.598.670.234
5 - Inversões Financeiras	2.733.272.391		2.733.272.391
1000 - Recursos Livres da União	2.733.272.391		2.733.272.391
71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob	1.149.932.054		1.149.932.054
3 - Outras Despesas Correntes	1.149.932.054		1.149.932.054
1000 - Recursos Livres da União	1.149.932.054		1.149.932.054
71903 - Fundo Social - FS	21.134.908.477		21.134.908.477
3 - Outras Despesas Correntes	8.970		8.970
1000 - Recursos Livres da União	8.970		8.970
5 - Inversões Financeiras	21.134.899.507		21.134.899.507
1042 - Capitalização do Fundo Social	17.370.038.730		17.370.038.730
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.764.860.777		3.764.860.777

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob	85.556.180		85.556.180
3 - Outras Despesas Correntes	23.392.126		23.392.126
1000 - Recursos Livres da União	14.592.958		14.592.958
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.799.168		8.799.168
9 - Reserva de Contingência	62.164.054		62.164.054
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	25.251.068		25.251.068
1052 - Recursos Livres da UO	36.912.986		36.912.986
71905 - Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob	4.831.843.188		4.831.843.188
3 - Outras Despesas Correntes	1.048.135.031		1.048.135.031
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.048.135.031		1.048.135.031
9 - Reserva de Contingência	3.783.708.157		3.783.708.157
1000 - Recursos Livres da União	1.374.100.602		1.374.100.602
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.247.649.216		2.247.649.216
1052 - Recursos Livres da UO	161.958.339		161.958.339
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	591.212.753.173	8.975.532.829	600.188.286.002
1 - Pessoal e Encargos Sociais	19.114.814.272	8.146.695.223	27.261.509.495
1000 - Recursos Livres da União	19.114.814.272	780.165.636	19.894.979.908
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.412.888.962	5.412.888.962
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		181.423.324	181.423.324
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		568.228.535	568.228.535
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado		231.843.314	231.843.314
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		730.386.489	730.386.489
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal		241.758.963	241.758.963
3 - Outras Despesas Correntes	565.427.049.863	809.457.606	566.236.507.469
1000 - Recursos Livres da União	10.097.824.067	769.360.620	10.867.184.687
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		19.614.714	19.614.714
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		20.482.272	20.482.272
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	237.535.191.389		237.535.191.389
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	200.274.769.213		200.274.769.213
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.295.186.537		9.295.186.537
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.387.154.028		3.387.154.028
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.256.725.374		1.256.725.374
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	21.330.782.768		21.330.782.768
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	68.329.819		68.329.819
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	16.732.126		16.732.126
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1.953.396.607		1.953.396.607
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1.317.735.956		1.317.735.956
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e	6.422.306.480		6.422.306.480
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados,	66.433.982.677		66.433.982.677

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	191.326.118		191.326.118
1287 - Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclus	2.811.000		2.811.000
1289 - Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	7.680.356		7.680.356
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	3.165.860.455		3.165.860.455
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.669.254.893		2.669.254.893
4 - Investimentos	6.670.289.038	19.380.000	6.689.669.038
1000 - Recursos Livres da União	6.670.289.038	19.380.000	6.689.669.038
5 - Inversões Financeiras	600.000		600.000
1000 - Recursos Livres da União	600.000		600.000
73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11.652.371.568		11.652.371.568
3 - Outras Despesas Correntes	5.461.482.530		5.461.482.530
1000 - Recursos Livres da União	5.461.482.530		5.461.482.530
4 - Investimentos	6.190.289.038		6.190.289.038
1000 - Recursos Livres da União	6.190.289.038		6.190.289.038
5 - Inversões Financeiras	600.000		600.000
1000 - Recursos Livres da União	600.000		600.000
73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	21.330.782.768		21.330.782.768
3 - Outras Despesas Correntes	21.330.782.768		21.330.782.768
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	21.330.782.768		21.330.782.768
73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob	457.652.471.708		457.652.471.708
3 - Outras Despesas Correntes	457.652.471.708		457.652.471.708
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	237.535.191.389		237.535.191.389
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	200.274.769.213		200.274.769.213
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.295.186.537		9.295.186.537
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.387.154.028		3.387.154.028
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.256.725.374		1.256.725.374
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	68.329.819		68.329.819
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	3.165.860.455		3.165.860.455
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.669.254.893		2.669.254.893
73109 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Esporte	7.680.356		7.680.356
3 - Outras Despesas Correntes	7.680.356		7.680.356
1289 - Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	7.680.356		7.680.356
73111 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio	16.732.126		16.732.126
3 - Outras Despesas Correntes	16.732.126		16.732.126
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	16.732.126		16.732.126
73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e	4.212.050.148	3.335.031.358	7.547.081.506
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.648.015.826	3.335.031.358	6.983.047.184
1000 - Recursos Livres da União	3.648.015.826	773.559.474	4.421.575.300
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.649.662.071	1.649.662.071
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		181.423.324	181.423.324
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		730.386.489	730.386.489

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	564.034.322		564.034.322
1000 - Recursos Livres da União	369.897.204		369.897.204
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	191.326.118		191.326.118
1287 - Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclusiva	2.811.000		2.811.000
73116 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do	66.731.448.125		66.731.448.125
3 - Outras Despesas Correntes	66.731.448.125		66.731.448.125
1000 - Recursos Livres da União	297.465.448		297.465.448
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e	66.433.982.677		66.433.982.677
73118 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de	3.271.132.563		3.271.132.563
3 - Outras Despesas Correntes	3.271.132.563		3.271.132.563
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1.953.396.607		1.953.396.607
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1.317.735.956		1.317.735.956
73119 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de	6.422.306.480		6.422.306.480
3 - Outras Despesas Correntes	6.422.306.480		6.422.306.480
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e	6.422.306.480		6.422.306.480
73120 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	478.055.641		478.055.641
3 - Outras Despesas Correntes	178.055.641		178.055.641
1000 - Recursos Livres da União	178.055.641		178.055.641
4 - Investimentos	300.000.000		300.000.000
1000 - Recursos Livres da União	300.000.000		300.000.000
73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	19.437.721.690	5.640.501.471	25.078.223.161
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.466.798.446	4.811.663.865	20.278.462.311
1000 - Recursos Livres da União	15.466.798.446	6.606.162	15.473.404.608
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.763.226.891	3.763.226.891
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		568.228.535	568.228.535
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado		231.843.314	231.843.314
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal		241.758.963	241.758.963
3 - Outras Despesas Correntes	3.790.923.244	809.457.606	4.600.380.850
1000 - Recursos Livres da União	3.790.923.244	769.360.620	4.560.283.864
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		19.614.714	19.614.714
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		20.482.272	20.482.272
4 - Investimentos	180.000.000	19.380.000	199.380.000
1000 - Recursos Livres da União	180.000.000	19.380.000	199.380.000
74000 - Operações Oficiais de Crédito	119.142.545.688	3.500.000	119.146.045.688
2 - Juros e Encargos da Dívida	11.000.000		11.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	11.000.000		11.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	16.285.091.897		16.285.091.897
1000 - Recursos Livres da União	15.457.111.897		15.457.111.897
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.980.000		7.980.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	820.000.000		820.000.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
5 - Inversões Financeiras	102.557.700.957	3.500.000	102.561.200.957
1000 - Recursos Livres da União	29.786.541.613		29.786.541.613
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		3.500.000	3.500.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	266.000.000		266.000.000
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	249.982.565		249.982.565
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.070.806.910		5.070.806.910
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.500.000		4.500.000
1052 - Recursos Livres da UO	14.784.341.046		14.784.341.046
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	592.138.118		592.138.118
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	210.506.853		210.506.853
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção	3.869.562.650		3.869.562.650
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	401.065.446		401.065.446
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	879.663.705		879.663.705
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	383.242.565		383.242.565
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	829.611.915		829.611.915
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamen	2.752.170.231		2.752.170.231
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econôm	453.893.400		453.893.400
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	76.513.293		76.513.293
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	205.524.505		205.524.505
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	24.946.174		24.946.174
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	2.125.504		2.125.504
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	280.954.716		280.954.716
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	372.908.963		372.908.963
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	48.820.461		48.820.461
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	26.041.815		26.041.815
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Açõ	5.325.180		5.325.180
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	16.160.877		16.160.877
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	591.544.784		591.544.784
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	35.023		35.023
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	500.000.000		500.000.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	1.833		1.833
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	5.589.063.328		5.589.063.328
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	5.589.063.328		5.589.063.328
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	8.383.594.993		8.383.594.993
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	8.383.594.993		8.383.594.993
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen	10.000.000.000		10.000.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1.555.000.000		1.555.000.000
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	74.490.834		74.490.834
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	74.490.834		74.490.834
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	111.736.251		111.736.251
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	111.736.251		111.736.251
6 - Amortização da Dívida	95.000.000		95.000.000
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	95.000.000		95.000.000
9 - Reserva de Contingência	193.752.834		193.752.834
1000 - Recursos Livres da União	49.212.568		49.212.568
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	137.131.873		137.131.873
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	7.408.393		7.408.393
74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro	18.191.662.749		18.191.662.749
2 - Juros e Encargos da Dívida	11.000.000		11.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen	11.000.000		11.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	15.835.662.749		15.835.662.749
1000 - Recursos Livres da União	15.015.662.749		15.015.662.749
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciemen	820.000.000		820.000.000
5 - Inversões Financeiras	2.250.000.000		2.250.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.657.861.882		1.657.861.882
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	592.138.118		592.138.118
6 - Amortização da Dívida	95.000.000		95.000.000
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	95.000.000		95.000.000
74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	90.874.140		90.874.140
5 - Inversões Financeiras	90.874.140		90.874.140
1000 - Recursos Livres da União	80.874.140		80.874.140
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	10.000.000		10.000.000
74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de	1.245.497		1.245.497
5 - Inversões Financeiras	1.245.497		1.245.497
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.245.497		1.245.497

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO GND/Fonte	Fiscal	Seguridade	Total
74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde		3.500.000	3.500.000
5 - Inversões Financeiras		3.500.000	3.500.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		3.500.000	3.500.000
74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de	503.224.065		503.224.065
5 - Inversões Financeiras	503.224.065		503.224.065
1000 - Recursos Livres da União	500.000.000		500.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.224.065		3.224.065
74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de	209.566.282		209.566.282
5 - Inversões Financeiras	209.566.282		209.566.282
1000 - Recursos Livres da União	2.344.894		2.344.894
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	202.721.388		202.721.388
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.500.000		4.500.000
74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento	14.599.630		14.599.630
5 - Inversões Financeiras	14.599.630		14.599.630
1000 - Recursos Livres da União	4.169.337		4.169.337
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.430.293		10.430.293
74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da	7.187.895.867		7.187.895.867
5 - Inversões Financeiras	7.187.895.867		7.187.895.867
1000 - Recursos Livres da União	186.483.154		186.483.154
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	423.355.027		423.355.027
1052 - Recursos Livres da UO	6.578.057.686		6.578.057.686
74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento	7.364.981.624		7.364.981.624
3 - Outras Despesas Correntes	377.449.148		377.449.148
1000 - Recursos Livres da União	377.449.148		377.449.148
5 - Inversões Financeiras	6.980.124.083		6.980.124.083
1000 - Recursos Livres da União	1.346.795.552		1.346.795.552
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.815.702.925		1.815.702.925
1052 - Recursos Livres da UO	3.317.625.606		3.317.625.606
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	500.000.000		500.000.000
9 - Reserva de Contingência	7.408.393		7.408.393
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	7.408.393		7.408.393
74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha	9.324.975.091		9.324.975.091
5 - Inversões Financeiras	9.324.975.091		9.324.975.091
1000 - Recursos Livres da União	1.803.905.748		1.803.905.748
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	872.764.819		872.764.819
1052 - Recursos Livres da UO	2.778.741.874		2.778.741.874
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção	3.869.562.650		3.869.562.650
74905 - Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das	489.503.545		489.503.545
5 - Inversões Financeiras	489.503.545		489.503.545
1000 - Recursos Livres da União	119.893.105		119.893.105
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	38.434		38.434
1052 - Recursos Livres da UO	369.572.006		369.572.006
74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da	598.126.245		598.126.245
5 - Inversões Financeiras	411.781.804		411.781.804
1000 - Recursos Livres da União	350.000.000		350.000.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	19.504.877		19.504.877
1052 - Recursos Livres da UO	42.276.927		42.276.927
9 - Reserva de Contingência	186.344.441		186.344.441
1000 - Recursos Livres da União	49.212.568		49.212.568
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	137.131.873		137.131.873
74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de	620.032.208		620.032.208
5 - Inversões Financeiras	620.032.208		620.032.208
1000 - Recursos Livres da União	13.056.559		13.056.559
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	155.738.637		155.738.637
1052 - Recursos Livres da UO	451.237.012		451.237.012
74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e	10.301.549.556		10.301.549.556
5 - Inversões Financeiras	10.301.549.556		10.301.549.556
1000 - Recursos Livres da União	2.967.160.043		2.967.160.043
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	401.065.446		401.065.446
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	879.663.705		879.663.705
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	383.242.565		383.242.565
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	829.611.915		829.611.915
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiame	2.752.170.231		2.752.170.231
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econô	453.893.400		453.893.400
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	76.513.293		76.513.293
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	205.524.505		205.524.505
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	24.946.174		24.946.174
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	2.125.504		2.125.504
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	280.954.716		280.954.716
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	372.908.963		372.908.963
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	48.820.461		48.820.461
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	26.041.815		26.041.815
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Açõ	5.325.180		5.325.180
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	591.544.784		591.544.784
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	35.023		35.023
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	1.833		1.833
74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	273.980.000		273.980.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	7.980.000		7.980.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.980.000		7.980.000
5 - Inversões Financeiras	266.000.000		266.000.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	266.000.000		266.000.000
74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de	5.663.554.162		5.663.554.162
5 - Inversões Financeiras	5.663.554.162		5.663.554.162
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	5.589.063.328		5.589.063.328
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	74.490.834		74.490.834
74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de	5.663.554.162		5.663.554.162
5 - Inversões Financeiras	5.663.554.162		5.663.554.162
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	5.589.063.328		5.589.063.328
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	74.490.834		74.490.834
74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de	16.990.662.488		16.990.662.488
5 - Inversões Financeiras	16.990.662.488		16.990.662.488
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	8.383.594.993		8.383.594.993
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	8.383.594.993		8.383.594.993
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	111.736.251		111.736.251
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	111.736.251		111.736.251
74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre	21.223.731.361		21.223.731.361
5 - Inversões Financeiras	21.223.731.361		21.223.731.361
1000 - Recursos Livres da União	10.303.575.508		10.303.575.508
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	709.649.000		709.649.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	210.506.853		210.506.853
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciame	10.000.000.000		10.000.000.000
74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento	830.526.076		830.526.076
5 - Inversões Financeiras	830.526.076		830.526.076
1000 - Recursos Livres da União	137.624.535		137.624.535
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	321.219.760		321.219.760
1052 - Recursos Livres da UO	366.106.554		366.106.554
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	5.575.227		5.575.227
74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento	1.989.667.414		1.989.667.414
5 - Inversões Financeiras	1.989.667.414		1.989.667.414
1000 - Recursos Livres da União	62.854.250		62.854.250
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	375.735.929		375.735.929
1052 - Recursos Livres da UO	515.788.466		515.788.466
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	9.288.769		9.288.769

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1.026.000.000		1.026.000.000
74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento	287.923.905		287.923.905
5 - Inversões Financeiras	287.923.905		287.923.905
1000 - Recursos Livres da União	60.439.559		60.439.559
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	159.476.259		159.476.259
1052 - Recursos Livres da UO	66.711.206		66.711.206
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	1.296.881		1.296.881
74920 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização	1.256.709.621		1.256.709.621
5 - Inversões Financeiras	1.256.709.621		1.256.709.621
1000 - Recursos Livres da União	189.503.347		189.503.347
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	249.982.565		249.982.565
1052 - Recursos Livres da UO	298.223.709		298.223.709
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	519.000.000		519.000.000
74921 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de	10.064.000.000		10.064.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	64.000.000		64.000.000
1000 - Recursos Livres da União	64.000.000		64.000.000
5 - Inversões Financeiras	10.000.000.000		10.000.000.000
1000 - Recursos Livres da União	10.000.000.000		10.000.000.000
75000 - Dívida Pública Federal	2.525.820.998.165		2.525.820.998.165
2 - Juros e Encargos da Dívida	479.186.023.016		479.186.023.016
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	479.186.023.016		479.186.023.016
6 - Amortização da Dívida	2.046.634.975.149		2.046.634.975.149
1000 - Recursos Livres da União	176.019.170.736		176.019.170.736
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	50.634.849.356		50.634.849.356
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal	33.321.129.332		33.321.129.332
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.653.571.197.317		1.653.571.197.317
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	111.250.000.000		111.250.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	21.838.628.408		21.838.628.408
75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	2.525.820.998.165		2.525.820.998.165
2 - Juros e Encargos da Dívida	479.186.023.016		479.186.023.016
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	479.186.023.016		479.186.023.016
6 - Amortização da Dívida	2.046.634.975.149		2.046.634.975.149
1000 - Recursos Livres da União	176.019.170.736		176.019.170.736
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	50.634.849.356		50.634.849.356
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal	33.321.129.332		33.321.129.332
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.653.571.197.317		1.653.571.197.317
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento	111.250.000.000		111.250.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	21.838.628.408		21.838.628.408

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.019.899.505	1.006.614.609	10.026.514.114
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.120.125.973	1.006.596.609	8.126.722.582
1000 - Recursos Livres da União	7.120.125.973		7.120.125.973
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.006.596.609	1.006.596.609
3 - Outras Despesas Correntes	1.838.389.482	18.000	1.838.407.482
1000 - Recursos Livres da União	1.837.941.861	18.000	1.837.959.861
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	447.621		447.621
4 - Investimentos	61.384.050		61.384.050
1000 - Recursos Livres da União	61.044.293		61.044.293
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	339.757		339.757
34000 - Ministério Público da União	8.897.288.580	1.006.031.304	9.903.319.884
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.049.987.279	1.006.013.304	8.056.000.583
1000 - Recursos Livres da União	7.049.987.279		7.049.987.279
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.006.013.304	1.006.013.304
3 - Outras Despesas Correntes	1.786.562.463	18.000	1.786.580.463
1000 - Recursos Livres da União	1.786.149.107	18.000	1.786.167.107
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	413.356		413.356
4 - Investimentos	60.738.838		60.738.838
1000 - Recursos Livres da União	60.399.081		60.399.081
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	339.757		339.757
34101 - Ministério Público Federal	5.162.257.191	540.719.711	5.702.976.902
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.054.207.710	540.701.711	4.594.909.421
1000 - Recursos Livres da União	4.054.207.710		4.054.207.710
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		540.701.711	540.701.711
3 - Outras Despesas Correntes	1.059.700.157	18.000	1.059.718.157
1000 - Recursos Livres da União	1.059.339.784	18.000	1.059.357.784
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	360.373		360.373
4 - Investimentos	48.349.324		48.349.324
1000 - Recursos Livres da União	48.349.324		48.349.324
34102 - Ministério Público Militar	309.350.060	63.343.472	372.693.532
1 - Pessoal e Encargos Sociais	235.715.670	63.343.472	299.059.142
1000 - Recursos Livres da União	235.715.670		235.715.670
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		63.343.472	63.343.472
3 - Outras Despesas Correntes	71.284.390		71.284.390
1000 - Recursos Livres da União	71.284.390		71.284.390
4 - Investimentos	2.350.000		2.350.000
1000 - Recursos Livres da União	2.350.000		2.350.000
34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	1.158.962.680	118.490.424	1.277.453.104
1 - Pessoal e Encargos Sociais	965.765.966	118.490.424	1.084.256.390
1000 - Recursos Livres da União	965.765.966		965.765.966
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		118.490.424	118.490.424
3 - Outras Despesas Correntes	187.579.373		187.579.373
1000 - Recursos Livres da União	187.549.748		187.549.748
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	29.625		29.625

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	5.617.341		5.617.341
1000 - Recursos Livres da União	5.277.584		5.277.584
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	339.757		339.757
34104 - Ministério Público do Trabalho	2.225.739.406	283.227.697	2.508.967.103
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.777.000.144	283.227.697	2.060.227.841
1000 - Recursos Livres da União	1.777.000.144		1.777.000.144
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		283.227.697	283.227.697
3 - Outras Despesas Correntes	444.583.655		444.583.655
1000 - Recursos Livres da União	444.583.655		444.583.655
4 - Investimentos	4.155.607		4.155.607
1000 - Recursos Livres da União	4.155.607		4.155.607
34105 - Escola Superior do Ministério Público da União	40.979.243	250.000	41.229.243
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.297.789	250.000	17.547.789
1000 - Recursos Livres da União	17.297.789		17.297.789
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		250.000	250.000
3 - Outras Despesas Correntes	23.414.888		23.414.888
1000 - Recursos Livres da União	23.391.530		23.391.530
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.358		23.358
4 - Investimentos	266.566		266.566
1000 - Recursos Livres da União	266.566		266.566
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	122.610.925	583.305	123.194.230
1 - Pessoal e Encargos Sociais	70.138.694	583.305	70.721.999
1000 - Recursos Livres da União	70.138.694		70.138.694
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		583.305	583.305
3 - Outras Despesas Correntes	51.827.019		51.827.019
1000 - Recursos Livres da União	51.792.754		51.792.754
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	34.265		34.265
4 - Investimentos	645.212		645.212
1000 - Recursos Livres da União	645.212		645.212
59101 - Conselho Nacional do Ministério Público	122.610.925	583.305	123.194.230
1 - Pessoal e Encargos Sociais	70.138.694	583.305	70.721.999
1000 - Recursos Livres da União	70.138.694		70.138.694
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		583.305	583.305
3 - Outras Despesas Correntes	51.827.019		51.827.019
1000 - Recursos Livres da União	51.792.754		51.792.754
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	34.265		34.265
4 - Investimentos	645.212		645.212
1000 - Recursos Livres da União	645.212		645.212

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
DEFENSORIA PÚBLICA	810.247.686	21.522.096	831.769.782
1 - Pessoal e Encargos Sociais	507.597.129	21.522.096	529.119.225
1000 - Recursos Livres da União	507.597.129		507.597.129
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.522.096	21.522.096
3 - Outras Despesas Correntes	295.410.510		295.410.510
1000 - Recursos Livres da União	295.398.748		295.398.748
1030 - Aparentamento da Defensoria Pública e Capacitação Profissional dos Seus Integrantes	11.762		11.762
4 - Investimentos	7.240.047		7.240.047
1000 - Recursos Livres da União	7.240.047		7.240.047
29000 - Defensoria Pública da União	810.247.686	21.522.096	831.769.782
1 - Pessoal e Encargos Sociais	507.597.129	21.522.096	529.119.225
1000 - Recursos Livres da União	507.597.129		507.597.129
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.522.096	21.522.096
3 - Outras Despesas Correntes	295.410.510		295.410.510
1000 - Recursos Livres da União	295.398.748		295.398.748
1030 - Aparentamento da Defensoria Pública e Capacitação Profissional dos Seus Integrantes	11.762		11.762
4 - Investimentos	7.240.047		7.240.047
1000 - Recursos Livres da União	7.240.047		7.240.047
29101 - Defensoria Pública da União	810.247.686	21.522.096	831.769.782
1 - Pessoal e Encargos Sociais	507.597.129	21.522.096	529.119.225
1000 - Recursos Livres da União	507.597.129		507.597.129
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.522.096	21.522.096
3 - Outras Despesas Correntes	295.410.510		295.410.510
1000 - Recursos Livres da União	295.398.748		295.398.748
1030 - Aparentamento da Defensoria Pública e Capacitação Profissional dos Seus Integrantes	11.762		11.762
4 - Investimentos	7.240.047		7.240.047
1000 - Recursos Livres da União	7.240.047		7.240.047

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.002.148.512		24.002.148.512
9 - Reserva de Contingência	24.002.148.512		24.002.148.512
1000 - Recursos Livres da União	14.126.284.094		14.126.284.094
1076 - Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrencia da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	9.875.864.418		9.875.864.418
90000 - Reserva de Contingência	24.002.148.512		24.002.148.512
9 - Reserva de Contingência	24.002.148.512		24.002.148.512
1000 - Recursos Livres da União	14.126.284.094		14.126.284.094
1076 - Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrencia da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	9.875.864.418		9.875.864.418
90000 - Reserva de Contingência	24.002.148.512		24.002.148.512
9 - Reserva de Contingência	24.002.148.512		24.002.148.512
1000 - Recursos Livres da União	14.126.284.094		14.126.284.094
1076 - Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrencia da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	9.875.864.418		9.875.864.418

Quadro 6A
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Função	Fiscal	Seguridade	Total
01 Legislativa	11.428.854.683	328.322.232	11.757.176.915
02 Judiciária	50.084.369.024	50.000.000	50.134.369.024
03 Essencial à Justiça	10.431.163.536	0	10.431.163.536
04 Administração	33.843.238.980	11.202.424	33.854.441.404
05 Defesa Nacional	91.656.844.617	4.233.982.365	95.890.826.982
06 Segurança Pública	17.280.654.043	0	17.280.654.043
07 Relações Exteriores	4.630.964.781	0	4.630.964.781
08 Assistência Social	14.846.400	282.881.041.616	282.895.888.016
09 Previdência Social	0	1.086.556.745.579	1.086.556.745.579
10 Saúde	0	234.345.753.097	234.345.753.097
11 Trabalho	33.495.943.062	88.423.243.561	121.919.186.623
12 Educação	153.821.327.152	21.592.833.518	175.414.160.670
13 Cultura	2.904.260.336	0	2.904.260.336
14 Direitos da Cidadania	2.898.053.258	18.236.449	2.916.289.707
15 Urbanismo	9.541.867.566	0	9.541.867.566
16 Habitação	760.736.047	0	760.736.047
17 Saneamento	1.736.101.598	0	1.736.101.598
18 Gestão Ambiental	29.131.364.730	0	29.131.364.730
19 Ciência e Tecnologia	22.293.891.489	0	22.293.891.489
20 Agricultura	34.476.198.557	0	34.476.198.557
21 Organização Agrária	4.612.523.440	0	4.612.523.440
22 Indústria	2.436.684.535	0	2.436.684.535
23 Comércio e Serviços	6.041.403.061	0	6.041.403.061
24 Comunicações	3.429.396.733	0	3.429.396.733
25 Energia	1.249.776.236	0	1.249.776.236
26 Transporte	17.364.271.929	0	17.364.271.929
27 Desporto e Lazer	2.769.928.889	0	2.769.928.889
28 Encargos Especiais	3.271.626.955.636	83.951.870.969	3.355.578.826.605
99 Reserva de Contingência	99.744.391.337	295.644.256	100.040.035.593
TOTAL	3.919.706.011.655	1.802.688.876.066	5.722.394.887.721

Quadro 6A
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
031 Ação Legislativa	2.144.762.094		2.144.762.094
032 Controle Externo	717.605.332		717.605.332
061 Ação Judiciária	3.397.189.281		3.397.189.281
062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	984.122.134		984.122.134
092 Representação Judicial e Extrajudicial	801.096.543	55.000.000	856.096.543
121 Planejamento e Orçamento	719.779.938	70.500.000	790.279.938
122 Administração Geral	178.563.313.535	28.276.965.052	206.840.278.587
123 Administração Financeira	555.634.270		555.634.270
124 Controle Interno	147.273.762	5.530.000	152.803.762
125 Normatização e Fiscalização	2.579.410.512	84.572.787	2.663.983.299
126 Tecnologia da Informação	2.594.600.221	1.802.525.326	4.397.125.547
127 Ordenamento Territorial	662.064.261		662.064.261
128 Formação de Recursos Humanos	305.298.461	2.825.418.887	3.130.717.348
129 Administração de Receitas	257.853.271		257.853.271
130 Administração de Concessões	7.330.753		7.330.753
131 Comunicação Social	1.261.739.973	325.039.905	1.586.779.878
151 Defesa Aérea	6.175.980.758		6.175.980.758
152 Defesa Naval	2.236.653.140		2.236.653.140
153 Defesa Terrestre	2.842.213.777		2.842.213.777
181 Policiamento	4.477.071.800		4.477.071.800
182 Defesa Civil	683.944.341		683.944.341
183 Informação e Inteligência	111.212.834		111.212.834
211 Relações Diplomáticas	1.481.137.679	3.184.000	1.484.321.679
212 Cooperação Internacional	83.452.521		83.452.521
241 Assistência à Pessoa Idosa	17.186.545	49.820.511.206	49.837.697.751
242 Assistência à Pessoa com Deficiência	14.846.400	63.810.843.242	63.825.689.642
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	71.684.326	366.007.213	437.691.539
244 Assistência Comunitária	5.633.517.084	4.934.171.534	10.567.688.618
245 Serviços Socioassistenciais		2.697.403.930	2.697.403.930
246 Segurança de Renda		158.632.791.717	158.632.791.717
271 Previdência Básica		980.817.914.390	980.817.914.390
272 Previdência do Regime Estatutário		97.858.238.845	97.858.238.845
301 Atenção Básica		55.510.624.599	55.510.624.599
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		116.233.538.912	116.233.538.912
303 Suporte Profilático e Terapêutico		28.944.142.758	28.944.142.758
304 Vigilância Sanitária		382.700.000	382.700.000
305 Vigilância Epidemiológica		13.971.462.417	13.971.462.417
306 Alimentação e Nutrição		6.979.771.084	6.979.771.084
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	24.462.955.625	94.890.614.367	119.353.569.992
333 Empregabilidade	5.250.926	209.839.451	215.090.377
334 Fomento ao Trabalho	31.263.447.603	9.749.743	31.273.197.346
362 Ensino Médio	1.000.000.000		1.000.000.000
363 Ensino Profissional	17.538.540.884		17.538.540.884

Quadro 6A
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
364 Ensino Superior	40.886.239.656	988.781.023	41.875.020.679
365 Educação Infantil	1.296.573.338		1.296.573.338
366 Educação de Jovens e Adultos	340.588.581		340.588.581
367 Educação Especial	46.383.900		46.383.900
368 Educação Básica	10.752.098.718		10.752.098.718
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	342.690.817	16.000.000	358.690.817
392 Difusão Cultural	1.079.791.581		1.079.791.581
421 Custódia e Reintegração Social	162.722.502		162.722.502
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.657.017.715	54.035.797	1.711.053.512
423 Assistência aos Povos Indígenas	590.737.569	1.292.912.324	1.883.649.893
451 Infra-Estrutura Urbana	2.338.596.853		2.338.596.853
452 Serviços Urbanos	4.860.127		4.860.127
453 Transportes Coletivos Urbanos	1.045.020.324		1.045.020.324
482 Habitação Urbana	1.058.255.574		1.058.255.574
511 Saneamento Básico Rural	105.712.390	767.504.489	873.216.879
512 Saneamento Básico Urbano	1.633.224.023	222.500.001	1.855.724.024
541 Preservação e Conservação Ambiental	24.873.791.685	17.400.000	24.891.191.685
542 Controle Ambiental	236.145.662		236.145.662
543 Recuperação de Áreas Degradadas	4.500.000		4.500.000
544 Recursos Hídricos	1.794.887.963		1.794.887.963
545 Meteorologia	27.891.956		27.891.956
571 Desenvolvimento Científico	3.861.609.521	1.641.332.992	5.502.942.513
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	18.771.656.844	1.166.948.269	19.938.605.113
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	561.959.867	168.745.090	730.704.957
605 Abastecimento	7.465.209.337		7.465.209.337
606 Extensão Rural	297.283.251		297.283.251
607 Irrigação	81.557.503		81.557.503
608 Promoção da Produção Agropecuária	20.104.817.830		20.104.817.830
609 Defesa Agropecuária	39.772.751		39.772.751
631 Reforma Agrária	1.058.905.428		1.058.905.428
661 Promoção Industrial	26.334.509		26.334.509
662 Produção Industrial	195.224.489		195.224.489
663 Mineração	65.250.000		65.250.000
664 Propriedade Industrial	83.944.596		83.944.596
665 Normalização e Qualidade	20.564.341		20.564.341
691 Promoção Comercial	899.823.812		899.823.812
693 Comércio Exterior	2.689.494.706		2.689.494.706
694 Serviços Financeiros	6.385.057.273		6.385.057.273
695 Turismo	2.718.452.474		2.718.452.474
722 Telecomunicações	1.885.307.742		1.885.307.742
751 Conservação de Energia	28.922.262		28.922.262
752 Energia Elétrica	36.709.692		36.709.692
753 Combustíveis Minerais	4.857.404		4.857.404

Quadro 6A
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
754 Biocombustíveis	561.300		561.300
781 Transporte Aéreo	259.383.519		259.383.519
782 Transporte Rodoviário	11.696.188.032		11.696.188.032
783 Transporte Ferroviário	460.368.662		460.368.662
784 Transporte Aquaviário	849.298.099		849.298.099
811 Desporto de Rendimento	307.821.092		307.821.092
812 Desporto Comunitário	2.394.872.846		2.394.872.846
841 Refinanciamento da Dívida Interna	1.560.618.793.262		1.560.618.793.262
842 Refinanciamento da Dívida Externa	51.743.581.777		51.743.581.777
843 Serviço da Dívida Interna	721.084.227.456		721.084.227.456
844 Serviço da Dívida Externa	37.571.847.759		37.571.847.759
845 Outras Transferências	492.129.111.413	5.657.591.976	497.786.703.389
846 Outros Encargos Especiais	323.520.132.194	80.880.418.484	404.400.550.678
847 Transferências para a Educação Básica	165.966.815.757		165.966.815.757
999 Reserva de Contingência	99.744.391.337	295.644.256	100.040.035.593
TOTAL	3.919.706.011.655	1.802.688.876.066	5.722.394.887.721

Quadro 6B

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

Função	Fiscal	Seguridade	Total
01 Legislativa	11.428.854.683	328.322.232	11.757.176.915
031 Ação Legislativa	2.143.686.716		2.143.686.716
032 Controle Externo	498.784.273		498.784.273
122 Administração Geral	7.278.972.221		7.278.972.221
131 Comunicação Social	59.557.727		59.557.727
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	902.298.836	328.322.232	1.230.621.068
846 Outros Encargos Especiais	545.554.910		545.554.910
02 Judiciária	50.084.369.024	50.000.000	50.134.369.024
032 Controle Externo	179.059.538		179.059.538
061 Ação Judiciária	3.397.189.281		3.397.189.281
122 Administração Geral	35.784.127.549		35.784.127.549
126 Tecnologia da Informação	108.361.197		108.361.197
128 Formação de Recursos Humanos	23.662.553		23.662.553
131 Comunicação Social	52.490.717		52.490.717
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.228.117.623		5.228.117.623
846 Outros Encargos Especiais	5.311.360.566	50.000.000	5.361.360.566
03 Essencial à Justiça	10.431.163.536	0	10.431.163.536
032 Controle Externo	39.761.521		39.761.521
062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	984.122.134		984.122.134
092 Representação Judicial e Extrajudicial	561.410.921		561.410.921
122 Administração Geral	6.426.029.562		6.426.029.562
128 Formação de Recursos Humanos	20.982.134		20.982.134
131 Comunicação Social	23.876.963		23.876.963
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.023.111.818		1.023.111.818
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	107.085.446		107.085.446
846 Outros Encargos Especiais	1.244.783.037		1.244.783.037
04 Administração	33.843.238.980	11.202.424	33.854.441.404
092 Representação Judicial e Extrajudicial	239.685.622		239.685.622
121 Planejamento e Orçamento	156.561.619		156.561.619
122 Administração Geral	24.397.112.610	8.018.424	24.405.131.034
123 Administração Financeira	178.185.122		178.185.122
124 Controle Interno	147.273.762		147.273.762
125 Normatização e Fiscalização	631.254.803		631.254.803
126 Tecnologia da Informação	1.863.467.300		1.863.467.300
127 Ordenamento Territorial	86.426.500		86.426.500
128 Formação de Recursos Humanos	400.000		400.000
129 Administração de Receitas	257.853.271		257.853.271
131 Comunicação Social	869.455.743		869.455.743
183 Informação e Inteligência	97.146.788		97.146.788
211 Relações Diplomáticas	56.255.751	3.184.000	59.439.751
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.378.788.325		2.378.788.325
364 Ensino Superior	11.897.880		11.897.880
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	29.657.284		29.657.284
541 Preservação e Conservação Ambiental	13.309.354		13.309.354
571 Desenvolvimento Científico	19.080.184		19.080.184
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	9.591.534		9.591.534
662 Produção Industrial	62.606.290		62.606.290
722 Telecomunicações	158.484.351		158.484.351
846 Outros Encargos Especiais	2.178.744.887		2.178.744.887
05 Defesa Nacional	91.656.844.617	4.233.982.365	95.890.826.982
121 Planejamento e Orçamento	2.021.237		2.021.237
122 Administração Geral	69.763.668.727	149.725.351	69.913.394.078
125 Normatização e Fiscalização	318.507.431		318.507.431
126 Tecnologia da Informação	12.168.554		12.168.554
128 Formação de Recursos Humanos	95.589.904		95.589.904
131 Comunicação Social	980.047		980.047
151 Defesa Aérea	6.175.980.758		6.175.980.758

Quadro 6B
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Função	Fiscal	Seguridade	Total
152 Defesa Naval	2.236.653.140		2.236.653.140
153 Defesa Terrestre	2.842.213.777		2.842.213.777
183 Informação e Inteligência	14.066.046		14.066.046
212 Cooperação Internacional	26.301.131		26.301.131
244 Assistência Comunitária	99.335.000		99.335.000
301 Atenção Básica		31.908.869	31.908.869
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		56.945.021	56.945.021
303 Suporte Profilático e Terapêutico		700.000	700.000
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	7.683.117.361	3.977.652.922	11.660.770.283
333 Empregabilidade	5.050.926		5.050.926
363 Ensino Profissional	121.540.863		121.540.863
364 Ensino Superior	50.896.455		50.896.455
366 Educação de Jovens e Adultos	2.780.705		2.780.705
368 Educação Básica	59.775.699		59.775.699
423 Assistência aos Povos Indígenas	191.084.288		191.084.288
482 Habitação Urbana	303.126.209		303.126.209
542 Controle Ambiental	47.804.564		47.804.564
571 Desenvolvimento Científico	114.696.455		114.696.455
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.188.193.923		1.188.193.923
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	3.738.934		3.738.934
722 Telecomunicações	46.910.483		46.910.483
781 Transporte Aéreo	5.080.877		5.080.877
811 Desporto de Rendimento	3.680.987		3.680.987
812 Desporto Comunitário	3.395.000		3.395.000
846 Outros Encargos Especiais	238.485.136	17.050.202	255.535.338
06 Segurança Pública	17.280.654.043	0	17.280.654.043
122 Administração Geral	9.599.911.585		9.599.911.585
128 Formação de Recursos Humanos	65.696.400		65.696.400
131 Comunicação Social	200.000		200.000
181 Policiamento	4.477.071.800		4.477.071.800
182 Defesa Civil	531.287.722		531.287.722
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	637.211.085		637.211.085
421 Custódia e Reintegração Social	162.722.502		162.722.502
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	171.309.563		171.309.563
482 Habitação Urbana	3.900.000		3.900.000
846 Outros Encargos Especiais	1.631.343.386		1.631.343.386
07 Relações Exteriores	4.630.964.781	0	4.630.964.781
122 Administração Geral	2.088.288.964		2.088.288.964
128 Formação de Recursos Humanos	4.302.540		4.302.540
211 Relações Diplomáticas	1.412.430.700		1.412.430.700
212 Cooperação Internacional	39.645.760		39.645.760
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	838.920.546		838.920.546
392 Difusão Cultural	61.718.029		61.718.029
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	7.334.963		7.334.963
691 Promoção Comercial	8.799.626		8.799.626
846 Outros Encargos Especiais	169.523.653		169.523.653
08 Assistência Social	14.846.400	282.881.041.616	282.895.888.016
122 Administração Geral		705.132.915	705.132.915
125 Normatização e Fiscalização		43.417.016	43.417.016
126 Tecnologia da Informação		42.822.845	42.822.845
128 Formação de Recursos Humanos		474.155	474.155
131 Comunicação Social		107.439.905	107.439.905
241 Assistência à Pessoa Idosa		49.817.485.442	49.817.485.442
242 Assistência à Pessoa com Deficiência	14.846.400	63.810.843.242	63.825.689.642
243 Assistência à Criança e ao Adolescente		350.796.528	350.796.528
244 Assistência Comunitária		4.934.171.534	4.934.171.534
245 Serviços Socioassistenciais		2.697.403.930	2.697.403.930

Quadro 6B
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Função	Fiscal	Seguridade	Total
246 Segurança de Renda		158.632.791.717	158.632.791.717
306 Alimentação e Nutrição		1.347.863.792	1.347.863.792
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		9.632.962	9.632.962
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		26.435.797	26.435.797
511 Saneamento Básico Rural		346.851.716	346.851.716
846 Outros Encargos Especiais		7.478.120	7.478.120
09 Previdência Social	0	1.086.556.745.579	1.086.556.745.579
092 Representação Judicial e Extrajudicial		55.000.000	55.000.000
122 Administração Geral		6.096.339.238	6.096.339.238
124 Controle Interno		5.530.000	5.530.000
125 Normatização e Fiscalização		2.609.293	2.609.293
126 Tecnologia da Informação		455.556.218	455.556.218
128 Formação de Recursos Humanos		400.000	400.000
271 Previdência Básica		980.817.914.390	980.817.914.390
272 Previdência do Regime Estatutário		97.858.238.845	97.858.238.845
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		431.539.394	431.539.394
846 Outros Encargos Especiais		833.618.201	833.618.201
10 Saúde	0	234.345.753.097	234.345.753.097
121 Planejamento e Orçamento		70.500.000	70.500.000
122 Administração Geral		21.309.931.439	21.309.931.439
125 Normatização e Fiscalização		36.619.838	36.619.838
126 Tecnologia da Informação		1.120.662.512	1.120.662.512
128 Formação de Recursos Humanos		2.822.994.732	2.822.994.732
131 Comunicação Social		217.600.000	217.600.000
301 Atenção Básica		55.478.715.730	55.478.715.730
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		102.703.965.601	102.703.965.601
303 Suporte Profilático e Terapêutico		28.943.442.758	28.943.442.758
304 Vigilância Sanitária		382.700.000	382.700.000
305 Vigilância Epidemiológica		13.971.462.417	13.971.462.417
306 Alimentação e Nutrição		170.000.000	170.000.000
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		1.098.310.390	1.098.310.390
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		16.000.000	16.000.000
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		27.600.000	27.600.000
423 Assistência aos Povos Indígenas		1.292.912.324	1.292.912.324
511 Saneamento Básico Rural		420.652.773	420.652.773
512 Saneamento Básico Urbano		222.500.001	222.500.001
541 Preservação e Conservação Ambiental		17.400.000	17.400.000
571 Desenvolvimento Científico		1.635.378.066	1.635.378.066
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		1.166.948.269	1.166.948.269
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		168.745.090	168.745.090
846 Outros Encargos Especiais		1.050.711.157	1.050.711.157
11 Trabalho	33.495.943.062	88.423.243.561	121.919.186.623
122 Administração Geral	1.728.317.773		1.728.317.773
125 Normatização e Fiscalização	35.597.118	1.926.640	37.523.758
126 Tecnologia da Informação	150.028.129	183.483.751	333.511.880
127 Ordenamento Territorial	250.080		250.080
128 Formação de Recursos Humanos	1.410.989		1.410.989
131 Comunicação Social	24.094.123		24.094.123
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	89.846.214	88.012.289.050	88.102.135.264
333 Empregabilidade	200.000	209.839.451	210.039.451
334 Fomento ao Trabalho	31.263.447.603	9.749.743	31.273.197.346
366 Educação de Jovens e Adultos	18.507.188		18.507.188
571 Desenvolvimento Científico	2.661.873	5.954.926	8.616.799
846 Outros Encargos Especiais	181.581.972		181.581.972
12 Educação	153.821.327.152	21.592.833.518	175.414.160.670
122 Administração Geral	1.915.186.913	7.817.685	1.923.004.598
123 Administração Financeira	377.449.148		377.449.148

Quadro 6B

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

Função	Fiscal	Seguridade	Total
128 Formação de Recursos Humanos	59.052.967	1.550.000	60.602.967
131 Comunicação Social	118.436.081		118.436.081
211 Relações Diplomáticas	2.008.380		2.008.380
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		13.472.628.290	13.472.628.290
306 Alimentação e Nutrição		5.461.907.292	5.461.907.292
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	4.457.745.757	1.032.867.417	5.490.613.174
362 Ensino Médio	1.000.000.000		1.000.000.000
363 Ensino Profissional	17.368.002.055		17.368.002.055
364 Ensino Superior	40.823.445.321	988.781.023	41.812.226.344
365 Educação Infantil	1.296.573.338		1.296.573.338
366 Educação de Jovens e Adultos	319.300.688		319.300.688
367 Educação Especial	46.383.900		46.383.900
368 Educação Básica	10.692.323.019		10.692.323.019
571 Desenvolvimento Científico	321.113.099		321.113.099
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	465.142.395		465.142.395
694 Serviços Financeiros	6.385.057.273		6.385.057.273
846 Outros Encargos Especiais	9.140.002.970	627.281.811	9.767.284.781
847 Transferências para a Educação Básica	59.034.103.848		59.034.103.848
13 Cultura	2.904.260.336	0	2.904.260.336
122 Administração Geral	786.082.660		786.082.660
125 Normatização e Fiscalização	222.159		222.159
128 Formação de Recursos Humanos	410.000		410.000
131 Comunicação Social	500.000		500.000
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	47.901.406		47.901.406
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	313.033.533		313.033.533
392 Difusão Cultural	1.018.073.552		1.018.073.552
571 Desenvolvimento Científico	22.490.397		22.490.397
691 Promoção Comercial	645.000.000		645.000.000
845 Outras Transferências	8.522.875		8.522.875
846 Outros Encargos Especiais	62.023.754		62.023.754
14 Direitos da Cidadania	2.898.053.258	18.236.449	2.916.289.707
031 Ação Legislativa	1.075.378		1.075.378
122 Administração Geral	734.556.399		734.556.399
125 Normatização e Fiscalização	147.952.243		147.952.243
131 Comunicação Social	22.629.457		22.629.457
211 Relações Diplomáticas	850.000		850.000
241 Assistência à Pessoa Idosa	17.186.545	3.025.764	20.212.309
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	71.684.326	15.210.685	86.895.011
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	30.173.499		30.173.499
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.363.765.919		1.363.765.919
423 Assistência aos Povos Indígenas	399.653.281		399.653.281
846 Outros Encargos Especiais	108.526.211		108.526.211
15 Urbanismo	9.541.867.566	0	9.541.867.566
121 Planejamento e Orçamento	5.261.457		5.261.457
122 Administração Geral	751.869.473		751.869.473
127 Ordenamento Territorial	64.938.799		64.938.799
128 Formação de Recursos Humanos	850.000		850.000
131 Comunicação Social	420.000		420.000
182 Defesa Civil	137.956.619		137.956.619
244 Assistência Comunitária	5.066.141.442		5.066.141.442
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	94.755.078		94.755.078
451 Infra-Estrutura Urbana	2.333.596.853		2.333.596.853
452 Serviços Urbanos	4.245.227		4.245.227
453 Transportes Coletivos Urbanos	1.045.020.324		1.045.020.324
665 Normalização e Qualidade	20.000		20.000
845 Outras Transferências	31.747.722		31.747.722
846 Outros Encargos Especiais	5.044.572		5.044.572

Quadro 6B
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Função	Fiscal	Seguridade	Total
16 Habitação	760.736.047	0	760.736.047
212 Cooperação Internacional	9.506.682		9.506.682
482 Habitação Urbana	751.229.365		751.229.365
17 Saneamento	1.736.101.598	0	1.736.101.598
511 Saneamento Básico Rural	105.712.390		105.712.390
512 Saneamento Básico Urbano	1.628.389.208		1.628.389.208
544 Recursos Hídricos	2.000.000		2.000.000
18 Gestão Ambiental	29.131.364.730	0	29.131.364.730
122 Administração Geral	1.494.660.225		1.494.660.225
125 Normatização e Fiscalização	478.446.895		478.446.895
128 Formação de Recursos Humanos	14.373.365		14.373.365
131 Comunicação Social	1.426.003		1.426.003
211 Relações Diplomáticas	980.631		980.631
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	98.504.043		98.504.043
512 Saneamento Básico Urbano	4.834.815		4.834.815
541 Preservação e Conservação Ambiental	24.856.080.009		24.856.080.009
542 Controle Ambiental	184.529.212		184.529.212
543 Recuperação de Áreas Degradadas	4.500.000		4.500.000
544 Recursos Hídricos	1.790.887.963		1.790.887.963
571 Desenvolvimento Científico	1.080.631		1.080.631
846 Outros Encargos Especiais	201.060.938		201.060.938
19 Ciência e Tecnologia	22.293.891.489	0	22.293.891.489
121 Planejamento e Orçamento	12.533.169		12.533.169
122 Administração Geral	1.826.092.840		1.826.092.840
125 Normatização e Fiscalização	31.834.565		31.834.565
126 Tecnologia da Informação	2.760.433		2.760.433
128 Formação de Recursos Humanos	9.506.682		9.506.682
131 Comunicação Social	7.605.346		7.605.346
211 Relações Diplomáticas	45.000		45.000
212 Cooperação Internacional	7.998.948		7.998.948
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	135.502.488		135.502.488
541 Preservação e Conservação Ambiental	2.401.337		2.401.337
542 Controle Ambiental	3.811.886		3.811.886
571 Desenvolvimento Científico	3.357.320.480		3.357.320.480
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	16.519.208.112		16.519.208.112
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	55.914.013		55.914.013
662 Produção Industrial	132.618.199		132.618.199
846 Outros Encargos Especiais	188.737.991		188.737.991
20 Agricultura	34.476.198.557	0	34.476.198.557
122 Administração Geral	5.572.171.699		5.572.171.699
125 Normatização e Fiscalização	188.538.971		188.538.971
131 Comunicação Social	20.544.515		20.544.515
211 Relações Diplomáticas	600.000		600.000
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	310.676.098		310.676.098
541 Preservação e Conservação Ambiental	2.000.985		2.000.985
545 Meteorologia	27.891.956		27.891.956
571 Desenvolvimento Científico	7.130.013		7.130.013
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	499.545.347		499.545.347
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	20.238.028		20.238.028
605 Abastecimento	7.465.209.337		7.465.209.337
606 Extensão Rural	1.250.000		1.250.000
607 Irrigação	81.557.503		81.557.503
608 Promoção da Produção Agropecuária	20.009.446.493		20.009.446.493
609 Defesa Agropecuária	39.772.751		39.772.751
691 Promoção Comercial	32.217.248		32.217.248
846 Outros Encargos Especiais	197.407.613		197.407.613
21 Organização Agrária	4.612.523.440	0	4.612.523.440

Quadro 6B
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Função	Fiscal	Seguridade	Total
122 Administração Geral	1.854.971.272		1.854.971.272
127 Ordenamento Territorial	510.048.882		510.048.882
131 Comunicação Social	5.228.676		5.228.676
244 Assistência Comunitária	468.040.642		468.040.642
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	191.621.006		191.621.006
363 Ensino Profissional	48.997.966		48.997.966
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	400.000		400.000
571 Desenvolvimento Científico	70.000		70.000
606 Extensão Rural	296.033.251		296.033.251
608 Promoção da Produção Agropecuária	95.371.337		95.371.337
631 Reforma Agrária	1.058.905.428		1.058.905.428
693 Comércio Exterior	3.137.206		3.137.206
846 Outros Encargos Especiais	79.697.774		79.697.774
22 Indústria	2.436.684.535	0	2.436.684.535
122 Administração Geral	1.531.441.771		1.531.441.771
125 Normatização e Fiscalização	437.247.399		437.247.399
126 Tecnologia da Informação	16.912.597		16.912.597
182 Defesa Civil	14.700.000		14.700.000
211 Relações Diplomáticas	50.000		50.000
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	102.684.148		102.684.148
544 Recursos Hídricos	2.000.000		2.000.000
571 Desenvolvimento Científico	14.966.389		14.966.389
661 Promoção Industrial	26.319.509		26.319.509
663 Mineração	65.250.000		65.250.000
664 Propriedade Industrial	83.944.596		83.944.596
665 Normalização e Qualidade	11.696.500		11.696.500
846 Outros Encargos Especiais	129.471.626		129.471.626
23 Comércio e Serviços	6.041.403.061	0	6.041.403.061
122 Administração Geral	413.313.884		413.313.884
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	4.422.389		4.422.389
691 Promoção Comercial	213.806.938		213.806.938
693 Comércio Exterior	2.686.357.500		2.686.357.500
695 Turismo	2.718.452.474		2.718.452.474
846 Outros Encargos Especiais	5.049.876		5.049.876
24 Comunicações	3.429.396.733	0	3.429.396.733
122 Administração Geral	933.817.662		933.817.662
125 Normatização e Fiscalização	37.572.183		37.572.183
126 Tecnologia da Informação	151.982.543		151.982.543
131 Comunicação Social	10.000.000		10.000.000
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	40.583.073		40.583.073
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	14.456.787		14.456.787
571 Desenvolvimento Científico	1.000.000		1.000.000
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	504.503.545		504.503.545
722 Telecomunicações	1.679.912.908		1.679.912.908
846 Outros Encargos Especiais	55.568.032		55.568.032
25 Energia	1.249.776.236	0	1.249.776.236
121 Planejamento e Orçamento	5.860.123		5.860.123
122 Administração Geral	865.102.048		865.102.048
125 Normatização e Fiscalização	83.138.799		83.138.799
126 Tecnologia da Informação	23.249.936		23.249.936
128 Formação de Recursos Humanos	4.236.935		4.236.935
130 Administração de Concessões	7.050.753		7.050.753
131 Comunicação Social	9.506.682		9.506.682
211 Relações Diplomáticas	7.906.787		7.906.787
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	46.578.262		46.578.262
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	60.205.917		60.205.917
665 Normalização e Qualidade	8.847.841		8.847.841

Quadro 6B
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Função	Fiscal	Seguridade	Total
751 Conservação de Energia	28.922.262		28.922.262
752 Energia Elétrica	36.709.692		36.709.692
753 Combustíveis Minerais	4.857.404		4.857.404
754 Biocombustíveis	561.300		561.300
846 Outros Encargos Especiais	57.041.495		57.041.495
26 Transporte	17.364.271.929	0	17.364.271.929
121 Planejamento e Orçamento	537.542.333		537.542.333
122 Administração Geral	2.753.316.190		2.753.316.190
125 Normatização e Fiscalização	189.097.946		189.097.946
126 Tecnologia da Informação	265.669.532		265.669.532
127 Ordenamento Territorial	400.000		400.000
128 Formação de Recursos Humanos	4.823.992		4.823.992
130 Administração de Concessões	280.000		280.000
131 Comunicação Social	24.787.893		24.787.893
211 Relações Diplomáticas	1.000		1.000
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	120.396.570		120.396.570
451 Infra-Estrutura Urbana	5.000.000		5.000.000
452 Serviços Urbanos	614.900		614.900
781 Transporte Aéreo	254.302.642		254.302.642
782 Transporte Rodoviário	11.696.188.032		11.696.188.032
783 Transporte Ferroviário	460.368.662		460.368.662
784 Transporte Aquaviário	849.298.099		849.298.099
846 Outros Encargos Especiais	202.184.138		202.184.138
27 Desporto e Lazer	2.769.928.889	0	2.769.928.889
122 Administração Geral	64.301.508		64.301.508
131 Comunicação Social	10.000.000		10.000.000
211 Relações Diplomáticas	9.430		9.430
811 Desporto de Rendimento	304.140.105		304.140.105
812 Desporto Comunitário	2.391.477.846		2.391.477.846
28 Encargos Especiais	3.271.626.955.636	83.951.870.969	3.355.578.826.605
661 Promoção Industrial	15.000		15.000
841 Refinanciamento da Dívida Interna	1.560.618.793.262		1.560.618.793.262
842 Refinanciamento da Dívida Externa	51.743.581.777		51.743.581.777
843 Serviço da Dívida Interna	721.084.227.456		721.084.227.456
844 Serviço da Dívida Externa	37.571.847.759		37.571.847.759
845 Outras Transferências	492.088.840.816	5.657.591.976	497.746.432.792
846 Outros Encargos Especiais	301.586.937.657	78.294.278.993	379.881.216.650
847 Transferências para a Educação Básica	106.932.711.909		106.932.711.909
99 Reserva de Contingência	99.744.391.337	295.644.256	100.040.035.593
999 Reserva de Contingência	99.744.391.337	295.644.256	100.040.035.593
TOTAL	3.919.706.011.655	1.802.688.876.066	5.722.394.887.721

Quadro 6C

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

PROGRAMA	Fiscal	Seguridade	Total
0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	798.542.298	21.522.096	820.064.394
0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	8.554.111.079	1.006.596.609	9.560.707.688
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	206.358.119.461	142.825.055.450	349.183.174.911
0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	50.084.369.024	11.800.368.887	61.884.737.911
0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	11.428.854.683	5.992.476.051	17.421.330.734
0035 Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	554.045		554.045
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	56.557.359.672	46.931.189.075	103.488.548.747
0902 Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	106.885.645.382		106.885.645.382
0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	589.115.124.919	5.640.501.471	594.755.626.390
0905 Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	721.084.227.456		721.084.227.456
0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	37.571.847.759		37.571.847.759
0907 Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna	1.560.618.793.262		1.560.618.793.262
0908 Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa	51.743.581.777		51.743.581.777
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	182.614.924.560	4.565.785.514	187.180.710.074
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.470.793.080	7.238.512	1.478.031.592
0911 Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros	1.149.932.054		1.149.932.054
0913 Operações Especiais - Integralização de Cotas em Bancos Internacionais e Recomposição de Fundos Internacionais	522.400.714		522.400.714
0999 Reserva de Contingência	99.744.391.337	295.644.256	100.040.035.593
1144 Agropecuária Sustentável	17.790.853.497		17.790.853.497
1149 Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia	65.758.338		65.758.338
1158 Enfrentamento da Emergência Climática	24.272.303.622		24.272.303.622
1189 Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	157.153.211		157.153.211
1190 Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	29.365.274		29.365.274
1191 Agricultura Familiar e Agroecologia	9.287.490.060		9.287.490.060
1617 Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	458.213.647		458.213.647
2224 Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	158.084.393		158.084.393
2301 Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento	482.806.311		482.806.311
2302 Defesa Agropecuária	226.810.385		226.810.385
2303 Pesquisa e Inovação Agropecuária	506.675.360		506.675.360
2304 Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	154.300.364		154.300.364
2305 Comunicações para Inclusão e Transformação	2.389.527.966		2.389.527.966
2306 Política Nuclear	623.139.757		623.139.757
2307 Programa Espacial Brasileiro	88.314.138		88.314.138
2308 Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI	6.306.960.307		6.306.960.307
2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	207.805.297	88.423.243.561	88.631.048.858
2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania		982.841.362.779	982.841.362.779
2315 Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo	403.222.240		403.222.240
2316 Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior	1.289.220.505		1.289.220.505
2317 Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	8.517.579.616		8.517.579.616
2318 Gestão de Riscos e de Desastres	1.353.007.081		1.353.007.081
2319 Mobilidade Urbana	2.228.851.666		2.228.851.666
2320 Moradia Digna	11.904.306.766		11.904.306.766
2321 Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1.881.423.448		1.881.423.448
2322 Saneamento Básico	1.271.615.915	465.000.001	1.736.615.916
2323 Turismo, esse é o destino	2.718.452.474		2.718.452.474
2324 Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	2.488.868.515		2.488.868.515
2801 Neointustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1.491.271.646		1.491.271.646
2802 Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	212.476.001		212.476.001
3101 Energia Elétrica	113.799.264		113.799.264

Quadro 6C

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

PROGRAMA	Fiscal	Seguridade	Total
3102 Mineração Segura e Sustentável	91.203.781		91.203.781
3103 Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	52.062.938		52.062.938
3104 Aviação Civil	314.521.562		314.521.562
3105 Portos e Transporte Aquaviário	999.163.299		999.163.299
3106 Transporte Rodoviário	11.651.544.657		11.651.544.657
3107 Transição Energética	10.085.972		10.085.972
3108 Segurança Viária	264.000.869		264.000.869
3901 Transporte Ferroviário	357.331.275		357.331.275
4006 Economia Popular e Solidária Sustentáveis	72.119.421		72.119.421
4101 Comunicação Pública e Governamental	222.071.272		222.071.272
4102 Segurança Institucional	50.239.894		50.239.894
4103 Sistema Financeiro do Futuro	351.275.095		351.275.095
4104 Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	147.273.762		147.273.762
4105 Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas	568.305.503		568.305.503
5111 Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	70.936.879.237	5.461.907.292	76.398.786.529
5112 Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	4.496.255.216		4.496.255.216
5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	13.420.942.927	1.630.146.811	15.051.089.738
5115 Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos	640.007.135		640.007.135
5116 Segurança Pública com Cidadania	4.837.448.001		4.837.448.001
5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde		27.910.688.137	27.910.688.137
5118 Atenção Especializada à Saúde		102.929.720.222	102.929.720.222
5119 Atenção Primária à Saúde		55.478.715.730	55.478.715.730
5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde		3.181.226.335	3.181.226.335
5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde		16.883.610.902	16.883.610.902
5122 Saúde Indígena		1.463.565.097	1.463.565.097
5123 Vigilância em Saúde e Ambiente		14.384.162.417	14.384.162.417
5125 Direito à Cultura	2.011.145.189		2.011.145.189
5126 Esporte para a Vida	2.695.617.951		2.695.617.951
5127 Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único		71.006.302	71.006.302
5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas		159.537.751.741	159.537.751.741
5129 Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais		300.459.898	300.459.898
5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)		116.744.435.934	116.744.435.934
5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome		5.641.306.181	5.641.306.181
5134 Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas		209.516.559	209.516.559
5135 Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver	55.380.640		55.380.640
5136 Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1.526.728.741		1.526.728.741
5501 Estruturação da Política Nacional de Cuidados		26.435.797	26.435.797
5601 Cidades Melhores	490.315.481		490.315.481
5602 Periferia Viva	408.575.934		408.575.934
5636 Abastecimento e Soberania Alimentar	565.679.539		565.679.539
5661 Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres	57.683.729		57.683.729
5662 Mulher Viver sem Violência	116.574.412		116.574.412
5663 Autonomia Econômica das Mulheres	103.123.226		103.123.226
5801 Pesca e Aquicultura Sustentáveis	122.372.093		122.372.093
5802 Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos	45.375.388		45.375.388
5803 Juventude Negra Viva	17.509.192		17.509.192
5804 Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo	93.839.271		93.839.271
5811 Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	35.559.773		35.559.773
5812 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	23.150.272		23.150.272
5814 Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de	38.509.149		38.509.149

Quadro 6C **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Programa**

LDO-2025, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PROGRAMA	Fiscal	Seguridade	Total
Rua			
5815 Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	17.186.545	3.025.764	20.212.309
5816 Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	71.684.326	15.210.685	86.895.011
5837 Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	167.838.235		167.838.235
5838 Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	87.834.141		87.834.141
6111 Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional	563.259.613		563.259.613
6112 Defesa Nacional	14.383.077.418		14.383.077.418
6113 Oceano, Zona Costeira e Antártica	74.554.722		74.554.722
6114 Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1.067.475.233		1.067.475.233
TOTAL	3.919.706.011.655	1.802.688.876.066	5.722.394.887.721

Quadro 7A
Fonte de Recursos do Orçamento Fiscal
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1000	268.168.610.291		186.124.318.811	47.461.179.121	43.436.712.554	176.019.170.736	24.276.608.493	745.486.600.006
1007							18.777	18.777
1008			2.523.154.256					2.523.154.256
1009			2.910.000				8.027.327	10.937.327
1011				2.152.770.985				2.152.770.985
1012				160.918.311				160.918.311
1013				5.797.000			11.822.994	17.619.994
1014			17.370.038.729					17.370.038.729
1015			257.853.271					257.853.271
1016			109.592.862					109.592.862
1018			327.490				29.532.112	29.859.602
1019			492.382.156	148.248.116				640.630.272
1020			974.567.905	833.142.293			863.682.374	2.671.392.572
1021			15.037.900	18.028.274				33.066.174
1025			24.227.084	3.800				24.230.884
1026							290.785.468	290.785.468
1027			799.389.550					799.389.550
1028							1.001.031.980	1.001.031.980
1029					560.520.263		331.824.851	892.345.114
1030			11.762					11.762
1031	1.123.492.557		491.788.012	9.950.000			2.635.400.498	4.260.631.067
1032	7.770.240.702		2.141.985.993	210.285.546			5.886.244.034	16.008.756.275
1033			49.756.271				93.107.401	142.863.672
1034			171.046.228	92.000.000			145.387.911	408.434.139
1037			11.366.720	33.000.000			111.705.582	156.072.302
1038			119.220.571	2.500.000				121.720.571
1041					31.191.328.182			31.191.328.182
1042					17.370.038.730			17.370.038.730
1044					249.982.565			249.982.565
1045			103.495.604	10.904.473			100.106.776	214.506.853
1046							214.506.853	214.506.853
1050	156.318.619	1.569.758	10.211.194.115	2.402.487.342	8.841.465.639	39.540.884	5.027.478.213	26.680.054.570
1051				92.203.632	4.500.000		92.087.516	188.791.148
1052	2.000.500.734		2.493.040.001	301.782.635	15.127.344.292		3.737.508.040	23.660.175.702
1053			174.317.960	17.539.874			234.000.755	425.858.589
1057					15.525.449			15.525.449
1058			14.802.458	1.011.447				15.813.905
1059			4.182.822					4.182.822
1060			105.604.262					105.604.262
1061					592.138.118			592.138.118
1062			84.367.060					84.367.060

Quadro 7A
Fonte de Recursos do Orçamento Fiscal
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1063			227.851.616	4.021.208				231.872.824
1065			34.283.396	20.000.000				54.283.396
1066			1.164.370	100.000			74.935.311	76.199.681
1067			11.873.006					11.873.006
1068			2.400.000				3.536.503	5.936.503
1069			7.845.000	6.155.000			96.013.992	110.013.992
1070			258.615.990	4.946.160			95.626.165	359.188.315
1071			159.185.757	22.624.280				181.810.037
1072			2.812.000	1.188.000	210.506.853			214.506.853
1074							467.159.780	467.159.780
1075			276.774					276.774
1076							9.875.864.418	9.875.864.418
1077			7.423.265	1.478.386.548				1.485.809.813
1078							143.004.568	143.004.568
1080			3.136.637				402.328.358	405.464.995
1081			153.040.125	8.790.016				161.830.141
1083			272.432.020	205.567.643			138.878.598	616.878.261
1084			39.672.407					39.672.407
1085				2.380.424				2.380.424
1086			42.920.000	4.580.000			502.341.161	549.841.161
1087			1.920.284.776					1.920.284.776
1088			6.203.400				11.963.507	18.166.907
1089			3.511.000				187.690.466	191.201.466
1090			650.300				17.538.009	18.188.309
1091					3.869.562.650			3.869.562.650
1092			1.500.000				8.490.254	9.990.254
1095			400.000	1.466.666				1.866.666
1096			52.896.523	15.937.173				68.833.696
1097			203.046.094	1.396.890	401.065.446			605.508.430
1098			454.015.706	79.173.593	879.663.705			1.412.853.004
1099			214.526.341	7.739.524	383.242.565			605.508.430
1100			498.382.925	84.858.164	829.611.915			1.412.853.004
1101			386.584.177	90.623.889	2.752.170.231			3.229.378.297
1102			316.711.174		490.633.400			807.344.574
1103			31.128.033	1.488.526	76.513.293			109.129.852
1104			23.601.735	175.258.875	205.524.505			404.385.115
1105			12.606.244	2.408.601	24.946.174			39.961.019
1106			321.672	72.259	2.125.504			2.519.435
1107			488.092.602	54.306.172	280.954.716			823.353.490
1108			210.105.929	37.702.908	372.908.963			620.717.800
1109			30.396.318	2.062.881	48.820.461			81.279.660

Quadro 7A
Fonte de Recursos do Orçamento Fiscal
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1110			12.003.127	5.311.262	26.041.815			43.356.204
1112			3.049.289	494.769	5.325.180			8.869.238
1113			300.000				89.612.291	89.912.291
1114					16.160.877			16.160.877
1115			13.890.308	150.000.000			290.817.406	454.707.714
1116			9.717.276					9.717.276
1118			178.445.397	1.345.963.859	591.544.784			2.115.954.040
1119			3.404	19.882	35.023			58.309
1120	246.822.376		442.096.460	160.377.077				849.295.913
1121			759.583.726	175.952.034			478.597.085	1.414.132.845
1124					500.000.000		7.408.393	507.408.393
1128			24.083.623					24.083.623
1130			89.363.761					89.363.761
1133			2.913.541.328	3.701.606.551	1.000.000.000			7.615.147.879
1134			153.940.942					153.940.942
1135							24.998.115	24.998.115
1136			970	248	1.833			3.051
1138			47.081.319	39.250.308			1.192.092.381	1.278.424.008
1140			77.234.614	74.919.283			381.180.068	533.333.965
1180							3.653.069.000	3.653.069.000
1181							3.653.069.000	3.653.069.000
1183			7.680.357					7.680.357
1201			237.535.191.389					237.535.191.389
1202			200.274.769.213					200.274.769.213
1203			9.295.186.537					9.295.186.537
1206			3.387.154.028					3.387.154.028
1207					5.589.063.328			5.589.063.328
1208					5.589.063.328			5.589.063.328
1209					8.383.594.993			8.383.594.993
1210					8.383.594.993			8.383.594.993
1211			1.256.725.374					1.256.725.374
1213			21.330.782.768					21.330.782.768
1219			68.329.819					68.329.819
1229			16.732.126					16.732.126
1234			1.953.396.607					1.953.396.607
1235			1.317.735.956					1.317.735.956
1241			6.422.306.480					6.422.306.480
1242			66.433.982.677					66.433.982.677
1251			373.248.375	793.152.801				1.166.401.176
1286			191.326.118					191.326.118
1287			2.811.000					2.811.000

Quadro 7A
Fonte de Recursos do Orçamento Fiscal
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1289			7.680.356					7.680.356
1400						50.634.849.356		50.634.849.356
1401						33.321.129.332		33.321.129.332
1443						1.655.840.500.148		1.655.840.500.148
1444		480.011.561.632	955.636.544		10.000.000.000	111.250.000.000		602.217.198.176
1448			20.438.913	500.000	1.555.000.000	21.838.628.408		23.414.567.321
1449				1.411.837.870				1.411.837.870
9201			3.165.860.455					3.165.860.455
9202			2.669.254.893					2.669.254.893
9207					74.490.834			74.490.834
9208					74.490.834			74.490.834
9209					111.736.251			111.736.251
9210					111.736.251			111.736.251
9444	3.080.819.720		14.598.670.234					17.679.489.954
Total	282.546.804.999	480.013.131.390	806.959.112.928	64.126.374.193	170.229.686.497	2.048.943.818.864	66.887.082.784	3.919.706.011.655

Quadro 7B
Fonte de Recursos do Orçamento da Seguridade Social
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1000	44.859.194.788		53.785.676.778	4.395.597.764			28.079.872	103.068.549.202
1001	43.625.814.233		142.041.595.011	4.039.763.240	400.000.000			190.107.172.484
1002	13.318.495.782		368.068.481.933	7.460.568.141				388.847.545.856
1003	450.458.844		1.109.637.828	14.646.905	3.500.000		135.590.737	1.713.834.314
1004			41.158.271					41.158.271
1005			2.621.294.278	93.449.375				2.714.743.653
1006			19.614.714					19.614.714
1010			168.997					168.997
1012			214.042.260					214.042.260
1017			43.660					43.660
1023	9.154.308.642							9.154.308.642
1024	568.228.535							568.228.535
1035			841.051.419					841.051.419
1039							732.037	732.037
1040			80.224.131.815					80.224.131.815
1048				2.052.761				2.052.761
1049	1.227.416.855		30.135.603.038	170.686.865			62.608	31.533.769.366
1050	319.075.282		700.000					319.775.282
1052	707.583.845		524.253					708.108.098
1054			696.395.752.445					696.395.752.445
1055	231.843.314							231.843.314
1056	42.015.451.717							42.015.451.717
1081			4.410.512	20.642.945				25.053.457
1094			13.250					13.250
1095			60.000					60.000
1096			6.228.147					6.228.147
1122			8.237.566					8.237.566
1123			4.083.586.373					4.083.586.373
1125	241.758.963							241.758.963
1126			20.482.272					20.482.272
1131	28.838.228							28.838.228
1133			6.605.373.965					6.605.373.965
1184			10.971.938					10.971.938
1444			17.001.158.586					17.001.158.586
9000			6.207.569.518					6.207.569.518
9001			8.266.214.685					8.266.214.685
9054			607.269.765					607.269.765
9444	3.800.000.000		207.053.980.511					210.853.980.511
Total	160.548.469.028	0	1.625.375.033.788	16.197.407.996	403.500.000	0	164.465.254	1.802.688.876.066

Quadro 7C
Fonte de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1000	313.027.805.079		239.909.995.589	51.856.776.885	43.436.712.554	176.019.170.736	24.304.688.365	848.555.149.208
1001	43.625.814.233		142.041.595.011	4.039.763.240	400.000.000			190.107.172.484
1002	13.318.495.782		368.068.481.933	7.460.568.141				388.847.545.856
1003	450.458.844		1.109.637.828	14.646.905	3.500.000		135.590.737	1.713.834.314
1004			41.158.271					41.158.271
1005			2.621.294.278	93.449.375				2.714.743.653
1006			19.614.714					19.614.714
1007							18.777	18.777
1008			2.523.154.256					2.523.154.256
1009			2.910.000				8.027.327	10.937.327
1010			168.997					168.997
1011				2.152.770.985				2.152.770.985
1012			214.042.260	160.918.311				374.960.571
1013				5.797.000			11.822.994	17.619.994
1014			17.370.038.729					17.370.038.729
1015			257.853.271					257.853.271
1016			109.592.862					109.592.862
1017			43.660					43.660
1018			327.490				29.532.112	29.859.602
1019			492.382.156	148.248.116				640.630.272
1020			974.567.905	833.142.293			863.682.374	2.671.392.572
1021			15.037.900	18.028.274				33.066.174
1023	9.154.308.642							9.154.308.642
1024	568.228.535							568.228.535
1025			24.227.084	3.800				24.230.884
1026							290.785.468	290.785.468
1027			799.389.550					799.389.550
1028							1.001.031.980	1.001.031.980
1029					560.520.263		331.824.851	892.345.114
1030			11.762					11.762
1031	1.123.492.557		491.788.012	9.950.000			2.635.400.498	4.260.631.067
1032	7.770.240.702		2.141.985.993	210.285.546			5.886.244.034	16.008.756.275
1033			49.756.271				93.107.401	142.863.672
1034			171.046.228	92.000.000			145.387.911	408.434.139
1035			841.051.419					841.051.419
1037			11.366.720	33.000.000			111.705.582	156.072.302
1038			119.220.571	2.500.000				121.720.571
1039							732.037	732.037
1040			80.224.131.815					80.224.131.815
1041					31.191.328.182			31.191.328.182
1042					17.370.038.730			17.370.038.730

Quadro 7C
Fonte de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1044					249.982.565			249.982.565
1045			103.495.604	10.904.473			100.106.776	214.506.853
1046							214.506.853	214.506.853
1048				2.052.761				2.052.761
1049	1.227.416.855		30.135.603.038	170.686.865			62.608	31.533.769.366
1050	475.393.901	1.569.758	10.211.894.115	2.402.487.342	8.841.465.639	39.540.884	5.027.478.213	26.999.829.852
1051				92.203.632	4.500.000		92.087.516	188.791.148
1052	2.708.084.579		2.493.564.254	301.782.635	15.127.344.292		3.737.508.040	24.368.283.800
1053			174.317.960	17.539.874			234.000.755	425.858.589
1054			696.395.752.445					696.395.752.445
1055	231.843.314							231.843.314
1056	42.015.451.717							42.015.451.717
1057					15.525.449			15.525.449
1058			14.802.458	1.011.447				15.813.905
1059			4.182.822					4.182.822
1060			105.604.262					105.604.262
1061					592.138.118			592.138.118
1062			84.367.060					84.367.060
1063			227.851.616	4.021.208				231.872.824
1065			34.283.396	20.000.000				54.283.396
1066			1.164.370	100.000			74.935.311	76.199.681
1067			11.873.006					11.873.006
1068			2.400.000				3.536.503	5.936.503
1069			7.845.000	6.155.000			96.013.992	110.013.992
1070			258.615.990	4.946.160			95.626.165	359.188.315
1071			159.185.757	22.624.280				181.810.037
1072			2.812.000	1.188.000	210.506.853			214.506.853
1074							467.159.780	467.159.780
1075			276.774					276.774
1076							9.875.864.418	9.875.864.418
1077			7.423.265	1.478.386.548				1.485.809.813
1078							143.004.568	143.004.568
1080			3.136.637				402.328.358	405.464.995
1081			157.450.637	29.432.961				186.883.598
1083			272.432.020	205.567.643			138.878.598	616.878.261
1084			39.672.407					39.672.407
1085				2.380.424				2.380.424
1086			42.920.000	4.580.000			502.341.161	549.841.161
1087			1.920.284.776					1.920.284.776
1088			6.203.400				11.963.507	18.166.907
1089			3.511.000				187.690.466	191.201.466

Quadro 7C
Fonte de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1090			650.300				17.538.009	18.188.309
1091					3.869.562.650			3.869.562.650
1092			1.500.000				8.490.254	9.990.254
1094			13.250					13.250
1095			460.000	1.466.666				1.926.666
1096			59.124.670	15.937.173				75.061.843
1097			203.046.094	1.396.890	401.065.446			605.508.430
1098			454.015.706	79.173.593	879.663.705			1.412.853.004
1099			214.526.341	7.739.524	383.242.565			605.508.430
1100			498.382.925	84.858.164	829.611.915			1.412.853.004
1101			386.584.177	90.623.889	2.752.170.231			3.229.378.297
1102			316.711.174		490.633.400			807.344.574
1103			31.128.033	1.488.526	76.513.293			109.129.852
1104			23.601.735	175.258.875	205.524.505			404.385.115
1105			12.606.244	2.408.601	24.946.174			39.961.019
1106			321.672	72.259	2.125.504			2.519.435
1107			488.092.602	54.306.172	280.954.716			823.353.490
1108			210.105.929	37.702.908	372.908.963			620.717.800
1109			30.396.318	2.062.881	48.820.461			81.279.660
1110			12.003.127	5.311.262	26.041.815			43.356.204
1112			3.049.289	494.769	5.325.180			8.869.238
1113			300.000				89.612.291	89.912.291
1114					16.160.877			16.160.877
1115			13.890.308	150.000.000			290.817.406	454.707.714
1116			9.717.276					9.717.276
1118			178.445.397	1.345.963.859	591.544.784			2.115.954.040
1119			3.404	19.882	35.023			58.309
1120	246.822.376		442.096.460	160.377.077				849.295.913
1121			759.583.726	175.952.034			478.597.085	1.414.132.845
1122			8.237.566					8.237.566
1123			4.083.586.373					4.083.586.373
1124					500.000.000		7.408.393	507.408.393
1125	241.758.963							241.758.963
1126			20.482.272					20.482.272
1128			24.083.623					24.083.623
1130			89.363.761					89.363.761
1131	28.838.228							28.838.228
1133			9.518.915.293	3.701.606.551	1.000.000.000			14.220.521.844
1134			153.940.942					153.940.942
1135							24.998.115	24.998.115
1136			970	248	1.833			3.051

Quadro 7C
Fonte de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1138			47.081.319	39.250.308			1.192.092.381	1.278.424.008
1140			77.234.614	74.919.283			381.180.068	533.333.965
1180							3.653.069.000	3.653.069.000
1181							3.653.069.000	3.653.069.000
1183			7.680.357					7.680.357
1184			10.971.938					10.971.938
1201			237.535.191.389					237.535.191.389
1202			200.274.769.213					200.274.769.213
1203			9.295.186.537					9.295.186.537
1206			3.387.154.028					3.387.154.028
1207					5.589.063.328			5.589.063.328
1208					5.589.063.328			5.589.063.328
1209					8.383.594.993			8.383.594.993
1210					8.383.594.993			8.383.594.993
1211			1.256.725.374					1.256.725.374
1213			21.330.782.768					21.330.782.768
1219			68.329.819					68.329.819
1229			16.732.126					16.732.126
1234			1.953.396.607					1.953.396.607
1235			1.317.735.956					1.317.735.956
1241			6.422.306.480					6.422.306.480
1242			66.433.982.677					66.433.982.677
1251			373.248.375	793.152.801				1.166.401.176
1286			191.326.118					191.326.118
1287			2.811.000					2.811.000
1289			7.680.356					7.680.356
1400						50.634.849.356		50.634.849.356
1401						33.321.129.332		33.321.129.332
1443						1.655.840.500.148		1.655.840.500.148
1444		480.011.561.632	17.956.795.130		10.000.000.000	111.250.000.000		619.218.356.762
1448			20.438.913	500.000	1.555.000.000	21.838.628.408		23.414.567.321
1449				1.411.837.870				1.411.837.870
9000			6.207.569.518					6.207.569.518
9001			8.266.214.685					8.266.214.685
9054			607.269.765					607.269.765
9201			3.165.860.455					3.165.860.455
9202			2.669.254.893					2.669.254.893
9207					74.490.834			74.490.834
9208					74.490.834			74.490.834
9209					111.736.251			111.736.251
9210					111.736.251			111.736.251

Quadro 7C
Fonte de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2025, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.								
Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
9444	6.880.819.720		221.652.650.745					228.533.470.465
Total	443.095.274.027	480.013.131.390	2.432.334.146.716	80.323.782.189	170.633.186.497	2.048.943.818.864	67.051.548.038	5.722.394.887.721

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
1000	Recursos Livres da União	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	1035
1001	Recursos Livres da Seguridade Social	Amortização da Dívida Pública Federal	1401
1002	Atividades-fim da Seguridade Social	Aparelhamento da Defensoria Pública e Capacitação Profissional dos Seus Integrantes	1030
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	1086
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	1004
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	1005
1006	Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito	1010
1007	Prevenção de Acidentes de Trânsito	Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	1126
1008	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	1006
1009	Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	Atividades-fim da Seguridade Social	1002
1010	Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	1054
1011	Destinações da Cide-Combustíveis	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	9054
1012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	1056
1013	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União -	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado	1055
1014	Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal	1125
1015	Casa da Moeda	Capitalização do Fundo Social	1042
1016	Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio	Casa da Moeda	1015
1017	Montepio Civil	CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	1075
1018	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1087
1019	FUNAPOL	Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	1062
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	Combate à Fome	1094
1021	Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	Controle e Fiscalização Ambiental	1070
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	Convênios	1081
1024	Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1097
1025	Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Trá	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1098
1026	Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fi	CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Aço	1112
1027	Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
1028	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1103
1029	Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	1099
1030	Aparelhamento da Defensoria Pública e Capacitação Profissional dos Seus Integrantes	CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	1108
1031	FUNDAF - PGFN		
1032	FUNDAF - RFB	CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	1109
1033	PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		
1034	Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	1110
1035	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	1104
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública		
1038	Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1118
1039	Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	1105
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		
1041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	1107
1042	Capitalização do Fundo Social		
1044	Recursos do FISTEL destinados ao FUST	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1100
1045	Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	1136
1046	Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamen	1101
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econôm	1102
1050	Recursos Próprios Livres da UO	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	1128
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamen	1444
1052	Recursos Livres da UO		
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamen	9444
1054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		
1055	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado	Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	1072
1056	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fi	1026
1057	Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social		

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
1058	Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pe	Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internac	1090
1059	Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pú	1034
1060	Política de Garantia de Preços Mínimos	Destinações da Cide-Combustíveis	1011
1061	Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	Doações Estrangeiras	1095
1062	Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	Doações Nacionais	1096
1063	Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1133
1065	Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	1008
1066	Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	1130
1067	Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção	1091
1068	FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	1074
1069	Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	1046
1070	Controle e Fiscalização Ambiental	FGTS	1084
1071	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	1045
1072	Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a proj	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1028
1074	Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	1021
1075	CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	1009
1076	Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrencia da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1077
1077	Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	1039
1078	Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Ca	FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	1068
1080	Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento	FUNAPOL	1019
1081	Convênios	FUNDAF - PGFN	1031
1083	Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	FUNDAF - RFB	1032
1084	FGTS	Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	1089
1085	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	1088
1086	Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	1124
1087	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	1029

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
1088	Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	1067
1089	Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Híd	1071
1090	Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internac	Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	1057
1091	Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	1180
1092	Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 d	1181
1094	Combate à Fome	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1012
1095	Doações Estrangeiras	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1138
1096	Doações Nacionais	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	1037
1097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	Montepio Civil	1017
1098	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1449
1099	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Admini	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1448
1100	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	1018
1101	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamen	Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	1400
1102	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econôm	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	1023
1103	CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF	1024
1104	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	1114
1105	CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento	1080
1106	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de T	1113
1107	CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	Política de Garantia de Preços Mínimos	1060
1108	CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ação	Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Red	1066
		Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde	1184
		Prevenção de Acidentes de Trânsito	1007
		PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	1033
		Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	1041
		Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	1061
		Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	1115
		Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	1092

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
1109	CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Trá	1025
1110	CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações T	Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	1069
1112	CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	1003
1113	Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de T	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortiza	1122
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	1076
1115	Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Ca	1078
1116	Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	1120
1118	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	1106
1119	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Ad	1119
1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	Recursos do FISTEL destinados ao FSA	1135
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	Recursos do FISTEL destinados ao FUST	1044
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortiza	Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde	1014
1123	Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da	Recursos do Orçamento de Investimento	1495
1124	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	Recursos Livres da Seguridade Social	9001
1125	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal	Recursos Livres da Seguridade Social	1001
1126	Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	Recursos Livres da União	9000
1128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	Recursos Livres da União	1000
1130	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	Recursos Livres da UO	1052
1131	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço	1121
1133	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	1053
1134	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	1131
1135	Recursos do FISTEL destinados ao FSA	Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	1140
		Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	1085
		Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União -	1013
		Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	1049

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
1136	CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e A	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1051
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	1048
1140	Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1134
1180	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	1065
1181	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 d	Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM	1116
1183	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	1059
1184	Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde	Recursos Próprios Livres da UO	1050
1201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	1063
1202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1443
1203	Transferência Constitucional do IPI Exportação	Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	1083
1206	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pe	1058
1207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da	1123
1208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	1040
1209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordest	Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	1027
1210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordest	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	1020
1211	Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	1183
1213	Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	1206
1219	Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	1202
1229	Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	9202
1234	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	9201
1235	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	1201
1241	Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e	Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	1219
		Transferência Constitucional do IPI Exportação	1203
		Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	1208
		Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	9208

Quadro 7D
Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
1242	Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados,	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	1210
1251	Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	1209
1286	Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	9209
1287	Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclus	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	9210
1289	Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	9207
1400	Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	1207
1401	Amortização da Dívida Pública Federal	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	1213
1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	1229
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamen	Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1211
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1234
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1235
1495	Recursos do Orçamento de Investimento	Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	1289
9000	Recursos Livres da União	Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclus	1287
9001	Recursos Livres da Seguridade Social	Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e	1241
9054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	1286
9201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados,	1242
9202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1251
9207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio	1016
9208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-	Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	1038
9209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		
9210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamen		

Quadro 8A

Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde

LDO-2025, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art. 198 da CF)

A) Receita Corrente Líquida - RCL de 2025	R\$ 1.568.523.529.: 2;
B) % da RCL	15,00%
C) Aplicação Mínima em ASPS em 2025 (A*B)	R\$ 254.467.3; 8.393

Quadro 8B

LDO-2025, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

RESUMIDO

Órgão	Valor
Unidade Orçamentária	
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	R\$ 232.518.875.482
36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	R\$ 8.119.370.500
36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. - CONCEIÇÃO	R\$ 2.100.290.323
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	R\$ 1.044.199.552
36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	R\$ 221.255.015.107

DETALHAMENTO

Órgão	IU	Valor
Unidade Orçamentária		
Ação	IU	Valor
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	6	R\$ 232.518.875.482
36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	6	R\$ 8.119.370.500
8327 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇO LABORATORIAL DE REFERÊNCIA PARA O CONTROLE DE DOENÇAS	6	R\$ 33.700.000
212B - BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	6	R\$ 58.518.265
4705 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA POR MEIO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO	6	R\$ 975.000.000
09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	6	R\$ 217.021.948
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	6	R\$ 142.000.000
20TP - ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	6	R\$ 1.007.274.122
20K1 - PLATAFORMAS PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE	6	R\$ 20.000.000
4370 - ATENDIMENTO À POPULAÇÃO PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA E SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (HIV/AIDS) E OUTRAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST) E HEPATITES VIRAIS	6	R\$ 1.459.725.600
6174 - ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS E INSUMOS DE SAÚDE	6	R\$ 20.000.000
6516 - APERFEIÇOAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA	6	R\$ 120.000.000
15VW - CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA DE PLATAFORMAS VEGETAIS DE PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS DA FIOCRUZ CEARÁ	6	R\$ 10.000.000
13DW - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE BIOTECNOLOGIA EM SAÚDE (CIBS)	6	R\$ 273.325.373
166T - CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA DE IMUNOSSUPRESSORES - PAC	6	R\$ 2.277.712
21DA - MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	6	R\$ 224.177.712
0005 - SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)	6	R\$ 7.954.500
8305 - ATENÇÃO DE REFERÊNCIA E PESQUISA CLÍNICA	6	R\$ 321.000.000
15VZ - CONSTRUÇÃO DA SEDE DA FIOCRUZ AMAZONAS	6	R\$ 1.500.000
166S - CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA DE ONCOLÓGICOS - PAC	6	R\$ 1.366.627
20YD - EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SAÚDE	6	R\$ 317.056.732
21BF - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM SAÚDE	6	R\$ 378.056.580
4368 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA POR MEIO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS EM SAÚDE DO COMPONENTE ESTRATÉGICO	6	R\$ 96.652.779
6179 - COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6	R\$ 70.133.570
20YE - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS	6	R\$ 2.346.628.980
20Q7 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE CIÊNCIA E DA SAÚDE NA FIOCRUZ	6	R\$ 16.000.000
36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. - CONCEIÇÃO	6	R\$ 2.100.290.323
163D - ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO PACIENTE CRÍTICO E CIRÚRGICO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A (GHC) - PAC	6	R\$ 6.924.243
163C - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO E TERAPIA DO GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A (GHC) - PAC	6	R\$ 15.852.873
212B - BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	6	R\$ 107.212.617
20TP - ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	6	R\$ 1.558.701.584
6149 - RESIDÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SUS	6	R\$ 30.000.000
0022 - SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	6	R\$ 4.057.112
6217 - ATENÇÃO À SAÚDE NOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	6	R\$ 368.200.000

Quadro 8B

LDO-2025, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

***Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde
por Órgão e Unidade Orçamentária***

0625 - SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR	6	R\$ 9.341.894
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	6	R\$ 1.044.199.552
09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	6	R\$ 14.689.844
20T6 - FORTALECIMENTO DA SAÚDE AMBIENTAL PARA REDUÇÃO DOS RISCOS À SAÚDE HUMANA	6	R\$ 15.000.000
20K2 - FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, COM VISTAS AO APRIMORAMENTO E À SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS E AÇÕES DE SAÚDE AMBIENTAL	6	R\$ 5.400.000
4641 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	6	R\$ 3.000.000
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	6	R\$ 2.300.000
20AF - APOIO AO CONTROLE E À VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	6	R\$ 9.700.000
6908 - FOMENTO À EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL VOLTADA À PROMOÇÃO DA SAÚDE	6	R\$ 12.000.000
21C9 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE AÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS (LOCALIDADES DE PEQUENO PORTE) OU EM COMUNIDADES TRADICIONAIS (REMANESCENTES DE QUILOMBOS)	6	R\$ 220.000.000
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	6	R\$ 125.000.000
6881 - MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA FUNASA	6	R\$ 23.000.000
20TP - ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	6	R\$ 75.474.636
212B - BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	6	R\$ 14.959.497
21CI - APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES EM LOCALIDADES URBANAS DE MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 50.000 HABITANTES, DE FORMA A CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	6	R\$ 81.000.000
0005 - SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)	6	R\$ 409.875.575
21CH - IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS	6	R\$ 30.000.000
21CG - IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	6	R\$ 2.800.000
36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	6	R\$ 221.255.015.107
20QI - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FORÇA NACIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FN-SUS)	6	R\$ 10.000.000
2E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DE METAS	6	R\$ 11.481.578.470
20QG - ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	6	R\$ 7.300.000
20QF - PESQUISAS, ENSINO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS EM SAÚDE, PRIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E MEDICINA TROPICAL	6	R\$ 90.000.000
2B52 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE E DOS FUNDOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SAÚDE	6	R\$ 31.000.000
21CF - IMPLANTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SAÚDE DIGITAL, TELESSAÚDE E INOVAÇÃO NO SUS	6	R\$ 98.611.520
21GM - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SUS	6	R\$ 574.500.000
218U - APOIO AO CUSTEIO DE DESPESAS INSTITUCIONAIS DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS ENTES ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE - CONASS E CONASEMS	6	R\$ 20.000.000
00UB - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	6	R\$ 2.655.536.000
09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	6	R\$ 719.047.797
4641 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	6	R\$ 211.400.000
6217 - ATENÇÃO À SAÚDE NOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	6	R\$ 893.450.000
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	6	R\$ 5.500.000
4370 - ATENDIMENTO À POPULAÇÃO PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA E SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (HIV/AIDS) E OUTRAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST) E HEPATITES VIRAIS	6	R\$ 1.241.274.400
8708 - FORTALECIMENTO DA AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	6	R\$ 14.000.000
4368 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA POR MEIO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS EM SAÚDE DO COMPONENTE ESTRATÉGICO	6	R\$ 589.347.221
2016 - FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	6	R\$ 31.000.000
21DX - MANUTENÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO COM A AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SUS (AGSUS)	6	R\$ 1.137.855.228
21CD - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE	6	R\$ 151.100.000
0Z01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA FISCAL - PRIMÁRIA	6	R\$ 131.179.002

Quadro 8B

LDO-2025, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

***Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde
por Órgão e Unidade Orçamentária***

20AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	6	R\$ 217.000.000
21D9 - ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	6	R\$ 47.754.621
20YR - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL PELO SISTEMA DE GRATUIDADE	6	R\$ 3.783.000.000
20YP - PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA	6	R\$ 1.292.912.324
21CE - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	6	R\$ 518.540.000
21CJ - SANEAMENTO BÁSICO EM ALDEIAS INDÍGENAS PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS	6	R\$ 170.652.773
00UC - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	6	R\$ 10.685.000.000
00UW - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS PARA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	6	R\$ 10.855.000.000
212B - BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	6	R\$ 603.501.016
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	6	R\$ 697.500.000
4705 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA POR MEIO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO	6	R\$ 14.338.000.000
21ED - FORTALECIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE GENÔMICA E SAÚDE DE PRECISÃO - GENOMAS BRASIL	6	R\$ 250.000.000
8755 - APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CARDIOLOGIA-INC	6	R\$ 151.400.000
219A - PISO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	6	R\$ 26.712.036.417
8581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E SAÚDE BUCAL	6	R\$ 3.814.107.693
2E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS	6	R\$ 12.326.539.138
8535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	6	R\$ 8.686.810.556
8753 - MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM SAÚDE	6	R\$ 10.000.000
125H - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA	6	R\$ 60.527.290
8759 - APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA - INTO	6	R\$ 237.300.000
4324 - ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES RIBEIRINHAS E DE ÁREAS REMOTAS DA REGIÃO AMAZÔNICA MEDIANTE COOPERAÇÃO COM A MARINHA DO BRASIL E COM O EXÉRCITO BRASILEIRO	6	R\$ 31.000.000
21BG - FORMAÇÃO E PROVISÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	6	R\$ 2.171.581.149
20YN - SISTEMAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A SAÚDE (E-SAÚDE)	6	R\$ 431.766.654
8715 - PRESERVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, DISSEMINAÇÃO E ACESSO AO CONHECIMENTO E AO PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE	6	R\$ 17.956.296
8648 - DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA DA SAÚDE	6	R\$ 13.500.000
8721 - MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE	6	R\$ 20.000.000
15W2 - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES - RS	6	R\$ 10.000.000
8758 - APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ONCOLOGIA - INCA	6	R\$ 473.160.000
20AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	6	R\$ 273.000.000
20AL - APOIO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	6	R\$ 2.216.640.000
20YQ - APOIO INSTITUCIONAL PARA APRIMORAMENTO DO SUS	6	R\$ 508.233.502
20AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	6	R\$ 3.039.445.811
8287 - APRIMORAMENTO DA ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA EM SAÚDE	6	R\$ 40.000.000
21BF - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM SAÚDE	6	R\$ 325.143.774
20QH - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO PARA A SAÚDE	6	R\$ 170.000.000
4295 - ATENÇÃO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLÓGICAS	6	R\$ 1.707.000.000
21EC - GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	6	R\$ 26.000.000
20YE - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS E INSUMOS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS	6	R\$ 6.270.721.020
212H - MANUTENÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998)	6	R\$ 47.000.000
20TP - ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	6	R\$ 4.326.050.960
15EG - IMPLANTAÇÃO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA - INC	6	R\$ 1.000.000

Quadro 8B

LDO-2025, Anexo I, Inciso VIII.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

***Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde
por Órgão e Unidade Orçamentária***

8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	6	R\$ 77.736.399.652
6516 - APERFEIÇOAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA	6	R\$ 14.000.000
6148 - ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE – REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO	6	R\$ 1.507.301.849
20K3 - AVALIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS	6	R\$ 37.000.000
8636 - FORTALECIMENTO DA INOVAÇÃO EM PRODUTOS, SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E CONECTIVIDADE NO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE	6	R\$ 370.000.000
20SP - OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	6	R\$ 48.000.000
6182 - FUNCIONAMENTO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE OUVIDORIAS DO SUS	6	R\$ 27.600.000
20AI - AUXÍLIO-REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL AOS EGRESSOS DE LONGAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DE VOLTA PRA CASA)	6	R\$ 44.000.000
20YD - EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SAÚDE	6	R\$ 2.463.538.000
20YJ - FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AMBIENTE	6	R\$ 433.236.417
20K5 - APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NO SUS	6	R\$ 45.000.000
20K7 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRUTURAS PRODUTIVAS E TECNOLÓGICAS PARA FORTALECIMENTO DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE	6	R\$ 858.478.557

Quadro 9A

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

<i>Demonstrativo do Cálculo da Aplicação Mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</i>					
A) Receitas de Impostos					1.106.513.401.162
A1) Imposto sobre a Importação					87.669.356.162
A2) Imposto sobre a Exportação					10.337.117
A3) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR					3.565.425.294
A4) Imposto sobre a Renda - IR					850.956.110.012
A5) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI					92.951.865.369
A6) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos Ou Valores Mobiliários - IOF					71.360.307.208
B) Deduções (Transferências)					458.5: 9.63: : 36
B1) Transferência do ITR - CF Art. 158, II					3.387.154.030
B2) Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - CF Art. 159, I, a					202.940.214.707
B3) Fundo de Participação dos Municípios - FPM - CF Art. 159, I, b, d, e, f					240.696.533.722
B4) Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI - CF Art. 159, II					9.295.186.537
B5) Transferência do IOF incidente sobre o Ouro - CF Art. 153, §5º					68.329.819
C) Base de Cálculo (C = A - B)					670.347.: : 4.56:
D) Valor Mínimo a ser aplicado, no exercício corrente, na manutenção e desenvolvimento do ensino (CF Art. 212) (D = C x 18%)					119.244.898.: 45
<i>Despesas Programadas com MDE (Identificador de Uso - IU 8) por Subfunção e Fonte</i>					
Subfunção	Fonte 1000	Fonte 1133	Outras Fontes vinculadas à Educação(*)	Demais Fontes	TOTAL
122 - Administração Geral	1.922.729.424		275.174		1.923.004.598
128 - Formação de Recursos Humanos	57.470.764		2.817.203		60.287.967
131 - Comunicação Social	118.436.081				118.436.081
211 - Relações Diplomáticas	2.008.380				2.008.380
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.054.869.145		417.759.145		13.472.628.290
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.345.353.877			36.376.647	5.381.730.524
363 - Ensino Profissional	16.510.372.391		253.701.048		16.764.073.439
364 - Ensino Superior	38.882.728.276		1.136.024.958	135.636.544	40.154.389.778
365 - Educação Infantil	61.328.868	1.235.244.470			1.296.573.338
366 - Educação de Jovens e Adultos	319.300.688				319.300.688
367 - Educação Especial	43.638.160		2.745.740		46.383.900
368 - Educação Básica	5.265.767.700	5.098.503.409	328.051.910		10.692.323.019
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico					
392 - Difusão Cultural					
571 - Desenvolvimento Científico	321.113.099				321.113.099
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	464.057.713		1.084.682		465.142.395
845 - Outras Transferências					
846 - Outros Encargos Especiais	9.172.217.971				9.172.217.971
847 - Transferências para a Educação Básica	39.051.547.102		2.523.154.256	17.459.402.490	59.034.103.848
999 - Reserva de Contingência	7.894.802.635				7.894.802.635
TOTAL	138.487.742.274	6.333.747.879	4.665.614.116	17.631.415.681	167.118.519.950
(*) As seguintes fontes foram consideradas: 1008, 1012, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1081, 1095, 1096, 1128, 1134 .					

Quadro 9B
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -MDE (CF Art.212)
por Programa, Fonte e Órgão

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

*Quadro-síntese

Recursos de todas as fontes.

PROGRAMA		VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	71.379.164.526
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.008.380
0999	Reserva de Contingência	7.894.802.635
5111	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	70.936.879.237
5112	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	3.892.326.600
5113	Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	13.013.338.572
FONTE		VALOR
1000	Recursos Livres da União	138.487.742.274
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus	36.376.647
1008	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.523.154.256
1012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	374.960.571
1014	Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para	17.370.038.729
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na	2.029.001
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	392.096.278
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.118.145.854
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.589.880
1081	Convênios	65.152.463
1095	Doações Estrangeiras	726.666
1096	Doações Nacionais	734.582
1128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	24.083.623
1130	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	89.363.761
1133	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	6.333.747.879
1134	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de	153.940.942
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro	135.636.544
ÓRGÃO		VALOR
26	Ministério da Educação	167.118.519.950
TOTAL		167.118.519.950

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
26	Ministério da Educação								167.118.519.950
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								71.379.164.526
	Operação Especial								9.172.217.971
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12 846							9.172.217.971
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional		F	1	0	91	8	1000	61.651.835 61.651.835
0032 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia		F	1	0	91	8	1000	74.724.585 74.724.585
0032 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre		F	1	0	91	8	1000	65.113.568 65.113.568
0032 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas		F	1	0	91	8	1000	178.006.049 168.954.006 9.052.043
0032 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima		F	1	0	91	8	1000	55.081.455 55.081.455
0032 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará		F	1	0	91	8	1000	341.507.153 323.059.178 18.447.975
0032 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá		F	1	0	91	8	1000	44.324.592 44.324.592
0032 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins		F	1	0	91	8	1000	101.214.321 101.214.321
0032 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste		F	1	0	91	8	1000	63.898.484 63.898.484
0032 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão		F	1	0	91	8	1000	208.242.086 192.522.902 15.719.184
0032 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí		F	1	0	91	8	1000	180.400.831 179.743.187 657.644
0032 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará		F	1	0	91	8	1000	315.869.866 286.658.710 29.211.156
0032 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte		F	1	0	91	8	1000	325.322.829 305.012.968 20.309.861

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba		F	1	0	91	8	1000	390.472.108
			S	1	0	91	8	1000	360.958.806
0032 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco		F	1	0	91	8	1000	425.908.405
			S	1	0	91	8	1000	395.614.479
0032 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas		F	1	0	91	8	1000	173.921.891
			S	1	0	91	8	1000	158.044.731
0032 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe		F	1	0	91	8	1000	160.597.853
			S	1	0	91	8	1000	147.473.989
0032 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia		F	1	0	91	8	1000	408.225.714
			S	1	0	91	8	1000	388.023.376
0032 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais		F	1	0	91	8	1000	1.198.528.929
			S	1	0	91	8	1000	1.113.503.378
0032 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo		F	1	0	91	8	1000	194.027.184
			S	1	0	91	8	1000	180.121.370
0032 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro		F	1	0	91	8	1000	1.088.301.630
			S	1	0	91	8	1000	952.517.319
0032 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo		F	1	0	91	8	1000	449.034.365
			S	1	0	91	8	1000	390.218.491
0032 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul		F	1	0	91	8	1000	43.941.911
			S	1	0	91	8	1000	43.941.911
0032 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná		F	1	0	91	8	1000	531.835.525
			S	1	0	91	8	1000	503.355.489
0032 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina		F	1	0	91	8	1000	326.891.630
			S	1	0	91	8	1000	304.557.968
0032 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul		F	1	0	91	8	1000	787.360.951
			S	1	0	91	8	1000	751.562.721
									35.798.230

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso								177.160.711
			F	1	0	91	8	1000	172.264.911
			S	1	0	91	8	1000	4.895.800
0032 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás								316.719.910
			F	1	0	91	8	1000	297.561.966
			S	1	0	91	8	1000	19.157.944
0032 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal								307.014.847
			F	1	0	91	8	1000	292.016.916
			S	1	0	91	8	1000	14.997.931
0032 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul								176.916.753
			F	1	0	91	8	1000	171.238.548
			S	1	0	91	8	1000	5.678.205
Atividade									62.206.946.555
0032 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação	12 122							244.889.912
0032 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional								227.835.733
	Unidade apoiada(unidade) 13		F	3	2	80	8	1000	40.856.264
			F	3	2	90	8	1000	184.976.762
			F	3	2	91	8	1000	2.002.707
0032 20RH 0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal								17.054.179
	Unidade apoiada(unidade) 1		F	3	2	90	8	1000	17.054.179
0032 20TP	Ativos Cíveis da União	12 122							55.181.639.523
0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional								8.359.904.857
			F	1	1	90	8	1000	328.879.622
			S	1	1	90	8	1000	8.031.025.235
0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia								404.121.937
			F	1	1	90	8	1000	404.121.937
0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre								329.789.448
			F	1	1	90	8	1000	329.789.448
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas								803.388.416
			S	1	1	90	8	1000	42.051.984
			F	1	1	90	8	1000	761.336.432
0032 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima								271.513.620
			F	1	1	90	8	1000	271.513.620
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará								1.731.630.625
			S	1	1	90	8	1000	76.071.583
			F	1	1	90	8	1000	1.655.559.042
0032 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá								252.520.955
			F	1	1	90	8	1000	252.520.955
0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins								530.656.677
			F	1	1	90	8	1000	530.656.677
0032 20TP 0020	Ativos Cíveis da União - Na Região Nordeste								349.421.999
			F	1	1	90	8	1000	349.421.999
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão								1.079.522.273
			S	1	1	90	8	1000	73.709.429
			F	1	1	90	8	1000	1.005.812.844
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí								856.483.961
			S	1	1	90	8	1000	3.194.914
			F	1	1	90	8	1000	853.289.047
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará								1.588.939.331
			S	1	1	90	8	1000	137.542.815
			F	1	1	90	8	1000	1.451.396.516

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte		S	1	1	90	8	1000	1.623.414.635
			F	1	1	90	8	1000	95.049.953
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba		S	1	1	90	8	1000	1.889.475.338
			F	1	1	90	8	1000	140.953.911
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco		S	1	1	90	8	1000	1.993.081.117
			F	1	1	90	8	1000	1.748.521.427
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas		S	1	1	90	8	1000	885.236.704
			F	1	1	90	8	1000	74.315.542
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe		S	1	1	90	8	1000	724.689.234
			F	1	1	90	8	1000	52.437.663
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia		S	1	1	90	8	1000	2.105.516.702
			F	1	1	90	8	1000	96.217.751
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais		S	1	1	90	8	1000	6.051.140.213
			F	1	1	90	8	1000	2.009.298.951
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo		S	1	1	90	8	1000	5.333.513.025
			F	1	1	90	8	1000	397.742.035
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro		S	1	1	90	8	1000	1.120.803.892
			F	1	1	90	8	1000	5.653.398.178
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo		S	1	1	90	8	1000	1.120.803.892
			F	1	1	90	8	1000	60.638.459
0032 20TP 0040	Ativos Cíveis da União - Na Região Sul		S	1	1	90	8	1000	1.060.165.433
			F	1	1	90	8	1000	1.060.165.433
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná		S	1	1	90	8	1000	5.333.513.025
			F	1	1	90	8	1000	710.706.264
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina		S	1	1	90	8	1000	4.622.806.761
			F	1	1	90	8	1000	2.295.560.367
0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul		S	1	1	90	8	1000	2.295.560.367
			F	1	1	90	8	1000	298.169.323
0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso		S	1	1	90	8	1000	1.997.391.044
			F	1	1	90	8	1000	1.997.391.044
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	1000	226.506.214
			F	1	1	90	8	1000	226.506.214
0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal		S	1	1	90	8	1000	2.182.262.064
			F	1	1	90	8	1000	139.499.274
0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul		S	1	1	90	8	1000	2.042.762.790
			F	1	1	90	8	1000	2.042.762.790
0032 2000	Administração da Unidade	12 122	S	1	1	90	8	1000	1.717.545.639
			F	1	1	90	8	1000	116.870.625
			S	1	1	90	8	1000	1.600.675.014
			F	1	1	90	8	1000	1.600.675.014
			S	1	1	90	8	1000	5.681.217.687
			F	1	1	90	8	1000	1.943.570.194
			S	1	1	90	8	1000	3.737.647.493
			F	1	1	90	8	1000	3.737.647.493
			S	1	1	90	8	1000	901.870.935
			F	1	1	90	8	1000	84.478.800
			S	1	1	90	8	1000	23.154.288
			F	1	1	90	8	1000	23.154.288
			S	1	1	90	8	1000	794.237.847
			F	1	1	90	8	1000	794.237.847
			S	1	1	90	8	1000	1.507.232.714
			F	1	1	90	8	1000	181.351.807
			S	1	1	90	8	1000	95.726.595
			F	1	1	90	8	1000	95.726.595
			S	1	1	90	8	1000	1.230.154.312
			F	1	1	90	8	1000	1.230.154.312
			S	1	1	90	8	1000	1.454.150.409
			F	1	1	90	8	1000	71.976.453
			S	1	1	90	8	1000	61.450.099
			F	1	1	90	8	1000	61.450.099
			S	1	1	90	8	1000	1.320.723.857
			F	1	1	90	8	1000	1.320.723.857
			S	1	1	90	8	1000	930.528.535
			F	1	1	90	8	1000	29.283.659
			S	1	1	90	8	1000	901.244.876
			F	1	1	90	8	1000	901.244.876
			S	1	1	90	8	1000	877.534.342
			F	1	1	90	8	1000	877.534.342

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco		F	3	2	90	8	1000	30.155.715 28.134.404
			F	3	2	90	8	1050	49.974
			F	3	2	91	8	1000	70.000
			F	4	2	90	8	1000	1.901.337
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal								847.378.627 759.269.771
			F	3	2	90	8	1000	4.363.408
			F	3	2	91	8	1000	76.377.763
			F	4	2	90	8	1000	7.367.685
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12 331							920.453.865
0032 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional		S	3	1	90	8	1000	105.910.161 105.910.161
0032 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia		F	3	1	90	8	1000	5.830.519 5.830.519
0032 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre		F	3	1	90	8	1000	2.387.684 2.387.684
0032 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas		F	3	1	90	8	1000	10.119.535 9.322.819
			S	3	1	90	8	1000	796.716
0032 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima		F	3	1	90	8	1000	3.800.024 3.800.024
0032 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará		F	3	1	90	8	1000	21.077.319 20.288.331
			S	3	1	90	8	1000	788.988
0032 2004 0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá		F	3	1	90	8	1000	3.309.492 3.309.492
0032 2004 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins		F	3	1	90	8	1000	8.773.898 8.773.898
0032 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste		F	3	1	90	8	1000	6.441.072 6.441.072
0032 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão		F	3	1	90	8	1000	19.078.208 17.848.880
			S	3	1	90	8	1000	1.229.328
0032 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí		F	3	1	90	8	1000	18.076.868 18.016.052
			S	3	1	90	8	1000	60.816
0032 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará		F	3	1	90	8	1000	25.997.029 23.856.407
			S	3	1	90	8	1000	2.140.622

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte		F	3	1	90	8	1000	34.877.492
			S	3	1	90	8	1000	33.251.292
0032 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba		F	3	1	90	8	1000	1.626.200
			S	3	1	90	8	1000	35.871.073
0032 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco		F	3	1	90	8	1000	32.930.305
			S	3	1	90	8	1000	2.940.768
0032 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas		F	3	1	90	8	1000	35.588.676
			S	3	1	90	8	1000	32.812.268
0032 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe		F	3	1	90	8	1000	2.776.408
			S	3	1	90	8	1000	12.858.104
0032 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia		F	3	1	90	8	1000	12.582.980
			S	3	1	90	8	1000	275.124
0032 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais		F	3	1	90	8	1000	13.225.760
			S	3	1	90	8	1000	12.322.244
0032 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo		F	3	1	90	8	1000	903.516
			S	3	1	90	8	1000	27.508.267
0032 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	1	90	8	1000	26.260.116
			S	3	1	90	8	1000	1.248.151
0032 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo		F	3	1	90	8	1000	140.527.485
			S	3	1	90	8	1000	131.489.129
0032 2004 0040	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul		F	3	1	90	8	1000	9.038.356
			S	3	1	90	8	1000	20.309.428
0032 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná		F	3	1	90	8	1000	19.264.636
			S	3	1	90	8	1000	1.044.792
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	1000	66.460.430
			S	3	1	90	8	1000	60.469.454
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	1000	5.990.976
			S	3	1	90	8	1000	29.178.102
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	1000	27.513.062
			S	3	1	90	8	1000	1.665.040
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	1000	2.767.863
			S	3	1	90	8	1000	2.767.863
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	1000	43.639.297
			S	3	1	90	8	1000	41.213.017
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	1000	2.426.280
			S	3	1	90	8	1000	31.164.852
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	1000	28.664.872
			S	3	1	90	8	1000	2.499.980

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	12 331	F	3	1	90	8	1000	73.105.661
			S	3	1	90	8	1000	58.961.746
									14.143.915
0032 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	12.929.461
			S	3	1	90	8	1000	12.695.257
									234.204
0032 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás		F	3	1	90	8	1000	32.731.544
			S	3	1	90	8	1000	30.236.816
									2.494.728
0032 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal		F	3	1	90	8	1000	21.943.681
			S	3	1	90	8	1000	21.277.830
									665.851
0032 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	3	1	90	8	1000	54.964.880
			S	3	1	90	8	1000	6.453.928
			S	3	1	90	8	1000	12.134.305
			S	3	1	90	8	1004	36.376.647
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes								4.461.276.659
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional		S	3	1	90	8	1000	475.342.476
									475.342.476
0032 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia		F	3	1	90	8	1000	35.088.832
									35.088.832
0032 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre		F	3	1	90	8	1000	30.099.089
									30.099.089
0032 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas		F	3	1	90	8	1000	71.143.084
			S	3	1	90	8	1000	67.051.232
									4.091.852
0032 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima		F	3	1	90	8	1000	27.897.177
									27.897.177
0032 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará		F	3	1	90	8	1000	145.648.808
			S	3	1	90	8	1000	140.614.866
									5.033.942
0032 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá		F	3	1	90	8	1000	24.572.072
									24.572.072
0032 212B 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins		F	3	1	90	8	1000	47.403.321
									47.403.321
0032 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste		F	3	1	90	8	1000	29.971.613
									29.971.613
0032 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão		F	3	1	90	8	1000	96.484.792
			S	3	1	90	8	1000	90.504.715
									5.980.077
0032 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí		F	3	1	90	8	1000	70.970.274
			S	3	1	90	8	1000	70.668.059
									302.215

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará		F	3	1	90	8	1000	130.819.658
			S	3	1	90	8	1000	119.817.479
0032 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte		F	3	1	90	8	1000	11.002.179
			S	3	1	90	8	1000	135.008.815
0032 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba		F	3	1	90	8	1000	128.063.319
			S	3	1	90	8	1000	6.945.496
0032 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco		F	3	1	90	8	1000	153.752.865
			S	3	1	90	8	1000	142.959.070
0032 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas		F	3	1	90	8	1000	10.793.795
			S	3	1	90	8	1000	177.685.843
0032 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe		F	3	1	90	8	1000	163.764.236
			S	3	1	90	8	1000	13.921.607
0032 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia		F	3	1	90	8	1000	74.656.490
			S	3	1	90	8	1000	68.743.567
0032 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais		F	3	1	90	8	1000	5.912.923
			S	3	1	90	8	1000	60.224.841
0032 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo		F	3	1	90	8	1000	56.598.551
			S	3	1	90	8	1000	3.626.290
0032 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	1	90	8	1000	189.203.280
			S	3	1	90	8	1000	180.107.997
0032 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo		F	3	1	90	8	1000	9.095.283
			S	3	1	90	8	1000	510.223.521
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul		F	3	1	90	8	1000	473.031.050
			S	3	1	90	8	1000	37.192.471
0032 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná		F	3	1	90	8	1000	87.755.140
			S	3	1	90	8	1000	82.175.831
0032 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	1000	5.579.309
			S	3	1	90	8	1000	476.133.069
0032 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul		F	3	1	90	8	1000	404.388.823
			S	3	1	90	8	1000	71.744.246
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	202.894.505
			S	3	1	90	8	1000	174.780.713
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	28.113.792
			S	3	1	90	8	1000	19.492.114
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	19.492.114
			S	3	1	90	8	1000	175.769.545
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	161.183.958
			S	3	1	90	8	1000	14.585.587
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	143.325.209
			S	3	1	90	8	1000	132.186.290
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	11.138.919
			S	3	1	90	8	1000	368.806.470
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	295.354.981
			S	3	1	90	8	1000	73.451.489
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	1000	75.226.635
			S	3	1	90	8	1000	72.928.752

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás		S	3	1	90	8	1000	2.297.883
			F	3	1	90	8	1000	119.398.290
			S	3	1	90	8	1000	111.007.634
0032 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal								8.390.656
			F	3	1	90	8	1000	225.445.571
			S	3	1	90	8	1000	220.730.410
0032 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul								4.715.161
			F	3	1	90	8	1000	80.833.260
			S	3	1	90	8	1000	76.895.805
0032 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	12 571							321.113.099
0032 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional								321.113.099
	Projeto apoiado(unidade)	8	F	3	2	50	8	1000	321.113.099
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							10.791.066
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional								290.583
	Agente público beneficiado(unidade)	7	F	3	2	90	8	1000	290.583
0032 216H 0011	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Rondônia								295.600
	Agente público beneficiado(unidade)	13	F	3	2	90	8	1000	295.600
0032 216H 0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre								21.600
	Agente público beneficiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	21.600
0032 216H 0013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amazonas								86.400
	Agente público beneficiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	86.400
0032 216H 0014	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Roraima								21.600
	Agente público beneficiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	21.600
0032 216H 0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará								121.000
	Agente público beneficiado(unidade)	10	F	3	2	90	8	1000	121.000
0032 216H 0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá								21.600
	Agente público beneficiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	21.600
0032 216H 0017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins								121.000
	Agente público beneficiado(unidade)	5	F	3	2	90	8	1000	121.000
0032 216H 0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste								52.720
	Agente público beneficiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	52.720
0032 216H 0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão								150.000
	Agente público beneficiado(unidade)	12	F	3	2	90	8	1000	150.000
0032 216H 0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí								43.200
	Agente público beneficiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	43.200
0032 216H 0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará								21.600
	Agente público beneficiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	21.600
0032 216H 0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba								283.927
	Agente público beneficiado(unidade)	16	F	3	2	90	8	1000	283.927
0032 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco								163.560
	Agente público beneficiado(unidade)	8	F	3	2	90	8	1000	163.560

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 216H 0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas Agente público beneficiado(unidade) 3		F	3	2	90	8	1000	50.000 50.000
0032 216H 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	1000	41.600 21.600
			F	3	2	90	8	1050	20.000
0032 216H 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia Agente público beneficiado(unidade) 42		F	3	2	90	8	1000	501.800 501.800
0032 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais Agente público beneficiado(unidade) 68		F	3	2	90	8	1000	1.767.285 1.603.685
			F	3	2	90	8	1050	163.600
0032 216H 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo Agente público beneficiado(unidade) 7		F	3	2	90	8	1000	155.000 155.000
0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro Agente público beneficiado(unidade) 18		F	3	2	90	8	1000	273.919 253.919
			F	3	2	90	8	1050	20.000
0032 216H 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo Agente público beneficiado(unidade) 15		F	3	2	90	8	1000	401.600 401.600
0032 216H 0040	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Sul Agente público beneficiado(unidade) 2		F	3	2	90	8	1000	55.391 55.391
0032 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná Agente público beneficiado(unidade) 18		F	3	2	90	8	1000	386.400 386.400
0032 216H 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina Agente público beneficiado(unidade) 11		F	3	2	90	8	1000	396.095 374.495
			F	3	2	90	8	1050	21.600
0032 216H 0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul Agente público beneficiado(unidade) 30		F	3	2	90	8	1000	683.200 683.200
0032 216H 0051	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso Agente público beneficiado(unidade) 9		F	3	2	90	8	1000	197.200 197.200
0032 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás Agente público beneficiado(unidade) 24		F	3	2	90	8	1000	501.600 501.600
0032 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal Agente público beneficiado(unidade) 87		F	3	2	90	8	1000	3.663.986 3.213.986
			S	3	2	90	8	1000	450.000
0032 216H 0054	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso do Sul Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	1000	21.600 21.600
0032 4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais	12 573							10.524.041
0032 4000 0001	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - Nacional Estudo realizado(unidade) 29		F	3	2	90	8	1000	9.291.900 8.768.476
			F	4	2	90	8	1000	523.424
0032 4000 0026	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - No Estado de Pernambuco Estudo realizado(unidade) 173		F	3	2	90	8	1000	1.232.141 1.217.141
			F	3	2	91	8	1000	15.000
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							60.287.967
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional Servidor capacitado(unidade) 450		F	3	2	90	8	1000	1.030.244 980.244

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			S	3	2	90	8	1000	50.000
0032 4572 0011	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Rondônia								2.187.196
	Servidor capacitado(unidade) 1100		F	3	2	90	8	1000	2.186.596
			F	3	2	91	8	1000	600
0032 4572 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre								400.000
	Servidor capacitado(unidade) 600		F	3	2	90	8	1000	398.000
			F	3	2	91	8	1000	2.000
0032 4572 0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas								510.000
	Servidor capacitado(unidade) 520		F	3	2	90	8	1000	510.000
0032 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima								446.151
	Servidor capacitado(unidade) 260		F	3	2	90	8	1000	446.151
0032 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará								2.588.000
	Servidor capacitado(unidade) 2776		F	3	2	90	8	1000	2.583.000
			F	3	2	91	8	1000	5.000
0032 4572 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá								1.068.900
	Servidor capacitado(unidade) 424		F	3	2	90	8	1000	1.068.900
0032 4572 0017	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Tocantins								680.000
	Servidor capacitado(unidade) 610		F	3	2	90	8	1000	680.000
0032 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste								540.000
	Servidor capacitado(unidade) 450		F	3	2	90	8	1000	540.000
0032 4572 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão								2.548.591
	Servidor capacitado(unidade) 1994		F	3	2	90	8	1000	2.548.591
0032 4572 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí								300.000
	Servidor capacitado(unidade) 125		F	3	2	90	8	1000	222.074
			F	3	2	90	8	1050	77.926
0032 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará								2.281.475
	Servidor capacitado(unidade) 1491		F	3	2	90	8	1000	2.281.475
0032 4572 0024	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Norte								2.668.963
	Servidor capacitado(unidade) 3924		F	3	2	90	8	1000	2.558.963
			F	3	2	91	8	1000	10.000
			F	4	2	90	8	1000	100.000
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba								1.561.033
	Servidor capacitado(unidade) 1661		F	3	2	90	8	1000	1.461.033
			F	3	2	90	8	1050	100.000
0032 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco								2.092.000
	Servidor capacitado(unidade) 2149		F	3	2	90	8	1000	2.086.853
			F	3	2	91	8	1000	5.147
0032 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas								600.000
	Servidor capacitado(unidade) 650		F	3	2	90	8	1000	600.000
0032 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe								400.000
	Servidor capacitado(unidade) 1200		F	3	2	90	8	1000	374.000
			F	3	2	90	8	1050	26.000
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia								3.240.445
	Servidor capacitado(unidade) 3135		F	3	2	90	8	1000	2.876.369
			F	3	2	90	8	1050	334.076
			F	3	2	91	8	1000	30.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais Servidor capacitado(unidade) 6675		F	3	2	90	8	1000	8.864.043 8.318.967
			F	3	2	90	8	1050	498.060
			F	3	2	91	8	1000	45.076
			F	3	2	91	8	1050	1.940
0032 4572 0032	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Espírito Santo Servidor capacitado(unidade) 1400		F	3	2	90	8	1000	1.030.000 1.030.000
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro Servidor capacitado(unidade) 5217		F	3	2	90	8	1000	6.549.927 6.549.927
0032 4572 0035	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de São Paulo Servidor capacitado(unidade) 2005		F	3	2	90	8	1000	1.301.630 1.072.429
			F	3	2	90	8	1050	229.201
0032 4572 0040	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Sul Servidor capacitado(unidade) 250		F	3	2	90	8	1000	150.000 130.000
			F	3	2	91	8	1000	20.000
0032 4572 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná Servidor capacitado(unidade) 1546		F	3	2	90	8	1000	735.752 735.752
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina Servidor capacitado(unidade) 3135		F	3	2	90	8	1000	1.394.410 1.344.410
			F	3	2	90	8	1050	50.000
0032 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul Servidor capacitado(unidade) 3978		F	3	2	90	8	1000	5.026.900 3.492.900
			F	3	2	91	8	1000	34.000
			S	3	2	90	8	1049	1.500.000
0032 4572 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso Servidor capacitado(unidade) 2084		F	3	2	90	8	1000	1.553.516 1.553.516
0032 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás Servidor capacitado(unidade) 1638		F	3	2	90	8	1000	2.256.842 2.191.842
			F	3	2	91	8	1000	65.000
0032 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal Servidor capacitado(unidade) 2409		F	3	2	90	8	1000	5.551.949 5.551.949
0032 4572 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul Servidor capacitado(unidade) 700		F	3	2	90	8	1000	730.000 730.000
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	12 131							118.436.081
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional		F	3	2	90	8	1000	116.988.000 116.988.000
0032 4641 0041	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado do Paraná		F	3	2	90	8	1000	100.000 100.000
0032 4641 0042	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Santa Catarina		F	3	2	90	8	1000	758.247 758.247
0032 4641 0052	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Goiás		F	3	2	90	8	1000	300.000 300.000
0032 4641 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	3	2	90	8	1000	289.834 289.834
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								2.008.380
	Operação Especial								2.008.380

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0909 00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados	12 211							2.008.380
0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados - Exterior		F	3	2	80	8	1000	2.008.380
									2.008.380
0999	Reserva de Contingência								7.894.802.635
	Operação Especial								7.894.802.635
0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999							7.894.802.635
0999 0Z01 6499	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		F	1	1	90	8	1000	7.894.802.635
									7.894.802.635
5111	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade								70.936.879.237
	Operação Especial								66.050.196.686
5111 0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola	12 368							1.191.366.692
5111 0E53 0001	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Nacional								797.000.001
	Veículo adquirido(unidade) 1600		F	4	2	30	8	1000	22.000.000
			F	4	2	30	8	1133	1
			F	4	2	40	8	1000	62.000.000
			F	4	2	40	8	1133	1.000.000
			F	4	3	40	8	1133	712.000.000
5111 0E53 0021	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Maranhão								20.610.158
	Veículo adquirido(unidade) 115		F	4	6	40	8	1000	4.300.000
			F	4	7	30	8	1000	16.310.158
5111 0E53 0023	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Ceará								5.000.000
	Veículo adquirido(unidade) 16		F	4	6	40	8	1000	4.000.000
			F	4	6	99	8	1000	1.000.000
5111 0E53 0025	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado da Paraíba								22.100.000
	Veículo adquirido(unidade) 47		F	4	7	30	8	1000	22.100.000
5111 0E53 0031	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Minas Gerais								106.177.932
	Veículo adquirido(unidade) 601		F	4	6	40	8	1000	400.000
			F	4	6	99	8	1000	1
			F	4	7	90	8	1000	105.777.931
5111 0E53 0032	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Espírito Santo								1.500.000
	Veículo adquirido(unidade) 4		F	4	6	99	8	1000	1.500.000
5111 0E53 0033	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Rio de Janeiro								500.000
	Veículo adquirido(unidade) 1		F	4	6	40	8	1000	500.000
5111 0E53 0035	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de São Paulo								500.000
	Veículo adquirido(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	500.000
5111 0E53 0041	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Paraná								165.001.000
	Veículo adquirido(unidade) 348		F	4	6	99	8	1000	1.000
			F	4	7	30	8	1000	165.000.000
5111 0E53 0042	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Santa Catarina								29.616.000
	Veículo adquirido(unidade) 62		F	4	7	30	8	1000	29.616.000
5111 0E53 0043	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Rio Grande do Sul								1.200.000
	Veículo adquirido(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	1.200.000
5111 0E53 0052	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Goiás								37.141.601
	Veículo adquirido(unidade) 75		F	4	7	30	8	1000	37.141.601

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5111 0E53 0054	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Mato Grosso do Sul Veículo adquirido(unidade) 10		F	4	6	99	8	1000	4.120.000 4.120.000
5111 0E53 3275	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Aperibé - RJ Veículo adquirido(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	400.000 400.000
5111 0E53 3327	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Paty do Alferes - RJ Veículo adquirido(unidade) 1		F	4	6	40	8	1000	500.000 500.000
5111 00OW	Apoio à Manutenção da Educação Infantil	12 365							277.838.976
5111 00OW 0001	Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional Ente federativo apoiado(unidade) 450		F	3	2	40	8	1000	55.859.011
			F	3	2	40	8	1133	221.979.965
5111 00O0	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	12 368							1.231.996.338
5111 00O0 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional Bolsa concedida(unidade) 287183		F	3	2	90	8	1000	1.231.996.338 1.230.118.843
			F	3	2	90	8	1133	1.877.495
5111 00PH	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos	12 366							56.634.893
5111 00PH 0001	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos - Nacional Bolsa concedida(unidade) 12383		F	3	2	90	8	1000	56.634.893 56.634.893
5111 00SB	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb	12 847							57.004.154.399
5111 00SB 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb - Nacional								57.004.154.399
			F	3	1	30	8	1000	9.261.032.905
			F	3	1	40	8	1000	27.760.564.748
			F	3	1	40	8	1008	2.523.154.256
			F	3	1	40	8	1014	17.370.038.729
			F	3	1	40	8	1130	89.363.761
5111 00SU	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil	12 365							1.018.734.362
5111 00SU 0001	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional Projeto apoiado(unidade) 1873		F	4	2	40	8	1000	980.631
			F	4	3	40	8	1133	974.495.408
			F	4	3	90	8	1133	38.769.097
5111 00SU 0035	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil - No Estado de São Paulo Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	1.000.000 1.000.000
5111 00SU 0042	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil - No Estado de Santa Catarina Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	3.489.226 3.489.226
5111 00VI	Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral	12 368							1.408.610.122
5111 00VI 0001	Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Nacional Estudante matriculado(unidade) 286000		F	3	2	30	8	1000	15.251.084
			F	3	2	90	8	1000	30.409.363
			F	3	2	90	8	1133	2.035.200
			F	4	2	30	8	1000	483.414.475
			F	4	2	30	8	1133	877.500.000
5111 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	12 368							958.873.070
5111 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional Iniciativa apoiada(unidade) 88		F	3	2	30	8	1000	1.180.000
			F	3	2	30	8	1133	82.187.150
			F	3	2	90	8	1000	201.340.183
			F	3	2	90	8	1133	519.883.612

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	4	2	30	8	1000	1.340.000
			F	4	2	30	8	1133	93.000.659
			F	4	2	40	8	1000	1
			F	4	2	90	8	1000	4.751.465
5111 0509 0011	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Rondônia								
	Iniciativa apoiada(unidade) 20		F	3	6	40	8	1000	500.000
5111 0509 0014	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Roraima								2.160.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 10		F	3	6	99	8	1000	2.160.000
5111 0509 0017	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Tocantins								700.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 7		F	3	6	50	8	1000	700.000
5111 0509 0023	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Ceará								500.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	4	6	99	8	1000	500.000
5111 0509 0031	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Minas Gerais								560.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	6	50	8	1000	500.000
			F	4	6	99	8	1000	60.000
5111 0509 0033	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro								250.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	40	8	1000	250.000
5111 0509 0035	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de São Paulo								1.500.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	6	99	8	1000	1.350.000
			F	4	6	99	8	1000	150.000
5111 0509 0041	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Paraná								4.800.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 21		F	3	6	99	8	1000	4.165.000
			F	4	6	99	8	1000	635.000
5111 0509 0042	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Santa Catarina								200.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	99	8	1000	200.000
5111 0509 0053	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Distrito Federal								3.070.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 26		F	3	6	99	8	1000	2.070.000
			F	4	6	99	8	1000	1.000.000
5111 0509 3290	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ								350.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	50	8	1000	350.000
5111 0509 3630	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Itaquaquecetuba - SP								300.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	300.000
5111 0509 3928	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de São Paulo - SP								300.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	99	8	1000	300.000
5111 0509 7113	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Custeio - No Estado do Acre								40.000.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 4		F	3	7	30	8	1000	40.000.000
5111 0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	12 847							2.029.949.449
5111 0515 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional								2.029.949.449
	Escola apoiada(unidade) 228949		F	3	1	30	8	1000	526.924.263
			F	3	1	40	8	1000	830.983.116
			F	3	1	50	8	1000	7.560.166
			F	3	1	90	8	1000	1
			F	4	1	30	8	1000	269.080.491
			F	4	1	40	8	1000	388.431.547
			F	4	1	50	8	1000	6.969.864
			F	4	1	90	8	1000	1
5111 0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	12 368							872.038.385

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5111 0969 0001	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - Nacional Estudante atendido(unidade) 4394778		F	3	1	30	8	1000	872.038.385 261.611.516
			F	3	1	40	8	1000	610.426.869
Atividade									4.886.682.551
5111 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368							75.063.916
5111 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre Estudante matriculado(unidade) 520		F	3	2	90	8	1000	445.974 395.974
			F	4	2	90	8	1000	50.000
5111 20RI 0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima Estudante matriculado(unidade) 475		F	3	2	90	8	1000	435.355 314.095
			F	4	2	90	8	1000	121.260
5111 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará Estudante matriculado(unidade) 1350		F	3	2	90	8	1000	1.178.646 978.646
			F	4	2	90	8	1000	200.000
5111 20RI 0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão Estudante matriculado(unidade) 620		F	3	2	90	8	1000	626.486 516.486
			F	3	2	91	8	1000	10.000
			F	4	2	90	8	1000	100.000
5111 20RI 0023	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Ceará Estudante matriculado(unidade) 55		F	3	2	90	8	1000	53.091 53.091
5111 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 432		F	3	2	90	8	1000	387.572 383.696
			F	3	2	91	8	1000	3.876
5111 20RI 0025	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado da Paraíba Estudante matriculado(unidade) 270		F	3	2	90	8	1000	286.697 256.895
			F	4	2	90	8	1000	29.802
5111 20RI 0026	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Pernambuco Estudante matriculado(unidade) 420		F	3	2	90	8	1000	1.825.127 1.825.127
5111 20RI 0027	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Alagoas Estudante matriculado(unidade) 96		F	3	2	90	8	1000	74.329 74.329
5111 20RI 0028	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Sergipe Estudante matriculado(unidade) 420		F	3	2	90	8	1000	376.954 326.954
			F	4	2	90	8	1000	50.000
5111 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais Estudante matriculado(unidade) 3027		F	3	2	90	8	1000	2.720.598 2.515.703
			F	3	2	91	8	1000	5.000
			F	4	2	90	8	1000	199.895
5111 20RI 0032	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Espírito Santo Estudante matriculado(unidade) 125		F	3	2	90	8	1000	95.565 95.565
5111 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 15570		F	3	2	90	8	1000	61.968.379 53.391.174
			F	3	2	90	8	1050	4.110.968
			F	3	2	91	8	1000	41.593
			F	3	6	90	8	1000	3.073.000
			F	4	2	90	8	1000	371.644
			F	4	6	90	8	1000	980.000
5111 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina Estudante matriculado(unidade) 1104		F	3	2	90	8	1000	1.072.460 855.060

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	4	2	90	8	1000	217.400
5111 20RI 0043	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul								605.249
	Estudante matriculado(unidade) 830		F	3	2	90	8	1000	605.249
5111 20RI 0051	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Mato Grosso								2.000.000
	Estudante matriculado(unidade) 133		F	3	6	99	8	1000	2.000.000
5111 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás								711.434
	Estudante matriculado(unidade) 800		F	3	2	90	8	1000	641.434
			F	4	2	90	8	1000	70.000
5111 20RI 7019	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - Apoio às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura - No Estado do Rio de Janeiro								200.000
	Estudante matriculado(unidade) 600		F	3	6	90	8	1000	200.000
5111 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	12 368							336.647.973
5111 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional								336.647.973
	Projeto apoiado(unidade) 6037		F	3	2	90	8	1000	336.077.971
			F	3	2	91	8	1000	1
			F	4	2	90	8	1000	570.001
5111 20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica	12 368							754.143.253
5111 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional								754.143.253
	Pessoa avaliada(unidade) 13481125		F	3	2	30	8	1000	1.616.137
			F	3	2	80	8	1000	4.102.134
			F	3	2	90	8	1000	561.594.535
			F	3	2	90	8	1050	170.000.000
			F	3	2	91	8	1000	8.781.391
			F	4	2	30	8	1000	5.975.647
			F	4	2	90	8	1000	2.073.409
5111 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	12 368							1.330.316.217
5111 20RP 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Nacional								1.293.097.230
	Projeto apoiado(unidade) 2170		F	3	2	40	8	1000	1.750.000
			F	3	2	40	8	1133	10.000
			F	3	2	90	8	1000	1.750.000
			F	3	2	90	8	1133	10.000
			F	3	3	40	8	1000	5.483.269
			F	3	3	80	8	1000	155.481
			F	3	3	90	8	1000	15.042.764
			F	4	2	40	8	1000	1.750.000
			F	4	2	40	8	1133	980.002
			F	4	2	90	8	1000	8.750.000
			F	4	3	40	8	1000	252.908.846
			F	4	3	40	8	1133	955.670.257
			F	4	3	90	8	1000	645.484
			F	4	3	90	8	1133	48.191.127
5111 20RP 0025	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado da Paraíba								800.000
	Projeto apoiado(unidade) 3		F	4	6	99	8	1000	800.000
5111 20RP 0026	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Pernambuco								200.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	40	8	1000	200.000
5111 20RP 0031	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Minas Gerais								200.001
	Projeto apoiado(unidade) 101		F	4	6	40	8	1000	200.000
			F	4	6	99	8	1000	1
5111 20RP 0032	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Espírito Santo								2.500.000
	Projeto apoiado(unidade) 7		F	4	6	99	8	1000	2.500.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5111 20RP 0033	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro Projeto apoiado(unidade) 19		F	4	6	30	8	1000	2.200.000
			F	4	6	99	8	1000	2.000.000
									200.000
5111 20RP 0035	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de São Paulo Projeto apoiado(unidade) 123		F	3	6	40	8	1000	9.693.001
			F	3	6	99	8	1000	650.000
			F	4	6	40	8	1000	600.000
			F	4	6	99	8	1000	243.000
			F	4	6	99	8	1000	8.200.001
5111 20RP 0041	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Paraná Projeto apoiado(unidade) 55		F	3	6	30	8	1000	11.300.000
			F	3	6	40	8	1000	1.550.000
			F	4	6	30	8	1000	1.450.000
			F	4	6	40	8	1000	400.000
			F	4	6	40	8	1000	600.000
			F	4	6	99	8	1000	7.300.000
5111 20RP 0042	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Santa Catarina Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	300.000
									300.000
5111 20RP 0043	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto apoiado(unidade) 4		F	3	6	99	8	1000	1.950.000
			F	4	6	40	8	1000	500.000
			F	4	6	40	8	1000	450.000
			F	4	6	99	8	1000	1.000.000
5111 20RP 0053	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Distrito Federal Projeto apoiado(unidade) 2		F	3	6	99	8	1000	2.900.000
			F	4	6	99	8	1000	1.400.000
									1.500.000
5111 20RP 0054	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Mato Grosso do Sul Projeto apoiado(unidade) 11		F	3	6	99	8	1000	1.600.000
			F	4	6	90	8	1000	600.000
									1.000.000
5111 20RP 3307	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Itatiaia - RJ Projeto apoiado(unidade) 10		F	4	6	40	8	1000	675.985
									675.985
5111 20RP 3330	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Pirai - RJ Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	600.000
									600.000
5111 20RP 3410	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Arujá - SP Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	99	8	1000	300.000
									300.000
5111 20RP 5226	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Coxim - MS Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	40	8	1000	1.000.000
									1.000.000
5111 20RP 7317	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Escola Estadual Municipalizada Victor Sence - No Município de Conceição de Macabu - RJ Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	6	40	8	1000	1.000.000
			F	4	6	40	8	1000	200.000
									800.000
5111 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	12 368							2.048.552.340
5111 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional Material distribuído(unidade) 127570657		F	3	2	90	8	1000	2.048.552.340
			F	3	2	90	8	1133	85.635.050
			F	3	2	90	8	1134	1.804.157.906
			F	3	2	91	8	1000	153.940.942
									4.818.442
5111 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	12 367							46.383.900
5111 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 4242		F	3	2	90	8	1000	46.383.900
			F	3	2	90	8	1050	37.933.781
									2.745.740

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática		Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Recursos de todas as fontes
										Valor
5111	213M	Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão	12 368	F	3	2	91	8	1000	35.000
				F	4	2	90	8	1000	5.669.379
5111	213M	0001 Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão - Nacional	10							19.817.919
		Projeto apoiado(unidade)		F	3	2	40	8	1000	1
5111	214V	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos	12 366	F	3	2	90	8	1000	19.817.918
5111	214V	0001 Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos - Nacional	592000							262.665.795
		Pessoa beneficiada(unidade)		F	3	2	40	8	1000	204.933.621
5111	4014	Censo Escolar da Educação Básica	12 368	F	3	2	90	8	1000	57.732.174
5111	4014	0001 Censo Escolar da Educação Básica - Nacional	1							13.091.238
		Censo realizado(unidade)		F	3	2	30	8	1000	5.035.532
				F	3	2	80	8	1000	550.000
				F	3	2	90	8	1000	4.753.341
				F	3	2	91	8	1000	100.000
				F	4	2	30	8	1000	2.652.365
5112		Educação Profissional e Tecnológica que Transforma								3.892.326.600
		Projeto								806.656.703
5112	15R4	Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							
5112	15R4	0001 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional		100						
		Projeto apoiado(unidade)	F		4	2	90	8	1000	16.064.331
				F	4	3	90	8	1000	585.042.974
				F	4	3	90	8	1012	160.918.311
				F	4	6	90	8	1000	1.000.000
5112	15R4	0023 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará	1							681.087
		Projeto apoiado(unidade)		F	4	6	99	8	1000	681.087
5112	15R4	0026 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	11							1.400.000
		Projeto apoiado(unidade)		F	4	6	90	8	1000	1.000.000
				F	4	6	99	8	1000	400.000
5112	15R4	0031 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	7							1.700.000
		Projeto apoiado(unidade)		F	3	6	99	8	1000	800.000
				F	4	6	90	8	1000	900.000
5112	15R4	0042 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	19							4.300.000
		Projeto apoiado(unidade)		F	4	6	90	8	1000	1.000.000
				F	4	6	99	8	1000	3.300.000
5112	15R4	0052 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	10							4.500.000
		Projeto apoiado(unidade)		F	4	6	90	8	1000	500.000
				F	4	6	99	8	1000	4.000.000
5112	15R4	7010 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Ceará	20							3.950.000
		Projeto apoiado(unidade)		F	4	7	90	8	1000	3.950.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 15R4 7011	Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Equipamentos e Materiais Permanentes dos IFS - No Estado do Rio Grande do Sul								27.100.000
	Projeto apoiado(unidade) 100		F	4	7	90	8	1000	27.100.000
Atividade									3.085.669.897
5112 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							587.719.596
5112 20RG 0001	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional								2.250.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1		F	3	6	90	8	1000	500.000
			F	4	6	90	8	1000	1.750.000
5112 20RG 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia								106.478.711
	Projeto viabilizado(unidade) 331		F	3	2	90	8	1000	4.776.359
			F	3	7	90	8	1000	34.032.569
			F	4	2	90	8	1000	3.758.566
			F	4	7	90	8	1000	63.911.217
5112 20RG 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre								500.000
	Projeto viabilizado(unidade) 3		F	4	2	90	8	1000	500.000
5112 20RG 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas								1.426.003
	Projeto viabilizado(unidade) 5		F	4	2	90	8	1000	1.426.003
5112 20RG 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima								210.000
	Projeto viabilizado(unidade) 4		F	4	2	90	8	1000	210.000
5112 20RG 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará								2.376.671
	Projeto viabilizado(unidade) 8		F	4	2	90	8	1000	2.376.671
5112 20RG 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá								50.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1		F	4	2	90	8	1000	50.000
5112 20RG 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins								650.000
	Projeto viabilizado(unidade) 4		F	3	2	90	8	1000	50.000
			F	4	2	90	8	1000	100.000
			F	4	6	90	8	1000	500.000
5112 20RG 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão								20.357.243
	Projeto viabilizado(unidade) 67		F	3	6	90	8	1000	500.000
			F	4	2	90	8	1000	8.628.243
			F	4	6	90	8	1000	1.989.000
			F	4	6	99	8	1000	500.000
			F	4	7	90	8	1000	8.740.000
5112 20RG 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí								3.405.065
	Projeto viabilizado(unidade) 42		F	4	2	90	8	1000	805.065
			F	4	6	90	8	1000	2.600.000
5112 20RG 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará								500.000
	Projeto viabilizado(unidade) 6		F	4	2	90	8	1000	500.000
5112 20RG 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte								3.368.604

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RG 0025	Projeto viabilizado(unidade)	11	F	3	6	99	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	1.568.604
			F	4	6	90	8	1000	1.600.000
5112 20RG 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba								44.006.610
	Projeto viabilizado(unidade)	97	F	4	2	90	8	1000	23.506.610
			F	4	7	90	8	1000	20.500.000
5112 20RG 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco								3.665.000
	Projeto viabilizado(unidade)	130	F	4	2	90	8	1000	20.000
			F	4	2	90	8	1051	1.055.000
5112 20RG 0027			F	4	6	90	8	1000	990.000
			F	4	6	99	8	1000	1.600.000
	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas								27.859.658
5112 20RG 0027	Projeto viabilizado(unidade)	132	F	4	2	90	8	1000	12.378.696
			F	4	2	90	8	1050	213.957
			F	4	2	90	8	1051	1.052.005
5112 20RG 0028			F	4	7	90	8	1000	14.215.000
	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe								1.010.000
	Projeto viabilizado(unidade)	101	F	3	6	99	8	1000	1.000.000
5112 20RG 0029			F	4	2	90	8	1000	10.000
	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia								5.739.322
	Projeto viabilizado(unidade)	32	F	4	2	90	8	1000	1.389.322
5112 20RG 0031			F	4	6	90	8	1000	4.350.000
	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais								23.643.334
	Projeto viabilizado(unidade)	26	F	3	2	90	8	1000	900.000
5112 20RG 0032			F	3	6	90	8	1000	3.450.000
			F	4	2	90	8	1000	10.399.966
			F	4	2	90	8	1050	578.367
5112 20RG 0032			F	4	2	90	8	1051	320.000
			F	4	2	90	8	1081	445.000
			F	4	6	90	8	1000	3.850.000
5112 20RG 0032			F	4	6	99	8	1000	3.700.001
	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo								142.117.445
	Projeto viabilizado(unidade)	174	F	3	7	90	8	1000	9.615.000
5112 20RG 0033			F	4	2	90	8	1000	1.553.474
			F	4	6	90	8	1000	17.000.000
			F	4	7	90	8	1000	113.948.971
5112 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro								9.342.631
	Projeto viabilizado(unidade)	156	F	4	2	90	8	1000	5.097.066
			F	4	2	90	8	1051	9.441
5112 20RG 0035			F	4	6	90	8	1000	4.236.124
	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo								14.873.992
	Projeto viabilizado(unidade)	10	F	3	6	90	8	1000	3.474.000
5112 20RG 0035			F	3	6	99	8	1000	1.500.000
			F	4	2	90	8	1000	64.779
			F	4	2	90	8	1050	1.435.221

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RG 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Projeto viabilizado(unidade)	83	F	4	6	90	8	1000	7.199.992
			F	4	6	99	8	1000	1.200.000
									29.436.981
			F	3	6	99	8	1000	2.090.000
			F	4	2	90	8	1000	20.556.981
			F	4	6	90	8	1000	4.480.000
			F	4	6	99	8	1000	1.510.000
			F	4	7	90	8	1000	800.000
									4.344.628
			F	4	2	90	8	1000	750.000
			F	4	2	90	8	1051	480.628
			F	4	6	90	8	1000	3.114.000
									4.327.609
			F	4	2	90	8	1000	4.317.609
			F	4	2	90	8	1050	10.000
5112 20RG 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso Projeto viabilizado(unidade)	332							55.586.613
			F	4	2	90	8	1000	12.951.017
			F	4	2	90	8	1050	59.423
			F	4	2	90	8	1051	495.296
			F	4	7	90	8	1000	42.080.877
									4.212.000
			F	3	6	90	8	1000	2.000.000
			F	4	2	90	8	1000	812.000
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
			F	4	6	99	8	1000	400.000
									43.851.685
			F	4	2	90	8	1000	5.851.685
			F	4	7	90	8	1000	38.000.000
									9.306.576
			F	3	6	90	8	1000	3.269.857
5112 20RG 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás Projeto viabilizado(unidade)	46	F	4	6	99	8	1000	500.000
			F	4	2	90	8	1000	3.536.719
			F	4	6	90	8	1000	2.000.000
									1.000.000
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
									400.000
			F	4	6	90	8	1000	400.000
									2.000.000
			F	4	6	90	8	1000	2.000.000
									350.000
			F	3	6	90	8	1000	350.000
									350.000
									350.000
									350.000
									350.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RG 7035	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Timon - No Estado do Maranhão	12 363	F	4	6	99	8	1000	200.000
	Projeto viabilizado(unidade) 50								200.000
5112 20RG 7043	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Sertãozinho - No Estado de São Paulo		F	4	6	99	8	1000	200.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1								200.000
5112 20RG 7219	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Matão - No Estado de São Paulo		F	4	6	99	8	1000	200.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1								200.000
5112 20RG 7225	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Custeio, Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Pará		F	3	7	90	8	1000	14.553.215
	Projeto viabilizado(unidade) 20								2.000.000
									12.553.215
5112 20RG 7227	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Cidade Tiradentes - No Estado de São Paulo		F	4	6	90	8	1000	500.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1								500.000
5112 20RG 7228	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Sorocaba - No Estado de São Paulo		F	4	6	90	8	1000	820.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1								820.000
5112 20RG 7229	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Salto - No Estado de São Paulo		F	4	6	99	8	1000	100.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1								100.000
5112 20RG 7230	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Jequié - No Estado da Bahia		F	4	6	99	8	1000	500.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1								500.000
5112 20RG 7231	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Construção do Auditório Museu - No Município de Laranjal do Jari - AP		F	4	6	90	8	1000	2.000.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1								2.000.000
5112 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica								2.103.843.820
5112 20RL 0001	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional		F	3	6	99	8	1000	400.000
	Estudante matriculado(unidade) 100								400.000
5112 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia		F	3	2	90	8	1000	33.748.253
	Estudante matriculado(unidade) 21700								33.181.169
									462.216
									104.868
5112 20RL 0012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre		F	3	2	90	8	1000	19.998.224
	Estudante matriculado(unidade) 6802								17.497.909
									69.315
									80.000
									400.000
									1.000
									1.950.000
5112 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas		F	3	2	90	8	1000	54.378.674
	Estudante matriculado(unidade) 19013								53.293.011
									84.682
									981
									786.000
									214.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima Estudante matriculado(unidade) 7287		F	3	2	90	8	1000	18.855.203
			F	3	2	90	8	1050	17.973.520
			F	4	2	90	8	1000	43.345
5112 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará Estudante matriculado(unidade) 26998		F	3	2	90	8	1000	838.338
			F	3	2	90	8	1050	55.550.275
			F	3	2	91	8	1000	53.665.834
			F	4	2	90	8	1000	1.222.061
			F	4	2	90	8	1050	104.380
5112 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá Estudante matriculado(unidade) 4856		F	3	2	90	8	1000	358.000
			F	3	2	90	8	1050	200.000
			F	3	6	90	8	1000	22.087.304
			F	4	2	90	8	1000	16.700.324
5112 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins Estudante matriculado(unidade) 14001		F	3	2	90	8	1000	821.480
			F	3	2	90	8	1050	4.000.000
			F	3	2	91	8	1000	565.500
			F	3	6	99	8	1000	35.485.915
5112 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão Estudante matriculado(unidade) 46223		F	3	2	90	8	1000	34.084.593
			F	3	2	90	8	1050	793.232
			F	3	2	91	8	1000	8.090
			F	3	6	99	8	1000	600.000
			F	3	2	90	8	1000	96.436.544
			F	3	2	90	8	1050	89.659.702
5112 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí Estudante matriculado(unidade) 24400		F	3	2	91	8	1000	517.374
			F	3	6	99	8	1000	147.000
			F	4	2	90	8	1000	2.000.000
			F	4	2	90	8	1000	3.337.206
			F	4	2	90	8	1050	775.262
5112 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará Estudante matriculado(unidade) 47108		F	3	2	90	8	1000	66.422.089
			F	3	2	90	8	1050	66.197.042
			F	3	2	91	8	1000	115.047
			F	4	2	90	8	1000	10.000
5112 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 45223		F	3	2	90	8	1000	100.000
			F	3	2	90	8	1000	90.929.586
			F	3	2	90	8	1050	89.511.490
			F	3	2	91	8	1000	1.297.116
			F	3	2	90	8	1000	120.980
			F	3	6	99	8	1000	81.716.502
5112 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Estudante matriculado(unidade) 35876		F	3	2	90	8	1000	73.763.616
			F	3	2	90	8	1050	1.265.465
			F	3	2	91	8	1000	121.218
			F	3	6	99	8	1000	3.000.000
			F	4	2	90	8	1000	1.901.337
			F	4	2	90	8	1050	1.664.866
5112 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Estudante matriculado(unidade) 35876		F	3	2	90	8	1000	74.871.651
			F	3	2	90	8	1050	64.848.393
			F	3	2	91	8	1000	6.595.645
			F	3	6	99	8	1000	66.258
			F	3	6	99	8	1000	1.250.000
			F	4	2	90	8	1000	2.111.355

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Estudante matriculado(unidade) 41742		F	3	2	90	8	1000	93.354.548 85.689.073
			F	3	2	90	8	1050	2.428.368
			F	3	2	91	8	1000	117.322
			F	3	2	91	8	1050	56.830
			F	3	6	90	8	1000	2.500.000
			F	4	2	90	8	1000	212.955
			F	4	6	90	8	1000	2.150.000
			F	4	6	99	8	1000	200.000
5112 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Estudante matriculado(unidade) 25298		F	3	2	90	8	1000	57.137.759 54.281.996
			F	3	2	90	8	1050	2.075.230
			F	3	2	91	8	1000	580.533
			F	4	2	90	8	1000	200.000
5112 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe Estudante matriculado(unidade) 5500		F	3	2	90	8	1000	29.875.575 29.166.409
			F	3	2	90	8	1050	107.635
			F	3	2	91	8	1000	1.531
			F	4	2	90	8	1000	600.000
5112 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Estudante matriculado(unidade) 49830		F	3	2	90	8	1000	119.664.836 115.686.564
			F	3	2	90	8	1050	1.503.138
			F	3	2	91	8	1000	177.641
			F	3	2	91	8	1050	132.493
			F	3	6	90	8	1000	1.100.000
			F	4	2	90	8	1000	1.065.000
5112 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Estudante matriculado(unidade) 895		F	3	2	50	8	1000	259.174.773 48.756
			F	3	2	90	8	1000	228.842.182
			F	3	2	90	8	1050	19.331.553
			F	3	2	90	8	1081	1.963.000
			F	3	2	91	8	1000	719.412
			F	3	2	91	8	1050	31.983
			F	3	6	90	8	1000	600.000
			F	4	2	90	8	1000	3.461.051
			F	4	2	90	8	1050	3.193.186
			F	4	2	90	8	1051	183.650
			F	4	6	90	8	1000	200.000
			F	4	6	99	8	1000	600.000
5112 20RL 0032	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Estudante matriculado(unidade) 51000		F	3	2	90	8	1000	73.877.839 70.756.339
			F	3	2	90	8	1050	3.089.389
			F	3	2	91	8	1000	32.111
5112 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 71462		F	3	2	90	8	1000	125.376.436 116.251.938
			F	3	2	90	8	1050	3.302.648
			F	3	2	91	8	1000	234.416
			F	3	2	91	8	1050	29.091
			F	4	2	90	8	1000	2.402.725
			F	4	2	90	8	1050	141.492

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RL 0035	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo Estudante matriculado(unidade) 75075		F	4	2	90	8	1081	2.814.126
			F	4	6	99	8	1000	200.000
									108.914.483
			F	3	2	90	8	1000	102.658.528
			F	3	2	90	8	1050	2.248.470
			F	3	2	90	8	1081	200.000
			F	3	2	91	8	1000	39.485
			F	3	6	90	8	1000	3.318.000
			F	3	6	99	8	1000	150.000
			F	4	6	90	8	1000	300.000
									63.668.704
			F	3	2	90	8	1000	55.610.579
			F	3	2	90	8	1050	3.524.166
			F	3	2	90	8	1081	1.561.024
5112 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Estudante matriculado(unidade) 28198		F	3	2	90	8	1000	55.610.579
			F	3	2	90	8	1050	3.524.166
			F	3	2	90	8	1081	1.561.024
			F	3	2	91	8	1000	51.598
			F	4	2	90	8	1000	1.901.337
			F	4	2	90	8	1081	20.000
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
									117.613.280
			F	3	2	90	8	1000	111.627.829
			F	3	2	90	8	1050	1.995.237
			F	3	2	91	8	1000	100.000
			F	4	2	90	8	1000	3.703.540
			F	4	2	90	8	1051	186.674
									155.389.897
5112 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 60569		F	3	2	90	8	1000	139.520.128
			F	3	2	90	8	1050	4.535.783
			F	3	2	90	8	1081	1.050.000
			F	3	2	91	8	1000	571.854
			F	3	2	91	8	1050	1.400
			F	3	6	90	8	1000	2.950.000
			F	3	6	99	8	1000	2.800.000
			F	4	2	90	8	1000	1.919.732
			F	4	2	90	8	1050	1.641.000
			F	4	6	99	8	1000	400.000
									88.837.953
			F	3	2	90	8	1000	58.581.794
			F	3	2	90	8	1050	2.969.850
			F	3	2	91	8	1000	303.960
			F	3	2	91	8	1050	40.000
5112 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso Estudante matriculado(unidade) 23241		F	3	6	90	8	1000	25.000.000
			F	4	2	90	8	1000	990.438
			F	4	2	90	8	1050	743.807
			F	4	2	90	8	1051	208.104
									92.446.191
			F	3	2	90	8	1000	87.504.432
			F	3	2	90	8	1050	2.552.708
			F	3	2	90	8	1081	780.000
			F	3	2	91	8	1000	339.096
			F	3	2	91	8	1050	50.000
			F	3	2	91	8	1081	20.000
									92.446.191
			F	3	2	90	8	1000	87.504.432
			F	3	2	90	8	1050	2.552.708
			F	3	2	90	8	1081	780.000
			F	3	2	91	8	1000	339.096
			F	3	2	91	8	1050	50.000
			F	3	2	91	8	1081	20.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática			Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Recursos de todas as fontes	Valor	
5112	20RL	0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal Estudante matriculado(unidade) 20000		F	4	2	90	8	1000		1.113.955	
					F	4	2	90	8	1050		86.000	
												35.322.839	
					F	3	2	90	8	1000		32.130.917	
					F	3	2	90	8	1050		1.159.774	
					F	3	2	90	8	1081		1.000.000	
					F	3	2	91	8	1000		32.148	
5112	20RL	0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul Estudante matriculado(unidade) 15001		F	4	2	90	8	1081		1.000.000	
												29.608.487	
					F	3	2	90	8	1000		28.817.986	
					F	3	2	90	8	1050		119.163	
					F	3	2	91	8	1000		370.000	
					F	3	2	91	8	1050		1.338	
					F	3	6	99	8	1000		300.000	
5112	20RL	1883	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Lagarto - SE Estudante matriculado(unidade) 500								300.000		
					F	4	6	90	8	1000		300.000	
5112	20RL	2408	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Belo Horizonte - MG Estudante matriculado(unidade) 33								400.000		
					F	3	6	90	8	1000		400.000	
5112	20RL	2690	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Inconfidentes - MG Estudante matriculado(unidade) 100								400.000		
					F	3	6	90	8	1000		400.000	
5112	20RL	7059	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Bambuí - No Estado de Minas Gerais Estudante matriculado(unidade) 100								1.000.000		
					F	3	6	90	8	1000		600.000	
					F	4	6	90	8	1000		400.000	
5112	20RL	7060	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Birigui - No Estado de São Paulo Estudante matriculado(unidade) 50								200.000		
					F	3	6	99	8	1000		200.000	
5112	20RL	7064	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Ilha Solteira - No Estado de São Paulo Estudante matriculado(unidade) 50								200.000		
					F	3	6	99	8	1000		200.000	
5112	20RL	7065	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Tupã - No Estado de São Paulo Estudante matriculado(unidade) 50								200.000		
					F	3	6	99	8	1000		200.000	
5112	21B3		Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica	12 363								71.680.917	
5112	21B3	0001	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - Nacional Projeto apoiado(unidade) 69			F	3	2	90	8	1000		817.117
													817.117
5112	21B3	0011	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia Projeto apoiado(unidade) 10			F	3	2	90	8	1000		1.901.337
													1.901.337
5112	21B3	0012	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre Projeto apoiado(unidade) 120			F	3	2	90	8	1000		1.045.736
													1.045.736
5112	21B3	0014	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima Projeto apoiado(unidade) 52		F	3	2	90	8	1000		561.792	
												561.792	

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 21B3 0016	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá Projeto apoiado(unidade) 166		F	3	2	90	8	1000	322.500 322.500
5112 21B3 0017	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Tocantins Projeto apoiado(unidade) 130		F	3	2	90	8	1000	2.243.924 2.093.924
			F	4	2	90	8	1000	150.000
5112 21B3 0021	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão Projeto apoiado(unidade) 400		F	3	2	90	8	1000	1.926.003 1.426.003
			F	4	2	90	8	1000	500.000
5112 21B3 0022	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí Projeto apoiado(unidade) 9		F	3	2	90	8	1000	100.000 100.000
5112 21B3 0023	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará Projeto apoiado(unidade) 14		F	3	2	90	8	1000	3.327.340 3.327.340
5112 21B3 0024	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte Projeto apoiado(unidade) 250		F	3	2	90	8	1000	1.834.790 1.834.790
5112 21B3 0025	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba Projeto apoiado(unidade) 59		F	3	2	90	8	1000	3.381.559 3.267.559
			F	4	2	90	8	1000	114.000
5112 21B3 0026	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Projeto apoiado(unidade) 40		F	3	2	90	8	1000	1.330.937 1.330.937
5112 21B3 0029	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia Projeto apoiado(unidade) 1015		F	3	2	90	8	1000	1.882.812 1.882.812
5112 21B3 0031	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Projeto apoiado(unidade) 1711		F	3	2	90	8	1000	27.118.244 23.499.960
			F	3	2	90	8	1050	2.227.723
			F	3	2	90	8	1081	395.260
			F	3	6	99	8	1000	280.000
			F	4	2	90	8	1000	715.301
5112 21B3 0032	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Projeto apoiado(unidade) 10		F	3	2	90	8	1000	1.140.803 1.140.803
5112 21B3 0033	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Projeto apoiado(unidade) 3100		F	3	2	90	8	1000	4.888.633 4.888.633
5112 21B3 0035	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo Projeto apoiado(unidade) 281		F	3	2	90	8	1000	2.291.471 2.091.471
			F	3	6	99	8	1000	200.000
5112 21B3 0041	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná Projeto apoiado(unidade) 275		F	3	2	90	8	1000	1.630.937 1.330.937
			F	3	6	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	100.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 21B3 0042	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina Projeto apoiado(unidade) 301		F	3	2	90	8	1000	1.190.803 1.190.803
5112 21B3 0043	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto apoiado(unidade) 1200		F	3	2	90	8	1000	7.081.034 6.843.997
			F	3	2	91	8	1000	5.000
			F	4	2	90	8	1000	232.037
5112 21B3 0051	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso Projeto apoiado(unidade) 10		F	3	2	90	8	1000	1.561.026 1.443.026
			F	4	2	90	8	1000	118.000
5112 21B3 0052	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás Projeto apoiado(unidade) 2113		F	3	2	90	8	1000	1.488.463 1.485.907
			F	3	2	91	8	1000	2.556
5112 21B3 0053	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal Projeto apoiado(unidade) 12		F	3	2	90	8	1000	1.357.997 1.357.997
5112 21B3 0054	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul Projeto apoiado(unidade) 420		F	3	2	90	8	1000	1.255.659 1.255.659
5112 21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							164.938.698
5112 21B4 0001	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional Estudante matriculado(unidade) 78565		F	3	2	90	8	1000	162.871.698 162.671.698
			F	3	6	90	8	1000	200.000
5112 21B4 0031	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Estudante matriculado(unidade) 100		F	3	6	90	8	1000	200.000 200.000
5112 21B4 0033	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 250		F	3	6	99	8	1000	506.000 506.000
5112 21B4 0042	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina Estudante matriculado(unidade) 200		F	3	6	90	8	1000	861.000 861.000
5112 21B4 0053	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal Estudante matriculado(unidade) 250		F	3	6	99	8	1000	500.000 500.000
5112 21B5	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica	12 363							47.378.159
5112 21B5 0001	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional Avaliação realizada(unidade) 1		F	3	2	90	8	1000	47.378.159 46.878.159
			F	3	2	91	8	1000	500.000
5112 219U	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							110.108.707
5112 219U 0001	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional Instituição apoiada(unidade) 73		F	3	2	90	8	1000	43.998.547 43.998.547
5112 219U 0029	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Instituição apoiada(unidade) 4		F	3	6	90	8	1000	29.100.000 400.000
			F	3	7	90	8	1000	28.700.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 219U 0031	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Instituição apoiada(unidade)	2	F	3	6	90	8	1000	2.540.000
			F	4	6	90	8	1000	2.200.000
									340.000
5112 219U 0033	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Instituição apoiada(unidade)	6	F	3	6	90	8	1000	34.470.160
			F	3	7	90	8	1000	1.400.000
									33.070.160
5113	Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade								13.013.338.572
	Projeto								608.175.344
5113 15R3	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							561.356.624
5113 15R3 0001	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional Projeto apoiado(unidade)	340	F	4	2	90	8	1000	490.777.407
			F	4	3	90	8	1000	14.832.239
									475.945.168
5113 15R3 0025	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	2	90	8	1000	1.853.944
									1.853.944
5113 15R3 0026	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	4.649.986
			F	4	2	90	8	1000	348.649
			F	4	2	90	8	1000	1.901.337
			F	4	6	90	8	1000	2.000.000
			F	4	6	99	8	1000	400.000
5113 15R3 0031	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	2	90	8	1000	5.760.000
			F	4	2	90	8	1050	4.289.101
									1.470.899
5113 15R3 0035	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	2	90	8	1000	1.626.003
			F	4	6	99	8	1000	1.426.003
									200.000
5113 15R3 0043	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto apoiado(unidade)	2	F	4	2	90	8	1000	5.089.218
			F	4	2	90	8	1095	3.422.552
			F	4	6	99	8	1000	666.666
									1.000.000
5113 15R3 0052	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Projeto apoiado(unidade)	3	F	4	6	99	8	1000	4.000.000
									4.000.000
5113 15R3 7005	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção e Aparelhamento do Campus de João Pessoa - No Estado da Paraíba Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	7	90	8	1000	18.550.000
									18.550.000
5113 15R3 7006	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Reforma e Requalificação do Teatro do Centro de Convenções da UFPE - No Município de Recife Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	7	90	8	1000	7.550.000
									7.550.000
5113 15R3 7007	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Ceará Projeto apoiado(unidade)	20	F	4	7	90	8	1000	5.900.000
									5.900.000
5113 15R3 7008	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Rio Grande do Norte Projeto apoiado(unidade)	2	F	4	7	90	8	1000	15.600.066
									15.600.066

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 15YS	Implantação do Alojamento do ITA	12 364							1.900.586
5113 15YS 0035	Implantação do Alojamento do ITA - No Estado de São Paulo								1.900.586
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	2	90	8	1000	1.900.586
5113 152X	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior	12 364							100.000
5113 152X 0001	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior - Nacional								100.000
	Instituição apoiada(unidade) 1		F	4	2	90	8	1000	100.000
5113 165V	Apoio a Implementação do ITA Ceará	12 364							28.508.778
5113 165V 0023	Apoio a Implementação do ITA Ceará - No Estado do Ceará								28.508.778
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	2	90	8	1000	28.508.778
5113 7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional	12 364							16.309.356
5113 7XE1 0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro								16.309.356
	Projeto apoiado(% de execução física) 3		F	3	2	90	8	1000	5.704.010
			F	4	2	90	8	1000	7.605.346
			F	4	7	90	8	1000	3.000.000
Operação Especial									4.282.895.260
5113 00P1	Concessão de Bolsas de Residência em Saúde	12 364							833.658.776
5113 00P1 0001	Concessão de Bolsas de Residência em Saúde - Nacional								832.817.192
	Bolsa concedida(unidade) 14506		S	3	2	90	8	1000	475.823.872
			S	3	2	90	8	1012	214.042.260
			S	3	2	91	8	1000	142.951.060
5113 00P1 0033	Concessão de Bolsas de Residência em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro								841.584
	Bolsa concedida(unidade) 14		S	3	2	90	8	1000	689.823
			S	3	2	91	8	1000	151.761
5113 00QC	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos	12 364							132.513.980
5113 00QC 0001	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos - Nacional								128.215.224
	Bolsa concedida(unidade) 2531		S	3	2	90	8	1000	114.415.224
			S	3	2	91	8	1000	13.800.000
5113 00QC 0043	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos - No Estado do Rio Grande do Sul								4.298.756
	Bolsa concedida(unidade) 1560		S	3	2	90	8	1000	4.298.756
5113 00QH	Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)	12 364							135.636.544
5113 00QH 0001	Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) - Nacional								135.636.544
	Bolsa concedida(unidade) 3580		F	3	2	91	8	1444	135.636.544
5113 0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	12 364							35.009.527
5113 0048 0001	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Nacional								3.700.000
	Entidade apoiada(unidade) 15		F	3	6	99	8	1000	2.749.672
			F	4	6	99	8	1000	950.328
5113 0048 0013	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Amazonas								3.200.000
	Entidade apoiada(unidade) 2		F	4	6	99	8	1000	3.200.000
5113 0048 0014	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Roraima								350.000
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	3	6	30	8	1000	350.000
5113 0048 0016	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Amapá								3.000.000
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	4	6	30	8	1000	3.000.000
5113 0048 0017	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Tocantins								2.800.000
	Entidade apoiada(unidade) 106		F	3	6	30	8	1000	300.000
			F	4	6	30	8	1000	2.000.000
			F	4	6	99	8	1000	500.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 0048 0021	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Maranhão								1.853.985
	Entidade apoiada(unidade)	10	F	3	6	99	8	1000	400.000
			F	4	6	30	8	1000	1.453.985
5113 0048 0023	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Ceará								500.000
	Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	1000	500.000
5113 0048 0024	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio Grande do Norte								500.000
	Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	99	8	1000	500.000
5113 0048 0026	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Pernambuco								1.900.000
	Entidade apoiada(unidade)	14	F	4	6	30	8	1000	1.000.000
			F	4	6	99	8	1000	900.000
5113 0048 0029	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado da Bahia								800.000
	Entidade apoiada(unidade)	4	F	3	6	30	8	1000	400.000
			F	4	6	30	8	1000	400.000
5113 0048 0031	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Minas Gerais								1.250.000
	Entidade apoiada(unidade)	11	F	3	6	99	8	1000	600.000
			F	4	6	30	8	1000	650.000
5113 0048 0033	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio de Janeiro								5.042.550
	Entidade apoiada(unidade)	6	F	3	6	30	8	1000	1.342.550
			F	3	6	99	8	1000	1.700.000
			F	4	6	99	8	1000	2.000.000
5113 0048 0035	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de São Paulo								1.650.000
	Entidade apoiada(unidade)	6	F	3	6	30	8	1000	450.000
			F	4	6	30	8	1000	1.050.000
			F	4	6	99	8	1000	150.000
5113 0048 0041	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Paraná								2.312.992
	Entidade apoiada(unidade)	28	F	3	6	99	8	1000	1.562.992
			F	4	6	30	8	1000	750.000
5113 0048 0043	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								700.000
	Entidade apoiada(unidade)	3	F	3	6	99	8	1000	200.000
			F	4	6	99	8	1000	500.000
5113 0048 0052	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Goiás								800.000
	Entidade apoiada(unidade)	2	F	4	6	30	8	1000	800.000
5113 0048 4476	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Município de Chapecó - SC								300.000
	Entidade apoiada(unidade)	1	F	3	6	30	8	1000	300.000
5113 0048 7038	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - UNESP - Universidade Estadual Paulista " Júlio de Mesquita Filho" - Campus Presidente Prudente - No Município de Presidente Prudente - SP								250.000
	Entidade apoiada(unidade)	1	F	3	6	30	8	1000	250.000
5113 0048 7496	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus Ilha Solteira - No Município de Ilha Solteira - SP								250.000
	Entidade apoiada(unidade)	1	F	3	6	30	8	1000	250.000
5113 0048 7497	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - No Estado do Paraná								200.000
	Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	1000	200.000
5113 0048 7498	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Centro de Documentação e Memória (Cedem) - UNESP - No Estado de São Paulo								200.000
	Entidade apoiada(unidade)	1	F	3	6	99	8	1000	200.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 0048 7499	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Construção do Laboratório de Simulação e Usabilidade - SMLAB vinculado ao Núcleo de Tecnologias Estratégicas da Saúde - NUTES da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - No Estado da Paraíba Entidade apoiada(unidade) 1	12 364	F	4	7	30	8	1000	3.450.000
									3.450.000
5113 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	12 364							3.146.076.433
5113 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional Bolsa concedida(unidade) 103551		F	3	2	90	8	1000	3.146.076.433
Atividade									8.122.267.968
5113 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							881.091.183
5113 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional Projeto apoiado(unidade) 807		F	3	2	90	8	1000	179.995.127
			F	3	6	90	8	1000	157.122.178
			F	3	6	99	8	1000	7.425.985
			F	3	6	99	8	1000	13.267.992
			F	4	2	90	8	1000	1.358.972
			F	4	6	90	8	1000	50.000
			F	4	6	99	8	1000	620.000
			S	3	2	90	8	1000	50.000
			S	4	2	90	8	1000	100.000
5113 20GK 0011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Rondônia Projeto apoiado(unidade) 4		F	3	2	90	8	1000	2.709.405
5113 20GK 0012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Acre Projeto apoiado(unidade) 14		F	3	2	90	8	1000	2.861.512
5113 20GK 0013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amazonas Projeto apoiado(unidade) 8		F	3	2	90	8	1000	9.036.471
			F	3	6	99	8	1000	8.566.471
			F	4	6	99	8	1000	401.500
			F	4	6	99	8	1000	68.500
5113 20GK 0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Roraima Projeto apoiado(unidade) 12		F	3	2	90	8	1000	2.187.567
			F	4	2	90	8	1000	1.837.567
5113 20GK 0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará Projeto apoiado(unidade) 49		F	3	2	90	8	1000	350.000
5113 20GK 0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá Projeto apoiado(unidade) 37		F	3	2	90	8	1000	6.008.944
			F	3	6	90	8	1000	7.431.546
			F	3	6	90	8	1000	3.931.546
			F	3	6	90	8	1000	3.500.000
5113 20GK 0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Tocantins Projeto apoiado(unidade) 12		F	3	2	90	8	1000	1.640.000
			F	3	6	90	8	1000	440.000
			F	3	6	90	8	1000	1.200.000
5113 20GK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste Projeto apoiado(unidade) 38		F	3	2	90	8	1000	6.068.080
5113 20GK 0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão Projeto apoiado(unidade) 45		F	3	2	90	8	1000	8.959.502
			F	3	2	90	8	1050	5.270.873
			F	3	6	90	8	1000	2.307.998
			F	3	6	90	8	1000	100.000
			F	4	2	90	8	1000	980.631
			F	4	2	90	8	1050	300.000
5113 20GK 0022	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Piauí Projeto apoiado(unidade) 31		F	3	2	90	8	1000	6.302.930
			F	3	2	90	8	1000	6.302.930

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará Projeto apoiado(unidade) 49		F	3	2	90	8	1000	17.689.599
			F	3	2	90	8	1050	15.865.385
			F	4	2	90	8	1000	1.374.214
			F	4	2	90	8	1050	50.000
5113 20GK 0024	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Norte Projeto apoiado(unidade) 20		F	3	2	90	8	1000	17.246.252
			F	3	2	90	8	1050	11.922.307
			F	3	2	91	8	1050	4.173.945
			F	3	6	90	8	1000	50.000
			F	3	6	99	8	1000	700.000
			F	4	6	99	8	1000	300.000
5113 20GK 0025	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Paraíba Projeto apoiado(unidade) 100		F	3	2	90	8	1000	18.248.347
			F	3	6	90	8	1000	17.938.347
5113 20GK 0026	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Pernambuco Projeto apoiado(unidade) 54		F	3	2	90	8	1000	310.000
			F	3	6	99	8	1000	8.272.874
			F	4	2	90	8	1000	7.972.874
5113 20GK 0027	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Alagoas Projeto apoiado(unidade) 27		F	3	2	90	8	1000	200.000
			F	3	6	90	8	1000	100.000
			F	3	6	99	8	1000	10.506.682
5113 20GK 0028	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Sergipe Projeto apoiado(unidade) 8		F	3	2	90	8	1000	9.506.682
			F	3	2	90	8	1050	800.000
			F	3	6	90	8	1000	200.000
5113 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia Projeto apoiado(unidade) 208		F	3	2	90	8	1000	1.631.070
			F	3	2	90	8	1050	1.521.070
			F	3	6	90	8	1000	10.000
			F	3	2	90	8	1000	100.000
			F	3	2	90	8	1000	22.531.291
			F	3	2	90	8	1050	17.635.591
5113 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais Projeto apoiado(unidade) 1050		F	3	2	90	8	1050	1.970.243
			F	3	2	91	8	1000	26.426
			F	3	6	90	8	1000	1.400.000
			F	4	2	90	8	1000	1.199.031
			F	4	6	90	8	1000	300.000
			F	3	2	90	8	1000	243.018.418
			F	3	2	90	8	1000	116.969.321
			F	3	2	90	8	1050	42.633.516
5113 20GK 0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo Projeto apoiado(unidade) 86		F	3	2	90	8	1050	69.617.246
			F	3	2	91	8	1000	15.400
			F	3	2	91	8	1050	8.893.535
			F	3	6	90	8	1000	4.110.000
			F	3	6	99	8	1000	550.000
			F	4	2	90	8	1050	229.400
5113 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro Projeto apoiado(unidade) 506		F	3	2	90	8	1000	17.311.380
			F	3	2	90	8	1050	8.859.944
			F	3	6	90	8	1000	5.950.436
			F	4	2	90	8	1000	800.000
			F	4	2	90	8	1050	1.000
5113 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro Projeto apoiado(unidade) 506		F	4	2	90	8	1050	1.700.000
			F	3	2	90	8	1000	166.632.283
5113 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro Projeto apoiado(unidade) 506		F	3	2	90	8	1000	42.875.493
			F	3	2	90	8	1000	

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática		Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor						
5113	20GK	0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo Projeto apoiado(unidade)	753	F	3	6	30	8	1000	2.700.000					
					F	3	6	50	8	1000	2.000.000					
					F	3	6	90	8	1000	92.050.880					
					F	3	6	99	8	1000	25.746.910					
					F	4	6	90	8	1000	1.259.000					
											35.640.209					
					F	3	2	90	8	1000	8.428.858					
					F	3	6	90	8	1000	3.536.000					
					F	3	6	99	8	1000	480.990					
					F	4	2	90	8	1000	23.194.361					
5113	20GK	0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul Projeto apoiado(unidade)	116	F	3	2	90	8	1000	1.559.096					
						1.559.096										
5113	20GK	0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná Projeto apoiado(unidade)	46	F	3	2	90	8	1000	12.130.597					
					F	3	2	90	8	1050	5.774.010					
					F	3	2	90	8	1081	65.858					
					F	3	6	90	8	1000	2.820.729					
					F	3	6	99	8	1000	1.150.000					
					F	3	6	99	8	1000	1.696.000					
					F	4	2	90	8	1081	70.000					
					F	4	6	99	8	1000	1.554.000					
											27.245.235					
					5113	20GK	0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina Projeto apoiado(unidade)	1140	F	3	2	90	8	1000	7.800.625
F	3	2	90	8						1050	14.766.618					
F	3	2	91	8						1050	15.000					
F	3	6	90	8						1000	725.000					
F	3	6	99	8						1000	3.137.992					
F	4	6	99	8						1000	800.000					
										25.918.071						
5113	20GK	0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto apoiado(unidade)	286						F	3	2	90	8	1000	17.344.377
										F	3	2	90	8	1050	2.102.694
										F	3	2	91	8	1000	131.000
					F	3	2	91	8	1050	20.000					
					F	3	6	90	8	1000	5.210.000					
					F	3	6	99	8	1000	600.000					
					F	4	2	90	8	1000	300.000					
					F	4	6	90	8	1000	210.000					
											2.824.939					
					5113	20GK	0051	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso Projeto apoiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	2.824.939
5113	20GK	0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás Projeto apoiado(unidade)	55	F	3	2	90	8	1000	11.078.258					
					F	3	2	90	8	1050	9.391.390					
5113	20GK	0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal Projeto apoiado(unidade)	12	F	3	2	90	8	1000	1.686.868					
						2.321.331										
5113	20GK	0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul Projeto apoiado(unidade)	8	F	3	2	90	8	1000	2.321.331					
						4.434.167										
5113	20GK	2358	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Alfenas - MG Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	2.699.645					
					F	3	2	90	8	1050	734.522					
					F	3	6	99	8	1000	1.000.000					
						100.000										
						100.000										

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 20GK 2582	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Diamantina - MG Projeto apoiado(unidade)	3	F	3	6	90	8	1000	300.000 300.000
5113 20GK 2881	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Ouro Preto - MG Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	6	90	8	1000	200.000 200.000
5113 20GK 3166	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Uberlândia - MG Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	6	90	8	1000	200.000 200.000
5113 20GK 3365	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Volta Redonda - RJ Projeto apoiado(unidade)	10	F	3	6	99	8	1000	250.000 250.000
5113 20GK 7104	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Educação Ambiental Através da Fundação Cetrede - UFC - No Estado do Ceará Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	90	8	1000	500.000 500.000
5113 20GK 7105	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - FOUP 2025 - No Estado de Santa Catarina Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	90	8	1000	100.000 100.000
5113 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							5.192.418.658
5113 20RK 0001	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional Estudante matriculado(unidade)	5190	F	3	6	90	8	1000	2.600.000 2.000.000
			F	4	6	90	8	1000	600.000
5113 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia Estudante matriculado(unidade)	11000	F	3	2	90	8	1000	29.596.766 26.013.762
			F	3	2	90	8	1050	683.004
			F	3	2	91	8	1000	2.900.000
5113 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre Estudante matriculado(unidade)	10703	F	3	2	90	8	1000	111.634.647 59.569.414
			F	3	2	90	8	1050	617.495
			F	3	2	91	8	1000	2.202.930
			F	3	7	90	8	1000	11.600.000
			F	4	2	90	8	1000	25.735.640
			F	4	2	90	8	1051	309.168
			F	4	7	90	8	1000	11.600.000
5113 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas Estudante matriculado(unidade)	45124	F	3	2	90	8	1000	95.707.135 80.050.785
			F	3	2	90	8	1050	7.193.946
			F	3	2	90	8	1081	1.409.150
			F	3	2	91	8	1000	5.148.919
			F	3	6	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1050	1.000.000
			F	4	2	90	8	1081	704.335
5113 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima Estudante matriculado(unidade)	7688	F	3	2	90	8	1000	22.918.062 19.193.603
			F	3	2	90	8	1050	1.459.710
			F	3	6	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	1.064.749
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
5113 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará Estudante matriculado(unidade)	74447	F	3	2	90	8	1000	258.560.777 233.488.448
			F	3	2	90	8	1050	17.791.573
			F	3	2	90	8	1081	2.721.510
			F	3	2	91	8	1000	224.128
			F	4	2	90	8	1000	135.000
			F	4	2	90	8	1050	3.000.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá Estudante matriculado(unidade) 14195		F	4	2	90	8	1051	798.010
			F	4	2	90	8	1081	202.108
			F	4	6	90	8	1000	200.000
									32.606.879
			F	3	2	90	8	1000	27.687.287
			F	3	2	90	8	1050	1.472.113
			F	3	2	91	8	1000	1.666.848
			F	4	2	90	8	1000	980.631
			F	4	2	90	8	1050	800.000
5113 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins Estudante matriculado(unidade) 19520								59.701.195
			F	3	2	90	8	1000	51.667.353
			F	3	2	90	8	1050	4.793.623
			F	3	2	91	8	1000	2.316.749
			F	4	2	90	8	1000	370.939
			F	4	2	90	8	1050	468.922
			F	4	2	90	8	1051	83.609
									71.181.557
			F	3	2	90	8	1000	63.557.937
5113 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste Estudante matriculado(unidade) 20510		F	3	2	90	8	1050	2.905.111
			F	3	2	91	8	1000	1.722.461
			F	4	2	90	8	1000	2.996.048
									98.516.904
			F	3	2	90	8	1000	83.617.585
			F	3	2	90	8	1050	7.079.995
			F	3	2	91	8	1000	5.767.987
			F	3	2	91	8	1050	50.000
			F	4	2	90	8	1000	1.901.337
5113 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão Estudante matriculado(unidade) 41567		F	4	2	90	8	1050	100.000
									80.857.971
			F	3	2	90	8	1000	69.437.911
			F	3	2	90	8	1050	5.271.613
			F	3	2	91	8	1000	4.532.310
			F	4	2	90	8	1000	1.616.137
									110.651.077
			F	3	2	90	8	1000	98.937.129
			F	3	2	90	8	1050	6.321.609
5113 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí Estudante matriculado(unidade) 18000		F	3	2	91	8	1000	925.859
			F	3	6	90	8	1000	1.750.000
			F	3	6	99	8	1000	250.000
			F	4	2	90	8	1000	1.215.531
			F	4	2	90	8	1050	500.000
			F	4	2	90	8	1051	750.949
									209.563.968
			F	3	2	50	8	1000	208.210
			F	3	2	90	8	1000	174.756.661
5113 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará Estudante matriculado(unidade) 33746		F	3	2	90	8	1050	23.051.651
			F	3	2	91	8	1000	1.704.898
			F	3	2	91	8	1050	258.075
			F	3	6	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	4.907.773
			F	4	2	90	8	1050	3.871.128
			F	4	2	90	8	1051	130.572
			F	4	2	91	8	1000	25.000
									209.563.968
5113 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 13264								209.563.968
			F	3	2	50	8	1000	208.210
			F	3	2	90	8	1000	174.756.661
			F	3	2	90	8	1050	23.051.651
			F	3	2	91	8	1000	1.704.898
			F	3	2	91	8	1050	258.075
			F	3	6	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	4.907.773
			F	4	2	90	8	1050	3.871.128
5113 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 13264		F	4	2	90	8	1051	130.572
			F	4	2	91	8	1000	25.000
									209.563.968
			F	3	2	50	8	1000	208.210
			F	3	2	90	8	1000	174.756.661
			F	3	2	90	8	1050	23.051.651
			F	3	2	91	8	1000	1.704.898
			F	3	2	91	8	1050	258.075
			F	3	6	90	8	1000	200.000
5113 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 13264		F	4	2	90	8	1000	4.907.773
			F	4	2	90	8	1050	3.871.128
			F	4	2	90	8	1051	130.572
			F	4	2	91	8	1000	25.000
									209.563.968
			F	3	2	50	8	1000	208.210
			F	3	2	90	8	1000	174.756.661
			F	3	2	90	8	1050	23.051.651
			F	3	2	91	8	1000	1.704.898
5113 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 13264		F	3	2	91	8	1050	258.075
			F	3	6	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	4.907.773
			F	4	2	90	8	1050	3.871.128
			F	4	2	90	8	1051	130.572
			F	4	2	91	8	1000	25.000
									209.563.968
			F	3	2	50	8	1000	208.210
			F	3	2	90	8	1000	174.756.661

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	4	6	99	8	1000	450.000
5113 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba								155.790.173
	Estudante matriculado(unidade) 51032		F	3	2	90	8	1000	145.994.005
			F	3	2	90	8	1050	5.865.194
			F	3	2	91	8	1000	124.739
			F	3	6	90	8	1000	1.450.000
			F	4	2	90	8	1000	1.123.335
			F	4	2	90	8	1050	1.000.000
			F	4	2	90	8	1051	232.900
5113 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco								195.223.497
	Estudante matriculado(unidade) 57921		F	3	2	90	8	1000	168.418.416
			F	3	2	90	8	1050	17.666.321
			F	3	2	90	8	1081	3.255.418
			F	3	2	91	8	1000	297.308
			F	3	2	91	8	1050	18.740
			F	3	6	90	8	1000	150.000
			F	4	2	90	8	1000	3.010.610
			F	4	2	90	8	1050	2.104.681
			F	4	2	90	8	1081	52.003
			F	4	6	90	8	1000	250.000
5113 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas								64.446.237
	Estudante matriculado(unidade) 23632		F	3	2	90	8	1000	56.753.260
			F	3	2	90	8	1050	6.467.026
			F	3	2	91	8	1000	89.944
			F	4	2	90	8	1000	136.007
			F	4	2	90	8	1050	1.000.000
5113 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe								83.857.709
	Estudante matriculado(unidade) 29000		F	3	2	90	8	1000	70.361.784
			F	3	2	90	8	1050	3.299.622
			F	3	2	91	8	1000	5.241.952
			F	4	2	90	8	1000	4.753.341
			F	4	2	90	8	1050	201.010
5113 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia								191.814.213
	Estudante matriculado(unidade) 63471		F	3	2	90	8	1000	162.702.692
			F	3	2	90	8	1050	19.142.106
			F	3	2	91	8	1000	163.597
			F	3	2	91	8	1050	249.823
			F	3	6	90	8	1000	400.000
			F	4	2	90	8	1000	5.065.001
			F	4	2	90	8	1050	2.266.020
			F	4	2	90	8	1051	1.024.974
			F	4	6	90	8	1000	800.000
5113 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais								830.464.680
	Estudante matriculado(unidade) 48161		F	3	2	50	8	1000	7.451.404
			F	3	2	50	8	1050	1.245.447
			F	3	2	90	8	1000	676.714.435
			F	3	2	90	8	1050	99.247.219
			F	3	2	90	8	1081	7.836.800
			F	3	2	90	8	1096	6.000
			F	3	2	91	8	1000	19.722.747
			F	3	2	91	8	1050	345.563
			F	3	6	90	8	1000	938.000
			F	4	2	90	8	1000	12.691.190
			F	4	2	90	8	1050	4.135.875

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo Estudante matriculado(unidade) 22000		F	4	2	90	8	1051	100.000
			F	4	6	90	8	1000	30.000
									88.137.776
			F	3	2	90	8	1000	75.097.650
			F	3	2	90	8	1050	8.555.498
			F	3	2	91	8	1000	237.628
			F	4	2	90	8	1000	301.000
			F	4	2	90	8	1050	3.700.000
			F	4	2	90	8	1051	246.000
									551.441.487
			F	3	2	90	8	1000	436.768.446
			F	3	2	90	8	1050	86.029.292
			F	3	2	91	8	1000	4.265.587
			F	3	6	90	8	1000	6.050.000
			F	3	6	99	8	1000	348.788
5113 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 185606		F	4	2	90	8	1000	10.007.435
			F	4	2	90	8	1050	6.421.939
			F	4	6	90	8	1000	1.550.000
									195.285.139
			F	3	2	90	8	1000	159.103.071
			F	3	2	90	8	1050	19.089.308
			F	3	2	91	8	1000	6.092.551
			F	3	2	91	8	1050	76.893
			F	3	6	90	8	1000	6.724.985
			F	3	6	99	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	957.158
			F	4	2	90	8	1050	2.000.000
			F	4	2	90	8	1096	708.173
			F	4	6	90	8	1000	333.000
5113 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul Estudante matriculado(unidade) 9378		F	3	2	90	8	1000	40.496.042
			F	3	2	90	8	1050	1.047.893
			F	3	2	90	8	1081	1.573.300
			F	3	2	91	8	1000	327.416
			F	4	2	90	8	1000	600.000
			F	4	2	90	8	1081	80.000
									335.967.182
			F	3	2	50	8	1000	1.938.890
			F	3	2	50	8	1050	9.898.254
			F	3	2	90	8	1000	295.454.128
			F	3	2	90	8	1050	6.849.768
			F	3	2	90	8	1081	7.308.480
			F	3	2	91	8	1000	987.153
			F	3	2	91	8	1050	530.138
5113 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná Estudante matriculado(unidade) 36564		F	3	6	90	8	1000	1.700.000
			F	3	6	99	8	1000	215.000
			F	4	2	90	8	1000	6.084.276
			F	4	2	90	8	1050	3.728.833
			F	4	2	90	8	1051	589.818
			F	4	2	90	8	1081	682.444
									145.665.917
			F	3	2	90	8	1000	118.046.330
			F	3	2	90	8	1050	20.359.627
			F	3	2	91	8	1000	65.000
									145.665.917
			F	3	2	90	8	1000	118.046.330
			F	3	2	90	8	1050	20.359.627
			F	3	2	91	8	1000	65.000
									145.665.917
5113 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina Estudante matriculado(unidade) 36621		F	3	2	90	8	1000	118.046.330
			F	3	2	90	8	1050	20.359.627
			F	3	2	91	8	1000	65.000
									145.665.917

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 27038		F	3	2	91	8	1050	490.000
			F	4	2	90	8	1000	2.004.960
			F	4	2	90	8	1050	4.500.000
			F	4	6	90	8	1000	200.000
									463.217.831
			F	3	2	50	8	1050	2.000.000
			F	3	2	90	8	1000	388.756.122
			F	3	2	90	8	1050	34.970.047
			F	3	2	90	8	1081	134.319
			F	3	2	91	8	1000	15.553.422
			F	3	2	91	8	1050	560.000
			F	3	6	90	8	1000	1.230.000
			F	3	6	99	8	1000	1.744.000
			F	4	2	90	8	1000	9.194.954
			F	4	2	90	8	1050	6.888.967
			F	4	6	90	8	1000	1.930.000
			F	4	6	99	8	1000	256.000
									101.086.176
5113 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso Estudante matriculado(unidade) 26142		F	3	2	90	8	1000	84.714.485
			F	3	2	90	8	1050	9.172.253
			F	3	2	91	8	1000	4.934.835
			F	4	2	90	8	1000	2.264.603
5113 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Estudante matriculado(unidade) 29994								117.064.590
			F	3	2	90	8	1000	101.068.586
			F	3	2	90	8	1050	7.075.201
			F	3	2	91	8	1000	3.791
			F	3	2	91	8	1050	601.822
			F	3	6	90	8	1000	2.800.000
			F	4	2	90	8	1000	150.000
			F	4	2	90	8	1050	4.365.190
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
5113 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal Estudante matriculado(unidade) 53715								310.969.918
			F	3	2	90	8	1000	143.398.770
			F	3	2	90	8	1050	55.706.045
			F	3	2	91	8	1000	10.893.524
			F	3	2	91	8	1050	1.650.772
			F	3	6	90	8	1000	1
			F	3	7	90	8	1000	30.216.887
			F	4	2	90	8	1000	14.393.003
			F	4	2	90	8	1050	20.450.001
			F	4	2	90	8	1051	1.396.915
			F	4	7	90	8	1000	32.864.000
									129.964.544
5113 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul Estudante matriculado(unidade) 39744		F	3	2	90	8	1000	110.185.706
			F	3	2	90	8	1050	2.947.949
			F	3	2	91	8	1000	7.399.923
			F	3	6	90	8	1000	2.500.000
			F	4	2	90	8	1000	1.856.546
			F	4	2	90	8	1050	3.344.874
			F	4	2	90	8	1051	329.546
			F	4	6	99	8	1000	1.400.000
5113 20RK 0513	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Porto Nacional - TO Estudante matriculado(unidade) 27								400.000
			F	4	6	99	8	1000	400.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 20RK 2358	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Alfenas - MG Estudante matriculado(unidade) 500		F	3	6	90	8	1000	400.000 400.000
5113 20RK 2710	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Itajubá - MG Estudante matriculado(unidade) 100		F	3	6	90	8	1000	1.000.000 1.000.000
5113 20RK 2779	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Lavras - MG Estudante matriculado(unidade) 100		F	3	6	90	8	1000	300.000 300.000
5113 20RK 5013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Pelotas - RS Estudante matriculado(unidade) 50		F	4	6	90	8	1000	200.000 200.000
5113 20RK 7335	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - No Estado da Bahia Estudante matriculado(unidade) 67		F	3	6	90	8	1000	1.000.000 300.000
			F	4	6	90	8	1000	700.000
5113 20RK 7336	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Casa de Vovó Dedé - No Estado do Ceará Estudante matriculado(unidade) 34		F	3	6	99	8	1000	500.000 500.000
5113 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	12 364							246.463.305
5113 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional Avaliação realizada(unidade) 26006		F	3	2	90	8	1000	246.463.305 162.849.591
			F	3	2	90	8	1050	41.872.667
			F	3	2	90	8	1128	24.083.623
			F	3	2	91	8	1000	17.657.424
5113 20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF	12 302							112.613.365
5113 20RX 0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - Nacional Instituição apoiada(unidade) 51		S	3	2	90	8	1000	110.363.364 50.000
			S	4	2	90	8	1000	47.772.041
			S	4	3	90	8	1000	62.541.323
5113 20RX 0024	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - No Estado do Rio Grande do Norte Instituição apoiada(unidade) 2		S	4	6	90	8	1000	300.000 300.000
5113 20RX 0025	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - No Estado da Paraíba Instituição apoiada(unidade) 3		S	4	6	90	8	1000	1.000.000 1.000.000
5113 20RX 0026	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - No Estado de Pernambuco Instituição apoiada(unidade) 3		S	4	6	90	8	1000	150.000 150.000
5113 20RX 0031	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - No Estado de Minas Gerais Instituição apoiada(unidade) 2		S	3	6	90	8	1000	1 1
5113 20RX 0032	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - No Estado do Espírito Santo Instituição apoiada(unidade) 1		S	3	6	90	8	1000	500.000 500.000
5113 20RX 7082	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - Hospital Universitário Ana Bezerra - HUAB - UFRN - No Estado do Rio Grande do Norte Instituição apoiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	1000	300.000 300.000
5113 21D7	Apoio à Educação a Distância	12 364							11.308.394
5113 21D7 0001	Apoio à Educação a Distância - Nacional Projeto apoiado(unidade) 2		F	3	2	90	8	1000	1.000.000 360.000
			F	4	2	90	8	1000	640.000
5113 21D7 0011	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Rondônia Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	1000	40.000 40.000
5113 21D7 0012	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Acre Projeto apoiado(unidade) 2		F	3	2	90	8	1000	49.424 9.424
			F	4	2	90	8	1000	40.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 21D7 0013	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Amazonas								92.372
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	92.372
5113 21D7 0014	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Roraima								59.650
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	3	2	90	8	1000	59.650
5113 21D7 0015	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Pará								252.179
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	3	2	90	8	1000	252.179
5113 21D7 0016	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Amapá								282.571
	Projeto apoiado(unidade)	9	F	3	2	90	8	1000	282.571
5113 21D7 0017	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Tocantins								210.249
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	210.249
5113 21D7 0020	Apoio à Educação a Distância - Na Região Nordeste								154.634
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	3	2	90	8	1000	71.750
			F	4	2	90	8	1000	82.884
5113 21D7 0021	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Maranhão								771.360
	Projeto apoiado(unidade)	28	F	3	2	90	8	1000	500.000
			F	4	2	90	8	1000	271.360
5113 21D7 0022	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Piauí								273.708
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	273.708
5113 21D7 0023	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Ceará								160.770
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	160.770
5113 21D7 0024	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio Grande do Norte								238.259
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	238.259
5113 21D7 0025	Apoio à Educação a Distância - No Estado da Paraíba								203.718
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	165.000
			F	4	2	90	8	1000	38.718
5113 21D7 0026	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Pernambuco								277.847
	Projeto apoiado(unidade)	6	F	3	2	90	8	1000	202.847
			F	4	2	90	8	1000	75.000
5113 21D7 0027	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Alagoas								60.161
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	60.161
5113 21D7 0028	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Sergipe								122.368
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	122.368
5113 21D7 0029	Apoio à Educação a Distância - No Estado da Bahia								714.496
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	3	2	90	8	1000	659.959
			F	4	2	90	8	1000	54.537
5113 21D7 0031	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Minas Gerais								962.013
	Projeto apoiado(unidade)	17	F	3	2	90	8	1000	942.013
			F	4	2	90	8	1000	20.000
5113 21D7 0032	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Espírito Santo								117.872
	Projeto apoiado(unidade)	10	F	3	2	90	8	1000	117.872
5113 21D7 0033	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio de Janeiro								3.468.511
	Projeto apoiado(unidade)	6	F	3	2	90	8	1000	3.023.715
			F	4	2	90	8	1000	444.796
5113 21D7 0035	Apoio à Educação a Distância - No Estado de São Paulo								69.940
	Projeto apoiado(unidade)	50	F	3	2	90	8	1000	19.940
			F	4	2	90	8	1000	50.000
5113 21D7 0040	Apoio à Educação a Distância - Na Região Sul								75.000
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	75.000
5113 21D7 0041	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Paraná								30.792
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	30.792
5113 21D7 0042	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Santa Catarina								64.081
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	64.081
5113 21D7 0043	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio Grande do Sul								807.726
	Projeto apoiado(unidade)	77	F	3	2	90	8	1000	613.892
			F	4	2	90	8	1000	193.834

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 21D7 0051	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Mato Grosso								149.977
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	149.977
5113 21D7 0052	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Goiás								39.880
	Projeto apoiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	39.880
5113 21D7 0053	Apoio à Educação a Distância - No Distrito Federal								92.202
	Projeto apoiado(unidade)	5	F	3	2	90	8	1000	92.202
5113 21D7 0054	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Mato Grosso do Sul								466.634
	Projeto apoiado(unidade)	11	F	3	2	90	8	1000	466.634
5113 21D8	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	12 302							54.587.753
5113 21D8 0043	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								54.587.753
	Instituição apoiada(unidade)	1	S	4	2	90	8	1000	19.912.464
			S	4	2	90	8	1048	2.029.001
			S	4	2	90	8	1049	12.003.343
			S	4	2	90	8	1081	20.642.945
5113 21GK	Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional	12 364							1.180.631
5113 21GK 0033	Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro								1.180.631
	Unidade apoiada(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	980.631
			F	3	6	90	8	1000	100.000
			F	4	6	90	8	1000	100.000
5113 21GS	Internacionalização da Educação Superior	12 364							12.444.815
5113 21GS 0001	Internacionalização da Educação Superior - Nacional								3.868.076
	Projeto apoiado(unidade)	239	F	3	2	90	8	1000	3.868.076
5113 21GS 0011	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Rondônia								40.000
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	40.000
5113 21GS 0012	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Acre								32.177
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	32.177
5113 21GS 0013	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Amazonas								114.167
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	114.167
5113 21GS 0014	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Roraima								18.356
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	18.356
5113 21GS 0015	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Pará								185.441
	Projeto apoiado(unidade)	5	F	3	2	90	8	1000	185.441
5113 21GS 0016	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Amapá								101.762
	Projeto apoiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	101.762
5113 21GS 0017	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Tocantins								111.690
	Projeto apoiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	111.690
5113 21GS 0020	Internacionalização da Educação Superior - Na Região Nordeste								60.361
	Projeto apoiado(unidade)	6	F	3	2	90	8	1000	60.361
5113 21GS 0021	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Maranhão								250.156
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	250.156
5113 21GS 0022	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Piauí								66.858
	Projeto apoiado(unidade)	6	F	3	2	90	8	1000	66.858
5113 21GS 0023	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Ceará								430.077
	Projeto apoiado(unidade)	11	F	3	2	90	8	1000	430.077
5113 21GS 0024	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio Grande do Norte								234.054
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	232.737
			F	3	2	91	8	1000	1.317

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 21GS 0025	Internacionalização da Educação Superior - No Estado da Paraíba								158.884
	Projeto apoiado(unidade)	17	F	3	2	90	8	1000	151.384
			F	4	2	90	8	1000	7.500
5113 21GS 0026	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Pernambuco								392.451
	Projeto apoiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	392.451
5113 21GS 0027	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Alagoas								401.845
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	401.845
5113 21GS 0028	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Sergipe								85.876
	Projeto apoiado(unidade)	5	F	3	2	90	8	1000	85.876
5113 21GS 0029	Internacionalização da Educação Superior - No Estado da Bahia								933.954
	Projeto apoiado(unidade)	21	F	3	2	90	8	1000	933.954
5113 21GS 0031	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Minas Gerais								1.503.112
	Projeto apoiado(unidade)	63	F	3	2	90	8	1000	1.493.112
			F	4	2	90	8	1000	10.000
5113 21GS 0032	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Espírito Santo								255.633
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	255.633
5113 21GS 0033	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio de Janeiro								391.067
	Projeto apoiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	391.067
5113 21GS 0035	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de São Paulo								464.729
	Projeto apoiado(unidade)	79	F	3	2	90	8	1000	464.729
5113 21GS 0040	Internacionalização da Educação Superior - Na Região Sul								26.797
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	26.797
5113 21GS 0041	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Paraná								257.159
	Projeto apoiado(unidade)	8	F	3	2	90	8	1000	257.159
5113 21GS 0042	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Santa Catarina								100.278
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	100.278
5113 21GS 0043	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio Grande do Sul								628.246
	Projeto apoiado(unidade)	47	F	3	2	90	8	1000	628.246
5113 21GS 0051	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Mato Grosso								112.911
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	112.911
5113 21GS 0052	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Goiás								694.776
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	3	2	90	8	1000	694.776
5113 21GS 0053	Internacionalização da Educação Superior - No Distrito Federal								418.416
	Projeto apoiado(unidade)	7	F	3	2	90	8	1000	418.416
5113 21GS 0054	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul								105.506
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	3	2	90	8	1000	105.506
5113 21GT	Implementação de Ações de Sustentabilidade nas Universidades Federais	12 364							6.682.001
5113 21GT 0001	Implementação de Ações de Sustentabilidade nas Universidades Federais - Nacional								6.682.001
	Projeto apoiado(unidade)	8	F	3	2	90	8	1000	5.701.757
			F	4	2	90	8	1000	980.244
5113 21GU	Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde	12 364							22.454.267
5113 21GU 0001	Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde - Nacional								22.454.267
	Projeto apoiado(unidade)	43	S	3	2	90	8	1000	22.454.267
5113 219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior	12 364							129.042.470

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 219V 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Nacional Instituição apoiada(unidade) 28		F	3	2	90	8	1000	22.429.858 15.928.101
			F	4	2	90	8	1000	5.701.757
			F	4	6	99	8	1000	800.000
5113 219V 0029	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado da Bahia Instituição apoiada(unidade) 4		F	3	7	90	8	1000	50.300.000 50.300.000
5113 219V 0031	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado de Minas Gerais Instituição apoiada(unidade) 4		F	3	6	90	8	1000	3.800.001 3.400.001
			F	4	6	90	8	1000	400.000
5113 219V 0033	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado do Rio de Janeiro Instituição apoiada(unidade) 4		F	3	7	90	8	1000	29.298.360 29.298.360
5113 219V 0052	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado de Goiás Instituição apoiada(unidade) 4		F	3	6	90	8	1000	1 1
5113 219V 7014	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Custeio, Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Pará Instituição apoiada(unidade) 4		F	3	7	90	8	1000	23.214.250 1.300.000
			F	4	7	90	8	1000	21.914.250
5113 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	12 573							454.618.354
5113 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional Acesso realizado(milhar) 263300		F	3	2	90	8	1000	454.618.354 453.533.672
			F	3	2	90	8	1050	1.084.682
5113 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino	12 302							474.164.670
5113 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - Nacional Instituição apoiada(unidade) 47		S	3	2	90	8	1000	340.480.544 7.054.103
			S	3	2	90	8	1049	197.553.949
			S	4	2	90	8	1000	35.872.492
			S	4	2	90	8	1049	100.000.000
5113 4086 0015	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - No Estado do Pará Instituição apoiada(unidade) 1		S	3	6	90	8	1000	500.000 500.000
5113 4086 0032	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - No Estado do Espírito Santo Instituição apoiada(unidade) 1		S	3	6	90	8	1000	1.000.000 1.000.000
5113 4086 0033	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - No Estado do Rio de Janeiro Instituição apoiada(unidade) 6		S	3	2	90	8	1000	6.274.411 6.274.411
5113 4086 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - No Estado do Rio Grande do Sul Instituição apoiada(unidade) 1		S	3	2	90	8	1000	125.409.715 39.879.808
			S	3	2	90	8	1049	75.948.419
			S	3	2	90	8	1081	4.410.512
			S	3	2	90	8	1095	60.000
			S	3	2	90	8	1096	20.409
			S	3	2	91	8	1049	5.090.567
5113 4086 7001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - Hospital Universitário Onofre Lopes - No Estado do Rio Grande do Norte Instituição apoiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	1000	500.000 500.000
5113 6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	12 364							994.542
5113 6344 0001	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior - Nacional Ato regulatório publicado(unidade) 7600		F	3	2	90	8	1000	994.542 929.586
			F	3	2	91	8	1000	64.956
5113 6503	Censo Escolar da Educação Superior	12 364							1.098.843

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 6503 0001	Censo Escolar da Educação Superior - Nacional								1.098.843
	Censo realizado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	1.098.843
5113 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							521.104.717
5113 8282 0001	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional								1.500.000
	Projeto apoiado(unidade)	45	F	4	6	90	8	1000	1.500.000
5113 8282 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia								48.021.558
	Projeto apoiado(unidade)	32	F	3	2	90	8	1000	1.426.003
			F	3	7	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	9.215.555
			F	4	6	90	8	1000	500.000
			F	4	7	90	8	1000	36.680.000
5113 8282 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre								1.000.000
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	800.000
5113 8282 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas								2.689.900
	Projeto apoiado(unidade)	35	F	3	2	90	8	1000	50.000
			F	3	6	90	8	1000	2.000
			F	3	6	99	8	1000	105.000
			F	4	2	90	8	1000	99.900
			F	4	6	90	8	1000	1.628.000
			F	4	6	99	8	1000	805.000
5113 8282 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima								30.017.533
	Projeto apoiado(unidade)	9	F	3	2	90	8	1000	8.755.045
			F	3	6	90	8	1000	519.857
			F	4	2	90	8	1000	500.000
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
			F	4	7	90	8	1000	19.242.631
5113 8282 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará								20.463.364
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	3	2	90	8	1000	50.000
			F	4	2	90	8	1000	19.413.364
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
5113 8282 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá								4.412.840
	Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	4.412.840
5113 8282 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins								5.478.801
	Projeto apoiado(unidade)	16	F	3	2	90	8	1000	1.453.670
			F	4	2	90	8	1000	4.025.131
5113 8282 0020	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste								27.046.936
	Projeto apoiado(unidade)	174	F	3	2	90	8	1000	604.049
			F	4	2	90	8	1000	23.259.068
			F	4	2	90	8	1050	500.000
			F	4	7	90	8	1000	2.683.819
5113 8282 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão								6.104.010
	Projeto apoiado(unidade)	5	F	3	2	90	8	1000	3.802.673
			F	3	6	90	8	1000	200.000
			F	4	2	90	8	1000	1.901.337
			F	4	6	90	8	1000	200.000
5113 8282 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí								9.510.279
	Projeto apoiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	6.084.276
			F	4	2	90	8	1000	1.426.003
			F	4	6	90	8	1000	2.000.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 8282 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	2	90	8	1000	22.301.997 20.350.660
			F	4	2	90	8	1000	1.951.337
5113 8282 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	2	90	8	1000	2.618.743 60.000
			F	4	2	90	8	1000	2.558.743
5113 8282 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba Projeto apoiado(unidade)	8	F	3	2	90	8	1000	6.852.673 25.000
			F	4	2	90	8	1000	3.827.673
			F	4	6	90	8	1000	3.000.000
5113 8282 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco Projeto apoiado(unidade)	15	F	4	2	90	8	1000	16.736.304 15.586.304
			F	4	6	90	8	1000	150.000
			F	4	6	99	8	1000	1.000.000
5113 8282 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas Projeto apoiado(unidade)	12	F	3	2	90	8	1000	8.432.704 7.582.704
			F	4	2	90	8	1000	50.000
			F	4	6	90	8	1000	800.000
5113 8282 0028	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe Projeto apoiado(unidade)	4	F	3	2	90	8	1000	1.080.000 10.000
			F	3	2	90	8	1050	10.000
			F	3	6	99	8	1000	1.000.000
			F	4	2	90	8	1000	60.000
5113 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia Projeto apoiado(unidade)	37	F	3	2	90	8	1000	43.314.513 32.719.706
			F	3	2	91	8	1000	526.591
			F	3	6	90	8	1000	300.000
			F	4	2	90	8	1000	7.068.216
			F	4	6	90	8	1000	2.400.000
			F	4	6	99	8	1000	300.000
5113 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais Projeto apoiado(unidade)	15	F	3	2	90	8	1000	20.162.078 542.000
			F	3	6	90	8	1000	600.000
			F	3	6	99	8	1000	500.000
			F	4	2	90	8	1000	6.047.741
			F	4	2	90	8	1050	6.051.715
			F	4	2	90	8	1051	606.621
			F	4	6	90	8	1000	614.000
			F	4	6	99	8	1000	5.200.001
5113 8282 0032	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo Projeto apoiado(unidade)	157	F	3	7	90	8	1000	63.060.000 5.400.000
			F	4	2	90	8	1000	60.000
			F	4	7	90	8	1000	57.600.000
5113 8282 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro Projeto apoiado(unidade)	35	F	3	2	90	8	1000	30.433.234 24.830.560
			F	4	2	90	8	1000	3.802.674
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
			F	4	6	99	8	1000	800.000
5113 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo Projeto apoiado(unidade)	7	F	3	6	90	8	1000	4.430.631 2.350.000
			F	4	2	90	8	1000	1.080.631

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	4	6	90	8	1000	1.000.000
5113 8282 0040	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul								3.897.740
	Projeto apoiado(unidade) 3		F	4	2	90	8	1000	3.897.740
5113 8282 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná								16.148.359
	Projeto apoiado(unidade) 25		F	3	6	90	8	1000	575.000
			F	4	2	90	8	1000	5.712.359
			F	4	2	90	8	1050	2.050.000
			F	4	6	90	8	1000	6.525.000
			F	4	6	99	8	1000	1.286.000
5113 8282 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina								18.638.779
	Projeto apoiado(unidade) 49		F	4	2	90	8	1000	3.902.779
			F	4	6	90	8	1000	1.836.000
			F	4	6	99	8	1000	400.000
			F	4	7	90	8	1000	12.500.000
5113 8282 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul								30.431.488
	Projeto apoiado(unidade) 37		F	3	2	90	8	1000	25.699.520
			F	4	2	90	8	1000	3.431.968
			F	4	6	90	8	1000	800.000
			F	4	6	99	8	1000	500.000
5113 8282 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso								4.500.000
	Projeto apoiado(unidade) 4		F	3	2	90	8	1000	500.000
			F	4	2	90	8	1000	1.000.000
			F	4	6	90	8	1000	3.000.000
5113 8282 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás								5.303.341
	Projeto apoiado(unidade) 15		F	4	2	90	8	1000	5.303.341
5113 8282 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal								102.100
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	1000	52.100
			F	4	2	90	8	1050	50.000
5113 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul								1.352.116
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	1000	10.992
			F	3	2	91	8	1000	8
			F	4	2	90	8	1000	101.116
			F	4	6	90	8	1000	1.240.000
5113 8282 7025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus de Arapiraca - No Estado de Alagoas								1.000.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	90	8	1000	1.000.000
5113 8282 7026	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção do Campus do Sertão - No Estado de Sergipe								1.700.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	7	90	8	1000	1.700.000
5113 8282 7386	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus dos Malês - No Estado da Bahia								200.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	90	8	1000	200.000
5113 8282 7387	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Projeto de Construção do Prédio da Pediatria - No Estado do Paraná								1.000.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	6	90	8	1000	1.000.000
5113 8282 7388	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Projeto Casa da Estudante Universitária - No Estado do Paraná								1.500.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	6	90	8	1000	1.500.000
5113 8282 7389	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Projeto Criação de Sistema Produtivo de Fármacos à Base de Cannabis - No Estado do Paraná								1.000.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	6	90	8	1000	400.000

Quadro 9C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2025, Anexo I, Inciso IX.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	4	6	90	8	1000	600.000
5113 8282 7390	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Instituto de Química e Biotecnologia - No Município de Maceió - AL								
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	90	8	1000	500.000
			F	4	6	90	8	1000	200.000
			F	4	6	90	8	1000	300.000
5113 8282 7391	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Conclusão das Obras do Campus de Várzea Grande - No Estado de Mato Grosso								
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	4	7	90	8	1000	13.500.000
			F	4	7	90	8	1000	13.500.000
5113 8282 7392	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Conclusão do Prédio Administrativo da Reitoria - No Estado de Mato Grosso								
	Projeto apoiado(unidade)	3	F	4	7	90	8	1000	5.500.000
			F	4	7	90	8	1000	5.500.000
5113 8282 7393	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção do Laboratório Multiprofissional de Assistência à Saúde no CCBS - No Município de Campina Grande								
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	7	90	8	1000	2.600.000
			F	4	7	90	8	1000	2.600.000
5113 8282 7394	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção de Prédio para Atendimento às Mulheres na UFRJ - No Estado do Rio de Janeiro								
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	7	90	8	1000	7.000.000
			F	4	7	90	8	1000	3.000.000
			F	4	7	90	8	1000	4.000.000
5113 8282 7396	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção de Restaurante, Salas e Auditório na UFF - No Estado do Rio de Janeiro								
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	7	90	8	1000	3.000.000
			F	4	7	90	8	1000	3.000.000
5113 8282 7398	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção do Hospital Universitário da UFT - No Estado do Tocantins								
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	7	90	8	1000	24.762.696
			F	4	7	90	8	1000	24.762.696
5113 8282 7399	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Ampliação, Readequação e Reforma da Vivência do Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho - No Município de Lagarto - SE								
	Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	7	90	8	1000	1.800.000
			F	4	7	90	8	1000	1.800.000
Total									167.118.519.950

Quadro 10-A: Resultado Primário do Governo Central - Ótica Financeira

Discriminação	Realizado 2023		Reprogramação		PLOA 2025		LOA 2025	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	2.351.400,8	21,7	2.698.112,3	23,4	2.907.774,5	23,5	2.930.278,9	23,2
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	1.439.302,6	13,3	1.717.335,9	14,9	1.883.960,2	15,2	1.923.018,6	15,2
I.1.1. Imposto de Importação	54.222,0	0,5	72.690,0	0,6	80.215,3	0,6	87.669,4	0,7
I.1.2. IPI	59.326,7	0,5	80.117,7	0,7	87.180,8	0,7	92.951,9	0,7
I.1.3. Imposto sobre a Renda	695.762,5	6,4	798.106,7	6,9	834.958,7	6,7	850.983,6	6,7
I.1.4. IOF	61.902,2	0,6	67.073,2	0,6	70.498,7	0,6	71.360,3	0,6
I.1.5. COFINS	292.903,0	2,7	365.431,3	3,2	388.645,7	3,1	393.284,9	3,1
I.1.6. PIS/PASEP	84.700,7	0,8	103.951,6	0,9	110.895,3	0,9	112.952,4	0,9
I.1.7. CSLL	148.652,1	1,4	168.685,1	1,5	198.394,3	1,6	200.644,5	1,6
I.1.8. CIDE - Combustíveis	1.209,1	0,0	2.982,9	0,0	4.333,5	0,0	4.333,5	0,0
I.1.9. Outras administradas pela RFB	40.624,3	0,4	58.297,4	0,5	108.837,9	0,9	108.838,1	0,9
I.2. Incentivos Fiscais	(78,0)	(0,0)	(14,4)	(0,0)	(27,5)	(0,0)	(27,5)	(0,0)
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	592.666,5	5,5	650.550,2	5,6	713.874,8	5,8	697.320,7	5,5
I.4. Outras Receitas	319.509,7	2,9	330.240,7	2,9	309.967,0	2,5	309.967,0	2,5
I.4.1. Concessões e Permissões	8.819,6	0,1	24.253,2	0,2	15.434,5	0,1	15.434,5	0,1
I.4.2. Complemento do FGTS	102,3	0,0	82,3	0,0	56,7	0,0	56,7	0,0
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	17.399,3	0,2	18.453,9	0,2	18.938,8	0,2	18.938,8	0,1
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	30.797,5	0,3	33.080,4	0,3	35.551,3	0,3	35.551,3	0,3
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	112.874,3	1,0	118.313,6	1,0	131.679,6	1,1	131.679,6	1,0
I.4.6. Dividendos e Participações	49.957,9	0,5	58.321,5	0,5	33.370,6	0,3	33.370,6	0,3
I.4.7. Receita Própria e de Convênios	21.095,0	0,2	22.331,9	0,2	20.604,1	0,2	20.604,1	0,2
I.4.8. Demais Receitas	78.463,6	0,7	55.403,8	0,5	54.331,4	0,4	54.331,4	0,4
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	452.009,1	4,2	529.856,2	4,6	558.743,3	4,5	570.227,3	4,5
II.1. Cide combustíveis	139,3	0,0	871,4	0,0	1.133,7	0,0	1.133,7	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	66.010,5	0,6	75.364,4	0,7	76.424,9	0,6	76.424,9	0,6
II.3. Contribuição do Salário Educação	18.162,0	0,2	19.859,2	0,2	21.330,8	0,2	21.330,8	0,2
II.4. FPE/FPM/PI-EE	353.288,2	3,3	416.648,6	3,6	441.249,8	3,6	452.079,3	3,6
II.5. Fundos Constitucionais	11.391,3	0,1	13.039,6	0,1	14.930,1	0,1	15.584,5	0,1
II.6. Demais	3.017,9	0,0	4.073,0	0,0	3.674,0	0,0	3.674,0	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.899.391,7	17,5	2.168.256,2	18,8	2.349.031,2	19,0	2.360.051,6	18,7
IV. DESPESAS	2.129.922,5	19,6	2.229.630,5	19,4	2.389.457,6	19,3	2.389.630,0	18,9
IV.1. Benefícios da Previdência	898.872,9	8,3	923.105,2	8,0	1.007.233,7	8,1	1.015.351,3	8,0
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	363.726,7	3,4	373.797,3	3,2	413.150,9	3,3	411.749,2	3,3
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	357.508,5	3,3	372.772,1	3,2	419.806,1	3,4	378.804,3	3,0
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	72.856,1	0,7	81.577,8	0,7	87.578,1	0,7	88.099,9	0,7
IV.3.2. Anistiados	173,6	-	187,1	-	211,6	-	211,6	0,0
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados	27.095,1	0,2	3.890,9	-	7.325,3	0,1	4.803,4	0,0
IV.3.4. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações (Poder Executivo)	717,6	-	930,4	-	1.865,1	-	1.865,1	0,0
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	92.671,2	0,9	111.482,1	1,0	118.383,0	1,0	119.061,2	0,9
IV.3.6. Complemento do FGTS	102,3	-	82,3	-	56,7	-	56,7	0,0
IV.3.7. Créditos Extraordinários	2.792,4	-	27.963,0	0,2	-	-	-	-
IV.3.8. Desoneração MP 540, 563 e 582	-	-	-	-	-	-	-	-
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	1.106,0	-	1.269,0	-	1.388,6	-	1.388,6	0,0
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	37.487,8	0,3	47.808,7	0,4	56.576,8	0,5	57.004,2	0,5
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF	4.282,9	-	4.329,6	-	4.799,8	-	4.799,8	0,0
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	17.369,3	0,2	20.570,9	0,2	20.379,1	0,2	20.374,6	0,2
IV.3.13. Lei Kandir (LCs nº 87/1996 e 102/2000)	3.986,9	-	4.000,0	-	4.000,0	-	4.000,0	0,0
IV.3.14. Reserva de Contingência	-	-	-	-	38.954,3	0,3	-	-
IV.3.15. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	71.441,2	0,7	34.993,8	0,3	47.136,0	0,4	47.136,0	0,4
IV.3.16. Subsídios, Subvenções e Proaqro	21.665,1	0,2	24.308,3	0,2	26.602,9	0,2	26.102,9	0,2
IV.3.17. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	143,8	-	125,4	-	156,6	-	109,6	0,0
IV.3.18. Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	2.006,7	-	2.457,0	-	2.521,7	-	1.920,3	0,0
IV.3.19. Impacto Primário do FIES	1.610,3	-	1.834,2	-	1.870,6	-	1.870,6	0,0
IV.3.20. Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	4.961,5	-	-	-	-	-
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	509.814,5	4,7	559.955,9	4,9	549.266,8	4,8	583.725,2	4,6
IV.4.1. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	326.422,2	3,0	359.515,5	3,1	370.732,9	3,0	362.558,7	2,9
IV.4.2. Despesas Discricionárias	183.392,3	1,7	200.440,4	1,7	178.533,9	1,4	221.166,5	1,8
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	(230.530,9)	(2,1)	(61.374,3)	(0,5)	(40.426,3)	(0,3)	(29.578,4)	(0,2)
V.1. Resultado do Tesouro	75.675,5	0,7	211.180,7	1,8	252.932,6	2,0	288.452,2	2,3
V.2. Resultado da Previdência Social	(306.206,4)	(2,8)	(272.555,0)	(2,4)	(293.358,9)	(2,4)	(318.030,6)	(2,5)
VI. DISCREPANCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	(34.001,9)	(0,3)						
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	(264.532,8)	(2,4)	(61.374,3)	(0,5)	(40.426,3)	(0,3)	(29.578,4)	(0,2)
VIII. META OFS	(65.905,8)	(0,6)						
IX. COMPENSAÇÃO DA META GOV CENTRAL NA LDO	241.250,1	2,2	28.774,1	0,2	44.118,3	0,4	44.118,3	0,3
X. META OFS PARA CUMPRIMENTO DA LDO	(307.155,8)	(2,8)	(28.774,1)	(0,2)	(44.118,3)	(0,4)	(44.118,3)	(0,3)
XI. ESFORÇO NECESSÁRIO (+) / SOBRA DE RECURSOS (-) (X-VII)	(42.623,1)	(0,4)	32.600,2	0,3	(3.692,0)	-	(14.539,9)	(0,1)
XII. JUROS NOMINAIS	(614.548,1)	(5,7)	(682.548,0)	(5,9)	(755.507,0)	(6,1)	(755.507,0)	(6,0)
XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII + XII)	(879.080,9)	(8,1)	(743.922,3)	(6,5)	(795.933,3)	(6,4)	(785.085,4)	(6,2)
XIV. RECEITAS FINANCEIRAS	2.036.363,9	18,8	2.725.600,0	23,7	2.792.116,0	22,5	2.792.116,1	22,1
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	1.378.599,9	12,7	1.755.770,9	15,2	1.655.840,5	13,4	1.655.840,5	13,1
XIV.2. Emissão de Títulos	369.326,1	3,4	699.127,7	6,1	847.767,4	6,8	847.767,4	6,7
XIV.3. Operações Oficiais de Crédito	41.440,8	0,4	47.059,2	0,4	45.881,1	0,4	45.881,1	0,4
XIV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	149.643,1	1,4	125.327,9	1,1	113.931,1	0,9	113.931,1	0,9
XIV.5. Demais	97.354,0	0,9	98.314,3	0,9	128.696,0	1,0	128.696,0	1,0
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	1.974.228,5	18,2	2.738.850,1	23,8	2.769.488,7	22,4	2.780.991,1	22,0
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	240.662,2	2,2	436.129,4	3,8	480.013,1	3,9	480.013,1	3,8
XV.2. Amortização da Dívida	1.646.144,2	15,2	2.057.982,8	17,9	2.048.943,8	16,5	2.048.943,8	16,2
XV.3. Demais	87.422,1	0,8	244.738,0	2,1	240.531,8	1,9	252.034,2	2,0

**Quadro 10-B - Demonstrativo da Compatibilidade das
Despesas Primárias Orçamentárias com o art. 3º da LC 200/2023**

Discriminação	Total de Despesas Primárias Orçamentárias	Classificação conforme o Novo Regime Fiscal	
		Despesas não sujeitas aos limites	Despesas sujeitas aos limites
Despesas Primárias Orçamentárias de Todos os Poderes	2.941.403.810.354	692.529.861.580	2.248.873.948.774
Benefícios Previdenciários, exceto Sentenças/Precatórios	980.642.687.456		980.642.687.456
Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita	555.626.691.244	555.626.691.244	
Pessoal e Encargos Sociais, exceto sentenças/precatórios	404.216.310.107	20.067.334.313	384.148.975.794
Despesas obrigatórias com controle de fluxo do Poder Executivo	362.558.710.825	104.496.170	362.454.214.655
Despesas discricionárias do Poder Executivo	221.166.483.734	2.028.227.352	219.138.256.382
Benefícios de Prestação Continuada, exceto Sentenças/Precatórios	113.586.052.318		113.586.052.318
Sentenças Judiciais e Precatórios	102.669.720.607	52.708.235.305	49.961.485.302
Abono Salarial e Seguro Desemprego, exceto Sentenças/Precatórios	88.012.289.050		88.012.289.050
Complementação Fundeb	57.004.154.399	57.004.154.399	
Reserva para Emendas	0		0
Subsídios, Subvenções e Proagro	21.796.141.383		21.796.141.383
Legislativo / Judiciário / MPU / DPU (Custeio e Capital)	20.374.570.543	190.961.947	20.183.608.596
Outras Despesas Obrigatórias do Poder Executivo	8.950.237.838		8.950.237.838
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	4.799.760.850	4.799.760.850	

Fonte: Siga Brasil.

Quadro 11

Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XI.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
41	Ministério das Comunicações									48.318.987
260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS									48.318.987
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)									48.318.987
0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna		28 843	F						48.318.987
0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional									48.318.987
				F	2-JUR	0	90	0	1444	775.661
				F	6-AMO	0	90	0	1443	47.543.326
52	Ministério da Defesa									2.981.633.102
111	Comando da Aeronáutica									1.780.239.208
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)									1.780.239.208
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa		28 844	F						1.780.239.208
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional									1.780.239.208
				F	2-JUR	0	90	0	1444	501.534.326
				F	6-AMO	0	90	0	1443	1.278.704.882
131	Comando da Marinha									1.160.283.252
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)									1.160.283.252
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa		28 844	F						1.160.283.252
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional									1.160.283.252
				F	2-JUR	0	90	0	1444	312.228.629
				F	6-AMO	0	90	0	1443	848.054.623
232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha -									41.110.642
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)									41.110.642
0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna		28 843	F						41.110.642
0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional									41.110.642
				F	2-JUR	0	90	0	1050	1.569.758
				F	6-AMO	0	90	0	1050	39.540.884
74	Operações Oficiais de Crédito									106.000.000
101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional									106.000.000
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais									106.000.000
0909 00QM	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)		28 846	F						106.000.000
0909 00QM 0001	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - Nacional									106.000.000
				F	2-JUR	0	90	0	1444	11.000.000
				F	6-AMO	0	90	0	1443	95.000.000

Quadro 11

Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XI.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
75	Dívida Pública Federal									2.525.820.998.165	
101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda									2.525.820.998.165	
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)									720.994.797.827	
0905	0272	Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993)	28	843	F					140.000.000	
0905	0272	0001								140.000.000	
		Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993) - Nacional			F	6-AMO	0	90	0	1400	140.000.000
0905	0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna	28	843	F						720.854.797.827
0905	0455	0001									720.854.797.827
		Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional			F	2-JUR	0	90	0	1444	435.098.585.159
					F	6-AMO	0	90	0	1443	4.082.434.836
					F	6-AMO	0	90	0	1448	21.838.628.408
					F	6-AMO	0	90	0	1401	33.321.129.332
					F	6-AMO	0	90	0	1400	50.494.849.356
					F	6-AMO	0	90	0	1000	176.019.170.736
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)										34.631.325.299
0906	0425	Serviços da Dívida Pública Federal Externa	28	844	F						34.631.325.299
0906	0425	0001									34.631.325.299
		Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional			F	2-JUR	0	90	0	1444	29.999.937.857
					F	6-AMO	0	90	0	1443	4.631.387.442
0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna										1.560.618.793.262
0907	0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	28	841	F						1.560.618.793.262
0907	0365	0001									1.560.618.793.262
		Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional			F	6-AMO	0	90	0	1443	1.560.618.793.262
0908	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa										51.743.581.777
0908	0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa	28	842	F						51.743.581.777
0908	0243	0001									51.743.581.777
		Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - Nacional			F	6-AMO	0	90	0	1443	51.743.581.777
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais										157.832.500.000
0909	00QE	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União	28	846	F						295.000.000
0909	00QE	0001									295.000.000
		Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União - Nacional			F	6-AMO	0	90	0	1443	295.000.000
0909	00Q3	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	28	846	F						32.200.000.000
0909	00Q3	0001									32.200.000.000
		Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS - Nacional			F	6-AMO	0	90	0	1443	32.200.000.000
0909	0669	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil	28	846	F						125.337.500.000
0909	0669	0001									125.337.500.000
		Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil - Nacional			F	2-JUR	0	90	0	1444	14.087.500.000
					F	6-AMO	0	90	0	1444	111.250.000.000
Total										2.528.956.950.254	

Quadro 12

Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

LDO-2025, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
Receitas da Seguridade Social (A)				R\$ 1.461.815.982.317
11210101	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1000	P	R\$ 233.121.188
11210101	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1003	P	R\$ 543.949.438
11210102	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1003	P	R\$ 8.907
11210104	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	1003	P	R\$ 63.875
12110101	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P	R\$ 371.388.492.631
12110103	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1002	P	R\$ 132.069.060
12110105	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P	R\$ 1.698.661.990
12110107	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1002	P	R\$ 49.684.154
12110201	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P	R\$ 13.349.666.599
12110203	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1002	P	R\$ 82.891.019
12110205	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P	R\$ 184.356.911
12110207	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1002	P	R\$ 25.050.656
12114901	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal	1002	P	R\$ 301.009.323
12114903	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Dívida Ativa	1002	P	R\$ 1.077.905.611
12114905	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal	1002	P	R\$ 246.409.978
12114907	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1002	P	R\$ 310.709.506
12120101	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040	P	R\$ 75.214.847.155
12120103	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P	R\$ 74.278.407
12120105	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040	P	R\$ 333.594.654
12120107	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040	P	R\$ 4.570.314
12120201	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040	P	R\$ 4.253.905.517
12120203	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P	R\$ 151.981.467
12120205	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040	P	R\$ 57.085.827
12120207	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040	P	R\$ 8.883.640
12124905	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	1040	P	R\$ 35.186.458
12124907	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1040	P	R\$ 71.939.028
12130101	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9001	P	R\$ 8.266.214.685
12130101	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P	R\$ 176.316.897.339
12130103	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P	R\$ 401.376.546
12130105	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P	R\$ 855.946.640
12130107	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P	R\$ 14.360.432
12130201	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P	R\$ 11.501.829.193
12130203	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P	R\$ 164.407.056
12130205	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P	R\$ 147.998.375
12130207	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P	R\$ 29.843.689
12134905	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	1001	P	R\$ 279.215.569
12134907	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1001	P	R\$ 200.317.346
12140111	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9054	P	R\$ 607.269.765
12140111	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P	R\$ 375.652.392.832

Quadro 12

Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

LDO-2025, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
	SIMPLES NACIONAL - Principal			
12140112	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P	R\$ 5.634.264.605
12140113	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P	R\$ 3.438.996.190
12140114	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	R\$ 1.056.560.177
12140121	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P	R\$ 93.600.856.220
12140122	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P	R\$ 2.941.686.211
12140123	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P	R\$ 1.288.090.185
12140124	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	R\$ 430.332.913
12140201	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	1054	P	R\$ 206.957.330.811
12140202	Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	1054	P	R\$ 2.836.627.998
12140203	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1054	P	R\$ 1.615.186.444
12140204	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	R\$ 459.673.233
12150111	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1055	P	R\$ 117.043.881
12150111	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P	R\$ 11.817.427.883
12150115	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	1056	P	R\$ 929.777
12150121	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1055	P	R\$ 114.799.433
12150121	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P	R\$ 5.201.487.611
12150131	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P	R\$ 1.274.958.093
12150141	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P	R\$ 261.162.694
12150151	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P	R\$ 123.372.565
12150161	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P	R\$ 26.554.518
12150411	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1023	P	R\$ 9.154.308.642
12150421	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P	R\$ 381.093.616
12150431	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P	R\$ 187.134.919
12160111	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	1006	P	R\$ 19.614.714
12160211	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	1126	P	R\$ 20.482.272
12160511	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	1005	P	R\$ 2.394.644.142
12170111	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	1123	P	R\$ 48.064.898
12170211	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	1123	P	R\$ 6.917.174
12170411	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1123	P	R\$ 4.024.943.161
12170611	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1122	P	R\$ 8.237.566
12170611	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1123	P	R\$ 3.661.140
12170711	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	1001	P	R\$ 109.719.377
12170711	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	1184	P	R\$ 10.971.938
12190111	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	1003	P	R\$ 280.629
13110111	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1049	P	R\$ 27.660.027
13110111	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1000	P	R\$ 4.696.973
13110201	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1000	P	R\$ 126.532
13110201	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1049	P	R\$ 295.243
13210101	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1000	F	R\$ 1.343.640.494
13210101	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1049	F	R\$ 3.135.161.150
13210201	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1049	F	R\$ 300.167.071
13210201	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1000	F	R\$ 128.643.031
13210301	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	1000	F	R\$ 43.939.498
13210301	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	1049	F	R\$ 326.107.094
13220101	Dividendos - Principal	1049	P	R\$ 209.070.410
13220102	Dividendos - Multas e Juros	1049	P	R\$ 8.952.072
13410241	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035	P	R\$ 246.942.257
13410341	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035	P	R\$ 493.884.514
13410441	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão -	1035	P	R\$ 100.224.648

Quadro 12

Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

LDO-2025, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

<i>Código</i>	<i>Especificação</i>	<i>Fonte</i>	<i>RP</i>	<i>Valor</i>
	Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal			
13610111	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1000	P	R\$ 2.400.997.539
13610111	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1049	P	R\$ 5.602.327.590
13610112	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Multas e Juros	1049	P	R\$ 2.752.473
15110101	Receita Industrial - Principal	1049	P	R\$ 593.700
16110101	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1049	P	R\$ 31.038.106
16110201	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1049	P	R\$ 69.481.492
16110301	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1049	P	R\$ 307.296
16110401	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1049	P	R\$ 1.444.455
16310101	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	1049	P	R\$ 282.190.529
16310102	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	1049	P	R\$ 1.560
16320101	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	1004	P	R\$ 41.158.271
16320101	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	1049	P	R\$ 11.915.779
16410301	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	1049	F	R\$ 21.175.780.311
17240101	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	R\$ 4.410.512
17610101	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	1095	P	R\$ 60.000
17910101	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1096	P	R\$ 6.207.738
17920101	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	1094	P	R\$ 13.250
19110101	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1054	P	R\$ 9.347.330
19110101	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1003	P	R\$ 235.428.471
19110103	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1054	P	R\$ 46.166
19110103	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1003	P	R\$ 181.936.019
19110301	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	1003	P	R\$ 91.906.284
19110901	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1049	P	R\$ 21.075.838
19111003	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	1039	P	R\$ 732.037
19111101	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	1054	P	R\$ 79.708.194
19210101	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1049	P	R\$ 60.062
19210401	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	1005	P	R\$ 205.925.963
19219901	Outras Indenizações - Principal	1049	P	R\$ 963.398
19220111	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1049	P	R\$ 4.913.432
19220301	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1054	P	R\$ 244.784.454
19220301	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1002	P	R\$ 104.463
19220302	Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros	1054	P	R\$ 259.238
19220401	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	1002	P	R\$ 533.955
19220701	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	1040	P	R\$ 17.859.348
19229901	Outras Restituições - Principal	1049	P	R\$ 219.284.262
19229902	Outras Restituições - Multas e Juros	1049	P	R\$ 1.736.993
19230101	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	1003	P	R\$ 580.856.727
19230301	Reversão de Garantias - Principal	1049	P	R\$ 86.376
19230401	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	1054	P	R\$ 72.764.569
19230402	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	1054	P	R\$ 797.933
19239901	Outros Ressarcimentos - Principal	1049	P	R\$ 15.524.623
19239902	Outros Ressarcimentos - Multas e Juros	1049	P	R\$ 467.925
19310211	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	1001	P	R\$ 85.026.100
19310212	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	1001	P	R\$ 234.822
19310801	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	1003	P	R\$ 79.403.964
19990301	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	1054	P	R\$ 56.036.854
19990401	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	1017	P	R\$ 43.660
19990811	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	1010	P	R\$ 168.997
19999914	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	R\$ 20.009.888
19999921	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1049	P	R\$ 427.226
19999922	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	1049	P	R\$ 25.528.378
19999923	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1049	P	R\$ 2.495.312
19999924	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa -	1049	P	R\$ 1.119.577

Quadro 12

Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

LDO-2025, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
	Multas e Juros			
22130101	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1048	P	R\$ 432.761
22210101	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1049	P	R\$ 54.767.530
22210101	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1048	P	R\$ 1.620.000
72150211	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	R\$ 22.504.382.313
72150211	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1125	F	R\$ 241.758.963
72150213	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Dívida Ativa - Operações Intraorçamentárias	1056	F	R\$ 1.310.989
72150215	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	R\$ 3.109.207
72150221	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	R\$ 800.756.067
76110101	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049	P	R\$ 5.464
76310101	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049	P	R\$ 66.612
79210401	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	1005	P	R\$ 114.173.548
Transferências de Recursos do Orçamento Fiscal (B)				R\$ 340.872.893.749
	Recursos Livres da União	1000		R\$ 98.913.383.947
	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1012		R\$ 214.042.260
	Recursos Próprios Livres da UO	1050		R\$ 319.775.282
	Recursos Livres da UO	1052		R\$ 708.108.098
	Convênios	1081		R\$ 20.642.945
	Doações Nacionais	1096		R\$ 20.409
	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	1131		R\$ 28.838.228
	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1133		R\$ 6.605.373.965
	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	1444		R\$ 17.001.158.586
	Recursos Livres da União	9000		R\$ 6.207.569.518
	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciament	9444		R\$ 210.853.980.511
Total (C) = (A + B)				R\$ 1.802.688.876.066

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0581 Abono Salarial	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	30.903.729.110
219E Ações de Proteção Social Básica	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.085.795.544
219F Ações de Proteção Social Especial	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	654.573.890
21D8 Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	54.587.753
2000 Administração da Unidade	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	32.679.556
		26000 - Ministério da Educação	7.367.685
		33000 - Ministério da Previdência Social	211.186.577
		36000 - Ministério da Saúde	1.144.953.726
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	243.699.270
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	450.000
		33000 - Ministério da Previdência Social	1.741.071
		36000 - Ministério da Saúde	4.590.000
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.723.721
20QH Alimentação e Nutrição para a Saúde	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	36000 - Ministério da Saúde	170.000.000
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	71000 - Encargos Financeiros da União	96.415.731
		52000 - Ministério da Defesa	32.626.282
		46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	10.000.000
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	151.400.000
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	473.160.000
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	237.300.000
8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	63.439.562
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	134.000.000
21CI Apoiar a implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes, de forma a contribuir para a Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	81.000.000
8458 Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	19.382.901

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
21FQ Apoio à Formulação e Gestão da Política Nacional de Cuidados	5501 Estruturação da Política Nacional de Cuidados	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	26.435.797
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	7.000.000
21CA Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	50.000.000
21CB Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	50.000.000
20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção de Sistemas e Soluções de Saneamento Ambiental	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.500.000
21CC Apoio à Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	12.000.001
20AM Apoio à Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	62.700.000
8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Socioassistencial no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	11.241.650
20AF Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	9.700.000
218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	858.478.557
00PI Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	5111 Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	26000 - Ministério da Educação	5.461.907.292
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	45.000.000
00US Apoio aos Entes Federados por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	877.058.000
8929 Apoio aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	87.590.721
20AL Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	2.216.640.000
21FR Apoio e Acolhimento Objetivando a Reinserção de Usuários e Dependentes de Álcool e Drogas	5134 Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	209.516.559
20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	508.233.502

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0181 Aposentadorias e Pensões Civis da União	0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	29000 - Defensoria Pública da União	21.522.096
	0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	583.305
		34000 - Ministério Público da União	1.006.013.304
	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	63000 - Advocacia-Geral da União	994.894.797
		83000 - Banco Central do Brasil	2.063.570.569
		37000 - Controladoria-Geral da União	292.522.145
		72000 - Encargos Previdenciários da União	13.192.000.928
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	13.051
		22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	2.290.558.667
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.912.534.036
		42000 - Ministério da Cultura	261.179.076
		52000 - Ministério da Defesa	3.657.514.576
		26000 - Ministério da Educação	20.254.466.391
		25000 - Ministério da Fazenda	2.240.124.859
		46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	727.477.226
		67000 - Ministério da Igualdade Racial	122.270
		53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	627.477.691
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.862.527.984
		58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	100.000
		33000 - Ministério da Previdência Social	5.657.856.430
		36000 - Ministério da Saúde	11.509.994.330
		56000 - Ministério das Cidades	9.222.528
		41000 - Ministério das Comunicações	34.540.010
		65000 - Ministério das Mulheres	56.553
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	451.391.118
		32000 - Ministério de Minas e Energia	227.287.679
		68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	43.849.463
		49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	756.909.411
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	2.663.615
		28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	245.884.314
		69000 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	100.000
		51000 - Ministério do Esporte	7.210.446
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	830.027.836

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.			
Ação	Programa	Órgão Orçamentário	Valor
		47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	1.576.550.244
		40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	744.775.035
		54000 - Ministério do Turismo	22.849.642
		81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	171.514
		84000 - Ministério dos Povos Indígenas	246.796.692
		39000 - Ministério dos Transportes	971.253.239
		20000 - Presidência da República	319.074.509
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.380.048.560
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	17000 - Conselho Nacional de Justiça	81.386
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	646.361.079
		15000 - Justiça do Trabalho	6.573.308.445
		14000 - Justiça Eleitoral	1.236.788.449
		12000 - Justiça Federal	2.338.231.444
		13000 - Justiça Militar da União	264.467.305
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	502.991.561
		10000 - Supremo Tribunal Federal	188.139.218
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	01000 - Câmara dos Deputados	2.236.000.000
		02000 - Senado Federal	2.423.413.306
		03000 - Tribunal de Contas da União	1.004.740.513
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e Participativa em Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	40.000.000
2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.210.849.769
20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	8.617.350.000
00VL Assistência à Moradia de Bolsistas Atuentes em Programas de Residência Médica	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	4.000
00UW Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.855.000.000
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	72000 - Encargos Previdenciários da União	98.180.556
		52000 - Ministério da Defesa	3.857.735.405
		26000 - Ministério da Educação	219.528.579
		33000 - Ministério da Previdência Social	100.529.451
		36000 - Ministério da Saúde	281.716.464
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.206.600
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	02000 - Senado Federal	328.322.232
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil, Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	828.837.606
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARA de Hospitais de Reabilitação	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.507.301.849
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	77.736.399.652

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
4324 Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	31.000.000
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.261.650.000
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.707.000.000
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	321.000.000
4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.701.000.000
21FT Atendimento da Clientela Previdenciária	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	1.504.352.878
20TP Ativos Civis da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	117.045.795
		26000 - Ministério da Educação	12.831.262.502
		33000 - Ministério da Previdência Social	4.177.604.189
		36000 - Ministério da Saúde	7.550.498.983
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	116.407.686
20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	7.300.000
2562 Auditoria Interna, Processos Correicionais e Tomada de Contas Especial	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	5.530.000
2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	2.609.293
21DV Auxílio Gás dos Brasileiros	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.570.400.858
00TZ Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	42.276.366
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	44.000.000
20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	37.000.000
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Auxílio-Inclusão e de outros benefícios socioassistenciais, e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	10.143.631
00S6 Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	72000 - Encargos Previdenciários da União	292.830
		52000 - Ministério da Defesa	13.000
		26000 - Ministério da Educação	416.000
		33000 - Ministério da Previdência Social	29.250
		36000 - Ministério da Saúde	202.336
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	13.000

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0536 Benefícios de Legislação Especial	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	83000 - Banco Central do Brasil	171.852
		01000 - Camara dos Deputados	77.000
		71000 - Encargos Financeiros da União	59.745.267
		72000 - Encargos Previdenciários da União	29.956.625
		15000 - Justiça do Trabalho	695.496
		14000 - Justiça Eleitoral	184.605
		12000 - Justiça Federal	32.000
		22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	806.567
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	46.692
		52000 - Ministério da Defesa	5.294.604
		26000 - Ministério da Educação	3.738.856
		25000 - Ministério da Fazenda	328.423
		46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	9.975.645
		53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	26.003
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.806.020
		33000 - Ministério da Previdência Social	1.750.183.321
		36000 - Ministério da Saúde	8.764.024
		56000 - Ministério das Cidades	24.408.032
		41000 - Ministério das Comunicações	31.894
		32000 - Ministério de Minas e Energia	411.151
		49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	562.876
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	202.088
		28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	30.307
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	174.783
		47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	147.813
		81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	74.520
		84000 - Ministério dos Povos Indígenas	216.926
		39000 - Ministério dos Transportes	17.572.440
		34000 - Ministério Público da União	18.000
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	67.590
00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	63.768.566.876

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	49.817.485.442
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	72000 - Encargos Previdenciários da União 52000 - Ministério da Defesa 26000 - Ministério da Educação 33000 - Ministério da Previdência Social 36000 - Ministério da Saúde 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	387.213 21.736.961 813.338.838 330.622.730 816.593.926 8.426.362
00SJ Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	972.391.754.260
21BX Bônus de Eficiência e Produtividade e Pagamento Extraordinário por processos ou serviços de servidores ativos da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	200.000.000
4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	183.483.751
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação 36000 - Ministério da Saúde 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.550.000 12.400.000 474.155
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	1.926.640
0531 Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	90.505
00X3 Compensação Financeira entre o RPPSU e os demais RPPS dos entes federados	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	72000 - Encargos Previdenciários da União	99.000.000
009W Compensação Previdenciária	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	8.250.933.196
6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	70.133.570
00P1 Concessão de Bolsas de Residência em Saúde	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	833.658.776
00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	132.513.980
0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	74000 - Operações Oficiais de Crédito	3.500.000
215I Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	20.983.862
166T Construção da Fábrica de Imunossuppressores - PAC	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.277.712
166S Construção da Fábrica de Oncológicos - PAC	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.366.627
15VW Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
15VZ Construção da Sede da Fiocruz Amazonas	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.500.000
163C Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	15.852.873

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
13DW Construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS)	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	273.325.373
125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	60.527.290
15W2 Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	23.000
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	17.050.202
		26000 - Ministério da Educação	627.281.811
		33000 - Ministério da Previdência Social	833.618.201
		36000 - Ministério da Saúde	1.049.800.895
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	7.478.120
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	72000 - Encargos Previdenciários da União	50.000.000
00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	5.000.000
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	30.000
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	33000 - Ministério da Previdência Social	1.305.250
		36000 - Ministério da Saúde	880.262
00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	843.437.794
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	55.000.000
00UX Demais Aposentadorias e Complementações	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	125.000.000
		33000 - Ministério da Previdência Social	413.970.906
		02000 - Senado Federal	25.831.780
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.925.000
8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	13.500.000
2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	31.000.000
212S Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de Previdência	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	4.383.146
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	115.276.479
00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	5.000.000
20YD Educação e Trabalho na Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.780.594.732
20GN Educação Previdenciária e Financeira	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	400.000

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde e Saúde Bucal	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.814.107.693
219G Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	926.779.483
20YL Estruturação de Academias da Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.172.001
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.686.810.556
163D Estruturação do Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A (GHC) - PAC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	6.924.243
21D9 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	47.754.621
2E74 Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	31.908.869
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	5.954.926
6908 Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
2B12 Fomento à Inclusão Produtiva	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	8.346.338
20K2 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	5.400.000
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	150.000
21BG Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.171.581.149
8708 Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	14.000.000
21GU Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	22.454.267
8636 Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	370.000.000
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000
21ED Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	250.000.000
20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	433.236.417
2015 Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social e Apoio Logístico aos Órgãos Colegiados da Previdência Social	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	63.238.442
2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	31.000.000
8249 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	14.940.316
6182 Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	27.600.000
4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	474.164.670
21EL Gestão, Administração e Operacionalização do Programa Bolsa Família	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	24.267.443
21FS Gestão das Políticas de Previdência Social	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	1.454.523
21EC Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	26.000.000
20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	58.724.365

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
21FU Gestão e Apoio Operacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	1.403.405
21C9 Implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em pequenas comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	220.000.000
15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
21CH Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000
21CF Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	98.611.520
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
21CG Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	2.800.000
21CD Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	151.100.000
21CE Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	518.540.000
8948 Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	346.851.716
00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.749.370.397
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.366.724.151
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	273.000.000
20GD Inclusão Produtiva Rural	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	90.913.336
2E90 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	12.326.539.138
2E89 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	11.481.578.470
0739 Indenização a Anistiados Políticos	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	71000 - Encargos Financeiros da União 52000 - Ministério da Defesa 46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	20.000.000 702.231.261 804.018.226
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	47.000.000
21DX Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.137.855.228
8327 Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	33.700.000
20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	419.242.326
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.783.000.000
21DA Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	224.177.712
6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	23.000.000

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
8753 Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
8721 Monitoramento dos Serviços de Atendimento Móvel na Rede de Atenção à Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
21CP Operacionalização do Auxílio Emergencial para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.634.581
20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	48.000.000
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	217.000.000
21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	100.000
		36000 - Ministério da Saúde	700.000
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	7.218.424
4907 Ouvidoria Geral do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	33.273.385
00SA Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	436.136.568
09LP Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	400.000.000
00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	695.569.317
0179 Pensões Militares da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	26.295.008.861
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	913.057.798
21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	703.200.354
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	90.000.000
219A Piso de Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	26.712.036.417
20K1 Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
166C Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência dos BRICS	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	100.000
		36000 - Ministério da Saúde	2.300.000
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	784.000
20Q7 Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.000.000
8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	17.956.296
20XT Prestação de Serviços Médicos Hospitalares e Desenvolvimento de Pesquisas Médicas do Hospital das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	56.945.021

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
217M Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	350.796.528
2583 Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Renda Mensal Vitalícia (RMV), do Auxílio-Inclusão e de outros benefícios socioassistenciais	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	42.822.845
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	700.000
4923 Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5129 Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.422.523
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.039.445.811
4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	15.313.000.000
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	686.000.000
20GG Promoção da Inclusão Socioeconômica de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (Programa Acredita no Primeiro Passo)	5127 Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	48.006.302
2784 Promoção do Consumo e de Ações de Alimentação Adequada e Saudável	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	9.056.539
21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	5816 Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	15.210.685
21FZ Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	5815 Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	3.025.764
20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	5122 Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	1.292.912.324
21H0 Proteção Socioassistencial em Emergências e Calamidades Públicas	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	19.013.363
4641 Publicidade de Utilidade Pública	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36000 - Ministério da Saúde	217.600.000
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	107.439.905
4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	19.119.838
20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	151.115.086
2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	57.605.346
20RX Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	112.613.365
0Z00 Reserva de Contingência - Financeira	0999 Reserva de Contingência	30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	79.403.964
		33000 - Ministério da Previdência Social	46.161.285
		36000 - Ministério da Saúde	38.900.005
0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária	0999 Reserva de Contingência	36000 - Ministério da Saúde	131.179.002
6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000

Quadro 13

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2025, Anexo I, Inciso XIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
21CJ Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos	5122 Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	170.652.773
00H4 Seguro Desemprego	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	57.108.559.940
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	57.089.729
		36000 - Ministério da Saúde	4.057.112
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	7.556.469
		33000 - Ministério da Previdência Social	20.630.546.165
		36000 - Ministério da Saúde	9.341.894
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.079.674.820
		40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	87.651.544
0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	4.991.888.767
		36000 - Ministério da Saúde	484.755.424
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	97.159.382
00WU Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	13.764.571.735
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	298.279.659
2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	455.556.218
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	50.000.000
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	5129 Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	295.037.375
20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	431.766.654
00WN Subvenção Econômica de Estruturadores de Negócios (Programa Acredita no Primeiro Passo - Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024)	5127 Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	23.000.000
00UC Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.685.000.000
00UB Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	2.655.536.000
8442 Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	158.632.791.717
21GM Transformação Digital no SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	574.500.000
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	89.700.000
TOTAL			1.802.688.876.066

Quadro 14A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Quadro Síntese

Código/Especificação		LOA 2024	PLO 2025	LOA 2025				
Total		180.402.120.438	245.034.629.051	228.533.470.465				
Programa								
0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	0	3.800.000.000	3.800.000.000				
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	7.747.766.762	33.299.999.999	33.299.999.999				
2314	PREVIDÊNCIA SOCIAL: PROMOÇÃO, GARANTIA DE DIREITOS E CIDADANIA	172.654.353.676	167.234.629.052	150.733.470.466				
5128	BOLSA FAMÍLIA: PROTEÇÃO SOCIAL POR MEIO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	0	40.700.000.000	40.700.000.000				
Funcao								
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	40.700.000.000	40.700.000.000				
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	172.654.353.676	171.034.629.052	154.533.470.466				
28	ENCARGOS ESPECIAIS	7.747.766.762	33.299.999.999	33.299.999.999				
Subfuncao								
246	SEGURANÇA DE RENDA	0	40.700.000.000	40.700.000.000				
271	PREVIDÊNCIA BÁSICA	172.654.353.676	167.234.629.052	150.733.470.466				
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0	3.800.000.000	3.800.000.000				
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	7.747.766.762	33.299.999.999	33.299.999.999				
UO								
33904	FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	179.393.532.461	180.686.118.091	164.184.959.505				
55101	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - ADM. DIRETA	0	40.700.000.000	40.700.000.000				
55901	FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.008.587.977	2.169.021.006	2.169.021.006				
71103	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	17.679.489.954	17.679.489.954				
72146	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	0	3.800.000.000	3.800.000.000				
GND								
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	6.880.819.720	6.880.819.720				
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180.402.120.438	238.153.809.331	221.652.650.745				
Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
9444	6.880.819.720		221.652.650.745					228.533.470.465
Total	6.880.819.720	0	221.652.650.745	0	0	0	0	228.533.470.465

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Órgão: 33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Unidade: 33904 FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Quadro Síntese

Código/Especificação		Empenhado 2023	PLO 2024	LOA 2024	PLO 2025	LOA 2025
Total		0	199.266.395.612	179.393.532.461	180.686.118.091	164.184.959.505
Programa						
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	6.739.178.785	6.739.178.785	13.451.489.039	13.451.489.039
2314	PREVIDÊNCIA SOCIAL: PROMOÇÃO, GARANTIA DE DIREITOS E CIDADANIA	0	192.527.216.827	172.654.353.676	167.234.629.052	150.733.470.466
Funcao						
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	192.527.216.827	172.654.353.676	167.234.629.052	150.733.470.466
28	ENCARGOS ESPECIAIS	0	6.739.178.785	6.739.178.785	13.451.489.039	13.451.489.039
Subfuncao						
271	PREVIDÊNCIA BÁSICA	0	192.527.216.827	172.654.353.676	167.234.629.052	150.733.470.466
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0	6.739.178.785	6.739.178.785	13.451.489.039	13.451.489.039
GND						
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	199.266.395.612	179.393.532.461	180.686.118.091	164.184.959.505
Fonte						
1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES
9444		164.184.959.505				
Total	0	0	164.184.959.505	0	0	0
						164.184.959.505

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Órgão: 33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Unidade: 33904 FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Localização/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								13.451.489.039
Operação Especial									13.451.489.039
0901 00WU	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	28 846							5.000.000.000
0901 00WU 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite - Nacional		S	3-ODC	1	90	0	9444	5.000.000.000
									5.000.000.000
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							8.451.489.039
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional		S	3-ODC	1	90	0	9444	8.451.489.039
									8.451.489.039
2314	Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania								150.733.470.466
Operação Especial									150.733.470.466
2314 005J	Benefícios Previdenciários	09 271							150.733.470.466
2314 005J 0001	Benefícios Previdenciários - Nacional		S	3-ODC	1	90	0	9444	150.733.470.466
									150.733.470.466
Total									164.184.959.505

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Poder Executivo

Órgão: 55000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Unidade: 55101 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - ADM. DIRETA

Quadro Síntese

Código/Especificação		Empenhado 2023	PLO 2024	LOA 2024	PLO 2025	LOA 2025		
Total		0	0	0	40.700.000.000	40.700.000.000		
Programa								
5128	BOLSA FAMÍLIA: PROTEÇÃO SOCIAL POR MEIO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	0	0	0	40.700.000.000	40.700.000.000		
Funcao								
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	0	0	40.700.000.000	40.700.000.000		
Subfuncao								
246	SEGURANÇA DE RENDA	0	0	0	40.700.000.000	40.700.000.000		
GND								
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	0	0	40.700.000.000	40.700.000.000		
Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
9444			40.700.000.000					40.700.000.000
Total	0	0	40.700.000.000	0	0	0	0	40.700.000.000

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Órgão: 55000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Unidade: 55101 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - ADM. DIRETA

Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Localização/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5128	Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas								40.700.000.000
Atividade									40.700.000.000
5128 8442	Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	08 246							40.700.000.000
5128 8442 0001	Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família - Nacional <small>Família atendida (unidade): 20.900.000</small>		S	3-ODC	1	90	0	9444	40.700.000.000
Total									40.700.000.000

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Poder Executivo

Órgão: 55000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Unidade: 55901 FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro Síntese

Código/Especificação		Empenhado 2023	PLO 2024	LOA 2024	PLO 2025	LOA 2025		
Total		0	1.008.587.977	1.008.587.977	2.169.021.006	2.169.021.006		
Programa								
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	1.008.587.977	1.008.587.977	2.169.021.006	2.169.021.006		
Funcao								
28	ENCARGOS ESPECIAIS	0	1.008.587.977	1.008.587.977	2.169.021.006	2.169.021.006		
Subfuncao								
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0	1.008.587.977	1.008.587.977	2.169.021.006	2.169.021.006		
GND								
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.008.587.977	1.008.587.977	2.169.021.006	2.169.021.006		
Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
9444			2.169.021.006					2.169.021.006
Total	0	0	2.169.021.006	0	0	0	0	2.169.021.006

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Poder Executivo

Órgão: 55000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Unidade: 55901 FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Localização/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								2.169.021.006
Operação Especial									2.169.021.006
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							2.169.021.006
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional		S	3-ODC	1	90	0	9444	2.169.021.006
Total									2.169.021.006

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Outros Encargos

Órgão: 71000 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

Unidade: 71103 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

Quadro Síntese

Código/Especificação		Empenhado 2023	PLO 2024	LOA 2024	PLO 2025	LOA 2025		
Total		0	0	0	17.679.489.954	17.679.489.954		
Programa								
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	0	0	17.679.489.954	17.679.489.954		
Funcao								
28	ENCARGOS ESPECIAIS	0	0	0	17.679.489.954	17.679.489.954		
Subfuncao								
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0	0	0	17.679.489.954	17.679.489.954		
GND								
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	0	0	3.080.819.720	3.080.819.720		
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	0	0	14.598.670.234	14.598.670.234		
Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
9444	3.080.819.720		14.598.670.234					17.679.489.954
Total	3.080.819.720	0	14.598.670.234	0	0	0	0	17.679.489.954

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Órgão: 71000 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

Unidade: 71103 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Localização/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								17.679.489.954
Operação Especial									17.679.489.954
0901 00WU	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	28 846							15.000.000.000
0901 00WU 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite - Nacional		F	1-PES	1	90	0	9444	15.000.000.000
			F	3-ODC	1	90	0	9444	2.000.000.000
									13.000.000.000
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							2.679.489.954
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional		F	1-PES	1	90	0	9444	2.679.489.954
			F	3-ODC	1	90	0	9444	1.080.819.720
									1.598.670.234
Total									17.679.489.954

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Outros Encargos

Órgão: 72000 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO

Unidade: 72146 RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Quadro Síntese

Código/Especificação		Empenhado 2023	PLO 2024	LOA 2024	PLO 2025	LOA 2025		
Total		0	0	0	3.800.000.000	3.800.000.000		
Programa								
0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	0	0	0	3.800.000.000	3.800.000.000		
Funcao								
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	0	0	3.800.000.000	3.800.000.000		
Subfuncao								
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0	0	0	3.800.000.000	3.800.000.000		
GND								
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	0	0	3.800.000.000	3.800.000.000		
Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
9444	3.800.000.000							3.800.000.000
Total	3.800.000.000	0	0	0	0	0	0	3.800.000.000

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO-2025, Anexo I, Inciso XV.

Valores em R\$1,00.

Órgão: 72000 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO

Unidade: 72146 RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Localização/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								3.800.000.000
Operação Especial									3.800.000.000
0032 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							3.800.000.000
0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional		S	1-PES	1	90	0	9444	3.800.000.000
Total									3.800.000.000

II - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes			1.565.513.496.808	1.438.093.598.863	3.003.607.095.671
1.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			1.115.038.214.822	777.143.408	1.115.815.358.230
1.1.1.0.00.00	Impostos			1.106.511.668.405		1.106.511.668.405
1.1.1.1.00.00	Impostos sobre o Comércio Exterior			87.679.693.279		87.679.693.279
1.1.1.1.01.00	Imposto sobre a Importação			87.669.356.162		87.669.356.162
1.1.1.1.01.01	Imposto sobre a Importação - Principal			87.500.424.557		87.500.424.557
		1000	P	87.500.424.557	0	87.500.424.557
1.1.1.1.01.02	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros			163.303.644		163.303.644
		1032	P	163.303.644	0	163.303.644
1.1.1.1.01.03	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa			1.159.574		1.159.574
		1000	P	1.159.574	0	1.159.574
1.1.1.1.01.07	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa			379.016		379.016
		1032	P	379.016	0	379.016
1.1.1.1.01.08	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa			4.089.371		4.089.371
		1031	P	4.089.371	0	4.089.371
1.1.1.1.02.00	Imposto sobre a Exportação			10.337.117		10.337.117
1.1.1.1.02.01	Imposto sobre a Exportação - Principal			10.337.117		10.337.117
		1000	P	10.337.117	0	10.337.117
1.1.1.2.00.00	Impostos sobre o Patrimônio			3.565.425.294		3.565.425.294
1.1.1.2.01.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural			3.565.425.294		3.565.425.294
1.1.1.2.01.11	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal			2.942.094.975		2.942.094.975
		1206	P	2.942.094.975	0	2.942.094.975
1.1.1.2.01.12	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros			216.377.199		216.377.199
		1206	P	216.377.199	0	216.377.199
1.1.1.2.01.13	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa			15.588.193		15.588.193
		1206	P	15.588.193	0	15.588.193
1.1.1.2.01.17	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas da Dívida Ativa			12.592.989		12.592.989
		1206	P	12.592.989	0	12.592.989
1.1.1.2.01.18	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Juros da Dívida Ativa			22.229.409		22.229.409
		1206	P	22.229.409	0	22.229.409
1.1.1.2.01.21	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal			326.899.442		326.899.442
		1000	P	163.449.721	0	163.449.721
		1206	P	163.449.721	0	163.449.721
1.1.1.2.01.22	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros			24.041.911		24.041.911
		1032	P	12.020.956	0	12.020.956
		1206	P	12.020.955	0	12.020.955
1.1.1.2.01.23	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa			1.732.021		1.732.021
		1000	P	866.011	0	866.011
		1206	P	866.010	0	866.010
1.1.1.2.01.27	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa			1.399.221		1.399.221
		1032	P	699.611	0	699.611
		1206	P	699.610	0	699.610

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.1.1.2.01.28	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa			2.469.934		2.469.934
		1031	P	1.234.967	0	1.234.967
		1206	P	1.234.967	0	1.234.967
1.1.1.3.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			850.954.381.979		850.954.381.979
1.1.1.3.01.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF			78.169.384.994		78.169.384.994
1.1.1.3.01.01	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal			73.954.716.371		73.954.716.371
		1000	P	36.977.358.184	0	36.977.358.184
		1201	P	18.858.452.675	0	18.858.452.675
		1202	P	15.900.264.020	0	15.900.264.020
		1207	P	443.728.298	0	443.728.298
		1208	P	443.728.298	0	443.728.298
		1209	P	665.592.448	0	665.592.448
		1210	P	665.592.448	0	665.592.448
1.1.1.3.01.02	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros			3.007.044.593		3.007.044.593
		1032	P	1.503.522.297	0	1.503.522.297
		1201	P	766.796.371	0	766.796.371
		1202	P	646.514.587	0	646.514.587
		1207	P	18.042.268	0	18.042.268
		1208	P	18.042.268	0	18.042.268
		1209	P	27.063.401	0	27.063.401
		1210	P	27.063.401	0	27.063.401
1.1.1.3.01.03	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa			225.539.263		225.539.263
		1000	P	112.769.631	0	112.769.631
		1201	P	57.512.512	0	57.512.512
		1202	P	48.490.942	0	48.490.942
		1207	P	1.353.236	0	1.353.236
		1208	P	1.353.236	0	1.353.236
		1209	P	2.029.853	0	2.029.853
		1210	P	2.029.853	0	2.029.853
1.1.1.3.01.07	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa			369.358.138		369.358.138
		1032	P	184.679.069	0	184.679.069
		1201	P	94.186.325	0	94.186.325
		1202	P	79.412.000	0	79.412.000
		1207	P	2.216.149	0	2.216.149
		1208	P	2.216.149	0	2.216.149
		1209	P	3.324.223	0	3.324.223
		1210	P	3.324.223	0	3.324.223
1.1.1.3.01.08	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa			612.726.629		612.726.629
		1031	P	306.363.314	0	306.363.314
		1201	P	156.245.290	0	156.245.290
		1202	P	131.736.225	0	131.736.225
		1207	P	3.676.360	0	3.676.360
		1208	P	3.676.360	0	3.676.360
		1209	P	5.514.540	0	5.514.540

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1210	P	5.514.540	0	5.514.540
1.1.1.3.02.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos			307.804.926.432		307.804.926.432
1.1.1.3.02.01	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal			298.872.926.686		298.872.926.686
		1000	P	149.427.604.274	0	149.427.604.274
		1201	P	76.217.114.429	0	76.217.114.429
		1202	P	64.261.488.637	0	64.261.488.637
		1207	P	1.793.343.869	0	1.793.343.869
		1208	P	1.793.343.869	0	1.793.343.869
		1209	P	2.690.015.804	0	2.690.015.804
		1210	P	2.690.015.804	0	2.690.015.804
1.1.1.3.02.02	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros			6.296.951.123		6.296.951.123
		1032	P	3.148.475.562	0	3.148.475.562
		1201	P	1.605.722.536	0	1.605.722.536
		1202	P	1.353.844.491	0	1.353.844.491
		1207	P	37.781.707	0	37.781.707
		1208	P	37.781.707	0	37.781.707
		1209	P	56.672.560	0	56.672.560
		1210	P	56.672.560	0	56.672.560
1.1.1.3.02.03	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa			1.028.460.587		1.028.460.587
		1000	P	514.230.293	0	514.230.293
		1201	P	262.257.450	0	262.257.450
		1202	P	221.119.026	0	221.119.026
		1207	P	6.170.764	0	6.170.764
		1208	P	6.170.764	0	6.170.764
		1209	P	9.256.145	0	9.256.145
		1210	P	9.256.145	0	9.256.145
1.1.1.3.02.07	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa			510.282.482		510.282.482
		1032	P	255.141.241	0	255.141.241
		1201	P	130.122.033	0	130.122.033
		1202	P	109.710.734	0	109.710.734
		1207	P	3.061.695	0	3.061.695
		1208	P	3.061.695	0	3.061.695
		1209	P	4.592.542	0	4.592.542
		1210	P	4.592.542	0	4.592.542
1.1.1.3.02.08	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa			1.096.305.554		1.096.305.554
		1031	P	548.152.778	0	548.152.778
		1201	P	279.557.916	0	279.557.916
		1202	P	235.705.694	0	235.705.694
		1207	P	6.577.833	0	6.577.833
		1208	P	6.577.833	0	6.577.833
		1209	P	9.866.750	0	9.866.750
		1210	P	9.866.750	0	9.866.750
1.1.1.3.03.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			464.980.070.553		464.980.070.553
1.1.1.3.03.11	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			200.906.154.654		200.906.154.654

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	1000	P	100.453.077.326	0	100.453.077.326
		1201	P	51.231.069.437	0	51.231.069.437
		1202	P	43.194.823.251	0	43.194.823.251
		1207	P	1.205.436.928	0	1.205.436.928
		1208	P	1.205.436.928	0	1.205.436.928
		1209	P	1.808.155.392	0	1.808.155.392
		1210	P	1.808.155.392	0	1.808.155.392
				1.528.525.085		1.528.525.085
1.1.1.3.03.13	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	1032	P	764.262.541	0	764.262.541
		1201	P	389.773.897	0	389.773.897
		1202	P	328.632.893	0	328.632.893
		1207	P	9.171.151	0	9.171.151
		1208	P	9.171.151	0	9.171.151
		1209	P	13.756.726	0	13.756.726
		1210	P	13.756.726	0	13.756.726
				635.589.247		635.589.247
1.1.1.3.03.17	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	1000	P	317.794.625	0	317.794.625
		1201	P	162.075.258	0	162.075.258
		1202	P	136.651.688	0	136.651.688
		1207	P	3.813.535	0	3.813.535
		1208	P	3.813.535	0	3.813.535
		1209	P	5.720.303	0	5.720.303
		1210	P	5.720.303	0	5.720.303
				90.675.738		90.675.738
1.1.1.3.03.18	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1032	P	45.337.869	0	45.337.869
		1201	P	23.122.313	0	23.122.313
		1202	P	19.495.284	0	19.495.284
		1207	P	544.054	0	544.054
		1208	P	544.054	0	544.054
		1209	P	816.082	0	816.082
		1210	P	816.082	0	816.082
				236.252.464		236.252.464
1.1.1.3.03.21	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1031	P	118.126.232	0	118.126.232
		1201	P	60.244.378	0	60.244.378
		1202	P	50.794.280	0	50.794.280
		1207	P	1.417.515	0	1.417.515
		1208	P	1.417.515	0	1.417.515
		1209	P	2.126.272	0	2.126.272
		1210	P	2.126.272	0	2.126.272
				151.910.210.925		151.910.210.925
		1000	P	72.819.647.058	0	72.819.647.058
		1201	P	37.138.019.998	0	37.138.019.998
		1202	P	31.312.448.233	0	31.312.448.233
		1207	P	873.835.764	0	873.835.764
		1208	P	873.835.764	0	873.835.764

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.1.1.3.03.31	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	1209	P	1.310.753.647	0	1.310.753.647
		1210	P	1.310.753.647	0	1.310.753.647
		9000	P	3.135.458.407	0	3.135.458.407
		9201	P	1.599.083.788	0	1.599.083.788
		9202	P	1.348.247.115	0	1.348.247.115
		9207	P	37.625.501	0	37.625.501
		9208	P	37.625.501	0	37.625.501
		9209	P	56.438.251	0	56.438.251
		9210	P	56.438.251	0	56.438.251
				86.786.290.381		86.786.290.381
		1000	P	40.321.034.079	0	40.321.034.079
		1201	P	20.563.727.380	0	20.563.727.380
		1202	P	17.338.044.654	0	17.338.044.654
		1207	P	483.852.409	0	483.852.409
		1208	P	483.852.409	0	483.852.409
		1209	P	725.778.614	0	725.778.614
		1210	P	725.778.614	0	725.778.614
1.1.1.3.03.41	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	9000	P	3.072.111.111	0	3.072.111.111
		9201	P	1.566.776.667	0	1.566.776.667
		9202	P	1.321.007.778	0	1.321.007.778
		9207	P	36.865.333	0	36.865.333
		9208	P	36.865.333	0	36.865.333
		9209	P	55.298.000	0	55.298.000
		9210	P	55.298.000	0	55.298.000
				22.811.197.764		22.811.197.764
		1000	P	11.405.598.883	0	11.405.598.883
		1201	P	5.816.855.430	0	5.816.855.430
1.1.1.3.03.43	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	1202	P	4.904.407.519	0	4.904.407.519
		1207	P	136.867.186	0	136.867.186
		1208	P	136.867.186	0	136.867.186
		1209	P	205.300.780	0	205.300.780
		1210	P	205.300.780	0	205.300.780
				75.174.295		75.174.295
		1000	P	37.587.147	0	37.587.147
		1201	P	19.169.445	0	19.169.445
		1202	P	16.162.473	0	16.162.473
		1207	P	451.046	0	451.046
1.1.1.4.00.00	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços	1208	P	451.046	0	451.046
		1209	P	676.569	0	676.569
		1210	P	676.569	0	676.569
				92.951.860.645		92.951.860.645
				92.951.860.645		92.951.860.645
				11.123.142.752		11.123.142.752
		1000	P	4.449.257.099	0	4.449.257.099
		1201	P	2.836.401.401	0	2.836.401.401
1.1.1.4.01.00	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI					
1.1.1.4.01.11	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal					

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.1.1.4.01.12	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	1202	P	2.391.475.692	0	2.391.475.692
		1203	P	1.112.314.276	0	1.112.314.276
		1207	P	66.738.857	0	66.738.857
		1208	P	66.738.857	0	66.738.857
		1209	P	100.108.285	0	100.108.285
		1210	P	100.108.285	0	100.108.285
				5.042.621		5.042.621
		1032	P	2.017.047	0	2.017.047
		1201	P	1.285.868	0	1.285.868
		1202	P	1.084.164	0	1.084.164
1.1.1.4.01.21	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1203	P	504.262	0	504.262
		1207	P	30.256	0	30.256
		1208	P	30.256	0	30.256
		1209	P	45.384	0	45.384
		1210	P	45.384	0	45.384
				3.341.482.610		3.341.482.610
		1000	P	1.336.593.045	0	1.336.593.045
		1201	P	852.078.065	0	852.078.065
		1202	P	718.418.761	0	718.418.761
		1203	P	334.148.261	0	334.148.261
1.1.1.4.01.31	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	1207	P	20.048.896	0	20.048.896
		1208	P	20.048.896	0	20.048.896
		1209	P	30.073.343	0	30.073.343
		1210	P	30.073.343	0	30.073.343
				11.491.588.422		11.491.588.422
		1000	P	4.596.635.368	0	4.596.635.368
		1201	P	2.930.355.048	0	2.930.355.048
		1202	P	2.470.691.510	0	2.470.691.510
		1203	P	1.149.158.842	0	1.149.158.842
		1207	P	68.949.531	0	68.949.531
1.1.1.4.01.41	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	1208	P	68.949.531	0	68.949.531
		1209	P	103.424.296	0	103.424.296
		1210	P	103.424.296	0	103.424.296
				31.065.802.920		31.065.802.920
		1000	P	12.426.321.167	0	12.426.321.167
		1201	P	7.921.779.745	0	7.921.779.745
		1202	P	6.679.147.628	0	6.679.147.628
		1203	P	3.106.580.292	0	3.106.580.292
		1207	P	186.394.818	0	186.394.818
		1208	P	186.394.818	0	186.394.818
1.1.1.4.01.42	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	1209	P	279.592.226	0	279.592.226
		1210	P	279.592.226	0	279.592.226
				34.505.484		34.505.484
		1032	P	13.802.195	0	13.802.195
		1201	P	8.798.898	0	8.798.898

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.1.1.4.01.51	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	1202	P	7.418.679	0	7.418.679
		1203	P	3.450.548	0	3.450.548
		1207	P	207.033	0	207.033
		1208	P	207.033	0	207.033
		1209	P	310.549	0	310.549
		1210	P	310.549	0	310.549
				34.183.572.371		34.183.572.371
		1000	P	13.673.428.948	0	13.673.428.948
		1201	P	8.716.810.954	0	8.716.810.954
		1202	P	7.349.468.060	0	7.349.468.060
1.1.1.4.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	1203	P	3.418.357.237	0	3.418.357.237
		1207	P	205.101.434	0	205.101.434
		1208	P	205.101.434	0	205.101.434
		1209	P	307.652.152	0	307.652.152
		1210	P	307.652.152	0	307.652.152
				1.010.949.830		1.010.949.830
		1032	P	404.379.933	0	404.379.933
		1201	P	257.792.207	0	257.792.207
		1202	P	217.354.213	0	217.354.213
		1203	P	101.094.983	0	101.094.983
1.1.1.4.01.53	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1207	P	6.065.699	0	6.065.699
		1208	P	6.065.699	0	6.065.699
		1209	P	9.098.548	0	9.098.548
		1210	P	9.098.548	0	9.098.548
				287.613.167		287.613.167
		1000	P	115.045.265	0	115.045.265
		1201	P	73.341.358	0	73.341.358
		1202	P	61.836.831	0	61.836.831
		1203	P	28.761.317	0	28.761.317
		1207	P	1.725.679	0	1.725.679
1.1.1.4.01.57	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	1208	P	1.725.679	0	1.725.679
		1209	P	2.588.519	0	2.588.519
		1210	P	2.588.519	0	2.588.519
				101.780.726		101.780.726
		1032	P	40.712.290	0	40.712.290
		1201	P	25.954.085	0	25.954.085
		1202	P	21.882.856	0	21.882.856
		1203	P	10.178.073	0	10.178.073
		1207	P	610.684	0	610.684
		1208	P	610.684	0	610.684
1.1.1.4.01.58	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1209	P	916.027	0	916.027
		1210	P	916.027	0	916.027
				306.379.742		306.379.742
		1031	P	122.551.897	0	122.551.897
		1201	P	78.126.834	0	78.126.834

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1202	P	65.871.645	0	65.871.645
		1203	P	30.637.974	0	30.637.974
		1207	P	1.838.278	0	1.838.278
		1208	P	1.838.278	0	1.838.278
		1209	P	2.757.418	0	2.757.418
		1210	P	2.757.418	0	2.757.418
1.1.1.5.00.00	Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			71.360.307.208		71.360.307.208
1.1.1.5.01.00	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro			68.329.819		68.329.819
1.1.1.5.01.01	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal			68.058.277		68.058.277
		1219	P	68.058.277	0	68.058.277
1.1.1.5.01.02	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Multas e Juros			271.542		271.542
		1219	P	271.542	0	271.542
1.1.1.5.02.00	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações			71.291.977.389		71.291.977.389
1.1.1.5.02.01	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal			71.117.156.610		71.117.156.610
		1000	P	71.117.156.610	0	71.117.156.610
1.1.1.5.02.02	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros			131.272.258		131.272.258
		1032	P	131.272.258	0	131.272.258
1.1.1.5.02.03	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa			9.928.301		9.928.301
		1000	P	9.928.301	0	9.928.301
1.1.1.5.02.07	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa			5.690.507		5.690.507
		1032	P	5.690.507	0	5.690.507
1.1.1.5.02.08	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa			27.929.713		27.929.713
		1031	P	27.929.713	0	27.929.713
1.1.2.0.00.00	Taxas			8.526.546.417	777.143.408	9.303.689.825
1.1.2.1.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			7.114.070.920	777.143.408	7.891.214.328
1.1.2.1.01.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			4.939.377.766	777.143.408	5.716.521.174
1.1.2.1.01.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal			4.910.574.046	777.070.626	5.687.644.672
		1000	P	1.473.172.215	233.121.188	1.706.293.403
		1003	P	0	543.949.438	543.949.438
		1019	P	525.875.255	0	525.875.255
		1021	P	31.532.767	0	31.532.767
		1052	P	2.840.096.281	0	2.840.096.281
		1058	P	15.813.905	0	15.813.905
		1128	P	24.083.623	0	24.083.623
1.1.2.1.01.02	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros			2.061.913	8.907	2.070.820
		1003	P	0	8.907	8.907
		1021	P	1.428.081	0	1.428.081
		1052	P	633.832	0	633.832
1.1.2.1.01.03	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa			26.650.563		26.650.563
		1000	P	7.995.170	0	7.995.170
		1052	P	18.655.393	0	18.655.393

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.1.2.1.01.04	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros			91.244	63.875	155.119
		1003	P	0	63.875	63.875
		1052	P	91.244	0	91.244
1.1.2.1.02.00	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações			894.801.525		894.801.525
1.1.2.1.02.11	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			66.987.177		66.987.177
		1000	P	20.096.153	0	20.096.153
		1120	P	46.891.024	0	46.891.024
1.1.2.1.02.13	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa			1.412.226		1.412.226
		1000	P	423.668	0	423.668
		1120	P	988.558	0	988.558
1.1.2.1.02.14	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros			26.154		26.154
		1120	P	26.154	0	26.154
1.1.2.1.02.21	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			811.191.221		811.191.221
		1000	P	243.357.366	0	243.357.366
		1120	P	567.833.855	0	567.833.855
1.1.2.1.02.23	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa			2.120.737		2.120.737
		1000	P	636.221	0	636.221
		1120	P	1.484.516	0	1.484.516
1.1.2.1.02.31	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			6.399.237		6.399.237
		1000	P	1.919.771	0	1.919.771
		1106	P	1.119.866	0	1.119.866
		1120	P	3.359.600	0	3.359.600
1.1.2.1.02.41	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			6.664.773		6.664.773
		1000	P	1.999.432	0	1.999.432
		1106	P	1.166.335	0	1.166.335
		1120	P	3.499.006	0	3.499.006
1.1.2.1.03.00	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos			42.427.268		42.427.268
1.1.2.1.03.01	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal			42.427.268		42.427.268
		1000	P	12.728.180	0	12.728.180
		1025	P	23.759.270	0	23.759.270
		1052	P	5.939.818	0	5.939.818
1.1.2.1.04.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental			513.126.165		513.126.165
1.1.2.1.04.01	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal			513.126.165		513.126.165
		1000	P	153.937.850	0	153.937.850
		1070	P	359.188.315	0	359.188.315
1.1.2.1.05.00	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura			19.247.762		19.247.762
1.1.2.1.05.01	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal			19.247.762		19.247.762
		1000	P	5.774.329	0	5.774.329

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1052	P	13.473.433	0	13.473.433
1.1.2.1.06.00	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX			640.389.713		640.389.713
1.1.2.1.06.01	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal			640.389.713		640.389.713
		1000	P	192.116.914	0	192.116.914
		1032	P	448.272.799	0	448.272.799
1.1.2.1.07.00	Taxa de Utilização do Mercante - TUM			22.044.147		22.044.147
1.1.2.1.07.01	Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal			22.044.147		22.044.147
		1000	P	6.613.244	0	6.613.244
		1032	P	15.430.903	0	15.430.903
1.1.2.1.09.00	Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios			42.656.574		42.656.574
1.1.2.1.09.01	Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal			42.656.574		42.656.574
		1000	P	12.796.972	0	12.796.972
		1018	P	29.859.602	0	29.859.602
1.1.2.2.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços			1.412.475.497		1.412.475.497
1.1.2.2.01.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral			270.718.522		270.718.522
1.1.2.2.01.01	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal			270.718.522		270.718.522
		1000	P	3.859.576	0	3.859.576
		1015	P	257.853.271	0	257.853.271
		1052	P	9.005.675	0	9.005.675
1.1.2.2.02.00	Emolumentos e Custas Judiciais			1.141.756.975		1.141.756.975
1.1.2.2.02.01	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal			1.139.550.288		1.139.550.288
		1000	P	341.865.086	0	341.865.086
		1027	P	797.685.202	0	797.685.202
1.1.2.2.02.02	Emolumentos e Custas Judiciais - Multas e Juros			144.220		144.220
		1027	P	144.220	0	144.220
1.1.2.2.02.03	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa			1.762.318		1.762.318
		1000	P	528.695	0	528.695
		1027	P	1.233.623	0	1.233.623
1.1.2.2.02.04	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros			300.149		300.149
		1027	P	300.149	0	300.149
1.2.0.0.00.00	Contribuições			108.178.797.247	1.399.058.665.002	1.507.237.462.249
1.2.1.0.00.00	Contribuições Sociais			75.770.044.729	1.399.058.665.002	1.474.828.709.731
1.2.1.1.00.00	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS			4.438.007.203	388.846.907.438	393.284.914.641
1.2.1.1.01.00	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			2.004.306.206	373.268.907.835	375.273.214.041
1.2.1.1.01.01	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal				371.388.492.631	371.388.492.631
		1002	P	0	371.388.492.631	371.388.492.631
1.2.1.1.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa				132.069.060	132.069.060
		1002	P	0	132.069.060	132.069.060

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.1.01.05	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal				1.698.661.990	1.698.661.990
		1002	P	0	1.698.661.990	1.698.661.990
1.2.1.1.01.06	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal			1.866.613.077		1.866.613.077
		1032	P	1.866.613.077	0	1.866.613.077
1.2.1.1.01.07	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa				49.684.154	49.684.154
		1002	P	0	49.684.154	49.684.154
1.2.1.1.01.08	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa			137.693.129		137.693.129
		1031	P	137.693.129	0	137.693.129
1.2.1.1.02.00	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			194.687.123	13.641.965.185	13.836.652.308
1.2.1.1.02.01	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal				13.349.666.599	13.349.666.599
		1002	P	0	13.349.666.599	13.349.666.599
1.2.1.1.02.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa				82.891.019	82.891.019
		1002	P	0	82.891.019	82.891.019
1.2.1.1.02.05	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal				184.356.911	184.356.911
		1002	P	0	184.356.911	184.356.911
1.2.1.1.02.06	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal			165.489.722		165.489.722
		1032	P	165.489.722	0	165.489.722
1.2.1.1.02.07	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa				25.050.656	25.050.656
		1002	P	0	25.050.656	25.050.656
1.2.1.1.02.08	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa			29.197.401		29.197.401
		1031	P	29.197.401	0	29.197.401
1.2.1.1.49.00	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos			2.239.013.874	1.936.034.418	4.175.048.292
1.2.1.1.49.01	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal				301.009.323	301.009.323
		1002	P	0	301.009.323	301.009.323
1.2.1.1.49.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Dívida Ativa				1.077.905.611	1.077.905.611
		1002	P	0	1.077.905.611	1.077.905.611

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.1.49.05	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal	1002	P	0	246.409.978	246.409.978
1.2.1.1.49.06	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros do Principal	1032	P	1.104.318.860	0	1.104.318.860
1.2.1.1.49.07	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1002	P	0	310.709.506	310.709.506
1.2.1.1.49.08	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	1.134.695.014	0	1.134.695.014
1.2.1.2.00.00	Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP			32.746.124.923	80.206.272.467	112.952.397.390
1.2.1.2.01.00	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			30.253.638.259	75.627.290.530	105.880.928.789
1.2.1.2.01.01	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040	P	0	75.214.847.155	75.214.847.155
		1041	P	29.250.218.339	0	29.250.218.339
1.2.1.2.01.03	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P	0	74.278.407	74.278.407
		1041	P	28.886.047	0	28.886.047
1.2.1.2.01.05	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040	P	0	333.594.654	333.594.654
		1041	P	129.731.254	0	129.731.254
1.2.1.2.01.06	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	802.856.719	0	802.856.719
1.2.1.2.01.07	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040	P	0	4.570.314	4.570.314
		1041	P	1.777.345	0	1.777.345
1.2.1.2.01.08	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	40.168.555	0	40.168.555
1.2.1.2.02.00	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			1.816.320.742	4.471.856.451	6.288.177.193
1.2.1.2.02.01	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040	P	0	4.253.905.517	4.253.905.517
		1041	P	1.654.296.590	0	1.654.296.590
1.2.1.2.02.03	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P	0	151.981.467	151.981.467
		1041	P	59.103.904	0	59.103.904

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.2.02.05	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal			22.200.044	57.085.827	79.285.871
		1040	P	0	57.085.827	57.085.827
		1041	P	22.200.044	0	22.200.044
1.2.1.2.02.06	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal			67.788.026		67.788.026
		1032	P	67.788.026	0	67.788.026
1.2.1.2.02.07	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa			3.454.749	8.883.640	12.338.389
		1040	P	0	8.883.640	8.883.640
		1041	P	3.454.749	0	3.454.749
1.2.1.2.02.08	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa			9.477.429		9.477.429
		1031	P	9.477.429	0	9.477.429
1.2.1.2.49.00	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos			676.165.922	107.125.486	783.291.408
1.2.1.2.49.05	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal			13.683.622	35.186.458	48.870.080
		1040	P	0	35.186.458	35.186.458
		1041	P	13.683.622	0	13.683.622
1.2.1.2.49.06	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros do Principal			356.802.461		356.802.461
		1032	P	356.802.461	0	356.802.461
1.2.1.2.49.07	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa			27.976.288	71.939.028	99.915.316
		1040	P	0	71.939.028	71.939.028
		1041	P	27.976.288	0	27.976.288
1.2.1.2.49.08	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa			277.703.551		277.703.551
		1031	P	277.703.551	0	277.703.551
1.2.1.3.00.00	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			2.466.078.607	198.178.406.870	200.644.485.477
1.2.1.3.01.00	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			1.074.085.654	185.854.795.642	186.928.881.296
1.2.1.3.01.01	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal				184.583.112.024	184.583.112.024
		1001	P	0	176.316.897.339	176.316.897.339
		9001	P	0	8.266.214.685	8.266.214.685
1.2.1.3.01.03	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa				401.376.546	401.376.546
		1001	P	0	401.376.546	401.376.546
1.2.1.3.01.05	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal				855.946.640	855.946.640
		1001	P	0	855.946.640	855.946.640
1.2.1.3.01.06	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal			1.021.725.299		1.021.725.299
		1032	P	1.021.725.299	0	1.021.725.299
1.2.1.3.01.07	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa				14.360.432	14.360.432
		1001	P	0	14.360.432	14.360.432

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.3.01.08	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	52.360.355	0	52.360.355
1.2.1.3.02.00	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			122.775.761	11.844.078.313	11.966.854.074
1.2.1.3.02.01	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P	0	11.501.829.193	11.501.829.193
1.2.1.3.02.03	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P	0	164.407.056	164.407.056
1.2.1.3.02.05	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P	0	147.998.375	147.998.375
1.2.1.3.02.06	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	103.607.008	0	103.607.008
1.2.1.3.02.07	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P	0	29.843.689	29.843.689
1.2.1.3.02.08	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	19.168.753	0	19.168.753
1.2.1.3.49.00	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos			1.269.217.192	479.532.915	1.748.750.107
1.2.1.3.49.05	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	1001	P	0	279.215.569	279.215.569
1.2.1.3.49.06	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros do Principal	1032	P	767.543.171	0	767.543.171
1.2.1.3.49.07	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1001	P	0	200.317.346	200.317.346
1.2.1.3.49.08	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	501.674.021	0	501.674.021
1.2.1.4.00.00	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				696.519.267.584	696.519.267.584
1.2.1.4.01.00	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado				484.650.449.098	484.650.449.098
1.2.1.4.01.11	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P	0	375.652.392.832	375.652.392.832
1.2.1.4.01.12	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	9054	P	0	607.269.765	607.269.765
1.2.1.4.01.13	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P	0	5.634.264.605	5.634.264.605
					3.438.996.190	3.438.996.190

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.4.01.14	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	0	3.438.996.190	3.438.996.190
					1.056.560.177	1.056.560.177
1.2.1.4.01.21	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P	0	1.056.560.177	1.056.560.177
					93.600.856.220	93.600.856.220
1.2.1.4.01.22	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P	0	93.600.856.220	93.600.856.220
					2.941.686.211	2.941.686.211
1.2.1.4.01.23	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P	0	2.941.686.211	2.941.686.211
					1.288.090.185	1.288.090.185
1.2.1.4.01.24	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	0	1.288.090.185	1.288.090.185
					430.332.913	430.332.913
1.2.1.4.02.00	Contribuição Previdenciária do Segurado	1054	P	0	430.332.913	430.332.913
					211.868.818.486	211.868.818.486
1.2.1.4.02.01	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	1054	P	0	206.957.330.811	206.957.330.811
					206.957.330.811	206.957.330.811
1.2.1.4.02.02	Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	1054	P	0	2.836.627.998	2.836.627.998
					2.836.627.998	2.836.627.998
1.2.1.4.02.03	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1054	P	0	1.615.186.444	1.615.186.444
					1.615.186.444	1.615.186.444
1.2.1.4.02.04	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	0	459.673.233	459.673.233
					459.673.233	459.673.233
1.2.1.5.00.00	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social			1.035.177	28.660.273.632	28.661.308.809
1.2.1.5.01.00	Contribuição do Servidor Civil			1.035.177	18.937.736.455	18.938.771.632
1.2.1.5.01.11	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1055	P	0	11.934.471.764	11.934.471.764
					117.043.881	117.043.881
1.2.1.5.01.15	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	1056	P	0	11.817.427.883	11.817.427.883
					929.777	929.777
1.2.1.5.01.16	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Juros do Principal	1056	P	0	929.777	929.777
					1.035.177	1.035.177
1.2.1.5.01.21	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1032	P	1.035.177	0	1.035.177
					5.316.287.044	5.316.287.044
1.2.1.5.01.31	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1055	P	0	114.799.433	114.799.433
					5.201.487.611	5.201.487.611
1.2.1.5.01.41	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P	0	1.274.958.093	1.274.958.093
					1.274.958.093	1.274.958.093
1.2.1.5.01.51	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P	0	261.162.694	261.162.694
					123.372.565	123.372.565

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1056	P	0	123.372.565	123.372.565
1.2.1.5.01.61	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal				26.554.518	26.554.518
		1056	P	0	26.554.518	26.554.518
1.2.1.5.04.00	Contribuição para o Custeio das Pensões e/ou da Inatividade dos Militares				9.722.537.177	9.722.537.177
1.2.1.5.04.11	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal				9.154.308.642	9.154.308.642
		1023	P	0	9.154.308.642	9.154.308.642
1.2.1.5.04.21	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal				381.093.616	381.093.616
		1024	P	0	381.093.616	381.093.616
1.2.1.5.04.31	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal				187.134.919	187.134.919
		1024	P	0	187.134.919	187.134.919
1.2.1.6.00.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica				2.434.741.128	2.434.741.128
1.2.1.6.01.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				19.614.714	19.614.714
1.2.1.6.01.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal				19.614.714	19.614.714
		1006	P	0	19.614.714	19.614.714
1.2.1.6.02.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				20.482.272	20.482.272
1.2.1.6.02.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal				20.482.272	20.482.272
		1126	P	0	20.482.272	20.482.272
1.2.1.6.05.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas				2.394.644.142	2.394.644.142
1.2.1.6.05.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal				2.394.644.142	2.394.644.142
		1005	P	0	2.394.644.142	2.394.644.142
1.2.1.7.00.00	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios				4.212.515.254	4.212.515.254
1.2.1.7.01.00	Contribuição sobre a Loteria Federal				48.064.898	48.064.898
1.2.1.7.01.11	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal				48.064.898	48.064.898
		1123	P	0	48.064.898	48.064.898
1.2.1.7.02.00	Contribuição sobre Loterias Esportivas				6.917.174	6.917.174
1.2.1.7.02.11	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal				6.917.174	6.917.174
		1123	P	0	6.917.174	6.917.174
1.2.1.7.04.00	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos				4.024.943.161	4.024.943.161
1.2.1.7.04.11	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal				4.024.943.161	4.024.943.161
		1123	P	0	4.024.943.161	4.024.943.161
1.2.1.7.06.00	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico				11.898.706	11.898.706
1.2.1.7.06.11	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal				11.898.706	11.898.706
		1122	P	0	8.237.566	8.237.566
		1123	P	0	3.661.140	3.661.140
1.2.1.7.07.00	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa				120.691.315	120.691.315
1.2.1.7.07.11	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal				120.691.315	120.691.315
		1001	P	0	109.719.377	109.719.377
		1184	P	0	10.971.938	10.971.938

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.9.00.00	Outras Contribuições Sociais			36.118.798.819	280.629	36.119.079.448
1.2.1.9.01.00	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			280.629	280.629	561.258
1.2.1.9.01.11	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal			280.629	280.629	561.258
		1000	P	84.189	0	84.189
		1003	P	0	280.629	280.629
		1083	P	196.440	0	196.440
1.2.1.9.03.00	Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS			56.674.867		56.674.867
1.2.1.9.03.11	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal			50.265.849		50.265.849
		1000	P	15.079.755	0	15.079.755
		1084	P	35.186.094	0	35.186.094
1.2.1.9.03.21	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal			6.409.018		6.409.018
		1000	P	1.922.705	0	1.922.705
		1084	P	4.486.313	0	4.486.313
1.2.1.9.04.00	Contribuição Social do Salário-Educação			35.551.304.612		35.551.304.612
1.2.1.9.04.11	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal			34.679.416.666		34.679.416.666
		1133	P	13.871.766.666	0	13.871.766.666
		1213	P	20.807.650.000	0	20.807.650.000
1.2.1.9.04.12	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros			208.791.610		208.791.610
		1133	P	83.516.644	0	83.516.644
		1213	P	125.274.966	0	125.274.966
1.2.1.9.04.13	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa			527.440.685		527.440.685
		1133	P	210.976.274	0	210.976.274
		1213	P	316.464.411	0	316.464.411
1.2.1.9.04.14	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros			135.655.651		135.655.651
		1133	P	54.262.260	0	54.262.260
		1213	P	81.393.391	0	81.393.391
1.2.1.9.05.00	Contribuição para o Ensino Aeroviário			271.741.039		271.741.039
1.2.1.9.05.11	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal			267.250.022		267.250.022
		1000	P	80.175.007	0	80.175.007
		1089	P	187.075.015	0	187.075.015
1.2.1.9.05.12	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros			3.095.726		3.095.726
		1089	P	3.095.726	0	3.095.726
1.2.1.9.05.13	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa			1.215.219		1.215.219
		1000	P	364.566	0	364.566
		1089	P	850.653	0	850.653
1.2.1.9.05.14	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros			180.072		180.072
		1089	P	180.072	0	180.072
1.2.1.9.06.00	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo			238.426.601		238.426.601
1.2.1.9.06.11	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal			232.556.816		232.556.816
		1000	P	69.767.045	0	69.767.045
		1052	P	162.789.771	0	162.789.771

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.9.06.12	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros			1.690.422		1.690.422
		1052	P	1.690.422	0	1.690.422
1.2.1.9.06.13	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa			2.679.799		2.679.799
		1000	P	803.940	0	803.940
		1052	P	1.875.859	0	1.875.859
1.2.1.9.06.14	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros			1.499.564		1.499.564
		1052	P	1.499.564	0	1.499.564
1.2.1.9.07.00	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais			371.071		371.071
1.2.1.9.07.11	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal			371.071		371.071
		1000	P	111.321	0	111.321
		1052	P	259.750	0	259.750
1.2.2.0.00.00	Contribuições Econômicas			32.408.752.518		32.408.752.518
1.2.2.1.00.00	Contribuições Econômicas			32.408.752.518		32.408.752.518
1.2.2.1.02.00	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários			277.593.700		277.593.700
1.2.2.1.02.01	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal			277.593.700		277.593.700
		1000	P	83.278.110	0	83.278.110
		1032	P	194.315.590	0	194.315.590
1.2.2.1.03.00	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas			373.588		373.588
1.2.2.1.03.01	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal			321.551		321.551
		1000	P	96.465	0	96.465
		1075	P	225.086	0	225.086
1.2.2.1.03.02	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros			4.380		4.380
		1075	P	4.380	0	4.380
1.2.2.1.03.03	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa			1.162		1.162
		1000	P	349	0	349
		1075	P	813	0	813
1.2.2.1.03.04	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros			46.495		46.495
		1075	P	46.495	0	46.495
1.2.2.1.04.00	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE			1.168.269.817		1.168.269.817
1.2.2.1.04.01	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal			1.165.798.467		1.165.798.467
		1000	P	349.739.540	0	349.739.540
		1029	P	816.058.927	0	816.058.927
1.2.2.1.04.02	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros			4.028		4.028
		1029	P	4.028	0	4.028
1.2.2.1.04.03	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa			2.467.322		2.467.322
		1000	P	740.197	0	740.197
		1029	P	1.727.125	0	1.727.125
1.2.2.1.05.00	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM			6.497.530.523		6.497.530.523

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.2.1.05.01	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal			6.495.824.492		6.495.824.492
		1000	P	1.948.747.347	0	1.948.747.347
		1052	P	68.206.157	0	68.206.157
		1090	P	18.188.309	0	18.188.309
		1091	P	3.869.562.650	0	3.869.562.650
		1103	P	109.129.852	0	109.129.852
		1115	P	454.707.714	0	454.707.714
		1118	P	27.282.463	0	27.282.463
1.2.2.1.05.02	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros			1.706.031		1.706.031
		1032	P	1.706.031	0	1.706.031
1.2.2.1.06.00	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica			1.662.636.964		1.662.636.964
1.2.2.1.06.01	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal			1.662.636.964		1.662.636.964
		1000	P	498.791.089	0	498.791.089
		1080	P	387.948.625	0	387.948.625
		1104	P	155.179.450	0	155.179.450
		1108	P	620.717.800	0	620.717.800
1.2.2.1.07.00	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior			14.429.618.655		14.429.618.655
1.2.2.1.07.01	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal			14.415.487.321		14.415.487.321
		1000	P	4.324.646.198	0	4.324.646.198
		1097	P	605.450.467	0	605.450.467
		1098	P	1.412.717.757	0	1.412.717.757
		1099	P	605.450.467	0	605.450.467
		1100	P	1.412.717.757	0	1.412.717.757
		1101	P	3.229.069.160	0	3.229.069.160
		1102	P	807.267.290	0	807.267.290
		1118	P	2.018.168.225	0	2.018.168.225
1.2.2.1.07.02	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros			11.657.533		11.657.533
		1032	P	11.657.533	0	11.657.533
1.2.2.1.07.03	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa			1.380.072		1.380.072
		1000	P	414.021	0	414.021
		1097	P	57.963	0	57.963
		1098	P	135.247	0	135.247
		1099	P	57.963	0	57.963
		1100	P	135.247	0	135.247
		1101	P	309.137	0	309.137
		1102	P	77.284	0	77.284
		1118	P	193.210	0	193.210
1.2.2.1.07.04	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros			1.093.729		1.093.729
		1031	P	733.434	0	733.434

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1032	P	360.295	0	360.295
1.2.2.1.08.00	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante - CIDE Combustíveis			4.333.535.774		4.333.535.774
1.2.2.1.08.11	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal			728.655.790		728.655.790
		1000	P	155.203.683	0	155.203.683
		1011	P	362.141.928	0	362.141.928
		1211	P	211.310.179	0	211.310.179
1.2.2.1.08.21	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal			3.601.872.985		3.601.872.985
		1000	P	767.198.946	0	767.198.946
		1011	P	1.790.130.873	0	1.790.130.873
		1211	P	1.044.543.166	0	1.044.543.166
1.2.2.1.08.23	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa			1.002.381		1.002.381
		1000	P	213.507	0	213.507
		1011	P	498.184	0	498.184
		1211	P	290.690	0	290.690
1.2.2.1.08.27	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa			205.038		205.038
		1032	P	145.577	0	145.577
		1211	P	59.461	0	59.461
1.2.2.1.08.28	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa			1.799.580		1.799.580
		1031	P	1.277.702	0	1.277.702
		1211	P	521.878	0	521.878
1.2.2.1.09.00	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações			968.623.775		968.623.775
1.2.2.1.09.11	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal			465.602.105		465.602.105
		1000	P	139.680.632	0	139.680.632
		1052	P	325.921.473	0	325.921.473
1.2.2.1.09.13	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa			1.625.168		1.625.168
		1000	P	487.550	0	487.550
		1052	P	1.137.618	0	1.137.618
1.2.2.1.09.21	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal			492.497.660		492.497.660
		1000	P	147.749.298	0	147.749.298
		1052	P	275.798.690	0	275.798.690
		1118	P	68.949.672	0	68.949.672
1.2.2.1.09.22	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros			1.910.529		1.910.529
		1052	P	1.528.423	0	1.528.423
		1118	P	382.106	0	382.106
1.2.2.1.09.23	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa			6.988.313		6.988.313
		1000	P	2.096.494	0	2.096.494

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1052	P	3.913.455	0	3.913.455
		1118	P	978.364	0	978.364
1.2.2.1.10.00	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública			222.760.937		222.760.937
1.2.2.1.10.01	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal			222.333.687		222.333.687
		1000	P	66.700.107	0	66.700.107
		1037	P	155.633.580	0	155.633.580
1.2.2.1.10.03	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa			427.250		427.250
		1000	P	128.175	0	128.175
		1037	P	299.075	0	299.075
1.2.2.1.11.00	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática			93.253.450		93.253.450
1.2.2.1.11.11	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal			15.817.030		15.817.030
		1000	P	4.745.109	0	4.745.109
		1104	P	2.214.384	0	2.214.384
		1112	P	8.857.537	0	8.857.537
1.2.2.1.11.12	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e Juros			14.626		14.626
		1104	P	2.925	0	2.925
		1112	P	11.701	0	11.701
1.2.2.1.11.21	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal			77.421.794		77.421.794
		1000	P	23.226.539	0	23.226.539
		1104	P	10.839.051	0	10.839.051
		1110	P	43.356.204	0	43.356.204
1.2.2.1.12.00	Contribuições Relativas às Atividades Rurais e Industriais Rurais			2.730.390.040		2.730.390.040
1.2.2.1.12.11	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal			2.641.688.749		2.641.688.749
		1000	P	792.506.625	0	792.506.625
		1026	P	277.377.318	0	277.377.318
		1052	P	1.571.804.806	0	1.571.804.806
1.2.2.1.12.12	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Multas e Juros			26.253.362		26.253.362
		1026	P	3.938.004	0	3.938.004
		1052	P	22.315.358	0	22.315.358
1.2.2.1.12.13	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa			52.035.001		52.035.001
		1000	P	15.610.500	0	15.610.500
		1026	P	5.463.675	0	5.463.675
		1052	P	30.960.826	0	30.960.826
1.2.2.1.12.14	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros			10.412.928		10.412.928
		1026	P	1.561.939	0	1.561.939
		1052	P	8.850.989	0	8.850.989
1.2.2.1.13.00	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária			23.281.250		23.281.250
1.2.2.1.13.01	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal			23.281.250		23.281.250
		1000	P	6.984.375	0	6.984.375
		1026	P	2.444.532	0	2.444.532

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1052	P	13.852.343	0	13.852.343
1.2.2.1.99.00	Outras Contribuições Econômicas			884.045		884.045
1.2.2.1.99.12	Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Multas e Juros			9.498		9.498
		1032	P	9.498	0	9.498
1.2.2.1.99.24	Outras Contribuições Econômicas – Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros			874.547		874.547
		1031	P	874.547	0	874.547
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial			196.266.235.731	14.375.588.616	210.641.824.347
1.3.1.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			4.266.931.683	32.778.775	4.299.710.458
1.3.1.1.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			4.266.931.683	32.778.775	4.299.710.458
1.3.1.1.01.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação			2.165.102.909	32.357.000	2.197.459.909
1.3.1.1.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal			1.170.842.789	32.357.000	1.203.199.789
		1000	P	387.772.500	4.696.973	392.469.473
		1038	P	6.102.784	0	6.102.784
		1049	P	0	27.660.027	27.660.027
		1050	P	309.803.911	0	309.803.911
		1074	P	467.159.780	0	467.159.780
		1104	P	763	0	763
		1136	P	3.051	0	3.051
1.3.1.1.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros			2.352.060		2.352.060
		1000	P	31.039	0	31.039
		1033	P	85.876	0	85.876
		1050	P	2.235.145	0	2.235.145
1.3.1.1.01.21	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal			828.125.099		828.125.099
		1000	P	648.007.890	0	648.007.890
		1033	P	14.492.189	0	14.492.189
		1286	P	165.625.020	0	165.625.020
1.3.1.1.01.22	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros			35.277.470		35.277.470
		1033	P	35.277.470	0	35.277.470
1.3.1.1.01.23	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa			128.505.491		128.505.491
		1000	P	100.555.547	0	100.555.547
		1033	P	2.248.846	0	2.248.846
		1286	P	25.701.098	0	25.701.098
1.3.1.1.02.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos			2.101.062.576	421.775	2.101.484.351
1.3.1.1.02.01	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal			2.100.952.451	421.775	2.101.374.226
		1000	P	630.285.736	126.532	630.412.268
		1038	P	39.280.118	0	39.280.118
		1049	P	0	295.243	295.243
		1050	P	28.118.914	0	28.118.914
		1087	P	1.403.267.683	0	1.403.267.683
1.3.1.1.02.02	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros			110.125		110.125
		1000	P	63.816	0	63.816
		1033	P	27.190	0	27.190

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1038	P	12.427	0	12.427
		1050	P	6.692	0	6.692
1.3.1.1.99.00	Outras Receitas Imobiliárias			766.198		766.198
1.3.1.1.99.01	Outras Receitas Imobiliárias - Principal			766.198		766.198
		1000	P	766.198	0	766.198
1.3.2.0.00.00	Valores Mobiliários			53.830.031.029	5.495.680.820	59.325.711.849
1.3.2.1.00.00	Juros e Correções Monetárias			34.043.374.754	5.277.658.338	39.321.033.092
1.3.2.1.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários			20.439.781.254	4.478.801.644	24.918.582.898
1.3.2.1.01.01	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			20.439.781.254	4.478.801.644	24.918.582.898
		1000	F	5.002.876.956	1.343.640.494	6.346.517.450
		1019	F	70.241.650	0	70.241.650
		1049	F	0	3.135.161.150	3.135.161.150
		1050	F	14.835.046.988	0	14.835.046.988
		1065	F	54.283.396	0	54.283.396
		1083	F	160.117.305	0	160.117.305
		1134	F	153.940.942	0	153.940.942
		1140	F	163.274.017	0	163.274.017
1.3.2.1.02.00	Remuneração de Depósitos Especiais				428.810.102	428.810.102
1.3.2.1.02.01	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal				428.810.102	428.810.102
		1000	F	0	128.643.031	128.643.031
		1049	F	0	300.167.071	300.167.071
1.3.2.1.03.00	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados				370.046.592	370.046.592
1.3.2.1.03.01	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal				370.046.592	370.046.592
		1000	F	0	43.939.498	43.939.498
		1049	F	0	326.107.094	326.107.094
1.3.2.1.05.00	Juros de Títulos de Renda			12.238.725		12.238.725
1.3.2.1.05.01	Juros de Títulos de Renda - Principal			12.238.725		12.238.725
		1000	F	3.671.617	0	3.671.617
		1050	F	8.567.108	0	8.567.108
1.3.2.1.06.00	Juros sobre o Capital Próprio			13.591.354.775		13.591.354.775
1.3.2.1.06.01	Juros sobre o Capital Próprio - Principal			13.464.952.683		13.464.952.683
		1000	P	4.039.485.805	0	4.039.485.805
		1401	P	9.425.466.878	0	9.425.466.878
1.3.2.1.06.02	Juros sobre o Capital Próprio - Multas e Juros			126.402.092		126.402.092
		1401	P	126.402.092	0	126.402.092
1.3.2.2.00.00	Dividendos			19.786.656.275	218.022.482	20.004.678.757
1.3.2.2.01.00	Dividendos			19.786.656.275	218.022.482	20.004.678.757
1.3.2.2.01.01	Dividendos - Principal			19.786.656.275	209.070.410	19.995.726.685
		1000	P	5.935.996.882	0	5.935.996.882
		1049	P	0	209.070.410	209.070.410
		1050	P	5.153.867	0	5.153.867
		1401	P	13.845.505.526	0	13.845.505.526
1.3.2.2.01.02	Dividendos - Multas e Juros				8.952.072	8.952.072
		1049	P	0	8.952.072	8.952.072
1.3.3.0.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,			12.587.281.827		12.587.281.827
1.3.3.1.00.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte			657.760.000		657.760.000

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.3.1.01.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário			2.620.000		2.620.000
1.3.3.1.01.01	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal			2.620.000		2.620.000
		1000	P	786.000	0	786.000
		1052	P	1.834.000	0	1.834.000
1.3.3.1.02.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário			655.140.000		655.140.000
1.3.3.1.02.01	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal			655.140.000		655.140.000
		1000	P	196.542.000	0	196.542.000
		1180	P	229.299.000	0	229.299.000
		1181	P	229.299.000	0	229.299.000
1.3.3.2.00.00	Delegação dos Serviços de Infraestrutura			11.655.850.230		11.655.850.230
1.3.3.2.02.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário			9.782.200.000		9.782.200.000
1.3.3.2.02.01	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal			9.782.200.000		9.782.200.000
		1000	P	2.934.660.000	0	2.934.660.000
		1180	P	3.423.770.000	0	3.423.770.000
		1181	P	3.423.770.000	0	3.423.770.000
1.3.3.2.03.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário			111.460.000		111.460.000
1.3.3.2.03.01	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal			111.460.000		111.460.000
		1000	P	33.438.000	0	33.438.000
		1052	P	78.022.000	0	78.022.000
1.3.3.2.04.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária			1.762.190.230		1.762.190.230
1.3.3.2.04.01	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal			1.762.190.230		1.762.190.230
		1000	P	528.657.069	0	528.657.069
		1052	P	863.473.213	0	863.473.213
		1140	P	370.059.948	0	370.059.948
1.3.3.3.00.00	Delegação dos Serviços de Telecomunicação			273.671.597		273.671.597
1.3.3.3.01.00	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público			257.724.427		257.724.427
1.3.3.3.01.11	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			257.068.243		257.068.243
		1000	P	77.120.473	0	77.120.473
		1044	P	89.973.885	0	89.973.885
		1120	P	80.976.497	0	80.976.497
		1135	P	8.997.388	0	8.997.388
1.3.3.3.01.13	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa			656.184		656.184
		1000	P	196.856	0	196.856
		1044	P	229.664	0	229.664
		1120	P	206.698	0	206.698
		1135	P	22.966	0	22.966
1.3.3.3.03.00	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens			11.231.023		11.231.023

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.3.3.03.11	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			11.231.023		11.231.023
		1000	P	3.369.307	0	3.369.307
		1044	P	3.930.858	0	3.930.858
		1120	P	3.537.772	0	3.537.772
		1135	P	393.086	0	393.086
1.3.3.3.04.00	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência			2.953.179		2.953.179
1.3.3.3.04.11	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			2.953.179		2.953.179
		1000	P	885.954	0	885.954
		1044	P	1.033.612	0	1.033.612
		1120	P	930.252	0	930.252
		1135	P	103.361	0	103.361
1.3.3.3.05.00	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro			1.269.424		1.269.424
1.3.3.3.05.01	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal			1.269.424		1.269.424
		1000	P	380.828	0	380.828
		1044	P	444.298	0	444.298
		1106	P	177.719	0	177.719
		1119	P	44.430	0	44.430
		1120	P	177.719	0	177.719
		1135	P	44.430	0	44.430
1.3.3.3.06.00	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência			2.015		2.015
1.3.3.3.06.11	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			2.015		2.015
		1000	P	605	0	605
		1044	P	1.410	0	1.410
1.3.3.3.99.00	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação			491.529		491.529
1.3.3.3.99.11	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			94.994		94.994
		1000	P	28.498	0	28.498
		1044	P	33.248	0	33.248
		1120	P	29.923	0	29.923
		1135	P	3.325	0	3.325
1.3.3.3.99.21	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal			396.535		396.535
		1000	P	118.960	0	118.960
		1044	P	138.787	0	138.787
		1106	P	55.515	0	55.515
		1119	P	13.879	0	13.879
		1120	P	55.515	0	55.515
		1135	P	13.879	0	13.879
1.3.4.0.00.00	Exploração de Recursos Naturais			117.479.282.693	841.051.419	118.320.334.112
1.3.4.1.00.00	Petróleo - Regime de Concessão			76.495.194.301	841.051.419	77.336.245.720
1.3.4.1.01.00	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão			515.645.439		515.645.439

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.4.1.01.21	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal			515.645.439		515.645.439
		1000	P	154.693.632	0	154.693.632
		1052	P	360.951.807	0	360.951.807
1.3.4.1.02.00	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			19.785.429.009	246.942.257	20.032.371.266
1.3.4.1.02.11	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal			970.941.638		970.941.638
		1242	P	970.941.638	0	970.941.638
1.3.4.1.02.21	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal			7.920.479.526		7.920.479.526
		1014	P	792.047.953	0	792.047.953
		1042	P	792.047.953	0	792.047.953
		1242	P	6.336.383.620	0	6.336.383.620
1.3.4.1.02.31	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal			6.202.104.966		6.202.104.966
		1000	P	372.126.298	0	372.126.298
		1077	P	868.294.695	0	868.294.695
		1242	P	4.961.683.973	0	4.961.683.973
1.3.4.1.02.41	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal			4.691.902.879	246.942.257	4.938.845.136
		1008	P	740.826.770	0	740.826.770
		1035	P	0	246.942.257	246.942.257
		1242	P	3.951.076.109	0	3.951.076.109
1.3.4.1.03.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			19.009.738.775	493.884.514	19.503.623.289
1.3.4.1.03.11	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal			784.721.984		784.721.984
		1014	P	98.090.248	0	98.090.248
		1042	P	98.090.248	0	98.090.248
		1242	P	588.541.488	0	588.541.488
1.3.4.1.03.21	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal			7.898.959.809		7.898.959.809
		1014	P	1.579.791.962	0	1.579.791.962
		1042	P	1.579.791.962	0	1.579.791.962
		1242	P	4.739.375.885	0	4.739.375.885
1.3.4.1.03.31	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal			5.881.096.360		5.881.096.360
		1000	P	705.731.563	0	705.731.563
		1077	P	617.515.118	0	617.515.118
		1104	P	205.838.373	0	205.838.373
		1107	P	823.353.490	0	823.353.490
		1242	P	3.528.657.816	0	3.528.657.816

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.4.1.03.41	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal			4.444.960.622	493.884.514	4.938.845.136
		1008	P	1.481.653.541	0	1.481.653.541
		1035	P	0	493.884.514	493.884.514
		1242	P	2.963.307.081	0	2.963.307.081
1.3.4.1.04.00	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			37.184.347.810	100.224.648	37.284.572.458
1.3.4.1.04.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal			78.817.901		78.817.901
		1000	P	11.822.685	0	11.822.685
		1028	P	15.448.308	0	15.448.308
		1045	P	3.310.352	0	3.310.352
		1046	P	3.310.352	0	3.310.352
		1072	P	3.310.352	0	3.310.352
		1078	P	2.206.901	0	2.206.901
		1242	P	39.408.951	0	39.408.951
1.3.4.1.04.21	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal			31.375.469.249		31.375.469.249
		1014	P	7.843.867.312	0	7.843.867.312
		1042	P	7.843.867.312	0	7.843.867.312
		1242	P	15.687.734.625	0	15.687.734.625
1.3.4.1.04.31	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal			5.028.488.121		5.028.488.121
		1000	P	754.273.218	0	754.273.218
		1028	P	985.583.672	0	985.583.672
		1045	P	211.196.501	0	211.196.501
		1046	P	211.196.501	0	211.196.501
		1072	P	211.196.501	0	211.196.501
		1078	P	140.797.667	0	140.797.667
		1242	P	2.514.244.061	0	2.514.244.061
1.3.4.1.04.41	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal			701.572.539	100.224.648	801.797.187
		1008	P	300.673.945	0	300.673.945
		1035	P	0	100.224.648	100.224.648
		1242	P	400.898.594	0	400.898.594
1.3.4.1.05.00	Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão			33.268		33.268
1.3.4.1.05.01	Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão - Principal			33.268		33.268
		1000	P	33.268	0	33.268
1.3.4.3.00.00	Petróleo - Regime de Partilha de Produção			29.627.593.254		29.627.593.254
1.3.4.3.02.00	Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012			29.627.593.254		29.627.593.254
1.3.4.3.02.41	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal			29.627.593.254		29.627.593.254

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1076	P	9.875.864.418	0	9.875.864.418
		1242	P	19.751.728.836	0	19.751.728.836
1.3.4.4.00.00	Exploração de Recursos Minerais			7.238.582.994		7.238.582.994
1.3.4.4.01.00	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral			102.686.905		102.686.905
1.3.4.4.01.01	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal			98.457.351		98.457.351
		1000	P	29.537.205	0	29.537.205
		1052	P	68.920.146	0	68.920.146
1.3.4.4.01.03	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa			4.229.554		4.229.554
		1000	P	1.268.866	0	1.268.866
		1052	P	2.960.688	0	2.960.688
1.3.4.4.02.00	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais			7.135.896.089		7.135.896.089
1.3.4.4.02.01	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal			7.105.608.442		7.105.608.442
		1000	P	213.168.253	0	213.168.253
		1053	P	348.174.814	0	348.174.814
		1092	P	9.947.852	0	9.947.852
		1104	P	9.947.852	0	9.947.852
		1105	P	39.791.408	0	39.791.408
		1113	P	89.530.666	0	89.530.666
		1241	P	6.395.047.597	0	6.395.047.597
1.3.4.4.02.03	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa			30.287.647		30.287.647
		1000	P	908.630	0	908.630
		1053	P	1.484.094	0	1.484.094
		1092	P	42.402	0	42.402
		1104	P	42.402	0	42.402
		1105	P	169.611	0	169.611
		1113	P	381.625	0	381.625
		1241	P	27.258.883	0	27.258.883
1.3.4.5.00.00	Exploração de Recursos Hídricos			4.050.278.044		4.050.278.044
1.3.4.5.01.00	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos			156.561.231		156.561.231
1.3.4.5.01.01	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal			156.561.231		156.561.231
		1000	P	46.968.369	0	46.968.369
		1016	P	109.592.862	0	109.592.862
1.3.4.5.03.00	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos			3.893.716.813		3.893.716.813
1.3.4.5.03.11	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal			1.464.151.062		1.464.151.062
		1000	P	43.924.532	0	43.924.532
		1053	P	30.747.172	0	30.747.172
		1066	P	30.747.172	0	30.747.172
		1104	P	8.199.246	0	8.199.246
		1109	P	32.796.984	0	32.796.984
		1235	P	1.317.735.956	0	1.317.735.956
1.3.4.5.03.21	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal			2.423.456.912		2.423.456.912
		1000	P	142.810.853	0	142.810.853
		1053	P	45.439.817	0	45.439.817

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.4.5.03.23	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa	1066	P	45.439.817	0	45.439.817
		1071	P	181.759.269	0	181.759.269
		1104	P	12.117.285	0	12.117.285
		1109	P	48.469.138	0	48.469.138
		1234	P	1.947.420.733	0	1.947.420.733
				676.913		676.913
		1000	P	39.891	0	39.891
		1053	P	12.692	0	12.692
		1066	P	12.692	0	12.692
		1071	P	50.768	0	50.768
		1104	P	3.384	0	3.384
		1109	P	13.538	0	13.538
		1234	P	543.948	0	543.948
				5.431.926		5.431.926
		1234	P	5.431.926	0	5.431.926
1.3.4.6.00.00	Exploração de Recursos Florestais			67.634.100		67.634.100
1.3.4.6.01.00	Concessão de Florestas Nacionais			67.634.100		67.634.100
1.3.4.6.01.11	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal			25.268.227		25.268.227
1.3.4.6.01.12	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	1000	P	7.580.468	0	7.580.468
		1052	P	17.687.759	0	17.687.759
1.3.4.6.01.21	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	1052	P	535.558	0	535.558
				40.492.665		40.492.665
1.3.4.6.01.22	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	1000	P	7.288.680	0	7.288.680
		1067	P	11.337.946	0	11.337.946
		1068	P	5.668.973	0	5.668.973
		1229	P	16.197.066	0	16.197.066
				1.337.650		1.337.650
		1067	P	535.060	0	535.060
		1068	P	267.530	0	267.530
1.3.6.0.00.00	Cessão de Direitos	1229	P	535.060	0	535.060
				3.743.426.807	8.006.077.602	11.749.504.409
				3.743.426.807	8.006.077.602	11.749.504.409
1.3.6.1.00.00	Cessão de Direitos			3.743.426.807	8.006.077.602	11.749.504.409
1.3.6.1.01.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos			3.743.426.807	8.006.077.602	11.749.504.409
1.3.6.1.01.11	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal			1.766.296.989	8.003.325.129	9.769.622.118
1.3.6.1.01.12	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Multas e Juros	1000	P	1.401.125.769	2.400.997.539	3.802.123.308
		1049	P	0	5.602.327.590	5.602.327.590
		1050	P	365.171.220	0	365.171.220
					2.752.473	2.752.473
		1049	P	0	2.752.473	2.752.473
1.3.6.1.01.21	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal			1.977.129.818		1.977.129.818

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1000	P	698.705.810	0	698.705.810
		1138	P	1.278.424.008	0	1.278.424.008
1.3.9.0.00.00	Demais Receitas Patrimoniais			4.359.281.692		4.359.281.692
1.3.9.1.00.00	Participação da União em Receita de Serviços			4.352.678.188		4.352.678.188
1.3.9.1.01.00	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios			4.352.678.188		4.352.678.188
1.3.9.1.01.11	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal			20.619.395		20.619.395
		1000	P	4.070.286	0	4.070.286
		1121	P	9.497.333	0	9.497.333
		1251	P	7.051.776	0	7.051.776
1.3.9.1.01.21	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal			21.351.412		21.351.412
		1000	P	4.838.834	0	4.838.834
		1034	P	6.362.702	0	6.362.702
		1121	P	4.927.915	0	4.927.915
		1251	P	5.221.961	0	5.221.961
1.3.9.1.01.41	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal			3.634.532.986		3.634.532.986
		1000	P	767.574.325	0	767.574.325
		1034	P	400.170.448	0	400.170.448
		1121	P	1.390.836.313	0	1.390.836.313
		1251	P	1.075.951.900	0	1.075.951.900
1.3.9.1.01.61	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal			24.441.293		24.441.293
		1000	P	4.616.689	0	4.616.689
		1034	P	1.900.989	0	1.900.989
		1121	P	8.871.284	0	8.871.284
		1251	P	9.052.331	0	9.052.331
1.3.9.1.01.71	Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal			651.733.102		651.733.102
		1000	P	172.478.861	0	172.478.861
		1019	P	3.840.178	0	3.840.178
		1052	P	390.930.142	0	390.930.142
		1183	P	7.680.357	0	7.680.357
		1251	P	69.123.208	0	69.123.208
		1289	P	7.680.356	0	7.680.356
1.3.9.9.00.00	Outras Receitas Patrimoniais			6.603.504		6.603.504
1.3.9.9.99.00	Outras Receitas Patrimoniais			6.603.504		6.603.504
1.3.9.9.99.01	Outras Receitas Patrimoniais - Principal			6.603.504		6.603.504
		1000	P	1.981.051	0	1.981.051
		1050	P	4.622.453	0	4.622.453
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária			22.955.429	0	22.955.429
1.4.1.0.00.00	Receita Agropecuária			22.955.429		22.955.429
1.4.1.1.00.00	Receita Agropecuária			22.955.429		22.955.429
1.4.1.1.01.00	Receita Agropecuária			22.955.429		22.955.429
1.4.1.1.01.01	Receita Agropecuária - Principal			22.955.429		22.955.429
		1038	P	7.041	0	7.041
		1050	P	22.948.388	0	22.948.388
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial			14.543.242.089	593.700	14.543.835.789

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.5.1.0.00.00	Receita Industrial			14.543.242.089	593.700	14.543.835.789
1.5.1.1.00.00	Receita Industrial			14.543.242.089	593.700	14.543.835.789
1.5.1.1.01.00	Receita Industrial			341.395.819	593.700	341.989.519
1.5.1.1.01.01	Receita Industrial - Principal			341.395.819	593.700	341.989.519
		1049	P	0	593.700	593.700
		1050	P	341.395.819	0	341.395.819
1.5.1.1.02.00	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União			14.201.846.270		14.201.846.270
1.5.1.1.02.11	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal			14.112.482.509		14.112.482.509
		1014	P	7.056.241.254	0	7.056.241.254
		1042	P	7.056.241.255	0	7.056.241.255
1.5.1.1.02.21	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal			89.363.761		89.363.761
		1130	P	89.363.761	0	89.363.761
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços			34.810.770.373	21.613.317.799	56.424.088.172
1.6.1.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.572.388.597	102.271.349	3.674.659.946
1.6.1.1.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.572.388.597	102.271.349	3.674.659.946
1.6.1.1.01.00	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral			1.528.888.294	31.038.106	1.559.926.400
1.6.1.1.01.01	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal			1.528.494.032	31.038.106	1.559.532.138
		1000	P	3.086.082	0	3.086.082
		1038	P	58.029.727	0	58.029.727
		1049	P	0	31.038.106	31.038.106
		1050	P	1.453.478.125	0	1.453.478.125
		1059	P	4.182.822	0	4.182.822
		1116	P	9.717.276	0	9.717.276
1.6.1.1.01.02	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros			394.262		394.262
		1050	P	394.262	0	394.262
1.6.1.1.02.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			388.461.965	69.481.492	457.943.457
1.6.1.1.02.01	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal			388.461.965	69.481.492	457.943.457
		1000	P	20.438.236	0	20.438.236
		1049	P	0	69.481.492	69.481.492
		1050	P	368.023.729	0	368.023.729
1.6.1.1.03.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização			1.028.522.564	307.296	1.028.829.860
1.6.1.1.03.01	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal			1.028.300.911	307.296	1.028.608.207
		1038	P	308.742	0	308.742
		1049	P	0	307.296	307.296
		1050	P	1.027.992.169	0	1.027.992.169
1.6.1.1.03.02	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros			218.748		218.748
		1050	P	218.748	0	218.748
1.6.1.1.03.03	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa			2.905		2.905
		1050	P	2.905	0	2.905
1.6.1.1.04.00	Serviços de Informação e Tecnologia			626.515.774	1.444.455	627.960.229

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.6.1.1.04.01	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal			626.514.382	1.444.455	627.958.837
		1000	P	3.932.115	0	3.932.115
		1049	P	0	1.444.455	1.444.455
		1050	P	622.582.267	0	622.582.267
1.6.1.1.04.02	Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros			1.392		1.392
		1050	P	1.392	0	1.392
1.6.2.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao			3.694.872.103		3.694.872.103
1.6.2.1.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			3.694.872.103		3.694.872.103
1.6.2.1.01.00	Serviços de Navegação			3.500.446.556		3.500.446.556
1.6.2.1.01.11	Serviços de Navegação Aérea - Principal			3.268.573.732		3.268.573.732
		1050	P	3.268.573.732	0	3.268.573.732
1.6.2.1.01.21	Serviços de Navegação Naval - Principal			231.872.824		231.872.824
		1063	P	231.872.824	0	231.872.824
1.6.2.1.02.00	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias			194.412.650		194.412.650
1.6.2.1.02.01	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal			194.099.523		194.099.523
		1050	P	194.099.523	0	194.099.523
1.6.2.1.02.02	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Multas e Juros			313.127		313.127
		1050	P	313.127	0	313.127
1.6.2.1.03.00	Serviços Portuários			10.858		10.858
1.6.2.1.03.01	Serviços Portuários - Principal			10.858		10.858
		1050	P	10.858	0	10.858
1.6.2.1.04.00	Serviços Aeroportuários			2.039		2.039
1.6.2.1.04.11	Tarifa Aeroportuária - Principal			2.039		2.039
		1050	P	2.039	0	2.039
1.6.3.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde				335.266.139	335.266.139
1.6.3.1.00.00	Serviços de Atendimento à Saúde				282.192.089	282.192.089
1.6.3.1.01.00	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal				282.192.089	282.192.089
1.6.3.1.01.01	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal				282.190.529	282.190.529
		1049	P	0	282.190.529	282.190.529
1.6.3.1.01.02	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros				1.560	1.560
		1049	P	0	1.560	1.560
1.6.3.2.00.00	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Cíveis e Militares				53.074.050	53.074.050
1.6.3.2.01.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis				53.074.050	53.074.050
1.6.3.2.01.01	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal				53.074.050	53.074.050
		1004	P	0	41.158.271	41.158.271
		1049	P	0	11.915.779	11.915.779
1.6.4.0.00.00	Serviços e Atividades Financeiras			27.517.345.114	21.175.780.311	48.693.125.425
1.6.4.1.00.00	Serviços e Atividades Financeiras			27.517.345.114	21.175.780.311	48.693.125.425
1.6.4.1.01.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros			27.318.473.789		27.318.473.789
1.6.4.1.01.01	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal			27.318.265.833		27.318.265.833
		1000	F	347.256	0	347.256
		1050	F	2.819.184.032	0	2.819.184.032

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
		1052	F	1.194.876.554	0	1.194.876.554
		1061	F	20.231.691	0	20.231.691
		1114	F	2.339.983	0	2.339.983
		1400	F	20.928.084.683	0	20.928.084.683
		1401	F	2.353.201.634	0	2.353.201.634
1.6.4.1.01.02	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros			207.956		207.956
		1050	F	207.956	0	207.956
1.6.4.1.02.00	Concessão de Avais, Garantias e Seguros			198.871.325		198.871.325
1.6.4.1.02.01	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal			179.349.437		179.349.437
		1052	P	179.349.437	0	179.349.437
1.6.4.1.02.02	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros			19.521.888		19.521.888
		1052	P	19.521.888	0	19.521.888
1.6.4.1.03.00	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				21.175.780.311	21.175.780.311
1.6.4.1.03.01	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal				21.175.780.311	21.175.780.311
		1049	F	0	21.175.780.311	21.175.780.311
1.6.9.0.00.00	Outros Serviços			26.164.559		26.164.559
1.6.9.9.00.00	Outros Serviços			26.164.559		26.164.559
1.6.9.9.99.00	Outros Serviços			26.164.559		26.164.559
1.6.9.9.99.01	Outros Serviços - Principal			26.164.559		26.164.559
		1050	P	26.164.559	0	26.164.559
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes			267.819.293	10.691.500	278.510.793
1.7.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			1.500.000		1.500.000
1.7.1.7.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades			1.500.000		1.500.000
1.7.1.7.99.00	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades			1.500.000		1.500.000
1.7.1.7.99.01	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal			1.500.000		1.500.000
		1081	P	1.500.000	0	1.500.000
1.7.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas			110.030.053	4.410.512	114.440.565
1.7.2.4.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			110.030.053	4.410.512	114.440.565
1.7.2.4.01.00	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			110.030.053	4.410.512	114.440.565
1.7.2.4.01.01	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal			110.030.053	4.410.512	114.440.565
		1081	P	110.030.053	4.410.512	114.440.565
1.7.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			24.761.537		24.761.537
1.7.3.2.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades			24.761.537		24.761.537
1.7.3.2.01.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			24.761.537		24.761.537
1.7.3.2.01.01	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal			24.761.537		24.761.537
		1081	P	24.761.537	0	24.761.537
1.7.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			131.101.294		131.101.294
1.7.4.1.00.00	Transferências de Instituições Privadas			131.101.294		131.101.294
1.7.4.1.01.00	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União			131.101.294		131.101.294

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.7.4.1.01.01	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal			131.101.294		131.101.294
		1050	P	61.462.236	0	61.462.236
		1081	P	16.748.535	0	16.748.535
		1096	P	52.890.523	0	52.890.523
1.7.6.0.00.00	Transferências do Exterior			400.000	60.000	460.000
1.7.6.1.00.00	Transferências do Exterior			400.000	60.000	460.000
1.7.6.1.01.00	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União			400.000	60.000	460.000
1.7.6.1.01.01	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal			400.000	60.000	460.000
		1095	P	400.000	60.000	460.000
1.7.9.0.00.00	Demais Transferências Correntes			26.409	6.220.988	6.247.397
1.7.9.1.00.00	Transferências de Pessoas Físicas			26.409	6.207.738	6.234.147
1.7.9.1.01.00	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União			26.409	6.207.738	6.234.147
1.7.9.1.01.01	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal			26.409	6.207.738	6.234.147
		1096	P	26.409	6.207.738	6.234.147
1.7.9.2.00.00	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				13.250	13.250
1.7.9.2.01.00	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				13.250	13.250
1.7.9.2.01.01	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal				13.250	13.250
		1094	P	0	13.250	13.250
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes			96.385.461.824	2.257.598.838	98.643.060.662
1.9.1.0.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			6.729.543.293	620.180.339	7.349.723.632
1.9.1.1.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			6.729.543.293	620.180.339	7.349.723.632
1.9.1.1.01.00	Multas Previstas em Legislação Específica			2.085.647.744	426.757.986	2.512.405.730
1.9.1.1.01.01	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal			1.146.969.747	244.775.801	1.391.745.548
		1003	P	0	235.428.471	235.428.471
		1009	P	10.935.793	0	10.935.793
		1019	P	40.673.189	0	40.673.189
		1032	P	4.916.334	0	4.916.334
		1033	P	61.536.698	0	61.536.698
		1052	P	990.749.205	0	990.749.205
		1054	P	0	9.347.330	9.347.330
		1088	P	9.320.300	0	9.320.300
		1131	P	28.838.228	0	28.838.228
1.9.1.1.01.02	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros			15.880.108		15.880.108
		1009	P	1.534	0	1.534
		1032	P	40.696	0	40.696
		1052	P	15.835.999	0	15.835.999
		1088	P	1.879	0	1.879
1.9.1.1.01.03	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa			807.708.722	181.982.185	989.690.907
		1003	P	0	181.936.019	181.936.019
		1033	P	2.195.551	0	2.195.551
		1052	P	780.167.591	0	780.167.591
		1054	P	0	46.166	46.166

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.1.1.01.04	<i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	1069	P	16.500.852	0	16.500.852
		1088	P	8.844.728	0	8.844.728
				115.089.167		115.089.167
		1000	P	23.486.657	0	23.486.657
		1033	P	12.000.804	0	12.000.804
1.9.1.1.02.00	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações	1052	P	79.601.706	0	79.601.706
				308.393.605		308.393.605
				129.349.596		129.349.596
1.9.1.1.02.11	<i>Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal</i>					
		1044	P	64.674.798	0	64.674.798
		1120	P	58.207.318	0	58.207.318
		1135	P	6.467.480	0	6.467.480
				179.044.009		179.044.009
1.9.1.1.02.13	<i>Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa</i>					
		1044	P	89.522.005	0	89.522.005
		1120	P	80.569.804	0	80.569.804
		1135	P	8.952.200	0	8.952.200
1.9.1.1.03.00	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial				91.906.284	91.906.284
1.9.1.1.03.01	<i>Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal</i>				91.906.284	91.906.284
1.9.1.1.04.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1003	P	0	91.906.284	91.906.284
				456.404.363		456.404.363
				352.569.588		352.569.588
		1083	P	352.569.588	0	352.569.588
				58.216.319		58.216.319
1.9.1.1.04.01	<i>Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal</i>					
		1083	P	58.216.319	0	58.216.319
				37.645.068		37.645.068
		1083	P	37.645.068	0	37.645.068
				7.973.388		7.973.388
1.9.1.1.04.02	<i>Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros</i>					
		1083	P	7.973.388	0	7.973.388
				517.017.093		517.017.093
				509.203.191		509.203.191
		1087	P	509.203.191	0	509.203.191
1.9.1.1.04.03	<i>Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa</i>					
				5.533.158		5.533.158
		1087	P	5.533.158	0	5.533.158
				2.280.744		2.280.744
		1087	P	2.280.744	0	2.280.744
1.9.1.1.04.04	<i>Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>					
				183.930.680		183.930.680
				180.835.080		180.835.080
		1052	P	90.417.540	0	90.417.540
		1069	P	90.417.540	0	90.417.540
1.9.1.1.05.00	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica					
1.9.1.1.05.01	<i>Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal</i>					
1.9.1.1.05.02	<i>Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros</i>					
1.9.1.1.05.03	<i>Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa</i>					
1.9.1.1.06.00	Multas por Danos Ambientais					
1.9.1.1.06.11	<i>Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal</i>					

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.1.1.06.21	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	1069	P	3.095.600		3.095.600
				3.095.600	0	3.095.600
1.9.1.1.07.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas			16.732.543		16.732.543
1.9.1.1.07.01	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal			16.732.543		16.732.543
		1000	P	16.732.543	0	16.732.543
1.9.1.1.08.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais			21.718.641		21.718.641
1.9.1.1.08.01	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal			21.697.833		21.697.833
		1052	P	21.697.833	0	21.697.833
1.9.1.1.08.02	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Juros			20.808		20.808
		1052	P	20.808	0	20.808
1.9.1.1.09.00	Multas e Juros Previstos em Contratos			62.526.681	21.075.838	83.602.519
1.9.1.1.09.01	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal			62.340.885	21.075.838	83.416.723
		1000	P	24.217.548	0	24.217.548
				0	21.075.838	21.075.838
				38.123.337	0	38.123.337
1.9.1.1.09.02	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros			185.796		185.796
		1050	P	185.796	0	185.796
1.9.1.1.10.00	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				732.037	732.037
1.9.1.1.10.03	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa				732.037	732.037
		1039	P	0	732.037	732.037
1.9.1.1.11.00	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória				79.708.194	79.708.194
1.9.1.1.11.01	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal				79.708.194	79.708.194
		1054	P	0	79.708.194	79.708.194
1.9.1.1.12.00	Multas Previstas na Legislação Antidrogas			589.517		589.517
1.9.1.1.12.01	Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal			589.517		589.517
		1025	P	471.614	0	471.614
				117.903	0	117.903
1.9.1.1.13.00	Multas Previstas na Legislação Anticorrupção			405.189.854		405.189.854
1.9.1.1.13.11	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal			24.465.270		24.465.270
		1000	P	24.465.270	0	24.465.270
1.9.1.1.13.21	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal			380.724.584		380.724.584
		1000	P	380.724.584	0	380.724.584
1.9.1.1.14.00	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB			2.671.392.572		2.671.392.572
1.9.1.1.14.01	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal			2.654.791.575		2.654.791.575
		1020	P	2.654.791.575	0	2.654.791.575
1.9.1.1.14.02	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Multas e Juros			6.756		6.756
		1020	P	6.756	0	6.756
1.9.1.1.14.03	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Dívida Ativa			16.594.241		16.594.241
		1020	P	16.594.241	0	16.594.241
1.9.2.0.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			5.261.210.319	1.366.923.721	6.628.134.040

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.2.1.00.00	Indenizações			286.958.657	206.949.423	493.908.080
1.9.2.1.01.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público			1.159.488	60.062	1.219.550
1.9.2.1.01.01	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal			1.159.488	60.062	1.219.550
		1049	P	0	60.062	60.062
		1050	P	1.159.488	0	1.159.488
1.9.2.1.02.00	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos			167.713		167.713
1.9.2.1.02.01	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal			148.125		148.125
		1000	P	148.125	0	148.125
1.9.2.1.02.02	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros			19.588		19.588
		1000	P	19.098	0	19.098
		1033	P	490	0	490
1.9.2.1.03.00	Indenização por Sinistro			1.493.636		1.493.636
1.9.2.1.03.01	Indenização por Sinistro - Principal			1.493.636		1.493.636
		1050	P	1.493.636	0	1.493.636
1.9.2.1.04.00	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar				205.925.963	205.925.963
1.9.2.1.04.01	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal				205.925.963	205.925.963
		1005	P	0	205.925.963	205.925.963
1.9.2.1.99.00	Outras Indenizações			284.137.820	963.398	285.101.218
1.9.2.1.99.01	Outras Indenizações - Principal			284.137.820	963.398	285.101.218
		1000	P	265.871.064	0	265.871.064
		1049	P	0	963.398	963.398
		1050	P	18.266.756	0	18.266.756
1.9.2.2.00.00	Restituições			4.626.631.943	489.476.145	5.116.108.088
1.9.2.2.01.00	Restituição de Convênios			1.467.884.208	4.913.432	1.472.797.640
1.9.2.2.01.11	Restituição de Convênios - Primárias - Principal			1.467.884.208	4.913.432	1.472.797.640
		1000	P	1.094.854.452	0	1.094.854.452
		1012	P	373.029.756	0	373.029.756
		1049	P	0	4.913.432	4.913.432
1.9.2.2.03.00	Restituição de Benefícios Previdenciários				245.148.155	245.148.155
1.9.2.2.03.01	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal				244.888.917	244.888.917
		1002	P	0	104.463	104.463
		1054	P	0	244.784.454	244.784.454
1.9.2.2.03.02	Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros				259.238	259.238
		1054	P	0	259.238	259.238
1.9.2.2.04.00	Restituição de Benefícios Assistenciais				533.955	533.955
1.9.2.2.04.01	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal				533.955	533.955
		1002	P	0	533.955	533.955
1.9.2.2.06.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores			2.886.369.954		2.886.369.954
1.9.2.2.06.31	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal			2.886.369.954		2.886.369.954
		1000	P	2.836.256.954	0	2.836.256.954
		1012	P	1.930.815	0	1.930.815
		1038	P	17.857.468	0	17.857.468
		1050	P	30.324.717	0	30.324.717

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.2.2.07.00	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente				17.859.348	17.859.348
1.9.2.2.07.01	<i>Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal</i>				17.859.348	17.859.348
		1040	P	0	17.859.348	17.859.348
1.9.2.2.08.00	Restituição de Garantias Prestadas			89.549.508		89.549.508
1.9.2.2.08.01	<i>Restituição de Garantias Prestadas - Principal</i>			89.549.508		89.549.508
		1050	P	89.549.508	0	89.549.508
1.9.2.2.09.00	Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras			6.512.653		6.512.653
1.9.2.2.09.01	<i>Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal</i>			6.512.653		6.512.653
		1000	P	442.651	0	442.651
		1029	P	6.070.002	0	6.070.002
1.9.2.2.10.00	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais			64.403.724		64.403.724
1.9.2.2.10.11	<i>Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal</i>			53.388.120		53.388.120
		1050	P	53.388.120	0	53.388.120
1.9.2.2.10.21	<i>Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal</i>			11.015.604		11.015.604
		1029	P	10.674.996	0	10.674.996
		1050	P	340.608	0	340.608
1.9.2.2.13.00	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público			2.434.081		2.434.081
1.9.2.2.13.01	<i>Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal</i>			2.434.081		2.434.081
		1000	P	2.434.081	0	2.434.081
1.9.2.2.99.00	Outras Restituições			109.477.815	221.021.255	330.499.070
1.9.2.2.99.01	<i>Outras Restituições - Principal</i>			109.477.815	219.284.262	328.762.077
		1000	P	73.846.367	0	73.846.367
		1049	P	0	219.284.262	219.284.262
		1050	P	35.631.448	0	35.631.448
1.9.2.2.99.02	<i>Outras Restituições - Multas e Juros</i>				1.736.993	1.736.993
		1049	P	0	1.736.993	1.736.993
1.9.2.3.00.00	Ressarcimentos			347.619.719	670.498.153	1.018.117.872
1.9.2.3.01.00	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde				580.856.727	580.856.727
1.9.2.3.01.01	<i>Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal</i>				580.856.727	580.856.727
		1003	P	0	580.856.727	580.856.727
1.9.2.3.02.00	Ressarcimento de Custos			69.775.995		69.775.995
1.9.2.3.02.01	<i>Ressarcimento de Custos - Principal</i>			69.775.995		69.775.995
		1000	P	69.496.352	0	69.496.352
		1052	P	279.643	0	279.643
1.9.2.3.03.00	Reversão de Garantias				86.376	86.376
1.9.2.3.03.01	<i>Reversão de Garantias - Principal</i>				86.376	86.376
		1049	P	0	86.376	86.376
1.9.2.3.04.00	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS				73.562.502	73.562.502
1.9.2.3.04.01	<i>Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal</i>				72.764.569	72.764.569
		1054	P	0	72.764.569	72.764.569

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.2.3.04.02	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros				797.933	797.933
		1054	P	0	797.933	797.933
1.9.2.3.99.00	Outros Ressarcimentos			277.843.724	15.992.548	293.836.272
1.9.2.3.99.01	Outros Ressarcimentos - Principal			264.142.854	15.524.623	279.667.477
		1000	P	261.090.000	0	261.090.000
		1049	P	0	15.524.623	15.524.623
		1050	P	3.052.854	0	3.052.854
1.9.2.3.99.02	Outros Ressarcimentos - Multas e Juros				467.925	467.925
		1049	P	0	467.925	467.925
1.9.2.3.99.03	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa			13.700.870		13.700.870
		1000	P	13.700.870	0	13.700.870
1.9.3.0.00.00	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio			788.258.056	164.664.886	952.922.942
1.9.3.1.00.00	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			788.258.056	164.664.886	952.922.942
1.9.3.1.01.00	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns			60.574.272		60.574.272
1.9.3.1.01.01	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal			60.574.272		60.574.272
		1052	P	60.574.272	0	60.574.272
1.9.3.1.02.00	Apreensão de Bens, Mercadorias e Moedas por Infrações à Legislação Aduaneira			127.891.383	85.260.922	213.152.305
1.9.3.1.02.11	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal			127.539.149	85.026.100	212.565.249
		1001	P	0	85.026.100	85.026.100
		1032	P	127.539.149	0	127.539.149
1.9.3.1.02.12	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros			352.234	234.822	587.056
		1001	P	0	234.822	234.822
		1032	P	352.234	0	352.234
1.9.3.1.03.00	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor)			12.980.044		12.980.044
1.9.3.1.03.01	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal			12.980.044		12.980.044
		1000	P	12.980.044	0	12.980.044
1.9.3.1.04.00	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos			507.408.393		507.408.393
1.9.3.1.04.01	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal			507.408.393		507.408.393
		1124	P	507.408.393	0	507.408.393
1.9.3.1.08.00	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins			79.403.964	79.403.964	158.807.928
1.9.3.1.08.01	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal			79.403.964	79.403.964	158.807.928
		1003	P	0	79.403.964	79.403.964
		1052	P	79.403.964	0	79.403.964
1.9.4.0.00.00	Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital			29.831.059		29.831.059
1.9.4.4.00.00	Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos			29.831.059		29.831.059
1.9.4.4.06.00	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais			28.434		28.434
1.9.4.4.06.02	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros			28.434		28.434
		1050	F	28.434	0	28.434

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.4.4.07.00	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos			29.802.625		29.802.625
1.9.4.4.07.12	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral - Multas e Juros			46.325		46.325
		1052	F	45.630	0	45.630
		1114	F	695	0	695
1.9.4.4.07.22	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Multas e Juros			29.756.300		29.756.300
		1052	F	29.756.300	0	29.756.300
1.9.9.0.00.00	Demais Receitas Correntes			83.576.619.097	105.829.892	83.682.448.989
1.9.9.9.00.00	Outras Receitas Correntes			83.576.619.097	105.829.892	83.682.448.989
1.9.9.9.03.00	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência				56.036.854	56.036.854
1.9.9.9.03.01	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal				56.036.854	56.036.854
		1054	P	0	56.036.854	56.036.854
1.9.9.9.04.00	Contribuição ao Montepio Civil				43.660	43.660
1.9.9.9.04.01	Contribuição ao Montepio Civil - Principal				43.660	43.660
		1017	P	0	43.660	43.660
1.9.9.9.05.00	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior			549.841.161		549.841.161
1.9.9.9.05.01	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal			541.259.750		541.259.750
		1086	P	541.259.750	0	541.259.750
1.9.9.9.05.02	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros			8.581.411		8.581.411
		1086	P	8.581.411	0	8.581.411
1.9.9.9.06.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios			1.117.311		1.117.311
1.9.9.9.06.01	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal			1.117.311		1.117.311
		1000	P	1.117.311	0	1.117.311
1.9.9.9.08.00	Receitas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT			18.777	168.997	187.774
1.9.9.9.08.11	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal			18.777	168.997	187.774
		1007	P	18.777	0	18.777
		1010	P	0	168.997	168.997
1.9.9.9.10.00	Reserva Global de Reversão			17.516.370		17.516.370
1.9.9.9.10.01	Reserva Global de Reversão - Principal			17.516.370		17.516.370
		1080	P	17.516.370	0	17.516.370
1.9.9.9.12.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência			960.309.776		960.309.776
1.9.9.9.12.11	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal			927.163.663		927.163.663
		1031	P	927.158.904	0	927.158.904
		1050	P	4.759	0	4.759
1.9.9.9.12.21	Ônus de Sucumbência - Principal			33.146.113		33.146.113
		1000	P	33.134.351	0	33.134.351
		1030	P	11.762	0	11.762
1.9.9.9.15.00	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB			977.213.111		977.213.111
1.9.9.9.15.01	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal			977.213.111		977.213.111
		1000	P	977.213.111	0	977.213.111

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.9.9.17.00	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM			105.604.262		105.604.262
1.9.9.9.17.01	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal			105.604.262		105.604.262
		1060	P	105.604.262	0	105.604.262
1.9.9.9.20.00	Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros			1.461.571.487		1.461.571.487
1.9.9.9.20.01	Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal			1.461.571.487		1.461.571.487
		1032	P	1.461.571.487	0	1.461.571.487
1.9.9.9.99.00	Outras Receitas			79.503.426.842	49.580.381	79.553.007.223
1.9.9.9.99.12	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros			65.121.723.426		65.121.723.426
		1000	P	65.006.784.101	0	65.006.784.101
		1032	P	114.939.325	0	114.939.325
1.9.9.9.99.13	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa			6.838.845.858		6.838.845.858
		1000	P	6.300.916.291	0	6.300.916.291
		1032	P	537.929.567	0	537.929.567
1.9.9.9.99.14	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros				20.009.888	20.009.888
		1054	P	0	20.009.888	20.009.888
1.9.9.9.99.21	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal			101.013.709	427.226	101.440.935
		1038	P	122.264	0	122.264
		1049	P	0	427.226	427.226
		1050	P	100.731.292	0	100.731.292
		1083	P	160.153	0	160.153
1.9.9.9.99.22	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros			3.790.806	25.528.378	29.319.184
		1000	P	2.959.594	0	2.959.594
		1049	P	0	25.528.378	25.528.378
		1050	P	831.212	0	831.212
1.9.9.9.99.23	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa			6.656.392.374	2.495.312	6.658.887.686
		1000	P	6.626.422.341	0	6.626.422.341
		1049	P	0	2.495.312	2.495.312
		1050	P	29.970.033	0	29.970.033
1.9.9.9.99.24	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros			751.272.193	1.119.577	752.391.770
		1000	P	547.212.409	0	547.212.409
		1032	P	153.659.497	0	153.659.497
		1033	P	14.998.558	0	14.998.558
		1049	P	0	1.119.577	1.119.577
		1050	P	35.401.729	0	35.401.729
1.9.9.9.99.33	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa			30.388.476		30.388.476
		1050	F	30.388.476	0	30.388.476
2.0.0.0.00.00	Receitas de Capital			2.694.537.499.629	56.820.291	2.694.594.319.920
2.1.0.0.00.00	Operações de Crédito			2.528.434.258.015	0	2.528.434.258.015
2.1.1.0.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno			2.451.938.269.391		2.451.938.269.391
2.1.1.1.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional -			2.451.938.269.391		2.451.938.269.391

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
	Mercado Interno					
2.1.1.1.01.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública			829.623.362.580		829.623.362.580
2.1.1.1.01.01	<i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal</i>			829.623.362.580		829.623.362.580
		1444	F	601.089.892.115	0	601.089.892.115
		9444	F	228.533.470.465	0	228.533.470.465
2.1.1.1.02.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno			1.622.299.381.362		1.622.299.381.362
2.1.1.1.02.01	<i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal</i>			1.622.299.381.362		1.622.299.381.362
		1443	F	1.622.299.381.362	0	1.622.299.381.362
2.1.1.1.03.00	Títulos da Dívida Agrária - TDA			15.525.449		15.525.449
2.1.1.1.03.01	<i>Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal</i>			15.525.449		15.525.449
		1057	F	15.525.449	0	15.525.449
2.1.2.0.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo			76.495.988.624		76.495.988.624
2.1.2.1.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo			51.669.583.433		51.669.583.433
2.1.2.1.01.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública			18.128.464.647		18.128.464.647
2.1.2.1.01.01	<i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal</i>			18.128.464.647		18.128.464.647
		1444	F	18.128.464.647	0	18.128.464.647
2.1.2.1.02.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo			33.541.118.786		33.541.118.786
2.1.2.1.02.01	<i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal</i>			33.541.118.786		33.541.118.786
		1443	F	33.541.118.786	0	33.541.118.786
2.1.2.2.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			24.826.405.191		24.826.405.191
2.1.2.2.01.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			24.826.405.191		24.826.405.191
2.1.2.2.01.01	<i>Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal</i>			24.826.405.191		24.826.405.191
		1448	F	23.414.567.321	0	23.414.567.321
		1449	F	1.411.837.870	0	1.411.837.870
2.2.0.0.00.00	Alienação de Bens			211.684.231	56.820.291	268.504.522
2.2.1.0.00.00	Alienação de Bens Móveis			61.219.835	432.761	61.652.596
2.2.1.2.00.00	Alienação de Estoques			81.665		81.665
2.2.1.2.04.00	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ			81.665		81.665
2.2.1.2.04.03	<i>Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa</i>			81.665		81.665
		1052	P	81.665	0	81.665
2.2.1.3.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			61.138.170	432.761	61.570.931
2.2.1.3.01.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			61.138.170	432.761	61.570.931
2.2.1.3.01.01	<i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>			61.138.170	432.761	61.570.931
		1048	P	0	432.761	432.761
		1051	P	61.138.170	0	61.138.170
2.2.2.0.00.00	Alienação de Bens Imóveis			150.464.396	56.387.530	206.851.926
2.2.2.1.00.00	Alienação de Bens Imóveis			150.464.396	56.387.530	206.851.926

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
2.2.2.1.01.00	Alienação de Bens Imóveis em Geral			130.033.402	56.387.530	186.420.932
2.2.2.1.01.01	<i>Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal</i>			130.033.402	56.387.530	186.420.932
		1048	P	0	1.620.000	1.620.000
		1049	P	0	54.767.530	54.767.530
		1051	P	127.652.978	0	127.652.978
		1085	P	2.380.424	0	2.380.424
2.2.2.1.02.00	Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União			20.430.994		20.430.994
2.2.2.1.02.01	<i>Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal</i>			20.430.994		20.430.994
		1013	P	17.619.994	0	17.619.994
		1287	P	2.811.000	0	2.811.000
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos			36.643.609.124	0	36.643.609.124
2.3.1.0.00.00	Amortização de Empréstimos			36.643.609.124		36.643.609.124
2.3.1.1.00.00	Amortização de Empréstimos			36.643.609.124		36.643.609.124
2.3.1.1.03.00	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios			14.475.000.730		14.475.000.730
2.3.1.1.03.01	<i>Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal</i>			14.475.000.730		14.475.000.730
		1400	F	14.436.764.673	0	14.436.764.673
		1401	F	38.236.057	0	38.236.057
2.3.1.1.05.00	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito			571.906.427		571.906.427
2.3.1.1.05.01	<i>Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal</i>			571.906.427		571.906.427
		1061	F	571.906.427	0	571.906.427
2.3.1.1.06.00	Amortização de Empréstimos Contratuais			14.293.302.552		14.293.302.552
2.3.1.1.06.01	<i>Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal</i>			14.293.302.552		14.293.302.552
		1029	F	57.810.036	0	57.810.036
		1050	F	342.298.529	0	342.298.529
		1052	F	6.360.876.842	0	6.360.876.842
		1401	F	7.532.317.145	0	7.532.317.145
2.3.1.1.07.00	Amortização de Financiamentos			7.303.399.415		7.303.399.415
2.3.1.1.07.11	<i>Amortização de Financiamentos em Geral - Principal</i>			4.889.894.381		4.889.894.381
		1052	F	4.876.074.182	0	4.876.074.182
		1114	F	13.820.199	0	13.820.199
2.3.1.1.07.21	<i>Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal</i>			2.413.505.034		2.413.505.034
		1052	F	2.413.505.034	0	2.413.505.034
2.4.0.0.00.00	Transferências de Capital			46.836.800	0	46.836.800
2.4.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas			22.814.891		22.814.891
2.4.2.2.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			22.814.891		22.814.891
2.4.2.2.01.00	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			22.814.891		22.814.891
2.4.2.2.01.01	<i>Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal</i>			22.814.891		22.814.891
		1081	P	22.814.891	0	22.814.891
2.4.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			497.003		497.003
2.4.3.2.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades			497.003		497.003

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
2.4.3.2.01.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			497.003		497.003
2.4.3.2.01.01	<i>Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal</i>			497.003		497.003
		1081	P	497.003	0	497.003
2.4.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			21.350.067		21.350.067
2.4.4.1.00.00	Transferências de Instituições Privadas			21.350.067		21.350.067
2.4.4.1.01.00	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União			21.350.067		21.350.067
2.4.4.1.01.01	<i>Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal</i>			21.350.067		21.350.067
		1081	P	6.121.067	0	6.121.067
		1096	P	15.229.000	0	15.229.000
2.4.6.0.00.00	Transferências do Exterior			1.466.666		1.466.666
2.4.6.1.00.00	Transferências do Exterior			1.466.666		1.466.666
2.4.6.1.01.00	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União			1.466.666		1.466.666
2.4.6.1.01.01	<i>Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal</i>			1.466.666		1.466.666
		1095	P	1.466.666	0	1.466.666
2.4.9.0.00.00	Demais Transferências de Capital			708.173		708.173
2.4.9.1.00.00	Transferências de Pessoas Físicas			708.173		708.173
2.4.9.1.01.00	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União			708.173		708.173
2.4.9.1.01.01	<i>Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal</i>			708.173		708.173
		1096	P	708.173	0	708.173
2.9.0.0.00.00	Outras Receitas de Capital			129.201.111.459	0	129.201.111.459
2.9.2.0.00.00	Resultado do Banco Central			15.270.000.000		15.270.000.000
2.9.2.1.00.00	Resultado do Banco Central			15.270.000.000		15.270.000.000
2.9.2.1.02.00	Resultado do Banco Central - Demais Operações			15.270.000.000		15.270.000.000
2.9.2.1.02.01	<i>Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal</i>			15.270.000.000		15.270.000.000
		1400	F	15.270.000.000	0	15.270.000.000
2.9.3.0.00.00	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			113.931.111.459		113.931.111.459
2.9.3.1.00.00	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			113.931.111.459		113.931.111.459
2.9.3.1.01.00	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			113.931.111.459		113.931.111.459
2.9.3.1.01.01	<i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal</i>			113.931.111.459		113.931.111.459
		1000	F	113.931.111.459	0	113.931.111.459
7.0.0.0.00.00	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			527.908.967	23.665.563.163	24.193.472.130
7.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria -			3.195.163	0	3.195.163
7.1.1.0.00.00	Impostos - Operações Intraorçamentárias			1.732.757		1.732.757
7.1.1.3.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Operações Intraorçamentárias			1.728.033		1.728.033
7.1.1.3.03.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Operações Intraorçamentárias			1.728.033		1.728.033
7.1.1.3.03.12	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias</i>			1.714.659		1.714.659
		1032	P	857.329	0	857.329
		1201	P	437.238	0	437.238
		1202	P	368.652	0	368.652
		1207	P	10.288	0	10.288

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
7.1.1.3.03.41	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1208	P	10.288	0	10.288
		1209	P	15.432	0	15.432
		1210	P	15.432	0	15.432
				13.374		13.374
		1000	P	6.689	0	6.689
		1201	P	3.410	0	3.410
		1202	P	2.875	0	2.875
		1207	P	80	0	80
		1208	P	80	0	80
		1209	P	120	0	120
		1210	P	120	0	120
7.1.1.4.00.00	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços - Operações Intraorçamentárias			4.724		4.724
7.1.1.4.01.00	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Operações Intraorçamentárias			4.724		4.724
7.1.1.4.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias			4.724		4.724
		1032	P	1.889	0	1.889
		1201	P	1.205	0	1.205
		1202	P	1.016	0	1.016
		1203	P	472	0	472
		1207	P	28	0	28
		1208	P	28	0	28
		1209	P	43	0	43
		1210	P	43	0	43
7.1.2.0.00.00	Taxas - Operações Intraorçamentárias			1.462.406		1.462.406
7.1.2.1.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Operações Intraorçamentárias			1.424.754		1.424.754
7.1.2.1.01.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			679.466		679.466
7.1.2.1.01.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias			679.466		679.466
		1000	P	203.840	0	203.840
		1021	P	105.326	0	105.326
		1052	P	370.300	0	370.300
7.1.2.1.02.00	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações - Operações Intraorçamentárias			745.288		745.288
7.1.2.1.02.21	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias			745.288		745.288
		1000	P	223.586	0	223.586
		1120	P	521.702	0	521.702
7.1.2.2.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Operações Intraorçamentárias			37.652		37.652
7.1.2.2.02.00	Emolumentos e Custas Judiciais - Operações Intraorçamentárias			37.652		37.652
7.1.2.2.02.01	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias			37.652		37.652
		1000	P	11.296	0	11.296
		1027	P	26.356	0	26.356
7.2.0.0.00.00	Contribuições - Operações Intraorçamentárias			3.438.222	23.551.317.539	23.554.755.761
7.2.1.0.00.00	Contribuições Sociais - Operações Intraorçamentárias			1.574.986	23.551.317.539	23.552.892.525

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
7.2.1.5.00.00	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Operações Intraorçamentárias			1.574.986	23.551.317.539	23.552.892.525
7.2.1.5.02.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Operações Intraorçamentárias			1.574.986	23.551.317.539	23.552.892.525
7.2.1.5.02.11	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias				22.746.141.276	22.746.141.276
		1056	F	0	22.504.382.313	22.504.382.313
		1125	F	0	241.758.963	241.758.963
7.2.1.5.02.13	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Dívida Ativa - Operações Intraorçamentárias				1.310.989	1.310.989
		1056	F	0	1.310.989	1.310.989
7.2.1.5.02.15	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias				3.109.207	3.109.207
		1056	F	0	3.109.207	3.109.207
7.2.1.5.02.16	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Juros do Principal - Operações Intraorçamentárias			1.574.986		1.574.986
		1032	F	1.574.986	0	1.574.986
7.2.1.5.02.21	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias				800.756.067	800.756.067
		1056	F	0	800.756.067	800.756.067
7.2.2.0.00.00	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			1.863.236		1.863.236
7.2.2.1.00.00	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			1.863.236		1.863.236
7.2.2.1.09.00	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Operações Intraorçamentárias			1.663.740		1.663.740
7.2.2.1.09.11	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias			1.663.740		1.663.740
		1000	P	499.122	0	499.122
		1052	P	1.164.618	0	1.164.618
7.2.2.1.10.00	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Operações Intraorçamentárias			199.496		199.496
7.2.2.1.10.01	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias			199.496		199.496
		1000	P	59.849	0	59.849
		1037	P	139.647	0	139.647
7.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias			6.248.395	0	6.248.395
7.3.1.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado -			6.248.395		6.248.395
7.3.1.1.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			6.248.395		6.248.395
7.3.1.1.01.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação - Operações Intraorçamentárias			6.031.282		6.031.282
7.3.1.1.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias			6.031.282		6.031.282
		1000	P	5.788.039	0	5.788.039
		1050	P	243.243	0	243.243
7.3.1.1.02.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Operações Intraorçamentárias			217.113		217.113
7.3.1.1.02.01	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias			217.113		217.113
		1000	P	65.134	0	65.134
		1050	P	151.979	0	151.979

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			24.453.871	0	24.453.871
7.5.1.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			24.453.871		24.453.871
7.5.1.1.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			24.453.871		24.453.871
7.5.1.1.01.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			24.453.871		24.453.871
7.5.1.1.01.01	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias			24.453.871		24.453.871
		1050	P	24.453.871	0	24.453.871
7.6.0.0.00.00	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias			398.027.863	72.076	398.099.939
7.6.1.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações			397.995.463	5.464	398.000.927
7.6.1.1.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			397.995.463	5.464	398.000.927
7.6.1.1.01.00	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Operações Intraorçamentárias			395.750.393	5.464	395.755.857
7.6.1.1.01.01	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias			395.750.393	5.464	395.755.857
		1049	P	0	5.464	5.464
		1050	P	395.750.393	0	395.750.393
7.6.1.1.03.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			2.245.070		2.245.070
7.6.1.1.03.01	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias			2.245.070		2.245.070
		1050	P	2.245.070	0	2.245.070
7.6.3.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações				66.612	66.612
7.6.3.1.00.00	Serviços de Atendimento à Saúde - Operações Intraorçamentárias				66.612	66.612
7.6.3.1.01.00	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Operações Intraorçamentárias				66.612	66.612
7.6.3.1.01.01	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias				66.612	66.612
		1049	P	0	66.612	66.612
7.6.9.0.00.00	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			32.400		32.400
7.6.9.9.00.00	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			32.400		32.400
7.6.9.9.99.00	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			32.400		32.400
7.6.9.9.99.01	Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias			32.400		32.400
		1050	P	32.400	0	32.400
7.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes - Operações			92.545.453	114.173.548	206.719.001
7.9.2.0.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Operações				114.173.548	114.173.548
7.9.2.1.00.00	Indenizações - Operações Intraorçamentárias				114.173.548	114.173.548
7.9.2.1.04.00	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Operações Intraorçamentárias				114.173.548	114.173.548
7.9.2.1.04.01	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias				114.173.548	114.173.548
		1005	P	0	114.173.548	114.173.548
7.9.9.0.00.00	Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			92.545.453		92.545.453
7.9.9.9.00.00	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			92.545.453		92.545.453
7.9.9.9.13.00	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal - Operações Intraorçamentárias			8.178.393		8.178.393
7.9.9.9.13.11	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias			8.178.393		8.178.393
		1052	P	8.178.393	0	8.178.393

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2025, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
7.9.9.9.19.00	Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias			84.367.060		84.367.060
7.9.9.9.19.01	Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal			84.367.060		84.367.060
		1062	P	84.367.060	0	84.367.060
TOTAL				4.260.578.905.404	1.461.815.982.317	5.722.394.887.721

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

1.1.1.1.01.0.1. - Imposto sobre a Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

1.1.1.1.02.0.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso II; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 23 a 28 (vale lembrar que parte do art. 26 - alteração da base de cálculo - não foi recepcionada pela atual Constituição).

1.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III, e art. 158, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.3.01.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III, e art. 159, inciso I; e
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.02.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.3.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.4.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e

Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.5.01.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 5º.

1.1.1.5.02.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 63 a 67.

1.1.1.9.99.0.1. - Outros Impostos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

1.1.2.1.01.0.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Lei específica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.3.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.4.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.03.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

1.1.2.1.04.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, arts. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

1.1.2.1.05.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º; e
MPV nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - art. 39.

1.1.2.1.06.0.1. - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998.

1.1.2.1.07.0.1. - Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 37.

1.1.2.1.08.0.1. - Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 32, caput e § 5º.

1.1.2.1.08.0.5. - Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 32, caput e § 5º.

1.1.2.1.09.0.1. - Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50.

1.1.2.1.09.0.5. - Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Multas

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50.

1.1.2.2.01.0.1. - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei específica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.2.02.0.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 98, § 2º; e
Lei nº 9.269, de 4 de julho de 1996.

1.1.3.1.99.0.1. - Outras Contribuições de Melhoria - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.2.1.1.01.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.01.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.02.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.02.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.49.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.1.49.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.01.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.988, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

1.2.1.2.01.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.02.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; e Lei Complementar nº 8 de 3 de dezembro de 1970; Inciso V, do Art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.2.02.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.49.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.2.49.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.01.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

1.2.1.3.01.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.02.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; inciso III, do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.3.02.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.49.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.3.49.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11 e art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.01.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11 e art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; inciso VI, do art. 13 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.4.02.0.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 195 da Constituição Federal de 1988; alínea "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.49.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.01.1.1. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

1.2.1.5.01.1.5. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.2.1. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

1.2.1.5.01.2.5. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.3.1. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.3.5. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.4.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.4.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.5.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.5.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.6.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.6.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.02.1.1. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º; e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º.

1.2.1.5.02.1.5. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.02.2.1. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.02.2.5. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.03.0.1. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.03.0.5. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.04.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.</p> <p>1.2.1.5.04.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.</p> <p>1.2.1.5.04.3.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.</p> <p>1.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 33 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002.</p> <p>1.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.</p> <p>1.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002.</p> <p>1.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.</p> <p>1.2.1.6.05.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e"; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.</p> <p>1.2.1.6.05.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que permitam o parcelamento dos débitos em atraso.</p> <p>1.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.</p> <p>1.2.1.7.01.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.</p> <p>1.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 18, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26; e Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969.</p> <p>1.2.1.7.02.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.</p> <p>1.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 16, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.</p> <p>1.2.1.7.04.2.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.</p> <p>1.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º; Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.</p> <p>1.2.1.7.06.2.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.</p> <p>1.2.1.7.07.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.</p> <p>1.2.1.7.07.2.1. - Contribuição sobre Loteria de AQF - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.</p> <p>1.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal</p>	

<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; e Portaria nº 20.749, de 17 de setembro de 2020.</p> <p>1.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p> <p>1.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Constituição Federal, art. 8º, inciso IV; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, inciso I, alínea "d", e inciso II, alínea "e"; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.</p> <p>1.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p> <p>1.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, art. 1º (Criação da Contribuição); Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, art. 12 (Extinção da Contribuição); Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).</p> <p>1.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º (Criação da Contribuição); Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º, § 2º (Estabelece a vigência da contribuição); Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001. Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).</p> <p>1.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p> <p>1.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Constituição Federal, art. 212, §5º; Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15; e Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.</p> <p>1.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p> <p>1.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º; Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005, Art. 31, III; e Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.</p> <p>1.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p> <p>1.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º; e Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º, e art. 2º, inciso I.</p> <p>1.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p> <p>1.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.</p> <p>1.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p> <p>1.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.462, de 31 de maio de 2007.</p> <p>1.2.1.9.10.1.5. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Multas</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.</p> <p>1.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.</p>	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

1.2.1.9.99.1.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.2.2.1.02.0.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975;
Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 9º e 22º;
Portaria do Ministério da Fazenda nº 204, de 22 de agosto de 1996;
Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008; e
Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

1.2.2.1.03.0.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e
Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988.

1.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONCECINE - Principal

Amparo Legal:

MP nº 2.228-1, de 06 de setembro 2001, arts. 32, 33, 35, 36, 38, 47 e 48; e
Arts. 2º a 4º, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.2.2.1.05.0.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º;
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º e art. 17, § 1º;
Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; e
Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.

1.2.2.1.06.0.1. - Contribuição sobre as Recotas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, art. 4º, caput, incisos I e III;
Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001, art. 1º.

1.2.2.1.07.0.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, arts. 2º e 4º; e
Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002.

1.2.2.1.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal

Amparo Legal:

Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional);
Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição);
Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e
Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.

1.2.2.1.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal

Amparo Legal:

Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional);
Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição);
Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e
Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.

1.2.2.1.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, Art. 6º, inciso IV; e
Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2002.

1.2.2.1.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; art. 4º, inciso III; e
Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

1.2.2.1.10.0.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, art. 32, §§ 7º, 8º e 10.

1.2.2.1.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º §§ 3º e 4º, inciso II; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

1.2.2.1.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11, § 1º; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

1.2.2.1.12.1.1. - Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, e art. 2º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º, c.c. Lei nº 14.600, de 2023, arts. 25, 70 e 71; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

1.2.2.1.12.2.1. - Contribuição Relativa às Atividades Rurais em Imóveis Sujeitos ao ITR – CIDE Atividade Rural - Principal

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, art. 2º e art. 5º;
- Lei nº 2.613, de 1955, arts. 6º e 7º;
- Decreto-Lei nº 1.989, de 1982, art. 1º;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

1.2.2.1.13.0.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 2, e art. 3º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º, § 4º;
- Lei Complementar nº 11, de 1971, art. 15, inciso II;
- Lei nº 7.787, de 1989, art. 3º, § 1º;
- Lei nº 8.213, de 1991, art. 138;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

1.2.2.1.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.2.3.1.00.0.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990;
Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991;
Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992;
Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996;
Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997;
Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998;
Lei nº 10.258, de 9 de julho de 2001;
Medida Provisória nº 2.168, de 24 de agosto de 2001;
Decreto-Lei nº 1.861, de 1981;
Decreto-Lei nº 2.318, de 1986;
Decreto-Lei nº 4.048, de 1946;
Decreto-Lei nº 8.621, de 1946;
Decreto-Lei nº 9.403, de 1946; e
Decreto-Lei nº 9.853, de 1946.

1.3.1.1.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

1.3.1.1.01.2.1. - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal

Amparo Legal:

Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, art. 92;
Decreto-Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015);
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.

1.3.1.1.02.0.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal

Amparo Legal:

- Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (art. 13, inciso II, §1º), no caso da CDE/ANEEL;
- Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967;
- Código Civil, art. 1.370;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
- Lei nº 9.885, de 18 de julho de 2000;
- Portaria Interministerial MP-MMA nº 436, de 2 de dezembro de 2009; e
- Art. 12, § 2º, do Decreto nº 7.154, de 9 de abril de 2010.

1.3.1.1.99.0.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

1.3.2.1.01.0.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º.
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, III; e
Legislação específica para cada caso.

1.3.2.1.02.0.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, art. 9º, caput e §6º;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º; e Legislação específica para demais casos que venham a surgir.

1.3.2.1.03.0.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

1.3.2.1.05.0.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

1.3.2.1.06.0.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997;
Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e
Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.

1.3.2.2.01.0.1. - Dividendos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

1.3.2.3.01.0.1. - Participações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

1.3.2.9.99.0.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

1.3.3.1.01.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "e";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.02.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; art. 22; art. 25; e art. 77, II;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.
Destinação:
Lei nº 10.233, de 2001, art. 77, II; e
Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

1.3.3.1.03.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.04.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.05.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "c".

1.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal;
Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

1.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.

1.3.3.2.02.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal. Lei No 10.233/2001, art. 22, II, art. 25 e art. 77, II

Destinação:

Lei No 10.233/2001, art. 77, II; e
Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

1.3.3.2.03.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

- Lei nº 10.233/2001, Art. 77, inciso II;
- Constituição Federal: Art. 21, XII; Art. 22, IX; Art. 178.

1.3.3.2.04.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.

1.3.3.3.01.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.01.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

1.3.3.3.02.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "d" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.03.1.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.04.1.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.05.0.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal

Amparo Legal:

FISTEL: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
CT-Espacial: Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007;
CT-Infra: Art. 3º-A do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
FUST: Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000;
FNC - FSA: Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e
Anatel: art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;

1.3.3.3.06.1.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso III do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, combinado com alínea "h" do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.3.3.3.99.1.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso I do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.99.2.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

FISTEL: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
CT-Espacial: Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007;
CT-Infra: Art. 3º-A do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
FUST: Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000;
FNC - FSA: Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e
Anatel: art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;

1.3.3.4.01.0.1. - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

§1º do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; e
§7º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

1.3.3.9.01.0.1. - Outorga de Loteria de Aposta de Quota Fixa - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 12.

1.3.3.9.01.0.5. - Outorga de Loteria de Aposta de Quota Fixa - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 12.

1.3.3.9.02.0.1. - Outorga de Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, art. 28, § 1º.

1.3.3.9.02.0.5. - Outorga de Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, art. 28, § 1º.

1.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal

Amparo Legal:

Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012).

1.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

1.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

1.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

1.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação dada pela Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

1.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

1.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47 e 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

1.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47 e 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e § 3º.

1.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012).

1.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso III, e 3º.

1.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso III, e 3º.

1.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I, e § 3º.

1.3.4.1.05.0.1. - Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º; e
Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º.

1.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º;
Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e § 3º.

1.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, com redação dada pela Lei nº 12.734/2012; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso I, e § 3º.

1.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, com redação dada pela Lei nº 12.734/2012; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso I, e § 3º.

1.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XII, 10, inciso III, alínea "F", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2º, e 49, inciso I.

1.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Alínea "F" do inciso III do art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
Art. 7, I da Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010.

1.3.4.3.01.4.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Projeto de Lei nº 5478, de 2019.

1.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

1.3.4.4.01.0.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 176.
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, art. 2º.
Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19.

1.3.4.4.02.0.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017).

1.3.4.5.01.0.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000, art. 4º, inciso IX e § 6º, e art. 20, inciso II;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arts. 12, 20 e 22.

1.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;
Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

1.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22; e
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

1.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 12.753, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

1.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.

1.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II.

1.3.4.6.03.0.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

1.3.4.9.01.0.1. - Compensações Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

1.3.5.1.02.0.1. - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 - art. 29;
Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022;
Resolução Normativa IBRAM nº 15, de 14 de março de 2022;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

1.3.5.1.04.0.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º; e
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

1.3.6.1.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.6.1.01.2.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, Art. 18, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, Art. 16, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.7.1. - Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35, com alterações promovidas pela Lei nº 14.790/2023, art. 51.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.
1.3.9.99.0.1. - Outras Receitas Patrimoniais - Principal	1.6.2.1.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal
Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	Amparo Legal: Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º; Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.
1.4.1.1.01.0.1. - Receita Agropecuária - Principal	1.6.2.1.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999; Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.
1.5.1.1.01.0.1. - Receita Industrial - Principal	1.6.3.1.01.0.1. - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
1.5.1.1.02.1.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal	1.6.3.2.01.0.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173. Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a". Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.	Amparo Legal: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230; Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004; Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.
1.5.1.1.02.1.5. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Multas	1.6.4.1.01.0.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173. Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a". Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.	Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e Legislação correlata.
1.5.1.1.02.2.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal	1.6.4.1.02.0.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173. Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a". Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.	Amparo Legal: Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966; Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979; Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.
1.5.1.1.02.2.5. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Multas	1.6.4.1.03.0.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173. Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a". Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, inciso III.
1.6.1.1.01.0.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.6.9.9.99.0.1. - Outros Serviços - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.
1.6.1.1.02.0.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.7.1.7.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.	Amparo Legal: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ªA, § 4º, inciso IV, alínea "c".
1.6.1.1.03.0.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.7.2.4.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38; Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1963; Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º; Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973; Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55; Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996; Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º; Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999; Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II; Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003; Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII; Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89; Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º; Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013; Resolução CONTRAN Nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.	Amparo Legal: Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.
1.6.1.1.04.0.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.7.2.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ªA, § 4º, inciso IV, alínea "c".
1.6.1.1.05.0.1. - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal	1.7.2.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal - Principal
Amparo Legal: Alínea "j" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	Amparo Legal: Não se aplica
1.6.2.1.01.1.1. - Serviços de Navegação Aérea - Principal	1.7.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal
Amparo Legal: Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º.	Amparo Legal: Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.
1.6.2.1.01.2.1. - Serviços de Navegação Naval - Principal	1.7.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969, arts. 1º e 2º; Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972, arts. 1º e 2º.	Amparo Legal: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ªA, § 4º, inciso IV, alínea "c".
1.6.2.1.02.0.1. - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	1.7.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
1.6.2.1.03.0.1. - Serviços Portuários - Principal	1.7.5.9.99.0.1. - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal
	Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo.

1.9.1.1.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.9.1.1.02.2.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

1.9.1.1.03.0.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

1.9.1.1.04.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

1.9.1.1.05.0.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Art. 13, § 1º, inciso II)
Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017 (Art. 2º, inciso II); e
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 (Art. 17, inciso II e Art. 24, inciso VII).

1.9.1.1.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 14, I, art. 17-C, §2º, art. 17-I;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

1.9.1.1.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; e
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

1.9.1.1.07.0.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

1.9.1.1.08.0.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal

Amparo Legal:

Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Penal (Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941);
Qualquer outra legislação, desde que tenha sido utilizada como base normativa para a aplicação de multa no âmbito de sentença judicial.

1.9.1.1.09.0.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.9.1.1.10.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV; Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

1.9.1.1.11.0.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil;
Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e
Art. 283 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.1.1.12.0.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

1.9.1.1.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.

1.9.1.1.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, art. 16, §2º.

1.9.1.1.14.0.1. - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

1.9.1.1.15.0.1. - Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

1.9.1.1.15.0.5. - Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

1.9.2.1.01.0.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.2.1.02.0.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

1.9.2.1.03.0.1. - Indenização por Sinistro - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Arts. 757 a 802).

1.9.2.1.04.0.1. - Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, art. 3º-B, inciso III; e
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 28, Inciso III.

1.9.2.1.05.0.1. - Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023 – art. 3º, § 2º, inciso III.

1.9.2.1.06.0.1. - Indenizações auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

1.9.2.1.06.0.5. - Indenizações auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

1.9.2.1.99.0.1. - Outras Indenizações - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.02.0.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal

Amparo Legal:

Parágrafo único do art.15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990;
Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.03.0.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal

Amparo Legal:

Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.2.2.04.0.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal

Amparo Legal:

Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.		1.9.2.3.05.0.5. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Multas
1.9.2.2.05.0.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	1.9.2.3.99.0.1. - Outros Ressarcimentos - Principal
1.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal		Amparo Legal: Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores.
1.9.2.2.06.3.1. - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.	1.9.3.1.01.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal
1.9.2.2.06.4.1. - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores - Principal	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.	Amparo Legal: Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; Demais dispositivos da legislação especial.
1.9.2.2.07.0.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	Amparo Legal: Art. 7º, da Constituição Federal. Artigos 3º, 7º e 8º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Código Processo Civil.	1.9.3.1.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal
1.9.2.2.08.0.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal	Amparo Legal: Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.	Amparo Legal: - Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 – arts. 28 e 29, § 5º - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - art. 27, inc. VII
1.9.2.2.09.0.1. - Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal	Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento.	1.9.3.1.02.2.1. - Valores em Moeda Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal
1.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	Amparo Legal: Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4º e 5º, inciso VI; Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006.	Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e alterações – arts. 27-E e 27-F, e Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021 – art. 14, § 3º
1.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	Amparo Legal: Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5º; Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto nº 6.304, de 12 de dezembro de 2007.	1.9.3.1.03.0.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal
1.9.2.2.11.0.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9.096/1995, art. 30 e seguintes; Lei nº 9.504/1997, art. 30, 30-A e 105; Resolução TSE nº 23.406, de 27.2.2014, art. 57, parágrafo único.	Amparo Legal: Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.
1.9.2.2.12.0.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal		1.9.3.1.04.0.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal
1.9.2.2.13.0.1. - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	Amparo Legal: Art. 25 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012; e Lei nº 12.697, de 30 de julho de 2012.	Amparo Legal: LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, art. 14, § 2º
1.9.2.2.99.0.1. - Outras Restituições - Principal	Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.	1.9.3.1.05.0.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal
1.9.2.3.01.0.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998; Medida Provisória nº 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; e Resolução - RDC nº 18, de 30 de março de 2000.	Amparo Legal: A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.
1.9.2.3.02.0.1. - Ressarcimento de Custos - Principal	Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos.	1.9.3.1.06.0.1. - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal - Principal
1.9.2.3.03.0.1. - Reversão de Garantias - Principal	Amparo Legal: Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.	Amparo Legal: Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, art. 28-A, inciso II; e Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.
1.9.2.3.04.0.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	Amparo Legal: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.	1.9.3.1.07.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor da União em Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores - Principal
1.9.2.3.05.0.1. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Principal		Amparo Legal: Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Decreto nº 11.008, de 25 de março de 2022.
		1.9.3.1.08.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal
		Amparo Legal: - Constituição Federal – Art. 243, parágrafo único - Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 – art. 2º, inc. VI - Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – art. 63-E - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - art. 27, inc. VI
		1.9.3.1.09.0.1. - Recursos dos patrimônios acumulados do PIS/PASEP não reclamados por prazo superior a 20 anos. - Principal
		Amparo Legal: Art. 121 ADCT-CF/88 (inserido pela EC 126/2022); art. 107, § 6º-B ADCT-CF/88; art. 239, § 2º, CF/88
		1.9.3.1.10.0.1. - Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal
		Amparo Legal: Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 32, § 1º.
		1.9.3.1.10.0.5. - Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Multas
		Amparo Legal: Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 32, § 1º.
		1.9.3.1.99.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial - Principal
		Amparo Legal: - Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – art. 25, § 5º, e art. 79 - Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 – art. 138, parágrafo único - Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – art. 63, inc. V, § 1º - Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018 – art. 52, inc. V - Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017 – art. 19, inc. VIII - Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990 – art. 13, inc. V, e parágrafo único - Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 3º, inc. II, alínea "c", e inc. VI. - Demais dispositivos da legislação especial.
		1.9.9.9.01.0.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal
		Amparo Legal: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
		1.9.9.9.03.0.1. - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal
		Amparo Legal: Art. 40 e § 9º do art. 201 da Constituição Federal; Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.
		1.9.9.9.04.0.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal
		Amparo Legal: Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946; Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964; Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964; Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.	1.9.9.9.22.0.5. - Valores não tributários auferidos pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas
1.9.9.9.05.0.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	Amparo Legal: Lei nº 12.473, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.
Amparo Legal: Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações; Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II), com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.	1.9.9.9.99.1.1. - Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal
1.9.9.9.06.0.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	Amparo Legal: Legislação específica de cada receita.
Amparo Legal: Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.	1.9.9.9.99.2.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal
1.9.9.9.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
Amparo Legal: Resolução CNSP nº 332, de 2015; e Resolução CNSP nº 371, de 2018.	1.9.9.9.99.3.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal
1.9.9.9.08.2.1. - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT - Principal	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.
Amparo Legal: Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019.	2.1.1.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal
1.9.9.9.09.0.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.
Amparo Legal: Art. 16-C, § 11, e art. 24, § 4º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; e Art. 39 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.	2.1.1.1.03.0.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal
1.9.9.9.10.0.1. - Reserva Global de Reversão - Principal	Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 184; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; e Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.
Amparo Legal: Art. 4º, § 6º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971; Art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e Decreto nº 774, de 18 de março de 1993.	2.1.1.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal
1.9.9.9.11.0.1. - Variação Cambial - Principal	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Amparo Legal: ;	2.1.1.3.01.0.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal
1.9.9.9.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	Amparo Legal: Art. 148 da Constituição Federal
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, art. 1º; Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, parágrafo único.	2.1.1.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal
1.9.9.9.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000
Amparo Legal: Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.	2.1.2.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal
1.9.9.9.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.
Amparo Legal: Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II; Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.	2.1.2.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal
1.9.9.9.15.0.1. - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.
Amparo Legal: Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.	2.1.2.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal
1.9.9.9.16.1.1. - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Principal	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.
Amparo Legal: Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (art. 6º, §5º); Lei nº 9.469/1997 (art. 1º c/c art. 4º-A) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (art. 211); Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995;	2.1.2.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal
1.9.9.9.17.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.
Amparo Legal: Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.	2.2.1.1.01.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal
1.9.9.9.18.0.1. - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 32, § 2º. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.
Amparo Legal: Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, art. 30.	2.2.1.1.02.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Permanentes - Principal
1.9.9.9.19.0.1. - Receitas de Subvenções - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 32, § 2º. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.
Amparo Legal: Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.	2.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal
1.9.9.9.20.0.1. - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal	Amparo Legal: Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.
Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.	2.2.1.2.02.0.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal
1.9.9.9.21.0.1. - Resultado Positivo nas Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE - principal	Amparo Legal: Decreto nº 4.514, de 13 de dezembro de 2002.
Amparo Legal: Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 – art. 4º, § 13; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – art. 4º; Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004; e Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018 – ANEEL – art. 7º.	2.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal
1.9.9.9.22.0.1. - Valores não tributários auferidos pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal	Amparo Legal: Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.
Amparo Legal: Lei nº 12.473, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.	2.2.1.2.04.0.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal
	Amparo Legal: Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.
	2.2.1.3.01.0.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 17, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; e Art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.</p>	<p>Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.</p>
<p>2.2.2.1.01.0.1. - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal</p>	<p>2.4.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44; Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º; Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12; e Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".</p>
<p>2.2.2.1.02.0.1. - Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal</p>	<p>2.4.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Não se aplica</p>
<p>2.2.3.1.01.0.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal</p>	<p>2.4.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>2.3.1.1.01.0.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal</p>	<p>2.4.4.1.99.0.1. - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Resolução do Senado Federal nº 20, de 1991, e Portarias MF nºs 211, de 1995 e 167, de 1997 - BEA; Resolução do Senado Federal nº 96, de 1993, e Portarias MF nºs 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".</p>
<p>2.3.1.1.02.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal</p>	<p>2.4.5.1.01.0.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000; e Contratos específicos.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>2.3.1.1.03.0.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal</p>	<p>2.4.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>2.3.1.1.04.0.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal</p>	<p>2.4.6.1.99.0.1. - Outras Transferências do Exterior - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Resolução do Senado Federal nº 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nºs 90 e 132, ambas de 1993.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".</p>
<p>2.3.1.1.05.0.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal</p>	<p>2.4.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>2.3.1.1.06.0.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal</p>	<p>2.4.9.1.99.0.1. - Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".</p>
<p>2.3.1.1.07.1.1. - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal</p>	<p>2.4.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>2.3.1.1.07.2.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal</p>	<p>2.4.9.9.99.0.1. - Outras Transferências de Capital - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Não se aplica</p>
<p>2.3.1.1.07.3.1. - Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal</p>	<p>2.9.1.1.01.0.1. - Integralização de Capital Social - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001; Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009; Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Estatuto do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC; e Estatuto 1-2018 - Estatuto do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.</p>
<p>2.4.1.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal</p>	<p>2.9.2.1.01.0.1. - Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008; Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.</p>
<p>2.4.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal</p>	<p>2.9.2.1.02.0.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Não se aplica</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008; Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.</p>
<p>2.4.2.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal</p>	<p>2.9.3.1.01.0.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Constituição Federal de 1988, art. 164, § 3º; Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, art. 1º; Medida Provisória nº 2.179, de 24 de agosto de 2001; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Lei nº 9.027, de 12 de abril de 1996; Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, arts. 5º e 7º.</p>
<p>2.4.2.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal</p>	<p>2.9.4.1.01.0.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal</p>
<p>Amparo Legal:</p> <p>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".</p>	<p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Decreto nº 1.019, de 23 de dezembro de 1993; Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994; e Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.</p>
<p>2.4.2.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p> <p>Não se aplica</p>	
<p>2.4.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal</p>	
<p>Amparo Legal:</p>	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

2.9.9.9.99.0.1. - Outras Receitas de Capital - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

7.1.1.1.01.0.1. - Imposto sobre a Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.1.02.0.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.01.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.02.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.3.1. - IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Decreto no 5.533, 06 de setembro de 2005.

7.1.1.3.03.4.1. - IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.5.01.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.5.02.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.9.99.0.1. - Outros Impostos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.2.1.01.0.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 9.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.785, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

7.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alínea "F" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alínea "F" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.3.V. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "F" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.4.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "F" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.03.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

7.1.2.1.04.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, arts. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

7.1.2.1.05.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º; e
MPV nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - art. 39.

7.1.2.1.06.0.1. - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.2.1.07.0.1. - Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 37.

7.1.2.1.08.0.1. - Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 32, caput e § 5º.

7.1.2.1.08.0.5 - Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 32, caput e § 5º.

7.1.2.1.09.0.1. - Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50.

7.1.2.1.09.0.5. - Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50.

7.1.2.2.01.0.1. - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.2.2.02.0.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 98, § 2º; e
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

7.1.3.1.99.0.1. - Outras Contribuições de Melhoria - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.01.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.01.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.02.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.02.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

7.2.1.1.49.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.49.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.01.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.01.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.02.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.02.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.49.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.49.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.01.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.01.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.02.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.02.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.49.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.49.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.01.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.02.0.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.49.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.01.1.1. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

7.2.1.5.01.1.5. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Vide código de receita principal.

7.2.1.5.01.2.1. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
CF/88, art. 40;
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.
7.2.1.5.01.2.5. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Vide código de receita principal.

7.2.1.5.01.3.1. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
CF/88, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.
7.2.1.5.01.3.5. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Vide código de receita principal.
7.2.1.5.01.4.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.
7.2.1.5.01.4.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

7.2.1.5.01.5.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

7.2.1.5.01.5.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Vide código de receita principal.

7.2.1.5.01.6.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

7.2.1.5.01.6.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Vide código de receita principal.

7.2.1.5.02.1.1. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 40;
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º; e
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º.

7.2.1.5.02.1.5. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Vide código de receita principal.

7.2.1.5.02.2.1. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

7.2.1.5.02.2.5. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Vide código de receita principal.

7.2.1.5.03.0.1. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.03.0.5. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Vide código de receita principal.

7.2.1.5.04.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.04.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.04.3.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.05.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.05.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.01.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.02.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.04.2.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

7.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.06.2.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.07.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.

7.2.1.7.07.2.1. - Contribuição sobre Loteria de AQF - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.

7.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; e
Portaria nº 20.749, de 17 de setembro de 2020.

7.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

7.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 8º, inciso IV;
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, inciso I, alínea "d", e inciso II, alínea "e";
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e
Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.

7.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, art. 1º (Criação da Contribuição);
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
Lei nº 13.332, de 11 de dezembro de 2019, art. 12 (Extinção da Contribuição);
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994;
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e
Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).

7.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º (Criação da Contribuição);
Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º, § 2º (Estabelece a vigência da contribuição);
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e
Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).

7.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º;
Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005, Art. 31, III; e
Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º

7.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º; e
Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º, e art. 2º, inciso I.

7.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.

7.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.10.1.5. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

7.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.99.1.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.02.0.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.03.0.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e
Decreto nº 96.983, de 17 de outubro de 1988.

7.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

MP nº 2.228-1, de 06 de setembro 2001, arts. 32, 33, 35, 36, 38, 47 e 48; e
Arts. 2º a 4º, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.2.2.1.05.0.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º;
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º, e art. 17, § 1º;
Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; e
Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.

7.2.2.1.06.0.1. - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001;
Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004;
Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e
Decreto nº 7.204, de 8 de junho de 2010.

7.2.2.1.07.0.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, Art. 6º, inciso IV; e
Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022.

7.2.2.1.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; art. 4º, inciso III; e
Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

7.2.2.1.10.0.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, art. 32, §§ 7º, 8º e 10.

7.2.2.1.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º §§ 3º e 4º, inciso II; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

7.2.2.1.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11, § 1º; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

7.2.2.1.12.1.1. - Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, e art. 2º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º, c.c. Lei nº 14.600, de 2023, arts. 25, 70 e 71; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º

7.2.2.1.12.2.1. - Contribuição Relativa às Atividades Rurais em Imóveis Sujeitos ao ITR – CIDE Atividade Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, art. 2º e art. 5º;
- Lei nº 2.613, de 1955, arts. 6º e 7º;
- Decreto-Lei nº 1.989, de 1982, art. 1º;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º;
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º

7.2.2.1.13.0.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 2, e art. 3º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º, § 4º;
- Lei Complementar nº 11, de 1971, art. 15, inciso II;
- Lei nº 7.787, de 1989, art. 3º, § 1º;
- Lei nº 8.213, de 1991, art. 138;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º

7.2.2.1.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

7.2.3.1.00.0.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.1.1.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

7.3.1.1.01.2.1. - Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, art. 92;
Decreto-Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015);
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.

7.3.1.1.02.0.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (art. 13, inciso II, §1º), no caso da CDE/ANEEL;
- Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967;
- Código Civil, art. 1.370;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- Portaria Interministerial MP-MMA nº 436, de 2 de dezembro de 2009; e
- Art. 12, § 2º, do Decreto nº 7.154, de 9 de abril de 2010.

7.3.1.1.99.0.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

7.3.2.1.01.0.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º.
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, III; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.02.0.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, art. 9º, caput e §6º;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º; e Legislação específica para demais casos que venham a surgir.

7.3.2.1.03.0.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.05.0.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.1.06.0.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.2.01.0.1. - Dividendos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.3.01.0.1. - Participações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.9.99.0.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.1.01.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "e";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.02.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; art. 22; art. 25; e art. 77, II;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.
Destinação:
Lei nº 10.233, de 2001, art. 77, II; e
Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

7.3.3.1.03.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.1.04.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.1.05.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.02.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal. Lei No 10.233/2001, art. 22, II, art. 25 e art. 77, II

Destinação:

Lei No 10.233/2001, art. 77, II; e
Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

7.3.3.2.03.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.04.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.

7.3.3.3.01.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.3.01.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

7.3.3.3.02.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.03.1.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.3.04.1.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alínea "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.3.05.0.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

FISTEL: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
CT-Espacial: Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007;
CT-Infra: Art. 3º-A do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
FUST: Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000;
FNC - FSA: Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e
Anatel: art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;

7.3.3.3.06.1.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.99.1.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.3.99.2.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

FISTEL: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
CT-Espacial: Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007;
CT-Infra: Art. 3º-A do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
FUST: Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000;
FNC - FSA: Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e
Anatel: art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;

7.3.3.4.01.0.1. - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.9.01.0.1. - Outorga de Loteria de Aposta de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 12.

7.3.3.9.01.0.5. - Outorga de Loteria de Aposta de Quota Fixa - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 12.

7.3.3.9.02.0.1. - Outorga de Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, art. 28, § 1º.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

7.3.3.9.02.0.5. - Outorga de Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, art. 28, § 1º.

7.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012).

7.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3o e art. 2o, III.

7.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

7.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

7.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação dada pela Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

7.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

7.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47 e 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

7.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47 e 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

7.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012).

7.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso III, e 3º.

7.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso III, e 3º.

7.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I, e §3º.

7.3.4.1.05.0.1. - Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º, e

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º.

7.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º;
Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

7.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, com redação dada pela Lei nº 12.734/2012; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso I, e § 3º.

7.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, com redação dada pela Lei nº 12.734/2012; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso I, e § 3º.

7.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.3.01.4.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Projeto de Lei nº 5478, de 2019.

7.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.4.01.0.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.4.02.0.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017).

7.3.4.5.01.0.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;
Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

7.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22º; e
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

7.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

7.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.6.03.0.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.9.01.0.1. - Compensações Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

7.3.5.1.02.0.1. - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 - art. 29;
Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022;
Resolução Normativa IBRAM nº 15, de 14 de março de 2022;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

7.3.5.1.04.0.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º; e
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

7.3.6.1.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

7.3.6.1.01.2.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

7.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, Art. 18, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, Art. 16, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.7.1. - Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35, com alterações promovidas pela Lei nº 14.790/2023, art. 51.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.99.0.1. - Outras Receitas Patrimoniais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.4.1.1.01.0.1. - Receita Agropecuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.5.1.1.01.0.1. - Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.5.1.1.02.1.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

7.5.1.1.02.1.5. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

7.5.1.1.02.2.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.

7.5.1.1.02.2.5. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.

7.6.1.1.01.0.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.1.1.02.0.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.1.1.03.0.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.058, de 19 de agosto de 1983;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN Nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

7.6.1.1.04.0.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.1.1.05.0.1. - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alínea "j" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso II do art. 8º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.6.2.1.01.1.1. - Serviços de Navegação Aérea - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.01.2.1. - Serviços de Navegação Naval - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.02.0.1. - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.03.0.1. - Serviços Portuários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.3.1.01.0.1. - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

7.6.3.2.01.0.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.4.1.01.0.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e
Legislação correlata.

7.6.4.1.02.0.1. - Concessão de Avals, Garantias e Seguros - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.4.1.03.0.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.9.99.0.1. - Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.7.1.7.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ªA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

7.7.2.4.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.2.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.2.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

7.7.5.9.99.0.1. - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo.

7.9.1.1.02.2.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

7.9.1.1.03.0.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

7.9.1.1.04.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

7.9.1.1.05.0.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Art. 13, § 1º, inciso II) Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017 (Art. 2º, inciso II); e Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 (Art. 17, inciso II e Art. 24, inciso VII).

7.9.1.1.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 14, I, art. 17-C, §2º, art. 17-J; Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

7.9.1.1.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; e Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

7.9.1.1.07.0.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

7.9.1.1.08.0.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008; Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015; Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Penal (Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941); Qualquer outra legislação, desde que tenha sido utilizada como base normativa para a aplicação de multa no âmbito de sentença judicial.

7.9.1.1.09.0.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.9.1.1.10.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV; Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

7.9.1.1.11.0.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.1.1.12.0.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

7.9.1.1.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.

7.9.1.1.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, art. 16, §2º.

7.9.1.1.14.0.1. - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

7.9.1.1.15.0.1. - Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

7.9.1.1.15.0.5. - Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

7.9.2.1.01.0.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

7.9.2.1.02.0.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

7.9.2.1.03.0.1. - Indenização por Sinistro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Arts. 757 a 802).

7.9.2.1.04.0.1. - Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, art. 3º-B, inciso III; e Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 28, inciso III.

7.9.2.1.05.0.1. - Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023 – art. 3º, § 2º, inciso III.

7.9.2.1.06.0.1. - Indenizações auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

7.9.2.1.06.0.5. - Indenizações auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

7.9.2.1.99.0.1. - Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

7.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.02.0.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.03.0.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.04.0.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.05.0.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.9.2.2.06.3.1. - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.

7.9.2.2.06.4.1. - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.

7.9.2.2.07.0.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.08.0.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.09.0.1. - Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento.
7.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.2.11.0.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.2.12.0.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.2.13.0.1. - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.2.99.0.1. - Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007; Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 6.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.
7.9.2.3.01.0.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.3.02.0.1. - Ressarcimento de Custos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 119, art. 41-B-A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ; Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004
7.9.2.3.03.0.1. - Reversão de Garantias - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.3.04.0.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.3.05.0.1. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.3.05.0.5. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Multas - Operações Intraorçamentárias
7.9.2.3.99.0.1. - Outros Ressarcimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.3.1.01.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; Demais dispositivos da legislação especial.
7.9.3.1.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: - Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 – arts. 28 e 29, § 5º - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - art. 27, inc. VII
7.9.3.1.02.2.1. - Valores em Moeda Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e alterações – arts. 27-E e 27-F, e Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021 – art. 14, § 3º.
7.9.3.1.03.0.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.3.1.04.0.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, art. 14, § 2º
7.9.3.1.05.0.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.
7.9.3.1.06.0.1. - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.3.1.07.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor da União em Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.3.1.08.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.3.1.09.0.1. - Recursos dos patrimônios acumulados do PIS/PASEP não reclamados por prazo superior a 20 anos. - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 121 ADCT-CF/88 (inserido pela EC 126/2022); art. 107, § 6º-B ADCT-CF/88; art. 239, § 2º, CF/88

7.9.3.1.10.0.1. - Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 32, § 1º.
7.9.3.1.10.0.5 - Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Multas - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 32, § 1º.
7.9.3.1.99.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.01.0.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.02.0.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011.
7.9.9.9.03.0.1. - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 40 e § 9º do art. 201 da Constituição Federal; Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.
7.9.9.9.04.0.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.05.0.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.06.0.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Resolução CNSP nº 332, de 2015; e Resolução CNSP nº 371, de 2018.
7.9.9.9.08.2.1. - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.09.0.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.10.0.1. - Reserva Global de Reversão - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.11.0.1. - Variação Cambial - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.
7.9.9.9.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: - Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II; - Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e - Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.
7.9.9.9.15.0.1. - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.16.1.1. - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (art. 6º, §5º); Lei nº 9.469/1997 (art. 1º c/c art. 4º-A) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995;
7.9.9.9.17.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.18.0.1. - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.19.0.1. - Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal
Amparo Legal: Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.
7.9.9.9.20.0.1. - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.21.0.1. - Resultado Positivo nas Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE - principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

7.9.9.9.22.0.1. - Valores não tributários auferidos pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.473, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

7.9.9.9.22.0.5. - Valores não tributários auferidos pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.473, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

7.9.9.9.99.1.1. - Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.99.2.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

7.9.9.9.99.3.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

8.1.1.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.1.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

8.1.1.1.03.0.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 184; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; e Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.

8.1.1.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

8.1.1.3.01.0.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.1.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.2.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.2.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.2.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.1.01.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.1.02.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Permanentes - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPm - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.2.02.0.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.2.04.0.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.3.01.0.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.2.1.01.0.1. - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44; Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º; Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12; e Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.

8.2.2.1.02.0.1. - Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.

8.2.3.1.01.0.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.01.0.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.02.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.03.0.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.04.0.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.05.0.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8.3.1.1.06.0.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.1.1.07.1.1. - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.07.2.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.07.3.1. - Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.1.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.2.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.2.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.2.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.4.1.99.0.1. - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.5.1.01.0.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.6.1.99.0.1. - Outras Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.9.1.99.0.1. - Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.9.9.99.0.1. - Outras Transferências de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.1.1.01.0.1. - Integralização de Capital Social - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

8.9.2.1.01.0.1. - Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;

Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

8.9.2.1.02.0.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;

Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

8.9.3.1.01.0.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.4.1.01.0.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.9.99.0.1. - Outras Receitas de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Ações Orçamentárias padronizadas da União

0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Constituição Federal, art. 100 e Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, arts. 513 a 527 - Execução de sentenças cíveis com obrigação de pagar; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, arts. 876 a 892 - Execução de sentenças trabalhistas; LRF - Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, art. 50, III - Estatais dependentes estão obrigadas a obedecer as normas de contabilidade pública.
0029 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0030 Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0031 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0044 Transferência ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159) Constituição Federal, art. 159, inciso I, alínea "a" (Da repartição das repartições tributárias) e Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989
0045 Transferência ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159) Constituição Federal, art. 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e"; Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989 e Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997 (Da repartição das repartições tributárias).
0046 Transferência da cota-parte dos Estados e DF exportadores na arrecadação do IPI (CF, Art. 159) Constituição Federal, art. 159, inciso II e §2º (Da repartição das repartições tributárias); Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989 (Participação dos estados e DF na arrecadação do IPI, relativamente às exportações).
006M Transferência do imposto territorial rural - ITR Constituição Federal, art.158, inciso II (Da repartição das repartições tributárias) e art. 153, § 4º, inciso III.
009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
009W Compensação Previdenciária Lei 9.796, de 05 de maio de 1999; Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei 10.666, de 08 de maio de 2003, art. 12.
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil, Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 32
00G5 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor Constituição Federal, art. 100. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
00H4 Seguro Desemprego Art. 7º, inciso II, da Constituição Federal; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001; Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002; e Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015.
00H6 Transferência do imposto sobre operações financeiras incidentes sobre o ouro - IOF Ouro Constituição Federal, art.153, §5º (Prevê a repartição do IOF-Ouro); Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989 (Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e seu tratamento tributário).
00NR Manutenção das Polícias Civil, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020
00NT Outros Benefícios das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 2º e 32; Lei 8.069, de 13 de julho de 1190, art. 54, inciso IV; e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001, em vigor por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001
00OM Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) Lei nº 12.855, de 2/9/2013
00PX Transferência de Parcela dos Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, de Foro e de Laudêmio e da Receita Patrimonial Decorrente da Alienação de Imóveis Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Lei nº 13.240, de 30 dezembro de 2015; e Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.
00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
00QY Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 642. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.
00RS Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos do FCDP Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.

00S6 Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 Benefício Especial - Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, art. 3º, § 1º.
00SJ Benefícios Previdenciários CF/88, art. 201; Leis nº 8.212/91, nº 8.213/91 e nº 10.666/03; e Decreto nº 3.048/99.
00UX Demais Aposentadorias e Complementações Servidores inativos e pensionistas do MS - Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, art. 27; Extinta VIFER - Lei 3.887, de 8 de fevereiro de 1961; RFFSA - Leis nº 8.186, de 21 de maio de 1991 e nº 10.478, de 28 de maio de 2002; Extinto IPC - Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997; Estatutários - Decretos-Lei nºs 3.768, de 28 de outubro de 1941, e 6.209, de 19 de janeiro de 1944, e Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950; e ECT - Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992.
00WU Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite Constituição Federal, art. 100, § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que instituiu o Novo Regime Fiscal Sustentável. Decisão do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIs nºs 7047 e 7064, ambas de 2023. Art. 32, II do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLN nº 3, de 2024).
00WW Pessoal Ativo dos Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal Inciso XIV, do art. 21, da CRFB 1988, combinado com o inciso XIV, do art. 12, do PLN 03, de 2024 (PLDO 2025)
00WX Pessoal Ativo dos Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal Inciso XIV, do art. 21, da CRFB 1988, combinado com o inciso XIV, do art. 12, do PLN 03, de 2024 (PLDO 2025)
00WY Pessoal Ativo das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Inciso XIV, do art. 21, da CRFB 1988, combinado com o inciso VI, do art. 12, do PLN 03, de 2024 (PLDO 2025)
00X3 Compensação Financeira entre o RPPSU e os demais RPPS dos entes federados Constituição Federal de 1988, art. 201, parágrafo 9º; LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999; DECRETO Nº 10.188, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.
0179 Pensões Militares da União Constituição Federal, art. 21, inciso XIV. Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 (extinto Território Federal de Rondônia). Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 (extinto Estado da Guanabara) (extinto Estado da Guanabara); artigo 14, do ADCT, (ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima). Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (extinto Território Federal do Acre). Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002. Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
0181 Aposentadorias e Pensões Cíveis da União Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
0223 Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º) Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º e Lei nº 9478, de 6 de agosto de 1997.
0312 Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
0369 Transferência das Quotas Estadual e Municipal do Salário-Educação Constituição Federal de 1988, art. 212, §§ 5º e 6º; Lei 9.766 de 18 de dezembro de 1998; Lei 11.457, de 16 de março de 2007, art. 3º, §6º; Decreto 6.003, de 28 de dezembro de 2006.
0534 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO) Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0536 Benefícios de Legislação Especial Montepio Civil: Decreto nº 942 A, de 31 de outubro de 1890; Vítimas da Talidomida: Lei nº 7.070, de 1982 e Lei nº 8.686, de 1993; Hemodíálise de Caruaru: Lei nº 9.422, de 1996; Césoio 137: Lei nº 9.425, de 1996; Acidente de Alcântara: Lei 10.821, de 2003; Hanseníase: Lei nº 11.520, de 2007; Jogadores das Seleções de Futebol de 1958, 1962 e 1970: Lei nº 12.663, de 2012; Indenização a Viúvas: Lei nº 1.593, de 1952; Lei nº 3.130, de 1957; Lei nº 5.598, de 1970; Pensão a dependentes de vítimas de acidentes: Lei nº 6.467, de 1977; Lei nº 6.929, de 1981; Lei nº 9.599, de 1997; Veteranos da Revolução Acreana: Lei nº 3.951, de 1960; Indenização a dependentes de vítima em dependência da Polícia Federal: Lei nº 9.305, de 1996; Zika Virus: Lei nº 13.985/2020; Pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez: Lei Nº 14.765, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023 Pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio: LEI Nº 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 entre outras.
0546 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º) Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º e Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17.
0547 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º) Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º e Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 2º.
0581 Abono Salarial Art. 239, § 3º, da CF, combinado com o art. 9º da Lei n.º 7.908/90.
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor CF/88, art. 100, § 3º e Lei 10.259, de 2001, art. 17, § 1º, Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

0643 Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001) Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.
0739 Indenização a Anistiados Políticos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 8º; Lei nº 6.583, de 28 de agosto de 1979; Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002; e Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.
0999 Transferência de repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Combustíveis Constituição Federal, art.159, inciso III (Da repartição das repartições tributárias); Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (Institui a CIDE-Combustíveis e dá outras providências).
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
0A53 Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997) Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º, Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997, arts. 48, 49 e 50, Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, e Decreto nº 2.705 de 3 de agosto de 1998, arts. 35 e 35-A.
0C03 Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39) Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, art. 39, inciso II, alíneas "a" e "b" e § 1º.
0C33 Transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB Constituição Federal de 1988, art.212-A (Prevê a existência do FUNDEB); Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Regulamenta a previsão constitucional do FUNDEB); Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021 (Regulamenta a Lei nº 14.113/2020).
0EC7 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios relativos à complementação da União ao Fundef) Emenda Constitucional nº 114, de 2021, Art. 4º
0Z00 Reserva de Contingência - Financeira Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III.
0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III, alínea "b"; e LDO de cada exercício.
0Z05 Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória, exceto destinadas a ações e serviços públicos de saúde Constituição Federal, art. 166, §§ 9º e 12.
0Z08 Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória destinadas a ações e serviços públicos de saúde Lei nº 14436, de 9 de agosto de 2022
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Servidores civis e empregados públicos: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 206-A, 230 - geral; Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 - para exames periódicos; acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes; demais legislações específicas; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, Inciso IV, alínea e), e art. 50-A – para assistência médica aos militares; Lei nº 13.954, de 16 de novembro de 2019, Art. 13, Inciso II; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 25 – para contribuição própria dos militares; e Decreto nº 92.512, de 02 de abril 1986 – tanto para assistência médica quanto para respectivas contribuições dos militares; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei 10.486, de 04 de julho de 2002, arts. 32 e 65 e Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, arts. 99 e 100.
20TP Ativos Civis da União Constituição Federal, art. 21, inciso XIV; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002; Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes Para todos os benefícios obrigatórios: Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo que contempla as despesas que não estão sujeitas à limitação de empenho, conforme disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Auxílio-Alimentação: - Servidores civis e empregados públicos: Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, art. 22 - geral; e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, Inciso IV, alínea g; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, alínea e, art. 3º, inciso XIII e Anexo IV, Tabela III; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, Seção V; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea e, art. 3º, Inciso XIII, art. 65, Anexo IV, Tabela III.
Auxílio-Transporte: - Servidores civis e empregados públicos: Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001 (geral); - Militares das Forças Armadas: Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, art. 11; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alínea b, art. 3º, inciso X e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea b, art. 3º, X, e art. 65.
Assistência Pré-Escolar: - Geral: Constituição Federal de 1988 art. 7º, inciso XXV; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 54, inciso IV;

- Servidores civis: Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993; - Empregados públicos: Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), art. 389, §§ 1º e 2º, e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea b; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea a, art. 3º, X, e art. 65.
Auxílios funeral e natalidade: - Servidores civis: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 196 e 226; - Empregados públicos: acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea f; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas f e h, art. 3º, Incisos XIV e XVI, e Anexo IV, Tabelas IV e V; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alíneas g e i, art. 3º, Incisos XV e XVII, art. 65, e Anexo IV, Tabelas IV e VI.
Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa: - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea h; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas d, art. 3º, Inciso XII, e Anexo IV, Tabelas II; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea d, art. 3º, XII, art. 65, e Anexo IV, Tabela II.
Indenização de Representação no Exterior - IREx e Auxílio-Familiar no Exterior: Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art. 8º, inciso III, alíneas a e b.
Salário-Família: - Geral: CF art. 7º, inciso XII; - Servidores Civis: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso I, alínea c, e art. 197; - Militares das Forças Armadas: Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea c; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea c, art. 65.
Auxílio-reclusão: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso II, alínea c, e art. 229.
214H Inativos Militares da União Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIV; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 14 - ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima; Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 - extinto Território Federal de Rondônia; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 - extinto Estado da Guanabara; Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019; Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020; Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 - extinto Território Federal do Acre; Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002; Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001; Portaria normativa nº 31/GM-MD, de 24 de maio de 2018; Portaria Normativa nº 37/GM-MD, de 14 de junho de 2018.
21BW Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.
21BX Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017
21EP Retribuição no Exterior Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.
21EZ Auxílio-Moradia dos Militares dos ex-Territórios Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 e Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002.
2867 Ativos Militares da União Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 65. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.
Demais Ações Orçamentárias, por Unidade Orçamentária
01101 Câmara dos Deputados
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica LDO/2024, art. 12, inciso XVI, "b". Resolução da Câmara dos Deputados nº. 12, de 23 de junho de 2009.
00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica LDO/2024, art. 12, inciso XV, "b". Decreto Legislativo nº 6, de 21/3/1998 c/c Decreto nº 97.212, de 12/12/1988; Decreto Legislativo nº 90, de 1992; e Resoluções da Câmara dos Deputados nºs. 28 de 22/6/55; e 29 de 22/12/2004.
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica LDO/2024, art. 12, inciso XVI, "b". Ato da Mesa nº. 48 de 7/7/2009; Resolução nº. 2 de 2007-CN.
0531 Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal Lei 9.506/97 - art. 6º

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

10S2 Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados Constituição Federal, art. 51, inciso IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 15, inciso XVII.	20G2 Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.
12F2 Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 15, inciso XVII e 266, Parágrafo Único.	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Resolução CNJ n. 274, de 18 de dezembro de 2018; Resolução STJ/GP n. 6, de 21 de março de 2023, e Instrução Normativa STJ/GP n. 12, de 21 de março de 2023.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e Ato da Mesa nº 104, de 1988.	4236 Apreciação e Julgamento de Causas Constituição Federal, arts. 104 e 105, art. 37, incisos de X a XV, art. 39 § 1º, Lei 10.474/02; Lei nº 10.461/02; Resolução CNJ nº 232; e Resolução CNJ nº 85.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, art. 21; Ato da Mesa nº 199, de 9 de agosto de 2021, Anexo VI; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 21-J.	12101 Justiça Federal de Primeiro Grau
4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 265.	102S Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE CF 88 - art. 99
01901 Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	11JL Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR CF/88, art. 99.
4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 265.	11KR Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC CF/88, art. 99.
02101 Senado Federal	11KU Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Joinville - SC CF/88, Art. 99.
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL); Resolução nº 3/2011 União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS); Ato da Comissão Diretora nº 38/1997	12R9 Construção do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais) CF/88, art. 99.
00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica União Interparlamentar: Resolução do Senado Federal nº 9/1955 Parlamento Latino Americano: Decreto Legislativo CN nº 90/1992 e Decreto nº 97.212/1988	12RE Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO Constituição Federal de 1988, Art. 99.
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XV. Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento (ASGP): Ato da Comissão Diretora nº 5/2003 Parlamentárcas: Resolução nº 2/2007 - CN	12RS Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT Art. 99 da CF/1988.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Ato do Terceiro-Secretário nº 01, de 2010, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nº 4584, de 16 de novembro de 2010. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	12SO Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL CF/88, art. 99.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010	13M3 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arcoverde - PE Art. 99 da CF/1988.
4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Constituição Federal, arts. 52 e 59.	14YJ Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Parnaíba - PI Constituição Federal de 1988, art. 99.
03101 Tribunal de Contas da União	15YW Construção de Galpão para Arquivo, Depósito e Almoxarifado da Seção Judiciária em Aracaju - SE Art. 99 da CF/88.
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Arts. 70, 71, 72 e 73, Constituição Federal, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).	160V Construção do Edifício-Anexo I da Seção Judiciária em Porto Velho - RO Art. 99 da CF/88.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	160W Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Balsas - MA Art. 99 da CF/88.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010; Art. 18 da Resolução-TCU n.º 284, de 30 de dezembro de 2016.	166D Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Niterói - RJ CF/88, art. 99
4018 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais Arts. 70, 71, 72 e 73, Constituição Federal, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).	166E Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Alagoinhas - BA CF/88, art. 99
10101 Supremo Tribunal Federal	166J Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Viçosa - MG CF/88, Art. 99
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Compromisso internacional do qual o Brasil é parte integrante. - Comissão de Veneza: Ofício AIN n. 13 /2008/STF, de 3 de novembro de 2008 e Ofício S/IN do MRE, de 28 de maio de 2009. - Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional (WCCJ): Correspondência JdemJU29 – CdB/Inj e Carta do Presidente do STF, de 12 de fevereiro 2012. - Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP): Ata de reunião da IV Assembleia da CJCPLP, realizada no dia 8 de abril de 2016, no Supremo Tribunal Federal.	1J08 Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Naviraí - MS CF/88, art. 99
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/79 - LOMAN. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/90. Art. 50, inciso II da Lei nº 8625/93 - LONMP; Art. 227 da Lei Complementar nº 75/93.	1N39 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campo Mourão - PR Constituição Federal/88 Art. 99
6359 Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal Constituição Federal de 1988, art. 102.	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
11101 Superior Tribunal de Justiça	219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
14PU Construção do Bloco G da Sede do STJ Artigos 99 e 105 da Constituição Federal	219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União CF/88, Art. 99.
157T Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.	4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
15SY Construção do Edifício-Sede do CEFOR Constituição Federal, art. 39, § 2º	4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
	12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região
	11RV Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF CF/88, Art. 99.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<div> <div>216H</div> <div>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</div> </div> </div>	<div> <div>4257</div> <div>Julgamento de Causas na Justiça Federal</div> <div> <div>CF/88, Artigos 99, 106 a 110.</div> </div> </div>
<div> <div>219I</div> <div>Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).</div> </div> </div>	<div> <div>13101</div> <div>Justiça Militar da União</div> </div>
<div> <div>219Z</div> <div>Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União</div> <div> <div>CF/88, Art. 99</div> </div> </div>	<div> <div>216H</div> <div>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Art. 65, II da Lei Complementar nº 35/79. Art. 227, VIII, da Lei Complementar nº 75/93. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</div> </div> </div>
<div> <div>4224</div> <div>Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	<div> <div>4225</div> <div>Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União</div> <div> <div>Constituição Federal, arts. 122 a 124.</div> </div> </div>
<div> <div>4257</div> <div>Julgamento de Causas na Justiça Federal</div> <div> <div>CF/88, Artigos 99, 106 a 110.</div> </div> </div>	<div> <div>7808</div> <div>Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar</div> <div> <div>CF/88 - art. 99.</div> </div> </div>
<div> <div>12103</div> <div>Tribunal Regional Federal da 2a. Região</div> </div>	<div> <div>14101</div> <div>Tribunal Superior Eleitoral</div> </div>
<div> <div>216H</div> <div>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</div> </div> </div>	<div> <div>00SP</div> <div>Contribuição Voluntária ao Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral – IDEIA</div> <div> <div>- Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>- Decreto nº 8.715, de 19 de abril de 2016 (Promulga os Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEIA, com sede em Estocolmo, Suécia);</div> <div>- Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).</div> </div> </div>
<div> <div>219Z</div> <div>Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União</div> <div> <div>CF/88, Art. 99.</div> </div> </div>	<div> <div>00SQ</div> <div>Contribuição Voluntária ao Fundo de Missões de Observação Eleitoral do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da OEA – DECO</div> <div> <div>Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>Decreto nº 6.627, de 3 de novembro de 2008 (Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2006);</div> <div>Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).</div> </div> </div>
<div> <div>4224</div> <div>Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	<div> <div>00SR</div> <div>Contribuição Voluntária ao Instituto Interamericano de Direitos Humanos da UNIORE - IIDH</div> <div> <div>Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>Ata Constitutiva da UNIORE, subscrita em 22 de outubro de 1991;</div> <div>Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).</div> </div> </div>
<div> <div>4257</div> <div>Julgamento de Causas na Justiça Federal</div> <div> <div>CF/88, Artigos 99, 106 a 110.</div> </div> </div>	<div> <div>20GP</div> <div>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</div> <div> <div>Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;</div> <div>Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;</div> <div>Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.</div> </div> </div>
<div> <div>12104</div> <div>Tribunal Regional Federal da 3a. Região</div> </div>	<div> <div>216H</div> <div>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</div> </div> </div>
<div> <div>219Z</div> <div>Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União</div> <div> <div>CF/88, Art. 99.</div> </div> </div>	<div> <div>216H</div> <div>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;</div> <div>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.</div> </div> </div>
<div> <div>4224</div> <div>Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	<div> <div>219I</div> <div>Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>Lei nº 12.232, de 29/04/2010 - Normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade.</div> </div> </div>
<div> <div>4257</div> <div>Julgamento de Causas na Justiça Federal</div> <div> <div>CF/88, Artigos 99, 106 a 110.</div> </div> </div>	<div> <div>21CN</div> <div>Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional</div> <div> <div>Lei nº 13.444, de 11/05/2017 - Identificação Civil Nacional (ICN).</div> </div> </div>
<div> <div>12105</div> <div>Tribunal Regional Federal da 4a. Região</div> </div>	<div> <div>21EE</div> <div>Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral</div> <div> <div>Resolução CNJ nº 396/2021</div> <div>Resolução TSE nº 23.644/2021</div> </div> </div>
<div> <div>216H</div> <div>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</div> </div> </div>	<div> <div>4269</div> <div>Pleitos Eleitorais</div> <div> <div>Lei nº 4.373/65 - Código Eleitoral;</div> <div>Lei nº 9.504, de 30/09/1997 - Estabelece normas para as eleições;</div> <div>Lei nº 9.096, de 19/09/1995 - Dispõe sobre partidos políticos.</div> </div> </div>
<div> <div>219I</div> <div>Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).</div> </div> </div>	<div> <div>7832</div> <div>Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor</div> <div> <div>Art. 23 IX e XVIII da Lei nº 4.737/1965;</div> <div>Art. 11 da Lei nº 8.868/1994;</div> <div>Art. 5º, § 9º da Lei nº 12.034/2010;</div> <div>Resolução TSE nº 23.335/2011;</div> <div>Resolução TSE nº 23.440/2015.</div> </div> </div>
<div> <div>219Z</div> <div>Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União</div> <div> <div>CF/88, Art. 99.</div> </div> </div>	<div> <div>14102</div> <div>Tribunal Regional Eleitoral do Acre</div> </div>
<div> <div>4224</div> <div>Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	<div> <div>20GP</div> <div>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</div> <div> <div>Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;</div> <div>Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;</div> <div>Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.</div> </div> </div>
<div> <div>4257</div> <div>Julgamento de Causas na Justiça Federal</div> <div> <div>CF/88, Artigos 99, 106 a 110.</div> </div> </div>	<div> <div>219Z</div> <div>Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União</div> <div> <div>Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.</div> </div> </div>
<div> <div>12106</div> <div>Tribunal Regional Federal da 5a. Região</div> </div>	<div> <div>14103</div> <div>Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas</div> </div>
<div> <div>216H</div> <div>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</div> </div> </div>	<div> <div>20GP</div> <div>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</div> <div> <div>Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;</div> <div>Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;</div> <div>Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.</div> </div> </div>
<div> <div>219I</div> <div>Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).</div> </div> </div>	<div> <div>219Z</div> <div>Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União</div> <div> <div>Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.</div> </div> </div>
<div> <div>219Z</div> <div>Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União</div> <div> <div>CF/88, Art. 99.</div> </div> </div>	<div> <div>14104</div> <div>Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas</div> </div>
<div> <div>4224</div> <div>Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	<div> <div>20GP</div> <div>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</div> <div> <div>Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;</div> <div>Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;</div> </div> </div>

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14105 Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14106 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14107 Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14109 Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14110 Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14112 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14113 Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14114 Tribunal Regional Eleitoral do Pará

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;

14115 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14116 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14118 Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14119 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14120 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14121 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14122 Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

159L Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - RO

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

14124 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14125 Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14126 Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins

15WC Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14127 Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14128 Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

14901 Fundo Partidário

0413 Manutenção e Operação dos Partidos Políticos

Art. 17 da CF/88
Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995
Resolução nº 23.604, de 17 de dezembro de 2019

15101 Tribunal Superior do Trabalho

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

134A Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS

Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.

134B Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS

Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15106 Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

15RH Aquisição e Implantação de Edifício-Sede do TRT da 5ª Região em Salvador/BA

Lei nº 10.770, de 2003.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15107 Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15108 Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
10WS	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM
Art. 99, Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.770/2003; e Resolução CSJT n.º 70/2010.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
15WS	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Tubarão - SC
Lei nº 8.432/92	
161D	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Araranguá - SC
Lei 7.729 de 1989.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	

15114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.	
15120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<div> <div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.</div> </div> </div>	<div> <div>4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>
<div> <div>219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.</div> </div> </div>	<div> <div>4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</div> <div> <div>CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.</div> </div> </div>
<div> <div>4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	<div> <div>4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal</div> <div> <div>CF/88 - art. 99; Lei Nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006</div> </div> </div>
<div> <div>15121 Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe</div> </div>	<div> <div>17101 Conselho Nacional de Justiça</div> </div>
<div> <div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.</div> </div> </div>	<div> <div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Art 65, inciso II, da Lei Complementar nº 35, 14 de março de 1979; Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e Resolução-CNJ nº 274, de 18 de dezembro de 2018.</div> </div> </div>
<div> <div>219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.</div> </div> </div>	<div> <div>218H Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias</div> <div> <div>Constituição Federal/1988: Art. 103-B; e Artigo 39, Parágrafo 2º. Lei nº 11.364/2006. Lei nº 11.416/2006: Artigo 10. Lei nº 11.419/2006. Lei nº 13.709/2018. Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002. Resolução nº 76/2009-CNJ. Resolução nº 111/2010-CNJ. Resolução CNJ nº 185/2013. Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002. Regimento Interno do CNJ.</div> </div> </div>
<div> <div>4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	<div> <div>20101 Presidência da República</div> </div>
<div> <div>4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</div> <div> <div>CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.</div> </div> </div>	<div> <div>00QF Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessões e Parcerias Público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios</div> <div> <div>Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro 2017 - Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e autoriza a União a proceder à integralização de cotas em fundo administrado pela Caixa Econômica Federal.; e Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República; Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;</div> </div> </div>
<div> <div>15122 Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte</div> </div>	<div> <div>00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica</div> <div> <div>Decreto-Lei 200, de 1967; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023;</div> </div> </div>
<div> <div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.</div> </div> </div>	<div> <div>00W7 Contribuição à Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) para Realização de Atividades de Promoção do Diálogo e da Participação Social</div> <div> <div>Artigo 12 da Lei 14.791, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024, inciso XVIII; Decreto nº 6.128, de 6 de julho de 2004, promulga o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002; Decreto nº 7.503, de 24 de julho de 2011, promulga o Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-americana - OEI), assinado em 31 de outubro de 1957; Decreto nº 8.289, de 25 de julho de 2014, promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, firmado em Brasília, em 21 de setembro de 2011.</div> </div> </div>
<div> <div>219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>CF/88 - Art. 99 e 111; Lei 8.221/91 (Criação do TRT da 22ª Região) - VT de Parnaíba criada pela Lei nº 3.492 em 18/12/1998 e instalada em 09/11/1974.</div> </div> </div>	<div> <div>15R5 Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR)</div> <div> <div>Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Art. 8º, § 1º; e Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.</div> </div> </div>
<div> <div>4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	<div> <div>165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil</div> <div> <div>Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.</div> </div> </div>
<div> <div>4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</div> <div> <div>CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.</div> </div> </div>	<div> <div>2000 Administração da Unidade</div> <div> <div>Decreto-Lei 200, de 1967; Decreto nº 10.907, de 20 de dezembro de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;</div> </div> </div>
<div> <div>15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso</div> </div>	<div> <div>2017 Comunicação Institucional</div> <div> <div>Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º, Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal; e Normativos da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom:</div> </div> </div>
<div> <div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.</div> </div> </div>	<div> <div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</div> </div> </div>
<div> <div>219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.</div> </div> </div>	<div> <div>216X Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República</div> <div> <div>Decreto s/nº, de 26 de maio de 1999, Decreto nº 6.029, de 01 de fevereiro de 2007; Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Decreto nº 11.470, de 05 de abril de 2023.</div> </div> </div>
<div> <div>4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</div> <div> <div>CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.</div> </div> </div>	
<div> <div>4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</div> <div> <div>CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.</div> </div> </div>	
<div> <div>15125 Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul</div> </div>	
<div> <div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div> <div> <div>Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.</div> </div> </div>	
<div> <div>219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</div> <div> <div>CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.</div> </div> </div>	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

216Z Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República; Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;
217Y Gestão e Fomento de Políticas Públicas de Juventude Lei 11.129, de 30 de junho de 2005; Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010; Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013; Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015; Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 11.535, de 19 de maio de 2023; Decreto nº 11.470, de 05 de abril de 2023; Decreto nº 11.572, de 20 de junho de 2023.
21AP Segurança da Informação e Cibersegurança Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.
21C5 Elaboração de Estudos e Avaliação de Projetos de Investimentos do Governo Federal Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 - Programa Nacional de Desestatização; Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998 - Programa Nacional de Desestatização; Resoluções PR/Conselho PPI - CPPi nº 14, de 23 de agosto de 2017 - Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor de transportes no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, recomenda a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências; Resoluções PR/Conselho PPI - CPPi nº 18, de 23 de agosto de 2017 - Opina pela qualificação de medidas de desestatização relacionadas às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. e à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e autoriza a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais; e Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República; Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;
21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30 Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.
21H6 Gestão de Assuntos Estratégicos Competências estabelecidas na Lei nº 14.600/2003 (organização da APF) e Decreto 11.676/2003 (Estrutura regimental), além de: Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, art. 91; Lei nº 12.731/2012 (Sipron); Lei nº 14.802/2024 (PPA 2024-2027 - Programa 4102 - Segurança Institucional); Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991 (CDN); Lei nº 6.634/1979 (áreas indispensáveis à Segurança Nacional); Decreto nº 9.819/ 2019 (CREDEN); Decreto nº 9.828/2019 (CDPNB); Decreto nº 9.839/2019 (CDPEB); Decreto nº 8.903/2016 (PPIF); Decreto nº 9573/2018 (PNSIC); Decreto nº 12.038/2024 (PNFron); Decreto nº 85.064/1980 (Conselho de Defesa Nacional); Decreto nº 2.210/1997 (Sipron); e Decreto nº 9.865/2019 (Sipron).
2C55 Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; Decreto de 26 de maio de 1999; Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007; e Código de Conduta da Alta Administração Federal.
2E24 Gestão e Fomento da Participação e do Diálogo Social Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
4641 Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º, Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal; e Normativas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom:
1. Portaria MCOM nº 3.948, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal; 2. Instrução Normativa nº 1 - SECOM/PR, de 19 de junho de 2023, que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM.
4693 Segurança Presidencial Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.
20118 Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21FY Modernização do Edifício Sede da ABIN Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985: estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sig) e dá outras providências; Portaria nº 2.296 do Ministério da Administração e Reforma do Estado, de 23 de julho de 1997: estabelece as práticas de projeto, construção e manutenção de edifícios públicos federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sig), com exigências mínimas de aceitabilidade; Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais (Manual de Obras Públicas-Edificações: Práticas da SEAP); Obras Públicas: recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas (TCU); Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;
2684 Ações de Inteligência Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. Decreto 11.693, de 6 de setembro de 2023 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência.

20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
20B5 Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; Lei 13.417, de 1º de março de 2017; o Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Art. 218 da CF 1988; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 9.637/88; Decreto Presidencial nº 3.294/90; Decreto nº 8.180/13; Decreto nº 6.170/07; Decreto nº 4.077/02;
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
20927 Fundo de Imprensa Nacional
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2804 Publicações Oficiais Constituição Federal, Art. 37, caput; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017; Portaria nº 147, de 09 de março de 2006 do Ministro-Chefe da Casa Civil da PR; e Portaria nº 256, de 28 de agosto de 2018, do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.
22101 Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta
00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; Decreto 56.690, de 09 de agosto de 1965 - Estabelece obrigatoriedade de ensaios prévios para tratores, implementos e seus órgãos ativos, máquinas e ferramentas agrícolas, de importação, montagem ou fabricação no país, e dá outras providências; Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; Decreto 11.332, de 1 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Pecuária; Instrução Normativa 3, de 3 de abril de 2001 - Normas Gerais para Certificação de Sementes sob o Esquema da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OECD. Portaria nº 598, de 30 de junho de 2008 - Concede a Coordenação de Sementes e Mudas, do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a função de Autoridade Designada, para coordenar e executar no País a Certificação Varietal de Sementes voltada para o Comércio Internacional, coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico; Ofício nº 0058965.00000119/2018-47 - MRE, de 27 de setembro de 2018; Ofício nº 0015945.00000006/2019-66 - MRE, de 15 de abril de 2019; Ofício nº 7.180-MP, de 07 de fevereiro de 2017; e Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016.
0299 Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, I, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; e Portaria Interministerial N.º 38 de 9 de março de 2004. (Art. nº 4, §2), que estabelece a formação e a manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários
0300 Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV.
099F Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007; Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010; Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003; Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004; e Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.
162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil Decreto 11.561, de 13 de junho de 2023 - Institui a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20 pela República Federativa do Brasil; e Decreto 11.941, de 12 de março de 2024 - Dispõe sobre a celebração e a implementação de projetos de cooperação com organismos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja membro para a preparação, a organização e a realização dos eventos e das atividades, inclusive logísticas, realizados no País e relacionados à presidência pro tempore do G20.
162R Construção da Sede do Centro Nacional de Cães de Detecção Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Art. 28-A; Decreto nº 40.153, de 08 de outubro de 2019 - Decreto do Governo do Distrito Federal que declara de interesse público a obra para construção da sede do Centro Nacional de Cães de Detecção - CNCDC; Instrução Normativa Ministerial nº 74, de 26 de novembro de 2018, e Portaria nº 104, de 24 de setembro de 2018.
165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.
2000 Administração da Unidade Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal; Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e Decreto 11.332, de 1 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Pecuária.
20M4 Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais Constituição Federativa (CF) de 1988 - art. 68 ADCT; Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981; Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989; Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012; Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 - Identificação, reconhecimento, delimitação demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas; Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007; Decreto nº 7.830 de 17 de outubro de 2012; Decreto nº 10.473 de 24 de agosto de 2020;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Instrução Normativa nº 57 de 2009 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988;
Instrução Normativa nº 111 de 23 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

202T Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional

Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a Política Agrícola;
Decreto 6.464, de 27 de maio de 2006 - Dispõe sobre a Designação e Atuação de Adidos Agrícolas junto a Missões Diplomáticas Brasileiras no Exterior; e
Decreto 11.332, de 1 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Pecuária.

202U Redução de Riscos na Atividade Agropecuária

Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, art. 22;
Decreto nº 9.841, de 18 de junho de 2019 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Zonamento Agrícola de Risco Climático;
Portaria MAPA nº 412, de 30 de dezembro de 2020;
Manual de Crédito Rural (MCR) do BACEN, Capítulo 16-2-2; e
Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.

202V Fomento ao Setor Agropecuário

Constituição Federal (CF), art. 23, Inciso VIII - Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Portaria 609, de 23 de agosto de 2023 - Delega competência ao Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria-Executiva para atuar no Fomento ao Setor Agropecuário no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária; e
Instrução Normativa MAPA nº 25, de 12 de julho de 2023 - Define os produtos e serviços que serão preferencialmente apoiados por meio da ação orçamentária 202V - Fomento ao Setor Agropecuário, mediante transferências de recursos da União, em conformidade com os programas e projetos do Ministério da Agricultura e Pecuária.

202Y Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau

Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e
Decreto nº 11.332, de 01 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Pecuária.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal (CF), art. 218 - Da Ciência, Tecnologia e Inovação;
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais; e
Decreto 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - Qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.

214W Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária

Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 - Lei que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal;
Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965 - Lei que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País;
Decreto Lei nº 407, de 13 de fevereiro de 1969 - Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabricam e de outras providências;
Decreto Lei nº 817, de 08 de outubro de 1969 - Dispõe sobre o emprego da Aviação Agrícola no País e dá outras providências;
Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 - Lei que dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias dos Produtos à Alimentação Animal, e dá outras Providências;
Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 - Lei que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências;
Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 - Lei que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências;
Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984 - Lei que dispõe sobre as atividades da equideocultura no País, e dá outras providências;
Lei nº 7.678, de 08 novembro de 1988 - Lei que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências;
Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 - Lei que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;
Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 - Lei que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências;
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Lei que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Lei da política agrícola;
Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994 - Lei que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Interministerial de Bebidas e dá outras providências;
Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 - Lei que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências;
Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 - Lei que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências;
Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003 - Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências;
Lei nº 10.688, de 13 de junho de 2003 - Lei que estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências;
Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003 - Lei que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004, e dá outras providências;
Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 - Lei que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências;
Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 - Lei que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBS, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança - PNB;
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Lei que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea o do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade;
Lei nº 14.151, de 29 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras);
Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 - Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal;
Decreto nº 27.932, de 28 de março de 1950 - Aprova o Regulamento para aplicação de medidas de defesa sanitária animal;
Decreto nº 66.183, de 05 de fevereiro de 1970 - Regulamenta o decreto-lei nº 923, de 10 de outubro de 1969, que dispõe sobre a comercialização do leite cru;
Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988 - dispõe sobre as atividades da equideocultura no País e dá outras providências;
Decreto nº 187, de 9 de agosto de 1991 - dispõe sobre a inspeção e fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos;
Decreto Nº 2.366, de 05 de novembro de 1997 - Regulamenta a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, e dá outras providências;
Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992;
Decreto Legislativo nº 28, de 19 de abril de 1999 - Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978;
Decreto nº 3.109, de 30 de junho de 1999 - Promulga a Convenção internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais, de 2

de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978;
Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;
Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003 - Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis;
Decreto nº 4.846, de 25 de setembro de 2003 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004 e dá outras providências;
Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 - Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabricam ou Comerciem, e dá outras providências;
Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004 - Regulamenta a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências;
Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004 - Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas destinados à agricultura;
Decreto nº 5.549, de 22 de setembro de 2005 - Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências;
Decreto Legislativo nº 70, de 18 de abril de 2006 - Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002;
Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006 - Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências;
Decreto nº 5.981, de 06 de dezembro de 2006 - Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências;
Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 - Aprova o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos arts. 25 e 56 do Anexo ao Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e dá outras providências;
Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências;
Decreto nº 6.476, de 05 de junho de 2008 - Promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002;
Decreto nº 6.871, de 04 de junho de 2009 - Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas;
Lei nº 6.913, de 23 de julho de 2009 - Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
Decreto nº 147, de 10 de junho de 2011 - Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuario nº 3;
Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013 - Dispõe sobre a declaração de estado de emergência fitossanitária ou zootossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, e dá outras providências;
Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014 - Regulamenta a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho;
Decreto nº 8.236, de 05 de maio de 2014 - Regulamenta a Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, que dispõe sobre a organização, o funcionamento, a execução e as exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico de animais domésticos no País;
Decreto nº 8.762, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - FN-Susa e dá outras providências;
Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 - Dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;
Decreto nº 10.179, de 19 de dezembro de 2019 - Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos;
Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020 - Dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;
Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020 - Regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas;
Decreto nº 11.332, de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Portaria/SNAP nº 47, de 15 de outubro de 1987 - Normas de procedimento técnico;
Portaria nº 301, de 19 de abril de 1996 - Aprovar as normas complementares anexas, elaboradas pela Secretaria de Defesa Agropecuária, a serem observadas pelos estabelecimentos que fabricam e ou comerciem produtos de uso veterinário;
Portaria nº 503, de 04 de dezembro de 1997 - Tabela de valores de serviços decorrentes da Lei 9.456, de 25 de abril de 1997 e Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997;
Portaria nº 07, de 10 de março de 2006 - Regulamento técnico para a produção, o controle de a e uso de vacinas e diluentes para a avicultura;
Portaria nº 38, de 08 de fevereiro de 2006 - Aprovar o Regimento Interno do Laboratório Nacional de Análise, Diferenciação e Caracterização de Cultivares, na forma do Anexo à presente Portaria;
Portaria nº 19, de 04 de fevereiro de 2015 - Anexo de doenças de notificação obrigatória de animais aquáticos ao Serviço Veterinário Oficial (SVO);
Portaria nº 116, de 20 de setembro de 2017 - Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Seguro Social;
Instrução Normativa nº 08, de 25 de junho de 1999 - Estabelece que a guarda e conservação das amostras vivas destinadas à manipulação e coleção de germoplasma de cultivar protegida, nos termos do parágrafo único do artigo 22, da Lei nº 9.456/97, caberão ao titular do Certificado de Proteção, ou ao seu representante legal, na qualidade de fiel depositário;
Instrução Normativa SDA nº 13, de 03 de outubro de 2003 - Produtos de uso veterinário;
Instrução Normativa SDA nº 02, de 14 de janeiro de 2004 - Aprova as normas que dispõem sobre a fiscalização da produção, do comércio de material genético de animais domésticos e da prestação de serviços na área de reprodução animal;
Instrução Normativa MAPA nº 17, de 13 de julho de 2006; Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 1998 - a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores; inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal, bem como a dos insumos agropecuários, será gerida de maneira que os procedimentos e a organização da inspeção se faça por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados. § 1º Na inspeção poderá ser adotado o método de análise de riscos e pontos críticos de controle;
Instrução Normativa MAPA nº 53, de 23 de novembro de 2007 - Anexo da situação sanitária do Brasil com respeito à febre aftosa;
Instrução Normativa nº 35, de 06 de junho de 2008 - Formulário para preenchimento de proteção de cultivar;
Instrução Normativa SDA nº 46, de 17 de junho de 2008 - Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor de Monitoramento da Qualidade do Leite - CQUALI/Leite para a definição de estratégias e diretrizes de monitoramento da qualidade do leite produzido e comercializado no país;
Instrução Normativa SDA nº 06, de 16 de fevereiro de 2009 - Aprova o Regulamento Técnico do Arroz, definindo o seu padrão oficial de classificação, com os requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem e revoga os normativos que menciona;
Instrução Normativa MPA nº 03, de 29 de fevereiro de 2012 - Altera redação dos Arts. 3º, 6º e 8º da Instrução Normativa Interministerial nº 01, de 3 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de janeiro de 2012, seção 1, páginas 26 a 42;
Instrução Normativa SDA nº 05, de 28 de março de 2012 - Regulamento Mico;
Instrução Normativa Interministerial MPANMAPA nº 07, de 08 de maio de 2012 - Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB), estabelece os procedimentos para a sua execução e dá outras providências;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Instrução Normativa Interministerial MAPA/MPA nº 32, de 19 de agosto de 2013 - Estabelecer o regulamento sanitário para importação de materiais de origem animal e agentes de interesse veterinário destinados à pesquisa ou diagnóstico pelos laboratórios constituintes da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e por Instituições de pesquisa ou diagnóstico;
 Instrução Normativa MAPA nº 50, de 24 de setembro de 2013 – Alteração da lista de doenças da aplicação de medidas de defesa sanitária animal;
 Instrução Normativa Interministerial MPAM/MPA nº 04, de 30 de maio de 2014 - Estabelece a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção;
 Instrução Normativa MAPA nº 21, de 11 de setembro de 2014 – Estabelecer critérios e procedimentos para o controle do trânsito de organismos aquáticos vivos com fins de ornamentação e aquaríofilia no território nacional;
 Instrução Normativa MPA nº 22, de 11 de setembro de 2014 - Institui o Plano Nacional de Certificação Sanitária de Estabelecimentos de Aquicultura Produtores de Formas Jovens de Animais Aquáticos - "Plano Forma Jovem Segura". Publicado no DOU de 12.09.2014
 Instrução Normativa MAPA nº 04, de 30 de maio de 2014- Estabelecer a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria-prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção;
 Instrução Normativa MPA nº 23, de 11 de setembro de 2014 - Determinar a obrigatoriedade da Guia de Trânsito Animal (GTA) para amparar o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção e aprova o modelo de Boletim de Produção;
 Instrução Normativa MPA nº 30, de 02 de janeiro de 2015 - Estabelecer a Nota Fiscal do pescado;
 Instrução Normativa MAPA nº 11, de 09 de junho de 2015 – Riscos de pragas;
 Instrução Normativa SDA nº 44, de 04 de dezembro de 2017 - Estabelece as normas para a Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva de Suínos, quanto a exposição aos vírus da Febre Afiosa - FA e da Peste Suína Clássica - PSC;
 Instrução Normativa MAPA nº 11, de 18 de janeiro de 2018 – Aprovação do Regulamento Técnico para a Produção, Controle da Qualidade;
 Instrução Normativa MAPA nº 52, de 01 de outubro de 2018 - zona de proteção para febre aftosa;
 Instrução Normativa nº 15, de 03 de dezembro de 2018 - Institui Programa de Melhoria Contínua das Unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (PROMOUV), dispõe sobre o Modelo de Maturidade de Ouvidorias Públicas (MMOuP), revoga a Portaria CGU nº 3.681, de 13 de dezembro de 2016 e dá outras providências;
 Instrução Normativa nº 13, de 08 de agosto de 2019 - Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal;
 Instrução Normativa MAPA nº 48, de 14 de julho de 2020 - Aprova as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA); e
 Anexo à Portaria/SNAP nº 47, de 1987; Título II, Item 4.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 09, de 1989; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1987.

214X Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário

Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948 - Lei que estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências;
 Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 - Lei de inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal;
 Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 - Lei da inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências;
 Lei nº 6.446, de 05 de outubro de 1977 – Lei que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos, e dá outras providências;
 Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 - Lei que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências;
 Lei nº 6.934, de 13 de julho de 1981 - Lei que altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes, ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências;
 Lei nº 7.678, de 08 de novembro de 1988 – Lei que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências;
 Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989 – Lei que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;
 Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 - Lei Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências;
 Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Lei que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências;
 Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Lei da política agrícola;
 Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994 - Lei da padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências;
 Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 – Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências;
 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
 Lei nº 9.677, de 02 de julho de 1998 – Lei que altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências;
 Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998 – Lei que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária;
 Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 – Lei que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências;
 Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 - Lei que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio;
 Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2023 - Lei do sistema nacional de sementes e mudas e dá outras providências;
 Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 - Lei que Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas;
 Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; Institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras);
 Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934 – Aprova o regulamento de Defesa Sanitária Vegetal;
 Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 - Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal;
 Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal;
 Decreto nº 27.932, de 28 de março de 1950 - Aprova o Regulamento para aplicação de medidas de defesa sanitária animal;
 Decreto nº 9.013, de 29 de março de 1952 - Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;
 Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969 - Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências;
 Decreto nº 76.986, de 06 de janeiro de 1976 - Regulamenta a Lei n.º 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatória dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências;
 Decreto nº 187, de 09 de agosto de 1991 - Regulamenta a Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos;
 Decreto nº 2.366, de 05 de novembro de 1997 - Regulamenta a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, e dá outras providências;
 Decreto nº 4.074, de 04 de abril de 2002 - Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;
 Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 - Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos

Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências;
 Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição, e dá outras providências;
 Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências;
 Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006 - Promulga o texto revisito da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CI/PV), aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, em 17 de novembro de 1997;
 Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 – Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências;
 Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 - Aprova o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos arts. 25 e 56 do Anexo ao Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e dá outras providências;
 Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;
 Decreto nº 6.871, de 04 de junho de 2009 - Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas;
 Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014 - Regulamenta a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho;
 Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020 - Regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas;
 Instrução Normativa 09, de 27 junho 2003 – Produtos de uso veterinário;
 Instrução Normativa 48, de 17 junho 2003 - Regulamenta os requisitos sanitários mínimos para a produção e comercialização de sêmen bovinoInstrução Normativa e bubalInstrução Normativa no país;
 Instrução Normativa 01, de 14 janeiro 2004 - Dispõe sobre a autorização do MAPA para importação de animais vivos e de material de multiplicação animal;
 Instrução Normativa 02, de 14 janeiro 2004 - Aprova as normas que dispõem sobre a fiscalização da produção, do comércio de material genético de animais domésticos e da prestação de serviços na área de reprodução animal;
 Instrução Normativa 06, de 25 março 2004 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 17, de 18 junho 2004 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 11, de 24 novembro 2004 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 09, de 02 junho 2005 - Aprova as NORMAS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES. Publicado no DOU em 10.06.2005.
 Instrução Normativa 11, de 08 junho 2005 – Produtos de uso veterinário;
 Instrução Normativa 35, de 14 novembro 2005 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 18, de 18 julho 2006 - Aprova o modelo da Guia de Trânsito Animal (GTA) a ser utilizado em todo o território nacional para o trânsito de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal conforme legislação vigente;
 Instrução Normativa 56, de 27 setembro 2006 – Material de multiplicação animal;
 Instrução Normativa 53, de 27 setembro 2006 - Aprova o regulamento para registro e fiscalização de centro de coleta e processamento de sêmen (CCPS) suíno;
 Instrução Normativa 65, de 21 novembro 2006 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 36, de 10 novembro 2006 - Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Instrução Normativa Nacional;
 Instrução Normativa 35, de 04 julho 2006 – Fertilizantes;
 Instrução Normativa 34, de 13 setembro 2007 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 32, de 23 agosto 2007- Aprova o regulamento da produção e do comércio de sêmen heterospermico de rumInstrução Normativaantes no Brasil;
 Instrução Normativa 30, de 21 maio 2008 – Sementes e mudas;
 Instrução Normativa 26, de 09 julho 2009 – Produtos de uso veterinário;
 Instrução Normativa 15, de 25 maio 2009 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 06, de 23 março 2009 - Aprova o regulamento para registro e fiscalização de centro de coleta e processamento de sêmen (CCPS) equídeos. Publicado no D.O.U. de 28/03/2009 - Seção 1_
 Instrução Normativa 55, de 01 dezembro 2011 – Produtos de uso veterinário;
 Instrução Normativa 48, de 28 dezembro 2011 – Produtos de uso veterinário;
 Instrução Normativa 19, de 03 maio 2011 - Adota o formato eletrônico da Guia de Trânsito Animal (GTA), na forma do modelo e-GTA, para movimentação, em todo o território nacional, de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal, conforme legislação vigente, cuja emissão obedecerá às diretrizes do Programa Governo Eletrônico Brasileiro;
 Instrução Normativa 14, de 17 maio 2012 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 32, de 16 agosto 2013 – Material de multiplicação animal;
 Instrução Normativa 53, de 23 outubro 2013 – Fertilizantes;
 Instrução Normativa 35, de 02 outubro 2014 - Altera o art. 1º da Instrução Normativa nº 19, de 3 de maio de 2011;
 Instrução Normativa 23, de 11 setembro 2014 - Determina a obrigatoriedade da Guia de Trânsito Animal (GTA) para amparar o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção e aprova o modelo de Boletim de Produção;
 Instrução Normativa 01, de 22 janeiro 2014 - Estabelece os requisitos sanitários para processamento e comercialização de sêmen de caprinos e de ovinos no território brasileiro;
 Instrução Normativa 01, de 20 fevereiro 2015 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 44, de 15 dezembro 2015 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 36, de 27 outubro 2015 - Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os requisitos zoonosanitários para intercâmbio de sêmen bovino e bubalino congelado;
 Instrução Normativa 36, de 27 outubro 2015 – Material de multiplicação animal;
 Instrução Normativa 14, de 06 julho 2016 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 45, de 22 novembro 2016 – Alimentação animal;
 Instrução Normativa 44, de 22 novembro 2016 – Sementes e mudas;
 Instrução Normativa 05, de 10 março 2016 – Fertilizantes;
 Instrução Normativa 33, de 24 agosto 2016 - Controle de trânsito de vegetais; e
 Instrução Normativa 28, de 24 agosto 2016 - Controle de trânsito de vegetais.
 Instrução Normativa 35, de 11 setembro 2017 – Produtos de uso veterinário;
 Instrução Normativa 25, de 27 junho 2017 – Sementes e mudas;
 Instrução Normativa 38, de 25 julho 2018 – Material de multiplicação animal;
 Instrução Normativa 49, de 29 outubro 2018 – Material de multiplicação animal;
 Instrução Normativa 62, de 29 outubro 2018 – Material de multiplicação animal;
 Instrução Normativa 39, de 10 agosto 2018 – Fertilizantes;
 Instrução Normativa 42, de 17 setembro 2019 – Sementes e mudas;
 Instrução Normativa 01, de 13 janeiro 2020 - Proíbe, em todo território nacional, a importação, a fabricação, a comercialização e o uso de aditivos melhoradores de desempenho que contenham os antimicrobianos tilosina, lincomicina, e tiamulina, classificados como importantes na medicina humana; e
 Instrução Normativa 61, de 16 novembro 2020 – Fertilizantes.

214Y Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991- Lei da política agrícola;
 Lei 14.515, de 29 de dezembro de 2022 - Vigifronteiras;
 Decreto 5.741, de 30 de março de 2006 - Organização do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA; e
 Decreto 7.216, de 17 de junho de 2010 - Dá nova redação ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

214Z Fomento à Tecnologia Agropecuária e Recursos Genéticos

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
 Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004;
 Decreto Legislativo nº 70, de 19 de abril de 2006;
 Lei nº 13.123, de 30 de julho de 2015;
 Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015 (Cadastro Único de Tratores no MAPA);
 Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973);
 Decreto Legislativo nº 136, de 12 de agosto de 2020;
 Decreto nº 56.690, de 09 de agosto de 1965 (obrigatoriedade de ensaios para tratores e máquinas agrícolas);
 Decreto nº 6.259, de 20 de novembro de 2007;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (PLANAPO);
Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018;
Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018;
Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020, institui o Programa Nacional de Bioinsumos;

215A Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária

Constituição Federal (CF) de 1988, artigos nº 23, 187 e 225;
Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950;
Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Lei da Propriedade Industrial;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002;
Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008;
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011;
Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015;
Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018;
Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988;
Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991;
Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006;
Decreto nº 10.087, de 05 de novembro de 2019;
Decreto nº 8.236, de 05 de maio de 2014;
Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015;
Decreto nº 8.703, de 01 de abril de 2016;
Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017;
Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018;
Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019;
Resolução COMMETRO nº 04 de 02 de dezembro de 2002;
Portaria INMETRO nº 443, de 23 de novembro de 2011;
Portaria MAPA nº 524, 21 de junho de 2011;
Portaria MAPA nº 521, de 05 de abril de 2018;
Instrução Normativa MAPA nº 03, de 17 de janeiro de 2000;
Instrução Normativa MAPA nº 56, de 06 de novembro de 2008;
Instrução Normativa MAPA nº 13, de 30 de março de 2010;
Instrução Normativa MAPA nº 27, de 30 de agosto de 2010;
Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011;
Instrução Normativa nº 08, de 11 de maio de 2017;
INC MAPA/ANVISA nº 2 de 07 de fevereiro de 2018;

2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

Decreto nº 7.672, de 18 de novembro de 1909 - Criação do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET);
Portaria nº 522, de 05 de abril de 2018 - Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A e 60-E.

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigos 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso XXX - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 - Criação da ANATER;
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;
Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências;
Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 - Decreto de Revogação dos órgãos colegiados de participação social;
Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 - Decreto de Revogação de Decretos.
Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;
Portaria MDA nº 063, de 2004;
Portaria MDA nº 25, de 2006;
Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010,
Portaria/INCRA/PINº 581, de 2010;
Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020,
Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020.
Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRA/Nº01, de 2011.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal (CF) de 1988, art. 37 e art. 163;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 12.065, de 17 de junho de 2024 - Altera o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa 1, de 27 de julho de 2017- Dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;

3. Instrução Normativa 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

8593 Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável

Lei nº 6.225, de 14 de julho de 1975 - Planos de proteção ao solo e de combate à erosão;
Lei nº 6.171, de 17 de janeiro de 1991 - Política Agrícola;
Lei nº 8.479 de 12 de agosto de 1997 - Heveicultura;
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nac. Mudança Clima;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - Política Nacional de Irrigação;
Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021 - Institui a Política Nacional de PSA - NOVA;
Decreto nº 94.076, de 5 de março de 1987 - Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas;
Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018 - Consolida atos sobre a política de clima e cria o Plano Setorial do ABC;
Decreto nº 9.414, de 19 de Junho de 2018;
Decreto nº 11.987 de 10 de abril de 2024 - Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária.
Decreto nº 10.606 de 22 de janeiro de 2021 - Institui o Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura.

8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico

Lei nº 10.831, de 23 de janeiro de 2003 - Lei que Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências;
Lei 14.515, de 29 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras);
Decreto nº 6.323, de 23 de dezembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências;
Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009 - Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências;
Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009 - Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
Portaria nº 52, de 15 de março de 2021 - Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção;
Instrução Normativa nº 17, de 01 de maio de 2009 - Institui os procedimentos administrativos para a reavaliação ambiental dos agrotóxicos, seus componentes e afins no âmbito do IBAMA;
Instrução Normativa nº 17, de 27 de maio de 2009 - Regulamenta os critérios para reconhecimento e manutenção de Áreas Livres da Praga Raletonia solanacearum raça 2. Regulamenta os critérios para implantação e manutenção da aplicação de medidas integradas em um enfoque de Sistemas para o Manejo de Risco de pragas para Moko da Bananeira;
Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009 - Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica;
Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 24 de maio de 2011 - Procedimentos para o Registro de Produtos Fitossanitários com o uso Aprovado Para a Agricultura Orgânica;
Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº 02, de 02 de junho de 2011 - Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica;
Instrução Normativa nº 23, de 01 de junho de 2011 - Regulamento Técnico para Produtos Têxteis Orgânicos Derivados do Algodão;
Instrução Normativa nº 24 , de 01 de junho de 2011 - Aditivos Alimentares e Coadjuvantes de Tecnologia Permitidos no Processamento de Produtos de Origem Vegetal e Animal Orgânicos;
Instrução Normativa Interministerial nº 28, de 08 de junho de 2011 - Produção de Organismos Aquáticos;
Instrução Normativa Conjunta Nº 02 SDA-SDC, de 02 de junho de 2011- Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a Agricultura Orgânica;
Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº02, de 02 de julho de 2011- Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a Agricultura Orgânica;
Instrução Normativa nº 37, de 2 de agosto de 2011 - Produção de Cogumelos Comestíveis em Sistemas Orgânicos de Produção;
Instrução Normativa nº 38, de 02 de agosto de 2011 - Sementes e Mudanças Orgânicas;
Instrução Normativa Conjunta nº 03 SDA-SDC, de 11 de maio de 2012 - Acrescenta o Anexo III à Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC no 2, de 2 de junho 2011;
Instrução Normativa nº 18, de 20 de junho de 2014 - Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, e estabelecer os requisitos para a sua utilização;
Instrução Normativa nº 13, de 28 de maio de 2015 - Estabelece estrutura, composição e atribuições da Subcomissão Temática de Produção Orgânica; e
Instrução Normativa nº 13, de 15 de julho de 2015 - Publicação, análise e amostragem para o Subprograma de Monitoramento.

8622 Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências; e
Decreto nº 7.231, de 23 de outubro de 1984 - Transfere competências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o Ministério da Agricultura e Pecuária no que se refere as atividades relacionadas com o desenvolvimento rural, no campo do cooperativismo, associativismo rural e eletrificação rural.

22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal;
Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.; e
Lei 5.851, de 07 de dezembro de 1972 - Lei de criação da Embrapa.

20Y6 Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária

Lei 5.851, de 07 de dezembro de 1972 - Lei de criação da Embrapa;
Lei 8.010, de 29 de março de 1990 - Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;
Lei 8.032, de 12 de abril de 1990 - Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação;
Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Lei da política agrícola;
Lei 9.958, de 20 de dezembro de 1994 - Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio;
Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 - Propriedade Industrial;
Lei 9.456, de 25 de abril de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares;
Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 - Lei de Proteção Nativa (Código Florestal) - Fomento à pesquisa científica (Cap X, art. 41,

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Inciso 1, Parágrafo 1º);
Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Lei de Inovação Tecnológica;
Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais;
Lei 14.473, de 06 de dezembro de 2022; e
Decreto 9.283, de 07 de fevereiro de 2018 - Marco Regulatório da Inovação.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal (CF) de 1988, art. 218 - Da Ciência, Tecnologia e Inovação;
Lei 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais;
Decreto 2.405, de 26 de novembro de 1997;
Decreto 4.078, de 9 de janeiro de 2002;
Decreto 4.077, de 9 de janeiro de 2002;
Decreto 3.605, de 20 de setembro de 2000;
Decreto S / N, de 04 de junho de 1999 (IDSM); e
Decreto S / N, de 02 de setembro de 2013.

215C Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa

Lei 5.851, de 07 de dezembro de 1972 - Lei de criação da Embrapa;
Lei 8.010, de 29 de março de 1990 - Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;
Lei 8.032, de 12 de abril de 1990 - Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação;
Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Lei da política agrícola;
Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994 - Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio;
Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 - Propriedade Industrial;
Lei 9.456, de 25 de abril de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares;
Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 - Lei de Proteção Nativa (Código Florestal) - Fomento à pesquisa científica (Cap X, art. 41, Inciso 1, Parágrafo 1º);
Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Lei de Inovação Tecnológica;
Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais;
Lei 14.473, de 06 de dezembro de 2022 - Altera a Lei nº 5.851, de 07 de dezembro de 1972;
Decreto nº 9.283, de 2018 - Marco Regulatório da Inovação;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.

216Z Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

22906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

20Y8 Desenvolvimento da Cafeicultura

Lei 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé;
Decreto-Lei 2.295, de 21 de novembro de 1986 - Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior;
Decreto 94.874, de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé; e
Decreto 10.071, de 17 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal (CF) de 1988, art. 37 e art. 163;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 12.065, de 17 de junho de 2024 - Altera o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo federal e dá outras providências;
Instrução Normativa 01, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instrução Normativa 02, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; e
Instrução Normativa 03, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta

008A Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC

Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº 4.320/1964; Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002, dispõe sobre o pagamento de despesas orçamentárias com contribuição a organismos nacionais e a Portaria SEEXEC/MCTI nº 22, de 03.10.2014, dispõe sobre a aprovação de Norma para solicitação, concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos alocados no Orçamento da União, na modalidade 50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, em favor de organismos nacionais em razão de sua significância para o segmento científico ou técnico, com fundamento na Instrução Normativa nº 3, de 24 de julho de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional.

00F7 Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI

Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei nº 4.320/1964; Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002, dispõe sobre o pagamento de despesas orçamentárias com contribuição a organismos nacionais e a Portaria SEEXEC/MCTI nº 22, de 03.10.2014, dispõe sobre a aprovação de Norma para solicitação, concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos alocados no Orçamento da União, na modalidade 50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, em favor de organismos nacionais em razão de sua significância para o segmento científico ou técnico, com fundamento na Instrução Normativa nº 3, de 24 de julho de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional.

00F8 Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei nº 4.320/1964; Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002, dispõe sobre o pagamento de despesas orçamentárias com contribuição a organismos nacionais e a Portaria SEEXEC/MCTI nº 22, de 03.10.2014, dispõe sobre a aprovação de Norma para solicitação, concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos alocados no Orçamento da União, na modalidade 50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, em favor de organismos nacionais em razão de sua significância para o segmento científico ou técnico, com fundamento na Instrução Normativa nº 3, de 24 de julho de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional.

00NQ Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX

Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº 4.320/1964.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto nº 8.877, de 11 de outubro de 2016; Carta Convite da OCDE-DSTI/DEP/2018.045 de 5 de julho de 2018; Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em 3 de junho de 2015.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 10.463 de 14 de agosto de 2020.

00R6 Encargos Decorrentes da Extinção de Entidades Vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

Arts. 165 a 169 da Constituição Federal de 1988; Lei 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2001; Lei nº 5.792, de 1972; Lei nº 5.740, de 1971; Decreto nº 10.463, de 2020 (Estrutura Regimental do MCTI); Decreto nº 10.469, de 2020; Decreto nº 8.886, de 2016; Decreto nº 8.866, de 2016; Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015; Decreto nº 6.638, de 2008; Decreto nº 5.894, de 2006; Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997; Decreto-Lei nº 509, de 1969; Decreto nº 1.808, de 1996; Decreto nº 76.805, de 1975.

00UJ Contribuição à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei nº 4.320/1964.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

LDO 2024

13CL Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS.

14XT Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS.

154K Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido - INSA

Constituição Federal, Art. 218; Lei nº 13.243, de 11/01/2016, Decreto nº 9.283, de 07/02/2018

15P6 Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;
Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 – Lei de Inovação;
Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006;
Decreto nº 5.563 de 11 de outubro de 2005, regulamentar Lei de Inovação;
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional de Biodiversidade;
Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - Política de Desenvolvimento da Biotecnologia;
Decreto nº 9.283, de 2018; Decreto Legislativo nº 2, de 1994 - Convenção da Diversidade Biológica;
Portaria Interministerial nº 32 MCT/MDIC, de 15/01/2009, E
Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 597, 06 de setembro de 2006 – prioridades da política industrial e tecnológica;

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.334, de 1º/01/2023; LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993; LEI Nº 14.133, DE 1º/04/2021.

200D Participação Brasileira em Telescópios Internacionais

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.060, de 24 de maio de 2023.Acordo do Telescópio SOAR renovado e assinado pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos Pontes, no 03/09/2020 e registradas no Memorando nº 9732/2020/MCTI (Doc. SEI nº 5759027), Memorando nº 682/2020/LNA (Doc. SEI nº 5772626), e as minutas da Emenda nº 5 ao Acordo do Telescópio SOAR (Docs. SEI nº 5776584 e SEI nº 5776600). Acordo do Gemini ratificado através de documento assinado pelo Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos Cesar Pontes em 08/12/2021 (Doc. SEI nº 6822582). Acordo de Cooperação entre o Brasil e Corporação Telescópio Canadá-França-Havaí, publicado no DOU no 23 de julho de 2012.

20GB Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN

Artigo 218 da Constituição Federal, Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Decreto nº 11.334, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MCTI) e Portaria MCTI nº 7.053, de 24 de maio de 2023 (Regimento Interno do CEMADEN).

20UI Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.055, de 24 de maio de 2023.

20UJ Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional do Semiárido - INSA

Constituição Federal, Art. 218; Lei nº 13.243, de 11/01/2016, Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI Nº 7.059, de 24 de maio de 2023.

20UK Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON

Ato de Criação do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, autógrafo por D. Pedro I, em 15 de outubro de 1827;
Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913: Determina a hora legal;
Decreto nº 10.546, de 5 de novembro de 1913: Aprova o regulamento para execução da Lei n. 2.784, de 18 de junho de 1913, sobre a hora legal;
Decreto nº 4.264, de 10 de junho 2002: Restabelece o regulamento aprovado pelo Decreto no 10.546, de 5 de novembro de 1913, que regulamenta a Lei no 2.784, de 18 de junho de 1913, e dá outras providências;
Decreto nº 11.334, de 01 de janeiro de 2023: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria MCTI nº 7.064, de 24 de maio de 2023: Aprova o Regimento Interno do Observatório Nacional.

20UL Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI

Decreto nº 88.010/1982; Lei nº 7.232/1984; Art. 218 CF/1988; Decreto nº 6.483/2008; Portaria MCTIC nº 5.146/2011; Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022, Portaria CTI nº 129, de 07 de julho de 2021, que aprova o Plano Diretor 2021-2025 do CTI.

20UM Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 321, de 28 de maio de 2008; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.047, de 24 de maio de 2023;

20UN Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT

Constituição Federal/1988: artigo 23, inciso V (EC 85/2015); artigo 24, inciso IX; artigo 167, parágrafo 5º e Capítulo IV, Lei 4.320/1964 (lei geral dos orçamentos). Lei 10.973/2004 (Inovação). Lei 11.196/2005 (do Bem). Decreto Federal 15.209/1921 (criação do INT). Decreto nº 11.493, de 17.04.2023 (atualiza a Estrutura Regimental do MCTI). Portaria MCTI Nº 7.058, de 24 de maio de 2023 (regimento interno INT).

20UO Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

218, CF; MP nº 2.216/37/01; Decreto nº 97.753/89; Resolução Executiva CNPq 030/85, de 8 de março de 1985 e Regimento Interno do MAST - Portaria MCTI 7.062, DE 24 de maio de 2023

20UP Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva
Constituição Federal - Capítulo IV
Portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006,
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006,
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006
Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010
Lei 13.146/2015
Lei nº 12.205/
Lei 11.445/07
Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012
Decreto nº 6.040 de 07.02.2007;
Decreto 5.296/2004
Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.
Decreto nº 10.645/2021
Decreto nº 10.094/2019
Decreto nº 11.414, de 13/02/2023
Decreto nº 5.811, de 21/06/2006
Portaria Interministerial nº 362/2012
Portaria MCTI nº 5.366/2021

20UR Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Art. 218, § 1º, 2º e 3º e Art. 225, § 4º da Constituição Federal; da CF/1988; 2º da Lei nº. 12.954/2014; Art. 26 do Decreto nº 11.493/2023; Portaria MCTI nº 7.048, de 24 de maio de 2023.

20US Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico
Art. 23, Inciso V e Art. 218 e Art. 167, Parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Arts. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016.

20UT Promoção da Pesquisa, Desenvolvimento Inovação (PD&I) em Tecnologias Digitais
Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, com a emenda nº 85 de fevereiro de 2015; Lei nº 12.965/2014; Lei nº 13.023/2014; Lei nº 12.715/2012; Lei nº 11.484/2007; Lei nº 11.487/2007; Lei nº 10.973/2004; Lei nº 11.077/2004; Lei nº 10.176/2001; Lei nº 8.248/1991; Lei nº 8.387/1991; Decreto nº 10.615/2021; Decreto nº 9.854/2019; Decreto nº 11.401/2023; Decreto nº 11.493/2023; Decreto nº 5.906/2006; Lei nº 13.969/2019 e Decreto nº 10.356/2020. Portaria MCTI nº 6.998, de

20UV Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar e Antártica e à Infraestrutura Oceânica e Antártica
Art. 218, CF, Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 13.243, de 11 de abril de 2016; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005; Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974; Decreto Nº 10.603, de 20 de janeiro de 2021; Decreto Nº 11.096, de 15 de junho de 2022; Decreto Nº 11.493, de 17 de abril de 2023.

20V6 Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias produtivas
Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, com a emenda nº 85 de fevereiro de 2015; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.033/2014; Lei nº 13.023/2014; Lei nº 12.715/2012; Lei nº 12.734/2012; Lei nº 12.351/2010; Lei nº 11.921/2009; Lei nº 11.774/2008; Lei nº 11.484/2007; Lei nº 11.487/2007; Lei nº 11.097/2005; Lei nº 11.196/2005; Lei nº 10.973/2004; Lei nº 11.077/2004; Lei nº 10.848/2004; Lei nº 9.478/1997; Lei nº 8.387/1991; Lei nº 9.440/1997; Lei nº 13.755/2018; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 10.645/2021; Decreto nº 10.094/2019; Decreto nº 10.615/2021; Decreto nº 11.401/2023; Decreto nº 7.389/2010; Decreto nº 6.259/2007; Decreto nº 5.906/2006; Decreto-Lei nº 227/1967; Plano Decenal de Expansão de Energia 2032; Plano Nacional de Eficiência Energética; Plano Nacional de Energia 2030; Plano Nacional de Mineração 2030; Programa Naciona de Produção e Uso de Biodiesel; Programa Nacional de Hidrogênio – PNH2; Portaria MCTI nº 7678, de 17 de novembro de 2023, institui a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2); Portaria nº 7679, de 17 de novembro de 2023, institui o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI); Portaria nº 6.022/2022, institui o Programa InovaNóbio-MCTI; Portaria MCTI nº 4.082/2018, Institui o Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores (Programa CenteHa); Portaria MCTI nº 6.762/2019, Institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores (PNI); Portaria MCTI nº 6.536/2022, que dispõe sobre as normas e diretrizes para a prestação de informações ao MCTI, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais da Lei do Bem; Portaria MCTI nº 4.680/2021, Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação para Qualidade de Vida, no âmbito do MCTI; Portaria MCTI nº 5.365/2021, Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação para Tecnologias Habilitadoras, no âmbito do MCTI; Portaria MCTI nº 3.459/2019, Institui a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia; Portaria MCTI nº 7.906/2024, Dispõe sobre o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO); Decreto nº 10.746/2021, Institui a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Materiais Avançados e o Comitê Gestor de Materiais Avançados; Portaria MCTI nº 4.964/2021, Institui o Programa de Inovação em Grafeno; Portaria GABMI nº 4.530/2021, Institui o Sistema Nacional de Laboratórios de Fotônica; Portaria Nº 4.532/2021, Institui a Iniciativa Brasileira de Fotônica; Portaria MCTI nº 6.961/2023; Portaria MCTI nº 6.998/2023, estabelece as diretrizes para a elaboração da ENCTI 2023 a 2030; Resolução CNDIM/DC Nº 1, de 6 de julho de 2023 - Propõe a nova política industrial, com a finalidade de nortear as ações do Estado Brasileiro em favor do desenvolvimento industrial, Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-

20V7 Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI
Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 13.243 de 11/01/2016; Lei 10.973 de 02/12/2004; Decreto nº 11.334, de 01/01/2023; Decreto nº 9.283 de 07/02/2018; Decreto nº 825, de 28/05/1993; Portaria MCTI nº 407, de 29 de junho de 2006; Portaria MCTI N° 3.008, de 01 de junho de 2017; Portaria MCTI N° 251, de 13 de março de 2014.

20V9 Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)
Artigo 218 da Constituição Federal; Lei nº 12.651, de 25/05/2012; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023; Decreto nº 10.142, de 20/11/2019, Lei nº 12.187, de 29/12/2009.

20VA Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima
Art. 218 da Constituição Federal.
• Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.
• Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
• Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
• Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.
• Decreto nº 10.145, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Governança do Clima).
• Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI); e Decreto nº 9.889/2019.
• Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE).
• Art. 218 da Constituição Federal;
• Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
• Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios;
• Decreto nº 10.845, de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde (Governança do Clima);
• Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI);
• Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE).
• Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.
• Decreto Legislativo nº 140/2016, que aprovou o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança

do Clima.
• Decreto nº 2652 de 01 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
• Portaria nº 3.410, de 10/09/2020, aprova o regimento interno do MCTI;
• Portaria MCTI nº 3.896, de 16 de outubro de 2020, que institui a estrutura de governança do AdaptaBrasil MCTI - Contribuição da Ciência para Medidas de Adaptação;
• Portaria MCTI nº 5.435, de 20 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.
• Art. 218 da Constituição Federal.
• Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
• Decreto nº 10.845, de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde (Governança do Clima).
• Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
• Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE).
• Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.
• Decreto Legislativo nº 140/2016, que aprovou o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
• Decreto nº 2.652 de 01 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
• Portaria nº 6.961, de 19 de abril de 2023, que detalha a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Anexo II do Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023.
• Portaria MCTI nº 3.896, de 16 de outubro de 2020, que institui a estrutura de governança do AdaptaBrasil MCTI - Contribuição da Ciência para Medidas de Adaptação;
• Portaria MCTI nº 5.435, de 20 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022 ; Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE); Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP); Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (MPA); Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPEM); Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapii); Decreto nº 11.275 de 06 de dezembro de 2022 (INPO); Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Instrução Normativa GM nº 8 de 07 de dezembro de 2022.

215L Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Art. 218 da Constituição Federal; Emenda Constitucional nº 85, de 26/2/2015; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 13.243, de 11/01/2016; Lei nº 10.973, de 2/12/2004; Decreto nº 9.283, de 7/02/2018; e Decreto Nº 11.493, DE 17 DE ABRIL DE 2023

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

216W Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre
Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
Decreto nº 2652 de 01.07.1998;
Portaria MCT nº 728, de 20 de novembro de 2007, que institui a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
Portaria Ministerial MCTIC nº 3017, de 12/06/2018, publicada no DOU de 14/06/2018 (no 113, Secao 1, pag. 65), que estabelece nova metodologia e rotina operacional para elaboracao das Previsoes Climaticas Sazonais, Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial;
Portaria MCTI nº 4.617, de 6 de abril de 2021.

217J Atuação de Órgãos Colegiados Integrantes da Estrutura do MCTI
Constituição Federal - Art. 218; Lei nº 11.794, de 2008, que regulamenta o inc. VII do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (principalmente o Capítulo III – Da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio); Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia –CCT. Inciso IV, alíneas b), c) e d), do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

218D Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA
Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Federal; Decreto 8.677, de 18 de outubro de 2016, Portaria 832, de 23 de fevereiro de 2017. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019

21F7 Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN
Artigo 218 da Constituição Federal, Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Decreto nº 11.334, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MCTI) e Portaria MCTI nº 7.053, de 24 de maio de 2023 (Regimento Interno do CEMADEN).

21F8 Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP
Art. 218, § 1º, 2º e 3º e Art. 225, § 4º da Constituição Federal; da CF/1988; 2º da Lei nº. 12.954/2014; Art. 26 do Decreto nº 11.493/2023; Portaria MCTI nº 6.988, de 08.05.2023

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30
Decreto no 11.546, de 5 de junho de 2023.

2495 Controle de Bens Sensíveis
Lei nº 9112, de 18/10/1995; Decreto nº 4.214, de 30/04/2002; Decreto nº 2.074, de 14/11/1996; Portaria nº 3.410, de 10/09/2020; Portaria MCTI n.º 436, de 14.06.2012.

2C67 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE
Art. 218 C.F.; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 13.123 (20/05/2015); Lei nº 11.105 (24/3/2005); Lei nº 9.456 (25/4/1997); Lei nº 6.938 (31/8/1981); Lei nº 4320/64; Decreto Lei nº 200/67; Decreto nº 6944/09; Decreto nº 6.041 (8/2/2007); Portaria MCTI 727 (11/outubro/2012).

4125 Pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação sobre a bio, geo e sociodiversidade da Amazônia no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Art. 218 da Constituição Federal / Decreto Nº 11.334, de 1º de JANEIRO DE 2023 / Portaria MCTI Nº 7.063, de 24 de maio de 2023.

4126 Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA
Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Decreto Nº 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.060, de 24 de maio de 2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, Inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4128 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI Nº 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.050, de 24 de maio de 2023.
4132 Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT art. 218, CF, MP nº 2.216/37/01; Decreto nº 35.124/54; Resolução Executiva 2076 de 25 de março de 76, DECRETO Nº 11.493, DE 17 DE ABRIL DE 2023, PORTARIA MCTI Nº 7.054, DE 24 DE MAIO DE 2023,PORTARIA MCTI Nº 6.745, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.
4139 Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC Constituição Federal Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTIC nº 5.158, de 14 de novembro de 2016, que estabelece o Regimento Interno do LNCC Portaria MCTI Nº 7.061, de 24 de maio de 2023 Nova portaria do Regimento Interno
4210 Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações Arts. 167, parágrafo 5º e 218, da CF/88; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto nº 5.820/06, alterado pelo Decreto nº 8.061/2013 e Decreto nº 5.151/2004.
4641 Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.844, de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6147 Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI); Portaria nº 3.410/2020 (Regimento Interno do MCTI); Portaria MCTI nº 5.720/2022 (Política de Cooperação Internacional em CT&I do MCTI); Portaria MCTI nº 5.733/2022 (Prioridades da Cooperação Internacional em CT&I no MCTI - biênio 2022-2023).
6702 Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 13.019, de 31.07.2014; Lei nº 13.243, do 11/01/2016; Decreto nº 11.531 de 16/05/2023; Decreto de 09.06.2004; Decreto nº 11.754 de 25/10/2023; Decreto 10.426/2020; Portaria MCTI nº 6.998 de 10/05/2023; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30/08/2023; . Decreto nº 11.493, de 17/04/2023.
24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
00LV Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal; Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (Lei nº 13.243/ 2016); Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
00RL Formação e Expansão da Capacitação de Recursos Humanos em Atividades de Pesquisa Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal; Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (Lei nº 13.243/ 2016); Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
2000 Administração da Unidade Lei nº 1310 de 15/01/1951.
20US Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal; Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (Lei nº 13.243/ 2016); Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21AF Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei de Inovação (LEI Nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (Lei nº 13.243/ 2016); Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004; Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
4208 Sistema Integrado de Informações em Ciência e Tecnologia (Plataforma Lattes) Art. 218 da CF; Decreto nº 11.229/ 2022; Lei nº 14.600/2023.
4210 Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações Arts. 167, parágrafo 5º e art. 218 da CF/88; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 5.820/06 e Decreto nº 5.151/2004.
6147 Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Lei nº 10.973/2004; Marco Legal (Lei 13.243/2016); Lei nº 7.781/1989; Decreto nº 9.581/2018; Portaria MCTI nº 6.582/2022; Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
6702 Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 11.229/2022. Decreto nº 11.493/2023.
24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica CF Art. 218; Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89.
00WS Contribuição para o Programa de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89; e Decreto nº 42.155/1957.
12P1 Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974;
Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

13CM Implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental - CENTENA Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89; Lei nº 10.308/2001.
13CN Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89.
2000 Administração da Unidade Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.
20UX Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.
215N Prestação de Serviços Tecnológicos e Inovadores Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974.; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; Lei nº 13.243, de 11de janeiro de 2016.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.
218E Armazenamento de Rejeitos Radiativos e Proteção Radiológica Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89. Lei nº 10.308/2001.
21E0 Suporte à Fiscalização em Instalações sob Controle Regulatório, nas Áreas de Proteção Radiológica Ambiental, Ocupacional e do Paciente Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.
21E1 Segurança de Instalações Nucleares e Controle de Material Nuclear Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.
21E2 Segurança de Instalações Radiativas, Instalações Minero-Industriais, Depósito de Rejeitos e Transporte e Controle de Minérios e Minerais de Interesse Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.
2478 Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.
2B32 Formação Especializada para o Setor Nuclear Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.
24205 Agência Espacial Brasileira
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica PLDO 2024
2000 Administração da Unidade Lei nº 8.854, de 10 de FEVEREIRO de 1984.
20VB Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PND AE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94 que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21AG Desenvolvimento de Missões e Aplicações Espaciais O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PND AE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.
21AH Governança, Estudos Estratégicos e Regulação de Atividades Espaciais O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PND AE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.
21AI Funcionamento e Atualização de Infraestruturas e Aplicações Espaciais O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.

21F9 Desenvolvimento da Capacidade Nacional de Acesso ao Espaço

O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.

7F40 Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA

*Art. 218 CF – Conforme previsto neste artigo, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Na área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Atividades Espaciais, formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Atividades Espaciais, criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação está em conformidade com o art. 3 da lei nº 8.854/94 que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências e Lei nº 13.971/2019 (PPA 2020-23) - Programa 2207 - Programa Espacial Brasileiro.

24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC

6432 Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores

Constituição Federal de 1988, artigos 218 e 219;
 Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007;
 Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008;
 Lei nº 12.745, de 19 de dezembro de 2012;
 Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
 Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008;
 Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

005V Cobertura de Despesas de Administração e de Despesas Operacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009)

Lei Nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, arts. 8º e 13; Decreto Nº 6.938, de 13 de agosto de 2009

0741 Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
 Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (c)
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso II; Lei 14.554, de 20 de abril de 2023, Art. 4º
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018 Art. 6º, §1º, Inciso III
 Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002. Art.2º, Inciso II

0745 Investimento em Empresas Inovadoras

Constituição Federal de 1988
 Lei nº 11.540 de 2007
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso III
 Lei 13.243 de 2016
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 Art. 4º
 Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002. Art.2º, Inciso III

0748 Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez

Lei nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02
 Lei nº 11.540, de 12/11/2007
 Lei 13.243 de 2016

0A29 Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)

Constituição Federal de 1988
 Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (b)
 Lei nº 10.973 de 2004 Art.19º, § 3º, 4º e 5º
 Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso IV
 Lei 13.243 de 2016
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 Art. 6º, §1º, Inciso III e Art. 21º a 24º

12P1 Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
 Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

13CL Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS.

1630 Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Base legal CT-infra:
 Constituição Federal de 1988 Art. 218º
 Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998
 Lei nº 11.540 de 2007 Art. 11
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001 Art. 1º, Art. 4º, Inciso III
 Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3A e Art. 3B
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018
 Decreto nº 3.807, de 26 de abril de 2001 Art. 1º, 2º e 4º
 Portaria nº 1.917 de 29 de abril de 2020

2095 Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
 Lei nº 11.540 de 2007 Art. 11
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001 Art. 1º, Art. 4º, Inciso III
 Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000
 Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3A e Art. 3B
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018
 Decreto nº 3.807, de 26 de abril de 2001 Art. 1º, 2º e 4º

2014 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas

Constituição Federal de 1988 Art. 218
 Lei nº 11.540 de 2007
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º
 Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018

2113 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
 Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (a)
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, inciso V, e art. 5º
 Lei 10.168 de 29 de dezembro de 2000 Art. 4º, 5º e 6º
 Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016.
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018 Art. 3º
 Decreto nº 4.195 de 2002 Art. 1º

2119 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
 Lei nº 11.540 de 2007
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 Art. 2º, § 2º, inciso II
 Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017
 Lei nº 9.993 de 24 de julho de 2000
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art.: 3º, Inciso I (b)
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018
 Decreto nº 3.866, de 16 de julho de 2001 Art. 1º

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022.; Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE); Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP); Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (IMPA); Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPEM); Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapii); Decreto nº 11.275 de 06 de dezembro de 2022 (INPO); Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Instrução Normativa GM nº 8 de 07 de dezembro de 2022.

2189 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
 Lei nº 11.540 de 2007
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 Art. 4º, Inciso I, § 1º e 2º e Art. 5º, Inciso II
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009 Art. 3º, Inciso I (c)
 Decreto nº 9.283 de 2018
 Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001 Art. 1º

2191 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
 Lei nº 11.540 de 2007
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 9.992, de 24 de julho de 2000 Art. 1º, § 1º e 3º
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018
 Decreto nº 4.324, de 6 de agosto de 2002. Art. 1º e 3º

21FA Fomento a Ciência, Tecnologia & Inovação para o Desenvolvimento Social

Constituição Federal de 1988 Art. 218;
 Lei nº 11.540 de 2007;
 Lei nº 10.973 de 2004;
 Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º;
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
 Decreto nº 6.938 de 2009;
 Decreto nº 9.283 de 2018;
 Portaria MCTI Nº 6.998/2023, Art.2º.

2223 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
 Lei nº 11.540 de 2007
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 Art. 1º, Inciso V, § 3º e 8º
 Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000 Art. 3º
 Lei 13.243 de 2016
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018
 Decreto nº 3.874, de 19 de julho de 2001 Art. 1º

2357 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
 Lei nº 11.540 de 2007
 Lei nº 10.973 de 2004
 Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 Art.1º, Incisos I, II, III e IV e Art. 2º
 Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
 Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
 Decreto nº 6.938 de 2009
 Decreto nº 9.283 de 2018

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, Inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 3.915, de 12 de setembro de 2001 Art. 1º

2997 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso II.
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.143, de 25 de fevereiro de 2002

4031 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso III.
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.154, de 07 de março de 2002

4043 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio (CT-Agronegócio)

Constituição Federal de 1988
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso I.
Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.157, de 12 de março de 2002

4053 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso IV.
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.179, de 02 de abril de 2002

4156 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 Art. 49, Inciso I (d) e Inciso II (f) § 1º e § 2º
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3º, Inciso I
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 2.851, de 30 de novembro de 1998 Art. 1º, §1º e Art. 2º
Decreto nº 2.705, de 3/8/1998
Decreto nº 3.318, de 30/12/1999 Art. 5º

4185 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)

Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 Art. 11, §1º e Inciso III, §2º
Lei 13.243 de 2016
Lei nº 13.969 de 2019
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009; Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2000 Art. 13º, Inciso III
Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006

4947 Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia

Constituição Federal de 1988 Art. 218;
Lei nº 11.540 de 2007;
Lei nº 10.973 de 2004;
Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º;
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
Decreto nº 6.938 de 2009;
Decreto nº 9.283 de 2018;

4949 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 Art. 2º, § 3º e 4º e Inciso II
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 Art. 5º, § 1º e Inciso II, Art. 27, Inciso IV e VI

8563 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval (CT-Aquaviário)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 Art. 17º, §1º
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 5.252, de 22 de outubro de 2004 Art. 1º e 3º

25101 Ministério da Fazenda - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012 - Art. 5º;
Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019;
Ofício nº 7180/2017-MP, de 7 de fevereiro de 2017;
Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

0556 Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas

Decreto-Lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944, o qual autoriza a criação da FGV;
Decreto-Lei nº 9.486, de 18 de julho de 1946, o qual autoriza a consignar, no orçamento federal, dotação para realizar transferência financeira para a FGV;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

1660 Implantação das Soluções Tecnológicas Decorrentes da Reforma Tributária

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Fazenda.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

2026 Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986 - Criação da Secretaria do Tesouro Nacional;
Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

2027 Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF;
Decreto 92.452, de 10 de março de 1986 - Criação da STN;
Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

2180 Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória

Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944 - Dispõe sobre o serviço de Loterias;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a exploração de loterias;
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 - Abre a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências;
Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984 - Dispõe sobre as atividades da equidécultura no País, e dá outras providências;
Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, art. 9º, inc. VI;
Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

21CR Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Artigo 64 - Lei de Responsabilidade Fiscal, A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.
Portaria SGE/SE/IMF nº 001, de 01/03/2018 - que aprovou o Regulamento Operacional do Programa.
Resoluções do Senado Federal nº 64, de 1999; nº 17, de 2001; nº 43, de 2001 - e nº 03, de 2002;
Contrato de Empréstimo BID no 1194/OC-BR, assinado em 18/05/2001;
Contrato de Empréstimo BID no 2248/OC-BR, assinado em 29/12/2009;
Contrato de Empréstimo BID nº 3391/OC-BR, assinado em 28/12/2017.

25103 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

1481 Construção do Edifício-Sede de Unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em Belém - PA

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.
Acrdão nº 1367/2021 – TCU, item 9.1.1
9.1.1. o objeto da Concorrência 01/2020, apesar de estar previsto para ser executado ao longo de três exercícios, não consta da Lei 13.971, de 27/12/2019, relativa ao Plano Plurianual 2020-2023, e tampouco tem ação orçamentária específica, uma vez que os recursos previstos para serem destinados ao empreendimento constam de dotação de gestão e manutenção do Poder Executivo, tipo "guarda-chuva", e não de investimento, configurando afronta ao art. 167, § 1º, da Constituição Federal de 1988 e aos arts. 5º, § 5º, e 16, incisos I e II, da Lei Complementar 101, de 4/5/2000.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

20VG Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil;
Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que cria o CARF;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

219L Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, arts. 27 a 30;
Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, § 5º do art. 13; e
Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 35.

2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal;
Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018 - Regulamenta os critérios e os procedimentos específicos para o desenvolvimento dos servidores nos cargos das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

2244 Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional

Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 - Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências;
Decreto-Lei n. 147, 3 de fevereiro de 1967 - Dá nova lei orgânica à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.);
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 - Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências;
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994 - Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial as contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

25203 Comissão de Valores Mobiliários

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015; e
Ofício nº 16/2017/CVM/SRUGRI, de 17 de março de 2017 - Dispõe sobre o aceite da proposta de roteio do pagamento da contribuição do Comitê de Governança Corporativa (CGC) - OCDE.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

210J Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários;
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as Sociedades por Ações;
Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76 e na Lei nº 6.385/1976.
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

25208 Superintendência de Seguros Privados

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados;
Decreto nº 11.184, de 25 de agosto de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos da SUSEP.

20VH Supervisão, Regulação e Orientação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - Regime de Previdência Complementar;
Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 - Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior;
Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre as sociedades de capitalização;
Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1971 - Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre;
Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica;
Lei nº 14.332, de 4 de maio de 2022 - Dispõe sobre a arrecadação de recursos por entidades beneficentes de assistência social por meio de títulos de capitalização;
Lei nº 14.544, de 4 de abril de 2023 - Dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos das indenizações previstas no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974;
Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 - Regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Decreto nº 10.393, 09 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF;
Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020 - Regulamenta a análise de impacto regulatório;
Decreto nº 10.465, de 18 de agosto de 2020 - Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização.
Decreto nº 11.184, de 25 de agosto de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental da SUSEP.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

25903 Fundo de Compensação e Variações Salariais

0023 Obrigações com a Garantia de Contratos de Financiamento Habitacional

Lei nº 4.380, de 16 de agosto de 1964 - Prevê o Seguro de Crédito ao Adquirente;
Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990 - Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Mutuários (Cadmut);
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - Novação de dívidas e responsabilidades do FCVVS;

Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001 - Pagamento em espécie a agentes credores;
Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011 - Assunção pelo FCVVS dos direitos e das obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH);
Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014- Competência da CAIXA para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVVS;
Resolução de Diretoria do Conselho de Administração do BNH nº 25, de 16 de junho de 1967 - Institui o FCVVS.

0617 Operacionalização do Fundo de Compensação e Variações Salariais - FCVS

Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - art. 25;
Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002 - art. 15.

26101 Ministério da Educação - Administração Direta

00P1 Concessão de Bolsas de Residência em Saúde

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.932/1981; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 7.562/2011; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021; Portaria Interministerial nº 9/2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto nº 11.691, de 2023
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Lei nº 14.621/2023; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023.
Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

00VI Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.513/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.113/2020; Lei nº 14.172/2021; Lei nº 14.640/2023; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC nº 1.495/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos II, III e IV.

00VL Assistência à Moradia de Bolsistas Atuantes em Programas de Residência Médica

Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 (art. 4, § 5º, inciso III).

00W9 Contribuição Voluntária à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

Decreto Legislativo nº 97, de 25 de setembro 1980, que aprova o texto do Convênio de Santo Domingo, ratificado em 26 de maio de 1999; Decreto Legislativo nº 336, de 24 de julho de 2003, que aprova o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a OEI; Decreto nº 5.128, de 6 de julho de 2004, que promulga o Acordo de Sede entre o Brasil e a OEI. Artigo 33 do Acordo; Decreto nº 7.503, de 24 de junho de 2011, que promulga o Convênio de Santo Domingo; e Decreto nº 8.289, de 25 de julho de 2014, que promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a OEI.

0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.556/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

0A12 Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.096/2005 (Prosu); Lei nº 11.180/2005; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

152X Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15R4 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Proinatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria MEC/GM nº 713/2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15Y5 Implantação do Alojamento do ITA

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

165V Apoio a Implementação do ITA Ceará

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Constituição Federal/1988, art. 227; Lei nº 4.024/1961; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 11.274/2006; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; Portaria MEC nº 1.306/1999; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título VI, Art. 70, Inciso I; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999, Seção II; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.530/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Lei 14.133/2021; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.786/2023; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Portaria MEC nº506/2024; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria Normativa MEC nº470/2024; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; Portaria Capes 220/2019; Resolução CNE/CB nº 2/2001; Resolução CNE/CB nº 5/2005; Resolução CNE/CB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Resolução CNE nº09/2012; Portaria CAPES nº 59/2013; Resolução FNDE nº03/2024; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Lei nº 12.244/2010; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.612/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.770/2021; Decreto nº 11.793/2023; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do CNE: Base Nacional Comum Curricular. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal/1998, art. 218; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Lei nº 9.637/1998; Decreto Presidencial nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Decreto 9.190/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

213M Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão

Constituição Federal/1988, arts. 37, 208, 210, 215 e 231; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.525/2007; Lei nº 12.288/2010; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.594/2012; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.796/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.165/2015; Lei nº 14.191/2020; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 6.872/2009; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.053/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.626/2011; Decreto nº 7.649/2011; Decreto nº 8.154/2013; Decreto nº 10.089/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.447/2023; Decreto nº 11.793/2023; Portaria Normativa nº 13/2007; Portaria Interministerial nº 424/2012; Portaria nº 25/2012; Portaria nº 86/2013; Portaria nº 389/2013; Portaria Normativa nº 21/2013; Portaria nº 1.062/2013; Portaria nº 1.129/2013; Portaria nº 89/2013; Portaria MEC nº 33/2018; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

214V Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 9.394/1996, (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 10.741/2003, Capítulo V; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.433/2011; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.852/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.507/2011; Decreto nº 6.626/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.306/2018, art. 8º, Inciso II; Decreto nº 10.656/2021; Resolução CNE/CB nº 2/2010; Resolução MJ nº 3/2009; Resolução CNE/CB nº 2/2010; Resolução CNE/CB nº 4/2016; Resolução FNDE nº 12/2020; resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE/HR; Resolução CA/EBSE/HR nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

219U Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.691/2023; Portaria MEC/GM 713/2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

219V Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.958/1994; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 7423/10; Decreto 8240/14; Decreto 8241/14; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.691/2023. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 6.302/2007; Decreto nº 7.589/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 1.042/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21B4 Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 12.616/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 6.302/2007; Decreto nº 7.589/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 1.042/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso IV.

21GT Implementação de Ações de Sustentabilidade nas Universidades Federais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GU Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.932/81; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 14.621/2023; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 11.999/2024; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.691/2023; Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria MEC nº 1.053/2021. Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/87; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei Complementar nº 187/2021; Decreto nº 11.791/2023; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Conjunta nº 6/2012; Portaria Normativa nº 2/2013; Portaria Normativa nº 14/2013; Portaria Normativa nº 15/2013; Portaria Normativa nº 17/2013; Portaria Normativa nº 19/2013; Portaria Normativa nº 14/2014; Portaria Normativa nº 16/2014; Portaria Interministerial nº 376/2014; Portaria Normativa nº 01/2017; Portaria Normativa nº 11/2017; Portaria Normativa nº 15/2017; Portaria Normativa nº 20/2017; Portaria Normativa nº 21/2017; Portaria Normativa nº 23/2017; Portaria MEC nº 315/2018; Portaria MEC nº 328/2018; Portaria MEC nº 329/2018; Portaria MEC nº 523/2018; Portaria MEC nº 1.095/2018; Portaria Normativa nº 741/2018; Portaria MEC nº 2.117/2019; Portaria MEC nº 343/2022; Portaria MEC nº 893/2022. Amparo legal: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

26104 Instituto Nacional de Educação de Surdos

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE/HR; Resolução CA/EBSE/HR nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21C0 Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo V; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 323/2009; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CB nº 4/1999; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26105 Instituto Benjamin Constant

00P1 Concessão de Bolsas de Residência em Saúde

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.932/1981; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 7.562/2011; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021; Portaria Interministerial nº 9/2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE/HR; Resolução CA/EBSE/HR nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21C0 Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo V; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 323/2009; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CB nº 4/1999; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26201 Colégio Pedro II

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 6.994/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CB nº 4/1999; Resolução CNE/CB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 8.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 8 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEH; Resolução CA/EBSEH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26231 Universidade Federal de Alagoas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.519/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.888/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26232 Universidade Federal da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEH; Resolução CA/EBSEH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26233 Universidade Federal do Ceará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26234 Universidade Federal do Espírito Santo

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26235 Universidade Federal de Goiás

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26236 Universidade Federal Fluminense

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26237 Universidade Federal de Juiz de Fora

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26238 Universidade Federal de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 676/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº

10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26239 Universidade Federal do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<p>21GS Internacionalização da Educação Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.</p>	<p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.</p>
<p>2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</p> <p>Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.</p> <p>Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</p>	<p>26241 Universidade Federal do Paraná</p>
<p>4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.</p> <p>Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</p>	<p>00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica</p> <p>Decreto nº 11.691, de 2023.</p>
<p>4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</p> <p>Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.</p>	<p>00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica</p> <p>Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.</p>
<p>8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.</p>	<p>20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.</p>
<p>15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.</p>	<p>20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.</p>
<p>206240 Universidade Federal da Paraíba</p>	<p>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</p> <p>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.</p> <p>Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</p>
<p>00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica</p> <p>Decreto nº 11.691, de 2023.</p>	<p>21D7 Apoio à Educação a Distância</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.</p>
<p>00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica</p> <p>Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.</p>	<p>21GS Internacionalização da Educação Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.</p>
<p>20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.</p>	<p>4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.</p> <p>Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</p>
<p>20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.</p>	<p>4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</p> <p>Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.</p>
<p>20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.</p>	<p>8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.</p>
<p>20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.</p>	<p>26242 Universidade Federal de Pernambuco</p>
<p>21D7 Apoio à Educação a Distância</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.</p>	<p>00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica</p> <p>Decreto nº 11.691, de 2023.</p>
<p>21GS Internacionalização da Educação Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.</p>	<p>00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica</p> <p>Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.</p>
<p>2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</p> <p>Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.</p> <p>Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</p>	<p>15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.</p>
<p>4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.</p> <p>Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</p>	<p>20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.</p>
<p>4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</p> <p>Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.</p>	<p>20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.</p>
<p>8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior</p>	<p>20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.</p>
	<p>21D7 Apoio à Educação a Distância</p> <p>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.</p> <p>Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.</p>
	<p>21GS Internacionalização da Educação Superior</p>

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26243 Universidade Federal do Rio Grande do Norte

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GK Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 11.401/2023.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

7XE1 Reconstrução e Modernização do Museu Nacional
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Decreto-Lei nº 2.974/1941; Decreto-Lei nº 8.689/1946; Lei nº 11.904/2009; Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26246 Universidade Federal de Santa Catarina

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 6/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26247 Universidade Federal de Santa Maria

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26248 Universidade Federal Rural de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CB nº 17/1997; Parecer CNE/CB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE), Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26250 Fundação Universidade Federal de Roraima

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CAEBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2005; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26252 Universidade Federal de Campina Grande

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CAEBSERH nº 213/2023.
 Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
 Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
 Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26253 Universidade Federal Rural da Amazônia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
 Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
 Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
 Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26255 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE RH; Resolução CA/EBSE RH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE RH; Resolução CA/EBSE RH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26257 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE RH; Resolução CA/EBSE RH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE RH; Resolução CA/EBSE RH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26260 Universidade Federal de Alfenas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26261 Universidade Federal de Itajubá

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 676/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/20017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, V e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26262 Universidade Federal de São Paulo

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria

Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26263 Universidade Federal de Lavras

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26264 Universidade Federal Rural do Semi-Árido

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.691, de 2023.
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.
20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
21D7 Apoio à Educação a Distância Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.
21GS Internacionalização da Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26266 Fundação Universidade Federal do Pampa
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.691, de 2023.
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.
15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.
20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.
21D7 Apoio à Educação a Distância Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.
21GS Internacionalização da Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.691, de 2023.
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.
20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
21D7 Apoio à Educação a Distância Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.
21GS Internacionalização da Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.691, de 2023.
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.
20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.
21D7 Apoio à Educação a Distância Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.
21GS Internacionalização da Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26270 Fundação Universidade do Amazonas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26271 Fundação Universidade de Brasília

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC nº 694/2022; Resolução CNE/CES nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21G5 Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21G5 Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26274 Universidade Federal de Uberlândia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21G5 Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26275 Fundação Universidade Federal do Acre

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26279 Fundação Universidade Federal do Piauí

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Pnecser CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26281 Fundação Universidade Federal de Sergipe

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</div>	<div>00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.691, de 2023.</div>
<div>21D7 Apoio à Educação a Distância Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.</div>	<div>00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.</div>
<div>21GS Internacionalização da Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Decreto nº 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.</div>	<div>20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.</div>
<div>2984 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</div>	<div>20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.</div>
<div>4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</div>	<div>21D7 Apoio à Educação a Distância Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.</div>
<div>4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.</div>	<div>21GS Internacionalização da Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.</div>
<div>8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.</div>	<div>4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</div>
<div>26283 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</div>	<div>4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.</div>
<div>00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.691, de 2023.</div>	<div>8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.</div>
<div>00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.</div>	<div>26285 Fundação Universidade Federal de São João del-Rei</div>
<div>20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.</div>	<div>00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.691, de 2023.</div>
<div>20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.</div>	<div>00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.</div>
<div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</div>	<div>20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.</div>
<div>21D7 Apoio à Educação a Distância Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.</div>	<div>20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.</div>
<div>21GS Internacionalização da Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.</div>	<div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</div>
<div>4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.</div>	<div>21D7 Apoio à Educação a Distância Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.</div>
<div>4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.</div>	<div>21GS Internacionalização da Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.</div>
<div>4641 Publicidade de Utilidade Pública Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017</div>	<div>4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.</div>
<div>26284 Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre</div>	<div>8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096</div>

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26286 Fundação Universidade Federal do Amapá

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto nº 11.691, de 2023.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Lei 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 11.651/2023; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018; Portaria nº 96/2020; Portaria nº 195/2020; Portaria nº 183/2021; Portaria Inep nº 446/2021; Portaria MEC nº 94/2022; Portaria nº 265/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RM Exames e Avaliações da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 9.432/2018; Decreto nº 11.556/2023; Portaria MEC nº 2.270/2002; Portaria MEC nº 3.415/2004; Portaria MEC nº 807/2010; Portaria MEC nº 1.350/2010; Portaria MEC nº 482/2013, alterada pela Portaria nº 564/2017; Portaria Inep nº 10/2021; Portaria MEC nº 458/2020; Resolução CNE/CEB nº 04/1999.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação

Lei 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 11.651/2023; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018; Portaria nº 96/2020; Portaria nº 195/2020; Portaria nº 183/2021; Portaria Inep nº 446/2021; Portaria MEC nº 94/2022; Portaria nº 265/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B5 Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Resolução CNE/CES nº 1/2018.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4000 Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 11.204/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4014 Censo Escolar da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Art. 22, inciso XVIII e Art. 208, § 3º; Lei nº 8.069/1990, Art. 54, § 3º; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 5º, § 1º Inciso I e Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 10.656/2021; Portaria nº 316/2007; Portaria nº 264/2007; Portaria Inep nº 235/2011; Portaria Inep nº 91/2017; Portaria Inep nº 503/2018; Resolução CNE/CEB nº 1/2018; Portarias Anuais de Cronograma de execução das etapas do Censo Escolar.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

6503 Censo Escolar da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Art. 22, inciso XVIII, e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo IV; Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 9.235/2017; Portaria MEC nº 794/2013; Portaria Normativa MEC nº 21/2017; Portarias Anuais de Cronograma de execução das etapas do Censo da Educação Superior.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

00O0 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.695/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Alto Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Portaria Capes nº 220/2019; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013; Portaria Interministerial MEC/MS nº 98/2013; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Portaria Normativa MEC nº470/2024; Portaria MEC nº506/2024; Resolução CNE nº08/2012; Resolução FNDE nº03/2024.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

0487 Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, art. 4º, inciso IX, e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.405/1992; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.274/2004; Decreto nº 6.576/2008; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.448/2011; Decreto nº 7.641/2011; Decreto nº 7.642/2011; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 11.238/2022; Portaria Interministerial nº 495/2013; Portaria MEC nº 7/2009; Portaria MEC nº 25/2013; Portaria MEC nº 973/2014; Portaria CAPES nº 34/2006; Portaria CAPES nº 76/2010; Portaria CAPES nº 19/2011; Portaria CAPES nº 248/2011; Portaria CAPES nº 181/2012; Portaria CAPES nº 47/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 86/2013; Portaria CAPES nº 90/2013; Portaria CAPES nº 140/2013; Portaria CAPES nº 156/2014; Portaria CAPES nº 106/2014; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 23/2017; Portaria CAPES nº 149/2017; Portaria CAPES nº 202/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Portaria CAPES nº 08/2018; Portaria CAPES 01/2020; Portaria CAPES nº 34/2020; Portaria CAPES nº 55/2020; Portaria CAPES nº 121/2020; Portaria nº 73/2022; Portaria CAPES nº 124/2022; Portaria CAPES nº 155/2022; Portaria CAPES nº 203/2022; Portaria CAPES, nº 33/2023; Portaria nº 40/2023; Portaria CAPES, nº 79/2023; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2014.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título VI, Art. 70, Inciso I; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999, Seção II; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Lei 14.133/2021; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.786/2023; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Portaria nº506/2024; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria Normativa MEC nº470/2024; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/MEF/GU nº 424/2018; Portaria Capes 220/2019; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2006; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CEB nº 2/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/2018; Resolução CNE/CEB nº 2/2019; Resolução CNE nº08/2012; Portaria CAPES nº 59/2013; Resolução FNDE nº03/2024; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação

Lei 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 11.651/2023; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018; Portaria nº 96/2020; Portaria nº 195/2020; Portaria nº 183/2021; Portaria Inep nº 446/2021; Portaria MEC nº 94/2022; Portaria nº 265/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2317 Acesso à Informação Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.405/1992; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 11.238/2022; Portaria CAPES nº 74/2017; Portaria CAPES nº 122/2017; Portaria CAPES nº 29/2018.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26292 Fundação Joaquim Nabuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UJ Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4000 Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 11.204/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

6294 Promoção de Ações para o Desenvolvimento Local Sustentável

Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979;
Decreto nº 11.201, de 20 de setembro de 2022.

26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre

00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Lei nº 14.621/2023; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023.
Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

21D8 Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Portaria Capes nº 220/2019; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013; Portaria Interministerial MEC/CMC nº 98/2013; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Portaria Normativa MEC nº 470/2024; Portaria MEC nº 506/2024; Resolução CNE nº 08/2012; Resolução FNDE nº 03/2024.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

00OW Apoio à Manutenção da Educação Infantil

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seções I e II; Lei nº 12.499/2011; Lei nº 12.722/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resolução CNE/CEB nº 5/2009; Resolução CNE/CEB nº 1/2011; Resolução CNE/CEB nº 2/2018; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III

00PH Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 9.608/1998; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.629/2006; Decreto nº 10.959/2022; Decreto nº 11.556/2023; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

00PI Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções específicas sobre alimentação escolar, publicadas pelo FNDE.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

00QH Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.172/1966; Lei nº 12.688/2012; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2012; Portaria Normativa MEC nº 26/2012.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.

00SB Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

Emenda Constitucional nº 108/2020; Lei nº 14.113/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

00SU Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seções I e II; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.494/2008; Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

00VI Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.513/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.113/2020; Lei nº 14.172/2021; Lei nº 14.640/2023; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC nº 1.495/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos II, III e IV.

00W2 Integralização de cotas pela União em Fundo Privado com o Objetivo de Custear e Gerir Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio

Lei nº 14.818/2024.

0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.556/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.764/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 7.083/2010; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.770/2021; Decreto nº 11.556/2023; Decreto nº 11.786/2023; Portaria Normativa MEC nº 470/2024; Portaria MEC nº 506/2024; Resolução CNE nº 08/2012; Resolução FNDE nº 03/2024; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

0A12 Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.096/2005 (Prouni); Lei nº 11.180/2005; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

0E53 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996, Art. 70, inciso VIII.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Constituição Federal/1988, art. 227; Lei nº 4.024/1961; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 11.274/2006; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; Portaria MEC nº 1.306/1999; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RP Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.840/2006; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 9.099/2017.
Amparo legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 12.244/2010; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.612/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.770/2021; Decreto nº 11.793/2023; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do CNE; Base Nacional Comum Curricular.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

213M Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão

Constituição Federal/1988, arts. 37, 208, 210, 215 e 231; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.525/2007; Lei nº 12.288/2010; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.594/2012; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.796/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.185/2015; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 6.872/2009; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.053/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.626/2011; Decreto nº 7.649/2011; Decreto nº 8.154/2013; Decreto nº 10.088/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.447/2023; Decreto nº 11.793/2023; Portaria Normativa nº 13/2007; Portaria Interministerial nº 424/2012; Portaria nº 25/2012; Portaria nº 86/2013; Portaria nº 389/2013; Portaria Normativa nº 21/2013; Portaria nº 1.062/2013; Portaria nº 1.129/2013; Portaria nº 98/2013; Portaria MEC nº 33/2018; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

214V Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996, (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 10.741/2003, Capítulo V; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.433/2011; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.852/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.507/2011; Decreto nº 6.626/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.306/2018, art. 8º, inciso II; Decreto nº 10.556/2021; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução MJ nº 3/2009; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução CNE/CEB nº 4/2016; Resolução FNDE nº 12/2020; resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A e 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B4 Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 6.302/2007; Decreto nº 7.589/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 1.042/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010 e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010 e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A e 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26352 Fundação Universidade Federal do ABC

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A e 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26421 Instituto Federal de Rondônia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26422 Instituto Federal Catarinense

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2006; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.018/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

26423 Instituto Federal de Sergipe

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26424 Instituto Federal do Tocantins

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26425 Instituto Federal do Acre

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III, Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resolução nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

Decreto nº 11.691, de 2023.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.881/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

Decreto nº 11.691, de 2023.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

Página

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010, e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

26439 Instituto Federal de São Paulo

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26440 Universidade Federal da Fronteira Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.891/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26441 Universidade Federal do Oeste do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.891/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.711/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RX Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.082/2010; Decreto nº 8.587/2015; Decreto 10.434/2020; Portaria Interministerial nº 883/2010; Portaria MEC-GM nº 442/2012.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26447 Universidade Federal do Oeste da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26449 Universidade Federal do Cariri

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26450 Universidade Federal do Sul da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I. Decreto nº 11.691, de 2023.

Decreto nº 11.691, de 2023.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.293/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013, Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012, Resolução CF/DFNE nº 36/2013; Resolução CF/DFNE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I e IV e IX.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Aprovado em 12/06/2024 (10064) (DB) Art. 70, inciso I

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de

nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria

30/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução COFENDE nº 36/2013; Resolução COFENDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26456 Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CAEBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26457 Universidade Federal do Norte do Tocantins

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CAEBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

28101 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil
Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade
Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

20TT Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços
Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, que Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, e
Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

20TU Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o imposto de importação e os serviços aduaneiros;
Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, art. 5º
Lei nº 8.402, de 08 de janeiro de 1992, art. 1º, 1º, §2º - Base legal dos regimes de Drawback;
Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, art. 12
Lei nº 12.350, de 26 de dezembro de 2010, art. 31
Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992 - Institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX;
Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro;
Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

20ZO Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior
Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995 - Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências;
Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 - Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra);
Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, Arts. 17, 18 e 19 - Dispõem sobre aspectos operacionais específicos dos processos de defesa comercial;
Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 - Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda;
Decreto nº 2.667, de 10 de julho de 1998 - Dispõe sobre a execução do Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n º 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 17 de dezembro de 1997;
Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013 - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping;
Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017 - Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial;
Decreto nº 10.830 de 18 de outubro de 2021 - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias;
Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e
Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023 - Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.

210E Promoção do Desenvolvimento Industrial
Constituição Federal – Artigos 170, 179 e 218 a 219-B;
Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem;
Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - Incentivo à inovação tecnológica;
Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018 - Institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística;
Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores;
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018 - medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Decreto nº 10.306, de 02 de abril de 2020 - Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, Estratégia BIM BR;
Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 - dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação;
Decreto nº 10.615, de 29 de janeiro de 2021 - dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores;
Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
Decreto nº 11.482, de 06 de abril de 2023 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial- CNDI; e
Decreto nº 11.888, de 22 de janeiro de 2024 - Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - qualificação de entidades como organizações sociais e Programa Nacional de Publicização; Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e cria o Comitê Nacional de Biotecnologia - CBN;

Decreto de 2 de setembro de 2013 (sem número), que qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII;

Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 - critérios para a qualificação de organizações sociais; e

Decreto nº 11.516, de 3 de maio de 2023 - Qualifica como organização social a Fundação Universilas de Estudos Amazônicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21B0 Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória

Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009 - Regulamenta a Lei no 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação - ZPE;

Decreto nº 9.931, de 23 de julho de 2019 - Institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual;

Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação;

Decreto nº 11.243, de 21 de outubro de 2022 - Dispõe sobre as medidas a serem adotadas para a promoção de boas práticas regulatórias no âmbito do Poder Executivo federal; e

Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

21FH Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Lei da Biodiversidade;

Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura Administrativa do MDIC; e

Decreto nº 11.646, de 16 de agosto de 2023 - Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

28202 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015; e Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e dá outras providências;

Decreto nº 11.221, de 5 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO; e Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta;

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - qualificação de entidades como organizações sociais e Programa Nacional de Publicização; Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP; e

Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 - critérios para a qualificação de organizações sociais.

214I Gestão da Metrologia Legal e de Avaliação da Conformidade

Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, Capítulo VII, Artigo 55 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metroológicos;

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

214J Fiscalização em Metrologia e Qualidade

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - art. 56;

Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metroológicos;

Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;

Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21FI Proteção dos Direitos de Propriedade Industrial

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Decreto nº 11.207, de 26 de setembro de 2022 - Estrutura Regimental do Instituto Nacional da Propriedade Industrial; e

Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 - Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus;

Lei nº 13.451, de 16 de junho de 2017 - Dispõe sobre a competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental e institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS); Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

210L Promoção do Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação na área de atuação da Suframa

Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 - regula a Zona Franca de Manaus;

Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968 - estende Benefícios do Decreto-Lei nº 288 a Áreas da Amazônia Ocidental;

Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 -importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;

Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991 - cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima;

Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 - artigos 2º e 11 - institui a política de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Zona Franca de Manaus e cria a área de livre comércio nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá;

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;

Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008 - artigos 4º, 6º e 7º - regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação;

Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009 - artigos 26 e 27 - institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

28904 Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC

0473 Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)

Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997 - Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências;

Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências.

20AP Serviços de Auditoria e Controle

Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997 - Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências;

Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências.

29101 Defensoria Pública da União

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

A inclusão dessa programação se enquadra no disposto no art. 12, inciso XVI da LDO para 2024 (Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023).

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

A inclusão dessa programação se enquadra no disposto no art. 12, inciso XVI da LDO para 2024 (Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023), bem como nos termos dos art. 25 e 26 da Resolução nº 202, de 8 de julho de 2022 (regimento interno da DPU).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

21CZ Apoio à Assistência Jurídica ao Cidadão

EC 74/2013; Lei Complementar 80/94; Lei 9.020/95.

2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão

Constituição Federal , art. 5º , inciso LXXIV e art. 134; EC 74/2013; Lei Complementar 80/94; e Lei 9.020/95.

30101 Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, art. 106; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei 14.802/24 – PPA 2024/2027; Decreto nº 11.349/2023 - Decreto nº 11.349/2023 – novo decreto de estrutura do MJSP; Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019, seções 2 e 4; Decreto nº 10.785, de 01 de setembro de 2021 (Altera o Decreto nº 9.862, de 1º de janeiro de 2019); Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional, Portaria nº 905, de 24 de outubro de 2017, art. 1º, inciso XVIII, Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP.

00U4 Contribuição Voluntária para o Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça (PIAJ)

Constituição Federal de 1988 (art. 5º e 6º);

Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 – Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos estados, e dá outras providências;

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para cobir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal;

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003;

Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve;

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997; e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997;

Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007 – Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDH, que tem por finalidade estabelecer princípios e diretrizes de proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promove, protege ou defende os Direitos Humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco e vulnerabilidade e dá outras providências;

Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva;

Resolução CNU nº 125, de 29 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Resolução CNDH nº 10, de 17 de outubro de 2018 - Dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos;

2000 Administração da Unidade
 Constituição Federal 1988;

Lei 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei 14.802/24 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Decreto-Lei 200/1967;

decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro DE 2021;

Decreto de Estrutura MJSP atual – Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023

Portaria do Ministro nº 02 de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, na versão compilada com as alterações das Instruções Normativas SGD/ME nº 202, de 2019, SGD/ME nº 31, de 2021 e SGD/ME nº 47, de 2022 (Atualizado em 29/12/2022)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada)

Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2017 Promoção da Política Nacional de Justiça

Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990;
 Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;
 Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997;
 Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999;
 Lei n. 10.359, DE 27 de dezembro de 2001;
 Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
 Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003;
 Lei n. 11.340, de 07 de agosto 2006;
 Lei Nº 12.485, DE 12 de setembro DE 2011;
 Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013;
 Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
 Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;
 Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015;
 Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016;
 Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017;
 Lei nº 13.445, de 20 de maio de 2017;
 Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018;
 Inciso I da Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019;
 Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020;
 Lei nº 14.802,de 10 de janeiro de 2024.

Decreto Lei nº 3.689, de 4de outubro de 1941;
 Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942;
 Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991;
 Decreto n. 1.973 de 01 de agosto de 1996;
 Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999;
 Decreto nº 1.925, de 10 de junho de 1996;
 Decreto nº 2.022, de 7 de outubro de 1996;
 Decreto nº2.428, de 17 dezembro de 1997;
 Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998;
 Decreto nº 3.324, de 30 maio de 1999;
 Decreto nº 3.229, de 29 de outubro de 1999;
 Decreto nº 3.468, de 17 de maio de 2000;
 Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000;
 Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941;
 Decreto nº 3.768, de 8 de março de 2001;
 Decreto nº 3.895, de 23 de agosto de 2001;
 Decreto nº 3.951, de 4 de outubro de 2001;
 Decreto nº 3.988, de 29 de outubro de 2001;
 Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002;
 Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004;
 Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005;
 Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005;
 Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006;
 Decreto nº 5.919, de 3 de outubro de 2006;
 Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006;
 Decreto nº 6.282, de 3 de dezembro de 2007;
 Decreto nº 6.340, de 3 de janeiro de 2008;
 Decreto nº 6.462, de 21 de maio de 2008;
 Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017;
 Decreto nº9.856 de 25 de junho de 2019;
 Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.

Portaria Conjunta MJMRE nº 501, de 21 de março de 2012;
 Portaria SNU nº 242, de 29 de setembro de 2014;
 Portaria Conjunta SNU/DPJ nº 231, de 17 de dezembro de 2015;
 Portaria MJ n. 362 de 1 de março 2016;
 Portaria nº 89, de 14 de fevereiro de 2018;
 Portaria nº 217, de 27 de fevereiro de 2018;
 Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro de 2018;
 Portaria nº 605, de 21 de junho de 2019
 Portaria nº 863, de 28 de novembro de 2019;
 Portaria MJSP nº 864, 28 de novembro de 2019;
 Portaria MJSP nº 665, 11 de junho de 2020;
 Portaria MJSP nº 502 de 23 de novembro de 2021;
 Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022;
 Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022;
 Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022;
 Portaria nº 89, de 14 de fevereiro de 2018;

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria MJSP Nº 400, de 13 de junho de 2023;

Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010;
 Resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Imigração;
 Resolução nº 449, de 30 de março de 2022;
 Emenda Regimental nº 41, de 21 de setembro de 2022;
 Tratados bilaterais e convenções multilaterais de cooperação jurídica internacional.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

218M Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
 Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
 Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm);
 Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº 14.550, de 19 abril de 2023;
 Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sinad);
 Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
 Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
 Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
 Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESCI);
 Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
 Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
 Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância);
 Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
 Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)
 Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNSP);
 Lei nº 13.812, 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
 Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeiçoa a legislação penal e processual penal);
 Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acréscenta ao Código Penal o crime de perseguição);
 Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar);
 Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
 Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
 Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social -PNSPDS);
 Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022 (Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idosos" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.);
 Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
 Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei);
 Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
 Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISP);
 Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras);
 Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 - Regulamenta Sinarm;
 Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS);
 Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
 Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestão da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
 Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
 Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (institui a agenda transversal e multissetorial da primeira infância);
 Decreto nº 10.777 de 24 de agosto de 2021 – Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Pniap;
 Decreto nº 10.778 de 24 de agosto de 2021 – Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Enisp;
 Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 - Regulamenta Programa Habite Seguro;
 Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
 Decreto nº 10.806, de 20 de dezembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio);
 Decreto nº 11.348, de 01 janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
 Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
 Decreto nº 11.438 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI), para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.);
 Decreto nº 11.455, de 28 de março de 2023 (Altera o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de recadastramento de armas de fogo e incluir novos representantes no grupo de trabalho.);
 Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional;
 Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
 Portaria nº 36 de 29 de março de 2021 – Sistema Cronos;
 Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPFI);
 Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
 Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
 Portaria nº 499 de 02 de outubro de 2023 – Institui o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – ENFOC - para a execução das ações estratégicas definidas no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, e operacionalizar eixos previstos no Plano de Ação na Segurança – PAS;
 Portaria nº 516 de 03 de dezembro de 2021- Institui o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas – VIGIA;
 Portaria nº 569, de 25 de janeiro de 2024 que dispõe sobre a aprovação do Plano de Gerenciamento do Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – Programa ENFOC;
 Portaria nº 687 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOPI);
 Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP).

218N Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências;
 Lei nº 9.813, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;
 Lei nº 12.846, de 1º de agosto 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
 Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 - Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal;
 Decreto nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
 Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000 - Promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais;
 Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002 - Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção;
 Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 - Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção;
 Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
 Decreto nº 11.842, 21 de dezembro de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Políticas de Recuperação de Ativos;
 Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
 Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022 - Institui a Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção -

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

RENACCOR e define as regras para adesão de integrantes e para parcerias; e
Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022 - Atribui à Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia - REDE-LAB a natureza de Programa de Articulação Institucional e define as regras para adesão de integrantes e parcerias.

21EO Apoio ao Sistema Penitenciário Nacional

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências;
Lei Complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 - Acrescenta inciso ao art. 3o da Lei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências", para incluir a manutenção das casas de abrigo;
Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal;

Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências;
Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 - Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940
Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999 - Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal
Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 - Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências
Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 - Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.
Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008 - Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.
Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica.
Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017 - Altera a Lei Complementar nº 79 , de 7 de janeiro de 1994 , par a dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para permitir a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Sisup); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 - Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.
Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007 - Aprova o Regulamento Penitenciário Federal.
Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 - Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.
Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 , que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Decreto nº 9.671, de 27 de junho de 2019 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 - Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância.
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030
Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 - Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014 - Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências;
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
Portaria MJSP nº 2.594, d e24 de novembro de 2011 - Cria a Estratégia Nacional de Alternativas Penais - ENAPE;
Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 - Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional;
Portaria ME/MJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020 - Autoriza o Departamento Penitenciário Nacional a contratar por tempo determinado profissionais para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da alínea "n", do inciso VI, do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993.

21F0 Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania

1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: direitos individuais (Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...) e direitos sociais (Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição); direito ao meio ambiente (Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações); e direitos indígenas (Art. 231 São reconhecidos aos Índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens...), e Art. 232 Os Índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo).
2. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990
3. Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994
4. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
5. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003
6. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
7. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010
8. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013

9. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014
10. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015
11. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015
12. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017
13. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973
14. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981
15. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014
16. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942
17. Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007
18. Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021
19. Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023
20. Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023
21. Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002
22. Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022
23. Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023
24. Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010
25. Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018
26. Recomendação nº 90, de 02 de março de 2021

21HU Promoção e Proteção de Direitos em Ambiente Digital

Constituição Brasileira de 1988. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

2334 Proteção e Defesa do Consumidor

• CF/88 - Art 170, inciso V
• Lei 8.078/1990;
• Lei 9.609/1998;
• Lei 9.610/1998;
• Lei 10.742/2003;
• Lei nº 13.971/2019;
• Lei 13.844/2019;
• Lei 14.034/2020;
• Lei 14.046/2020;
• Lei 14.802/2024 - PPA 2024/2027
• Decreto 2.181/1997;
• Decreto 6.523/2008;
• Decreto 7.962/2013;
• Decreto 7.963/2013;
• Decreto 9.756/2019;
• Decreto 9.875/2019;
• Decreto 9.882/2019;
• Decreto 9.662/2019;
• Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional
• Decreto nº 10.073/19;
• Decreto 10.197/2020;
• Decreto nº 10.321/20;
• Decreto nº 10.887, de 7 de dezembro de 2021
• Decreto nº 11.348/2023 - Estrutura do MJSP
• Portaria Gab-Senacon 07/2016;
• Portaria Gab-Senacon 24/2019;
• Portaria Gab-Senacon nº 12/2020;
• Portaria Gab-Senacon nº 15/2020;
• Portaria Gab-Senacon 14/2020;
• Portaria Conjunta MJSP/MINFR 03/2019;
• Portaria MJSP 1.387/2007;
• Portaria MJSP 329/2019;
• Portaria MJSP 618/2019;
• Portaria MJSP 156/2020;
• Portaria nº 232/2020.
• Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

2733 Qualificação e Democratização do Processo de Elaboração Normativa

Constituição Federal de 1988

Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020; e

Decreto nº 11.348/2023 de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

2F07 Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres

1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: direitos individuais (Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...), direitos sociais (Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição) e direitos trabalhistas (Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)) XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei).
2. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
3. Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994
4. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
5. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941
6. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015
7. Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019
8. Lei nº 12.845, de 01 de agosto de 2013
9. Lei nº 13.642, de 03 de abril de 2018
10. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021
11. Lei nº 14.847, de 25 de abril de 2024
12. Lei nº 11.431, de 08 de março de 2023
13. Lei nº 14.611, de 03 de julho de 2023
14. Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Decreto-Lei nº 200/1967;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro DE 2021;

Decreto nº 11.348, de 2023;

Instrução normativa nº 1, DE 4 de abril de 2019;

Instrução normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

00QV Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado

Lei nº 13.712, de 24 de agosto de 2018. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

154T Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;

Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;

Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;

Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;

Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;

Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;

Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Lei n º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;

Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social;

Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;

Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027

Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;

Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;

Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;

Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023;

Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Segundade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança

Portaria MJSP nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;

Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

166N Construção da Universidade Corporativa da PRF

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;

Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;

Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;

Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;

Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;

Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;

Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Lei n º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;

Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social;

Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;

Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027

Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;

Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;

Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;

Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023;

Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Segundade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança

Portaria MJSP nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2000 Administração da Unidade

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;

Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;

Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;

Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;

Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;

Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;

Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Lei n º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;

Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social;

Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;

Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020/2023;

Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;

Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;

Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;

Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023;

Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020;

Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030

Decreto nº 11.348 de 1º de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

2723 Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;

Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;

Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;

Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;

Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;

Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;

Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Lei n º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;

Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social;

Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;

Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027

Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;

Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;

Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;

Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023;

Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Segundade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança

Portaria MJSP nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 13.971, de 27 de Dezembro de 2019 - PPA 2020 - 2023;

Decreto n. 6.555 de 2008 (Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências).

30108 Departamento de Polícia Federal

00UI Indenização pela Disponibilização Voluntária durante o Repouso Remunerado

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

pública federal, direta e indireta, seja parte.	Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;	Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e
Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023; e	Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.
Portaria MJSP nº 186, de 22 de setembro de 2022 - Regulamenta a indenização prevista no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997.	
0122 Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ)	15WI Construção da Superintendência Regional no Piauí-PI
Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);	Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);
Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;	Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;
Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.	Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.
Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027
Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;	Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.	Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;	Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.
Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023;	Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e
Portaria MJSP nº 186, de 22 de setembro de 2022 - Regulamenta a indenização prevista no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997.	Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.
155H Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG	15XA Ampliação da Superintendência da Polícia Federal no Ceará
Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);	Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);
Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;	Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;
Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências	Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.
Lei n º 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027	Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027
Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;	Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;
Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.	Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e	Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e
Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.	Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.
15F9 Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	15XB Construção do Instituto Nacional de Identificação - INI/DPA/PPF
Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);	Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);
Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;	Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;
Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.	Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.
Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027
Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;	Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.	Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e	Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.
Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.	Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e
Portaria MJSP nº 186, de 22 de setembro de 2022 - Regulamenta a indenização prevista no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997.	Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.
15WH Construção da Superintendência Regional em Minas Gerais	15XC Construção da Superintendência da Polícia Federal no Maranhão
Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);	Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);
Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;	Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;
Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.	Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.
Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027
Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;	Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.	Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

15XE Construção da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

15ZE Construção da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco/PE

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

164A Implantação do Pátio Multipropósito da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro

CF/88;

Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol;

Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027

Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol;

Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP;

Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020;

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;

Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no

exterior, e dá outras providências (art. 8º e 45-A);

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (art. 60-A a 60-E);

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

2586 Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei 10.351, de 26 de dezembro de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial de R\$ 3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

Lei nº 13.445/2017 - Institui a Lei de Migração.

Decreto nº 1.983, de 1996 - Institui o o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - Regulamenta o FUNAPOL, alterado pelo Decreto nº 10.895/2021;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016, alterado pelo decreto Decreto 9.818 de 03 de junho de 2019, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.

Decreto nº 9.199/2017 - Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

2726 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Constituição Federal: art. 144, § 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências;

Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 - institui o Fundo Nacional Antidrogas (Funad);

Lei 10.351, de 26 de dezembro de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

Decreto Nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Art. 47, com redação dada pelo Decreto nº 11.965, de 2024;

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol;

Decreto 4.262/02 - Regulamenta a Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica; e dá outras providências;

Decreto nº 6.869, de 04 de junho de 2009 - Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016, alterado pelo decreto Decreto 9.818 de 03 de junho de 2019, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução;

Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019 - Dispõe sobre a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis e sobre as Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis;

Decreto nº 9.988, de 26 de agosto de 2019 - Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

Portaria MJSP nº 240, de 12 de março de 2019, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

Portaria MJSP nº 30, de 29 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2020, seção 1, páginas 91 e 92 (Regimento Interno da Corpostos);

Portaria MJSP Nº 495, de 17 de novembro de 2021, que dispõe sobre as peculiaridades para a concessão, aplicação e comprovação do uso adequado de suprimento de fundos; e disciplina o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

Resolução Conpostos nº 53, de 04 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 172, Seção 1, página 49, em 08 de setembro de 2020;

Instrução Normativa Nº 166/2020-DG/PPF, que dispõe sobre a fiscalização e o controle dos produtos e insumos químicos;

Instrução Normativa Nº 215-DG/PPF, de 23 de dezembro de 2021, que regulamenta a concessão, a aplicação e a comprovação de Suprimento de Fundos para custeio de despesas decorrentes das atividades peculiares à Polícia Federal em Regime Especial de Execução e de Pequeno Vulto;

Instrução Normativa Nº 216-DG/PPF, de 13 de janeiro de 2022, que regulamenta a atividade de Inteligência Policial da Polícia

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Federal; e) Decreto nº 3.518, de 20 de junho de 2000, que regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º e 100º da referida Lei.

30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados
Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, anexo I, arts. 1º e 31; Parecer CONJUR/CODI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155/SGEX/COF/CORGA/EFI/OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015 e Ofício nº 102/COF/CORGA/EFI/MRE, de 16 de julho de 2015.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

2807 Promoção e Defesa da Concorrência

A proteção da ordem econômica está fundamentada no artigo 170 da Constituição Federal. A defesa da concorrência no Brasil é atribuição do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, regido pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. A referida lei disciplina, ainda, tanto a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, quanto suas competências, dentre elas, a de instrução e julgamento de atos de concentração e processos administrativos. O Decreto nº 9.011, de 23 de março de 2017, aprova a Estrutura Regimental da autarquia.

30212 Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (art. 60-A a 60-E);

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIA

21D5 Gestão de Políticas de Proteção de Dados

Art. 5º, inciso LXXX da Constituição Federal de 1988
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - art. 35 - XXIII
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.
Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional
Decreto nº11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura atual do MJSP
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

30905 Fundo de Defesa de Direitos Difusos

6067 Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos

• CF/88 - Art. 170, incisos IV, V e VII

• Lei 7.347/1985;

• Lei 9.008/1995;

• Lei nº 13.019/2014

• Lei 13.844/2019;

• Lei 14.600/2023

• Lei 14.802/2024 (PPA 2024-2027)

• Decreto 1.306/1994;

• Decreto nº 8.726/2016

• Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional

• Decreto nº 10.073/2019;

• Decreto nº 10.321/2020;

• Decreto nº 10.426/2020

Decreto 11.103/2022

Decreto 11.271/2022

Decreto 11.531/2023

• Decreto nº 11.348/2023 - Estrutura do MJSP

• Instrução Normativa MGI Nº 29/2023

• Portaria Conjunta MGI/MP/CGU nº 33/2023

Portaria Conjunta MGI/MP/CGU nº 29/2024

• Portaria MJ 905/2017;

• Portaria MJ 2.314/2018;

• Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

30907 Fundo Penitenciário Nacional

00CA Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 -Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Lei complementar nº 79/1994 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional; e
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 - Regulamenta a Lei nº 11.530/2007 e estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa no biênio 2023-2024.

Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017- Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional;
Portaria do Ministro nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

00R3 Transferências aos Entes Federativos para Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017;
Lei 13.844 de 18 de junho de 2019
Lei 14.214, de 6 de outubro de 2021
Lei 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a2027.
Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.
Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017- Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional;
Portaria do Ministro nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

164C Construção da Academia Nacional de Polícia Penal - SENAPPEN

Lei Complementar nº 79 de 7 de janeiro de 1994.
Lei 14.802 de 10/01/2024 que institui PPA 2024-2027
Decreto nº 6.049 de 27 de fevereiro de 2007;
Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017
Portaria MJ nº 3.123 de 3 de dezembro de 2012.
Portaria do Ministro nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

2000 Administração da Unidade

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Lei Complementar 79, de 07 de janeiro de 1994,
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Decreto nº 1.093, de 23 e março de 1994;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001;
Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006;
Decreto nº 9203, de novembro de 2017;
Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019
Portaria MJ nº 3.123, de 3 de dezembro de 2012 - Cria a Espen
Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 (Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional)
Portaria do Ministro nº2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (art. 60-A a 60-E);

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIA

Instrução Normativa SGP/SEDGGIME nº 57, de 10 de junho de 2021

21BP Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994;
Lei Complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005;
Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990;
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996
Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998;
Le nº 9.807, de 13 de julho de 1999;
Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000;
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001;
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006;
Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008;
Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010;
Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011;
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017;
Lei nº 13.875, de 11 de junho de 2018;
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019;
Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002;
Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007;
Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011;
Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018;
Decreto nº 9.871, de 27 de junho de 2019;
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021;
Portaria Interministerial nº 1.777 de 09 de setembro de 2003;
Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014;
Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014;
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016;
Portaria MJSP nº 2.594, d e24 de novembro de 2011;
Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018;
Portaria ME/MJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020 e
ADPF 347, de 9 de setembro de 2015.
Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023

30911 Fundo Nacional de Segurança Pública

00CA Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027; e
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 - Regulamenta a Lei nº 11.530/2007 e estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa no biênio 2023-2024.
Portaria do Ministro nº2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

- SG-MJSP

00R2 Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinam);
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sinadi);
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº 14.550, de 19 abril de 2023;
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP);
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância);
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNISP);
Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeioa a legislação penal e processual penal);
Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acrescenta ao Código Penal o crime de perseguição);
Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar);
Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social -PNSPDS);
Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei.);
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISP);
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras);
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS);
Decreto nº 9.609 de 12 de dezembro de 2018 (Conselho Gestor do FNSP)
Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 (Institui Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social)
Decreto nº 10.365, de 22 de maio de 2020 regulamentaria estrutura MJSP;
Decreto nº 10.822, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (Institui a agenda transversal e multissetorial da primeira infância);
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio);
Decreto nº 11.348, de 01 janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 (Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.);
Decreto nº 11.436 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.);
Decreto nº 11.455, de 28 de março de 2023, altera o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de cadastramento de armas de fogo e incluir novos representantes no grupo de trabalho;
Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF);
Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOPI);
Portaria MJSP nº 480, de 11 de novembro de 2021 (procedimentos para transferência obrigatória de recursos do FNISP);
Portaria MJSP nº 483, de 11 de novembro de 2021 (regula os eixos financeiros pelo FNISP);
Portaria do Ministério nº2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP
Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP).

00U1 Subvenção Econômica destinada à Aquisição e/ou Construção de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNISP);
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Art. 12 inciso VII (LDO 2021);
Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social);
Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 (Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro, e altera o Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social); e
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI).
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

00UZ Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 (institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (estabelece os eixos prioritários do Pronasci 2); e
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 (Aprova a estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública)

00V0 Implantação de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 (institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (estabelece os eixos prioritários do Pronasci 2; e
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 (Aprova a estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública).
Portaria do Ministério nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

15P9 Construção de Imóvel da Força Nacional de Segurança Pública

Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 - Cooperação federativa;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017 - Permite a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria

Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental MJSP;
Portaria MJSP nº 151, de 26 de setembro de 2018 - Regimento Interno SENASP, que revogou a Portaria nº 1.151/2017;
Portaria SENASP nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP).
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

164D Construção de Unidades Operacionais e Administrativas - Plano Amas

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;
Lei Complementar nº 121, de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas;
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;
Lei nº 9.654, de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;
Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública;
Lei nº 13.344, de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;
Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017 - Permite a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP);
Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Prnatrans;
Lei nº 13.675, de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Decreto nº 1.655, de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;
Decreto nº 3.229, de 29 de outubro 1999 - Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública;
Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 8.614, de 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas;
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;
Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabeleceu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Decreto nº 10.365, de 22 de maio de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura atual do MJSP;
Decreto nº 11.614, de 21 de julho de 2023 - Institui o Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas.
Portaria MJSP nº 151, de 26 de setembro de 2018 - Regimento Interno SENASP, que revogou a Portaria nº 1.151/2017;
Portaria SENASP nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP);
Portaria MJSP nº 524, de 10 de novembro de 2023, regulamenta a adesão ao Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas, instituído pelo Decreto nº 11.614, de 21 de julho de 2023.
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

21BQ Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinam);
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº 14.550, de 19 abril de 2023;
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sinadi);
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP);
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância);
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNISP);
Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeioa a legislação penal e processual penal);
Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acrescenta ao Código Penal o crime de perseguição);
Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar);
Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social -PNSPDS);
Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022 (Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.);
Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei);
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISP);
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras);
Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 - Regulamenta Sinam;
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS);
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestão da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (institui a agenda transversal e multissetorial da primeira infância);

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 10.777 de 24 de agosto de 2021 – Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Pniisp;
Decreto nº 10.778 de 24 de agosto de 2021 – Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Enisp;
Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 - Regulamenta Programa Habite Seguro;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio);
Decreto nº 11.348, de 01 janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
Decreto nº 11.436 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI), para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.);
Decreto nº 11.455, de 28 de março de 2023 (Altera o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de recadastramento de armas de fogo e incluir novos representantes no grupo de trabalho.);
Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023 - Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos;
Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional;
Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
Portaria nº 36 de 29 de março de 2021 – Sistema Cronos;
Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPfF);
Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
Portaria nº 499 de 02 de outubro de 2023 – Institui o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – ENFOC - para a execução das ações estratégicas definidas no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, e operacionalizar eixos previstos no Plano de Ação na Segurança – PAS;
Portaria nº 516 de 03 de dezembro de 2021- Institui o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas – VIGIA;
Portaria nº 560, de 25 de janeiro de 2024 que dispõe sobre a aprovação do Plano de Gerenciamento do Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – Programa ENFOC;
Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOPf);
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP
Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamento SISP).

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

2B00 Atuação da Força Nacional de Segurança Pública

Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 - Cooperação federativa;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017 - Permite a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental MJSP;
Decreto nº 11.765 de novembro de 2023 - Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos;
Portaria MJSP nº 151, de 26 de setembro de 2018 - Regimento Interno SENASP, que revogou a Portaria nº 1.151/2017;
Portaria SENASP nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP).
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP
Portaria do Ministério nº 648 de 28 de maio de 2024 - Estabelece diretrizes sobre o uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública.

30912 Fundo Nacional Antidrogas

20IE Articulação de Política Pública sobre Drogas

Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.
Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.
Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019.
Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.
Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024.
Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006.
Decreto nº 6.117/2007, de 22 de maio de 2017.
Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.
Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019.
Decreto nº 11.348, de 1º janeiro de 2023.
Decreto nº 11.480, de 6 de abril de 2023.
Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde.
Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, do Ministério da Cidadania.
Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020, do Ministério da Cidadania.
Portaria MC nº 721, de 21 de dezembro de 2021, do Ministério da Cidadania.
Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2022, do Ministério da Cidadania.
Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022.
Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/MJ.
Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/MJSP.

32101 Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

00OE Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 12.304, de 02 de agosto de 2010, art. 2º, 4º e 7º; Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013; Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023; e Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE que definem a parcela do bônus de assinatura de contratos de partilha da produção a ser destinada à Empresa, tal como a Resolução nº 5, de 25 de junho de 2013.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015, promulgado pelo Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019; e Declaração Conjunta de Associação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Internacional de Energia, de 31 de outubro de 2017.

13E4 Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II

Constituição Federal de 1988, arts. 20, 21, 174 e 176; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A e 60-E; e PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º..

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023

218A Coordenação das Ações de Gestão e Monitoramento do Setor Elétrico

Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004; Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011; Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018; Decreto nº 10.221, de 5 de fevereiro de 2020; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, art. 37; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023; e Instruções Normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

4887 Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Constituição Federal de 1988, arts. 20, 21, 22, 174, 176 e 225, § 2º; Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989; Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990; Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

4892 Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Constituição Federal de 1988, art. 174; Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010; Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

4897 Transição Energética e Planejamento

Constituição Federal de 1988, art. 174; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b"

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

20LC Geologia do Espaço Marinho e Costeiro - Novo PAC

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005; Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM); Decreto 10.544, de 16 de novembro de 2020: Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) – X PSRM; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal de 1988, art. 218; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; Decreto nº 3.294, de 15 de dezembro de 1999; e Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002.

21HC Mapeamentos, Monitoramentos e Alertas voltados à Prevenção de Desastres - Novo PAC

"Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX;
Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969;
Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994;
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012
Estatuto Social da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM) - Itens I, II, III, IV e V do Art. 4º. "

21HD Geologia para Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Leis nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

21HE Pesquisa Mineral - Novo PAC

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Leis nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

21HF Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Sentença transitada em julgado no STJ, em setembro de 2014, por meio do Recurso Extraordinário 612592 SC (impetrado pelos réus: União e empresas de mineração de carvão da região sul-catarinense), em última instância.

2397 Conhecimento para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX;
Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969;
Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994;
Estatuto Social da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM) - Itens I, II, III, IV e V do Art. 4º, e
Compõe ações do Plano Nacional da Mineração 2030 e 2050, bem como do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2040.

32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

PLDO 2025, art. 12, inciso XVII, alínea "b".

2000 Administração da Unidade i - Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; e ii - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e iii - Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998.
212J Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis i - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 8º; e ii - Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.
212K Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis i - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e ii - Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos i - Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais - Arts. 60-A a 60-E; ii - PLDO 2025, art. 12, inciso XXV e art. 18, inciso XIII e § 8º.

32266 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

00MY Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (e suas alterações); Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Acórdão nº 3.389/2012-Plenário TCU.
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Projeto de Lei nº 4/2023-CN (LDO 2024); Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 53; Parecer nº 00083/2021/PFANEEL/PGF/AGU; Acórdão nº 11.205/2020 - Primeira Câmara-TCU.
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Projeto de Lei nº 4/2023-CN (LDO 2024); Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 53; Parecer nº 00083/2021/PFANEEL/PGF/AGU; Acórdão nº 11.205/2020 - Primeira Câmara-TCU.

2000 Administração da Unidade Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, para a concessão do auxílio-moradia.
2993 Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29, VII; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

2C42 Participação Pública e Comunicação com a Sociedade Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.
--

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020; Portaria ANEEL nº 6.367, de 29 de abril de 2020.

4699 Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica CF/88, art. 21, XII, "b", e art. 175; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29, VIII e IX; Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 (e suas alterações); Decreto nº 10.272, de 12 de março de 2020; Resolução Normativa ANEEL nº 054, de 30 de novembro de 2021; Resolução Normativa ANEEL nº 1.069, de 29 de agosto de 2023.

4703 Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 29; Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.
--

4880 Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997. Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019.

32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015, promulgado pelo Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019; e Declaração Conjunta de Associação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Internacional de Energia, de 31 de outubro de 2017.
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b".
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b"

2000 Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; e Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004 - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).
20LI Estudos para o Planejamento do Setor Energético Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 2º, caput e art. 4º, caput e incisos I a VII; e Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004 - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A e 60-E; e PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.
--

218C Estudos da Indústria de Petróleo e Gás Natural Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 4º, caput e incisos I, XII, XV e parágrafo único; e Decreto nº 10.712, de 2 de julho de 2021.

218D Estudos da Indústria de Biocombustíveis Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 4º, caput e incisos I, III, XIII, XV e parágrafo único.
--

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Normativos internos que regulam a capacitação dos colaboradores.
--

32396 Agência Nacional de Mineração - ANM

15YU Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)

2000 Administração da Unidade Constituição Federal de 1988, art. 165; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

215Z Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.
--

21F6 Modernização e Gestão dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação Constituição Federal de 1988, art. 165; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

32398 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b".
20V1 Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.

218E Fabricação de Equipamentos destinados à Indústria de Petróleo e Gás, Offshore e Torres de Transmissão Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.
--

33101 Ministério da Previdência Social - Administração Direta

00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400 Decisão Judicial no Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI; Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

166C Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência dos BRICS Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.
--

2000 Administração da Unidade Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes; Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021 - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência; Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

2015 Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social e Apoio Logístico aos Órgãos Colegiados da Previdência Social
 Arts. 201 e 202 - Previdência Social, CF; Leis 8.212/91 e 8.213/91; Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 - Regulamento da Previdência; e Portaria nº 548, de 13 de setembro de 2011 - Regimento Interno do CRPS.

212S Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de Previdência
 Constituição Federal do Brasil de 1988 (art. 21, inciso VIII; art. 40, caput e §§14, 15 e 16; art. 115, inciso IV; e art. 202); Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019;
 Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 - Dispõe sobre a relação entre Patrocinador Público e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar;
 Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar;
 Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências;
 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências (Art. 26 enumera as competências do CRPS);
 Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e o Distrito Federal e dá outras providências;
 Lei 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 (§3º do art. 30) - Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória de diversas Carreiras incluindo a Carreira de Perito Médico Federal e a Carreira de Supervisor Médico-Pericial.
 Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 - Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;
 Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social (Livro V, Título I, Capítulo Único dos Órgãos Colegiados, Seção II - Do Conselho de Recursos da Previdência Social).
 Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social
 Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
 Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

21FS Gestão das Políticas de Previdência Social
 Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
 Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;
 Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
 Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social
 Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30
 Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários
 Lei Complementar nº 101/2000, art. 50, § 3º - A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências;
 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;
 Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;
 Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
 Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indicios de Irregularidade, entre outros;
 Lei nº 13.847, de 19 de junho de 2019 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez;
 Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências;
 Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências;
 Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
 Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 -Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;
 Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022;
 Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.
 Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta;
 Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022 - Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

33201 Instituto Nacional do Seguro Social

00SA Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal
 Lei nº 13.876, de 2019, e Lei nº 14.331, de 2022.

00IU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
 Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI;
 Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

2000 Administração da Unidade
 Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
 Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios; e
 Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

20GN Educação Previdenciária e Financeira
 Portaria MPS nº 1.276, de 09 de setembro de 2003 (Transforma o PES em PEP)
 Portaria MPS nº 514, de 13 de dezembro de 2010 (Disciplina a Execução do PEP no INSS)
 Resolução nº 123/INSS/PRES, de 14 de dezembro de 2010 (Altera a estrutura do PEP e disciplina a sua execução)

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

21FT Atendimento da Clientela Previdenciária
 Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
 Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
 Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários
 Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;
 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;
 Decreto nº 97.936, de 10 de julho de 1989 - Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador e dá outras providências;
 Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019);
 Decreto nº 7.151, de 9 de abril de 2010 - que aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV.
 Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;
 Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 - Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
 Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;
 Decreto nº 9.781, de 3 de maio de 2019 - Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
 Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022; e
 Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica
 Constituição Federal, de 1988, art. 109, parágrafo 3º - Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; e
 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

2562 Auditoria Interna, Processos Correicionais e Tomada de Contas Especial
 Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
 Decreto nº 3.591 de 6 de setembro de 2000 - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
 Decreto nº 4.440 de 25 de outubro de 2002 - Altera dispositivos do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
 Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;
 Portaria PRES/INSS n.º 1.532, de 08 de dezembro de 2022 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Seguro Social.

2585 Serviço de Reabilitação Profissional
 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social;
 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Anexo III, Seção I, inciso LXVII;
 Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social;
 Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 1990;
 Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2019 - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Anexo XLV deste Decreto detalha a Convenção nº 159 da OIT sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes.

2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários
 Lei Complementar nº 101/2000, art. 50, § 3º - A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências;
 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;
 Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;
 Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
 Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indicios de Irregularidade, entre outros;
 Lei nº 13.847, de 19 de junho de 2019 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez;
 Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências;
 Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências;
 Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
 Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 -Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;
 Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022;
 Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.
 Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

33206 Superintendência Nacional de Previdência Complementar

00IU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
 Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI; Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

2000 Administração da Unidade
 Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
 Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios; e
 Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
 Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
 Lei Complementar nº 109/2001, art. 3º, Inciso V - fiscalizar as entidades de previdência complementar, suas operações e aplicar penalidades;
 Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 2º, Inciso I a VIII - Competências da Previc;
 Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

34101 Ministério Público Federal

110E Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR
 §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15XS Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal - RN
 §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15ZG Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória da Conquista - BA
 §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15ZH Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Ponta Porã - MS
 §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
 Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990, Art. 227, VIII, da Lei Complementar nº 75/1993, Art. 50, II da Lei nº 8625/1993 - LONMP, Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XIII e §§ 7º e 8º do PLDO-2025, Port. PGR/MPU nº 53/2019.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
 Art. 5, inciso XXXIII e Art.37, parágrafo 1º da Constituição Federal; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XII do PLDO 2025; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional
 Art. 5, inciso XXXIII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XII do PLDO 2025; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

4264 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal
 § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

7J45 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES
 § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

34102 Ministério Público Militar

12DN Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ
 §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
 Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
 Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XIII e § 8º do PLDO-2025.
 Art. 227, da LC nº 75/93.
 Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
 Port. PGR/MPU nº 53/2019

4263 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar
 Art. 127, 126, 165 e 167 da Constituição Federal de 1988; art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.

34103 Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

2549 Comunicação e Divulgação Institucional
 Art. 5, inciso XXXIII e Art.37, parágrafo 1º da CF, Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993, Art. 12, Inciso XII DO PLDO 2025, Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2001, Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

4261 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
 § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

34104 Ministério Público do Trabalho

161G Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru - PE
 § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
 Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Art. 227, da LC nº 75/93, Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP, Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XIII e §§ 7º e 8º do PLDO-2025, Portaria PGR/MPU nº 58, de 29 de setembro de 2021 e Portaria PGR/MPU nº 53, de 13 de dezembro de 2019.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional
 Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XII do PLDO 2025; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002 e Portaria PGT nº 1052, de agosto de 2017, BS ESPECIAL 8-I 2017.

4262 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho
 § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

34105 Escola Superior do Ministério Público da União

20HP Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento
 §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
 Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Art. 18, inciso XXV, Art. 18, inciso XIII, §7º e § 8º do PLDO-2025, Art. 227, da LC nº 75/93, Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP, Port. PGR/MPU nº 53/2019.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional
 Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XII do PLDO 2025; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

35101 Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

00CB Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro
 Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024; Decreto nº 11.357, de 01 de janeiro de 2023; Acordos culturais, educacionais ou de ciência e tecnologia firmados pelo Brasil, Portaria Interministerial MEC/MRE n. 7, de 4 de junho de 2024, que regulamenta a operacionalização do Programa de Estudantes-Convênio na modalidade de Graduação - PEC-G e de Português como Língua Estrangeira - PEC-PLE; e Portaria Ministerial n. 200, de 20 de março de 2012, que regulamenta a concessão de bolsas.

00CC Concessão de Bolsas de Estudo a Pessoas Negras Candidatas à Carreira Diplomática
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014; Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023; Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023; Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013.

00PK Indenizações a Servidores Cíveis e Militares em Serviço no Exterior
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; e Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art 8º.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEX/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015.

00QX Pagamento da taxa de administração do Escritório Local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Decreto 5.151, de agosto de 2005; Decreto nº 59.308 de 23 de setembro de 1966, que promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil-ONU, de 1964; e Portaria nº 08, de 04 de janeiro de 2017, do Ministério das Relações Exteriores.

00K Concessão de Bolsas de Estudo a Mulheres de Baixa Renda Candidatas à Carreira Diplomática
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de janeiro de 2023; Lei nº 14.133 do 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023; Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022; Decreto nº 11.016, de 2022; Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

00WL Concessão de Bolsas de Estudo a Pessoas Indígenas Candidatas à Carreira Diplomática
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Decreto nº 11.357, de 01 de janeiro de 2023; Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023; Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013.

00X2 Concessão de Bolsas de Estudo a Pessoas com Deficiência Candidatas à Carreira Diplomática
 Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de janeiro de 2023; Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil
 Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
 Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade
 CF/88- Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

2015 Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, art. 123; Decreto nº 84.788 de 16 de junho de 1980; Decreto nº 1.983 de 14 de agosto de 1996 (alterado pelo Decreto nº 5.978 de 4 de dezembro de 2006); Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010 (alterado pelo Decreto nº 7.987, de 17 de abril de 2013); Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Portaria nº 457, de 2 de agosto de 2010 (Manual de Serviço Consular e Jurídico) e Plano Diretor de Reforma Consular do MRE; e Portaria nº 463, de 4 de maio de 2023 (Guia de Administração dos Postos – GAP – do MRE).

20WW Relações e Negociações Bilaterais
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20WX Relações e Negociações Multilaterais
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20WY Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.873, de 29 de Dezembro de 2023; Portaria MRE, de 4 de novembro de 2003; Portaria Interministerial MEC/MRE nº 01, de 20 de março de 2006.

20WZ Promoção Comercial e de Investimentos
 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20X0 Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil
 CF/88, arts. 3º e 4º; Lei nº 11.346, de 15 setembro de 2006, arts 8º e 9º; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 19.841, de 22 de novembro de 1945, que promulga a Carta Geral das Nações Unidas; Decreto nº 54, de 8 de março de 1991; Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, art. 3º; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, arts 3º, 4º, 14, 17 e 19; Decreto 9.860, de 25 de junho de 2019; Decreto 11.357, de 1º de janeiro de 2023; e Decreto 11.407, de 31 de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
 Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art. 8º, inciso III, alínea f.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

212Z Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30 Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.
2532 Cooperação com Países de Língua Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.
2533 Cooperação Técnica Internacional Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Acordos de Cooperação firmados com os países parceiros; e Portaria MRE nº 08 de 4 de janeiro de 2017.
2534 Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Portarias GMM/RE nº 188 e 189, ambas de 14 de março de 2014; e Portaria IRBR de 15 de dezembro de 2016.
2536 Demarcação de Fronteiras Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.
6105 Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.
8495 Realização de Eventos Internacionais Oficiais Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.
35201 Fundação Alexandre de Gusmão
2367 Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil Lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971; Decreto nº 10.943, de 24 de janeiro de 2022; Portaria da FUNAG nº 65, de 8 de fevereiro de 2022.
36201 Fundação Oswaldo Cruz
13DW Construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS) Lei de aprovação do PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010.
15VW Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).
15VZ Construção da Sede da Fiocruz Amazonas Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).
166S Construção da Fábrica de Oncológicos - PAC Lei 14.802/2024; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010.
166T Construção da Fábrica de Imunossupressores - PAC Lei 14.802/2024; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010.
2000 Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.
20K1 Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei de Aprovação do PPA; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação) e Decreto Nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018
20Q7 Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012
20YD Educação e Trabalho na Saúde Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6; Portaria MS nº 3.241 de 7/12/2020; Portaria Interministerial nº 7, de 16 de setembro de 2021; Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021.
20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Portaria/SVS n.º 11 de 03/09/03 e Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; , Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, Decreto 7508/2011;Portaria/GM 1378/2013;Portaria 1498 de 19/07/2013;Portaria GM Nº1271 de 06/06/2014.
21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 8666/1993; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria interministerial nº 424/2016; e Portaria de Consolidação GM/MS nº1/2017, Título III, Cap. VI.
21DA Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz Lei nº 8080/1990, Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004); Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual.
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico Lei 8.080/90, Resolução CNS 338/2004, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 08/2017 e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente.
4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 8666/93; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 8901/ 2016; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1378/2013;Lei 9313/96; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.
4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado

Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7646/2011, Portaria Consolidação nº 2/2017 e Portaria de Consolidação nº 6/2017, e Portarias específicas que definem os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Decreto nº 5.045, de 08/04/2004; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001; Portaria MS nº 158, de 4 de fevereiro de 2016; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria SCTE/MS nº 27, de 12/06/2013; Portaria SCTE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria GM/MS nº 2.265, de 16/10/2014; e Lei nº 12.631, de 11/05/2012
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
8327 Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria SVS/MS nº 70/2004.
36210 Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO
163C Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023, Anexo I, art. 2º, inciso V, alínea "c", Item 2.
163D Estruturação do Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A (GHC) - PAC Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023, Anexo I, art. 2º, inciso V, alínea "c", Item 2.
6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080/90
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.
36211 Fundação Nacional de Saúde
2000 Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.
20AF Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 11.445/2007; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº14.026/2020; Lei nº 12.340/2010; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 12.305/2010; Lei nº11.107/2005; Lei 9.605/98; Decreto nº11.223/2022; Decreto nº 5.440/2005; Instrução Normativa SVS nº 01/2005; Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 05/2018; Portaria GM/MS Nº 2.472/202; Portaria MS nº 2.914/2011; Portaria MS nº 372/2005; Portaria GM/MS nº888/21, do Conselho Nacional de Saúde, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde; Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005; Resolução Conama nº 396, de 3 de abril de 2008 e Portaria nº 518/2004; Decreto nº 11.223/2022; Decreto nº 5.440/2005;
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes Constituição Federal de 1988; Lei n. 11.445/2007 com redação pela Lei n. 14.026/2020; Lei n. 10.257/01; Lei n. 8.080/1990; Lei n. 11.107/2005; Decreto n. 7.217/2010; Decreto n. 10.588/2020; e Decreto n. 10.426/2020.
20AM Apoio à Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.026/2020, Lei 8.080/1990, Lei 11.445/2007, Lei 12.305/2010, Decreto nº 10.588/2020, Decreto nº 10.936/2022, Lei nº 13.019/2014 e Decreto 8.726/2016.
20K2 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental Lei Complementar Nº 141, De 13 De Janeiro De 2012; Lei Nº 13.204, De 14 De Dezembro De 2015; Lei Nº 13.243, De 11 De Janeiro De 2016; Lei Nº 6.938, De 31 De Agosto De 1981; Lei Nº 6.938, De 31 De Agosto De 1981; Lei Nº 8.080, De 19 De Setembro De 1990; Lei Nº 9.433, De 8 De Janeiro De 1997; Lei Nº 9.433, De 8 De Janeiro De 1997; Lei Nº 9.605, De 12 De Fevereiro De 1998; Lei Nº 9.790, De 23 De Março De 1999; Lei Nº 14.026, De 2020; Decreto Nº 10.426, De 16 De Julho De 2020; Decreto Nº 11.223, De 5 De Outubro De 2022; Decreto Nº 5.440, De 4 De Maio De 2005; Decreto Nº 9.283, De 7 De Fevereiro De 2018; Portaria Gm/MS nº 888, De 4 De Maio De 2021; Portaria Ms Nº 372/2005.
20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção de Sistemas e Soluções de Saneamento Ambiental Lei nº 8.080/90, Decreto Executivo nº 5.472, de 20 de junho de 2005; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 11.936, de 14 de maio de 2009; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.223/2022; Portaria nº 1.172/2004/GM; Resolução Conama nº 420, de 28 de dezembro de 2009, alterada pela Resolução Conama nº 460, de 30 de dezembro de 2013; Instrução Normativa SEGOV/PR nº 2, de 23 de dezembro de 2019; e Portaria Funasa nº 3.385, de 31 de julho de 2020.
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 14.026/2020, Decreto nº 8.867/2016, Decreto nº 5.440/2005, Portaria GM/MS nº 888/21, Resolução nº 588/2018, do Conselho Nacional de Saúde, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21C9 Implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em áreas rurais e comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos) Lei Complementar nº 141/2012; Lei 8080/1990; Lei 11.445/2007; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 12.305/2010; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 5.440/2005; Decreto nº 7217/2010; Plansab (Portaria Interministerial 571/2013); Decreto nº 11.223/2022; Portaria nº 3.174/2019; Decreto 11.599/2023
21CA Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Constituição Federal de 1988; Lei Nº 14.026/2020; Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 9.433/1997; Lei Nº 8.080/1990; Decreto Nº 10.588/2020; Decreto Nº 7.508/2011; Decreto Nº 7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº 571/2013).
21CB Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal de 1988; Lei nº 14.026/2020; Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 8.080/1990; Decreto Nº 10.588/2020 ; Decreto Nº 7.508/2011; Decreto Nº 7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial N°571/2013)

21CC Apoio a Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.026/2020, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 11.107/2005, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.558/2020, Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022.

21CG Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 14.026/2022; Lei nº 11.445/2007; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.305/2010; Lei Federal 10.257, de 2001; e Decreto nº 10.558/2020 Decreto 11.599/2023.

21CH Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141/2012; Lei 8.080/1990; Lei 11.445/2007; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº11.223/2022; Portaria nº 1.172/2004/GM; Portaria MS/GM nº 687/2006..

21CI Apoiar a implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em Municípios com População até 50.000 Habitantes, de forma a contribuir para a Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141/2012; Lei 8.080/1990; Lei 11.445/2007; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 14.026/2020; Lei nº 9439/1997; Lei Federal nº 12.305/2010; Decreto 11.599/2023; Decreto nº 11.223/2022 e Portaria nº 1.172/2004/GM.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA

Lei Complementar nº 141/2012; Lei n.º 8080/1990

6908 Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde

Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 12.305/2010, Lei nº 6.938/1981, Lei nº 14.026/2020, Lei nº 9.795/1999, Lei nº 14.393/2022 Decreto Presidencial nº 7.217/2010, Decreto nº 7.404/2010, Decreto nº 8.867/2016. Portaria Funasa nº 560/2012 e Portaria Funasa nº 586/2014

36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Lei nº 9.782/99, inciso XXIII do art. 7º: “Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo: (...) XXIII - fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para o sistema e a cooperação técnico-científica nacional e internacional; (...)”.

PLDO-2024, art. 12: O Projeto de Lei Orçamentária de 2024, a respectiva Lei e os créditos adicionais discriminário, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a:

XVI - anuidade ou participação regular em entidades nacionais e organismos nacionais ou internacionais de direito privado, da seguinte forma:

b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea “a”, deverá ser utilizada programação específica, a ação “00PW - Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica” ou a ação “00UU - Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica”

166C Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência dos BRICS

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Portaria Anvisa nº 1.211/2015. Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020. Instrução normativa SGP/ME n. 21/2021

8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

Constituição Federal, Art. nos 196 a 200, Lei no 8.080, de 1989, Lei no 9.782, de 1999, Lei nº 13.848/2019 - Lei Geral das Agências Reguladoras

36213 Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Art. 12 LDO

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

art. 12 da LDO.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei 9.961/00.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar

Lei 9.656/98; 9.961/00; e 13.848/2019, RN 323/2013; RN 324/2013; RN 334/2013; RN 368/2015; RN 372/2015; RN 384/2015; RN 395; RN 396/2016; RN 398; RN 409/2016; RN 413; RN 424; RN 431; RN 434; RN 438; RN 441; RN 451/2020; RN 449/2020; RN 343/2013; RN 562/2022; RN 566/2022; RN 486/2022; RN 564/2022; RN 395/2016; RN 387/2015; RN 388/2015; RN 543/2022; RN 449/2020; RN 503/2022; RN 512/2022; RN 567/2022; RN 483/2022; RN 462/2020; RN 462/2021; RN 505/2022; RN 428/2017; RN 483/2022; RN 462/2020; RN 512/2022; RN 521/2022; RN 574/2023; RN 524/2022; IN 10/2022; RN 436/2018; RN 551/2022; RN 532/2022; RN 522/2022; IN 523/2022; RN 510/2022; RN 428/2017; RN 561/2022; RN 483/2022; RN 449/2020; RN 479/2022; RN 462/2020; RN 521/2022; RN 510/2022; RN 505/2022; RN 521/2022; RN 465/2021; RN 517/2022; IN 557/2022; RN 472/2021; RN 503/2022; RN 562/2022; RN 470/2021; RN 506/2022; RN 574/2023; RN 518/2022; RN 483/2022;

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 5.707/2006.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar

Lei 9.656/98; 9.961/00; e 13.848/2019, RN 449/2020; RN 501/2022; RN 500/2022; RN 501/2022; RN 502/2022; RN 497/2022; RN 389/2015; RN 500/2022; RN 502/2022; RN 462/2020; RN 509/2022; RN 464/2020; IN 30/2022; IN 8/2022; IN 8/2023; IN 26/2022

36901 Fundo Nacional de Saúde

00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID

Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.

00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI

Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.

00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)

Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do ano e dá outras providências. Decreto nº 8.666, de 10 de fevereiro de 2016 que cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - Cipoj e dá outras providências. Admissão do Brasil como Estado participante aprovada pelo Conselho Diretor da IARC, na sessão de 16-17 de maio de 2013, de acordo com o estabelecido em seu Estatuto.

00UB Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 120/2022; Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 11.350/2006; Lei 12.994/2014; Lei nº 8.080/80; Lei nº 8.142/90; Lei nº 13.708/2018; Decreto nº 1.232/94; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Decreto nº 8.474/2015; Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria GM/MS nº 3.992/2017;Portaria GM/MS nº 2.663/2019; Portaria GM/MS nº 3.311/2019; Portaria GM/MS nº 828/2020.

00UC Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017;

00UW Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem

Constituição Federal de 1988, art. 198, §12 a §15; Emenda Constitucional nº 124/2022; Emenda Constitucional nº 127/2022; Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)

Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do ano. Contribuição a organismo internacional sujeito de direito interno. Trata-se de ato discionário do poder executivo, dispensada autorização legislativa conforme o disposto no art. 49 da CF - Parecer CONJUR 0341-1.16, de 2 de abril de 2009.

09LP Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRAS

Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004.

125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º ; e Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembre de 2017, Anexo IX.

15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC

Portaria 210 de 15 de junho de 2004; Portaria 1.674 de 21 de julho de 2021;Portaria 3.128 de 19 de fevereiro de 2024; Portaria 1.604 de 18 de outubro de 2023; Plano Nacional de Saúde 2024- 2027; Portaria 3.632 de 21 de dezembro de 2020; Portaria 3.232 de 01 de março de 2024.

15W2 Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar n. 141 de 13/01/12; Lei n. 8.080 de 19/9/1990; Lei n. 10.216 de 6/4/2001; Decreto n. 6.170 de 25/7/2017; Portaria Interministerial n. 424, de 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03 de outubro de 2017 e da Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017); Portaria Consolidada SAPS/MS n. 1 de 2/7/2021; Portaria nº 650 de 05/10/2011; Portaria nº 650 de 05/10/2011.

166C Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência dos BRICS

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 1970.

2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde

Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992; Lei nº 8.080, de 19 de setembro

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

de 1990; Decreto n.º 7.508/2011; Lei Complementar n.º 141/2012; Resolução nº 407/2008 (texto alterado pela Resolução nº 435/2010); Decreto nº 5.839/2006.

20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária
Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, Lei 9.782/1990.

20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
Lei nº 8.080/90, Lei nº 12.401/2011; Decreto nº 7.508/2011; Portaria GM/MS nº 3.916/1998; Resolução nº 338/2004/CNS; Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017 e retificação do Art. 537, Título V, Capítulos I e VI; Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017 - Título III - Capítulo II - Art. 35 e 36, Portaria GM/MS nº 11 de 13 de março de 2017, Portaria de Consolidação GM/MS nº 01, de 28 de setembro de 2017, Art. 42 a 46, Portaria GM/MS nº 874, de 04 de maio de 2021, Portaria SCTIE/MS nº 30, de 11 de junho de 2019 e Portaria SCTIE/MS nº 40, de 26 de abril de 2022.

20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS
Lei 8.080/90; Resolução CNS 338/2004; Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Origem: PRT MS/GM 1214/2012).

20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 10.708, de 31/07/2003; Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 1.108, de 31/05/2021.

20AL Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; Decreto nº 7508/2011; Decreto nº 11358/2023; Lei Complementar nº 141/2012; Portaria SVS/MS nº 15/2013; Portaria SVS/MS nº 47/2016; Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM nº 3992/2017; Portaria GM/MS nº 2.663/2019; Portaria GM/MS nº 828/2020.

20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011; Lei nº 14.313, de 21 de março de 2022; Portaria nº 146, de 26 de janeiro de 2021 (REBRATS); Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011; Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016; Decreto nº 11.161, de 4 de agosto de 2022; Portaria/GM nº 2.690 de 05 de novembro de 2009 (Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde); Portaria de Consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Consolidação das normas sobre as redes dos Sistema Único de Saúde)

20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS
Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006;
Portaria Interministerial nº 2.960, de 9 de dezembro de 2008

20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde
Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.668/1993, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 6.170/2007, Decreto nº 11.185/2022, Decreto nº 9.283/2018, Decreto nº 10.426/2020, Decreto nº 10.534/2020, Decreto nº 11.715/2023, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 424/2016 (e alterações), Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação MS nº 5/2017 Anexo XCV, Portaria GM/MS nº 2.915/2022, Portaria de Consolidação MS nº 6/2017, Portaria GM/MS nº 1.354/2023, Portaria GM/MS nº 2.261/2023 e Portaria GM/MS nº 2.262/2023.

20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical
Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990; Decreto 1.232/1994; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Portaria/GM 399/2006; Portaria/GM 699/2006; Portaria/GM 204/2007; LC nº 141/2012.

20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde
Lei 8.080/1990; Constituição Federal (artigos 165 e 195); Lei 8112/1991 (art. 11 e 27); Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Resoluções do Grupo Mercado Comum (GMC); Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.

20QH Alimentação e Nutrição para a Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 11.346, de 15/09/2006; Decreto nº 7.272, 25/08/2010; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto nº 8.553, de 03/11/2015; Decreto nº 8.943, de 27/12/2016; Decreto nº 11.422, de 28/02/2023; Decreto nº 11.679, de 31 de agosto de 2023; Portaria GM/MS nº 1.274, de 07/07/2016; Portaria Interministerial MDS e MS nº 25, de 01/09/2023; Portaria GM/MS nº 1.723, de 03/11/2023.

20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)
Constituição Federal/1988; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Decreto nº 7.616/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.

20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.434, de 04/02/1997; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 8.175, de 18/10/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.758, de 11/12/2014.

20YD Educação e Trabalho na Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5, e Portaria de Consolidação nº 6; Portaria MS nº 3.241 de 7/12/2020. Portaria Interministerial nº 7, de 16 de setembro de 2021. Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021. Portaria Interministerial nº 1.329, de 27 de outubro de 2023. Portaria Interministerial nº 1.328, de 27 de outubro de 2023. Portaria GM/MS nº 1.133, de 16 de agosto de 2023

20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
Lei n.º 6.259 de 30/10/75; Lei n.º 8.080 de 19/09/90; Lei nº 14.133/21; Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012; Decreto 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Decreto nº 8.901/2016; Portaria/SVS n.º 11 de 03/09/03 e Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; Portaria/GM 1.378/2013; Portaria 1498 de 19/07/2013; Portaria GM Nº1271 de 06/06/2014.

20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente
Lei nº 8.080/90; Lei nº 8.142/90; Lei nº 6.259 de 30/10/75; Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012; Decreto 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Portaria/GM n.º 1.929 de 09/10/03; Portaria SVS 116/2009; Portaria/SVS n.º 09 de 01/03/04; Portaria nº 224 de 15/07/2011. Portaria 1.378/2013.

20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)
Constituição Federal, art. 196 e 200; Lei 8080/90, 8142/90; Decretos: 7.508/2011; Portaria nº 589/2015.

20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena
Constituição Federal, Título VIII Capítulo VIII- Índio Art. 193-231; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/90; Lei nº 9.836/1999; Lei Nº 12.314/2010; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 3.156/1999; Portaria nº 254/2002; Resolução nº 453/2012; Portaria nº 69/2018; Portaria nº 519/2015; Portaria nº 2.663/2017, Decreto nº 9795/2019, Portaria nº1801/2015, Portaria nº1317/ 2017, Portaria Conjunta SESA/FUNAI Nº 4.094/2018, Portaria nº 6/GM/MS; Portaria nº 3992/2017; Decreto nº 7.508; Portaria nº 15/2014; Portaria nº 519/2015; Portaria nº 2.656/2007; Portaria GM/MS nº 2914/2011; Lei nº 11.445/2007; Lei nº 12.305/10; Portaria GM/MS nº 3.021/2020; Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (Portaria nº 97/GM/MS de 3 de maio de 2006). Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº LEI Nº 14.572 DE 08 DE MAIO DE 2023. Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017). Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011). Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2017).

2013), Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (Portaria n.º 3.027, de 26 de novembro de 2007).

20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS
Lei n.º 8.080/90

20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade
Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004; Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004; e Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS Nº 4.811/2024

20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento
Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004; Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004; e Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 e Portaria GM/MS Nº 4.811/2024.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto n.º 2405 de 26/11/1997; Decreto n.º 4078/02; Decreto n.º 4.077/02; Decreto nº 3.605/2000; Decreto s/n, de 4 de junho de 1999; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Portaria GM/MS nº 3.110, de 26/12/2011; Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 2.979, de 12/11/2019.

218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Consamems
Lei nº 12.466, de 2011; Lei nº 8.080, de 1990; Portaria nº 1.752, de 13 de julho de 2017.

219A Piso de Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 12.594, de 18/01/2012; Decreto Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994 (repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde); Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024 (novo financiamento da APS).

21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde
Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 10.426/2020; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023; e Portaria de Consolidação GM/MS nº1/2017, Título III, Cap. VI.

21BG Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 12.871, de 22/10/2013; Decreto nº 10.426, de 16/07/2020; Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022; Portaria Interministerial nº 604/2023; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017.

21CD Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 13.146 de 06/07/2015; Lei nº 11.578, de 26/11/2007 e alterações; Lei nº 10.098 de 19/12/2000; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/90; Decreto nº 11.632, de 11/08/2023; Decreto nº 11.531 de 16/05/2022; Decreto nº 11.271 de 05/12/2022; Decreto nº 10.426 de 16/07/2020; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, 30/08/2023; Portaria de Consolidação MS/SAES nº 1, de 22/02/2022; Portaria de Consolidação MS/GM nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 1.448, de 18/09/2015; Portaria GM/MS nº 3.095, de 16/12/2013; Portaria GM/MS nº 664, de 12/04/2012; Portaria GM/MS nº 116, de 22/01/2009; Portaria GM/MS nº 2.582, de 02/12/2004; Portaria SAS/MS nº 482, de 06/03/2017; Portaria SCTIE/MS nº 53, de 11/11/2020; Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA nº 503, de 27/05/2021;

21CE Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.842, de 4/01/1994; Lei nº 9.263, de 12/01/1996; Lei nº 10.741, de 01/10/2003; Lei nº 10.778, de 24/11/2003; Lei nº 11.108, de 07/04/2005; Lei nº 11.340, de 07/08/2006; Lei nº 11.634, de 27/12/2007; Lei nº 11.664, de 29/04/2008; Lei nº 12.732, de 22/11/2012; Lei nº 12.845, de 01/08/2013; Lei nº 12.852, de 05/08/2013; Lei nº 13.257, de 08/03/2016; Lei nº 13.466, de 12/07/2017; Lei nº 13.522, de 27/11/2017; Lei nº 13.798, de 03/01/2019; Lei Nº 14.423, de 22 de julho de 2022; Decreto Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994; Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto nº 10.426, de 16/07/2020; Decreto Nº 7.958, de 13/03/2013; Decreto nº 9.921, 18/07/2019; Portaria Interministerial nº 1, de 02/01/2014; Portaria Nº 482, de 1º de abril de 2014 (Operacionalização PNAIS/P; Portaria de Consolidação GM/MS Nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS Nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS Nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS Nº 6, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 3.265, de 01/12/2017; Portaria de Consolidação Saps/MS Nº 1, de 2 de junho de 2021; Portaria GM/MS Nº 635, de 22 de maio de 2023; Portaria GM/MS Nº 1.924, de 17 de novembro de 2023; Resolução nº 36/ANVISA, de 03/06/2008.

21CF Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS
Lei nº 8.080/1990 - Lei orgânica do SUS; Lei n.º 13.709, 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei n.º 13.787, 27/12/2018 - Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, Portaria de Consolidação MS n.º 1, 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS; Portaria GM/MS n.º 3.632, 21/12/2020 - Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028, Portaria nº 1.348, de 2 de junho de 2022, Dispõe sobre as ações e serviços de Telessaúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Lei n.º 14.510, 27/12/2022 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; Portaria SAES/MS nº 1.022 de 29 de novembro de 2023 - Readequa o cadastramento dos estabelecimentos de saúde, que realizam ações e serviços de saúde digital, inovação e Telessaúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNEIS); Portaria GM/MS nº 3.232, de 1º de março de 2024 - Institui o Programa SUS Digital; Portaria GM/MS nº 3.233, de 1º de março de 2024 - Regulamenta a etapa 1: planejamento, referente ao Programa SUS Digital; Portaria GM/MS nº 3.326 de 12 de abril de 2024 - Altera o Anexo LXXIII à Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017 e o Anexo XV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS nº 3.564, de 18 de abril de 2024 - Institui o Laboratório Inova SUS.

21CJ Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos
Lei nº 6.938, 31/08/1981; Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, 19/09/1990; Medida Provisória nº 1.911-8, 29/07/1999; Decreto nº 3.156, 27/06/1999; Lei nº 9.836, 23/09/1999; Resolução CONAMA n.º 275, 25/04/2001; Resolução CONAMA n.º 358, 29/4/2005; Lei nº 11.445, 05/11/2007; Portaria de Consolidação nº 5/28/09/2017, Anexo XX; Lei Complementar nº 141, 13/01/2012; Portaria nº 1.419, 8/6/2017; Resolução CONAMA nº 237/1997; Resolução Conama nº 396/2008; RDC nº 222/2018; Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, Anexo VIII; Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010, Decreto nº 8.892, 27/10/2016; Resolução CONAMA nº 430, 13/05/2011; Resolução CONAMA nº 357, 17/03/2005; Programa Nacional de Saneamento Rural (PNRS).

21D9 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631/2012; Lei Complementar 141/2012; Lei nº 10.205/2001; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.080/1990; Decreto nº 3.990/2001; Portaria nº 134, de 30/03/2020; Portaria nº 163, de 30/01/2020; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017; Portaria nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 1.631/2015; Portaria nº 45, de 10/09/2013; Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria nº 507/2011; Portaria nº 2.600, de 21/10/2009; Portaria nº 127/2008; IN. nº 01/97; RDC Anvisa nº 306/2004; R.D.C Anvisa nº 151/2001.

21DX Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 14.133/2023; Lei nº 14.133, de 01/04/2021; Lei nº 9.637, de 15/05/1998; Lei nº 13.958, de 18/12/2019; Decreto nº 11.790/2023; Lei nº 14.621/2023; Resolução nº 01/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 02/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 04/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 05/SAPS/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017.

21EC Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.101/2009; Decreto nº 59.308/1966; Decreto nº 97.590/1989; Decreto nº 3.594/2000; Decreto nº 5.151/2004; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 8.827/2012; Decreto nº 7.988/2013; Decreto nº 8.242/2014; Decreto nº 11.358/2023; Decreto nº 11.391/2023; Portaria nº 8/2017/GM/MRE; Portaria nº 716/2011/STN/MF; Art. 87 e 93 (Cooperação Internacional); Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017.

21ED Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil

Lei nº 8080/1990; Portaria nº 1.949/2002, que institui o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 12.343/2016.

21GM Transformação Digital no SUS

Lei n.º 8.080, 19/12/1990 - Lei orgânica do SUS; Lei n.º 13.709, 14/08 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei n.º 13.787, 27/12/ 2018 - Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente; Portaria de Consolidação MS n.º 02, 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS n.º 5, 28/09/2017, (Ação Estratégica SUS Digital Brasil – Telessaúde); Portaria de Consolidação MS n.º 1, 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS n.º 6, 28/09/2017, Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028; Portaria n.º 1.348, 02/06/2022, Dispõe sobre as ações e serviços de Telessaúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Lei n.º 14.510, 27/12/2022 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; Portaria SAES/MS nº 1.022 de 29 de novembro de 2023 - Respeque o cadastramento dos estabelecimentos de saúde, que realizam ações e serviços de saúde digital, inovação e Telessaúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNE); Portaria GM/MS nº 3.232, de 1º de março de 2024 – Institui o Programa SUS Digital; Portaria GM/MS nº 3.233, de 1º de março de 2024 – Regulamenta a etapa 1: planejamento, referente ao Programa SUS Digital; Portaria GM/MS nº 3.526 de 12 de abril de 2024 - Altera o Anexo LXXIII à Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 e o Anexo XV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS nº 3.564, de 18 de abril de 2024 – Instituto Laboratório Inova SUS;

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, art. 16, XIII; Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Lei Complementar nº 101/2000(LRF); art. 1º, art. 7º; Decreto nº 3964, de 10 de outubro de 2001; Decreto 7.507, de 27 de junho de 2011; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; Portaria nº 1.844/GM/MS, de 13 de outubro de 2016; Portaria nº 1.419/GM/MS, de 8 de junho de 2017; Portaria nº 765/SE/MS, de 17 de julho de 2017; Portaria nº 2.076/SE/MS, de 21 de agosto de 2017; e Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017.

4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.631/2012; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 10.024, de 20/09/2019; Decreto nº 3.990/2001; Portaria nº 1.710/2020-HEMOBRAS; Portaria nº 863, de 10/05/2019 que altera a Portaria nº 1581, de 01/06/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018;

Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria nº 45, de 10/09/2013; Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria GM/MS nº 2.829, de 14/12/2012; Portaria GM/MS nº 822 de 06/06/2001; Instrução Normativa nº 1, de 10/11/2019; Resolução RDC nº 57/2014, de 10/10/2014, que revoga a RDC nº 51/2012 e restabelece o prazo da RDC nº 21/2012 (Manual de Identidade Visual e rotulagem de medicamentos); Farmacopeias estrangeiras admitidas pela ANVISA - RDC/ANVISA nº 37, 06/07/2009; RDC/Anvisa nº 151/2001; PCDT/DF, Nº 5/2018; Decreto nº 10.024, de 20/09/2019; Portaria interministerial nº 128, de 29 de maio de 2008; Portaria GM/MS nº 822 de 06/06/2001; Portaria nº 3.916, de 10/11/1998; Portaria nº 863, de 10/05/2019 que altera a Portaria nº 1581, de 01/06/2018.

4324 Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09/09/1999; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; e Decreto nº 10.426, de 16/07/2020.

4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico

Lei nº 8.080/90, Resolução nº CMS 338/2004, Lei nº 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017, Portaria GM/MS nº 4.114/2021, e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente.

4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 14.133/21; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 8901/ 2016; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1378/2013; Lei 9313/96; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e de outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado

Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 14.133/ 2021; Decreto nº 1.232/1994; Decreto nº 9.795/2019; Decreto nº 10.477/2020;

Decreto nº 11.358/2023; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1.378/2013; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.

6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.246 de 22/10/1991; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/9/1990; Decreto nº 371 de 20/12/1991, Portariaaa GM/MS nº 2.312, de 10 de setembro de 2021, Portaria GM/MS nº 2.294, de 10 de setembro de 2021, e Portaria GM/MS nº 3.630, de 27 de setembro de 2022.

6182 Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS

Lei nº 13.460/2017; Lei nº 12.527/2011; Decreto nº 9.492/2018; Decreto nº 9.690/2019; Decreto nº 7.724/2012, Portaria de Consolidação nº 1 GM/MS/2017; Portaria CGU nº 116/2024.

6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde

Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.

6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia

Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631, de 11/05/2012; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Lei nº 7.649, de 25/01/1988; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990 ; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei nº 10.972, de 21/2/2004; Lei nº 14.154, de 26/05/2021; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Portaria SCTIE nº 13, de 15/09/2014 ; Portaria Conjunta SE/SAS nº 239, de 28/03/2014; Portaria nº 1.760 de 17/08/2012; Portaria nº 745 de 30/08/2012; Portaria SCTIE/MS nº 27, de 12/06/2013; Portaria SCTIE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria GM/MS nº 2.285, de 16/10/2014; Portaria nº 298 de 09/02/2015; Portaria SAS/MS nº 473 de 04/2013; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 27, de 12/06/2013; Portaria nº 478, de 16/08/2014 ; Portaria nº 364, de 06/05/2014; Portaria SAES/MS Nº 11, de 05/01/2022; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001; Portaria Conjunta SAES-SCTIE nº 15/08/2021.

8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e Participativa em Saúde

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 9.203/2017; Decreto nº 9.795/2019; Decreto nº 10.139/2019; Decreto nº 10.411/2020; Portaria nº 1.812/2020.

8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.146 de 06/07/2015; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Decreto nº 5.296, de 02/12/2004; Decreto nº 9.296, de 01/03/2018; Decreto nº 10.426 de 16/07/2020; Decreto nº 6.170 de 25/07/2017; Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20/04/2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03/10/2017 e Portaria Interministerial nº 451, de 18/12/2017; Portaria Interministerial nº 114 de 07/05/2018, Portaria Interministerial nº 235 de 23/08/2018, Portaria Interministerial nº 558 de 10/10/2019 e Portaria Interministerial nº 134 de 30/03/2020 e Portaria Interministerial nº 414 de 14/12/2020); Portaria nº 874, de 16/05/2013; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/07/2017; Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22/02/2022; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria GM/MS nº 582, de 21/03/2022;RDC nº 51 de 06/10/2011; RDC nº 50 de 21/02/2002; RDC nº 36/ANVISA, de 03/06/2008; RDC nº 222, de 28/03/2018; ABNT NBR 9050:2020; ABNT NBR 16537:2016; ABNT NBR 16651:2019; Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017; Portaria MS/SAS nº 90, de 27 de março de 2009; Portaria GM/MS nº 2.582, de 02 de dezembro de 2004; Portaria Conjunta nº 01, de 20 de janeiro de 2009; Portaria SAS/MS nº 04, de 20 de janeiro de 2009; Portaria GM/MS nº 116, de 22 de janeiro de 2009; Portaria SAS nº 62, de 19 de abril de 1994; Portaria GM/MS nº 1675, de 07 de junho de 2018; Portaria GM/MS nº 3.415, de 22 de outubro de 2018; Portaria GM/MS nº 2.062, de 19 de agosto de 2021; Portaria MS/SAS nº 288, de 19 de maio de 2008; Portaria nº 1.448, de 18 de setembro de 2015; Portaria SAS nº 120, de 14 de abril de 2009; Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 503, de 27 de maio 2021; Portaria SVS/MS nº 272/96; Portaria SCTIE/MS nº 53, de 11 de novembro de 2020; Portaria SAS/MS nº 482, de 06 de março de 2017; Portaria GM/MS nº 62, de 06 de janeiro de 2017; Portaria SAS/MS nº 756, de 27 de dezembro de 2005; Portaria SAS/MS nº 433, de 15 de maio de 2012; Portaria SAS nº 1.846, de 21 de novembro de 2018; Portaria SAS nº 3.095, de 16 de dezembro de 2013; Portaria SAS nº 433, de 15 de maio de 2012; Portaria SAS nº 384 de 26 de maio de 2006; Portaria SAS nº 123 de 28 de fevereiro de 2005; Portaria GM/MS nº 664, de 12 de abril de 2012; Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014.

8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde e Saúde Bucal

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Resolução-RDC nº 50/ANVISA, de 21/02/2002; Decreto Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994; Resolução CIT nº 10, de 08/12/2016; Resolução CIT nº 13, de 23/02/2017; Resolução CIT nº 22, de 27/07/2017; Portaria GM/MS nº 283, de 22/02/2005; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria GM/MS nº 2.563, de 03/10/2017; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6 GM/MS, de 28/09/2017.

8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Constituição Federal/1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Portaria GM/MS nº 2.434, de 15/08/2018; Portaria GM/MS nº 164, de 19/01/2018; Portaria nº 544, de 07/05/2018; Portaria SAS/MS nº 288, de 12/03/2018; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria GM/MS nº 1.010, de 21/05/2012; Portaria GM/MS nº 2.971, de 08/12/2008; Portaria GM/MS nº 2.657, de 16/12/2004; Portaria GM/MS nº 1.828, de 02/09/2004; Portaria GM/MS nº 2.072, de 30/10/2003; Portaria GM/MS nº 2.048, de 05/10/2002; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017.

8636 Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde

Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 6.170/2007, Decreto nº 11.185/2022, Decreto nº 9.283/2018, Decreto nº 10.426/2020, Decreto nº 10.534/2020, Portaria nº 11.715/2023, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 424/2016 (e alterações), Portaria Interministerial nº 1.402/2018; Portaria de Consolidação MS nº 5/2017 Anexo XCV, Portaria GM/MS Nº 2.915/2022, Portaria de Consolidação MS nº 6/2017, Portaria GM/MS Nº 1.354/2023, Portaria GM/MS Nº 2.261/2023 a Portaria GM/MS Nº 2.262/2023.

8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde

Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 3.594/2020, Portaria nº 716/2011/STN/MF; Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS de 2017; Resolução CIT nº 18 de 20 de junho de 2017; Portaria nº 55 de 10 de janeiro de 2018, Decreto Nº 11.358 de 1 de janeiro de 2023.

8708 Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.689/1993; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 1.651/1995; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7827/2012; Decreto nº 9.795/2019 e Decreto nº 9.203/2017.

8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde

Art. 5º - Cap. I do Título II da CF; Lei nº 8080, de 19/9/1990 e nº 8142, de 28/12/1990; Portarias de depósito legal - MS/GM nº 586 e nº 587, de 31/01/1979; Dec. Presidencial nº 3745, de 5/2/2001; Port. Ministerial nº 227, de 16/2/2001; Port. Ministerial nº 758, de 16/4/2002; Port. GM/MS nº 1722, de 2/9/2003.

8721 Monitoramento dos Serviços de Atendimento Móvel na Rede de Atenção à Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei n. 8.080 de 19/9/1990; LDO; LOA; Decreto n. 5.055 de 27/4/2004 (SAMU); Portaria de consolidação nº 1/2017/GM/MS; Portaria de Consolidação GM/MS n. 2 de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS n. 3 de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS n. 6 de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.048/2002; Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

8753 Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Portaria GM/MS nº 581, de 5 de maio de 2023; Portaria GAB/SE nº 40, de 17 de março de 2023; Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS nº 406, de 8 de março de 2012; Portaria GM/MS nº 3.201, de 27 de novembro de 2020;
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC Constituição Federal de 1988, art. 196 a 200; Lei 8080/90 (Art. 6º.); Portaria MS 3.908/98; Portaria 210 de 15 de junho de 2004; Portaria 1.674 de 21 de julho de 2021; Portaria 3.128 de 19 de fevereiro de 2024;Portaria 1.604 de 18 de outubro de 2023; Plano Nacional de Saúde 2024- 2027; Portaria 3.632 de 21 de dezembro de 2020; Portaria 3.232 de 01 de março de 2024.
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA Constituição Federal de 1988; art. 196; Lei Nº 8.080, de 19/09/1990; Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo IX; Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023 que institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde.
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO Constituição Federal de 1988; art. 196 a 200; Lei 8080/90, art. 6º; Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXXIV; Portaria GM/MS nº 1.674, de 21 de junho de 2021; e Portaria GM/MS Nº 2.211, de 6 de dezembro de 2023.
37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18,§1º, inciso IX da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, LDO-2024.
2D58 Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção Art.5º inciso XXXIII, art.37, §3º, inciso II, Art.70, art. 74, inciso II, art.84, inciso XXIV e Art.216, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, com redação alterada pela Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Art.25, § 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Art.8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2023. Seção XXXII, Art.49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com alterações. Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 7.639, de 8 de dezembro de 2011. Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com redação alterada pelo Decreto nº 10.768, de 13 de agosto de 2021. Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Decreto nº 9.402, de 5 de setembro de 2018. Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019. Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019. Decreto nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020. Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021. Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021. Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022. Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023. Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023. Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023. Portaria CGU nº 116, de 18 de março de 2024. Portaria CGU nº 118, de 26 de março de 2024.Portaria CGU nº 130, de 13 de maio de 2024.
39101 Ministério dos Transportes - Administração Direta
00RK Contribuição à Comissão Mista Brasileiro Argentina para gestão e manutenção da Ponte São Borja e São Tomé Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022; Decreto Legislativo nº 82, de 6 de dezembro de 1989, que aprova o texto do Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, concluído em Uruguaiana, em 22 de agosto de 1989; Decreto nº 110, de 3 de maio de 1991, que promulga o Acordo para a construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Constituição Federal, Artigo 21, inciso I e XII; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023.
00VR Participação da União em projetos de concessões rodoviárias outorgadas a iniciativa privada Art. 17º da Lei n. 8.987 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos; Art. 35º da Lei n. 9.074 que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências; Art. 7º da Lei n. 12.379 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV.
00VS Participação da União em projetos de concessões ferroviárias outorgadas à iniciativa privada Art. 17º da Lei n. 8.987 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos; Art. 35º da Lei n. 9.074 que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências; Art. 7º da Lei n. 12.379 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV; Art. 2º da Lei n. 11.079 que dispõe sobre licitação e contratação de parceria público
0713 Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 4.803, de 8 de agosto de 2003; Decreto nº 5.227, de 4 de outubro de 2004; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2020
165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.
2000 Administração da Unidade Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 7.579, de 11 e outubro de 2011; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023; Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020; e Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.
218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30 Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.
4641 Publicidade de Utilidade Pública Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
124G Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334 Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
15V3 Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354 Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
161K Construção da Ferrovia Transnordestina - trecho entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE - EF-232 Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
2000 Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.
00TU Indenização em decorrência do encerramento do Contrato de Concessão de Infraestrutura Rodoviária CF 1988; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei Nº 13.448, de 5 de junho de 2017; e Resolução N º 5.926, de 2 de fevereiro de 2021.
00X1 Locação, com reversão patrimonial, na modalidade Built to Suit CF 1988; Lei Complementar 101/2000; Lei 14.133/2021; Lei 10.233/2001; Lei nº 8.245/1991; Instrução Normativa SEGES/ME Nº 103/2022.
2000 Administração da Unidade Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023
218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
21D0 Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida CF 1988; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021; Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990; Decreto nº 1.832, de 4 de março de 1998; Decreto nº 2.521 de 20 de março de 1998; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023; Portaria MT nº 457, de 23 de julho de 2018.
39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
105S Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
108X Implantação de Postos de Pesagem Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21 e Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º , e suas alterações, bem como demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.
10IW Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
10IX Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
10JQ Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
10KK Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirãoascalheira) - na BR-242/MT Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
10KR Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
10L1 Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

10L3 Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.</small>	<small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
110I Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.</small>	1490 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
110Q Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	14LV Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA <small>Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
110R Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	14MM Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária <small>Código Florestal Lei nº 4771 de 15/09/1965; Lei de Crimes Ambientais Lei nº 9605, de 12/02/1998 e atendimento à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal conta o DNIT- Recuperação de passivo ambiental (0002383-83.2007-403.6111).</small>
112N Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Urugual) - na BR-116/RS <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	14OO Adequação de Trecho Rodoviário - Entr BA-001 (Santa Cruz de Cabrália) - Entr BA-001(B) (P/Trancoso) - na BR-367/BA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
113K Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	14PC Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
113X Construção de Contorno Rodoviário em Caicó - na BR-427/RN <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	14TL Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
113Y Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-423/RO <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	14X0 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
11H1 Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.</small>	15P7 Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007.</small>
11VA Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	15ZV Construção de Pontes - Trecho Rococó - São Francisco - na BR-210/RR <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
1214 Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161M Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. AL-115(A) - Acesso a Pilar - na BR-316/AL <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
123U Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161N Construção do Arco Metropolitano de Maceió - na BR-316/424/AL <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
1248 Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161O Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/AL - Praça Centenário (Maceió) - na BR-104/AL <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
1276 Construção de Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul - na EF-485/SC <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações. Artigo 82.</small>	161Q Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Patos - na BR-230/361/PB <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
12KF Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161R Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. RN-263(B)/RN-023 (João Câmara) - Entr. BR-101(B) (Ponte Presidente Costa e Silva) TRECHO URBANO - na BR-406/RN <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
12KG Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161S Adequação de Trecho Rodoviário - Div. CE/RN - Entr. BR-226(A) - na BR-304/RN <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
12KY Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161T Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-101(B) - Entr. SE-175 (P/Ribeirópolis) - na BR-235/SE <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
1304 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050/MG <small>Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161U Construção da Ponte sobre o Rio Xingu e Acessos - na BR-230/PA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
130Z Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-020 (Aparecida do Rio Negro) - Divisa TO/MA (Goiatins) - na BR-010/TO <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161V Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-155 (P/Redenção) - Div. PA/MT - na BR-158/PA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
135L Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.</small>	161W Adequação de Trecho Rodoviário - Touros (Farol do Calcanhar) - Entr. BR-406(A) (P/Ceará Mirim)Trecho Urbano - na BR-101/RN <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
13X5 Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	161X Construção de Anel Rodoviário em Cachoeiro do Itapemerim - na BR-482/ES <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
13X6 Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	162S Adequação de Linha Férrea no Município de Paranaguá na EF-277/PR <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
13X7 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	163E Adequação de Trecho Rodoviário - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - Entr. BR-343(B) (Estaca Zero) - na BR-316/PI <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
13XG Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>	163F Adequação de Trecho Rodoviário – Barreiras – Luís Eduardo Magalhães - na BR-242/BA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
13XJ Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262/MG <small>Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e alterações.</small>	163G Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PA/MA – Div MA/PI (Timon) – na BR-316/MA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
13YE Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.</small>	163I Construção de Contorno Rodoviário em Guaira - na BR-163/PR <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
13YK Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e alterações posteriores.</small>	163J Construção de Trecho Rodoviário - Cocos – Div BA/GO – na BR-030/BA <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
1418 Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Olapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP	163K Construção de Trecho Rodoviário – Div MA/PI – Entr. BR-135(A)/235(A) (Bom Jesus) - na BR-330/PI <small>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</small>
	163Q Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<p>Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018.</p>	<p>7530 Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>165I Construção do Contorno Rodoviário de Goiânia, na BR-153/GO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>	<p>7624 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e suas alterações.</p>
<p>165K Construção de Trecho Rodoviário - Luiz Alves/ Ribeirão Cascalheira - na BR-080/MT</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>	<p>7E79 Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>165L Adequação do Complexo Rodoviário do Perímetro Urbano de Marabá - PA nas BR-230/222/155/PA</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>	<p>7F51 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>165N Construção de Trecho Rodoviário - Entr.BR-405/RN - Entr.BR-116/CE - na BR-437/RN/CE</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001</p>	<p>7G16 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>165Q Adequação de Trecho Rodoviário - Uberlândia - Luizlândia do Oeste - na BR-365/MG</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>	<p>7G66 Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>165S Construção de Trecho Ferroviário - Barragem de Fronteiras na Ferrovia Tronco Norte - EF-225/CE</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>	<p>7I08 Construção de Trecho Rodoviário - Mossoró-Campo Grande - na BR-110/RN</p> <p>Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, e posteriores alterações.</p>
<p>167L Construção do Contorno de Ilhéus - na BR-415/BA</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>	<p>7I40 Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>1C09 Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>	<p>7I84 Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319/RO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>1D02 Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - na BR-364/RO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>	<p>7K23 Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>1D48 Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 82, inciso XII.</p>	<p>7L04 Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>1K23 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>	<p>7L92 Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>1K24 Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - na EF-485/SC</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.</p>	<p>7M88 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>1K53 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento RS -326 (PI/VOTI) - Início do Rio Guaíba - na BR-116/RS</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.</p>	<p>7M91 Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>2000 Administração da Unidade</p> <p>Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.</p>	<p>7M95 Adequação de Anel Rodoviário em Belo Horizonte - nas BRs 040/135/262/381/MG</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.</p>
<p>2036 Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal</p> <p>Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21; Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º; Resolução CONTRAN nº 638/2016; Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.</p>	<p>7N22 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes</p> <p>Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>	<p>7N85 Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - Na BR-285/SC</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.</p>
<p>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</p> <p>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.</p>	<p>7N86 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento SC-416(B) (Jaraguá do Sul) - Divisa SC/PR (Porto União/União da Vitória) - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>218S Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura</p> <p>Lei 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>	<p>7P87 Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>	<p>7R82 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>2325 Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos</p> <p>Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21; Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º; Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.</p>	<p>7S51 Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>4482 Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito</p> <p>Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, CTB, art. 16 e 17; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Portaria DNIT nº 368, de 05/09/2002.</p>	<p>7S57 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>5E15 Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paraná - Taguatinga - na BR-242/TO</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>	<p>7S59 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG</p> <p>Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e alterações.</p>
<p>7242 Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>	<p>7S61 Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>7435 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.</p>	<p>7S62 Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
<p>7474 Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418/BA</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>	<p>7S75 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
	<p>7S80 Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>
	<p>7S97 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.</p>

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

7T98 Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XM6 Adequação de Travessia Urbana em Ijuí - Na BR-285/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7U06 Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XS4 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AM/RO - Entroncamento BR-364 (Porto Velho (Trevo do Roque)) - na BR-319/RO Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7U07 Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibatiguara - na BR-416/AL Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e alterações posteriores.	7XS6 Adequação de Travessia Urbana (Construção de Passarela) em Caruaru - na BR-104/PE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7U22 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XT1 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - na BR-080/DF Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7U43 Adequação de Trecho Rodoviário - Wanderlândia - Divisa GO/TO - na BR-153/TO Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XW2 Adequação de Trecho Rodoviário - Km 503 - Km 509 (Itabuna) - na BR-101/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7V00 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montívidel - na BR-226/MA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XW3 Construção de Trecho Rodoviário - Km 391 - Km 394 - na BR-242/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7V18 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI - na BR-020/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XW7 Adequação de Contorno Rodoviário em Araranguá - na BR-101/SC Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7V19 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Caririnha - na BR-030/BA Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XW8 Construção de Viaduto Rodoviário em Valparaíso de Goiás - na BR-040/GO Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7V83 Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XX1 Adequação de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Patrocínio - na BR-365/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7V94 Adequação de Trecho Rodoviário - Petrolândia - Ibimirim - na BR-110/PE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XX5 Prolongamento da Ponte sobre o Rio Tarauacá - na BR-364/AC Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7V99 Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XZ5 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-424/AL-101 - Divisa AL/SE - na BR-349/AL Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações. Artigo 82.
7W07 Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	7XZ8 Construção de Ponte sobre o Rio Mamoré (Fronteria Brasil - Bolívia) - na BR-425/RO Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
7W67 Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	869V Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações; e Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.
7W84 Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - na BR-135/MA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	39905 Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET
7W95 Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	2000 Administração da Unidade Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
7X34 Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	20YZ Promoção do Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Resolução CONTRAN nº 514, de 18 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências; Resolução CONTRAN nº 808, de 15 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST); Resolução CONTRAN nº 818, de 17 de março de 2021 - Altera a Resolução CONTRAN nº 797, de 2 de setembro de 2020, que institui o Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) e dispõe sobre os procedimentos para registro e controle de compra e venda e de entrada e saída de veículos novos e usados, nos estabelecimentos de que trata o art. 330 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018.
7X42 Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Portaria SENATRAN 1.526, de 17 de dezembro de 2021 - Estabelece os valores a serem cobrados pelos acessos, consultas, transações eletrônicas, emissão de laudo ou certificado e geração de arquivos das bases de dados dos sistemas organizados e mantidos pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), e respectivos subsistemas; Portaria SENATRAN 922, de 25 de julho de 2022 - Estabelece os procedimentos para acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN); Portaria SENATRAN 1.554, de 17 de novembro de 2022 - Estabelece os requisitos e os procedimentos referentes ao programa de rotulagem veicular de segurança de que trata o Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, que regulamenta os requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no País; Resolução CONTRAN 514, de 18 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências; Resolução CONTRAN nº 537, de 17 de junho de 2015 - Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINAVI) em todo o território nacional; Resolução CONTRAN nº 818, de 17 de março de 2021 - Altera a Resolução CONTRAN nº 797, de 2 de setembro de 2020, que institui o Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) e dispõe sobre os procedimentos para registro e controle de compra e venda e de entrada e saída de veículos novos e usados, nos estabelecimentos de que trata o art. 330 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018; Resolução CONTRAN 931, de 28 de março de 2022 - Estabelece o Sistema de Notificação Eletrônica (SNE); Resolução CONTRAN nº 969, de 20 de junho de 2022 - Dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional.
7X64 Construção de Pontes na BR-425/RO Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X78 Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X96 Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronterira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XG6 Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X16 Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X18 Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XJ0 Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XJ4 Construção de Trecho Rodoviário - Marau - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XJ5 Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM0 Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM5 Construção de Ponte sobre o rio Parnaíba na Divisa PI/MA - na BR-330/PI Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Inciso XI do art. 22 e § 10 do art. 144 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; incisos III e V do art. 19, art. 320 e §1º do art. 326-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; art. 5º da Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; art. 4º do Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamento do art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; art. 12 do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 - Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional; Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018; Resolução A/RES/74/299 "Aprimorando a Segurança Viária" da Assembleia Geral das Nações Unidas; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.2 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamento do art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (SECOM); 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações, os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

40101 Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta

0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro

Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000;
Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005;
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008;
Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008;
Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018;
Portaria MTE 3872/2023.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

20YU Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho

- Convenção nº. 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada por meio do Decreto nº. 95.461/1987, e concluído por meio do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019;
- Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); art. 200 da CLT;
- Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, art. 11 - Atribuições do Auditor Fiscal do Trabalho;
- Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 - Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho;
- Decreto 10.854, de 10 de novembro de 2021 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista;
- Decreto nº 11.205, de 26 de setembro de 2022 - Institui o Programa de Estimulo à Conformidade Normativa Trabalhista - Governo Mais Legal - Trabalhista no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência; e
- Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Decreto nº 11.971, de 1º de abril de 2024 - Dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Auditoria-Fiscal do Trabalho e sobre a base de cálculo de que tratam o § 1º e o § 4º do art. 16 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.

20YV Democratização das Relações de Trabalho

Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego;
Portaria MTE nº 1153, de 30 de outubro de 2017 - Regimento Interno da Secretaria de Relações do Trabalho, art. 1º.

215F Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;
Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego;
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

21AX Gestão das Políticas de Trabalho

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações;
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;
Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

21AZ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial

Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, Art. 16;
Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 - Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e

Trabalhistas - eSocial e dá outras providências;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

2A95 Qualificação Social e Profissional – Projovem Trabalhador

Constituição Federal, artigos 205 a 214, sobretudo artigo 208;
Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005;
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008;
Decreto nº 6629/2008
PORTARIA MTE Nº 733/2024
PORTARIA SEMP/MTE Nº 738/2024

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário;
Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;
Portaria do Ministério das Comunicações nº 3.948, de 26 de outubro de 2021;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas

Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

40203 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

2000 Administração da Unidade

Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966 - Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021 - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência;
Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro;e
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

20YW Produção e Difusão de Conhecimentos Técnico-científicos que Contribuam para a Promoção da Segurança e Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras e que Subsidiem Políticas Públicas no Campo do Trabalho Digno

Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966;
Decreto Legislativo n. 2, de 17 de março de 1992, do Congresso Nacional;
Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011;
Decreto nº 10.096, de 06 de novembro de 2019;
Portaria Fundacentro nº 490, de 16 de dezembro de 2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

40901 Fundo de Amparo ao Trabalhador

0158 Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES

Constituição Federal, art. 239, § 1º - Destinação da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social;
Lei nº 9.019, de 11 de abril de 1990 - Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996 - Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências.

20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine

Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 9 de julho de 1948;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE.

20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda

Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
LEI nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.

Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018;

Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego;

RESOLUÇÃO nº 888, de 2 de dezembro de 2020 - Regulamenta as ações de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos federais descentralizados para os fundos de trabalho das esferas de governo que aderirem ao SINE, nos termos do artigo 19 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 e do artigo 14 da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019.

Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

Resolução CODEFAT nº 994, de 15 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a adesão de estados, do Distrito Federal e de municípios ao Sistema Nacional de Emprego - Sine, e regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no âmbito do Sistema, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<p>2021 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores</p> <p>Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências;</p> <p>Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 - Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 1990;</p> <p>Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação;</p> <p>Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine);</p> <p>Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;</p> <p>Resolução CODEFAT nº 888, de 2 de dezembro de 2020 - Regulamenta as ações de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos federais descentralizados para os fundos do trabalho das esferas de governo que aderirem ao SINE, nos termos da Lei nº 13.667, de 2018;</p> <p>Resolução CODEFAT nº 906, de 26 de maio de 2021 - Estabelece o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – Qualifica Brasil;</p> <p>Resolução CODEFAT nº 994, de 15 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a adesão de estados, do Distrito Federal e de municípios ao Sistema Nacional de Emprego – Sine, e regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no âmbito do Sistema, e dá outras providências;</p> <p>Resolução CODEFAT Nº 995, de 15 de fevereiro de 2024 - Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ, voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, o acesso e a permanência no mundo do trabalho;</p> <p>Resolução CODEFAT Nº 998 de 24 de abril de 2024 - Dispõe sobre a identificação do Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ;</p> <p>Portaria SPPE Nº 1.881, de 2 de março de 2022 - Dispõe sobre o Relatório de Gestão do Bloco de Ações e Serviços da Qualificação Profissional, de que trata o art. 10 da Resolução CODEFAT nº 888, de 2020;</p> <p>Portaria MTE Nº 3.222, de 21 de agosto de 2023 - Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ;</p> <p>Portaria MTE Nº 443, de 01 de abril de 2024 - Dispõe sobre os critérios para apresentação de projetos relacionados à qualificação social e profissional para fomento a iniciativas da sociedade civil nos termos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC; e</p> <p>Instrução Normativa SEMP/MTE Nº 04, de 13 de junho de 2024 - Dispõe sobre a execução da modalidade denominada Qualificação Social e Profissional no âmbito do Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ, de que trata a Resolução CODEFAT Nº 995/2024.</p>	<p>21F1U Gestão e Apoio Operacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT</p> <p>Decreto-Lei nº 926, de 10 de outubro de 1969 - Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências;</p> <p>Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o seu órgão gestor, o CODEFAT;</p> <p>Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Trata de aplicação de recursos do FAT em depósitos especiais;</p> <p>Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE;</p> <p>Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;</p> <p>Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023 - Dispõe sobre a composição do CODEFAT;</p> <p>Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego;</p> <p>Resolução CODEFAT nº 937, de 23 de março de 2022 - Aprova o Regimento Interno do CODEFAT.</p>
<p>2B12 Fomento à Inclusão Produtiva</p> <p>Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;</p> <p>Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Trata de aplicação do FAT em depósitos especiais;</p> <p>Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado -PNMPO; e</p> <p>Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE;</p> <p>Resolução nº 888, de 2 de dezembro de 2020 – Regulamenta as ações de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos federais descentralizados para os fundos do trabalho das esferas de governo que aderirem ao SINE, nos termos do artigo 19 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 e do artigo 14 da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019;</p> <p>Resolução CODEFAT nº 994, de 15 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a adesão de estados, do Distrito Federal e de municípios ao Sistema Nacional de Emprego – Sine, e regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no âmbito do Sistema, e dá outras providências.</p>	
<p>4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO</p> <p>Portaria 3.654, de 24 de novembro de 1977; Portaria 1.334, de 21 de Dezembro de 1994;</p> <p>Portaria 397, de 09 de Outubro de 2002;</p> <p>Portaria/MTP nº 671, de 08 de novembro de 2021 - Seção VII Da Classificação Brasileira de Ocupações</p>	
<p>4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego</p> <p>Constituição Federal, de 1988, art. 239 - Abono salarial;</p> <p>Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o</p> <p>Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências - Lei do Caged;</p> <p>Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;</p> <p>Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 - Altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990;</p> <p>Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021 - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência;</p> <p>Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 - Regulamenta a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências;</p> <p>Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 que a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p> <p>Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.</p>	
<p>41101 Ministério das Comunicações - Administração Direta</p>	
<p>00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados</p> <p>Carta Convite da OCDE DST/DEP/2018.045 de 5 de julho de 2018;</p> <p>Decreto Nº 8.877, de 11 de outubro de 2016; e</p> <p>Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em 3 de junho de 2015, aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, em 5/9/2017, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 55, em 18/6/2019, vigente para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 17/8/2019, nos termos da seção 7 do Acordo supracitado, e promulgado pelo Decreto nº 10.109, em 7/11/2019.</p>	
<p>15UK Implementação de Projetos de Cidades Conectadas, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)</p> <p>Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (qualificação de O.S); Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018, que institui a política pública de telecomunicações; e Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018).</p>	
<p>15UL Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)</p> <p>Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (qualificação de O.S); Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018, que institui a política pública de telecomunicações; e Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018).</p>	

2018).

<p>162P Implementação de Cidades Conectadas</p> <p>Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (e alterações), que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações; Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº9.612, de 17 de dezembro de 2018).</p>	<p>162Q Implantação de Infraestrutura de Comunicações</p> <p>Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e alterações, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações; Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº9.612, de 17 de dezembro de 2018).</p>
<p>165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil</p> <p>Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;</p> <p>Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.</p>	
<p>2000 Administração da Unidade</p> <p>Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</p>	
<p>20V8 Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital</p> <p>Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021; Lei nº 14.479, de 21 de dezembro de 2022, que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão. Portaria MCom Nº 2.460, de 23 de abril de 2021, que aprova a Norma Geral do Programa de Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC.</p>	
<p>202Q Estudos, Pesquisas e Produção de Indicadores na Área das Comunicações</p> <p>Decreto nº 11.335, de 1 de janeiro de 2023, e Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.</p>	
<p>212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)</p> <p>Constituição Federal de 1988 - art. 218; Lei nº 9.472/97 - art. 2º; Lei nº 13.243/16 - art. 3 e 19; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; e Decreto nº 11.335/2023 - art. 19 inciso II.</p>	
<p>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</p> <p>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>	
<p>21AE Evolução e Expansão dos Serviços de Radiodifusão</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 4.117/62; Decreto-Lei nº 236/67; Decreto nº 52.795/63; e Decreto nº 5.820/2006.</p>	
<p>21FP Promoção de Acesso Gratuito à Internet (Programa Internet Brasil - Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022)</p> <p>Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022.</p>	
<p>21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30</p> <p>Decreto no 11.546, de 5 de junho de 2023.</p>	
<p>4641 Publicidade de Utilidade Pública</p> <p>Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º, inciso IX, da Lei Nº 14.600, DE 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal</p>	
<p>41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</p>	
<p>2000 Administração da Unidade</p> <p>Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.</p>	
<p>202D Regulação dos Serviços de Telecomunicações</p> <p>Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT.</p>	
<p>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</p> <p>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>	
<p>21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30</p> <p>Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.</p>	
<p>2424 Fiscalização Regulatória</p> <p>Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações (LGT); Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras; Resolução nº 746, de 22 de junho de 2021 - Regulamento de Fiscalização Regulatória (RFRF)</p>	
<p>2B68 Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações</p> <p>Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT. Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, aprovado pela Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.</p>	
<p>41260 Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS</p>	
<p>0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna</p> <p>Portarias MF nºs 364/00, 168/97, 89/96 e 192/96.</p>	
<p>15UI Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital</p> <p>. CF 88, Lei nº 5.792, de 11.07.1972; e</p> <p>. Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018.</p>	
<p>2000 Administração da Unidade</p> <p>Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</p>	
<p>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</p> <p>Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>	
<p>21C8 Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação</p>	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

- CF/88, art. 3º, III e art. 165, III;
- Lei nº 9.472/1977, art. 2º;
- Decreto nº 9.612/2018, art. 12º; e
- Decreto nº 7.769/2012, art. 8º e art. 9º.

41902 Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

00TY Subvenção Econômica a Projetos de Expansão, de Uso e de Melhoria das Redes e dos Serviços de Telecomunicações (Lei nº 9.998, de 2000)

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; Portaria MCOM nº 6.098, de 1º de julho de 2022; Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022.

41903 Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL

00TS Política Produtiva e Inovação Tecnológica

Lei nº 10.052, de 2000; Lei nº 10.073, 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; e Resolução do Conselho Gestor do Funtel (CGF) nº 66, de 28 de outubro de 2010.

42101 Ministério da Cultura - Administração Direta

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

00VF Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.755/2021; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018, Decreto 519/1992, Decreto 520/1992; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

00WA Contribuição Voluntária à Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP para desenvolvimento do Programa CPLP Audiovisual

Decreto 5.002, de 2004 - Promulga a Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 3 de março de 2004; Acordo de Cooperação entre os Estados-Membros da CPLP no domínio cinematográfico e audiovisual, de outubro de 2006; Resolução sobre os Planos Estratégicos de Cooperação Setorial da CPLP, de 22 de julho de 2014, incluindo a aprovação do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2014-2020), posteriormente atualizado pelo Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2022 – 2026); Plano de Ação de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2022 – 2024), que inclui a realização da terceira edição do Programa CPLP Audiovisual como uma das ações previstas; Decreto nº 11.336, de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura e remaneja cargos em comissão e funções de confiança, de 1º de janeiro de 2023.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa nº 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 8.837/2016; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNP/M; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto 519/1992 (que institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura; Lei 13.696/2018 (que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita); Lei 13.019/2014; Decreto 8.726/2016; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

202G Formulação e Gestão da Política Cultural

Constituição Federal de 1988, art. 24, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216A; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 8.837/2016; Lei nº 9.610/1998; Lei nº 6.533/1978; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, incisos IX e XII, § 1º, e anexo; Decreto nº 9.891/2019 (dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural); Decreto nº 5.520/2005 (Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Lei nº 8.313/1991; Portaria nº 621/2020 (estabelece o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018, Decreto 519/1992; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Lei nº 9.637/1998; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.915/2021.

215G Implementação da Política Nacional de Cultura Viva

Lei nº 13.018/2014; Instrução Normativa nº8/2016; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

42201 Fundação Casa de Rui Barbosa

Ação Orçamentária / Base Legal

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

202G Formulação e Gestão da Política Cultural

Constituição Federal de 1988, art. 24, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216A; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº8.837/2016; Lei nº 9.610/1998; Lei nº 6.533/1978; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, incisos IX e XII, § 1º, e anexo; Decreto nº 9.891/2019 (dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural); Decreto nº 5.520/2005 (Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Lei nº 8.313/1991; Portaria nº 621/2020 (estabelece o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 10.788/2021.

202M Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

42202 Fundação Biblioteca Nacional - BN

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 10.755/2021; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNP/M; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, revogado pelo Decreto nº 9.891/2019; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto 8.982/2017.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 10.788/2021; Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 10.755/2021; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 8.982/2017; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 10.755/2021; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto 8.982/2017.

42203 Fundação Cultural Palmares

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNP/M; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 95.855/1988; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 4.887/2003; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 7.892/2013; Decreto nº 10.024/ 2019; Lei 12.462/2011; Lei nº 14.133/2021; Instrução Normativa Nº 05/2017; Instrução Normativa Nº 07/2018; Decreto Nº 9.507/2018; Instrução Normativa Nº 40/2020 - ME; Instrução

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Normativa Nº 73/2020 - ME; Instrução Normativa Nº 01/2019 - ME.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Art. 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Lei nº 13.019/2014; Lei nº 9.613/1998; Decreto nº 44.851/1958; Decreto nº 72.312/1973; Decreto nº 3.166/1999; Decreto nº 5.760/2006; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003 e Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 5.753/2006; Decreto nº 7.387/2010; Decreto nº 9.938/2019; Decreto nº 5.002/2004; Decreto nº 3.193/1999; Decreto nº 350/1991; Decreto nº 9.763/2019; Decreto Legislativo nº 16/1964. Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2009; Portaria SPHAN nº 07/1988; Portaria IBPC nº 262/1992; Portaria IPHAN nº 420/10; Portaria IPHAN nº 187/2010; Portaria IPHAN nº 44/2016; Portaria IPHAN nº 195/2016; Portaria IPHAN nº 196/2016; Portaria IPHAN nº 396/2016; Portaria IPHAN nº 200/2016; Portaria IPHAN nº 80/2017; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2006; Portaria IPHAN nº 299/2015; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 005/2019; Portaria IPHAN nº 194/2016; Portaria IPHAN nº 137/2016; Portaria Interministerial 424/2016; Portaria Interministerial 43/2020; Portaria IPHAN nº 366/2018; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021; Portaria IPHAN nº 25/2021; Decreto nº 10.755/2021; Portaria IPHAN nº 17/2022; Instrução Normativa IPHAN nº 01/2007; Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015; Decreto nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC); Decreto nº 11.178/2022 (Aprova a Estrutura Regimental do Iphan); Decreto nº 11.670, de 30 de agosto de 2023 (Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural); Portaria Iphan nº 135, de 20 de novembro de 2023 (regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos).

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 11.531/2023; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021; Decreto Nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC); Decreto Nº 11.453/2023; Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023 (aprova o regimento interno do Iphan).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei 14.791/2023 (LDO 2024)

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023. Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021. Decreto nº 11.069/2022.

5538 Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto Nº 11.178/2022 (Aprova a Estrutura Regimental do Iphan); Decreto nº 80.978/1977; Resolução do Senado Federal nº 56/1999; Lei nº 11.576/2007; Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 11.531/2023; Portaria Iphan nº 420/2010; Portaria Iphan nº 383/2013; Portaria Iphan nº 436/2013; Lei nº 8.668/1993; Decreto nº 7.581/2011; Decreto nº 7.983/2013; Lei nº 14.133/2021; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021; Decreto Nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC); Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023 (aprova o regimento interno do Iphan).

42205 Fundação Nacional de Artes

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42206 Agência Nacional do Cinema - ANCINE

0050 Contribuição ao Programa Ibermedia

Decreto nº 3.092, de 1999 - promulga o Convênio para a Cooperação no âmbito da Conferência Ibero-Americana, concluído em San Carlos de Bariloche, em 15 de outubro de 1995; Decreto nº 2.777, de 1999 - promulga o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, assinado em Caracas, em 11 de novembro de 1989; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

155V Aquisição do Imóvel do Escritório Central da Agência Nacional do Cinema - ANCINE

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 8.283/2014.

202I Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória nº 2.228-1/2001)

Constituição Federal de 1988, arts. 215 e 216; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 8.685/1993; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014;

202J Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual

Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.590/2008; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 216 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-3/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002. Lei nº 9.637/1998; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.915/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal. Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014.

42207 Instituto Brasileiro de Museus

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42902 Fundo Nacional de Cultura

006A Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

00VF Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2008; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC); Decreto nº 10.755/2021; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018, Decreto 519/1992, Decreto 500/1992; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

202K Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

8106 Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

44101 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta

10TT Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 225; Lei nº 6.938/81.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967 Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023

20VP Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde

Lei n.º 9.985, de 18/07/2000; Lei n.º 11.284 de 02/03/2006; Lei n.º 12.114, de 9 de dezembro de 2009; Lei n.º 12.512, de 14/10/2011;

Decreto n.º 6.040 de 07/02/2007; Decreto n.º 6.063, de 20/03/2007; Decreto n.º 7.572, de 28 de setembro de 2011; Decreto n.º 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<div><div>20VY Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental</div><div>Constituição Federal, arts. 37 e 225; Lei nº 6.938/81; Lei nº 9.795/99; Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 4.281/02; Decreto nº 11.349/2023; Portaria MMA 326/2020</div></div>	<div><div>21F3 Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas</div><div>Constituição Federal, Art. 225; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 5.197/1967; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 7.643/1987; Lei nº 7.661/1988; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 9.985/2000; Lei nº 11.959/2009; Lei nº 12.187/2009; Lei nº 12.851/2012; Lei nº 12.854/2013; Lei nº 13.123/2015; Decreto nº 92.446/1986; Decreto nº 1.905/1996; Decreto nº 2.519/1998; Decreto nº 3.420/2000; Decreto nº 3.842/2001; Decreto nº 4.339/2002; Decreto nº 4.340/2002; Decreto nº 4.703/2003; Decreto nº 5.092/2004; Decreto nº 5.377/2005; Decreto nº 5.758/2006; Decreto nº 6.321/2007; Decreto nº 6.753/2009; Decreto nº 7.794/2012; Decreto nº 7.830/2012; Decreto nº 8.235/2014; Decreto nº 8.505/2015; Decreto nº 8.772/2016; Decreto nº 8.972/2017; Decreto nº 9.080/2017; Decreto nº 9.578/2018; Decreto nº 9.763/2019; Decreto nº 9.932/2019; Decreto nº 9.935/2019; Decreto nº 10.141/2019; Decreto nº 11.349/2023; Decreto nº 11.367/2023; Decreto nº 12.017/2024; Decreto nº 12.035/2024; Decreto Legislativo nº 54/1975; Decreto Legislativo nº 56/1975; Decreto Legislativo nº 2/1994; Decreto Legislativo nº 88/1995; Portaria Interministerial nº 230/2017; Portaria MB nº 318/2006; Portaria MMA nº 72/2010; Portaria MMA nº 443/2014; Portaria MMA nº 444/2014; Portaria MMA nº 445/2014; Portaria MMA nº 365/2015; Portaria MMA nº 3/2018; Portaria MMA nº 444/2018; Portaria MMA nº 445/2018; Portaria MMA nº 463/2018; Portaria MB nº 236/2019; e Portaria MMA nº 148/2022.</div></div>
<div><div>20W2 Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca</div><div>Constituição Federal/1988, art. 225; Lei n.º 6.938/1981 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação); Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal); Lei n.º 13.153, de 30 de julho de 2015 (Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências) Lei n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021 (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política). Decreto n.º 2.741, de 20 de agosto de 1998 (Promulga a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África) - Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação – UNCCD; Decreto n.º 7.830 de 17 de outubro de 2012 – (Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências); Decreto n.º 11.349, de 1º de janeiro de 2023. (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança). Decreto nº 11.932, de 27 de fevereiro de 2024 (Dispõe sobre a Comissão Nacional de Combate à Desertificação). Decreto Legislativo n.º 28/97 (Aprova o texto a da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação).</div></div>	
<div><div>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</div><div>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Arts. 60-A a 60-E; Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.</div></div>	
<div><div>21A9 Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental</div><div>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 21, IX; art. 23, VI e VII; art. 24, VI; art. 170, VI; art. 225; Lei nº 6.938/81; Lei nº 11.107/2005;Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020; Lei nº 12.305/2010; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 12.651/2012; Lei nº 13.844/2019; Lei n.º 14.260/2021; Lei nº 12.305/2010 Decreto nº 10.455/2020; Decreto nº 10.936/2022; Decreto nº 11.043/2022; Decreto nº 11.349/2023; Decreto nº 11.413/2023. Decreto nº 11.414/2023.</div></div>	
<div><div>21E4 Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima</div><div>Lei nº 12.187, de 29/12/2009; Lei nº 12.114, de 09/12/2009 ; Decreto Legislativo nº 1, de 03/02/1994; Decreto Legislativo nº 2.652, de 1/07/1998; Decreto Legislativo nº 144, de 20/06/2002; Decreto Legislativo nº 5.445, de 12/05/2005; Decreto Legislativo nº 140, de 16/08/2016; Decreto Legislativo nº 9.073, de 05/06/2017; Decreto Legislativo nº 95, de 2022; Decreto nº 99.280, de 06/06/1990; Decreto nº 5.300 de 7/12/04; Decreto nº 9.578 de 22/11/2018; Decreto nº 11.349, de 1º/01/2023; Decreto nº 11.550, de 5/06/2023; Decreto nº 11.546, de 5/06/2023; Decreto nº 11.549, de 5/06/2023; Decreto nº 12.040, de 5/06/2024; Decreto nº 12.045, de 5/06/2024.</div></div>	
<div><div>21F1 Desenvolvimento da Bioeconomia</div><div>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo VI, art. 225; Lei n.º 13.123, de 20 de maio de 2015; Lei n.º 11.959, de 29 de julho de 2009; Lei n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021; Lei n.º 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998; Decreto n.º 8.772, de 11 de maio de 2016; Decreto n.º 11.349, de 1º de janeiro de 2023.</div></div>	
<div><div>21F2 Gestão Socioambiental dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares</div><div>- Constituição Federal de 1988, Art. 225; - Lei n.º 6.001, de 19/12/1973; - Lei n.º 6.938, de 31/08/1981; - Lei n.º 9.433, de 08/01/1997; - Lei n.º 11.326, de 24/07/2006; - Lei n.º 11.771, de 17/09/2008; - Lei n.º 11.775, de 17/09/2008; - Lei n.º 12.188, de 11/01/2010; - Lei n.º 12.651, de 25/05/2012; - Lei n.º 14.021, de 07/07/2020; - Lei n.º 14.119, de 13/01/2021; - Decreto n.º 4.887, de 20/11/2003; - Decreto n.º 6.040 de 07/02/2007; - Decreto n.º 7.747, de 05/06/2012 (PNGATI); - Decreto nº 7.794, de 20/08/2012 (PNAPO); - Decreto n.º 8.750, de 09/05/2016; - Decreto nº 9.334, de 05/04/2018; - Decreto n.º 10.088 de 05/11/2019, que promulga todas as Convenções e Recomendações da OIT. Anexo LXVII - Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; - Decreto n.º 11.349/2023 - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; - Decreto n.º 11.421/2023; - Decreto n.º 11.451/2023; - Decreto n.º 11.452/2023.</div></div>	
<div><div>- Portaria MDA/MDS/MMA n.º 239, de 21/07/2009.</div></div>	
	<div><div>21F4 Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial</div><div>Art. 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar n.º 140, de 08/12/2011; Lei n.º 6.938, de 31/08/1981 (PNMA); Lei n.º 9.605, de 12/02/1998 (crimes ambientais); Lei n.º 9.985, de 18/07/2000 (SNUC); Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (PNMC); Lei n.º 12.651, de 25/05/2012 (Lei de Proteção da Vegetação Nativa); Lei n.º 12.854, de 26/08/2013; Lei n.º 14.600, de 19 de junho de 2023 (organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios); Decreto n.º 4.297, de 10 de julho de 2002 (ZEE); Decreto n.º 4.339, de 22/08/2002 (Política Nacional da Biodiversidade); Decreto n.º 4.340, de 22/08/2002 (SNUC); Decreto n.º 5.758, de 13/04/2006 (PNAIP); Decreto n.º 6.527, de 1º de agosto de 2008 (Fundo Amazônia); Decreto n.º 7.830, de 17/10/2012 (CAR); Decreto n.º 9.578 de 22 de novembro de 2018 (PNMC); Decreto n.º 10.592, de 24 de dezembro de 2020 (Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais); Decreto n.º 11.367, de 1º.1.2023 (Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, restabelece o PPCDAm e dispõe sobre os PPCDs no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal); Decreto n.º 11.548, de 5 de junho de 2023 (CONAREDDO+); Decreto n.º 11.687, de 5 de setembro de 2023 (Municípios Prioritários e Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais); Portaria MMA n.º 365, de 27 novembro de 2015 (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros); Portaria GIM/MMA n.º 833, de 9 de novembro de 2023 (requisitos para edição da lista dos municípios prioritários); Portaria GIM/MMA n.º 834, de 9 de novembro de 2023 (lista dos municípios prioritários); Portaria GIM/MMA n.º 1030, de 03 de abril de 2024 (Dispõe sobre o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais e cria a Comissão União com Municípios).</div></div>
	<div><div>21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30</div><div>Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.</div></div>
	<div><div>21H8 Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)</div><div>Art. 225, CF Lei nº 6.938/1981 Decreto nº 11.349/2023 (art. 17)</div></div>
	<div><div>21H9 Apoio à Realização de Conferências Nacionais, Estaduais, Distrital e Municipais do Meio Ambiente</div><div>Constituição Federal, artigo 225;</div></div>

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 6938/1981;
Decreto nº 11.349/2023, artigo 4, inciso 3, item b;
Portaria MMA nº 1079/2024

2E87 Implementação da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos Animais

Constituição Federal, art. 225;
Lei Complementar nº 140/2011;
Lei nº 9.605/1998;
LDO 2024;
Decreto nº 11.349/2023; e
Portaria GMMMA nº 288/2022.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 14.600, de 19 de junho e 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023. Portaria MCOM Nº 3.948, de 26 de outubro de 2021.Instrução Normativa SECOM/PR nº 1, de 19 de junho de 2023, que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM. Instrução Normativa SECOM nº 2, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre o desenvolvimento e a execução da publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM, e dá orientações complementares.

44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Arts. 60-A a 60-E;
Decreto nº 11.349, DE 1º de janeiro de 2023; e
Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

21F5 Gestão de Florestas

Constituição Federal de 1988;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000;
Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000;
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012;
Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014;
Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018;
Decreto nº 11.349, de 1 de janeiro de 2023;
Decreto nº 11.957, de 21 de março de 2024;
Decreto nº 11.983, de 9 de abril de 2024;
Decreto nº 12.046, de 05 de junho de 2024;
Instrução Normativa - IN MMA nº 02, de 05 de maio de 2014 - SICAR;
Instrução Normativa - IN MMA nº 03, de 18 de dezembro de 2014 e
Resolução do Serviço Florestal Brasileiro nº 3, de 27 de agosto de 2018.
Resolução nº 22, de 1º de setembro de 2023.

44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20WH Controle de Substâncias, Produtos, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais

Constituição Federal, Arts. 170, inciso VI, e 225;
Lei nº 6.938/1981;
Lei nº 8.723/1993;
Lei nº 9.605/1998;
Lei nº 12.305/2010;
Decreto nº 97.634/1989;
Decreto nº 99.280/1990;
Decreto nº 875/1993;
Decreto nº 6.514/2008;
Decreto nº 9.470/2018;
Decreto nº 10.936/2022;
Resolução CONAMA nº 18/1986;
Resolução CONAMA nº 1/1988;
Resolução CONAMA nº 08/1993;
Resolução CONAMA nº 20/1994;
Resolução CONAMA nº 362/2005;
Resolução CONAMA nº 401/2008;
Resolução CONAMA nº 403/2008;
Resolução CONAMA nº 415/2009;
Resolução CONAMA nº 416/2009;
Resolução CONAMA nº 419/2009;
Resolução CONAMA nº 420/2009;
Resolução CONAMA nº 432/2011;
Resolução CONAMA nº 433/2011;
Resolução CONAMA nº 452/2012;
Resolução CONAMA nº 490/2018;
Resolução CONAMA nº 492/2018;
Resolução CONAMA nº 493/2019;

214M Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias

Constituição Federal, Art. 225;
LEI Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.
Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989;
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998;
Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Lei nº 13.668, de 2018, que alterou a lei 7.957, de 20 de dezembro de 1989;
Decreto nº 2661, de 8 de julho de 1998;

Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008;
Decreto nº 8914, de 24 de novembro de 2016,
Decreto Nº 10.728, de 23 de junho de 2021;
Decreto nº 11.995 de 13 de junho de 2022;
Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022.
Portarias anuais do Ministério da Economia e/ou Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – autorização de contratação dos brigadistas; e
Portarias anuais do Ministério do Meio Ambiente – período e regiões em emergência ambiental.
Portarias anuais do Ibama com detalhamento do Programa de Brigadas Federais.

214N Controle e Fiscalização Ambiental

Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;
Lei nº 5.197, de 03/01/1967;
Lei nº 6.938, de 31/08/1981;
Lei nº 7.735, de 22/02/1989;
Lei nº 9.478, de 06/08/1997;
Lei nº 9.605, de 12/02/1998;
Lei nº 9.636, de 15/05/1998;
Lei nº 9.960, de 28/01/2000;
Lei nº 9.966, de 28/04/2000;
Lei nº 9.985, de 18/07/2000;
Lei nº 10.406, de 10/01/2002;
Lei nº 10.650, de 16/04/2003;
Lei nº 11.481, de 31/05/2007;
Lei nº 11.516, de 28/08/2007;
Lei nº 11.959, de 29/06/2009;
Lei nº 12.334, de 20/09/2010;
Lei nº 12.651, de 25/05/2012;
Lei nº 13.123, de 20/05/2015;
Lei nº 14.785, de 27/12/2023;
Decreto nº 4.136, de 20/02/2002;
Decreto nº 4.340, de 22/08/2002;
Decreto nº 4.871, de 06/11/2003;
Decreto nº 5.098, de 03/06/2004;
Decreto nº 6.040, de 07/02/2007;
Decreto nº 6.514, de 22/07/2008;
Decreto nº 7.515, de 08/07/2011;
Decreto nº 8.772, de 11/05/2016;
Decreto nº 10.950, de 27/01/2022.

214O Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental

Constituição Federal, Arts. 20, 23, 24 e 225;
Lei Complementar nº 140/2011;
Lei nº 5.197/1967;
Lei nº 6.938/1981;
Lei nº 7.735/1989;

Lei nº 9.605/1998;
Lei nº 11.284/2006;
Lei nº 11.428/2006;
Lei nº 12.187/2009;
Lei nº 12.651/2012;
Lei nº 12.727/2012;
Lei nº 13.844/2019;
Decreto Legislativo nº 54/1975;
Decreto Legislativo nº 2 de 1994;
Decreto nº 76.623/1975;
Decreto nº 92.446/1986;
Decreto nº 2.519/1996;
Decreto nº 3.607/2000;
Decreto nº 4.339/2002;
Decreto nº 4.703/ 2003;
Decreto nº 5.975/2006;
Decreto nº 6.063/2007;
Decreto nº 6.514/2008;
Decreto nº 6.660/2008;
Decreto nº 7.747/2012;
Decreto nº 8.973/2017;
Decreto nº 9.760/2019;
Resolução CONAMA nº 369/2006;
Resolução CONAMA nº 379/2006;
Resolução CONAMA nº 394/2007;
Resolução CONAMA nº 406/2009;
Resolução CONAMA nº 487/2018;
Resolução CONAMA nº 489/2018;
Resolução CONAMA nº 496/2020;
Resolução CONAMA nº 497/2020;
Portaria Ibama nº 15, de 19 de julho de 2013;
Portaria Ibama nº 92, de 14 de setembro de 2022; e
Instrução Normativa Funai nº 3, de 11 de junho de 2015.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.
Lei nº 13.328, de 29.07.2018
Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 57, de 10.06.2021
Instrução Normativa SEGRT/MTGI nº 10, de 29.03.2023
Orientação Normativa SGP nº 10, de 24.04.2013.
Documento nº 04500.0034732009-25 SRH/MPDG, de 27.03.2009

218R Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental

Constituição Federal, Art. 225;
Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;
Lei nº 6.938, de 31/08/1981;
Lei nº 7.735, de 22/02/1989;
Lei nº 9.605, de 12/02/1998;
Lei nº 9.966, de 28/04/2000;
Lei nº 10.650, de 16/04/2003;
Lei nº 11.516, de 28/08/2007;
Lei nº 12.187 de 29/12/2009;
Lei nº 12.651, de 25/05/2012;
Decreto nº 96.044, de 18/05/1988;
Decreto nº 98.973, de 21/02/1990;
Decreto nº 2.661, de 08/07/1998;
Decreto nº 4.136, de 20/02/2002;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 4.871, de 06/11/2003;
Decreto nº 5.098, de 03/06/2004;
Decreto nº 5.577, de 08/11/2005;
Decreto nº 6.514, de 22/07/2008;
Decreto nº 6.665, de 27/11/2008;
Decreto nº 8.127, de 22/10/2013;
Decreto nº 8.777, de 11/05/2016;
Decreto nº 8.973, de 24/01/2017;
Resolução ANTT nº 420/2004;
Resolução CONAMA nº 398/2008.

21AB Avaliação e Gestão de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos para Proteção da Biodiversidade
Constituição Federal, Arts. 170, inciso VI e 225;
Lei nº 6.938/1981;
Lei nº 9.605/1998;
Lei nº 9.966/2000;
Lei nº 14.785/2023;
Decreto nº 96.044/1988;
Decreto nº 4.074/2002;
Decreto nº 5.360/2005;
Decreto nº 5.472/2005;
Decreto nº 6.514/2008;
Decreto nº 10.833/2021;
Resolução CONAMA nº 463/2014;
Resolução CONAMA nº 467/2015, e
Resolução CONAMA nº 472/2015.

6925 Licenciamento Ambiental Federal
Constituição Federal, Art. 177 e 225;
Lei Complementar nº 140, de 08/12/11;
Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 9.966, de 28/04/00;
Lei nº 9.985, de 18/07/00;
Lei nº 11.428, de 22/12/06;
Lei nº 12.651, de 25/05/12;
Lei nº 13.668, de 28/05/18;
Decreto nº 4.340, de 22/08/02;
Decreto nº 6.640, de 07/11/08;
Decreto nº 6.848, de 14/05/09;
Decreto nº 8.437, de 22/04/15;
Decreto nº 10.223, de 5/02/20;
Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMbio Nº 225, de 30/06/11;
Portaria MMA nº 421, de 26/10/11;
Portaria MMA nº 422, de 26/10/11;
Portaria MMA nº 424, de 26/10/11;
Portaria Interministerial MMA/SEP/PR Nº 425, de 26/10/11;
Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/15;
Portaria Interministerial MF/MMA Nº 812, de 29/09/15;
Portaria Interministerial nº 1, de 04/11/20;
Resolução Conama nº 001, de 23/01/86;
Resolução Conama nº 006, de 24/01/86;
Resolução Conama nº 006, de 16/09/87;
Resolução Conama nº 009, de 03/12/87;
Resolução Conama nº 005/1988;
Resolução Conama nº 023, de 07/12/94;
Resolução Conama nº 010/1996;
Resolução Conama nº 237, de 19/12/97;
Resolução Conama nº 273/2000;
Resolução Conama nº 279, de 27/06/01;
Resolução Conama nº 281, de 12/07/01;
Resolução Conama nº 284, de 30/08/01;
Resolução Conama nº 286, de 30/08/01;
Resolução Conama nº 312/2002;
Resolução Conama nº 350, de 06/07/04;
Resolução Conama nº 371, de 05/04/06;
Resolução Conama nº 377, de 09/10/06;
Resolução Conama nº 385/2006;
Resolução Conama nº 404/2008;
Resolução Conama nº 413/2009;
Resolução Conama nº 428, de 17/12/10;
Resolução Conama nº 458/2013;
Resolução Conama nº 462, de 24/07/14;
Resolução Conama nº 470, de 27/09/15;
Resolução Conama nº 479, de 15/03/17.

44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal, 1988;
Decreto-Lei 200/1967; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Arts. 60-A a 60-E;
Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023; e
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

219K Gestão da Coleção Viva, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; e
Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022.

21HJ Avaliação, Monitoramento e Conservação da Flora Brasileira
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001;
Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003;
Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966;
Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975;
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002;
Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004;
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;
Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022; e
Decreto Legislativo nº 2, de 8 de fevereiro de 1994.

21HK Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Vegetal
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001;
Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003;
Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966;
Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975;
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002;
Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004;
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;
Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022; e
Decreto Legislativo nº 2, de 8 de fevereiro de 1994.

4909 Funcionamento de Programas de Pós-Graduação e Demais Atividades Educativas em Botânica e Meio Ambiente e Campos Afins
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; e
Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022.

44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

2000 Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Lei nº 8.112/1990; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 9.991/2019.

20WM Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Lei nº 4.132, de 10/09/1962;
Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 8.629, de 25/02/1993;
Lei nº 9.478, de 06/08/1997;
Lei nº 9.605, de 12/02/98;
Lei nº 9.636, de 15/05/1998;
Lei nº 9.960, de 28/01/2000;
Lei nº 9.985, de 18/07/2000;
Lei nº 10.406, de 10/01/2002;
Lei nº 11.284, de 02/03/2006;
Lei nº 11.428, de 22/12/2006;
Lei nº 11.481, de 31/05/2007;
Lei nº 11.516, de 28/08/07;
Lei nº 12.651, de 25/05/12;
Lei nº 13.668, de 28/05/18;
Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941;
Decreto-Lei nº 271, de 28/02/1967;
Decreto nº 93.240, de 09/09/1986;
Decreto nº 4.339, de 22/08/2002;
Decreto nº 4.340, de 22/08/2002;
Decreto nº 5.746, de 05/04/2006
Decreto nº 6.040 de 07/02/2007;
Decreto nº 8.235, de 05/05/2014;
Decreto nº 10.224, de 05/02/2020;
Decreto nº 11.193 de 08/09/2022;
Portaria nº 486 de 2 de setembro de 2013;
Portaria nº 1.162, de 27 de dezembro de 2018;
Portaria nº 948, de 15 de setembro de 2020;
Portaria nº 289, de 03/05/2021;
Acórdãos nº 1.853/2013 e nº 1.004/2016 do Tribunal de Contas da União;
Instrução Normativa ICMbio nº 28, de 05/03/2012;
Instrução Normativa nº 77, de 23 de agosto de 2013;
Instrução Normativa 05, de 20/05/2016;
Instrução Normativa ICMbio nº 07, de 21/12/2017;
Instrução Normativa ICMbio nº 04, de 02/02/2020;
Instrução Normativa ICMbio nº 3, de 19/05/2022;
Instrução Normativa ICMbio nº 05, de 14/04/2022;
Resolução CONAMA nº 371, de 05/04/2006;
Norma de Execução nº 107, de 23 de agosto de 2013;
Norma Execução nº 02, de 19 fevereiro de 2018.

20WN Execução de Pesquisa, Monitoramento e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;
Lei nº 5.197 de 03/01/1967;
Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 7.735, de 22/02/89;
Lei nº 7.797 de 10/07/1989;
Lei nº 9.478, de 06/08/1997;
Lei nº 9.605, de 12/02/98;
Lei nº 9.985 de 18/07/2000;
Lei nº 11.516 de 28/08/2007;
Lei nº 12.651, de 25/05/12;
Lei nº 14.600, de 19/06/2023;
Decreto nº 2.519, de 16/03/98;
Decreto nº 4.340 de 22/08/2002;
Decreto nº 4.339 de 22/08/2002;
Decreto nº 4.703 de 21/05/2003;
Decreto nº 6.514, de 22/07/08;
Decreto nº 10.224, de 05/02/2020;
Decreto nº 11.193, de 08/09/2022; e
Resolução CONABIO nº 07 de 29 de maio de 2018.

214P Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 9.605, de 12/02/98;
Lei nº 9.795, de 27/04/99;
Lei nº 9.985, de 18/07/00;
Lei nº 11.516, de 28/08/07;
Lei nº 12.608 de 10/04/12;
Lei nº 12.651, de 25/05/12;
Lei nº 12.727, de 17/10/2012;
Decreto nº 11.693, de 06/09/2023;
Decreto nº 6.514, de 22/07/08;
Decreto nº 10.759, de 30 de julho de 2021;
Decreto nº 11.373 de 01/01/2023;
Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMbio nº 1, de 12/04/2021;
Portaria nº 95, de 05/09/2012;
Portaria ICMbio nº 1.150 de 06/12/2022;
Portaria Nº 1.269, de 29 de dezembro de 2022 e

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria nº 1.270, de 29 de dezembro de 2022.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.
Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990;
Decreto nº 980, de 1991;
Decreto nº 6.054, de 1º de março de 2007;
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

44901 Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA

00UD Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente

Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020; e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

44902 Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

20G4 Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; Decreto 9.578, de 22 de novembro de 2018; e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

46101 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos- Administração Direta

00IO Inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Extinto pela Lei nº 12.431, de 2011)

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, art. 23; e
Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017 - processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

00QG Anistiações Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais

Lei nº 10.559, de 2002, art. 12, e parágrafo 4º; e
Recurso Extraordinário - RE 553710/STF

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

20U1 Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

20U4 Governança do Patrimônio Imobiliário da União

Decreto-Lei nº 8.760, de 5 de setembro de 1946 - bens imóveis da União e dá outras providências;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 - foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 - regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União;
Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 - administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 - regularização fundiária rural e urbana;
Lei nº 13.813, de 2019 - transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União;
Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020 - aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União;
Decreto nº 11.929, de 26 de fevereiro de 2024 - institui o Programa de Democratização dos Imóveis da União; e
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

216Q Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei nº 8.745, 9 de dezembro de 1993 - contrato por tempo determinado;
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
Decreto nº 67.326, de 05 de outubro de 1970 - Dispõe sobre o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal e dá outras providências;
Decreto nº 2.028, de 11 de outubro de 1996 - Dispõe sobre os procedimentos relativos à execução financeira da folha de pagamento de pessoal do Governo Federal e dá outras providências;
Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009 - Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor;
Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal;
Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.
Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento;
Decreto nº 10.715, de 8 de junho de 2021 - Institui os Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal;
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

21CQ Gestão do Governo Digital

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Regras e instrumentos para o Governo Digital;
Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023, determinando que o número do Cadastro da Pessoa Física (CPF) seja adotado como único número do registro geral (RG) no Brasil.
Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 - dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do Poder Executivo federal;
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal;
Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 - Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Decreto nº 9.319 de 21 de março de 2018 - Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital;
Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação;
Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019 - Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal;
Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados;
Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020 - Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal;
Decreto nº 10.609, de 20 de janeiro de 2021 - Institui a Política Nacional de Modernização do Estado e cria o Fórum Nacional de Modernização do Estado;
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

21FJ Gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Art. 29 - Cria o Cadastro Ambiental Rural - CAR;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Gestão do CAR passa para o MGI;
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 - Finalidades do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

21H5 Sustentação Tecnológica de Identificação do Cidadão

Decreto nº 11.797, de 27 de Novembro de 2023 - Serviços e Governança de Identificação do Cidadão; e
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

2810 Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional

Constituição de 1988, art. 216, § 2º;
Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações;
Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012 - Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;
Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal;
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações;
Decreto nº 10.148, de 02 de dezembro de 2019 - Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal;
Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 - Regulamenta o disposto no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais; e
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

4743 Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 173 - exploração direta de atividade econômica pelo Estado quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo;
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 2º, III - Conceitua a empresa estatal dependente para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal;
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais;
Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001 - Diretrizes aplicáveis às empresas estatais federais;
Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007 - Cria a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR;
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

8690 Fiscalização e Controle do Uso e Ocupação de Imóveis da União

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Art. 20. Trata dos bens da União;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 - Dispõe sobre os bens imóveis da União;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 - foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 - regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e
Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos.

46201 Fundação Escola Nacional de Administração Pública

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

20U9 Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas;
Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Enap;
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

216R Desenvolvimento de Iniciativas de Inovação, Estudos, Pesquisas e Publicações

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto da Enap;
Decreto nº 11.558, de 13 de junho de 2023 - Dispõe sobre o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; e
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

46203 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

217Z Gestão dos Sistemas da Carteira de Identidade Nacional - CIN, da Certificação Digital da infraestrutura de Chaves Públicas e da Assinatura Gov.BR
Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 - Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia;
Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008 - Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil;
Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 - Assinaturas eletrônicas na administração pública federal;
Decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023 - Serviço de Identificação do Cidadão e governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal;
Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024 - Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027;
Decreto nº 12.103, de 8 de julho de 2024 - Estrutura regimental ITI.

47101 Ministério do Planejamento e Orçamento - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21FK Aprimoramento de Planejamento Nacional, Orçamento Federal, Avaliação de Políticas Públicas e de Revisão de Gastos e de Articulação Internacional
Constituição Federal de 1988, arts. 3º, 21, inciso IX e 165, § 1º;
Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual de 2024 a 2027;
Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento;

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

8861 Sustentação da Tecnologia da Informação do Sistema de Planejamento Nacional e do Orçamento Federal
Constituição Federal de 1988, art. 165;
Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual de 2024 a 2027;
Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

47204 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

00M6 Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica

Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos;
Decreto nº 11.194, de 8 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; e

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos;
Decreto nº 11.194, de 8 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; e

472Z Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro

Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos;
Decreto nº 11.194, de 8 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; e

47205 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967 - institui a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973 - dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Decreto nº 11.353 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento.

20U5 Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Lei nº 5.878, de 1973, Art. 2º, § 2º - Serão mantidos pelo IBGE para atendimento das suas próprias necessidades e das dos usuários de informações, os cursos de graduação e de treinamento de profissionais e especialistas nas atividades correspondentes à sua área de competência, podendo também ser promovida a realização de outros cursos de formação relacionados com a mesma área; e
Decreto nº 11.177, de 18 de agosto de 2022, anexo I capítulo I, Art. 4º, inciso I - manter cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, desde que em áreas correspondentes àquelas de competência da Fundação IBGE e afins, observada a legislação educacional vigente.

20U6 Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos

Constituição Federal, de 1988, Art. 21, inciso IX e XV - Competências da União;
Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, Art. 2º e 3º inciso II -estatísticas derivadas, III - pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos, geodésicos e cartográficos, IV - Levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas, e V - sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência;
Decreto nº 77.624, de 17 de maio de 1976 - dispõe sobre a utilização, pelo IBGE, de dados informativos de origem governamental na produção de informações e estudos de interesse do planejamento econômico e social e da segurança nacional; e
Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 - institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE.

20U7 Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico

Constituição Federal, de 1988, art. 21, incisos IX e XV - Competências da União;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Art.91 e 92 - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios;
Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, art. 3º, inciso I - estatísticas primárias;
Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991 - Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

00GW Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.

0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)

Lei nº 10.420, de 2002 e suas alterações; e
Decreto nº 4.962, de 2004 e suas alterações.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal

210V Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações – MROSC;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto Nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;
Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO.
Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020 - Institui o Selo Biocombustível Social.
Decreto nº 11.968, de 27 de março de 2024 - Cria a Coordenação Geral do PROAGRO Mais.

210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais

CF de 1988, art. 189;
Lei nº 10.406, de 2002;
Lei nº 11.340, de 2006;
Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRAP/ nº 981, de 2003;
Instrução Normativa Incri nº 38, de 2007;
Decreto 11.452 de 22 de março de 2023;
Decreto 11.642, de 16 de agosto de 2023;
Decreto 11.641, de 16 de agosto de 2023.

210X Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável à Inclusão Produtiva e à Infraestrutura Rural

Constituição Federal de 1988, arts. 3º, 21, 43
Lei nº 5.764, de 1971
Lei nº 8.171, de 1991
Lei nº 8.427, de 1992
Lei nº 9.394, de 1996
Lei Complementar nº 101, de 2000
Lei nº 10.172, de 2001
Lei nº 11.326, de 2006
Lei nº 13.019, de 2014
Lei nº 10.246 de 2001
Lei nº 13.123, de 2015
Lei nº 14.119, de 2021
Decreto-Lei nº 79, de 1966
Decreto nº 5.154, de 2004
Decreto nº 6.040, de 2007
Decreto DNN 11503, de 2008
Decreto nº 7.352, de 2010, art. 11-18
Decreto nº 7.747, de 2012
Decreto nº 10.088, de 2019
Decreto nº 11.396, de 2023
Portaria MAPA 121, de 2019.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal (CF), art. 216 – Da Ciência, Tecnologia e Inovação;
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais; e
Decreto 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - Qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa -

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

RNP.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.
Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 - Estrutura Regimental do MAPA;
Instrução Normativa nº 57, de 10 de junho de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta a disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso XXX - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 - Criação da ANATER;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações - MROSC;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;
Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispôr sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências;
Decreto nº 8.252, de 25 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
Decreto 11.451, de 22 de março de 2023 que Institui o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.
Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Decreto Nº 11.595, de 15 de abril de 2024 Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.
Decreto 11.451, de 22 de março de 2023 que Institui o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.
Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;
Portaria MDA nº 063, de 2004;
Portaria MDA nº 25, de 2006;
Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010,
Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 2010;
Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020,
Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020.
Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRANº01, de 2011.

21B9 Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural;
Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 - altera a Lei 8.427/92;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.
Decreto nº 11.476, de 02 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

21G7 Governança e Regularização Fundiária Nacional

Lei nº 11.952, de 2009;
Lei nº 10.267, de 2001;
Lei nº 6.383, de 1976;
Lei nº 6.015, de 1973;
Lei nº 6.001 de 1973;
Lei nº 14.701 de 2024;
Decreto nº 1.775 de 1996;
Lei nº 9.965 de 2000;
Decreto nº 10.592, de 2002;
Decreto nº 4.449, de 2002;
Decreto nº 4.340 de 2002;
Decreto nº 4.887 de 2003;
Decreto nº 6.040 de 2007;
Decreto 11.447 de 2023 e
Decreto nº 11.786 de 2023.
Manual de Crédito Rural, Capítulo 4: Finalidades e Instrumentos de Política Agrícola, Seção 7: Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais (MCR 4-7);
Portaria SAF/MAPA nº 122, de 23 de março de 2021, que aprova o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, com nova redação dada pela Portaria SAF/MAPA nº 197, de 31 de agosto de 2021;
Portaria SAF/MAPA nº 123, de 23 de março de 2021, que Aprova o Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil;
Contrato SAT-BB; e
Contrato SAT-BNB.

21G6 Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento e Acesso à Terra e ao Território dos Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombolas

Constituição de 1988;
Lei Complementar nº 101, de 2000;
Lei nº 5.764, de 1971;
Lei nº 6.001, de dezembro de 1973;
Lei 10.246 de 2001;
Lei 1097, de 2005;
Lei nº 11.116, de 2005;
Lei nº 11.326, de 2006;
Lei nº 11.488, de 2007;
Lei nº 13.019, de 2014;
Lei nº 13.033, de 2014;
Lei nº 13.123, de 2015;
Lei nº 13.263, de 2016;
Lei nº 13.971, de 2019;
Lei nº 14.144 de 2021;
Decreto nº 4.340 de 2002;
Decreto nº 4.887 de 2003;
Decreto nº 5.297 de 2004;
Decreto nº 6.040, de 2007;
Decreto nº 7.747, de 2012;
Decreto nº 10.088, de 2019;
Decreto nº 10.253, de 2020;
Decreto nº 10.257, de 2020;
Decreto nº 11.447, de 2023;
Decreto nº 11.786, de 2023;
Resolução II CNPC, de 2016; e
Resolução CMN nº 4.828, de 2020.

21G2 Fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira no Cenário Internacional

Artigo 11 do Decreto nº 11.396, de 21/1/2023 (Atribuições da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, conforme Decreto que estabelece a Estrutura Regimental do MDA)

21HB Gerenciamento das Políticas de Desenvolvimento Agrário

Constituição Federal/1988, Título VII, Capítulo III; Constituição Federal/1988, art. 50; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Lei nº 10.420, de 2002 e suas alterações; e Decreto nº 4.962, de 2004 e suas alterações. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações - MROSC; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto Nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020 - Institui o Selo Biocombustível Social. Decreto nº 11.968, de 27 de março de 2024 - Criou a Coordenação Geral do PROAGRO Mais. Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispôr sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceitualção das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

8622 Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar

Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural;
Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 - altera a Lei 8.427/92;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021;
Decreto nº 11.476, de 02 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
Lei 13.844, de 18 de junho de 2019;
Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019;
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - LAI.
Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020;
Portaria nº 1225, de 03 de julho de 2020;
Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019.

210R Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, art. 565;
Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;
Portaria Nº 531, de 23 de março de 2020;
Instrução Normativa nº 119, de 10 de junho de 2022;
Instrução Normativa nº 117, de 12 de maio de 2022.

210T Promoção da Educação e Cultura do Campo

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 207;
Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 11.947 – Art.33, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
Decreto nº 6.154, de 23 de julho de 2004;
Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, art. 11-18;
Decreto nº 6.672, de 02 de novembro de 2008, art. 1º, § 1º;
Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002;
Resolução CNE/CEB nº 01, de 31 de janeiro de 2008;
Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008;
Resolução CNE/CEB nº 1, de 16 de agosto de 2023;
Instrução Normativa nº 115, de 30 de março de 2022;
Instrução Normativa nº 133, de 11 de outubro de 2023;
Instrução Normativa nº 134, de 11 de outubro de 2023;
Instrução Normativa nº 115, de 30 de março de 2022.

210Z Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;
Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;
Decreto Nº 10.088, de 5 de novembro de 2019;
Portaria Interministerial nº 210, de 13 de junho de 2014;
Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015;
Portaria INCRA Nº 175, de 19 de abril de 2016;
Portaria INCRA Nº 2.541, de 28 de dezembro de 2022;
Instrução Normativa/INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009;
Instrução normativa nº 111, de 22 de dezembro de 2021.

211A Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993;
Lei Complementar nº 88, 23 de dezembro de 1996;
Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 5.954, de 03 de dezembro de 1973;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Lei nº 10.279, de 12 de setembro de 2001, Art. 1º;
Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996;
Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010;
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012;
Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014;
Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018;
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023;
Decreto nº 11.596, de 28 de junho de 2023;
Portaria Interministerial MP/ME/MDCT nº 127, de 29 de maio de 2008;
Portaria CTI nº 1.258, de 20 de agosto de 2021;
Portaria Incra nº 175, de 19 de abril de 2016;
Portaria Incra nº 49, de 31 de janeiro de 2017;
Portaria Incra nº 02, de 04 de março de 2024;
Instrução Normativa Incra nº 38, de 13 de março de 2007;
Instrução Normativa MMA nº 02, de 06 de maio de 2014;
Instrução Normativa Incra nº 90, de 30 de dezembro de 2019;
Instrução Normativa Incra nº 102, de 07 de dezembro de 2020;
Instrução Normativa Incra nº 103, de 28 de dezembro de 2020;
Instrução Normativa Incra nº 107, de 18 de outubro de 2021;
Instrução Normativa Incra nº 112, de 22 de dezembro de 2021;
Instrução Normativa Incra nº 139, de 08 de dezembro de 2023;
Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011; Nota Técnica/INCRA/DD nº 3, de 21 de julho de 2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei nº 10.621, de 05 de fevereiro de 2021, art. 12, inciso XXIV;
Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001;
Orientação Normativa nº 03/MPOG, de 15 de fevereiro de 2013.

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 – Criação da ANATER;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações – MROSC;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos administrativos;
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;
Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências;
Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 - Decreto de Revogação dos órgãos colegiados de participação social;
Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 - Decreto de Revogação de Decretos.
Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;
Portaria MDA nº 063, de 2004;
Portaria MDA nº 25, de 2006;
Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010,
Portaria/INCRA/P/INº 581, de 2010;
Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020,
Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020.

21GD Reforma Agrária e Governança Fundiária

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e Artigo 68 do ADCT;
Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966;
Decreto-Lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982;
Decreto-Lei nº 1.989, de 28 de dezembro de 1982;
Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993;
Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966;
Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966;
Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968;
Lei nº 5.709, de 07 de outubro de 1971;
Lei nº 5.968, de 12 de dezembro de 1972;
Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976;
Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979;
Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979;
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980;
Lei nº 6.829, de 25 de fevereiro de 1993;
Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994;
Lei nº 8.935, de 29 de setembro de 1994;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009;
Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 13.178 de 22 de outubro de 2015;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;
Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965;
Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966;
Decreto nº 62.504, de 08 de abril de 1968;
Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973;
Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;
Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980;
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980;
Decreto nº 89.817, de 20 de julho de 1984;
Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992;
Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996;
Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002;
Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005;
Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008;
Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010;
Decreto nº 7.620, de 21 de novembro de 2011;
Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018;
Decreto nº 10.166, de 10 de dezembro de 2019;
Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;
Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020;
Portaria nº 486 de 02 de setembro de 2013;
Portaria Interministerial AGU/MDA nº 04, de 25 de fevereiro de 2014;
Portaria Conjunta AGU/MDA nº 12, de 21 de maio de 2014;
Portaria Incra nº 486, de 02 de setembro de 2013;
Portaria INCRA nº 531, de 23 de março de 2020;
Portaria DF nº 1540, DE 27 de julho de 2022;
Instrução Especial Incra nº 5, de 29 de julho de 2022
Instrução Normativa Conjunta Incra /RFB nº 1.968, de 22 de julho de 2020;
Instrução Normativa nº 104, de 29 de janeiro de 2021;
Instrução Normativa Conjunta RFB/INCRA nº 2.025, de 07 de maio de 2021;
Instrução Normativa Incra nº 11, de 04 de abril de 2003;
Instrução Normativa Incra nº 77, de 23 de agosto de 2013;
Instrução Normativa Incra nº 82, de 27 de março de 2015;
Instrução Normativa Incra nº 88, de 13 de dezembro de 2017;
Instrução Normativa Incra nº 90, de 03 de abril de 2018;
Instrução Normativa nº 113, de 22 de dezembro de 2021;
Instrução Normativa nº 124, de 26 de julho de 2022;
Instrução Normativa nº 126, de 28 de julho de 2022;
Instrução Normativa nº 127, de 23 de agosto de 2022;
Instrução Normativa nº 120, de 10 de junho de 2023.
Acordo de Cooperação Técnica INCRA/RFB, de 2015;
Parecer AGU nº LA-01, de 10 de fevereiro de 2010.

49202 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016;
Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019.

20Y7 Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000;
Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
Decreto nº 3.855; de 3 de julho de 2001;
Recomendação do TCU, Decisão 581/93 - Plenário - Ata 64, de 1993 - D.O.U. 31/11/1993.

2130 Formação de Estoques Públicos - AGF

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
Lei nº 14.293, de 4 de janeiro de 2022;
Portaria Interministerial MF/MAFA nº 38, de 9 de março de 2004.

2137 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.
Instrução Normativa nº 57, de 10 de junho de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

21B9 Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006
Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;
Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021;
e Decreto nº 11.476, de 06 de abril de 2023 – Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

51101 Ministério do Esporte - Administração Direta

00R4 Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA

Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008 - Promulga a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005.

00SL Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer

Constituição Federal de 1988 - art. 217;
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e alterações - arts. 2º, 3º e 7º (modificado pela Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003) - Dispõe sobre o desporto;
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Resoluções do Conselho Nacional de Esporte nº 05, de 14 de junho de 2005 e nº 10, de 7 de março de 2006.
Portaria nº 1.381, de 31 de julho de 2019 (Manual de Procedimentos para Implantação, Monitoramento e Gestão de Infraestrutura de Esporte relativas ao Programa e Ações no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania).

00SM Apoio à Implantação de Infraestrutura de Excelência Esportiva

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre o desporto;
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte.

00JU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII; e
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte.

09HW Concessão de Bolsa a Atletas

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 (Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva);
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Institui a Lei Geral do Esporte);
Lei nº 14.614, 3 de julho de 2023 (Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem);
Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005 (Regulamenta a Bolsa-Atleta);
Portaria nº 87, de 6 de dezembro de 2023 (Dispõe sobre o procedimento de concessão de bolsa no âmbito do Programa Bolsa-Atleta, categoria Atleta Pódio);
Portaria nº 5, de 17 de janeiro de 2024 (Dispõe sobre as fases do pleito, os procedimentos de inscrição, os critérios para indicação de eventos esportivos e os critérios objetivos para concessão da Bolsa-Atleta).

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Organização da Administração Federal; diretrizes para a Reforma Administrativa;
Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

20J0 Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Feminino e Masculino e à Defesa dos Direitos do Torcedor

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Institui normas gerais sobre o desporto;
Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor e alterações (Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010);
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009, que regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Controle das condições sanitárias e de segurança dos estádios esportivos.
Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016 - Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, criada pela Lei nº 13.155, 4 de agosto de 2015 e suas alterações (Decreto nº 10.093 de 06 de novembro de 2019);
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Decreto 11.458, de 30 de março de 2023, que institui a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino;

20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto (artigos 2º, 3º e 7º);
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte;
Resolução CNE nº 10, de 7 de março 2006 - Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer;

20YA Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

211Z Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências;
Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016 - Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 8.010, de 29 de março de 1990; e dá outras providências;
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008 - Promulga a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005;
Decreto nº 8.692, de 16 de março de 2016 - Regulamenta o controle de dopagem a que se refere a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;
Portaria ABCD nº 1, de 16 de março de 2016 – Institui o Código Brasileiro Antidopagem;
Resolução CNE nº 59, de 10 de outubro de 2018 - Altera o Código Brasileiro Antidopagem – CBA.
Resolução ABCD nº 01/2020 de 16 de julho de 2020 - Estabelece os procedimentos para certificação, credenciamento e a forma de pagamento dos oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue;
Resolução nº 1, de 25 de abril de 2024 - Estabelece os procedimentos para certificação, credenciamento, forma de pagamento e gestão de qualidade dos oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue; Código Mundial Antidopagem (2021) - Court of Arbitration for Sport (CAS).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

216T Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências;
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte.

218F Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paralímpico

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto;
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;
Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017 - Transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO);
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Portaria ME nº 67, de 4 de abril de 2013 - Procedimentos para seleção de atletas no Programa Atleta Pódio; modelo e critérios gerais para a elaboração do Plano Esportivo;
Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte.
Resolução CNE nº 10, de 7 de março 2006 - Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer.

21CK Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional

Constituição Federal – art. 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto;
Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 - Aprova a Política Nacional do Esporte.

21FV Apoio a Projetos Especiais da Rede de Desenvolvimento do Esporte

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto;
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
Decreto nº 11.766, de 1º de novembro de 2023 - Institui a Rede de Desenvolvimento do Esporte.

21FW Implementação do Sistema Nacional de Esporte

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal de 1988, art. 217;
 Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto;
 Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências;
 Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
 Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
 Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte.

21FX Funcionamento do Conselho Nacional do Esporte

Constituição Federal de 1988, art. 217;
 Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto;
 Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências;
 Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
 Decreto nº 7.984, de 08 de abril de 2013 - Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, quanto à destinação de recursos de loterias às entidades desportivas;
 Decreto nº 11.010, de 28 de março de 2022 - Altera o Decreto nº 7.984, de 08 de abril de 2013, para dispor sobre os recursos de loterias destinados às entidades desportivas e para dar outras providências;
 Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
 Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte.

21HH Promoção e Apoio à Realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA 2027

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;
 Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Institui normas gerais sobre o desporto;
 Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
 Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
 Decreto 11.458, de 30 de março de 2023 - Institui a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino.

21HI Apoio à Regulamentação da Exploração Comercial da Modalidade Lotérica de Apostas Quota Fixa e Jogos On-line

Constituição Federal de 1988, art. 6º;
 Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018;
 Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
 Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023 – Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.;
 Portaria SPA/MF Nº 827, de 21 de maio de 2024;
 Portaria Interministerial MF/MES/PIAGU Nº MF nº 28/2024.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
 Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário;
 Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade
 Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
 Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;
 Portaria do Ministério das Comunicações nº 3.948, de 26 de outubro de 2021;
 Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualção das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

52101 Ministério da Defesa - Administração Direta

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

123J Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).

147F Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.884, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Diretriz Ministerial nº 014/2009 de 9 de novembro de 2009 – Integração e Coordenação dos Setores Estratégicos da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Portaria Normativa nº 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012 - Política Cibernética de Defesa; Portaria Normativa nº 3.010/MD, de 18 de novembro de 2014 – Doutrina Militar de Defesa Cibernética; Portaria Normativa nº 84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020 – Doutrina de Operações Conjuntas; Portaria nº 3.781/GM-MD, de 17 de novembro de 2020 – Criação do Sistema Militar de Defesa Cibernética; Portaria nº 1.478/CEx, de 22 de fevereiro de 2021 – Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Defesa Cibernética do Exército.

151S Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)

Constituição Federal de 1988, Art.142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; Decreto nº 10.641, de 02 de março de 2021; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 393/GC4, de 20 de março de 2020; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 313/SCS3, de 31 de agosto de 2012, publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 de julho de 2018.

15LR Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 21, Inciso XV; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; e Portaria GM-MD nº 2.445, de 1º de julho de 2021.

15W4 Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. E determina que ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022: I - os art. 1º a art. 7º; e II - o Anexo I a V.

20IG Apoio ao Programa Forças no Esporte (PROFESP) e Projeto João do Pulo (PJP)

1) Decreto Presidencial nº 10.085/2019, de 05 de novembro de 2019 - Dispõe sobre o Programa Forças no Esporte - Programa

Segundo Tempo (PROFESP-PST) e o Projeto João do Pulo (PJP); e
 2) Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

20T4 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; e Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

20X1 Participação Brasileira em Operações Internacionais

Incisos III, IV, VI e VII do art. 4º da Constituição Federal de 1988; Inciso II do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Capítulos 4, 5, 6 e 7 do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, e suas alterações; art. 1º da Lei nº 2.953/1956; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019, Decreto Legislativo nº 179, de 14 dezembro de 2018 - Aprova PND, END e LBDN; e Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

20X3 Mobilização e Logística para a Defesa Nacional

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 22, Incisos III e XXVIII, e Art. 84, Inciso XIX; Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007; Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008; e Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010.

20X4 Manutenção e aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM

Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

20X5 Operações de Comando e Controle da Defesa Nacional

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2019; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBD.

20X6 Adequação e Manutenção de Unidades Militares para a Soberania e Integridade Nacional na Região do Calha Norte

CF, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, Exposição de motivos/PR nº 770 de 19/12/1985 e Exposição de motivos nº 00502/MD de 15 de dezembro de 2015.

20X7 Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Decreto Legislativo Nº 373, de 2013; Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Resolução nº 1 de 2015 do Comitê Gestor do Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Constituição Federal de 1988, art. 37. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 50, §2º. Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.

218X Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput e § 1º; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD; Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

219C Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras

Constituição Federal de 1988 (Art. 142, caput); Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Capítulos V e VI); Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa); Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018; e Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021

219W Integração dos Sistemas de Comunicações de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2019; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBDN.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Constituição Federal, Art. 142. Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (LDO/2024). Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Art.24.

21B1 Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Militar

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN;
 - Lei de Ensino da Marinha do Brasil: Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.883, de 25 de junho de 2009;
 - Lei de Ensino do Exército Brasileiro: Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 9.171, de 17 de outubro de 2017;
 - Lei de Ensino da Força Aérea Brasileira: Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011;
 - Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, Art. 31;
 - Decreto Legislativo nº 61, de 23 de maio de 2024 (Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa);
 - Resolução nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019;
 - Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, relativo ao período 2011-2020 e 2021-2030;
 - Portaria nº 1.381, de 4 de setembro de 2019, aprova a Diretriz para Preservação das Tradições das Organizações Militares do Exército Brasileiro (EB-10-020.007);
 - Portaria-EME/CEX nº 743, de 27 de maio de 2022, aprova as Normas para a Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro - Edição 02 (2022);
 - Portaria nº 167-DECEX, de 12 de setembro de 2016, aprova as Normas para Elaboração, Aprovação e Execução de Projetos Culturais de Interesse do Exército (EB60-N10.001), 1a Edição, 2016;
 - Normas para Gestão de Bens Culturais da Marinha do Brasil – SGM-501, 5ª revisão, de 14 de janeiro de 2021;
 - Portaria INCAER nº 13/DIR, de 25 de agosto de 2014, aprova a edição do Manual relativo ao Thesaurus do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica; e
 - Portaria INCAER Nº 28/SPCM, DE 17 DE AGOSTO DE 2016, aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural do Comando da Aeronáutica.

21BJ Desenvolvimento do Desporto e Paradesporto Nacional e Militar

a. Art. 217 da Constituição Federal de 1988 – fomento das práticas desportivas formais e não-formais;
 b. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – institui normas gerais sobre desporto;
 c. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas;
 d. Portaria Normativa nº 71/GM-MD, de 14 de agosto de 2019 – dispõe sobre o serviço militar temporário (SMT) prestado por voluntários com habilitação em desporto de alto rendimento para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR);
 e. Portaria Normativa nº 107/GM-MD, de 02 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre as normas e procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas;
 f. Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;

g. Acordo de Cooperação/MD-CPB/Nº 001/2023, de 4 de abril de 2023 – Acordo de cooperação que entre si celebram o Ministério da Defesa (MD) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);

h. Decreto nº 7984, de 8 de abril de 2013 – Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, quanto à destinação de recursos de loterias às entidades desportivas; e

i. Decreto nº 11.579, de 27 de junho de 2023 – Altera o Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

21BK Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

Constituição Federal de 1988, Art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 8.637, de 2018, DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Precelitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/3SC3, de 31 de agosto de 2012, Publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 julho 2018.

21E7 Manutenção da Capacidade Operacional dos Meios Aéreos das Forças Armadas

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012 e suas alterações, cumulado com a Instrução Normativa SEOR/SG-MD nº 3, de 7 de março de 2024, Art. 3º, Inciso III.

21EM Emprego das Forças Armadas e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia em Apoio a Ações em Terras Indígenas

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações, e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 709/2020.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010; Portaria Normativa GMMD nº 1.079, de 02 de março de 2021; e Decreto nº 11.337, de 2023.

2B28 Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

Leis Complementares nºs 97 e 117; Portaria normativa nº 2624/MD, de 7 de dezembro de 2015, que aprova a Política Setorial de Defesa; Decreto nº 7.974, de 2013, que estabelece a competência do Ministério da Defesa para, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD/DECTI), fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa; Portaria Normativa Nº 12/MD de 14 de fevereiro de 2019, que aprova os regimentos internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MD.

2D55 Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa

Lei Complementar nº 97, de 1999, Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e Decreto Legislativo nº 373, de 2013, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens vinculados ao Serviço Militar - Soldado Cidadão

- 1) Constituição Federal;
- 2) Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas;
- 3) Lei nº 4375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar;
- 4) Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 - Regulamento da Lei do Serviço Militar;
- 5) Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa; e
- 6) Portaria GM-MD Nº 3.684, de 5 de julho de 2022 - Dispõe sobre o Projeto Soldado Cidadão, que operacionaliza as ações da Atividade 6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar (Soldado Cidadão).

8425 Apoio ao Projeto Rondon

- 1) Decreto nº 9.848, de 25 de junho de 2019 - dispõe sobre o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon;
- 2) Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa; e
- 3) Portaria GM-MD Nº 4.580, de 26 de agosto de 2022 - aprova a Diretriz Estratégico-Operacional do Projeto Rondon no âmbito do Ministério da Defesa.

52111 Comando da Aeronáutica

00PP Integralização do Capital Social Inicial da Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil S.A. - ALADA

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais

Lei nº 10.559, de 2002, art. 12, e parágrafo 4º; e Recurso Extraordinário - RE 553710/STF

0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993

14T0 Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2

Art. 142, Caput, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09/06/99; Lei Complementar nº 117, de 02/09/2004; Decreto 6.601/2008; Decreto 6.703/2008; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

14XJ Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007 e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 (PCA 11-47/2010), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.

162L Modernização e Revitalização das Aeronaves A-29 – PROGRAMA SISDBABRA

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, e Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

162M Conversão das aeronaves AIRBUS 330-200

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, e Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

20IH Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

20T4 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 ; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; e Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

2120 Movimentação de Militares

Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.

217W Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra

Constituição Federal de 1988, Art. 142, Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Precelitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/3SC3, de 31 de agosto de 2012, Publicado no BCA nº 175, de 12 de setembro de 2012.; Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, regulamentado pelo Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997 e Portaria Normativa 953/MD, de 16 de abril de 2014.

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

2865 Suprimento de Fardamento

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64.

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.

52121 Comando do Exército

13DB Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, art. 142, caput.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
- Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004.
- Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END)
- Decreto Legislativo nº 179, de 2018 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)
- Decreto nº 11.337, de 2023
- LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

147F Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004, que dispõe sobre Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas.

Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020 – Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber).

Decreto 11.856, de 26 de dezembro de 2023 – Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança.

Portaria Normativa nº 3.383/MD, de 21 de dezembro de 2012, que orienta, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades de Defesa cibernética no nível estratégico, e de Guerra Cibernética, nos níveis operacional e Tático.

Instrução Normativa GS/PR nº 1, de 13 de junho de 2008, que disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na AFP, direta e indireta, e dá outras providências.

Portaria nº 483-Cmt Ex, de 20 de setembro de 2001, que aprova as Instruções Gerais de Segurança da Informação para o Exército Brasileiro (IG 20-19).

Portaria nº 741-Cmt Ex, de 13 de dezembro de 2002, que aprova a Diretriz Estratégica de C&T.

Portaria nº 089-Cmt Ex, de 5 de março de 2004, que aprova a Política de Informação do Exército.

Portaria nº 666 - Cmt Ex, de 04 de agosto de 2010, que cria o Centro de Defesa Cibernética do Exército.

Portaria nº 1.253-Cmt Ex, de 5 de dezembro de 2013, Concepção de Transformação do Exército 2013–2022.

Portaria nº 001-Cmt Ex, de 02 de janeiro de 2015, que cria o Comando de Defesa Cibernética.

Portaria nº 1.478-C Ex - Cmt Ex, de 21 de janeiro de 2021, que aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro (EB 10-D-01.019)

Portaria nº 2.132-Cmt Ex, de 6 de dezembro de 2023, que aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro – NEGASPORT-EB (EB10-N-01.004), 2ª Edição, 2023.

Portaria nº 003-Res/C Ex, de 29 de junho de 2009, que institui o Setor Cibernético no Exército Brasileiro.

Portaria nº 004-Res/C Ex, de 22 de junho de 2010, que aprova a Diretriz de Implantação do Setor Cibernético no Exército Brasileiro.

Portaria nº 005-Res/C Ex, de 24 de agosto de 2011, que aprova as Declarações de Escopo do Projeto de Implantação do Setor Cibernético.

Portaria – C Ex nº 1.885-, de 5 de dezembro de 2022, que aprova as Instruções Gerais do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar – 2ª Edição (EB10-IG-01.018).

Portaria no 309-EME, de 23 de dezembro de 2014, que aprova o Catálogo de Capacidades do Exército (EB20-C-07.001).

Portaria nº 061-EME, de 3 de março de 2016, que aprova a Diretriz para a Implantação do Comando de Defesa Cibernética.

Portaria nº 073-EME, de 21 de março de 2016, que dá nova redação a dispositivos da Diretriz de Implantação do Comando de Defesa Cibernética.

Portaria nº 214-EME, de 7 de junho de 2016, que aprova o Manual Técnico EB 20-MT-11.003 - Gestão de Indicadores de Desempenho.

Portaria nº 236-EME, de 6 de junho de 2017, que aprova a Diretriz para Racionalização da Defesa Cibernética (EB20-D-02.004).

Portaria Nº 292-EME, de 2 de outubro de 2019, que aprova o Manual Técnico da Metodologia do Processo de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001).

Portaria Nº 330-EME, de 4 de novembro de 2019, que aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002).

Portaria nº 395-EME, de 17 de dezembro de 2019, que aprova a Diretriz para a Redução do Efeito do Exército Brasileiro (EB20-D-01.003).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria – EME/C Ex nº 708, de 20 de abril de 2022- Nomeia os gestores responsáveis pelas Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários do Comando do Exército constantes da Lei Orçamentária Anual e define suas atribuições.
 Portaria – EME/C Ex nº 879-EME, de 30 de dezembro de 2022, que aprova a Diretriz Complementar (EB20-D-01.088) à Portaria nº 395-EME, de 17 de dezembro de 2019, que aprova a Diretriz para a Redução do Efetivo do Exército Brasileiro (EB20-D-01.003).
 Portaria do EME/C Ex Nº 971, de 10 de fevereiro de 2023 - Aprova o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.101), 1ª Edição, 2023.
 Portaria do EME/C Ex nº 1037, de 26 de maio de 2023 - Aprova a Diretriz de Atualização do Prg EE Def Ciber (EB20-D-02.025).
 Portaria EME/C Ex nº 1.180-EME, de 30 de outubro de 2023, que aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (EB20-N-08.001), 3ª Edição, 2023 e dá outras providências.
 Portaria – EME/C Ex Nº 1210, de 12 de dezembro de 2023- Altera o Anexo à Portaria – EME/C Ex nº 708, de 20 de abril de 2022, que nomeia os gestores responsáveis pelas Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários do Comando do Exército constantes da Lei Orçamentária Anual e define suas atribuições.

14LW Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
 Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004;
 Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010;
 Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
 Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; e
 Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

14T4 Implantação do Projeto Forças Blindadas

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
 Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
 Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
 Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa. Lei nº 11.317, de 05/07/2008;
 Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; e
 Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023

14T5 Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON

- Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução;
 - Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 - Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional;
 - Decreto nº 85.064, de 26 de Agosto de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; e Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências;

156M Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro

Constituição Federal Brasileira de 1988, Art 142;
 Lei Complementar nº 97/99;
 Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004,
 Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993;
 Decreto nº 4.828, de 03 de setembro de 2003;
 Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005;
 Decreto 6.513, de 22 de julho de 2008;
 Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEx); e
 Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

15W6 Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.
 - Emenda Constitucional nº 95/2016 – Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por 20 exercícios financeiros.
 - Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 – Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.
 - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
 - Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004 – Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.
 - Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 - Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.
 - Decreto nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).
 - Portaria nº 346-C Ex, de 29 de maio de 2007 – Aprova a Diretriz para o Reaparelhamento do Exército.
 - Portaria nº 508-C Ex, de 25 de junho de 2013 – Aprova as Instruções Gerais do Ciclo de Vida de Software (EB10-IG-01.006).
 - Portaria nº 233-C Ex, de 15 de março de 2016 – Aprova as Instruções Gerais para a Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (EB10-IG-01.016).
 - Portaria nº 233-C Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (EB10-D-01.014) e dá outras providências.
 - Portaria nº 254-C Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova as Normas para Gestão do Pessoal do Sistema de Inteligência do Exército (NGPSiEx) (EB10-N-01.008), 1ª Edição, 2020.
 - Portaria nº 255-C Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Informações Operacionais Terrestres (EB10-D-01.010).
 - Portaria nº 2.132-C Ex, de 6 de dezembro de 2023 - Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (NEGAPORT-EB), 2ª edição, 2023.
 - Portaria nº 176-EME, de 29 de agosto de 2013 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPEB).
 - Portaria nº 100-EME, de 21 de maio de 2014 – Aprova a Diretriz de Implantação do Projeto LUCERNA.
 - Portaria nº 031-EME, de 23 de fevereiro de 2015 – Aprova o Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre (EB20-MF-10.107).
 - Portaria nº 272-EME, de 12 de julho de 2017 – Aprova a Diretriz de Iniciação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA e constitui a equipe que confeccionará o Estudo de Viabilidade do Programa.
 - Portaria nº 330-EME, de 4 de novembro de 2019 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002)
 - Portaria nº 097-EME, de 18 de maio de 2020 - Aprova a inclusão do Anexo J às Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002), 1ª Edição, 2019.
 - Portaria nº 140-EME, de 7 de julho de 2020 – Aprova a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA.

162N Implantação do Complexo de Saúde General-de-Brigada Médico João Severiano da Fonseca

a. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.
 b. Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2020-2023 – Plano Estratégico do Exército (PEEx 2020-2023) – SIPLEX-5.
 c. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999
 d. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.
 e. Resolução RDC nº 11, de 26 de janeiro de 2006, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar.
 f. Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
 g. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
 h. Resolução RDC nº 51, de 6 de outubro de 2011, da ANVISA – Dispõe sobre os requisitos mínimos para análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e das outras

providências.
 i. Portaria nº 008-DEC, de 31 de janeiro de 2019 – Aprova as Instruções Reguladoras para Elaboração, Alteração e Atualização de Planos Diretores de Organização Militar do Exército e de Planos Diretores de Guarnição (EB50-IR-03.006), 1ª Edição,2019.
 j. Norma Brasileira ABNT NBR 9050, de 31 de maio de 2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.
 l. Portaria nº 727, de 7 de outubro de 2009 – Aprova a classificação das organizações militares de saúde e dá outras providências.
 k. Portaria nº 457, de 15 de julho de 2009 – Aprova a Diretriz para Implantação do Plano de Revitalização do Serviço de Saúde do Exército.
 m. Portaria nº 422, de 19 de junho de 2008 – Aprova as Instruções Gerais da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército Brasileiro (IG 30-18).
 n. Portaria Nº 493 de 19 de maio de 2020 – Aprova as Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército – FUSEx-EB10-IG-02.032).
 o. Portaria nº 073, de 27 de fevereiro de 2003 – Aprova as Instruções Gerais para o Planejamento e Execução de Obras Militares no Exército (IG 50-03).
 p. Portaria nº 759, de 20 de dezembro de 2002 – Aprova as Normas para Implantação e Funcionamento das Comissões de Ética Médica, de Revisão de Prontuário Médico, de Lisura de Contas Médicas e de Controle de Infecção Hospitalar em Organizações Militares de Saúde do Exército.
 q. Portaria nº 244-DGP, de 17 de novembro de 2010 – Aprova as Normas Técnicas para o Funcionamento da Hotelaria Hospitalar nas Organizações Militares de Saúde do Exército.
 r. Portaria Nº 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 – Aprova as Instruções Reguladoras para a Assistência Médico-Hospitalar aos Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (IR 30-38).
 s. Portaria nº 207-DGP, de 17 de dezembro de 2003 – Aprova as Normas para Implantação da Ficha de Informações Gerenciais das Organizações Militares de Saúde.
 t. Portaria nº 091-DGP, 10 de outubro de 2001 – Aprova as Normas Gerais para o Programa de Planejamento Familiar no Âmbito das Organizações Militares de Saúde do Exército.
 u. Portaria nº 155-DGP, de 29 de fevereiro de 2016 – Aprova o Regulamento do Departamento-Geral do Pessoal (EB 10-R-02.001).
 v. Portaria nº 004-Cmtl EB, de 3 de janeiro de 2019 – Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro-2ª Edição, 2018.
 x. Portaria nº 176-EME, de 29 de agosto de 2013 – Aprova as Normas para a Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (EB20-N-08.001).
 w. Plano de Gestão do DGP 2018-2022 (Cadernos I e II).
 y. Estudo de Viabilidade do Projeto Novo HMAB realizado pelo Comando Militar do Planalto, de 25 de abril de 2021.
 z. Portaria DGP/IC Ex nº 099, de 23 de abril de 2021 – Aprova a Diretriz de Iniciação do Projeto do novo Hospital Militar de Área de Brasília (HMAB) e dá outras providências.

162O Implantação da Escola de Sargentos do Exército

Constituição Federal/1988, Art.142; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999; Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988;
 Decreto Lei 200/1967;
 PPA 2024 - 2027; e
 Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

20XE Manutenção e Modernização de Sistemas de Comando e Controle do Exército

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
 Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
 Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
 Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
 Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;
 Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
 Decreto nº 11.337, de 1ª de janeiro de 2023; e
 Planejamento Estratégico do Exército 2024 - 2027.

20XH Realização de Ações de Cooperação do Exército - Obras de Engenharia

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
 Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
 Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003;
 Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993;
 Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

20XJ Desenvolvimento Tecnológico do Exército

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
 Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
 Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
 Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.
 Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993;
 Lei nº 8.270, de 14 de maio de 1996;
 Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
 Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018;
 Decreto nº 11.337, de 1ª de janeiro de 2023 e
 Planejamento Estratégico do Exército 2024-2027.

212O Movimentação de Militares

Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Lei nº 13.954, de 16/12/2019; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002; Decreto nº 11.020 de 30/03/2022; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
 Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
 Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
 Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003;
 Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e
 Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

21A0 Apostamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
 Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
 Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
 Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa;
 Decreto nº 11.337, de 2023; e
 Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

21D1 Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaérea

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, art. 142, caput.
 - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
 - Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004.
 - Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END)
- Decreto Legislativo nº 179, de 2018 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).
- Decreto nº 11.337, de 2023; e
- LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

2865 Suprimento de Fardamento

Constituição Federal, art. 142;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50;
Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016;
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º;
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010; e Portaria GM-MD nº 1.079, de 2 de março de 2021.

2900 Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade

Caput, art. 142, Constituição Federal;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.;
Lei nº 4.375/64; Lei nº 5.292/67; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército

Constituição Federal, art. 142, Caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 11.337 de 1º de Janeiro de 2023;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END);
Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN); e
Lei nº 14.600, de 19 de Junho de 2023.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

7XN4 Implantação do Colégio Militar de São Paulo (CMSP)

- Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988;
- Lei nr 9.394, de 20 DEZ96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nr 9.786, de 08FEV99 – Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro;
- Portaria nr 73-Cmt Ex, de 27FEV03 – Aprova a Instrução Geral (IG 50-03) para Planejamento e Execução de Obras Militares no Exército;
- Portaria nr 1.694-Cmt Ex, de 08OUT18 – Cria o Colégio Militar de São Paulo e dá outras providências; e
- Portaria nr 205-EME, de 17JUL19 – Aprova a Diretriz para Implantação do Colégio Militar de São Paulo e dá outras providências.
- Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEX).

7XT4 Ampliação e Adequação do Hospital Geral de Salvador (HGeS)

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.
Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEX); e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

8965 Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa;
Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999;
PPA 2024 - 2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024 - 2027.

52131 Comando da Marinha

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 50.962, de 17 de julho de 1961.

0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993.

123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa;
Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa;

Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

123I Construção de Submarinos Convencionais

Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa;
Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

14T7 Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

1N56 Desenvolvimento de Missil Nacional Antinavio

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

20T4 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 ; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; e Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018.

20XO Desenvolvimento Tecnológico da Marinha

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003 (Redação dada pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023).

212O Movimentação de Militares

Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 (Revogado pelo Decreto nº 5.201 de 02 de setembro de 2004) e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

21CL Recomposição do Núcleo do Poder Naval

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018; Decreto nº 11.337, de 01/01/2023; e Portaria Normativa nº 9/GAP-MD de 13/01/2016 do Ministério da Defesa.

2865 Suprimento de Fardamento

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50;
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 (Redação dada pelo Decreto nº 11.020 de 30 de março de 2022); e Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 (Redação dada pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023).

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010 (revogado pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023); Decreto nº 7.974, de 2013; e Portaria GM-MD nº 3.939, de 19 de julho de 2022.

52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

14ML Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraaz

Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto nº 75.963 de 11 de julho de 1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos – POLANTAR) - Revogado pelo Decreto nº 11.096, de 15 de Junho de 2022; e Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001 (Revogado pelo Decreto nº 9.858 de 25 de junho de 2019 - (Alterado pelo Decreto nº 10.475, de 27 de Agosto de 2020).

2345 Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica

Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências) - Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023; Decreto nº 75.963 de 11 de 07 de 1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 84.324 de 19 de dezembro de 1979 (institui a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM); Decreto nº 86.829 de 12 de janeiro de 1982 (cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos -CONANTAR); Decreto nº 86.830 de 12 de janeiro de 1982 (atribui à CIRMA a elaboração do projeto do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR);Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR); e Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001 (dispõe sobre a CIRMA e dá outras providências) - Revogado pelo Decreto nº 9.858 de 25 de Junho de 2019 - Alterado pelo Decreto nº 10.475, de 27de Agosto de 2020.

2518 Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul

Constituição Federal de 1988, art. 20 e 21; Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988; Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993; Lei nº 10.638 de 28 de maio de 2003 - Revogada pela Lei nº 13.502, de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1982; Decreto nº 96.000 de 02 de maio de 1988; Decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989; Decreto nº 98.145 de 15 de novembro de 1989; Decreto s/n, de 05 de janeiro de 1994; Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995 (alterado pelo Decreto 10.475, de 27 de agosto de 2020); Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001; Decreto nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004; Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005; Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019 (Redação dada pelo Decreto nº 10.475, de 27 de agosto de 2020);Decreto Presidencial nº 6.678 de 08 de dezembro de 2008 (Revogado pelo Decreto nº 10.544, de 16 de novembro de 2020); Decreto Legislativo nº 5/1997;Resolução da CIRMA nº 1 de 30 de abril de 1997; Resolução da CIRM nº 5 de 03 de dezembro de 1997; Resolução da CIRM nº 1, de 25 de agosto de 1998;Resolução da CIRM nº 7 de 05 de dezembro de 2005; e Portaria nº 129/MB de 15 de maio de 2007.

2E97 Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ)

Constituição Federal, art. 142 (das Forças Armadas); Lei nº 6.938, de 31/08/1981 (dispõe sobre a Política Nacional do Meio

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Ambiente - PNMA); Lei nº 7.661, de 16/05/1988 (institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC); Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (dispõe sobre o preparo e emprego das Forças Armadas (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010)); Decreto nº 5.377, de 23/02/2005 (aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM); Lei nº 13.243, de 11/01/2016 (dispõe sobre desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação); Decreto nº 9.858, de 25/06/2019 (dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM (Redação dada pelo Decreto nº 10.475, de 27 de agosto de 2020)); Resolução CIRM nº 01/2020 (Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar - PSRM 2020-2023).

52211 Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

163Z Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) das plantas de produção fabril

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988;
Decreto Lei 200/1967;
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

4528 Produção de Material de Emprego Militar

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
Decreto nº 10.998 de 15 de março de 2022;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e
Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975.

52222 Fundação Osório

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988;
Decreto Lei 200/1967;
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

20XS Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Decreto nº 14.856, de 1º de junho de 1921, Decreto Legislativo nº 4.235, de 4 de janeiro de 1921; Decreto nº 16.392, de 27 de fevereiro de 1924; Decreto nº 8.917, de 26 de janeiro de 1946; Lei nº 9.026, de 10 de abril de 1995; Decreto nº 11.227, de 7 de outubro de 2022; Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023.

52232 Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

00M5 Aquisição de terrenos e construção de unidades habitacionais destinadas à moradia do pessoal da Marinha

Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.

0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Portarias MF nº's 89/96, 192/96, 168/97 e 364/00.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967 (Alterada pelo Lei n° 7.596, de 10 de Abril de 1987); Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 (Revogado parcialmente pela Lei nº14.600, de 2023).

52233 Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

211D Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL

Lei nº 12.706 de 08/08/2012 e Decreto nº 7.898 de 01/02/2013 (Revogação do art 5, pelo Decreto nº 10.086, de 05/11/2019).

52901 Fundo do Ministério da Defesa

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20XT Prestação de Serviços Médicos Hospitalares e Desenvolvimento de Pesquisas Médicas do Hospital das Forças Armadas

Decreto nº 1.310, de 08 de agosto de 1962; Constituição Federal, art. 142; Lei nº 9.238, de 22 de dezembro de 1995; Lei nº 9.849, de 27 de maio de 1998; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004; Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015; Portaria nº 99/GM-MD, de 11 de janeiro de 2018; Portaria Interministerial nº 3.073, de 15 de setembro de 2020; e Portaria GMMD nº 6.064, de 15 de dezembro de 2022.

52903 Fundo do Serviço Militar

2872 Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

Base legal: Arts. 142 e 143 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Organização, Preparo e Emprego das Forças Armadas); Lei nº 4.375/64 (Lei do Serviço Militar); Decreto nº 54.654/66 (Regulamento da Lei do Serviço Militar); Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MD).

52911 Fundo Aeronáutico

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 - Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica; Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Promulga a Convenção sobre Aviação Civil Internacional; Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 - Promulga a Carta das Nações Unidas; Memorando de Entendimento entre as Nações Unidas (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior) e o Governo Brasileiro (Força Aérea Brasileira), de 24 de novembro de 2020, Item 5; e Carta Constitutiva do Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA), de 07 de maio de 1965, art. 36 - Fundo SICOFAA.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

20SA Manutenção de Sistemas de Informações Militares da Força Aérea

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

20XB Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial

Constituição Federal de 1988, caput, art. 142 e 218; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Decreto 7.970, de 28 de março de 2013; Decreto 8.122, de 16 de outubro de 2013; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013; Portaria nº 899/MD, de 19 de julho de 2005; Portaria nº 777/MD, de 31 de maio de 2007; PORTARIA Nº 2.640/MD, DE 10.09.2013; PORTARIA NORMATIVA Nº 61/GM-MD, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018; PCA 11-47.

20XV Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 6.834, de 2009 e suas alterações; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A, 60-B, 60-D e 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 8º, inciso III, alínea 'f', da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972 e Art. 45-A e Art. 45-C da lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

21A0 Apostamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 e Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações.

21CM Recomposição dos Meios da Força Aérea Brasileira

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

2868 Combustíveis e Lubrificantes de Aviação

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

2913 Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

Decreto nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 9.540 de 25 de out de 2018; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; e Lei nº 12.970, de 08 de maio de 2014.

52921 Fundo do Exército

15F1 Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Caput, art. 142, Constituição Federal;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
PPA 2024 - 2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988;
Decreto Lei 200/1967;
PPA 2024-2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Constituição Federal 1988;
Decreto Lei 200/1967;
PPA 2024 - 2024;
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024 - 2027; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

21D2 Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre

Constituição Federal de 1988, Art. 142, Caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 11.317, de 05/07/2006;
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018;
PPA 2024-2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999; e Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações. Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar no 117, de 02 de setembro de 2004; Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa. Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998. Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996; Decreto no 11.337, de 1o de janeiro de 2023 e Planejamento Estratégico do Exército 2024-2027.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999; Portaria 220 – DECEX/C Ex, 14 de junho de 2021 (Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil); Lei nº 9.026, de 10 de abril de 1995; Decreto-Lei nº 8.917, de 24 de janeiro de 1946; e Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023.

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999; e Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
Constituição Federal de 1988, Título VIII, Capítulo II, Seção II; Art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; PPA 2024-2027; e Plano Estratégico do Exército (PEEX) 2024-2027.

2919 Registro e Fiscalização de Produtos Controlados
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965; Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; Decreto 10.030, de 30 de setembro de 2019; PPA 2024-2027; Plano Estratégico do Exército (PEEX) 2024-2027.

52931 Fundo Naval

1N47 Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t)
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 13.971 de 27 de dezembro de 2019; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Lei nº8.745 de 09 de dezembro de 1993; Decreto nº 7.364 de 23/11/2010; Decreto nº 10.998 de 15 de março de 2022; e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967 (Alterada pelo Lei nº 7.596, de 10 de Abril de 1987); Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 (Revogado parcialmente pela Lei nº14.600, de 2023).

20XR Capacitação Profissional da Marinha
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 4.375 de 17/08/1964; Lei nº 11.279 de 09/02/2006; Decreto nº 57.654 de 20/01/1966; Decreto nº 4.780 de 15/07/2003; e Decreto nº 6.883 de 25/06/2009.

21A0 Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 (Revogado pelo Decreto nº 5.201 de 02 de setembro de 2004) e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa.

21BY Fiscalização da Navegação Aquaviária
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 9.537 de 11/12/1997 - Alterada pela Lei nº 14.813 de 15/01/2024; Lei nº 13.844 de 18/06/2019 - Revogado parcialmente pela Lei nº 14.600, de 2023 e Medida Provisória nº 1.154 de 01/01/2023; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 2.596 de 18/05/1998 - Alterada Decreto nº 7.860 de 06/12/2012 ; Decreto nº 5.129 de 06/07/2004; e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

21BZ Prestação de Auxílios à Navegação
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 4.202 de 06/02/1963; Lei nº 9.537 de 11/12/1997; Lei nº 13.844 de 18/06/2019; Decreto-Lei nº 243 de 28/02/1967; Decreto-Lei nº 1.023 de 21/10/1969; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 70.092 de 02/02/1972; Decreto nº 70.198 de 24/02/1972; e Decreto nº 8.978 de 01/02/2017.

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares
Caput, art. 142, Constituição Federal; e Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010).

21E9 Manutenção da capacidade operativa dos Submarinos S-BR “Classe Riachuelo” desenvolvidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)
Constituição Federal, arts. 1, 3 e 4 (dos Princípios Fundamentais) e 142 (das Forças Armadas); Leis Complementares nº 97 de 09/06/1999, nº 117 de 02/09/2004 e nº 136 de 25/08/2010 (dispõem sobre o preparo e emprego das Forças Armadas); Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 (Estratégia Nacional de Defesa - END); Lei 14.802/24, que institui o Plano Plurianual (PPA) 2024 -2027; Instrução Normativa nº 1/ EMCFA-MD, de 10/01/2020 (aprova Manual de Boas Práticas para Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa – MD40-M-01); Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo

cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; e Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa.

21EA Manutenção da capacidade operativa das Fragatas “Classe Tamandaré” desenvolvidas no âmbito do Programa Fragata Classe Tamandaré (PFCT)
Constituição Federal, Arts. 1º, 3º e 4º (dos Princípios Fundamentais) e 142 (das Forças Armadas); Leis Complementares nº 97 de 09/06/1999, nº 117 de 02/09/2004 e nº 136 de 25/08/2010 (dispõem sobre o preparo e emprego das Forças Armadas); Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018 (Política Nacional de Defesa – PND, Estratégia Nacional de Defesa – END e Livro Branco da Defesa Nacional); Instrução Normativa nº 1/ EMCFA-MD, de 10/01/2020 (aprova Manual de Boas Práticas para Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa – MD40-M-01) e Parceria Estratégica entre a Marinha do Brasil (MB) e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON).

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

52932 Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

2510 Prestação de Ensino Profissional Marítimo
Constituição Federal, caput e art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto-Lei nº 828 de 05/09/1969; Decreto nº 968 de 29/10/1993(Alterado pelo Decreto nº 9.859 de 25 de junho de 2019); e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003 - Revogado pelo Decreto nº 5.201 de 02 de Setembro de 2004.

53101 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

00SX Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado
CRFB de 1988, art. 23, inciso VIII - fomentar a produção agropecuária; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - institui a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.800, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, 53, IX, e 68; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00T5 Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023; PORTARIA CONJUNTA MG/IMF/CGU nº 33, de 30/08/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

00T6 Apoio à Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

00T7 Apoio à Implantação da Adutora do Agreste
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso V; art. 19, incisos I e II. Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

00T8 Apoio à Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso V; art. 19, incisos I e II. Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00T9 Apoio à Implantação do Cinturão das Águas do Ceará

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso V; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

00TA Apoio à Gestão e Implantação de Sistemas de Purificação e de Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas e Rede de Distribuição Associada
Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997; Lei nº 10.204, de 22/02/ 2001, art. 1º; Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 4º, inciso II; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII; Lei nº 13.019, de 31/07/2014, art. 5º, inciso VIII; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, art. 3º, inciso V, art. 53, inciso IX e art. 68; Decreto nº 7.492, de 2/06/2011, art. 3º, incisos II e III e art. 4º, incisos II e III; Decreto nº 7.535, de 26/07/2011, art. 2 º, inciso III; Decreto nº 8.726, de 27/04/2016; Portaria Interministerial nº 169, de 23/04/2012; Portaria Interministerial nº 130, de 23/04/2013, art. 1º, Parágrafo único, inciso I; Portaria Interministerial nº 239, de 03/07/2013; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Decreto nº 11.830. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

00TB Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica
Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 10.638, de 06/01/2003, art. 1º e art. 2º, inciso I; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e I e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Lei nº 10.204, de 22/02/ 2001, art. 1º; Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 4º, inciso I; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII; Lei nº 13.019, de 31/07/2014, art. 5º, inciso VIII; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, art. 3º, inciso V, art. 53, inciso IX e art. 68; Decreto nº 7.492, de 2/06/2011, art. 3º, incisos II e III e art. 4º, incisos II e III; Decreto nº 7.535, de 26/07/2011, art. 2 º, inciso III; Decreto nº 8.726, de 27/04/2016; Portaria Interministerial nº 169, de 23/04/2012; Portaria Interministerial nº 130, de 23/04/2013, art. 1º, Parágrafo único, inciso I; Portaria Interministerial nº 239, de 03/07/2013; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU Nº 33, de 30/08/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

00TD Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada
CFRB, art. 43, § 3º, art. 187, VII, CRFB – ADCT, art. 42, II, parágrafo único; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 – Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; DECRETO Nº 11.830, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023.

00TE Apoio à Gestão de Projetos Públicos de Irrigação
CFRB, art. 43, § 3º, art. 187, VII, CRFB – ADCT, art. 42, II, parágrafo único; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 – Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 -aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019 – Estabelece a iniciativa Polos de Agricultura Irrigada.

00TF Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar na Faixa de Fronteira
CFRB de 1988, art. 20, § 2º; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979 - dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019 - institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; e Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00VA Apoio à Implantação de Tecnologias de Acesso à Água
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001 - altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que autoriza a doação de bens e dá outras providências; Lei nº 10.638, de 6 de janeiro de 2003 - institui o Programa Permanente de Combate à Seca (PROSECA); Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - institui a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I – combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, 53, IX, e 68; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - dispõe sobre descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Normas Técnicas (ABNT) NBR nº 12.212 - que estabelece os requisitos para a elaboração de projeto de poço para captação de água subterrânea; ABNT NBR nº 12.244 - que estabelece os requisitos para a construção de poço para captação de água subterrânea; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

12EP Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso I; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

152D Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19/12/2006, art. 1º, § 2º e Art. 4º, incisos IV e V; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

15DX Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art. 1º, §2º e art. 4º, incisos IV e V; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

15ZK Implantação do Projeto Seridó
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil
Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 6.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

20VR Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas
Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX, e art. 225, § 1º, incisos I e VI; Lei nº 6.938, de 31/08/1981, art. 2º, incisos II, VI, VIII e X, art. 4º, inciso VI; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 1º, incisos V e VI, art. 29, inciso IV, art. 30, inciso IV e art. 31; Lei nº 9.795, de 27/04/1999, art. 3º, inciso I e art. 8º; Lei nº 9.984, de 17/07/2000, art. 2º, art. 3º, incisos XI, XV e XVI; Lei nº 9.985, de 18/07/2000, art. 2º, incisos XI e XIII; Lei 12.187, de 29/12/2009; Lei nº 12.651, de 25/05/2012, art. 61-A, § 13 e § 17; Decreto nº 9.578, de 22/11/2018; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; Lei nº 14.119, de 13/01/2021; art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 8.834, de 9/08/2016, art. 1º e art. 2º; Decreto nº 11.065, de 6/05/2022, art. 19, incisos X, XI e XII e art. 22, incisos X, XI, XII, e XIII.

20VS Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 1º, incisos IV e VI, art. 35, incisos I, VI, VII e IX e art. 45; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 10.000, de 03/09/2019, art. 1º, incisos I, II, VII, VIII e IX; Decreto nº 11.065, de 6/05/2022, art. 19, incisos III e art. 22, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Resolução nº 22, de 24/03/2020, art. 18, incisos III e IX e art. 21, incisos I, II e VIII; Resolução nº 22, de 24/05/2002; Resolução n. 58, de 30/01/2006; Resolução n. 67, de 07/12/2006; Resolução n. 69, de 19/03/2007; Resolução n. 80, de 10/12/2007; Resolução n. 99, de 26/03/2009; Resolução n. 135, de 14/12/2011; Resolução n. 145, de 12/12/2012; Resolução n. 148, de 13/12/2012; Resolução n. 181, de 07/12/2016; Resolução n. 232 de 22/3/2022.

20WG Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial
Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007 - institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007 - institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009 - institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - dispõe sobre descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 10.544, de 16 de novembro 2020 - aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.149, de 27 de dezembro de 2019 - Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Regional e Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.628, de 8 maio de 2023 - dispõe sobre o funcionamento e as competências específicas do Núcleo de Inteligência Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia
Constituição Federal de 1988, art. 23, inciso VIII - fomentar a produção agropecuária; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; e Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

214T Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 10.638, de 06/01/2003, art. 1º, incisos I e IV e art. 2º, inciso I; Lei nº 6.088, de 16/07/1974, art. 9º, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19/12/2006, art. 1º, § 2º, art. 3º, inciso IV, Art. 4º, incisos IV e V, art. 12, art. 13 e art. 14; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2023; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

219H Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 81.351, de 17 de fevereiro de 1978 - Que promulgou o Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim; Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994; Decreto nº 4.258, de 4 de junho de 2002 - Aprova o Regimento Interno da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (SB/CLM); Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hidricas

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

21DE Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;

21DF Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, incisos I e V; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, ; incisos I e II; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

21HP Apoio à execução de estudos, planos, projetos e obras de prevenção e proteção à erosão costeira em áreas urbanizadas

Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020;
Decreto n. 11.219, de 5 de outubro de 2022;
Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023;
Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012;
Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010;
Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001;
Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;

21HQ Aperfeiçoamento das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022;Decreto nº 10.689, de 27 de abril de 2021;Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

21HX Apoio à Implantação de Segurança de Barragens

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.
Decreto º 11.310, de 26 de dezembro de 2022.

22BO Ações de Proteção e Defesa Civil

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022; Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023; Portaria MDR nº 3646, de 2 de fevereiro de 2022; Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022; Portaria MDR nº 1.466, de 7 de maio de 2024; Portaria MDR nº 1.384, de 6 de maio de 2024;Portaria MDR nº 2.366, de 5 de julho de 2022; Portaria MDR nº 998, de 5 de abril de 2022; Portaria MDR nº 3.033, de 4 de dezembro de 2020; Portaria interministerial M/MD nº 1, de 25 de julho de 2012 e alterações posteriores.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualção das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

5900 Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso I; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

8172 Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC)

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022; Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

8348 Apoio a Ações Emergenciais de Prevenção e Mitigação para Redução de Desastres

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022;Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023; Portaria MDR nº 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

00SX Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

CFRB de 1988, art. 23, inciso VIII - fomentar a produção agropecuária; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - institui a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, 53, IX, e 68; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regre e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Portaria MI nº 34, de 16 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia

Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00TD Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022
Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00UM Apoio à Implantação, Ampliação, Manutenção, Melhoria ou Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00UN Apoio à Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00VB Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Centro-Oeste

Art. 42, I – Alo das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe que a União aplicará 20% dos recursos destinados à irrigação no Centro-Oeste.
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013- Política Nacional de Irrigação; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00VH Apoio a Projetos para Desenvolvimento Regional

Lei nº 6.088 de 16 de julho e 1974 e demais atualizações; Decreto nº 11.830, de 14 dedezembro de 2023; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 (PNDR).

00WP Apoio para Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

12FT Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

140C Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

14V1 Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

15XT Implantação de Sistemas Adutores para Abastecimento de Água do Canal do Sertão Alagoano

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

15XV Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água - Adutora da Fé

Lei nº 6.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

162K Implantação do Canal do Sertão Baiano

Lei n.º 6.088 de 16 de julho e 1974 e demais atualizações.
Lei 9.433, de 8 de janeiro de 2007; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

166K Implantação dos Diques da Baixada Maranhense

Lei n.º 6.088 de 16 de julho de 1974 e suas alterações posteriores; Lein.º 9.433 de 8 de janeiro de 1997; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;

2000 Administração da Unidade

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

20EY Operação e Manutenção de Projetos Públicos de Irrigação de Interesse Social

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; e Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

20N4 Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

212M Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;
Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013;
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
Portaria nº 2.737, de 23 de agosto de 2023; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

214T Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997;
Lei nº 10.638, de 06 de janeiro de 2003;
Decreto nº 5.995/2006, alterado pelo Decreto nº 8.207/2014.
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

21DE Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

21DG Recuperação Hidroambiental nas Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 e
Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

21DI Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966;
Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.
Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002;
Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005;
Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986;
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

21DJ Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

21DK Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

21HI Auxílio ao Filho com Deficiência

Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto Nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023; Cláusula Quinquagésima primeira do Acordo Coletivo de Trabalho da Codevasf

21HR Regularização Ambiental e Fundiária

Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974 e demais alterações; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 4.449, de 30 de agosto de 2002; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997

2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

2869 Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias

Lei nº 6.088, de 16/07/74 e demais alterações, bem como processo judicial nº 1000007.2018.4.01.3812; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

4786 Capacitação e Monitoramento da População Rural (Projeto Amanhã)

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de gosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017.

5260 Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

5314 Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

7G88 Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

7X91 Implantação do Canal do Xingó

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

00TB Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica

Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007 - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023 - Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), para o período 2024-2027.

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Decreto nº 10.544, de 16 de novembro 2020 – Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar; Portaria MIDR nº 3.149, de 27 de dezembro de 2019 – Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.628, de 8 maio de 2023 – Dispõe sobre o funcionamento e as competências específicas do Núcleo de Inteligência Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 maio de 2023 – Institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007 - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023

Ação Orçamentária / Base Legal

de 2023 - Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), para o período 2024-2027 e a Minuta do Projeto de Lei que institui o referido Plano.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia

Constituição Federal de 1988, art. 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I – combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 – Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 – Estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007 - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023 - Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), para o período 2024-2027 e a Minuta do Projeto de Lei que institui o referido Plano.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, do PLDO-2023.

4542 Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica

1) Constituição Federal de 1988, art 218 (promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas); 2) Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; 3) Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 – Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; 4) Decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024 - Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia; 5) Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007 - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; 6) Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; 7) Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023 - Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), para o período 2024-2027.

53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007, Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; e Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007 ; Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2023.

4640 Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, Decreto nº 9.810, DE 30 de maio 2019.

8340 Inovação para o Desenvolvimento Regional

Art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007; § 2º, art. 3º da MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, alterado pelo art. 19 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e inciso II, art. 3º do Decreto nº 7.838, de 09 de novembro de 2012.

8917 Fortalecimento das Administrações Locais

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; e, Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007.

53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

00TG Apoio à Construção da Barragem Olítica

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regiona, Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41)

11AA Construção da Barragem Fronteiras

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regiona, Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41).

14VI Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 1997; Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

1N64 Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

1O21 Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; inciso V do Art. 56 da Portaria 43/DNOCS/DG/GAB/ 2017 - Regimento do DNOCS.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963 e Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001

20N4 Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCs/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCs/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41).

21DI Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, inciso V do Art. 56 da Portaria 43/DNOCs/DG/GAB/ 2017 - Regimento do DNOCs.

21DK Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001 e Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

Itens V e IX do Art. 1º da Portaria nº 43/DNOCs/DG/GAB/2017 - Regimento do DNOCs

21HT Modernização de Projetos Públicos de Irrigação Nacional

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013

Itens V e IX do Art. 1º da Portaria nº 43/DNOCs/DG/GAB/2017 - Regimento do DNOCs

2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001.

Lei 11.959/2009 - Política de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca

Art. 57 da Portaria DNOCs/DG/GAB nº 43, de 31 de janeiro de 2017

7M12 Construção da Barragem Poço de Varas

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCs/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41).

53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

00SX Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

CRFB de 1988, art. 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - Regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, IX, e 68; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre comissões e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - Aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria Conjunta MGI/MF/ICGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - Estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva. Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Resolução Sudeco nº 167, de 17 de novembro de 2023, Resolução Sudeco nº 24, de 27 de maio de 2021; Resolução Sudeco nº 33, de 10 de setembro de 2021.

00TD Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019. Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Resolução Sudeco nº 167, de 17 de novembro de 2023, Resolução Sudeco nº 24, de 27 de maio de 2021; Resolução Sudeco nº 33, de 10 de setembro de 2021.

00TF Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar na Faixa de Fronteira

CRFB de 1988, art. 20, § 2º; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - Regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 7.983, de 8 de fevereiro de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022 - Estabelece as Rotas de Integração Nacional. Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Resolução Sudeco nº 167, de 17 de novembro de 2023, Resolução Sudeco nº 24, de 27 de maio de 2021; Resolução Sudeco nº 33, de 10 de setembro de 2021.

00WQ Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar na RIDE/DF na área de atuação da Sudeco

Constituição Federal de 1988, art. 43; Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; Decreto nº 7.460, de 4 de maio de 2011; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

00WR Apoio à estruturação e modernização de estruturas e recursos em áreas urbanas – Cidades médias sustentáveis, resilientes e inteligentes

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seu artigo 43, com seu § 1º, inciso I; e art. 165, com seus § 6º e § 7º.

Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009. Resolução Sudeco nº 117, de 2 de outubro de 2022.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022. Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Resolução Condel/ Sudeco nº 139, de 10 de agosto de 2023

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.

21AS Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia

Constituição Federal de 1988, art. 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; e Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022. Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Resolução Sudeco nº 167, de 17 de novembro de 2023, Resolução Sudeco nº 24, de 27 de maio de 2021; Resolução Sudeco nº 33, de 10 de setembro de 2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

53210 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA

00LX Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em especial a seção IV; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em especial o § 6º do art. 4º; e Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, em especial o § 1º do art. 4º; Lei nº 14.026/2020.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20Wl Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.848/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 7.402/2010, e Portaria ANA nº 62, de 2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2023.

219R Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 10.768/2003; Lei nº 11.445/2007; e Lei nº 14.026/2020.

2378 Operação da Rede Hidrometeorológica

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.848/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 7.402/2010; e Portaria ANA nº 62, de 2013.

4926 Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 12.334/2010; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 4.024/2001; Decreto nº 7.402/2010; Portaria ANA nº 62, de 2013; e Resolução ANA nº 2020/2014.

54101 Ministério do Turismo - Administração Direta

10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto 11.531, de 16 de maio de 2023; Portaria Conjunta nº 33, de 30 de agosto de 2023; e Portaria MTur nº 40, de 23 de novembro de 2023.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Lei nº 14.600, de 2023; Decreto-Lei 200, de 1967; Decreto nº 11.416, de 2023.

20Y3 Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 14.600, de 2023; Decreto nº 11.931, de 2024; Portaria MTur nº 17, de 2024; Portaria Conjunta nº 33, de 2023; Portaria Conjunta nº 28, de 2024; Portaria MTur nº 40, de 2023; Instrução Normativa MTur nº 4, de 2021; Instrução Normativa SECOM nº 2, de 2019

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 12 inciso XXIII e Art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

21DB Estruturação e Ordenamento dos Destinos Turísticos Brasileiros

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019.

21FN Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 14.600, de 2023; Decreto nº 11.931, de 2024; Portaria MTur nº 17, de 2024; Portaria Conjunta nº 33, de 2023; Portaria Conjunta nº 28, de 2024; Portaria MTur nº 40, de 2023.

21FO Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 14.600, de 2023; Lei nº 11.771, de 2008; Decreto nº 11.416, de 2023; Decreto nº 9.763, de 2019; Portaria nº 59, de 2022.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

2C01 Promoção de Investimentos Privados, Financiamento, Parcerias e Concessões no Setor de Turismo

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023

2F10 Manutenção de Contrato de Gestão com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR)

Lei 14.901, de 25 de junho de 2024, Lei n. 14.002, de 22 de maio de 2020, e Lei n. 11.771 de 17 de setembro de 2008.

55101 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta

00US Apoio aos Entes Federados por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD

Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 - Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.
Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024 - Regulamenta o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e dá outras providências.

166C Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência dos BRICS

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988;
Lei nº 14.600, de 19 de junho 2023. Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Organização da Administração Federal; diretrizes para a Reforma Administrativa.

20GD Inclusão Produtiva Rural

Constituição Federal de 1988 - Artigos 6º, 203, 215, 216, 225 e 231;
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - Art. 68;
Emenda Constitucional nº 64, de 4 de outubro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Agricultura Familiar;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER;
Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa do Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Entre outras providências, altera a Lei nº 12.512/2011, passando a definir a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN;
Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008 - Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social;
Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta o SISAN;
Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI;
Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017 - Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 - Anexo LXVII - Consolida a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002; depositado o instrumento de ratificação junto ao Diretor Executivo da OIT em 25 de julho de 2002; entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991, e, para o Brasil, em 25 de julho de 2003, nos termos de seu art. 38; e promulgada em 19 de abril de 2004);
Decreto nº 11.583, de 28 de junho de 2023 - Altera o Decreto nº 9.221/2017, introduzindo o formato de adesão para execução de parceria com entes federados, atualizando a composição do Comitê Gestor, e reajustando o valor do benefício;
Portaria MC nº 783, de 9 de junho de 2022;
Portaria MDS nº 882, de 8 de maio de 2023 - Altera a Portaria MC nº 783/2022, possibilitando a reinserção de famílias previamente atendidas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais em casos de específicos;
Portaria MDS nº 951, de 22 de dezembro de 2023 - Estabelece parâmetros e normas complementares para a adesão de estados ao Programa de Fomento às Atividades Rurais;
Portaria MDS nº 961, de 19 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre o Serviço de Acompanhamento Familiar para Inclusão Social e Produtiva (SAFISP).
Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

20GG Promoção da Inclusão Socioeconômica de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (Programa Acredita no Primeiro Passo)

Constituição Federal, art. 203, caput, incisos III e VI, art. 204;
Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024, institui o Programa Acredita no Primeiro Passo;
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Organização da Assistência Social;
Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003 - Operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores;
Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, artigos 15-A e 15-B - Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbano para beneficiar os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico que exerçam atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI;
Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO);
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012, regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;
Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2017 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017 - Plano Progridir;
Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023 - Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fórum Nacional de Microcrédito;
Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017 - Institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social;
Portaria MDS nº 490, de 28 de dezembro de 2017 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social;
Portaria MDS nº 1.321, de 26 de março de 2018 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social para as ações realizadas no âmbito do Plano Progridir, do Ministério do Desenvolvimento Social;
Portaria MDS nº 997, de 3 de julho de 2024, dispõe sobre o Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências.

21S1 Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;
Decreto nº 11.937, de 5 de março de 2024 - Regulamenta o Programa Cozinha Solidária, (texto original)
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
Decreto nº 11.679, de 31 de agosto de 2023 - Institui o Plano Brasil Sem Fome.
Lei nº 14600/2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN;

Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN;
Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
Decreto n. 11.421 de 28 de fevereiro de 2023 - altera o Decreto 6272/ 2007 que dispõe sobre as competências e funcionamento do Conselho Nacional;
Decreto n. 11.422 de 28 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Nacional.
Decreto Nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023 - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades.
Decreto Nº 11.936, de 5 de março de 2024 - Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar.
Decreto Nº 11.802, de 28 de novembro de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.
Decreto Nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023 - Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.
Resolução CAISAN nº 9, de 13 de dezembro de 2011 - Procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SISAN
Portaria Interministerial MDS/MS Nº 25, de 1º de Setembro de 2023

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Ordem Normativa nº 10, de 2013, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPECE, para a concessão do auxílio-moradia.

21PC Operacionalização do Auxílio Emergencial para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)

Emenda Constitucional n.109 de 2021 (Artigo 3º);
Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020; Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020;
Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021;
Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020;
Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020.

21DV Auxílio Gás dos Brasileiros

Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021 - Institui o auxílio Gás dos Brasileiros; e altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.
Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (Art 20 ao 22) - Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

21EL Gestão, Administração e Operacionalização do Programa Bolsa Família

Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 - Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023
Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024 - Regulamenta o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e dá outras providências.

21FQ Apoio à Formulação e Gestão da Política Nacional de Cuidados

Constituição Federal
Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015 - Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico
Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente
Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa
Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência
Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância
Decreto Nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 - Carta das Nações Unidas;
Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 - Convenção sobre os Direitos da Criança;
Decreto Nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999 - Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador;
Decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;
Convenção Nº 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor;
Convenção Nº 103 da OIT sobre o Amparo à Maternidade;
Convenção Nº 111 da OIT sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação;

21FR Apoio e Acolhimento Objetivando a Reinserção de Usuários e Dependentes de Alcool e Drogas

Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à segurança social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
Decreto nº 11.791, de novembro de 2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 187, de dezembro de 2021, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, alterada pela Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019 - para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAOD) e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas; Lei nº 13.019, de 2014, e o instrumento que regula parcerias entre a administração pública e Organizações da Sociedade Civil (OSCs);
Lei nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
Lei nº 14.133, de abril de 2021, de Licitações e Contratos Administrativos;
Decreto Nº 8.726, de 2016, alterado pelo Decreto nº 11.948, de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.019, de 2014; Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas; Decreto nº 11.480, de 2023, Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 – Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Nota Técnica Nº 055, de 2013 - GRECS/SGTES/ANVIS que esclarece sobre os artigos da RDC Anvisa nº 29, de 2011, e sua aplicabilidade nas instituições conhecidas como Comunidades Terapêuticas e afins; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAOD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

21H0 Proteção Socioassistencial em Emergências e Calamidades Públicas

Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social); Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC); Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração); Lei Nº 13.684, de 21 de junho de 2018 (medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária); Decreto Nº 8.726, de 27 de abril de 2016 (regulamenta a MROSC, Lei nº 13.019, de 31/07/2014); Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018 (reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na Venezuela); Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 (convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou acordos de adesão); Portaria SNAS nº 112, de 23 de setembro de 2021 (Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social); Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS); Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 (Termos de Execução Descentralizada – TED).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2784 Promoção do Consumo e de Ações de Alimentação Adequada e Saudável
Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN;
Decreto n. 11.421 de 28 de fevereiro de 2023 - altera o Decreto 6272/ 2007 que dispõe sobre as competências e funcionamento do Consea Nacional;
Decreto n. 11.422 de 28 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Nacional;
Decreto n 11.822, de 12 de dezembro de 2023 - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades;
Decreto n 11.821, de 12 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar;
Decreto nº 11.938 de 05 de março de 2024 - Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar;
Portaria MDS 966 de 6 de março de 2024 que define a relação, não exaustiva, de alimentos que podem compor a Cesta Básica de Alimentos de acordo com os grupos alimentares;
Portaria interministerial MDS e MS nº 25 de 1º de setembro de 2023 - Estabelece as orientações para priorização e organização da atenção aos indivíduos e famílias em insegurança alimentar e nutricional no âmbito da assistência social, saúde e segurança alimentar e nutricional;
Portaria MDS nº 972, de 26 de março de 2024 - Define os municípios e o Distrito Federal prioritários para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades;
Portaria nº 975, de 02 de abril de 2024 - Reflicação da Portaria MDS nº 972, de 26 de março de 2024;
Portaria nº 987 de 22 de maio de 2024 que definem os municípios e o Distrito Federal prioritários para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades.

2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública
Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - introduz a alimentação como direito social;
Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003 - Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, institui o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Cozinha Solidária
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;
Portaria MC nº 843, de 21 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre procedimentos da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) para atendimento a povos e comunidades tradicionais;
Portaria MDS nº 898, de 12 de julho de 2023- Dispõe sobre procedimentos para a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública;
Portaria MDS nº 918, de 21 de setembro de 2023 - Altera a Portaria MDS nº 898, de 12 de julho de 2023, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional
Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023 que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, que Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Decreto nº 11.937, de 05 de março de 2024, Regulamenta o Programa Cozinha Solidária; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.346/2006 que cria o SISAN; Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, que regulamenta o PAA e institui o Grupo Gestor do PAA, e seu Comitê de Assessoramento; Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades; e Resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e as ainda vigentes do Programa Alimenta Brasil

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 9.991, de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2020, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal de 1988, Art. 37;
Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário;
Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;
Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023;
Portaria SECOM nº 8.038, de 30 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal.
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 19 de junho de 2023 que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM;
2. Instrução Normativa nº 2, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre o desenvolvimento e a execução da publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM e dá orientações complementares;

4907 Ouvidoria Geral do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome
Constituição Federal 1988 (art. 203 e 204) - Objetivos da Assistência Social; Constituição Federal 1988 (art. 217) - Do Desporto; Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – organização da Assistência Social; Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 - Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação; Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.882, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (Lei de proteção e defesa dos usuários de serviços públicos) Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dose serviços públicos da administração pública; Portaria Normativa nº 116, de 18 de março de 2024 Estabelece orientações para o exercício das competências das unidades do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, no âmbito do Poder Executivo federal, e dá outras providências. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal e dá outras providências; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências; Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 - Acrescenta dispositivos à lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pomenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios;
Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 - Estabelece o plano de auxílio aos estados e ao distrito federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações

e Contratos Administrativos; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações;
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a política de dados abertos do Poder Executivo federal; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017; Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta; Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, que institui o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal; e Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021, que altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018; Decreto nº 10.160, de 09 de dezembro de 2019 - Institui a política nacional de governo aberto e o comitê interministerial de governo aberto; Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020 - regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 10.889, de 09 de dezembro de 2021 - Regulamenta o inciso vi do caput do art. 5º e o art. 11 da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 - Dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do poder executivo federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado, e institui o sistema eletrônico de agendas do poder executivo federal e agendas; Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022 - Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do ministério da cidadania e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança; Portaria nº 581, de 9 de março 2021, que estabelece orientações para o exercício das competências das unidades do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal; e Instrução Normativa Conjunta CRG/ OGU nº 7, de 17 de setembro de 2018 que dispõe sobre o recebimento e tratamento de denúncias e outras comunicações de irregularidade, e estabelece diretrizes para a salvaguarda da identidade do manifestante; Portaria n. 2.873, de 03 de dezembro de 2021 - Designa os membros do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e seus respectivos suplentes; Portaria MC nº 670 de 01 de outubro de 2021 - Dispõe sobre a organização do atendimento da central de relacionamento, da ouvidoria, e de transparência e acesso à informação, e norteia as diretrizes para o atendimento das demandas relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 761, de 8 de abril de 2022 - Institui a Política Geral de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade no âmbito do Ministério da Cidadania; Decreto nº 11.339 de 01º de janeiro de 2023, Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério - Decreto nº 11.407, de 31 de janeiro de 2023, Institui o Sistema de Participação Social; Medida Provisória nº 1.164, de 02 de março de 2023 que Institui o Programa Bolsa Família; Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012; - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento Portaria Ministério da Cidadania nº 782 de 24 de junho de 2022-Transparência Ativa, Portaria MC nº 772 de 5 de maio de 2022 - Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos do Ministério da Cidadania, CPADS, Portaria MDS nº 971, de 20 de março de 2024 - Aprova o Plano de Dados Abertos do MDS, referente ao biênio 2024-2026. Portaria Interministerial CGU/MPQG nº 1.254, de 18 de maio de 2015 – Sistema Transparência Ativa, Orientação nº 1/2023 - Fluxo descritivo e procedimentos de atendimento aos pedidos de acesso à informação e recursos derivados, Orientação nº 2/2023 - Procedimentos para funcionamento do sistema e-Agendas.; Orientação CGTAIOUV nº 1/2022 - Trata da exigência de registro e publicação diária, em transparência ativa, dos compromissos públicos de autoridades e agentes públicos abrangidos pela Lei de Conflito de Interesses. Orientação CGTAIOUV nº 2/2022 - Trata do cumprimento de exigências legais para publicação, no Portal do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, de informações de interesse público, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011) e outras obrigações estabelecidas em legislações específicas. Orientação CGTAIOUV nº 3/2022 - Trata da obrigação de publicação dos currículos de autoridades, em transparência ativa, em conformidade com o disciplinado pelo Decreto nº 9.272, de 15 de março de 2019, que dispõe sobre os critérios, perfis profissionais e procedimentos a serem observados para a ocupação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPe. Orientação CGTAIOUV nº 4/2022 - Trata da necessidade de tratamento de informações e/ou dados pessoais e sensíveis quando da disponibilização de cópias de processos ou documentos, a partir de pedidos de acesso à informação, ou da disponibilização de informações em publicações ou em transparência ativa, com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), ou em outros dispositivos legais que abrangam hipóteses de restrição de acesso a dados ou informações. ORIENTAÇÃO GM/OIUV Nº 2/2022 - Trata do compartilhamento de dados pessoais e a necessária adequação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome às disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). ORIENTAÇÃO GM/OIUV Nº 3/2022 - Orientação a respeito de incidente de segurança com dados pessoais e sua avaliação para fins de comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

4923 Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) - objetivos da Assistência Social, e §16 do Art. 37;
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações;
Portaria nº 2.527, de 10 de outubro de 2018 - Dispõe sobre Política de Monitoramento no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social;
Portaria nº 2.227, de 6 de junho de 2018 - Dispõe sobre os princípios para as ações de avaliação realizadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e cria o Selo de Qualidade Técnica da SAGI;
Portaria nº 541, de 23 de novembro de 2020 - Institui a Política Nacional de Formação para Agentes Públicos e Sociais no âmbito do Ministério da Cidadania e dá outras providências.

6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) - Objetivos da Assistência Social; Lei nº 10.889, de 13 de maio de 2004, atualizada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - organização da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.462, de 8 de agosto de 2018 - Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007; Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022 - Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; Portaria nº 864, de 2 de março de 2023 - Estabelece os processos de Averiguação Cadastral e de Revisão Cadastral para o biênio 2023 e 2024, altera a Portaria MC nº 747, de 10 de fevereiro de 2022, e a Portaria MDS nº 94, de 4 de setembro de 2013, e dá outras providências; Instrução Normativa Conjunta SAGICAD/SENARC/SNAS/MDS Nº 3, de 11 de abril de 2023 - Altera o cronograma de repercussões nos programas sociais relativos à Ação de Qualificação do Cadastro Único de 2023; Instrução Normativa Conjunta nº 5/MDS/SAGICAD/GAB/MDS, de 4 de janeiro de 2024 - Define os públicos, os procedimentos operacionais, o cronograma e as repercussões nos programas sociais relativos à Ação de Qualificação do Cadastro Único de 2024, que engloba os processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral, voltados para famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CidÚnico); Portaria MDS nº 965, de 17 de maio de 2024 - Estabelece medidas emergenciais para a gestão e operação do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, disposto no art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, destinadas aos municípios e ao Estado do Rio Grande do Sul - RS, em decorrência do Estado de Calamidade Pública, declarada por meio do Decreto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nº 57.596, de 1º de maio de 2024, e reconhecida sumariamente pela União por meio da Portaria nº 1.467, de 8 de maio de 2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, ou de situação de emergência.

8249 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - Aprova a Política Nacional de Assistência Social;
Resolução CNAS nº 269, de 13 de outubro de 2006 - Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RHSUAS; e
Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS.
Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023 - Estabelece as diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e acompanhamento dos conselhos de assistência social dos estados, Distrito Federal e municípios, com o objetivo de fortalecer e consolidar o controle social na Política Nacional de Assistência Social;
Resolução CNAS/MDS nº 157, de 22 de maio de 2024 Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<p>8442 Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família</p> <p>Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 - Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social); e a Lei nº 10.320, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento; e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023</p> <p>Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2022 - Regulamenta o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e dá outras providências.</p>	<p>219E Ações de Proteção Social Básica</p> <p>Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);</p> <p>Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social);</p> <p>Lei Nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 (prestação de contas de aplicação de recursos das LOAS);</p> <p>Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS);</p> <p>Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004 (define as ações continuadas de assistência social);</p> <p>Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS);</p> <p>Portaria MDS nº 303, de 08/11/2011 (cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e ações executadas por equipe volante do CRAS);</p> <p>Portaria MDS nº 134, de 28/11/2013 (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV);</p> <p>Portaria MDS nº 44, de 09/05/2013 (Lanchas da Assistência Social), alterada pelas Portarias MDS nº 135/2013, 30/2015 e MC nº 310/2021;</p> <p>Portaria MDS nº 113, de 10/12/2015 (regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS);</p> <p>Portaria SNAS nº 2.601, de 06/11/2018 (utilização de recursos transferidos fundo a fundo para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do SUAS);</p> <p>Portaria MC nº 2.362, de 20/12/2019 (equalização do cofinanciamento federal do SUAS à LDO e LOA);</p> <p>Portaria SNAS nº 112, de 23/09/2021 (Dispõe sobre a Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social);</p> <p>Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS);</p> <p>Resolução CIT nº 06, de 01/06/2008 (acompanhamento da implementação do PAIF nos CRAS);</p> <p>Resolução CIT nº 7, de 19/08/2008 (altera a resolução nº 06/2008);</p> <p>Resolução CIT nº 10, de 05/11/2009 (cofinanciamento de serviços de proteção social básica);</p> <p>Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais);</p> <p>Resolução CIT nº 03, de 03/03/2010 (oferta de serviços com recursos do piso básico de transição – PBT);</p> <p>Resolução CIT nº 11, de 01/09/2010 (altera a resolução nº 10/2009);</p> <p>Resolução CNAS nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS); Resolução CNAS nº 17, de 05/06/2014 (estabelece critérios de partilha do cofinanciamento federal);</p> <p>Resolução CIT nº 01, de 07/02/2013 (reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV);</p> <p>Resolução CNAS nº 27, de 14/10/2014 (Acessuas Trabalho);</p> <p>Resolução CNAS nº 25, de 25/12/2016 (Acessuas Trabalho);</p> <p>Resolução CNAS nº 03, de 19/04/2017 (Acessuas Trabalho);</p> <p>Resolução CNAS nº 19, de 24/11/2017 (Acessuas Trabalho).</p>
<p>8458 Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana</p> <p>Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada; Decreto n. 11.700, de 13 de setembro de 2023 - Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana</p>	
<p>8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Socioassistencial no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS</p> <p>Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);</p> <p>Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;</p> <p>Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;</p> <p>Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS;</p> <p>Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências</p> <p>Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, e dá outras providências. Portaria nº 113, de 10/12/2015 (cofinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo);</p> <p>Portaria SNAS nº 143, de 08 de agosto de 2017 - Dispõe acerca do Prontuário Eletrônico do Sistema Único de Assistência Social e dá outras providências</p> <p>Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - Aprova a Política Nacional de Assistência Social;</p> <p>Resolução CNAS nº 269, de 13 de outubro de 2006 - Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;</p> <p>Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e;</p> <p>Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS.</p>	
<p>8929 Apoio aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;</p> <p>Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;</p> <p>Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa Cozinha Solidária;</p> <p>Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN;</p> <p>Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN;</p> <p>Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020 - Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos;</p> <p>Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;</p> <p>Decreto n. 11.421 de 28 de fevereiro de 2023 - altera o Decreto 6272/ 2007 que dispõe sobre as competências e funcionamento do Consea Nacional;</p> <p>Decreto n. 11.422 de 28 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Nacional;</p> <p>Decreto nº 11.937, de 05 de março de 2024 - Regulamenta a Lei nº 14.628, que institui o Programa Cozinha Solidária;</p> <p>Resolução CAISAN nº 9, de 13 de dezembro de 2011 - Procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SISAN.</p>	
<p>8948 Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural</p> <p>Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2023 (artigos 11 a 16) - Institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas;</p> <p>Lei nº 13.019, de 2014;</p> <p>Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; Portaria MDS nº 992, de 4 de junho de 2024 - Dispõe sobre os instrumentos jurídicos a serem utilizados pelos parceiros do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome na execução do Programa Cisternas.</p> <p>Portaria nº 22, de 8 de abril de 2020 - Estabelece regras e procedimentos para o credenciamento de entidades sem fins lucrativos no âmbito do Programa Cisternas;</p> <p>Portaria MDS nº 2.462, de 6 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a definição dos modelos de tecnologias sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Cisternas.</p>	
<p>55901 Fundo Nacional de Assistência Social</p>	
<p>00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade</p> <p>Constituição Federal de 1988, arts. 203 e 204; Lei nº 8.179/1974 (Renda Mensal Vitalícia); Lei n.º 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa); Leis nº 12.435/2011 (Lei do SUAS) e nº 12.470/2011 (que altera dispositivos da LOAS); Decretos nº 6.214/07; nº 6.564/08; nº 7.617/2011; nº 7.888/2012 (regulamenta o FNAS); e nº 8.805/2016.</p>	
<p>00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez</p> <p>Constituição Federal de 1988, arts 203 e 204;</p> <p>Lei nº 6.179/1974 (Renda Mensal Vitalícia);</p> <p>Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS);</p> <p>Leis nº 12.435/2011 (Lei do SUAS) e nº 12.470/2011 (que altera dispositivos da LOAS);</p> <p>Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);</p> <p>Decretos nº 6.214/2007; nº 6.564/2008; nº 7.617/2011; nº 7.888/2012 (regulamenta o FNAS); e nº 8.805/2016.</p>	
<p>00TZ Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021)</p> <p>Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);</p> <p>Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, art. 94;</p> <p>Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021 – Dispõe sobre o Auxílio-Inclusão; e</p> <p>Portaria Conjunta MDS/INSS nº 2, de 30 de março de 2015 - Dispõe sobre critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médica da pessoa com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada.</p>	
<p>217M Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz</p> <p>Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância (em especial o art. 14); Decreto nº 8.579/2018 – atos que dispõem sobre lactante, criança e adolescente e aprendiz; Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018 – Intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz; Portaria MDSA nº 958/2018 – Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz; Portaria MC nº 664/2021 – consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz; Resolução CNAS/MDS nº 117, de 28 de agosto de 2023 – Aprova o reordenamento das ações de Assistência Social do Programa Criança Feliz.</p>	
<p>219G Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</p> <p>Constituição Federal de 1988 - art. 203 e 204;</p> <p>Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;</p> <p>Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 - prestação de contas de aplicação de recursos referidos na LOAS;</p> <p>Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 – Lei do SUAS;</p> <p>Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS;</p> <p>Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos;</p> <p>Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015 - regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social -SUAS;</p> <p>Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - estabelece normas para execução do Decreto nº 6.170, de 25 de</p>	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

julho de 2007;
Portaria Conjunta MG/MP/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023 - normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023;
Portaria MDS nº 2.600, 06 de novembro de 2018 - Estrutura de Mobilidade no Sistema Único de Assistência Social – MOB-SUAS;
Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre as transferências de recursos na modalidade fundo a fundo, no âmbito do SUAS;
Portaria Nº 69, de 24 de junho de 2022 - estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com os recursos transferidos;
Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - Política Nacional de Assistência Social;
Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; e
Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.

2583 Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Renda Mensal Vitalícia (RMV), do Auxílio-Inclusão e de outros benefícios socioassistenciais
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);
Lei Nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974 (Renda Mensal Vitalícia);
Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social);
Lei Nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS);
Lei Nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 (que altera a LOAS);
Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
Lei Nº 14.176, de 22/06/2021 (Auxílio Inclusão);
Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (Regulamenta o BPC), alterado pelos Decretos nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, nº 7.617, de 17 de novembro de 2011 e nº 8.805, de 7 de julho de 2016;
Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020 (altera o Regulamento da Previdência Social);
Decreto nº 11.793, de 23/11/2023 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite);
Portaria Interministerial nº 2, de 07/07/2016 (altera o regulamento do BPC);
Portaria Conjunta nº 1, de 03/01/2017 (regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC);
Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social);
Resolução CNAS nº 130, de 15/07/2005 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); e
Resolução CNAS nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica, NOB-SUAS).

2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Auxílio-Inclusão e de outros benefícios socioassistenciais, e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);
Lei Nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974 (Renda Mensal Vitalícia);
Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social);
Lei Nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS);
Lei Nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 (que altera a LOAS);
Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
Lei Nº 14.176, de 22/06/2021 (Auxílio Inclusão);
Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (Regulamenta o BPC), alterado pelos Decretos nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, nº 7.617, de 17 de novembro de 2011 e nº 8.805, de 7 de julho de 2016;
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS);
Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020 (altera o Regulamento da Previdência Social);
Decreto nº 10.793, de 23/11/2023 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite);
Portaria Interministerial nº 2, de 07/07/2016 (altera o regulamento do BPC);
Portaria Conjunta nº 1, de 03/01/2017 (regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC);
Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social);
Resolução CNAS nº 130, de 15/07/2005 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); e
Resolução CNAS nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica, NOB-SUAS).

8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Socioassistencial no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS;
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências
Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, e dá outras providências. Portaria nº 113, de 10/12/2015 (confinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo);
Portaria SNAS nº 143, de 08 de agosto de 2017 - Dispõe acerca do Prontuário Eletrônico do Sistema Único de Assistência Social e dá outras providências
Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - Aprova a Política Nacional de Assistência Social;
Resolução CNAS nº 269, de 13 de outubro de 2000 - Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;
Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e;
Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS.

56101 Ministério das Cidades - Administração Direta

00AF Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 14.118, de 10 de julho de 2001-Estatuto das Cidades; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria Interministerial nº 99, de 30 de março de 2016 e Portaria nº 114, de 09 de fevereiro de 2018; Portaria nº 526, de 23 de fevereiro de 2022; Portaria Interministerial Mcd/MFnº 2, de 1º de março de 2023; Portaria Mcd nº 146, de 7 de março de 2023; Portaria Mcd nº 724, de 15 de junho de 2023; Portaria Mcd nº 725, De 15 de junho de 2023; Portaria Mcd nº 727, de 15 de junho de 2023; Portaria Mcd nº 1.248, de 16 de Setembro de 2023; Portaria Mcd nº 1.295, de 25 de outubro de 2023; Portaria Mcd nº 148, de 19 de Fevereiro de 2024; Portaria Mcd nº 340, de 5 de abril de 2024; Portaria Mcd nº 486, de 20 de maio de 2024; Portaria Mcd nº 520, de 5 de Junho de 2024.

00CW Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional
CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; Instrução Normativa nº 29, de 5 de Julho de 2023; Instrução Normativa nº 36, de 26 de setembro de 2023; Portaria Mcd nº 1.295, de 5 de outubro de 2023; Instrução Normativa nº 39, de 30 de outubro de 2023; Instrução Normativa nº 47, de 20 de dezembro de 2023;

00CX Subvenção econômica destinada a Implementação de projetos de Interesse social em áreas rurais
CF/88,art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001-Estatuto das Cidades; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria MCD n. 366, de 7 de junho de 2016; Portaria Interministerial Mcd/MFnº 2, de 1º de março de 2023; Portaria Mcd nº 146, de 7 de março de 2023; Portaria Mcd Nº 741, de 20 de junho de 2023; Portaria Mcd nº 742, de 20 de junho de 2023; Portaria Mcd nº 743, de 20 de junho de 2023; Portaria Mcd nº 646, de 5 de junho de 2023; Portaria Mcd nº 1.033, de 17

Ação Orçamentária / Base Legal

de agosto de 2023; Portaria Mcd nº 1.417, de 6 de novembro de 2023; Portaria Mcd nº 353, de 9 de abril de 2024; Portaria Mcd nº 409, de 26 de abril de 2024.

00CY Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
CF/88, art.6, art.21 e art. 23; Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020; Resolução do Conselho Curador do FDS nº 214, de 15 de dezembro de 2016; Instrução Normativa (MCD/ADES) nº 12, de 07 de junho de 2018; Instrução Normativa (MDR) nº 2 de 21 de janeiro de 2021; Instrução Normativa nº 9, de 29 de março de 2023; Instrução Normativa nº 28, de 4 de julho de 2023; Portaria Interministerial Mcd/MFnº 2, de 1º de março de 2023; Portaria Mcd nº 146, de 7 de março de 2023; Portaria Mcd nº 725, de 15 de junho de 2023; Portaria Mcd nº 728, de 15 de junho de 2023; Portaria Mcd Nº 861, de 4 de julho de 2023; Portaria Mcd nº 862, de 4 de julho de 2023; Portaria Mcd Nº 725, De 15 de junho de 2023; Portaria MCD nº 1.007, de 08 de agosto de 2023; Portaria MCD nº 1.108, de 31 de agosto de 2023; Portaria Mcd nº 1.248, de 26 de Setembro de 2023; Portaria MCD nº 1.335, de 19 de outubro de 2023; Portaria MCD nº 1.457, de 16 de novembro de 2023.

00SW Apoio à Regularização Fundiária Urbana
CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, Decreto Nº 11.468, de 5 de abril de 2023.

00SY Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 170, com seus incisos II, VI e VII; 182; 183, e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que “dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências”; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”; Decreto 11.468 de 05 de abril de 2023, com suas alterações; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 12.197, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.303, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que “institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”, com suas alterações, inclusive sua Lei de Conversão; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que “dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências”, com suas alterações; Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que “promulga o Acordo de Paris sob a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016”;Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que “regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDO), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas”; Instrução Normativa n. 6, de 22 de março de 2024, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pro-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS.; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que “aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifunilritário – CTM, nos Municípios brasileiros”.

00SZ Apoio ao Transporte Não Motorizado
CFRB, art. 21, XIII-F e XX; 22, IX, XI, 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00T0 Apoio a Planos de Mobilidade Urbana Locais
CFRB, art. 6º, art. 21 -XX, art. 22 -IX e XI, art. 23, II e VI, e art. 230 § 2º; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 – Estrutura Regimental do Ministério das Cidades; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021); Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações; Manual Específico do Programa Mobilidade Urbana - Portaria nº 1.147, de 12/04/2022; e Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 – Normas gerais de Consórcios Públicos.

00T1 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária
CFRB de 1988, arts. 21 e 23; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00T2 Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários
CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Portaria MDR n. 1.266, de 28 de abril de 2022; Decreto Nº 11.468, de 5 de abril de 2023

00T3 Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano
CFRB de 1988, arts. 21 e 23; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00TK Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- iv. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- v. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
- vi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
- vii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- viii. Portaria MDR nº 2.311, de 26 de julho de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação 00TK;
- ix. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
- x. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.

00TM Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- v. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- vi. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- vii. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
- viii. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- ix. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
- x. Portaria MDR nº 3.328, de 21 de novembro de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação 00TM;
- xi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
- xii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- xiii. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
- xiv. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
- xv. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
- xvi. Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- xvii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TN Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento;
- iii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- iv. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
- v. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- vi. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
- vii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
- viii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- ix. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
- x. Portaria MDR nº 952, de 30 de março de 2022 - Aprova o Manual Técnico das Ações 00TN, 00TO e 00TL;
- xi. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
- xii. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
- xiii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TO Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- iv. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
- v. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- vi. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
- vii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
- viii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- ix. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
- x. Portaria MDR nº 952, de 30 de março de 2022 - Aprova o Manual Técnico das Ações 00TN, 00TO e 00TL;
- xi. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
- xii. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
- xiii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TP Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento Básico

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- v. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- vi. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- vii. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira

- dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
- viii. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- ix. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
- x. Portaria MDR nº 3.329, de 21 de novembro de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação 00TP
- xi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
- xii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- xiii. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
- xiv. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
- xv. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
- xvi. Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- xvii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TQ Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- v. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- vi. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- vii. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- ix. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
- x. Portaria MCIDADES nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental;
- xi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
- xii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- xiv. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
- xv. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
- xvi. Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

00TR Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habit

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- iv. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
- v. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- vi. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
- vii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
- viii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- ix. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
- x. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
- xi. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
- xii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00VC Apoio à Implementação de Soluções Baseadas Natureza (SbN) para Adaptação Inclusiva das Periferias Urbanas às Mudanças Climáticas

Constituição Federal de 1988
Lei 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima)
Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade)
Lei 11.445/07 (Lei do Saneamento Básico)
Lei 12.608/12 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil)

00VD Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Ações Estratégicas do Programa Periferia Viva

Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 11.468, de 05 de abril de 2023; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023.

00VJ Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços de Saneamento Básico em Áreas Rurais

- i. Constituição Federal de 1988;
- ii. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iii. Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico;
- iv. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- v. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- vi. Decreto nº 11.598 de 12 de julho de 2023 - que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.
- vii. Decreto nº 11.599 de 12 de julho de 2023 - que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
- viii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- ix. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- x. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- xi. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- xii. Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União;
- xiii. Portaria Conjunta MGI/MF/ICGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - Institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- xiv. Portaria Conjunta MGI/MF/ICGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; e
- xv. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00VK Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos para Melhorias da Cadeia Produtiva de Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis

- i. Constituição Federal de 1988;
- ii. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iii. Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico;
- iv. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- v. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências;
- vi. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- vii. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação;
- viii. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 - Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências;
- ix. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- x. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- xi. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- xii. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- xiii. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;
- xiv. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;

00WV Contribuição Voluntária ao Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos - ONU Habitat

Decreto nº 3.220, de 22 de outubro de 1999 e Decreto Legislativo nº 62, de 1999.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023

20NV Apoio a implementação de Projetos de Cooperação Técnica em Saneamento Básico

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Marco Legal do Saneamento;
- ii. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico;
- iii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- iv. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
- v. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento;
- vi. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- vii. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal por meio da celebração de termo de execução descentralizada;
- viii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- ix. Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 - que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.
- x. Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023 - que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
- xi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico, para ficar em conformidade com o Roteiro do Cadastro de Ações 2023 (Item 1.3.1, letra "i");
- xii. Portaria MCIdeas nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, para ficar em conformidade com o Roteiro do Cadastro de Ações 2023 (Item 1.3.1, letra "j").

2029 Apoio à competitividade e à modernização da construção civil com sustentabilidade ambiental

CF/88, art. 6º, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.602, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023.

216F Gestão da Política de Saneamento Básico

- i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Marco Legal do Saneamento;
- ii. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico;
- iii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- iv. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
- v. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento;
- vi. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- vii. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal por meio da celebração de termo de execução descentralizada;
- viii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- ix. Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 - que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.
- x. Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023 - que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
- xi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico, para ficar em conformidade com o Roteiro do Cadastro de Ações 2023 (Item 1.3.1, letra "i");
- xii. Portaria MCIdeas nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, para ficar em conformidade com o Roteiro do Cadastro de Ações 2023 (Item 1.3.1, letra "j").

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21GR Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico

- i. Constituição Federal de 1988;
- ii. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- iii. Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico;
- iv. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- v. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências;
- vi. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- vii. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação;
- viii. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 - Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências;
- ix. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
- x. Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 - que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para

estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.

- xi. Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023 - que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
- xii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- xiii. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- xiv. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- xv. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
- xvi. Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União;
- xvii. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal por meio da celebração de termo de execução descentralizada;
- xviii. Portaria Conjunta MGI/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - Institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- xix. Portaria Conjunta MGI/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; e
- xx. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;

2R49 Estudos, Projetos e Desenvolvimento Institucional no Setor da Mobilidade Urbana

CRFB, art. 6º, art. 21 - XX, art. 22 - IX e XI, art. 23, II e VI, e art. 230 § 2º; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério das Cidades; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações; Manual Específico do Programa Mobilidade Urbana - Portaria nº 1.147, de 12/04/2022; e Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 – Normas gerais de Consórcios Públicos.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

- Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
- Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
- Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
- Decreto nº 9.038, de 28 de abril de 2017;
- Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
- 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
- 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

8865 Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Decreto nº 10.583, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010;

8872 Apoio à Capacitação de Agentes Públicos nas Três Esferas de Governo e de Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Capacidades

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 165, 170, com seus incisos I, III, VI e VII; 182, 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que "dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências"; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências"; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece sobre diretrizes e bases da educação nacional, com suas alterações"; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que "dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil", com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que "dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS"; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que "dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico"; com suas alterações; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências"; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que "institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS e dá outras providências"; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências"; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 que "institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e nº 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e nº 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências, com suas alterações; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que "institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências", com suas alterações; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que "regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas"; Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que "promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016"; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 que "dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 28 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências"; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que "atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 que "regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que "institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos"; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional que "aprova as

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Teritorial Multifinalitário - CTM, nos Municípios brasileiros; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023, que "estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios"; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que "aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança"; Portaria MCID nº 1.445, de 13 de novembro de 2023 que "dispõe sobre o Programa Nacional de Capacitação das Cidades, no âmbito do Ministério das Cidades"; Portaria MCID nº 1.622, de 12 de dezembro de 2023 que "designa os membros, titulares e suplentes, do Comitê Gestor do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Capacidades", com suas alterações; Decreto nº 11.962 de 22 de março de 2024 que "dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional"; Instrução Normativa nº 06, de 22 de março de 2024 que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades).

8874 Apoio ao Planejamento e à Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 170, com seus incisos II, VI e VII; 182; 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que "dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências"; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências"; Lei nº 11.468 de 05 de abril de 2023, com suas alterações; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que "dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil", com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que "dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências", com suas alterações ;Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências"; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que "institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências", com suas alterações; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023, que "estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios"; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que "dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências", com suas alterações;Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que "promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016";Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que "institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional"; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que "aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança"; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que "regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debitantes e de Certificatos de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas"; Instrução Normativa n. 35, de 17 de setembro de 2021 que altera e consolida a Instrução Normativa n. 28 e suas alterações advindas da Instrução Normativa n. 20, de 28 de julho de 2020, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que "aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Teritorial Multifinalitário - CTM, nos Municípios brasileiros".

56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

2000 Administração da Unidade

Lei nº 8.693, de 03 de agosto de 1993, Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980.

21HS Acesso aos beneficiários do programa Bolsa-Família ao transporte metroferroviário da Trensurb (Cartão Social)

CRFB, art. 6º, art. 21 - XX, art. 22 - IX e XI, art. 23, II e VI, e art. 230 § 2º; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 – Institui o Programa Bolsa Família; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 – Estrutura Regimental do Ministério das Cidades; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações; Manual Específico do Programa Mobilidade Urbana - Portaria nº 1.147, de 12/04/2022; e, Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 – Normas gerais de Consórcios Públicos.

2843 Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

CF Artigo 21, Inciso VI, IX, XI, XII e XX.

Lei nº 3.115 de 16/03/1957

Lei nº 10.257 de 10/07/2001

Lei nº 12.587 de 03/01/2012

Lei nº 13.971 de 27/12/2019

Decreto nº 84.640 de 17/04/1980

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6438 Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos

Lei nº 8.693, de 03 de agosto de 1993, Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980; Decreto nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984; Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007; Estatuto social da TRENSURB, capítulo II, art.4º, que tem por objetivo "a contratação, implantação e exploração de um serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, no Estado do Rio Grande do Sul; e a exploração de atividades conexas ou complementares às escritas na alínea anterior". Estatuto social da CBTU, art. 4º.

56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, Decreto nº 4.566, de 01 de janeiro de 2003.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2843 Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

CF Artigo 21, Inciso VI, IX, XI, XII e XX; Lei nº 3.115 de 16/03/1957; Lei nº 10.257 de 10/07/2001; Lei nº 12.587 de 03/01/2012; Lei nº 13.971 de 27/12/2019; Decreto nº 84.640 de 17/04/1980.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6438 Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos

Lei nº 8.693, de 03/08/93; Lei nº 10.257, de 10/07/2001; Decreto nº 6.129, de 20/06/2007; Decreto nº 84.640, de 17/04/1980; Decreto nº 89.396, de 22/02/1984; Estatuto social da CBTU, art. 4º.

56902 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

00TH Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Portaria MDR n. 1.266, de 28 de abril de 2022; Decreto Nº 11.468, de 5 de abril de 2023.

00TI Apoio à produção habitacional de interesse social

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria MDR nº 1.266, de 28 de abril de 2021; Portaria Interministerial Mcid/MF nº 2, de 1º de março de 2023; Portaria MCid nº 1.416, de 06 de novembro de 2023.

00TJ Apoio à Melhoria Habitacional

CF/88, art.6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.502, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; CF/88, art.6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.502, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022; Portaria MDR nº 3.248, de 29 de dezembro de 2020; Decreto Nº 11.468, de 5 de abril de 2023.

8873 Apoio ao fortalecimento institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, de 13 de julho de 2023; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023.

58101 Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração Direta

0080 Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988;

Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;

Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021;

Decreto nº 7077 de 26 de janeiro de 2010;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.332, de 01/01/2023.

2000 Administração da Unidade

Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988;

Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal; e

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20Y0 Desenvolvimento da Aquicultura

Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;

Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009;

Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023;

Dec. Nº 8.425, de 31 de março de 2015;

Decreto nº 11.624 de 1º de agosto de 2023

Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020.

Decreto nº 11.852, de 26 Dezembro de 2023.

20Y1 Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal

Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967;

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;

PLDO 2024;

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;

Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009;

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021;

Decreto nº 11.352, de 1º de janeiro de 2023 e

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023

Decreto nº 11.626 de 02 de agosto de 2023

20Y2 Registro, Monitoramento, Pesquisa e Estatística da atividade pesqueira

Constituição Federal de 05 de outubro 1988;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.332, de 01/01/2023.

213F Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União

Constituição Federativa de 05 de outubro de 1988;

Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009;

Lei nº 14.194, de 20 de Agosto de 2021;

Decreto nº 5.231 de 6 de outubro de 2004.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.332, de 01/01/2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21GE Fomento ao Desenvolvimento da Cadeia da Indústria do Pescado e da Pesca Industrial, Ornamental, Amadora e Esportiva

*Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 11.624, de 1º de janeiro de 2023.*

21HO Apoio e Desenvolvimento da Participação Social e Manutenção de Colegiados

Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009;
Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015;
Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 - LDO-2024;
Decreto nº 5.231 de 6 de outubro de 2004;
Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020;
Decreto nº 11.852, de 26 de dezembro de 2023.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

59101 Conselho Nacional do Ministério Público

15V7 Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF

Constituição da República: Art. 130-A e Art.167, Inc. I, II e VI);
PPA 2024-2027- Lei nº 14.802, de 10 de JANEIRO DE 2024, art. 6º, IV.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 227, da LC nº 75/93; Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 1990; Art. 12, inc. XXV e Art. 18, inc. XIII, § 7º caput e § 8º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025 (PLN nº 3, de 2024); aArt. 50, II da Lei nº 8.625/93 - LONMP; Resolução CNMP nº 194, de 18 de dezembro de 2018; Resolução CNMP nº 284, de 5 de fevereiro de 2024; e Portaria CNMP-PRESI nº 40, de 16 de fevereiro de 2024.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Art.12 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLN nº 03/2024). Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Lei de Diretrizes Orçamentárias. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.

8010 Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público

Constituição da República Federativa do Brasil - artigo 130-A; Lei nº 11.372, de 28/11/2006; Lei nº 11.883, de 23/12/2008; Lei nº 11.967, de 6/07/2009; Lei nº 12.412, de 31/05/2011; Lei nº 13.316, de 20/07/2016; Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do CNMP).

60101 Gabinete da Vice-Presidência da República

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 1967; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Decreto nº 11.326, de 1º de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

63101 Advocacia-Geral da União

162I Construção de Edifício-Sede da AGU em Fortaleza - CE

CF/88, art.131; Lei Complementar nº 73/93; Lei nº 9.028/95; MP nº 1.154, DE 1º de Janeiro de 2023, convertido na LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - LDO-2017.

218Y Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas

Art. 131, CF; Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993; Lei 9.028, de 12 de abril, de 1995; Lei 10.480, de 20 de julho de 2002, além da Súmula 232 do STJ, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

2674 Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais

CF/88, art.131; Lei Complementar nº 73/93; Lei nº 9.028/95; Lei nº 10.480/02.

65101 Ministério das Mulheres - Administração Direta

00SN Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira

Constituição Federal - Art. 226 Constituição Federal/88;
Lei nº 11.340/2006;

Lei nº 13.104/2015;
Decreto nº 11.431/2023;
Decreto nº 1.973/1996.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;
Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024).

21GF Fomento à Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

Constituição Federal/1988, art. 226;
Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);
Lei nº 13.104/2015;
Lei nº 14.232/2021;
Lei nº 14611/2023;
Lei complementar nº 119/2005;
Decreto nº 1.973/1996;
Decreto nº 11.351/2023;
Decreto nº 11.431/2023;
Decreto nº 11.640/2023;
Decreto 10.086/2019 ;
Decreto 11.640/2023

21GG Apoio às Iniciativas de promoção da Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024);
Lei nº 13.104/2015;
Lei nº 14.232/2021;
Lei nº 14.611/2023;
Lei complementar nº 119/2005;
Decreto nº 1.973/1996;
Decreto nº 4.377/2002;
Decreto nº 11.351/2023;
Decreto nº 11.431/2023;
Decreto 11.640/2023;
Decreto 10.086/2019

21GH Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Constituição Federal/1988, art. 226;
Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);
Lei nº 13.104/2015;
Lei nº 14.232/2021;
Lei nº 14611/2023;
Lei complementar nº 119/2005;
Decreto nº 1.973/1996;
Decreto nº 11.351/2023;
Decreto nº 11.431/2023;
Decreto nº 11.640/2023;
Decreto 10.086/2019;
Decreto 11.640/2023;
Projeto de Lei nº 1085 de 2023

21GI Apoio ao Funcionamento e Execução dos Serviços da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)

Constituição Federal/1988, arts. 204 e 226;
Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);
Lei nº 13.104/2015;
Lei nº 14.232/2021;
Lei nº 14611/2023;
Lei complementar nº 119/2005;
Decreto nº 1.973/1996;
Decreto nº 4.377/2002;
Decreto Nº 7.363/2010.;
Decreto nº 11.351/2023;
Decreto nº 11.431/2023;
Decreto nº 11.640/2023;

21GJ Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Constituição Federal/1988, art. 1º, parágrafo único; artigo 5º, inciso I, artigo 37, §3º; art. 204; art. 226, §8º;
Lei nº 119/2005;
Lei nº 11.340/ 2006 (Lei Maria da Penha);
Lei nº 12.608/2012;
Lei 13.104/2015;
Lei nº 13.460/2017;
Lei nº 14.232/2021;
Decreto nº 1.973/1996;
Decreto nº 9.094/2017;
Decreto nº 10.906/2021;
Decreto nº 4.377/2002;
Decreto nº 11.351/2023;
Decreto nº 11.431/2023;
Decreto nº 11.640/2023

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.

67101 Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2000 Administração da Unidade

CF/1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 9.673/2019. Decreto 11346/2023 – que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial; Lei 14.600/2023- que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDG/AME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, que estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF do Poder Executivo Federal; Instrução Normativa SECOM nº 4, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de comunicação corporativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; Instrução Normativa SECOM nº7, de 24 de outubro de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de promoção dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; Decreto nº 4.888 de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 14.791, de 29/12/2013 - LDO2024, Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 - LOA2024, Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro de 2023.

21FC Monitoramento, aperfeiçoamento, articulação e estruturação de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito do SINAPIR

Arts 3º e 4º da Constituição Federal de 1988;
Lei nº 12.288, de 20 de julho 2010, Estatuto da Igualdade Racial;
Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, que aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir;
Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969, que promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;
Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022, que ratifica a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância;
Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009, que aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento, alterado pelo Decreto n. 10.087/2019, que extingue o Comitê de Articulação e Monitoramento do Planapir;
Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;
Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências;
Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

21FE Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos

Constituição Federal de 1988; art. 3º, 5º, 215 e 216; Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Art.8º, 12, 18, 31 e 34 da Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata de procedimento diferenciado para a colocação de crianças quilombolas em família substituída; Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Art. 2º, LXVII-Anexo LXXII, do Decreto nº 10.089/2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil; Art. 22, do Decreto nº 11.346/2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; ; Decreto nº 11.447/2023, que institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor.

21FF Fortalecimento de Políticas em prol da Vida e do Bem Viver da Juventude Negra

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.889/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003; Lei nº 10.639/2003 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Lei nº 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUV; Decreto nº 11.444/2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva.

21FG Apoio ao Funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; Medida Provisória nº 1154, de 2023, organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências; Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

21HN Gestão de Políticas de Ações Afirmativas e de Combate e Superação do Racismo

Constituição Federal de 1988;
Lei nº 7.716/1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;
Lei nº 11.645/2008 - Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
Lei nº 12.288/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial;
Lei 12.711/2012 - Lei de Cotas no Ensino Superior e Técnico de Nível Médio;
Lei 14.532/2023 - Equipara a injúria racial ao crime de racismo.
Lei nº 12.990/2014 - Lei de Cotas no Serviço Público;
Lei nº 14.597/2023 - Institui a Lei Geral do Esporte – Art. 10 – XVII e Art. 201 §7º (ajustar artigos/incisos se necessário)
Decreto nº 65.810/1969 - Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;
Decreto nº 6.872/2009 - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR
Decreto 9.427/2018 - Reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
Decreto nº 10.932/2022 - Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância;
Decreto nº 11.442/2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas; e
Decreto nº 11.443/2023 - Preenchimento dos cargos em comissão e funções de confiança em no mínimo 30% por pessoas negras na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021 - Altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e o Decreto nº 10.153, de 3

de dezembro de 2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta; Decreto nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020 - Altera o Decreto n. 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta a Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017, para dispor sobre o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal e institui os conselhos de usuários dos serviços públicos no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal; Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019 - Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a consultação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.

68101 Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta

00QP Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR

Decreto nº 9.265, de 10 de janeiro de 2018; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Constituição Federal, artigo 21, inciso I e XII; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00V4 Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CODERN

Lei nº 14.600, de 19.06.2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00V6 Participação da União no Capital da Portos Rio - CDRJ - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela Portos Rio

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00V7 Participação da União no Capital da Companhia Docas do Pará - CDP - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CDP

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00WJ Participação da União no Capital da Companhia das Docas do Estado da Bahia - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CODEBA

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações

123M Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

127G Construção de Terminais Fluviais

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações;
Lei nº 12.815, de 5 junho de 2013.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

13LO Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

14MZ Adequação do Terminal Fluvial de São Raimundo em Manaus/AM

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e alterações posteriores; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

15CX Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE)

Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

161Y Manutenção e Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Imituba/SC

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

161Z Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

162A Adequação e Ampliação da Capacidade do Porto de Santana/AP

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e sua alterações.

162B Modernização, Recuperação e Ampliação da Capacidade do Porto de Suape/PE

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações

162D Dragagem e Sinalização Náutica da Lagoa Mirim

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

162E Modernização e Ampliação de Portos Fluviais e Lacustres

Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<p>162J Remoção e desenganche de embarcações em vias navegáveis e em canais de navegação portuários – Nacional</p> <p>Constituição Federal de 1988 e Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.</p>	<p>2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário</p> <p>Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, Art. 20, inciso II.</p>
<p>165T Recuperação do Cais Flutuante do Porto de Porto Velho/RO</p> <p>Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.</p>	<p>2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 20, inciso II.</p>
<p>165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil</p> <p>Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.</p>	<p>209C Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>
<p>165W Implantação de Instalações Públicas Portuárias de Pequeno Porte – IP4 Inteligentes</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.</p>	<p>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</p> <p>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;</p>
<p>166U Dragagem de Manutenção do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto de Itajaí/SC</p> <p>Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e, suas alterações</p>	<p>68213 Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC</p>
<p>1C93 Construção de Terminal Fluvial no Município de São Raimundo/ AM</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.</p>	<p>00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica</p> <p>Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.</p>
<p>2000 Administração da Unidade</p> <p>Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023 e Lei nº 14.600, de 19.06.2023.</p>	<p>2000 Administração da Unidade</p> <p>Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.</p>
<p>201N Operação de Terminais Hidroviários</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.</p>	<p>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</p> <p>Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício, Capítulos "Estrutura e Organização dos Orçamentos" e "Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos da União", no que trata das vedações para a transferências de recursos.</p>
<p>201O Operação de Eclusas</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.</p>	<p>21H7 Programas e Qualificação Profissional na Aviação Civil</p> <p>Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica)</p>
<p>202C Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes</p> <p>Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - publicada no DOU de 18 de maio de 2012. Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 - publicada no DOU de 21 de junho de 2013. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - publicada na Edição Extra do DOU de 18 de junho de 2019. Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - publicado no DOU de 12 de setembro de 1946; Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - publicado no DOU de 5 de junho de 2013; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020 - publicado na Edição Extra do DOU de 22 de maio de 2020; Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - publicado no DOU de 27 de outubro de 2020; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.</p>	<p>2912 Regulação e Fiscalização da Aviação Civil</p> <p>Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, Art. 8º; Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019, Art. 19, inciso VIII e Art. 35, inciso X; Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006. Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica)</p>
<p>216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</p> <p>Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47; Decreto nº 7.579, de 11 e outubro de 2011; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023; Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020; e Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.</p>	<p>68901 Fundo da Marinha Mercante - FMM</p>
<p>218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</p> <p>Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.</p>	<p>0095 Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação</p> <p>Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, Art. 17; Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004; Lei nº 14.301 de 7 de janeiro de 2022 - BR do Mar, Art. 24. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.</p>
<p>219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União</p> <p>Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.</p>	<p>09JF Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança aos Mutuários do Fundo da Marinha Mercante (Lei nº 10.893, de 2004)</p> <p>Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, Art. 31; Decreto nº 5.140, de 13 de julho de 2004; Decreto nº 5.560, de 7 de outubro de 2005. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.</p>
<p>21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30</p> <p>Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.</p>	<p>218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</p> <p>Constituição Federal de 1988, art 37; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.</p>
<p>21HM Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável de Hidrovias</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C</p>	<p>68902 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC</p>
<p>4641 Publicidade de Utilidade Pública</p> <p>Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, arts. 35 e 36, Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 10.788, de 5 de setembro de 2021 e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.</p>	<p>00UE Pagamento de Indenização à Concessionária do Aeroporto de Viracopos/SP</p> <p>Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 – Altera a Lei nº 5.862/72 que autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, e dá outras providências; Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017 - Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019 - Regulamenta o procedimento para relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário de que trata a Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017; Decreto nº 10.427, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a qualificação do Aeroporto de Viracopos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, para fins de relicitação Decreto nº 11.354 de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos</p>
<p>00UW Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica</p> <p>Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 27, inciso X; Lei nº 12.815, de 5 de Junho de 2013</p>	<p>00V8 Pagamento de indenização à Concessionária do Aeroporto Internacional do Galeão/RJ</p> <p>Lei de Relicitação (Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017); Decreto de Relicitação (Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019); Decreto de qualificação do Aeroporto Internacional do Galeão para Relicitação (Decreto nº 11.171, de 11 de agosto de 2022); Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023.</p>
<p>68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ</p>	<p>00V9 Desapropriação de áreas necessárias à expansão da infraestrutura aeroportuária</p> <p>Lei de concessões (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995); Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações: Regulamento do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC (Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565., de 19 de dezembro de 1986); Sistema Nacional de Viação - SNV (Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011); Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 e na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.</p>
<p>2000 Administração da Unidade</p> <p>Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.</p>	<p>0E45 Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária</p> <p>Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011; Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017; Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972.</p>
	<p>14UB Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União</p> <p>Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC</p>

e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos

Portaria Conjunta MG/MI/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União

Portaria Conjunta MG/MI/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso;

Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional e alterações

Lei Complementar nº 101, de 16 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica

Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações – Lei de Licitações e contratos

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências

Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil

Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizados pelas entidades pelas entidades da administração pública federal

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada

Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospeção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais
Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil
Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

163P Implantação de unidades de salas multisensoriais para o acolhimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Aeroportos e Aeródromos Regionais
Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite
Decreto nº 11.794, de 23 de novembro de 2023, que constitui a Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD)

165X Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Local, de Propriedade da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viiação – SNV
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações – Lei de Licitações e contratos
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências
Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil
Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada
Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão
Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023 - Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações
Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União
Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso;
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional e alterações
Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospeção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais
Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil
Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

167K Reforma e Reparelhamento do Aeroporto de Caruaru/PE, de Propriedade da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viiação – SNV
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações – Lei de Licitações e contratos
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências
Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil
Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada
Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão
Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023 - Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações
Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União
Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso;
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional e alterações
Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospeção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais
Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil
Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e alterações - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (ATAERO), Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 (PROFAA), Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 (Recolhimento da Tarifa de Embarque Internacional) , Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Institui o RDC e cria a SAC) , Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea), e Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 (Institui a INFRAERO) publicada no DOU de 18 de maio de 2012.
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 – Altera a Lei de criação do FNAC e a Lei de criação do PROFAA - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Convenção sobre Aviação Civil Internacional, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 – Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil, publicado no DOU de 5 de junho de 2013;
Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;
Decreto nº 11.354 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

210F Desenvolvimento da Aviação Civil
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e alterações - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (ATAERO), Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 (PROFAA), Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 (Recolhimento da Tarifa de Embarque Internacional) , Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Institui o RDC e cria a SAC) , Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea), e Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 (Institui a INFRAERO) publicada no DOU de 18 de maio de 2012.
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 – Altera a Lei de criação do FNAC e a Lei de criação do PROFAA - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Lei nº 5.862, de 21 de dezembro de 1972 (lei de criação da Infraero)
Decreto nº 8.756, de 10 de maio de 2016 (dispõe sobre a atribuição de aeroportos à Infraero)
Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Convenção sobre Aviação Civil Internacional, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 – Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil, publicado no DOU de 5 de junho de 2013;
Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;
Decreto nº 11.354 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

69011 Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta

00W4 Contribuição Voluntária à Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) para Realização de Atividades de Promoção do Desenvolvimento da Micro e Pequenas Empresas e do Microempreendedor Individual - MEI

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XIX

2000 Administração da Unidade
Decreto nº 11.725, de 4 de outubro de 2023 - Estrutura do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato
Constituição Federal - artigos 170 – IX – Tratamento favorecido a empresas de pequeno porte e art. 179 - tratamento jurídico diferenciado para microempresas e às empresas de pequeno porte.
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 - Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;
Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 - Simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM;
Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015 - Dispõe sobre a profissão de artesão;
Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselheiros profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletronicidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
Decreto nº 1.800, de 30 de Janeiro de 1996 - Regulamenta o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;
Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
Decreto n. 9.927, de 22 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM;
Decreto nº 11.725, de 4 de outubro de 2023 - Estrutura do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Decreto nº 11.993, de 10 de abril de 2024 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Política Nacional das MPe's e altera o Decreto nº 8.364, de 17 de novembro de 2014, para dispor sobre o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
Decreto nº 11.994, de 10 de abril de 2024 - Institui a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, art. 21
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

000K Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)

Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, art. 4º.

00EE Integralização de Cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)

Lei nº 12.087, de 11 novembro de 2009
Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020
Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020
Lei nº 14.045, de 20 de agosto de 2020
Lei nº 14.115, de 29 de dezembro de 2020
Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021

00M3 Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)

Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, art. 13.

00V3 Ressarcimento das Contas do PIS/PASEP (ADCT, art. 121)

Constituição Federal, Art. 121, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

0265 Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, art. 59 a 66-A e Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991.

71102 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento

0007 Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (MDIC)

- Decreto Legislativo nº 57, de 27 de julho de 1953, que aprova a Convenção Internacional do Metro.
- Decreto nº 36.878, de 4 de fevereiro de 1955, promulga a Convenção Internacional do Metro.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 20 do Regulamento anexo à Convenção:

*ART. 20

1. L'échelle des contributions, dont il est question à l'article 9 de la Convention, est établie, pour la partie fixe, sur la base de la dotation indiquée par l'article 6 du présent Règlement, et sur celle de la population ; la contribution normale de chaque Etat ne peut être inférieure à 5 pour 1 000, ni supérieure à 15 pour 100 de la dotation totale, quel que soit le chiffre de la population."

0017 Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)

- Decreto Legislativo nº 806, de 20 de dezembro de 2010, que aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, assinado pelo Brasil em 19 de maio de 2008.
- Decreto 7.811, de 20 de setembro de 2012, que promulga o Acordo Internacional do Café de 2007, firmado pelo Brasil em 19 de maio de 2008.

Cap. VIII
Finanças e Administração

Art. 20:

1) Durante o segundo semestre de cada exercício financeiro, o Conselho aprovará o Orçamento Administrativo da Organização para o exercício financeiro seguinte e fixará a contribuição de cada Membro a esse Orçamento. [...]
2) A contribuição de cada Membro ao Orçamento Administrativo de cada exercício financeiro será proporcional à relação que existe, na data em que for aprovado o Orçamento Administrativo para o exercício em apreço, entre o número de seus votos e o total dos votos de todos os Membros. [...]

0057 Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC)

Cota Obrigatória:
- Decreto Legislativo nº 97, de 25 de setembro 1980, que aprova o texto do Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-Americana - OEI) assinado em 31 de outubro de 1957 e ratificado em 26 de maio de 1999; e
- Decreto n.º 7.503, de 24 de junho de 2011, que promulga o Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-americana - OEI).
A contribuição financeira encontra-se prevista no Art. XVIII dos Estatutos da OEI, conforme transcrito abaixo:

*ARTIGO XVIII

O patrimônio da Organização de Educação Ibero-americana estará constituído por:

a) as subvenções ou contribuições dos Membros e das entidades oficiais ou privadas que contribuam para sua manutenção;"
Manutenção do Esclatório:

- Decreto Legislativo n.º 336, de 24 de julho de 2003, que aprova o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a OEI; e
- Decreto n.º 5.128, de 6 de julho de 2004, que promulga o Acordo de Sede entre o Brasil e a OEI.
Esta contribuição financeira encontra-se prevista no art. 33 do Acordo, conforme transcrito abaixo:

*ARTIGO 33

A República Federativa do Brasil proporcionará à Organização o espaço físico necessário para o normal e eficaz desenvolvimento da missão, ou uma contribuição equivalente à quantia necessária para arrendar o mesmo. Do mesmo modo, de acordo com o Diretor, e dentro das suas possibilidades, dotará a Sede do pessoal local razoavelmente necessário para o desenvolvimento de suas atividades."

0069 Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA)

- Decreto Legislativo nº 66, de 7 de novembro de 1952: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-americana;

- Decreto nº 32.180, de 31 de janeiro de 1953: Promulga o Convênio para a Organização e Funcionamento no Brasil, do Centro Pan-americano de Febre Aftosa, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951;
O Decreto Legislativo nº 66/52 aprovou o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 32.180, de 31 de janeiro de 1953. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 11 do Decreto 32.180/53.

*ARTIGO 11 O Governo compromete-se a contribuir com uma importância a ser fixada anualmente no orçamento do Ministério da Agricultura, destinada exclusivamente às despesas dos salários do pessoal de manutenção de Centro e dos trabalhadores, de conformidade com o Programa anexo (I, 6 letras a, b e c)".

0070 Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA)

Decreto Legislativo nº 60, de 28 de junho de 1980, aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;
Decreto nº 86.365, de 15 de setembro de 1981, Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;

O Decreto Legislativo 60/80 aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 86.365/81, de 15 de setembro de 1981. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 23 do Decreto 86.365/81.

"Artigo 23 Os Estados Membros contribuirão para a manutenção do Instituto mediante cotas anuais fixadas pela Junta, de acordo com o sistema de cálculo de cotas da Organização dos Estados Americanos".

0073 Contribuição à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (MAPA)

- Decreto nº 5.511, de 07 de agosto de 1928, que aprova o acordo sobre a Repartição Internacional de Epizootias.

- Decreto nº 18.642, de 12 de março de 1929, que promulga o Acordo internacional para a criação de uma Repartição internacional de Epizootias, concluído em Paris a 25 de janeiro de 1924.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo terceiro do referido Acordo:

*ARTIGO TERCEIRO - As despesas de instalação, assim como os gastos anuais para o funcionamento e manutenção da Repartição, serão pagos pelas contribuições dos Estados contratantes, estabelecidas de acordo com as condições previstas pelos estatutos orgânicos, mencionados no artigo segundo."

Ainda, o artigo 11 dos Estatutos Orgânicos, que se encontram anexos ao Acordo e aprovados pelos Decretos, supracitados, dispõe que:

*ARTIGO 11 - As despesas necessárias para o funcionamento da Repartição serão cobertos pelos Estados signatários ao Acordo, e pelos que aderirem futuramente, sendo a contribuição estabelecida conforme as seguintes categorias:

1a. categoria, à razão de25 unidades
2a. "20
3a. "15
4a. "10
5a. "5
6a. "3
- sobre a base de 500 francos por unidade.

A cada Estado é livre a escolha da categoria a que deseja pertencer. Ser-lhe-á facultada, em qualquer tempo, a posterior inscrição em categoria superior."

- Resolução nº 7, denominada "Contribuciones financieras de los Países Miembros de la OIE para 2014" da 81ª SG/IF - Paris, maio de 2013.

0074 Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE)

- Decreto Legislativo nº 21, de 23 de julho de 1964, que aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

- Decreto nº 7.752, de 14 de junho de 2012, que promulga a Constituição da FAO.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo XVII da referida Constituição:

*Artigo XVII

Orçamento e Contribuições
(...)

2. Cada País-Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países-Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições."

0087 Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC)

- Decreto Legislativo nº 72, de 29 de novembro de 1978, que aprova os textos dos Atos Finais do Congresso da União Postal Universal, do acordo Relativo às Cartas com Valor Declarado e do Acordo Relativo às Encomendas Postais, assinados em Lausanne, em 1974.
- Decreto nº. 84.774, de 06 de junho de 1980, que promulga o Segundo Protocolo Adicional à Constituição da UPU, o Regulamento Geral da UPU e a Convenção Postal Universal.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 1, parágrafo 3 do referido Protocolo Adicional:

"Artigo I.

3. As despesas da União, incluindo quando aplicável as despesas previstas no §2, serão custeadas conjuntamente pelos seus países-membros. Para este efeito, cada país membro deverá escolher a categoria de contribuição em que deseja ser incluído. As categorias de contribuição deverão estar previstas no Regulamento Geral."

0089 Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (ANATEL)

- Decreto Legislativo nº 67, de 1998: Aprova os textos (") dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos "Ato Finais da Conferência de Plenipotenciários" da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994.

- Decreto nº 2.962, de 24 de Fevereiro de 1999: Promulga a Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações, concluídas em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e seu instrumento de Emenda aprovado em Quioto, em 14 de outubro de 1994.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 28, capítulo V, da referida Convenção:

"Os gastos da União serão cobertos com as contribuições dos Membros, das entidades e das organizações autorizadas a participar das atividades da União, de conformidade com as disposições pertinentes da Convenção, mediante rateio do número de unidades correspondentes à classe contributiva escolhida por cada Membro e por cada entidade ou organização autorizada segundo estabelecido nas disposições pertinentes da Convenção".

O Congresso Nacional Brasileiro ratificou o tratado que aprovou a Constituição (CS) e Convenção (CV) da UIT pelo Decreto Legislativo nº34, de 11 de Abril de 2002.

00AQ Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (MJSP)

Decreto Legislativo nº 566, de 2010, que aprova a Ata de Fundação da OIJ, concluída em Buenos Aires, em 1º de agosto de 1996
Decreto nº 7.895, de 1º de fevereiro de 2013, que promulga a Ata.
Art. 3º da referida Ata (Disposições Financeiras).

00AT Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCTI)

-Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, que aprova o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
-Decreto n.º 5.445, de 12 de maio de 2005, que promulga o referido Protocolo.

O Protocolo dispõe que suas regras financeiras serão as mesmas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Esta, por sua vez, prevê que as contribuições serão efetuadas pelos Estados-Membros anualmente. Reproduz-se, abaixo, parágrafo 5º do artigo 13 do Protocolo de Quioto, 5, "As regras de procedimento da Conferência das Partes e os procedimentos financeiros aplicados sob a Convenção devem ser aplicados "mutatis mutandis" sob este Protocolo, exceto quando decidido de outra forma por consenso pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo."

A Decisão 15/CP.1, de 7 de abril de 1995, estabelece, em seu anexo I, a repartição dos gastos entre os membros:

Decisão 15/CP.1

Procedimentos Financeiros
ANEXO 1

7. Os recursos da Conferência das Partes englobam:

a) Contribuições feitas a cada ano pelas Partes, na base de uma escala indicativa, adotada por consenso pela Conferência das Partes (...).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00B7 Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE)

- Decreto Legislativo nº 64, de 7 de dezembro de 1949, que aprova a Carta da Organização dos Estados Americanos; e
- Decreto nº 30.544, de 14 de fevereiro de 1952, que promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos.
A previsão de contribuição financeira está contida no artigo 55 da Carta:
"Artigo 55. A Assembleia Geral estabelece as bases para a fixação da quota com que deve cada um dos governos contribuir para a manutenção da Organização, levando em conta a capacidade de pagamento dos respectivos países e a determinação dos mesmos de contribuir de forma equitativa. Para que possam ser tomadas decisões sobre assuntos orçamentários, é necessária a aprovação de dois terços dos Estados-membros."

00BA Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE)

- Decreto-Lei nº 9.290, de 24 de maio de 1945, que aprova a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas;
- Decreto nº 22.024, de 05 de novembro de 1946, que promulga a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945.
A previsão de contribuição financeira dos Estados-Partes está contida no artigo IX da Convenção, reproduzido a seguir:
"Artigo IX
ORÇAMENTO
1. O orçamento será elaborado pela Organização.
2. A Conferência-Geral aprovará definitivamente o orçamento e fixará a participação financeira de cada um dos Estados-Membros, de acordo com as disposições a serem previstas nesta matéria pela Convenção concluída com a Organização das Nações Unidas, conforme o Artigo X da presente Convenção."

00BC Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)

- Decreto Legislativo nº 221, de 11 de dezembro de 1991, que aprova o Acordo para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear;
- Decreto nº 439, de 3 de fevereiro de 1992, que promulga o Decreto Legislativo acima.
A previsão de contribuição financeira está contida no Artigo XVI do referido Acordo:
"As Partes provereão de forma equitativa os fundos necessários à operação do SCCC e da ABACC."

00BG Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)

- Decreto Legislativo nº 64, de 02 de julho de 1998, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBT;
- Carta de Ratificação do CTBT depositada pelo Governo brasileiro junto ao Secretariado da ONU em 24 de julho de 1998.
O CTBT, tal como a FAO, não possui decreto do Poder Executivo que o promulgue. Todavia, tendo em vista as peculiaridades deste processo, a CONJUR emitiu PARECER/MP/CONJUR/FNF nº 0755-1.16/2009, de 30 de junho de 2009, em que opina pela viabilidade jurídica de realizar o pagamento das contribuições à CTBTO, conforme definido na resolução dos signatários.
As contribuições dos membros estão previstas no art. II, itens 9 e 10, do referido Tratado:
"ARTIGO II - A Organização.
A. Dispositivos Gerais:
1.
...9. Os custos das atividades da Organização serão pagos anualmente pelos Estados-Partes, de acordo com a escala de contribuições das Nações Unidas, ajustada de forma a levar em consideração diferenças de participação entre as Nações Unidas e a Organização.
10. As contribuições financeiras dos Estados-Partes para a Comissão Preparatória serão deduzidas de uma maneira adequada de suas contribuições para o orçamento regular."

00BU Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE)

- Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982;
- Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, que promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
O artigo 318 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar dispõe que:
"ARTIGO 318 - Estatuto dos Anexos
Os Anexos são parte integrante da presente Convenção e, salvo disposição expressa em contrário, uma referência à presente Convenção ou a uma das suas Partes constitui uma referência aos Anexos correspondentes."

Logo, conforme o artigo 318, o Estatuto do Direito do Mar, que corresponde ao anexo IV da Convenção, foi aprovado e promulgado pela República Federativa do Brasil.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 19 do referido Estatuto:

"ARTIGO 19 - Despesas do Tribunal

1. As despesas do Tribunal serão custeadas pelos Estados-Partes e pela Autoridade, nos termos e condições a determinar em reuniões dos Estados-Partes."

00DN Contribuição ao Centro-Sul - CS (MRE)

- Decreto Legislativo nº 347, de 2009, aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994;
- Decreto nº 7.917, de 1/2/2013, que promulga o Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.
No Artigo X do Acordo para o Estabelecimento do Centro-Sul, preveem-se as contribuições voluntárias por parte dos países membros.
Artigo X - Finanças
2. Estados-Membros estão convidados a fazer contribuições voluntárias para financiar o Centro. O Centro também terá poderes para aceitar contribuições de outras fontes governamentais ou não-governamentais, predominantemente do Sul, incluindo fontes internacionais, regionais e sub-regionais e do setor empresarial. Fundos adicionais poderão ser buscados para projetos ou programas específicos.
3. Uma parte apropriada das contribuições será destinada a um fundo de capital que será estabelecido com o objetivo de gerar renda para apoiar as atividades do Centro. Este fundo será administrado pelo Diretor Executivo, que será responsável por assegurar a gestão profissional apropriada do fundo e será responsável por ele perante o Presidente e, através dele, perante a Junta e o Conselho. As contas de tal fundo de capital serão submetidas a uma auditoria anual independente, assim como todas as outras contas do Centro, que serão aprovadas pela Junta e submetidas a revisão do Conselho em suas sessões regulares. Não há previsão de sanções políticas e financeiras no Acórdão em questão.

00E8 Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MJSP)

- Decreto Legislativo nº 302, de 24 de outubro de 2011, que aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional.
- Decreto nº 8.101, de 6 de setembro de 2013, que promulga a Resolução nº 1.105, que aprova a Constituição da OIM.
A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 25 da referida Constituição:
"ARTIGO 25
1. Os recursos necessários para sufragar os gastos da Organização serão obtidos:
(a) no que diz respeito à parcela da Administração no Orçamento, mediante as contribuições em espécie dos Estados Membros, que serão pagas ao início do correspondente exercício anual e deverão fazer-se efetivas sem demora;"

00ES Contribuição ao Fundo Índia-Brasil-África do Sul de Combate à Fome e à Pobreza - IBAS (MRE)

Trata-se de contribuição de caráter regular. O Acordo sobre o Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza foi assinado em 2017. Encontra-se em tramitação processo de coleta de assinaturas, para encaminhamento à Casa Civil e posterior envio ao Congresso.

Acordo disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordo-entre-o-governo-da-](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordo-entre-o-governo-da-republica-da-india-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-africa-do-sul-sobre-o-fundo-ibas-para-o-alivio-da-pobreza-e-da-fome)

republica-da-india-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-africa-do-sul-sobre-o-fundo-ibas-para-o-alivio-da-pobreza-e-da-fome
O Artigo 2 do acordo trata das Contribuições
"1. O capital do Fundo IBAS será constituído, inter alia, pelas contribuições anuais feitas pelas Partes.
2. Contribuições anuais a serem realizadas pelas Partes serão fixados no patamar de US\$ 1 milhão e as contribuições serão realizadas antes do final do primeiro semestre de cada ano."
Artigo 6 - Entrada em Vigor, Ratificação e Duração
"1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação pela qual cada Parte informa as demais da conclusão de seus respectivos procedimentos internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo."

00F4 Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE)

Decreto Legislativo nº 91, de 15 de dezembro de 1989, que aprova os textos da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;
Decreto nº 99.280, de 06 de junho de 1990, que promulga a Convenção e o Protocolo;
Artigo 13 do Protocolo (Disposições Financeiras).

00GT Contribuição ao Parlamento do Mercosul - PARLASUL (MRE)

Decreto Legislativo nº 408, de 12 de setembro de 2006, que aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;
Decreto nº 6.105, de 30 de abril de 2007, que promulga o Protocolo;
Artigo 20 do Protocolo (Orçamento).

00HE Contribuição ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE)

- Decreto Legislativo nº 70, de 2006 que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002. - Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 que promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002, o qual prevê, nos Artigos 18 e 19, do Tratado, que: "18.1 As Partes Contratantes se comprometem a implementar uma estratégia de financiamento para a implementação do presente Tratado (...). 18.2 Os objetivos da estratégia de financiamento serão os de aumentar a disponibilidade, transparência, eficiência e eficácia do fornecimento de recursos financeiros para a implementação de atividades no âmbito do presente Tratado." "19.1 Um Órgão Gestor composto de todas as Partes Contratantes fica estabelecido para o presente Tratado. (...) 19.3 O órgão gestor tem por função (...) (...) (d) adotar o orçamento do presente Tratado." O atendimento a este item foi consolidado durante a 4ª Reunião do Órgão Gestor do TIRFAA, ocorrida em Bali, Indonésia, de 14 a 18 de março de 2011, com a edição do Relatório IT/GB-4/11 que, em seu Apêndice A.1, Artigo V, dispõe: "5.1 Os recursos do Tratado compreenderão: (...) b) contribuições voluntárias das Partes Contratantes para o orçamento administrativo principal.
Não há previsão de sanções políticas e financeiras no Tratado em questão.

00HF Contribuição à União das Nações Sul-Americanas - UNASUL (MRE)

Decreto Legislativo nº 159, de 13 de julho de 2011, que aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas;
Decreto nº 11.475, de 6 de abril de 2023, que promulga o Tratado Constitutivo;
Artigo 16 do Tratado (Disposições Financeiras).

00LQ Contribuição ao Fundo Internacional para a Diversidade Cultural - FIDC (MINC)

- Decreto Legislativo n.º 485 de 20/12/2006, que aprova o texto da Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005; e - Decreto n.º 6177 de 1/08/2007, que promulga a Convenção.
O artigo 18 da referida Convenção trata especificamente do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, conforme os termos a seguir: "Artigo 18 - Fundo Internacional para a Diversidade Cultural 1. Fica instituído um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, doravante denominado o "Fundo". 2. O Fundo estará constituído por fundos fiduciários, em conformidade com o Regulamento Financeiro da UNESCO. 3. Os recursos do Fundo serão constituídos por: a) contribuições voluntárias das Partes; b) recursos financeiros que a Conferência-Geral da UNESCO designe para tal fim; c) contribuições, doações ou legados feitos por outros Estados, organismos e programas do sistema das Nações Unidas, organizações regionais ou internacionais, entidades públicas ou privadas e pessoas físicas; d) juros sobre os recursos do Fundo; e) o produto das coletas e receitas de eventos organizados em benefício do Fundo; f) quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento do Fundo."
Não há previsão de sanções políticas e financeiras na Convenção em questão.

00LS Contribuição à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT FCTC (MS)

Decreto Legislativo nº 1.012, de 2005, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco; e
Decreto n.º 5.658, de 2 de janeiro de 2006, que promulga a Convenção; Artigo 26 do Estatuto (Contribuição Financeira).

00OP Integralização de Cotas em Rodadas Específicas de Capital de Bancos Internacionais

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento

00Q1 Contribuição ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul - IPPDH (MRE)

Decreto Legislativo nº 88, de 16 de junho de 2017 que aprova a Decisão MERCOSUL/CMC nº 12/10;
Decreto nº 9.184, de 30 de outubro de 2017 que promulga o mencionado texto;
ESTRUTURA DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS - Art. 5º O funcionamento do IPPDH será financiado com contribuições a cargo dos órgãos/repartições governamentais de cada Estado Parte competentes na matéria. A definição da instância governamental, bem como o montante de cada contribuição será determinado na decisão que aprovar o orçamento anual. O IPPDH poderá utilizar também recursos provenientes de contribuições de Organizações Não Governamentais e/ou de Cooperação Internacional, nos termos e sob os procedimentos estabelecidos pela normativa MERCOSUL na matéria.

00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais

Lei nº 10.559, de 2002, art. 12, e parágrafo 4º; e
Recurso Extraordinário - RE 553710/STF

00RM Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)

Decreto Legislativo nº 28, de 1997, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.
Decreto n.º 2.741, de 20 de agosto de 1998, que promulga a Convenção acima.
O artigo 22, item 2, "e", da Convenção estabelece que a Conferência das Partes deverá acordar e aprovar, por consenso, suas regras de gestão financeira, conforme reproduzido abaixo:
"Artigo 22
2. A Conferência das Partes é o órgão supremo da Convenção e, de acordo com o seu mandato, tomará as decisões necessárias a sua efetiva implementação. Em particular, deverá: e) Acordar e aprovar, por consenso, o seu regulamento interno e as suas regras de gestão financeira, bem como os dos seus órgãos subsidiários."
Por conseguinte, nos termos da Decisão 2/COP1, de 1997, as Partes devem pagar suas contribuições até 1º de janeiro de cada ano, com base em uma escala indicativa aprovada pela COP. Veja-se:
"Contribuições
12. Os recursos da Conferência das Partes compreenderão: a) Contribuições realizadas anualmente pelas Partes com base em uma escala indicativa aprovada pela COP."

00RN Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTUR)

Decreto Legislativo nº 56, de 18 de setembro de 1972, que aprova o texto dos Estatutos da OMT, aprovados em reunião realizada na Cidade do México, de 17 a 28 de setembro de 1970.;
Decreto nº 75.102, de 20 de dezembro de 1974, que promulga o estatuto da OMT.
Destacamos, ainda, a previsão contida no artigo 25º do referido estatuto:
"Artigo 25º O orçamento da Organização abrangerá suas atividades administrativas e de programa geral e será custeada pelas contribuições dos Membros Efetivos, Associados e Filados segundo escala de rateio de despesa aceita pela Assembleia e por outras fontes eventuais de receita da Organização, conforme as disposições de Regulamento de Financiamento anexo aos presentes Estatutos dos quais formam parte integrante."

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00RO Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE)

Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, que promulga a Convenção; Artigo 171 da Convenção (Disposições Financeiras).

00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

00UY Contribuição ao Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco (MS)

Decreto Legislativo nº 185, de 12 de dezembro de 2017; e Decreto de Promulgação nº 9.516 de 1º de outubro de 2018.

Artigo 33

6. A Reunião das Partes deverá decidir sobre a escala e o mecanismo de contribuições assinaladas de caráter voluntário das Partes destinadas ao funcionamento do presente Protocolo, assim como outros possíveis recursos necessários para sua aplicação.

7. Em cada período de sessões ordinário, a Reunião das Partes deverá adotar, por consenso, um orçamento e um plano de trabalho para o exercício financeiro até o período de sessões ordinário seguinte, os quais serão distintos do orçamento e do plano de trabalho da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco.

00V2 Recomposição a Fundos Internacionais

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento

00W5 Contribuição ao Escritório da Organização Mundial de Turismo - OMT no Brasil (MTUR)

Decreto Legislativo nº 107, de 11 de julho de 2024 - criação de um Escritório Regional da OMT
Decreto Legislativo nº 108, de 11 de julho de 2024 - Contribuição Financeira Anual do Brasil à OMT para o Escritório Regional para as Américas

Artigo VIII

Contribuições Financeiras

O Governo fornecerá à OMT uma contribuição financeira e instalações administrativas, cujos termos e condições gerais serão determinados pelas duas Partes, por meio de acordo.

00W6 Contribuição à Convenção para a Conservação de Espécies Migratórias de Animais Selvagens – CMS (MMA)

Decreto Legislativo nº 387, de 16 de outubro de 2013; Decreto nº 9.080, de 16 de julho de 2017.

00W8 Contribuição à Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear – CERN (MCTI)

Decreto Legislativo nº 140, de 29 de novembro de 2023, que aprova o acordo de Concessão do Status de Membro Associado da CERN;

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo III.1 do Acordo:

"A contribuição anual do Brasil para o financiamento das atividades da Organização será de 10% de sua contribuição teórica como Estado Membro, mas não deverá, em hipótese alguma, ser inferior à contribuição mínima determinada pelo Conselho. A contribuição mínima foi definida em 1 milhão de francos suíços em 2019, e tem sido indexada anualmente a partir de 2020 de acordo com o Índice de Variação de Custo aplicado ao orçamento da Organização.

No primeiro ano, a contribuição do Brasil será calculada e dividida proporcionalmente por trimestre a partir do trimestre em que o status do Brasil como Membro Associado entrar em vigor, de acordo com o Artigo IV.2 abaixo. Depois disso, a contribuição deverá ser feita na íntegra em cada exercício financeiro, mesmo se o status de Estado Membro Associado do Brasil abranger um período mais curto de tempo".

0113 Contribuição ao Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA FCT (MRE)

- Decreto Legislativo n.º 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
- Decreto n.º 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto da AIEA.

"(...) Artigo XIV Disposições Financeiras (...) D. A Junta de Governadores repartirá entre os membros da Agência as despesas previstas (...), de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. Ao fixar a escala, a Conferência Geral se guiará pelos princípios adotados pelas Nações Unidas no tocante às contribuições dos Estados-membros para o orçamento ordinário daquela organização. (...)”

Destaca-se, ainda, a previsão contida no artigo XIV do referido Estatuto. Nela dispõe-se que as despesas da Agência são divididas em duas categorias: a) despesas administrativas e b) outras despesas. O Artigo XIV, B1, que trata das Disposições Financeiras prevê que as despesas administrativas deverão incluir:

"a) Despesas com o pessoal da Agência, excetuadas as relativas ao pessoal cujo emprégo esteja relacionado com os materiais, serviços, equipamento e instalações referidos no subparágrafo B-2 seguinte; as despesas com reuniões; e as despesas necessárias à preparação de projetos da Agência e à distribuição de informação;

b) As despesas decorrentes da aplicação das salvaguardas previstas no Artigo XII em relação aos projetos da Agência ou, no subparágrafo A-5 do Artigo III, em relação aos acordos bilaterais ou multilaterais, assim como as despesas de manipulação e armazenagem pela Agência de material fisssionável especial, que não sejam as despesas de armazenagem e manipulação a que se refere o parágrafo E deste artigo.”

A Junta de Governadores da AIEA, conforme disposto no Artigo XIV, C, repartirá entre os membros da Agência as despesas acima mencionadas de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral.

A categoria de outras despesas está prevista no Artigo XIV, Z:

"As despesas, além das previstas no subparágrafo 1 do presente parágrafo, relativas a materiais, instalações, estabelecimentos e equipamento, adquiridos ou instituídos pela Agência no exercício de suas atribuições, assim como as relativas ao custo dos materiais, serviços, equipamento e instalações que a Agência proporcionar em virtude de acordo com um ou mais de seus membros.”

As outras despesas, de acordo com o Artigo XIV, E, deverão ser pagas com o lucro, recebido pela AIEA, da aplicação do uso de taxas para armazenagem e manipulação, aplicáveis aos materiais, serviços, equipamentos e instalações fornecidos pela Agência aos seus Membros.

As taxas seriam calculadas por uma escala pela Junta de Governadores de maneira a fornecer uma renda suficiente para cobrir as despesas e custos das despesas acima referidas, deduzida de qualquer contribuição voluntária que a Junta de Governadores decida utilizar para esse fim.

As quantias obtidas com a aplicação dessa escala se destinariam a um fundo especial chamado Fundo Geral, o qual abrangre três outros fundos: i) Fundo de Cooperação Técnica; ii) Fundo do Programa Extra-orçamentário; iii) Fundo de Cooperação Técnica Extra-orçamentário, e poderiam ser usados da maneira que a Junta de Governadores entendesse, conforme Artigo XIV, F:

"Os excedentes de renda a que se refere o parágrafo E sobre as despesas e custos que ele mencionam, assim como as contribuições voluntárias feitas à Agência, serão colocados em um fundo geral que poderá ser usado na forma que determinar, a Junta de Governadores com a aprovação da Conferência Geral.”

As contribuições voluntárias ao Fundo Geral foram solicitadas pela Resolução adotada durante a 150ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(XV)/RES/286), em 27 de setembro de 1971, a qual emenda a Resolução adotada durante a 62ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(V)/RES/100), em 06 de outubro de 1961.

O Estatuto da AIEA não prevê aplicação de sanções em caso de atraso no pagamento das contribuições.

0123 Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)

Decreto Legislativo nº 53, de 07 de junho de 1977, que aprova o texto da Resolução nº 358, da IX Assembleia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), que aprovou Emendas à Convenção da Organização; Decreto nº 87.458, de 16 de agosto de 1982, que promulga a Resolução; Artigo 41 da Convenção (Contribuição Financeira).

0128 Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)

Decreto-lei nº 7.935, de 3 de setembro de 1945, que aprova a Carta das Nações Unidas; Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, que promulga a Carta; Artigo 17 da Carta (Disposições Financeiras).

0146 Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial - FPM (MINC)

Decreto Legislativo nº 74, de 1977, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;

Decreto nº 80.978, de 12 de Dezembro de 1977, que promulga a Convenção;

Artigo 15 da Convenção (Disposições Financeiras): "3. Os Recursos do Fundo serão constituídos: a) pelas contribuições obrigatórias e pelas contribuições voluntárias dos Estados-Partes na presente Convenção";

Como o Brasil fez ressalva ao Artigo 16, 1, a própria Convenção prevê que: "2. [...] qualquer dos estados a que se refere o artigo 31 ou o artigo 32 da presente Convenção poderá, no momento do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, declarar que não se obriga pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo. [...] 4. Para que o Comitê esteja em condições de prever suas operações de maneira eficaz, as contribuições dos Estados-Partes na presente Convenção que houverem feito a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente artigo terão de ser entregues de modo regular, pelo menos de dois em dois anos, e não deverão ser inferiores às contribuições que teriam de pagar se tivessem se obrigado pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo.”

0186 Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MTPA)

Decreto-Lei nº 7.952, de 11 de setembro de 1945, que aprova a Convenção sobre Aviação Civil Internacional; Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, que promulga a Convenção; Artigo 61 da Convenção (Orçamento e repartição de gastos).

0190 Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI)

Decreto Legislativo n.º 1, de 3 de fevereiro de 1994, que aprova a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

Decreto n.º 2.652, de 1 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro;

Artigo 7º da Convenção (Conferência das Partes). 1. Uma Conferência das Partes é estabelecida por esta Convenção. 2. Como órgão supremo desta Convenção... deve: k) Definir e adotar, por consenso, suas regras de procedimento e regulamento financeiro bem como os de seus órgãos subsidiários.”

Embora a Convenção não apresente regras de contribuição financeira dos Estados-Partes, traz a previsão de que a Conferência das Partes será responsável por tal regulamento.

"Decisão 15/CP.1 - Procedimentos Financeiros - Anexo 1 - 7. Os recursos da Conferência das Partes englobam: a) Contribuições feitas a cada ano pelas Partes, na base de uma escala indicativa, adotada por consenso pela Conferência das Partes...”

0218 Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)

Decreto n. 5.693, de 13 de agosto de 1929, que aprova o Código Sanitário Pan-Americano; Decreto nº 19.238, de 10 de junho de 1930, que promulga o Código Sanitário;

Artigo 60 do Código Sanitário (Disposições Financeiras);

Parecer/MPO/CONJUR/FIN/1245 - 1.10/2009: "Antes do exposto, em resposta à consulta formulada pela Secretaria de Assuntos Internacionais desta Pasta, concluo que: (i) o art. 60 do Código Sanitário Pan-americano, aprovado na Convenção de Havana, em 1924, e promulgado por meio do Decreto nº 19.238, de 1930, pode ser considerado como base legal suficiente para respaldar o pagamento de contribuições regulares para a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS; e (ii) que não há necessidade de submeter ao Congresso Nacional a constituição da OPAS".

0221 Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS)

Decreto Legislativo nº 6, de 14 de fevereiro de 1948, que aprova os Atos concluídos na Conferência Internacional de Saúde;

Decreto nº 26.042, de 17 de dezembro de 1948, que promulga os Atos;

Artigo 7º da Constituição da OMS (Disposições Financeiras).

0287 Contribuição à Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico - ICCAT (MPA)

Decreto Legislativo nº 478, de 27 de fevereiro de 1969, que aprova a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico;

Decreto nº 65.026, de 20 de agosto de 1969: Promulga a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e afins do Atlântico.

O Decreto nº 65.026/69, promulgou a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins no Atlântico, a qual havia sido previamente aprovada pelo Decreto Legislativo nº 478/69. A previsão da contribuição financeira por parte do Brasil encontra-se no art. X, alínea 1 e 2.

"Artigo X

1. A Comissão aprovará um orçamento das despesas comuns da Comissão para o biênio que se seguir a cada sessão ordinária.

2. J) Cada Parte Contratante contribuirá anualmente para o orçamento da Comissão com uma quantia correspondente a:

a) US\$ 1.000,00 (mil dólares americanos) como membro da Comissão;

b) US\$ 1.000,00 (mil dólares americanos) por cada uma das subcomissões de que for parte;

c) caso o orçamento proposto para as despesas comuns de um biênio ultrapassar o total das contribuições feitas pelas Partes Contratantes segundo as disposições das alíneas (a) e (b) deste parágrafo, um terço do montante deste excesso será repartido entre as Partes Contratantes proporcionalmente às suas contribuições feitas segundo as mencionadas alíneas (a) e (b) deste parágrafo.

i) a soma do peso vivo do resultado da pesca do atum e afins do Atlântico e do peso líquido da produção de conservas destes peixes para cada Parte Contratante.

ii) a soma total dos elementos contidos no inciso (i) acima, para o conjunto das Partes Contratantes.

Cada Parte Contratante contribuirá, quanto aos dois terços restantes, proporcionalmente à relação que existe entre seu total particular previsto no inciso (i) acima e o total geral previsto no inciso (ii) acima. A parte do orçamento a que se refere a presente alínea será fixada com a aprovação de todas as Partes Contratantes presentes e com direito a voto".

0344 Contribuição à Organização Mundial das Aduanas - OMA (MF)

Decreto Legislativo nº 129, de 2 de dezembro de 1980, que aprova o texto do Convênio de Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira;

Decreto nº 85.801, de 10 de março de 1981, que promulga o Convênio;

Artigo XII, inciso b, do Convênio (Disposições Financeiras).

0420 Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA)

Decreto Legislativo nº 11, de 23 de maio de 1949, que aprova a Convenção da Organização Meteorológica Mundial;

Decreto nº 28.074, de 04 de maio de 1950, que promulga a Convenção;

Artigo 24 da Convenção (Disposições Financeiras).

0483 Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (MMA)

Decreto Legislativo nº 02, de 03 de fevereiro de 1994, que aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998, que promulga a Convenção;

- Decreto n.º 5.705, de 16 de fevereiro de 2016, que promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica

Artigo 23, 3 da Convenção (Disposições Financeiras).

0539 Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPO)

- Decreto Legislativo nº 329, de 18 de julho de 2012, que aprova os Convênios Constitutivo e de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos II - FUMIN II.

- Decreto nº 7.982, de 8 de abril de 2013, que promulga o Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II.

Destacam-se as alíneas b e c do Artigo II - Contribuições ao Fundo:

"Artigo II Contribuições ao Fundo

(...)

2. Cada País Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países Membros e

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições.*	
0867 Contribuição à Secretaria do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE) Decreto Legislativo nº 188, de 15 de dezembro de 1995, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul - Protocolo de Ouro Preto; Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996, que promulga o Protocolo; Artigo 45 do Protocolo (Disposições Financeiras).	00JJ Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
0868 Contribuição à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE) Decreto Legislativo nº 69, de 18 de outubro de 1978, que aprova o texto do Tratado de Cooperação Amazônica; Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980, que promulga o Tratado; Decreto Legislativo nº 102, de 28 de outubro de 1999, que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA); Decreto nº 4.387, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Protocolo de Emenda ao TCA; Decreto Legislativo nº 44, de 12 de abril de 2006, que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Brasil e a OTCA; Decreto nº 5.819, de 26 de junho de 2006, que promulga o Acordo de Sede; Artigo II do Protocolo de Emenda ao TCA (Disposições Financeiras).	71904 Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda 0026 Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 - art.38, § 5º, designa a ABGF como administradora do FESR; Resolução CNSP nº 404, de 26 de março de 2021 - dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.
0869 Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE) Decreto Legislativo nº 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica; Decreto nº 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto; Artigo XIV do Estatuto (Disposições Financeiras).	216G Operacionalização do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 - art.38, § 5º, designa a ABGF como administradora do FESR; Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017 - define a remuneração da ABGF; Resolução CNSP nº 404, de 26 de março de 2021 - dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.
0870 Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE) Decreto Legislativo nº 8, de 12 de fevereiro de 1998, que aprova os textos da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Decreto nº 6.002, de 3 de março de 2004, que promulga a Declaração Constitutiva e os Estatutos; Artigo 17 dos Estatutos (Disposições Financeiras).	71905 Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda 0027 Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979 - dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998 - renegociação de créditos externos da União; Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999 - cria o Fundo de Garantia à Exportação e dá outras providências; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, Art. 770 - revisão do prêmio por alteração no risco; Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2008 - autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União; Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001 - regulamenta a Lei nº 6.704; Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.
0872 Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE) Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, que aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina; Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final; Artigo VII do Acordo Constitutivo da OMC, contido na Ata Final (Disposições Financeiras).	72152 Recursos Sob Supervisão do Ministério da Defesa 00X4 Compensação Financeira entre o SPSMFA e os demais RPPS dos entes federados Constituição Federal de 1988, art. 201, parágrafo 9º-A.
0873 Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE) Decreto Legislativo nº 5, de 26 de agosto de 1947, que ratifica os textos da nova Constituição da Organização Internacional do Trabalho e da Convenção sobre a Revisão dos Artigos Finais; Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Artigo 13, nº 3 da Constituição da OIT (Disposições Financeiras).	73101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda 00SE Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei Complementar nº 176/2020 Lei Complementar nº 176 de 29 de dezembro de 2020 (Institui transferências obrigatórias da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios, por prazo ou fato determinado, e declarou atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constituições Transitórias).
0864 Contribuição à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE) Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, que aprova o texto do Tratado de Montevidéu de 1980; Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, que promulga o Tratado; Artigo 35 do Tratado (Disposições Financeiras).	00VP Transferência Temporária aos Estados e ao Distrito Federal a Título de Compensação pelos Efeitos da Lei Complementar nº 194, de 2022 Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, art. 3º e art. 14 e Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023, art. 2º.
0866 Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE) Decreto Legislativo nº 23, de 1º de fevereiro de 2006, que aprova o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana; Decreto nº 6.659, de 20 de novembro de 2008, que promulga o Acordo; Artigo 7º do Acordo (Disposições Financeiras).	73109 Recursos sob Supervisão do Ministério do Esporte 0169 Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 13.756/2018) Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 30, §1º-A, Inciso III, alínea "I".
0873 Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE) Decreto Legislativo nº 109, de 04 de novembro de 1980, que aprova a Constituição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; Decreto nº 82.662, de 16 de maio de 1986, que promulga a Constituição da UNIDO; Artigo 15 da Constituição da UNIDO (Disposições Financeiras).	73113 Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos 8567 Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65) Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 65 - remuneração dos militares do Distrito Federal; Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
0874 Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE) Decreto Legislativo nº 9, de 1996, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo; Decreto nº 2.977, de 1 de março de 1999, que promulga a Convenção; Artigo VIII da Convenção (Disposições Financeiras).	73120 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura 00UV Implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.
0875 Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE) Decreto Legislativo nº 112, de 6 de junho de 2002, que aprova o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional; Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Estatuto; Artigo 115 do Estatuto (Disposições Financeiras).	74101 Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda 00QM Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, art. 16; Lei nº 10.186, de 12 de Fevereiro de 2001, art. 5; e Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, arts. 7º e 7º-A.
0C37 Contribuição à Convenção sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes - Convenção de Estocolmo (MRE) Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004, que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005, que promulga a Convenção; Artigo 19 da Convenção prevê a criação de regras financeiras; Regna 5 do Financial Rules (Disposições Financeiras).	00RW Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Lei nº 13.986, de 2020) Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, art. 47 a 50.
0C39 Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA) Decreto Legislativo nº 325, de 14/08/2013 - Aprova o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais. Decreto de Promulgação nº 8.330, de 5/11/2014 - Promulga o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais firmado pela RFB em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.	0267 Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro 2001, art. 2º; Decreto nº 7.710, de 3 de abril de 2012; Resolução nº 2.575, de 17 de dezembro de 1998 e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.063, de 12 de abril de 2012.
A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 19 do Acordo, reproduzido a seguir:	0281 Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.429, de 5 de novembro de 1965; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 5º; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001; Decreto nº 3.961, de 30 de outubro de 2001; Decreto 5.996, de 20 de dezembro de 2006; Decreto 11.029, de 1º de abril de 2022; Decreto 11.530, de 16 de maio de 2023; Medida Provisória nº 1.189, de 27 de setembro de 2023; Decreto 11.730, de 9 de outubro de 2023 e Medida Provisória nº 1.216, de 9 de maio de 2024 - art. 2º, § 1º, inciso II.
*Artigo 19	0294 Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º-B.
1. As despesas necessárias para a administração deste Acordo serão efetuadas pela Conta de Gestão e atendidas por contribuições anuais pagas pelos membros, de acordo com seus respectivos procedimentos constitucionais e institucionais, as quais serão fixadas conforme os parágrafos 3, 4 e 5 deste Artigo*.	0297 Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995) Lei nº 8.427 de 1992, Lei nº 9.126 de 1995 e Lei nº 11.775 de 2008.
71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda 00M4 Remuneração a Agentes Financeiros Decreto nº 8.535, de 1º de outubro de 2015 - Dispõe sobre a contratação de serviços de instituições financeiras pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.	0298 Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965 e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º-B.
71903 Fundo Social - FS 00JG Operacionalização do Fundo Social - FS Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

<div> <div>0301 Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)</div> <div> <div>Lei 4.829, de 5 de novembro 1965; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º- B e Medida Provisória º 1.216, de 9 de maio de 2024 - art. 2º, § 1º, inciso III.</div> </div> </div>	<div> <div>20RZ Administração do Financiamento Estudantil - FIES</div> <div> <div>Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.715/1998; Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.202/2010; Lei nº 12.513/2011; Lei 13.530/2017; Lei nº 14.133/2020; Lei nº 14.133/2021; Portaria Interministerial MF/MEC nº 309, de 04/05/2010; e Portaria MEC nº 505, de 16/04/2010.</div> </div> </div>
<div> <div>0611 Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Aalongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 10.437, de 2002)</div> <div> <div>Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, art. 5º a 8º; MPV nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, art. 2º §3º; Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, art. 4º §1º e Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, nº 2.666, de 11 de novembro de 1999, nº 2.963, de 28 de maio de 2002, e suas respectivas alterações.</div> </div> </div>	<div> <div>74904 Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - M. de Portos e Aeroportos</div> <div> <div>0118 Financiamentos à Infraestrutura Aquaviária, Portuária e Construção/Manutenção Naval</div> <div> <div>Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004; Lei nº 14.301, de 07 de janeiro de 2022; Resolução CMN nº 4.919 de 24/6/2021; Resolução CDFMM nº 185 de 04 de abril de 2022; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.</div> </div> </div> </div>
<div> <div>0A81 Financiamento de Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)</div> <div> <div>Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.</div> </div> </div>	<div> <div>74905 Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecommun./FUNTEL-M.Comunicações</div> <div> <div>0505 Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações</div> <div> <div>Lei nº 10.052, de 2000; Lei nº 10.973, de 2004; Decreto nº 3.737, de 2001; Resolução CGF nº 66, de 2010.</div> </div> </div> </div>
<div> <div>0E85 Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)</div> <div> <div>Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012.</div> </div> </div>	<div> <div>74906 Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA</div> <div> <div>0061 Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras</div> <div> <div>Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998 e suas alterações - Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003 - Regulamenta o Fundo de Terras e da Reforma Agrária; Decreto Nº 11.995, de 15 de abril de 2024 Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária. Resolução nº 3231, de 31 de agosto de 2004 e suas alterações - Define as condições aplicáveis aos financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma agrária; Resolução CMN nº 3861, de 27 de maio de 2010 - Dispõe sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</div> </div> </div> </div>
<div> <div>74102 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</div> <div> <div>0021 Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios</div> <div> <div>Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, art. 64 - estabelece que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das suas normas. Resolução do Senado Federal nº 17, de 10 de setembro de 2001 - dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM;</div> </div> </div> </div>	<div> <div>74908 Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo</div> <div> <div>0454 Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional</div> <div> <div>Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei 14.476, de 14 de dezembro de 2022; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; e Lei 14.600, de 19 de junho de 2023;</div> </div> </div> </div>
<div> <div>74202 Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS</div> <div> <div>0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)</div> <div> <div>Lei nº 9.961/2000. RN 300/2012; RN 394/2015; RN 316/2012; RN 401/2016; RN 417/2016.</div> </div> </div> </div>	<div> <div>74910 Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol. e Inov.</div> <div> <div>0A37 Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007)</div> <div> <div>Constituição Federal, art. 218.</div> </div> </div> </div>
<div> <div>0427 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas</div> <div> <div>Constituição Federal de 05 de outubro de 1988; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993; Lei nº 13.001, de 25 de fevereiro de 2014; Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966; Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023; Instrução Normativa nº 138, de 07 de dezembro de 2023; Instrução Normativa nº 139, de 08 de dezembro de 2023; e Instrução Normativa nº 141, de 04 de dezembro de 2023.</div> </div> </div>	<div> <div>74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura</div> <div> <div>006C Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)</div> <div> <div>Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.</div> </div> </div> </div>
<div> <div>74204 Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o PESSOAL da Marinha - CCCPM</div> <div> <div>00GY Financiamento Imobiliário para o PESSOAL da Marinha</div> <div> <div>Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.</div> </div> </div> </div>	<div> <div>20ZK Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)</div> <div> <div>Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.</div> </div> </div>
<div> <div>74205 Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica</div> <div> <div>00JE Financiamento Imobiliário para o PESSOAL da Aeronáutica</div> <div> <div>Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e Decreto nº 84.457, de 31 de janeiro de 1980.</div> </div> </div> </div>	<div> <div>74916 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - MMA</div> <div> <div>00J4 Apoio Financeiro Reembolsável mediante Financiamento e outros Instrumentos Financeiros para Projetos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima</div> <div> <div>Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018; e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.</div> </div> </div> </div>
<div> <div>74901 Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - M. Agric. e Pec.</div> <div> <div>0012 Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)</div> <div> <div>Lei 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; Lei 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Fucafé; Lei 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Art. 6º Estabelece que os financiamentos com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, a que se refere o art. 7º do Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, serão concedidos segundo condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional; Decreto-Lei 2.295, de 21 de novembro de 1986 - Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior; Decreto 94.874, de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé; Decreto 10.071, de 17 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café; Resoluções do Conselho Monetário Nacional - Estabelecem as condições para concessão de financiamentos com recursos do Funcafé; e Manual de Crédito Rural-MCR – Capítulo 9 – Consolida as condições específicas para concessão de operações de crédito amparadas com Recursos do Funcafé.</div> </div> </div> </div>	<div> <div>74917 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - MDR</div> <div> <div>0353 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007)</div> <div> <div>Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012; Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014; Decreto nº 10.053, de 09 de outubro de 2019;</div> </div> </div> </div>
<div> <div>74902 Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação</div> <div> <div>00IG Concessão de Financiamento Estudantil - FIES (Lei nº 10.260, de 2001)</div> <div> <div>CF/88, Título VIII, Capítulo III, seção I; Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014; LDB - Lei nº 9.394/96; Lei nº 10.260/2001 e demais atos normativos do MEC e do FNDE de regulamentação do Programa.</div> </div> </div> </div>	<div> <div>74918 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR</div> <div> <div>0355 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007)</div> <div> <div>Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018; Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Portaria Interministerial MDR/ME nº 2,</div> </div> </div> </div>
<div> <div>00M2 Integralização de Cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo</div> <div> <div>Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.087/2000, com a redação dada pela Lei nº 12.385/2011; Lei nº 13.530/2017; Portaria Normativa MEC nº 001/2010, com a redação dada pela Portaria Normativa MEC nº 21/2010.</div> </div> </div>	<div> <div>74919 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - MDR</div> <div> <div>0E83 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)</div> <div> <div>Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018; Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Portaria Interministerial MDR/ME nº 2,</div> </div> </div> </div>

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

de 22 de junho de 2021; Resolução CONDELSUDECO nº 114, de 9 de novembro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

74920 Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST – M. Comunicações

00TT Financiamento a Projetos de Expansão, Uso e Melhoria da Qualidade das Redes e dos Serviços de Telecomunicações

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; e Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022.

00V1 Ampliação do Acesso ao Crédito para Investimentos em Redes de Telecomunicações (Programa ACESSA Crédito Telecom)

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022; Resolução Coflex nº 4, de 9 de maio de 2023.

74921 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS)/PR

00X6 Financiamentos de investimentos em infraestrutura social (Lei nº 14.947, de 2024)

Lei 14.947/2024.

75101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

00Q3 Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS

Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, art. 44 e Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.

00QE Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União

• Constituição Federal - Arts.13 e 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 7.862 de 30 de outubro de 1989; Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.897, de 27 de junho de 1994; Lei nº 9.138 de 29 de novembro de 1995; Lei nº 9.617, de 2 de abril de 1998; Lei nº 9.866 de 9 de novembro de 1999; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002; Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007; Leis que geraram e/ou transferiram obrigações financeiras para a União;

• Medida Provisória nº 2.209, de 26 de agosto de 2001; e outras que autorizem a assunção, pela União, de obrigações financeiras; • Regulamentos: Decreto nº 1.647, de 26 de setembro de 1995; e Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007

0243 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Resoluções do Senado Federal nº 96, de 15 de dezembro de 1989; 57, de 10 de novembro de 1995; 69, de 12 de setembro de 1996; 51, de 10 de junho de 1997; 23, de 29 de junho de 1999.

0272 Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993)

Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 e Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

0365 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, MP nº 2.192, de 24 de agosto de 2001 e Decreto nº 11.301, de 21 de dezembro de 2022.

0425 Serviços da Dívida Pública Federal Externa

Decreto-Lei nº 1.926, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984.

Resoluções do Senado Federal nº s: 96, de 15 de dezembro de 1989; 57, de 10 de novembro de 1995; 69, de 12 de setembro de 1996; 51, de 10 de junho de 1997 e 23, de 29 de junho de 1999.

0455 Serviços da Dívida Pública Federal Interna

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; MP nº 2.192, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 578 de 24 de junho de 1992 e Decreto nº 11.301, de 21 de dezembro de 2022.

0669 Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil

Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); Lei Complementar nº 179/2021; MP nº 2.179-36/2001; Lei nº 11803/2008 e Lei nº 13820/2019.

81101 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta

0083 Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)

Lei nº 9.140/1995; Lei nº 10.536/02 e Lei nº 10.575/04.

0734 Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos

Constituição Federal - art. 5º, § 2º; Decreto nº 678/92; Decreto nº 4.463/02; e Decreto nº 4.388/02.

2000 Administração da Unidade

CF/1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 9.673/2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

21FZ Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Constituição Federal de 1988. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei nº 8.842, de 1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDDH-III). Decreto nº 10.133 de 2019. Decreto 10.604 de 2021 (Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa). Decreto nº 10.816/2021.

21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Declaração Universal dos direitos da criança; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança; Lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014; Lei nº 14.548, de 13 de abril de 2023; Lei 12.594 de 2012; e Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

21G1 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Constituição Federal de 1988. Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006. Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018. Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018. Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021. Decreto nº

10.654, de 22 de março de 2021. Decreto nº 11.063, de 4 de maio de 2022. Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023. Decreto nº 11.792, de 23 de novembro de 2023. Decreto nº 11.794, de 23 de novembro de 2023. Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Lei nº 14.287, de 22 de março de 2021. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023. Portaria interministerial nº 1, de 12 de janeiro de 2017. Portaria de Consolidação nº 2 e 6, de 28 de setembro de 2017.

21G2 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Constituição Federal de 1988; Portaria GMMS nº 2836/2011 (Política Nacional de Saúde Integral LGBT); Decreto Presidencial nº 8.727/2018; Portaria MDH nº 202/2018 (Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTQfóbica); Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275/2018; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/Distrito Federal (ADO nº 26/DF) e do Mandato de Injunção nº 4.733/Distrito Federal (MI nº 4.733/DF), em 13 de junho de 2019, que equiparou os atos de LGBTQIA+fobia ao conceito jurídico de racismo, previsto na Lei nº 7.716/1989; Acórdãos nº 553 e 554/2023, do Tribunal de Contas da União (TCU); Portaria MDHC nº 756, de 5 de dezembro de 2023 (Institui a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+); Portaria MDHC nº 88, de 27 de fevereiro de 2024 (Institui a Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras (LGBTQIA+) em situação de vulnerabilidade social).

21G3 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis

Constituição Federal de 1988. Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua). Decreto nº 11.472, de 6 de abril de 2023. Portaria nº 2.927, de 26 de agosto de 2021. Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Relatório da Relatoria Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto, de 2015, do Conselho de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas. Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023. Resolução CNJ nº 425/2021.

21G4 Apoio ao Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014.

21G5 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações

Constituição Federal de 1988. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012. Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013. Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019. Decreto nº 9.887, de 27 de junho de 2019. Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019. Decreto nº 9.929, de 22 de julho de 2019. Decreto nº 10.815, de 27 de setembro de 2021. Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023. Decreto nº 11.867, de 27 de dezembro de 2023. Portaria nº 177 de 22 de março de 2023. Portaria nº 938, de 20 de maio de 2002. Portaria Ministério da Saúde nº 248, de 2 de fevereiro de 2018.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 2º, inciso III, do Decreto nº 8.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.

81901 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA

21G6 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Declaração Universal dos direitos da criança; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança; Lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014; Lei nº 14.548, de 13 de abril de 2023; Lei 12.594 de 2012; e Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

81902 Fundo Nacional do Idoso - FNI

21FZ Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Constituição Federal de 1988. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei nº 8.842, de 1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDDH-III). Decreto nº 10.133 de 2019. Decreto 10.604 de 2021 (Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa). Decreto nº 10.816/2021.

83201 Banco Central do Brasil - BACEN

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XV.

165U Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015;

Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 - define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

202A Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 que define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Portaria BCB 111.606, de 30 de setembro de 2021 - estabelece procedimentos a serem observados na gestão de projetos, programas e portfólio corporativos do Banco Central do Brasil.

Resolução BCB 143, de 23 de setembro de 2021 - divulga o Regulamento de Gestão de Projetos, Programas e Portfólio Corporativos do Banco Central do Brasil (RGP-BC).

Resolução BCB 71, de 11 de fevereiro de 2021 - constitui o Comitê de Gestão Estratégica do Banco Central do Brasil.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Acordão TCU nº 1.448/2012 - determinação para execução dos programas do Bacen via OGU.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 18 DE MARÇO DE 2020 - Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 22 DE ABRIL DE 2020 - Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente.

DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12, 18 e 109

21AY Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências;

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 - Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências;

Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;

Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019 - Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf; e Portaria MF nº 330/98 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

21B1 Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 - Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências;

Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 - Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022;

Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 - Dispõe sobre as operações de câmbio, regulamenta o retorno de capitais estrangeiros e dá outras providências.

Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 - Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 - Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências;

Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 - Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento;

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 - Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências;

Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 - Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências;

Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987 - Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências;

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências;

Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001 - Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e dá outras providências;

Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários;

Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 - Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008 - Dispõe sobre o Sistema de Consórcio;

Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 - Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.066, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.089, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.106, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências;

Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017 - Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários;

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019);

Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.

84101 Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;

Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e

Decreto nº 11.355 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério dos Povos Indígenas.

20UF Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas

Constituição Federal de 1988

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT;

Lei nº 5.371/1967 - Fundação Nacional do Índio;

Lei nº 6.001/1973 - Estatuto do Índio;

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,;

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental;

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007 - plano de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação;

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima;

Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária;

Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - proteção da vegetação nativa;

Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica;

Lei nº 14.119/2021 - Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais;

Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023 - Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973;

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);

Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO (2001);

Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009: Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências;

Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022: Aprova o Estatuto e o Quadro Demográfico dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio - Funai e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981 - limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;

Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 - procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;

Decreto nº 1.965, de 16 de maio de 1996 - Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional;

Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Convenção sobre Diversidade Biológica;

Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;

Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional da Biodiversidade;

Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas;

Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais;

Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura;

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas -PNGAT;

Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;

Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016 - dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade;

Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;

Decreto nº 11.509, de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indígena.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 60-A a 60-E
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18

21B0 Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais dos Povos Indígenas

Constituição Federal de 1988: Arts. 4, 5, 6, 20, inciso XI, Art. 23, Incisos II, IV e V; Art. 24, Inciso VII; Arts. 203, 204, inciso II; Art. 210, § 2º; Art. 215, § 1º, § 2º, § 3º, alíneas I, II, III, IV e V; Art. 216, Incisos I, II, III, IV e V; Arts. 225, 227, 231 e 232;

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra;

Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 - Autoriza a instituição da Fundação Nacional dos Povos Indígenas;

Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - Estatuto dos Povos Indígenas;

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;

Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983 - Assegura validade nacional as Cartearias de Identidade;

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde;

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Política nacional de arquivos públicos;

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social;

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 26-A, § 1º e § 2º – Diretrizes e bases da educação nacional;

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999 - Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004 - Institui a renda básica de cidadania;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha;

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 - Ensino obrigatório de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas;

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto de Museus;

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC;

Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER;

Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica;

Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 – Plano Nacional de Cultura;

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;

Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012 - Torna gratuita a emissão de carteira de identidade;

Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 – Proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético;

Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância;

Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952 - Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio;

Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985 – Regulamenta a profissão de Museólogo;

Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica);

Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996 - Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional;

Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica;

Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;

Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade;

Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas;

Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - Dispõe sobre cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;
 Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNPAP;
 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
 Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 – Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;
 Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 - institui os Territórios Etnoeducacionais;
 Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3;
 Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
 Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 - Inventário Nacional da Diversidade Linguística;
 Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 - Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica;
 Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 - Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN;
 Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI;
 Decreto nº 8.124, de 18 de outubro de 2013 - Regulamenta a Lei nº 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus;
 Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;
 Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 - Convenções e recomendações da OIT;
 Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022 - Amplia a vigência dos Programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia.
 Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos da Fundação Nacional do Índio - Funai;
 Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023 - Medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami;
 Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos;
 Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista;

21FL Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas

Constituição Federal de 1988: Arts. 4, 5, 6, 20, inciso XI, Art. 23, Incisos II, IV e V; Art. 24, Inciso VII; Arts. 203, 204, inciso II; Art. 210, § 2º; Art. 215, § 1º, § 2º, § 3º, alíneas I, II, III, IV e V; Art. 216, Incisos I, II, III, IV e V; Arts. 225, 227, 231 e 232;
 Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
 Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra;
 Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 - Autoriza a instituição da Fundação Nacional dos Povos Indígenas;
 Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - Estatuto dos Povos Indígenas;
 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;
 Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983 - Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade;
 Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
 Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde;
 Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Política nacional de arquivos públicos;
 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social;
 Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social;
 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 26-A, § 1º e § 2º - Diretrizes e bases da educação nacional;
 Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
 Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999 - Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
 Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
 Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004 - Institui a renda básica de cidadania;
 Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
 Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha;
 Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
 Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Ensino obrigatório de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas;
 Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto de Museus;
 Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;
 Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC;
 Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER;
 Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica;
 Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 – Plano Nacional de Cultura;
 Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
 Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012 - Torna gratuita a emissão de carteira de identidade;
 Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético;
 Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância;
 Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952 - Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio;
 Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985 - Regulamenta a profissão de Museólogo;
 Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica);
 Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996 - Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional;
 Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica;
 Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
 Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
 Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade;
 Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas;
 Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - Dispõe sobre cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados;
 Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 - Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;
 Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNPAP;
 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
 Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 – Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;
 Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 - institui os Territórios Etnoeducacionais;
 Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3;
 Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
 Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 - Inventário Nacional da Diversidade Linguística;
 Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 - Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica;
 Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 - Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN;
 Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI;
 Decreto nº 8.124, de 18 de outubro de 2013 - Regulamenta a Lei nº 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus;
 Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;
 Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 - Convenções e recomendações da OIT;
 Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022 - Amplia a vigência dos Programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia.
 Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos da Fundação Nacional do Índio - Funai;
 Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023 - Medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami;
 Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos;
 Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista.

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

21HW Proteção aos Povos e Terras Indígenas – ADPFs 709 e 991

Constituição Federal de 1988;
 Lei 6001/73 - Estatuto do Índio;
 Decreto 7747/12 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;;
 Decreto 1775/96 - Procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;
 Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - Povos Indígenas e Tribais;
 ADPFs 709/2020 e 991/2023;

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
 Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

84201 Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI

155L Construção de Unidades Administrativas da Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022 - estatuto FUNAI;
 Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - vinculação das entidades da administração pública federal indireta

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022 - estatuto FUNAI;
 Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

20UF Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas

Constituição Federal de 1988
 Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT;
 Lei nº 5.371/1967 - Fundação Nacional do Índio;
 Lei nº 6.001/1973 - Estatuto do Índio;
 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;
 Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
 Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.;
 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
 Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
 Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
 Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
 Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007 - plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação;
 Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima;
 Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária;
 Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 Lei nº 12.851, de 25 de maio de 2012 - proteção da vegetação nativa;
 Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica;
 Lei nº 14.119/2021 – Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais;
 Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023 - Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973;
 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
 Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO (2001);
 Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009: Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências;
 Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022: Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio - Funai e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;
 Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
 Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981 - limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;
 Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 - procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;
 Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996 - Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional;
 Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Convenção sobre Diversidade Biológica;
 Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
 Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
 Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional da Biodiversidade;
 Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas;
 Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais;
 Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
 Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura;
 Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
 Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas -PNGATI;
 Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
 Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016 - dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade;
 Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;
 Decreto nº 11.509, de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 60-A a 60-E
 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18

21B0 Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais dos Povos Indígenas

Constituição Federal de 1988: Arts. 4, 5, 6, 20, inciso XI, Art. 23, Incisos II, IV e V; Art. 24, Inciso VII; Arts. 203, 204, inciso II; Art. 210, § 2º; Art. 215, § 1º, § 2º, § 3º, alíneas I, II, III, IV e V; Art. 216, Incisos I, II, III, IV e V; Arts. 225, 227, 231 e 232;
 Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
 Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra;
 Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 - Autoriza a instituição da Fundação Nacional dos Povos Indígenas;
 Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - Estatuto dos Povos Indígenas;
 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;
 Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983 - Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade;
 Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
 Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde;
 Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – Política nacional de arquivos públicos;
 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social;
 Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social;
 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 26-A, § 1º e § 2º – Diretrizes e bases da educação nacional;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2025, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
 Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999 - Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
 Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
 Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004 - Institui a renda básica de cidadania;
 Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
 Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha;
 Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
 Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 - Ensino obrigatório de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas;
 Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto de Museus;
 Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;
 Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC;
 Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER;
 Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica;
 Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 – Plano Nacional de Cultura;
 Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
 Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012 - Torna gratuita a emissão de carteira de identidade;
 Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 – Proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético;
 Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância;
 Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952 - Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio;
 Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985 – Regulamenta a profissão de Museólogo;
 Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica);
 Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996 - Promulga a Convenção sobre Zonas Unidas de Importância Internacional;
 Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica;
 Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
 Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
 Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade;
 Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas;
 Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - Dispõe sobre cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados;
 Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;
 Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNPAP;
 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
 Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 – Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;
 Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 - institui os Territórios Etnoeducacionais;
 Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3;
 Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
 Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 - Inventário Nacional da Diversidade Lingüística;
 Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 - Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica;
 Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 - Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN;
 Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI;
 Decreto nº 8.124, de 18 de outubro de 2013 - Regulamenta a Lei nº 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus;
 Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;
 Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 - Convenções e recomendações da OIT;
 Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022 - Amplia a vigência dos Programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia.
 Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos da Fundação Nacional do Índio - Funai;
 Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023 - Medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami;
 Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos;
 Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista;

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30
 Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023.

21HW Proteção aos Povos e Terras Indígenas – ADPFs 709 e 991
 Constituição Federal de 1988;
 Lei 6001/73 - Estatuto do Índio;
 Decreto 7747/12 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;;
 Decreto 1775/96 - Procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;
 Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - Povos Indígenas e Tribais;
 ADPFs 709/2020 e 991/2023;